

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

**A LUTA PELO PODER: A POLÍTICA GAÚCHA EM PERSPECTIVA (1934-1937)**

Porto Alegre  
2016

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE

**A LUTA PELO PODER: A POLÍTICA GAÚCHA EM PERSPECTIVA (1934-1937)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História das Sociedades Ibero-Americanas.

**Orientador: René Ernaini Gertz**

Porto Alegre

2016

## Ficha Catalográfica

L317L Lapuente, Rafael Saraiva

A luta pelo poder : a política gaúcha em perspectiva  
(1934-1937) / Rafael Saraiva Lapuente . – 2016.

316 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em  
História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz.

1. História do Rio Grande do Sul. 2. História Política. 3.  
História Regional. 4. Governo Flores da Cunha. 5. Era Vargas. I.  
Gertz, René Ernaini. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

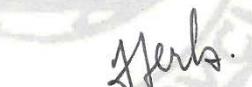


### ATA N. 633

Ao vigésimo sétimo dia do mês de julho do ano dois mil e dezesseis, na sala 407.02 do prédio 05 do Campus Universitário da PUCRS, reuniu-se a sexcentésima trigésima terceira Comissão de Avaliação de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História, para arguir o mestrando **RAFAEL SARAIVA LAPUENTE** e avaliar a apresentação de sua dissertação: "**A Luta pelo Poder: a política Gaúcha em Perspectiva (1934-1937)**". A Comissão esteve constituída pelos Professores Doutores René Ernaini Gertz (Orientador), Ana Luíza Setti Reckziegel (UPF) e Luís Carlos dos Passos Martins (PUCRS). Considerando o trabalho escrito e a defesa oral, a comissão aprovou com louvor (APROVOU/ APROVOU COM LOUVOR/ REPROVOU) o candidato neste requisito parcial e último para obtenção do grau de Mestre em História na área de concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela Coordenação deste Programa de Pós-Graduação em História e pelos demais integrantes da Comissão Examinadora.

  
MARIA CRISTINA DOS SANTOS  
(COORDENADORA INTERINA DO  
PPGH/PUCRS)

  
RENÉ ERNAINI GERTZ  
(ORIENTADOR – PUCRS)

  
ANA LUIZA SETTI RECKZIEGEL  
(UPF)

  
LUÍS CARLOS DOS PASSOS MARTINS  
(PUCRS)

**PUCRS**

**Campus Central**

Av. Ipiranga, 6681 – P. 5 – sala 407 – CEP 90619-900  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3534 – Fax (51) 3320-3875  
E-mail: [historia-pg@pucrs.br](mailto:historia-pg@pucrs.br)  
[www.pucrs.br/pghistoria](http://www.pucrs.br/pghistoria)

*Para Marcella Saionara  
Ferreira Dias, com amor.*

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não existiria sem uma série de pessoas, que se envolveram direta ou indiretamente com ela. Entre elas, Marco Antônio Medeiros da Silva, pessoa que sempre me estimulou a não parar na graduação, e me proporcionou realizar a primeira pesquisa em fonte primária para o seu doutorado, ao longo de quase um ano. Também me apresentou o PPGH/PUCRS, onde esta pesquisa foi desenvolvida. A ele, devo este início da minha vida acadêmica, e também estendo o agradecimento pelo fato de ter lido os originais antes de este trabalho ir para a banca, dando ponderações, sugestões e críticas importantes antes da avaliação final. Eternamente grato, Marco!

Falando nisso, meu agradecimento especial é para René Gertz, pela confiança e paciência ao longo deste trabalho, pelas orientações atentas e por estar sempre presente nas horas em que precisei. Agradeço pela liberdade concedida para eu produzir o meu trabalho, sempre ouvindo, aconselhando, ponderando e endossando essa pesquisa. Se todos nós temos os nossos “ídolos”, que servem como inspiração para a pesquisa e escrita, nem todos conseguem o privilégio de ter o trabalho conduzido por alguém que admira como eu tive. René, muito obrigado! Foram dois anos de um convívio muito gratificante.

Sou grato também aos professores Luís Martins e Ana Reckziegel por terem aceito participar da banca avaliadora deste trabalho, apesar de sua extensão *atípica*. Ambos leram com zelo e atenção, dando sugestões valorosas para a versão definitiva. Sou grato por acreditarem que este trabalho mereceu a aprovação com louvor.

Naquilo que tange à parte financeira, esta pesquisa não seria possível sem o financiamento da CAPES. Meu agradecimento, portanto, a esse órgão, ao governo federal, e à Comissão de Bolsas do PPGH de 2014/2. Aproveito para agradecer a todos os professores do PPGH/PUCRS, em especial Luís Martins, Helder da Silveira, Leandro Gonçalves, Antônio de Ruggiero, Luciano de Abreu, Jaime Vallim, Cláudia Musa Fay e René Gertz, pelo aprendizado obtido por meio de suas disciplinas. Aproveito para agradecer aos demais funcionários, desde a secretaria até o mais baixo da escala “hierárquica” que, se não são propriamente “acadêmicas”, são indispensáveis para a manutenção da universidade. Agradecimento semelhante a todos os funcionários dos diversos arquivos que, apesar das dificuldades financeiras e de pessoal, mantêm o atendimento aos pesquisadores, servindo como “combustível” para boa parte da universidade.

Não posso deixar de agradecer aos meus colegas e professores da graduação, com quem tive grandes diálogos e trocas de conhecimento, onde tive a base da minha formação, a todos os meus colegas do PPGH/PUCRS. São muitos nomes, e, invariavelmente, alguma pessoa *muito importante* ficará de fora. Mas refiro com ênfase especial os colegas que compuseram a organização do II EPHIS, evento que ajudei a realizar, a equipe que compõe e compôs a revista discente *Oficina do Historiador* (2015/1; 2015/2; 2016/1), da qual fiz parte, e para alguns amigos que, hoje, vão além da PUCRS, como Waldemar Dalenogare Neto (sempre disposto a ajudar! Muito obrigado, irmão!), Tiago Orben, Rafael Ganster, José Oliveira, Caio Proença, Eduardo Freitas, Eduardo Kafer, Fernando Comiran, Everton Pimenta, Guilherme de Andrade.

Por fim, mas **NÃO MENOS IMPORTANTE**, o meu agradecimento às pessoas mais próximas que me deram suporte [e suportaram] durante esses anos, somados, aqui, desde a graduação. Ana Paula Ferreira Dias e Marcella Saionara Ferreira Dias, companheiras, por serem grandes guerreiras e compreenderem minha ausência para a pesquisa, sempre com o sorriso no rosto e o carinho no coração. Foram elas as pessoas mais importantes nesta trajetória. Sei que não foi e nem é fácil essa rotina, mas, ainda assim, ressalto que não esqueço o esforço de vocês. Nada disso seria possível sem essa paciência, esse carinho e essa compreensão. Obrigado, meu amor [quantas horas faltam para acabar?]. Obrigado, filha! [*Papai tá tabaiando; Essa é a bibroteca do papai?*]. Amo demais vocês, que foram coautoras deste trabalho dando todo o suporte que necessitei. Aos meus pais, Jerônima Saraiva e Rogério Lapuente, que deram suporte, dentro de suas possibilidades, para que eu realizasse meus estudos, e foram parte importante nesta construção. O mesmo valendo para meus irmãos, Luana Silva e Marcelo Pilar, bem como a Gabrielle, a *cunhada de uma década*. Da parte familiar, não posso omitir minha gratidão por alguns tios, que sempre se mostraram interessados na minha pesquisa e nos meus estudos [Silvia, Volnei, Ricardo, Silvio e Fátima] e dos meus padrinhos, Demóstenes e Rosângela. Também aos meus avós, Thereza (*in memorian*), Ignácio, João (*in memorian*) e Nahir, pelo carinho e zelo com o *jovem Rafael*.

A extensão deste agradecimento mostra que essa caminhada foi recheada de pessoas muito especiais. Em função disso, não posso me esquivar de dizer que tive todas as condições possíveis para produzir este trabalho, em um país desigual, onde apenas cerca de 5% da população consegue concluir o ensino superior. Portanto, todos os equívocos deste trabalho são por culpa do autor, e suas virtudes se explicam, certamente, pelo grande número de pessoas envolvidas com carinho e paciência nesta pesquisa.

*“As cartas mais comoventes que recebi vieram de estudantes de pós-graduação que relatavam suas experiências com professores (incluindo alguns eminentes historiadores) que se recusavam a aprovar ou orientar dissertações sobre um assunto tão ‘arcaico’ ou ‘elitista’ como a história política ou intelectual. Um dos estudantes de meu próprio seminário, que procurava desenvolver seu artigo em uma dissertação, disse-me que o professor em cujos domínios seu assunto estaria o advertira de que uma biografia política e intelectual, o tipo que o interessava, era uma ‘velharia’, sendo que seu trabalho nunca seria publicado e criaria um obstáculo para sua carreira”*

***Gertrude Himmelfarb***

*“A história política faz a felicidade dos calendários”*

***René Remond***

*“O historiador é como o ogro da lenda. Onde fareja carne humana sabe que ali está a sua caça.”*

***Marc Bloch***

*“Espero também que não me critiquem a ambição excessiva, o desejo e a necessidade de ver em grande e ao longe; a história não está irremediavelmente condenada a ter de se remeter ao estudo de jardins encerrados entre muros”.*

***Fernand Braudel***

## RESUMO

Este trabalho analisa a política gaúcha, entre 1934 e 1937, durante o governo Flores da Cunha. A pesquisa se baseia em dois eixos: 1. nas negociações envolvendo a pacificação da política rio-grandense, quando o assunto ganha força durante as eleições de 1934, até a assinatura do pacto intitulado *modus vivendi*; e 2. a partir do processo de erosão da base política do governador Flores da Cunha, iniciado em fins de 1936, que desembocou em sua “renúncia-deposição”, em 1937. Procuramos conhecer, por meio das correntes e dissidências políticas do período (PRR, PL, PRL, Dissidência Liberal, PRC, UDN, Ação Libertadora), e dos atores envolvidos (Raul Pilla, Maurício Cardoso, Flores da Cunha, Benjamin Vargas, João Neves da Fontoura, Antunes Maciel, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, entre outros), como ocorreu o processo que levou a política gaúcha do acordo de “pacificação” ocorrido por meio do *modus vivendi* até o rompimento definitivo entre o governador Flores da Cunha, a oposição e parte de sua base partidária. Para isso, utilizamos uma série de fontes primárias, sobretudo jornais impressos e telegramas de acervos particulares por meio da Análise de Conteúdo, consultando arquivos do NUPERGS, CPDOC, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, DELFOS/PUCRS, Solar dos Câmara, Acervo Rádio Difusão/UFRGS e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Nossa análise utilizou como marco autores que pensaram, teórica e metodologicamente, o conceito de História Regional. Além disso, inserimos este trabalho nos debates que envolveram a *nouvelle histoire politique*, pela historiografia nos últimos anos.

**Palavras-chave:** *florismo*; Frente Única Gaúcha; história política; história regional; Era Vargas.

## ABSTRACT

This paper analyzes the Rio Grande do Sul state's policies between 1934 and 1937, during the government of Flores da Cunha. Our research is based on two main foundations: 1. In the negotiations involving the pacification of Rio Grande's policy, when this issue gained momentum during the 1934 elections, until the signing of the pact called *modus vivendi*; and 2. from the political erosion of governor Flores da Cunha base, which began in late 1936, until his resignation in 1937. We seek to know, through the political trends of the period (PRR, PL, PRL, Dissent Liberal, PRC, UDN, Liberation Action) and through the actors involved (Raul Pilla, Maurício Cardoso Flores da Cunha, Benjamin Vargas, João Neves da Fontoura, Antunes Maciel, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas and others), how was the process that led from pacification to the definite rupture in the state's politics. For this we use a number of primary sources, especially newspapers and private collections telegrams, dealing with them according to content analysis, and also following authors who thought, theoretically and methodologically, the concept of Regional History. In addition, we put this work into the debates surrounding the *nouvelle histoire politique* by historiography in recent years. We developed our research through the analysis of documents of NUPERGS, CPDOC, Media Museum Hipólito José da Costa, DELFOS/PUCRS, Solar dos Câmara, Arquivo Radio Difusão/UFRGS and Rio Grande do Sul's historical archives.

**Keywords:** *florismo*; Gaúcho United Front; political history; regional history; Vargas age.

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AAB – Arquivo Assis Brasil
- AAM – Arquivo Antunes Maciel Jr.
- AFC – Arquivo Flores da Cunha
- AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
- AIB – Ação Integralista Brasileira
- AMV – Arquivo Moysés Vellinho
- APRPS/FC – Arquivo Particular Regina Portella Schneider/Flores da Cunha
- APSS/BM – Arquivo Particular Sinval Saldanha/Borges de Medeiros
- ARD – Arquivo Rádio Difusão
- ASC/ALERGS – Acervo Solar dos Câmara/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- AGV – Arquivo Getúlio Vargas
- ALC – Arquivo Lindolfo Collor
- ANL – Aliança Nacional Libertadora
- ARN – Ação de Resistência Nacional
- ARP – Arquivo Raul Pilla
- BM – Brigada Militar
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/RJ
- CRS – Coligação Radical Socialista
- FUG – Frente Única Gaúcha
- FUP – Frente Única Paulista
- HDBN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LEC – Liga Eleitoral Católica
- LSN – Lei de Segurança Nacional
- MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
- NUPERGS – Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense/UFRGS
- OAB/RS – Ordem dos Advogados do Brasil/Rio Grande do Sul
- PC – Partido Constitucionalista
- PDN – Partido Democrático Nacional
- PDP – Partido Democrático Paulista
- PL – Partido Libertador

PLC – Partido Liberal Catarinense

PP – Partido Progressista

PRC – Partido Republicano Castilhistas

PRL – Partido Republicano Liberal

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido Republicano Paulista

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UDB – União Democrática Brasileira

UDN – União Democrática Nacional

UPF – União Progressista Fluminense

## SUMÁRIO

<b>Lista de abreviaturas.....</b>	<b>11</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. ESCLARECENDO A PESQUISA: APONTAMENTOS INICIAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>2. A POLÍTICA GAÚCHA NA INTERVENTORIA FLORES DA CUNHA: DELINEANDO O CONTEXTO.....</b>	<b>31</b>
2.1 POLÍTICA REGIONAL NA DÉCADA DE 1920: BREVES APONTAMENTOS.....	31
2.2 DERRUBAR O PAULISTA, E DEPOIS O GAÚCHO: AS CAMPANHAS ARMADAS E A POLÍTICA GAÚCHA (1930-1932).....	34
2.2.1 O Rio Grande do Sul sob o comando de Flores da Cunha e o Brasil pós “Revolução” de 1930.....	36
2.2.2 O acirramento das divergências com o governo provisório.....	39
2.3 O PÓS-GUERRA CIVIL: O EXÍLIO, O PRL E AS ELEIÇÕES NO NOVO CONTEXTO.....	52
2.3.1 A fundação do Partido Republicano Liberal.....	54
2.3.2 A FUG no pós-Guerra Civil: exílio, conspirações, eleições.....	58
2.3.3 As eleições de 1933 e 1934 no Rio Grande do Sul: repressão, conspiração, consolidação do predomínio florista e anistia.....	61
<b>3. A POLÍTICA RIO-GRANDENSE ENTRE FÓRMULAS E DISSIDÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>
3.1 A “PACIFICAÇÃO”, EM MEIO A ROMPIMENTOS: DAS ORIGENS AO PACTO.....	75
3.2 O ACORDO DE 17 DE JANEIRO: A NOVA PEÇA NO JOGO.....	129
3.2.1 O <i>modus vivendi</i> : uma análise sobre a assinatura do pacto, o funcionamento durante os primeiros meses entre as correntes políticas do Rio Grande do Sul e o impacto no cenário nacional.....	133
3.2.2 A fragilidade do <i>modus vivendi</i> : A sucessão presidencial, o boicote de Getúlio Vargas e a <i>crise de maio</i> como fatores de instabilidade nos primeiros meses do acordo.....	138
<b>4. DO DECLÍNIO À QUEDA DO FLORISMO.....</b>	<b>155</b>
4.1 AS TURBULÊNCIAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1936: O AUMENTO DO FRACIONAMENTO DA POLÍTICA REGIONAL E O ENVOLVIMENTO MILITAR.....	156
4.1.1 O início do aquecimento do debate pela sucessão presidencial no Rio Grande do Sul, as desarticulações de Getúlio Vargas e o Congresso do Partido Libertador.....	160
4.1.1 Viradas no contexto nacional em favor de Getúlio Vargas: a queda de Antônio Carlos e a proposta do <i>octólogo</i> pela FUG.....	167
4.1.2 O definitivo envolvimento militar na crise com o governo federal: o Exército varguista e os provisórios floristas.....	174
4.1.3 A crise final do <i>modus vivendi</i> e a ruptura com Flores da Cunha: afastamento com o situacionismo estadual e o início do isolamento político do governador.....	180
4.2 TEMPOS DE INCERTEZAS: DELINEANDO A CONJUNTURA.....	193
4.2.1 A crise na FUG: o embrião do PRC e da UDN.....	194
4.2.2 A saída da FUG das <i>Oposições Coligadas</i> : o agravamento da crise.....	201
4.2.3 Os corpos provisórios: uma ameaça militar.....	204

4.2.4 Entre Legislativo, Trégua Aranha, repressão e Alberto Pasqualini: a ação parlamentar e política do <i>antiflorismo</i> e a resistência do governador .....	209
4.3 1937: A SUCESSÃO E A ALIANÇA CIVIL-MILITAR CONTRA FLORES DA CUNHA .....	217
4.3.1 A primeira investida militar do Catete: a <i>Operação de Maio</i> .....	233
4.3.2 A Ação Libertadora: cisão no Partido Libertador inserida no contexto <i>armandista</i> .....	236
4.3.3 A política regional e a relação com as candidaturas à sucessão presidencial: aproximações, apoios, dissidências e divergências .....	239
4.3.4 A cartada final: o estabelecimento antecipado do Estado Novo no Rio Grande do Sul .....	245
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>269</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>278</b>

## 1. ESCLARECENDO A PESQUISA: APONTAMENTOS INICIAIS

### I.

Ao visitar a Ladeira Livros, uma livraria porto-alegrense frequentada por muitos historiadores, após ter sido contemplado com a bolsa desta pesquisa, disse eu ao proprietário que meu estudo se voltaria à política gaúcha. O atendente, em resposta, afirmou que pesquisar história do Rio Grande do Sul, hoje, era “coisa” de antiquário. Nunca me esqueci desta declaração que, em determinado ponto, me surpreendeu, uma resposta, talvez, ligada ao *boom* em que as pesquisas sobre história do Rio Grande do Sul tiveram nos anos 1980 e 1990, quando estudos com abordagem regional e local eram a *bola da vez* nas universidades brasileiras, influenciando, até mesmo, parte da produção latino-americana, sobretudo argentina, que tem nos estudos regionais uma área bastante consolidada hoje pela historiografia.<sup>1</sup>

Entretanto, se era quase um *modismo* nas universidades brasileiras, a realidade, hoje, é distinta. Distante de ser ou não *démodé*, vemos, assim como a historiadora Loiva Otero Félix, inquietos e com reservas às ditas “modas intelectuais”<sup>2</sup> que o meio historiográfico impõe e que, de alguma forma, ao mesmo tempo em que privilegia alguns temas, também age como um censor, colocando outras abordagens a um segundo plano.

Até mesmo entre a história política gaúcha, no auge de seu prestígio, nos anos 1980, houve abordagens melhor estudadas, em detrimentos de outras. Voltando nossa constatação para o período republicano, poucos historiadores se surpreenderiam com a afirmação de que a Primeira República, sobretudo o *castilhismo-borgismo*, está relativamente bem estudada, talvez o mais pesquisado recorte entre todos os períodos na história política gaúcha. Em 1991, René Gertz constatou que poucos trabalhos haviam sido escritos sobre o Estado Novo no Rio Grande do Sul.<sup>3</sup> Considerando que este período tivera uma razoável produção desde a segunda metade da década de 1990, sob diferentes enfoques, podemos dizer, com alguma segurança, que essa afirmação sustenta-se bem menos hoje do que há 25 anos.

Entretanto, entre a Primeira República e o Estado Novo, é notório que há uma lacuna na historiografia política regional: desde os primeiros trabalhos acadêmicos feitos por

---

<sup>1</sup> FERNÁNDEZ, Sandra. Introducción. In: FERNÁNDEZ, Sandra (comp.). *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007.

<sup>2</sup> FÉLIX, Loiva Otero. História política renovada. *História Unisinos*, Porto Alegre, número especial, p. 103-116, 2001.

<sup>3</sup> GERTZ, René. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luiz Werneck da (org.). *O feixe o prisma: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

cientistas políticos na década de 1980, são escassas as pesquisas tanto de historiadores quanto de cientistas sociais, independente da abordagem. Apesar de ser um período muito importante para a consolidação da Era Vargas no plano nacional, estando o Rio Grande do Sul profundamente ligado e influente no cenário político deste período, sendo base para a estabilidade e, em muitos momentos, também para a volubilidade do regime, e havendo uma quantidade significativa de fontes primárias para pesquisa, esse período, marcado pela liderança política de Flores da Cunha, permaneceu escamoteada pela produção acadêmica. Indiscutivelmente, essa lacuna foi a principal motivação para este trabalho de pesquisa.<sup>4</sup>

Abordando a problemática desse estudo, temos ciência de que o período analisado aqui é rico naquilo que tange à política, esta, marcada por grande efervescência interna. Por isso, nós temos como objetivos centrais analisar a relação política do governo Flores da Cunha com a oposição estadual e com Getúlio Vargas, a partir de quando aquele retomou tratativas de pacificação com a Frente Única Gaúcha, em 1934, até sua “renúncia-deposição”, em 1937, buscando entender como ocorreu o processo de pacificação da política regional; e quais fatores levaram Flores da Cunha e Getúlio Vargas a passarem de importantes aliados a inimigos abertos, e o que fez o primeiro, de sustentador do governo provisório em 1932, a transformar-se na mais forte resistência ao fechamento do regime em 1937, mesmo tendo sua base política erodida com a saída da FUG e com o surgimento da Dissidência Liberal.

Dentro deste marco, temos como objetivos específicos entender qual foi o papel da FUG no processo de composição e isolamento do *florismo*; quais fatores levaram ela a se aliar com Getúlio Vargas, depois de ter pegado em armas para tentar derrubá-lo em 1932; como

---

4 Indicamos sete trabalhos que fazem uma análise sobre a política regional sulina entre 1930-1937, sendo quatro deles nos anos 1980: TRINDADE, Héliqio. *Revolução de 30: Partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM, 1980; RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e Castigo*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001; SOSA, Derocina Alves Campos. *Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2001; CARAVANTES, Rejane Marli Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: o papel de Flores da Cunha*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988; ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: Governo, História e Política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006; NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980; PESAVENTO, Sandra Jatthy. *RS: A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Há, evidentemente, outros trabalhos e artigos, geralmente com um recorte cronológico mais amplo do que 1930-1937, e outros que dedicaram, por vezes, um capítulo, normalmente a título de contextualização, e alguns poucos trabalhos sobre o período com perspectiva municipalista e local, como FILATOW, Fabian. *Política e Violência em Soledade – RS (1932-1938)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015; GUERREIRO, Caroline Webber. *Vulcão da Serra: Violência política em Soledade (RS)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005; AGUIRRE, Alexandre. *Flores da Cunha: relação política administrativa com Passo Fundo e região norte do RS, nas páginas de O Nacional*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012; e FARIAS, Renato. *Flores, Vargas e o PRL: Registros da imprensa passo-fundense*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

Getúlio Vargas influenciou no cenário político regional para boicotar a base política *florista* e cooptar a oposição *frenteunista*; como Flores da Cunha se articulava com a política federal e de outros estados; como o Exército atuou dentro do cenário político sulino, tanto em prol do *florismo* quanto em oposição a ele; como as oposições ao *florismo* se articularam entre si, no pós-1936; quais interesses *floristas* e *frenteunistas* rondaram o pacto de pacificação no contexto político regional e nacional; e como Flores da Cunha arquitetou sua resistência contra o bloco *varguista*, nas esferas política e militar. Em síntese, analisamos como se relacionou a política regional internamente, e como ocorreu sua inserção e intervenção dentro do universo político nacional.

## II.

Tanto para o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ruben Oliven, quanto para a docente da University of New York, Bárbara Weinstern, o nacional passa, primeiro, pelo regional.<sup>5</sup> A definição do conceito de *região* é alvo de disputa entre cientistas, pois, se os geógrafos aspiram ao monopólio da definição legítima, historiadores, etnólogos, economistas e sociólogos também buscam definições em suas disciplinas, a partir do momento em que os estudos regionais passaram a despertar o interesse de outras áreas.<sup>6</sup> Portanto, abordaremos a evolução teórica e metodológica do conceito de *História Regional*, pela historiografia, a partir de pesquisadores que procuraram compreender, defini-lo e problematizá-lo. E, tendo em vista a larga tradição da historiografia argentina nos estudos regionais, seria empobrecedor não trazer para o debate alguns dos autores que, nos últimos anos, se debruçaram sobre o tema naquele país. Procuraremos estabelecer um diálogo entre essa produção nos últimos anos com alguns autores brasileiros.

Janaína Amado ressalta que uma das virtudes do estudo regional é viabilizar “novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da história”, a partir do enfoque, “que faz aflorar o específico, o próprio, o particular”.<sup>7</sup> Podemos afirmar que Ana Reckziegel segue uma via parecida. Para ela, o estudo do regional apresenta todas as temáticas relacionadas à história dita “nacional”, mas sob uma ótica que ressalta a especificidade, as diferenças e a multiplicidade, pois a história “nacional” generaliza, e a “regional” particulariza. A autora ainda afirma que a história regional, por

<sup>5</sup> OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil Nação*. Petrópolis: Vozes Editora, 1992, p. 43; WEINSTEIN, Bárbara. História regional versus história nacional: repensando as categorias de uma perspectiva comparada. *Territórios e fronteiras*. Campo Grande, n. 1, v. 4, jan/jun-2003.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 108 et seq.

<sup>7</sup> AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (dir.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

muito tempo, foi vista como algo “menor”, visão que ficou em *xequê* com o esgotamento das *macro abordagens*.

Além disso, a multiplicação dos cursos de pós-graduação no Brasil permitiu a formação de historiadores com embasamento científico, e atentos aos temas regionais. Para Reckziegel, deve ser levado em conta que a região só pode ser entendida se referida com o sistema global de relações a qual ela pertence. A região (parte) e o sistema que a contém (todo) precisam estar em permanente articulação, pois o nacional é informado por uma perspectiva regional, enquanto o regional não pode ser significado sem a referência ao nacional. Entretanto, ela destaca que isso não pode desembocar em análises globalizantes, pois “o âmbito regional possui uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas, autônomas e singulares”, constituindo o regional menos um espaço físico, e mais um conjunto de relações e articulações em torno de identidades singulares.<sup>8</sup>

Assim como Reckziegel, Bárbara Weinstein menciona que os estudos regionais foram estigmatizados por parte do meio acadêmico, vistos como inferiores à dita “história nacional”, uma situação também relatada pela historiografia argentina, marcada, segundo Daniel Campi, por “una falsa dicotomia entre una historia ‘de primera’ (la nacional porteñocéntrica) y otra ‘de segunda’ (las de provincia)”. Nessa esteira, Weinstein, atentou que ainda há uma tendência a se escrever como “nacional” aquilo que vem do centro do país, e considerar-se o restante como uma “periferia regional”, uma constatação semelhante à da historiadora argentina Sandra Fernández, que alega serem as análises de algumas realidades estabelecidas e consideradas como se fossem um “todo”.<sup>9</sup>

Há um consenso entre os autores, brasileiros e argentinos, de que a definição de região é imprecisa, e que não se pode analisar o regional sem considerar o *macro* na pesquisa. Mas, talvez a melhor contribuição nesse quesito seja a de Vera Silva. Para ela, o referencial analítico que dá sentido ao enfoque regional é a teoria de sistemas, que “pressupõe integração

---

<sup>8</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Apresentação. In: BATISTELLA, Alessandro et al. (orgs.). *Fazendo História Regional: política e cultura*. Passo Fundo: Méritos, 2010, p. 5-6; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História Regional: dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências*. Passo Fundo, n. 1, v. 1, jun/dez-1999, p. 15-22; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. O historiador e a história regional. In: REICHERT, Emmanuel Henrich; SILVA, Amanda Siqueira da; TEIXEIRA, Anderson Mattos (orgs.). *Desvendando a história regional: novas pesquisas*. Passo Fundo: Editora Méritos, 2013, p. 25.

<sup>9</sup> WEINSTEIN, op. cit.; CAMPI, Daniel. *História Regional, ¿Por Qué?* In: FERNANDEZ, Sandra; CORTE, Gabriela Dalla (comps.). *Lugares para la historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosario: UNR Editora, 2005, p. 84; FERNANDÉZ, Sandra R. Los estudios de historia regional y local: de la base territorial a la perspectiva teórico-metodológica. In: FERNANDÉZ, Sandra R. (comp.). *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007, p. 31 et seq.

de partes que compõem uma unidade significativa de relações e movimento. [...]. Os limites de um sistema, ou seja, o número e natureza de suas partes componentes, dependem, conseqüentemente, do tipo de unidade que se pretende estudar”. Ela defende só ser possível estudar a região caso seja integrada como parte desse sistema de relações ao qual pertence. Por isso, alerta que a escala é indefinida, variando conforme o recorte e o objeto de análise, pois é possível falar tanto de uma região no sistema internacional, quanto dentro do estado nacional, ou inserida em uma das unidades de um sistema político federativo, ou, até, um recorte que não esteja política e juridicamente definido, confirmando a assertiva de Sandra Fernández, que concebe o conceito como algo polissêmico e flexível. Por fim, Vera Silva destaca que a região nada mais é do que um espaço de ação, mas seus limites contraem-se ou ampliam-se em função de iniciativas de indivíduos, grupos e governos que buscam formalizar o controle sobre recursos disponíveis em determinados territórios.<sup>10</sup>

Daniel Campi<sup>11</sup> ressalta que os estudos regionais argentinos incorporaram novos temas de análise para as sociedades locais, sendo o objeto de estudo uma porção de uma totalidade que, com suas singularidades, teria sua própria dinâmica histórica. Entretanto, são necessárias conexões com aquilo que se supõe como região ao sistema global em que está inserida, não se podendo falar, sem isso, em uma história regional. Para ele, a região é uma construção histórica, forjada pelos homens no tempo, e que só poderia ser pensada historicamente – ou seja, não são “dadas por la naturaleza”, são espaços “humanizados singulares, que son modificados y se reestructuran, precisamente, a través de la actividad humana”, devendo funcionar de alguma maneira como um sistema, com articulações endógenas que possam criar certa dinâmica e autonomia próprias em relação às conexões externas.

Segundo Sandra Fernández, a história regional não propõe um novo tema ou objeto, mas “una nueva mirada, un nuevo acercamiento, un nuevo abordaje analítico”. O local e o regional aludem a um ajuste espacial de observação e prática, detectando a diversidade e particularidade em um contexto maior do que certa coerência fenomenológica. Para ela, os estudos regionais subtraem “la potencialidad de la representatividad del caso en la comprensión del todo, la interpretación de la particularidad para esbozar un plano general, la explicación de lo singular para la complejización de la totalidad”.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (dir.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 43-44; FERNANDÉZ, op. cit., 2007a.

<sup>11</sup> CAMPI, op. cit., p. 84 et seq.

<sup>12</sup> FERNANDÉZ, op. cit., 2007b, p. 31 et seq.

Para María Rosa Carbonari, o intercâmbio disciplinar propiciou reconhecer que todo espaço tem sua história, e que ela está incorporada em espaços determinados. Carbonari destaca que os estudos regionais deixaram de ser dados em si mesmos, para voltarem-se a uma conjuntura mais ampla, devido ao estruturalismo francês (sobretudo braudeliano) e ao marxismo científico. Ela, no entanto, faz coro com outros pesquisadores: o espaço regional não é fixo, mas um recinto social heterogêneo, em contínua interação. É necessário analisá-lo como um espaço dinâmico e em contínuo movimento. Já para Susana Bandieri, os estudos regionais vêm contribuindo para revogar pressupostos generalizantes na produção argentina, e critica a identificação rígida com um tema, como acontece naquele país com os estudos regionais focados na história econômica, fato que, segundo ela, pode bloquear o avanço da área. Portanto, defende que a história regional aborde, também, outros temas.<sup>13</sup>

Deste modo, vale a pena trazer algumas reflexões de Simon Schwartzman, abordando a relação do regional com o poder político. Para este cientista político, a política é um fenômeno essencialmente espacial, consistindo na organização de um poder central sobre um território e pela incorporação de diferentes regiões e setores a este centro, que é politicamente dominante. Essas regiões, porém, vivem em um processo de inter-relação política, e entram em jogo fatores que tem a ver com grupos sociais, classes e processos produtivos. Essa característica espacial, de grupos, gerações e diferenciações entre distintas áreas é importante e devem ser levada em conta, sob pena de não se compreender o processo político. Isso, segundo Schwartzman, é mais relevante em países territorialmente extensos, como é o caso do Brasil. Pois, se em um país pequeno e razoavelmente homogêneo há menos dificuldades para chegar-se à concepção de um “todo”, já em uma federação ou em países geograficamente amplos “não pode de maneira nenhuma ser entendido sem o componente regional colocado na posição muito central”. Como exemplo, ele enfatiza as diversas crises tencionadas no federalismo brasileiro entre as regiões e o poder central que, em 1930, teve um ano simbólico naquilo que pode ser chamado como um processo de perda da autonomia das unidades federadas.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> BANDIERI, Susana. La posibilidad operativa de la construcción Histórica Regional o Cómo Contribuir a una Historia Nacional más Complejizada. In: FERNANDEZ, Sandra; CORTE, Gabriela Dalla (comps.). *Lugares para la historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosário: UNR Editora, 2005, p. 92 et seq; CARBONARI, María Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*. São Leopoldo, n. 1, v. 13, 2009. Uma interessante análise acerca da trajetória do conceito de região pode ser conferida nas páginas 96-100 do artigo de Susana Bandieri.

<sup>14</sup> SCHWARTZMAN, Simon. A revolução de 30 e o problema regional. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983.

### III.

Se já constitui praticamente um *clichê* mencionar a renovação da *histoire politique française*, isso não significa que situar os debates desta *nouvelle histoire politique* não seja algo importante, evitando cair na banalização do termo, como precaveu Pierre Rosanvallon.<sup>15</sup> E, portanto, é impossível não mencionar os trabalhos de René Remond, organizador de *Pour une histoire politique*, e marcou o dito “retorno do político”, junto com a *nouvelle histoire* da década de 1970, que também trouxe à tona outros novo-velhos temas. Embora crítico do termo *retorno*, que traz a conotação de uma volta ao passado, “não é a mesma política, nem a mesma história política, nem a mesma abordagem, nem inteiramente o mesmo objeto. É uma história renovada”, Rémond ressalta que a *nouvelle histoire politique*, agora, aborda temas que vão até ao estudo de estruturas e de longa duração, não se reduzindo ao acontecimento e a um enfoque simplista e factual, embora não signifique nem o retorno da narrativa no sentido tradicional, nem a superestimação do acontecimento, destacando que a virada-da-sorte só foi possível devido a essa renovação e ao diálogo interdisciplinar que, para a política, é “como o ar de que ela precisa para respirar”, segundo suas próprias palavras. Ele considera como ponto-chave do político a referência ao poder exercido em um determinado território definido por fronteiras, dispondo de força coercitiva, que define normas e leis, e sanciona as infrações, bem como a conquista e a contestação deste poder, e a relação do indivíduo com a sociedade global política. No entanto, deve-se ressaltar que o político se relaciona com muitas outras coisas. Não está ele isolado. Está, sim, em relação com os grupos sociais e as tradições de pensamento.<sup>16</sup>

José D’Assunção Barros segue caminho parecido. Para ele, aquilo que autoriza um trabalho a se classificar dentro da história política é o enfoque no poder, podendo-se privilegiar desde o estudo do poder estatal, da guerra, da diplomacia e dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder, até o dos micro poderes que aparecem na vida cotidiana, com suas apropriações e relações, seus mecanismos de imposição, com a organização das redes de atores sociais, entre outros. Para Barros, a palavra “poder” rege a história política, como a “cultura” rege a história cultural ou “imagem” a história do imaginário. Nesse sentido, o político existe em todos os lugares, pois “não existe

---

<sup>15</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>16</sup> RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Baurú: Edusc, 1999, p. 50-60; RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

sociedade sem referência ao poder”.<sup>17</sup> Assim, os objetos da história política passam a ser desde os enfoques semelhantes aos da história política tradicional, com novos sentidos e aportes teóricos, até os novos campos que a *histoire politique* abarcou nos últimos anos, tendo como ênfase as disputas pelo poder, contudo, de forma ampla, não mais aquele tradicional olhar aos grandes Estados e a um pequeno grupo de pessoas.

A “velha história política”, elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva e psicologizante foi vista como ultrapassada e anacrônica. Ela acabou sendo o alvo número um dos *Annales*, sobretudo com a ascensão de Fernand Braudel, onde o essencial na história eram os estudos econômicos e a teoria das três durações, que descartava o político como instância relevante. Isto é, a concepção de história política *naquele contexto*, pois a *nouvelle histoire politique* não retira a razão de muitas das críticas sofridas a partir dos *Annales*, incorporando-as para o estudo do político. Isso significou a ampliação de suas fronteiras, incluindo novas dimensões e objetos de estudo, sobretudo pelo contato com outras disciplinas, como a ciência política, a antropologia, a linguística, a psicanálise, que trouxeram novos campos e aportes de estudo, possibilitando o uso de novos conceitos, técnicas de investigação e problemáticas. Isso acompanhado de críticas a respeito da marginalização da política nos estudos históricos, ou da *history with the politics left out*, como disse uma historiadora norte-americana, nos anos 1980.<sup>18</sup>

Além dos *Annales*, a marginalização da política também veio por parte de algumas correntes marxistas, que, focando nas relações de produção e nas forças produtivas, jogavam a superestrutura (crenças, religião, política), um reflexo da infraestrutura, para um segundo plano. No entanto, o próprio René Rémond mencionou pesquisas acerca da origem das escolhas políticas, mostrando que, em muitos casos, os fatores de ordem econômica influíram menos que outros pontos, como a tradição cultural e a educação. Naquilo que tange ao governo, muitas vezes uma tomada de posição ou decisão política revelam o exercício da relativa autonomia das decisões políticas perante os constrangimentos, ou seja, há sempre uma margem de manobra para os políticos, podendo fazer uma dentre várias escolhas, e que são, antes de tudo, decisões políticas. Até porque, como assegura Rémond, “é por demais simplista imaginar que no fundo os políticos não passam de serviçais ou de executivos de grupos de pressão que lhe ditam suas decisões”.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> BARROS, José D’Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Revista Escritas*, v. 1, 2008; ROSANVALLON, op. cit., p. 23.

<sup>18</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 10, v. 5, 1992.

<sup>19</sup> RÉMOND, René. Por que história política? *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, 1994.

A superação dessa concepção hoje é bastante clara. Pois, nos dizeres de Pierre Bourdieu, é um equívoco subestimar a autonomia e a eficácia do político, “e reduzir a história propriamente política a uma espécie de manifestação epifenoménica das forças económicas e sociais de que os actores seriam, de certo modo, os títeres”.<sup>20</sup> Ou seja, Pierre Bourdieu não rechaça somente boa parte da perspectiva marxista, mas também, implicitamente, alertou para o reducionismo na análise do político, uma questão comungada também por René Rémond, como vimos.

Entretanto, o que define um objeto como político? Se a história política não é um retorno, mas uma “nova”, que trouxe, entre outros pontos, maior abrangência, qual seria o “tamanho” do político para os historiadores? Para René Rémond, o político não possui fronteiras: ora se dilata até absorver toda a sociedade, ora se retrai ao extremo. Portanto, é inútil delimitar um limite fixo. Além disso, ele destaca a fragilidade do político, ressaltando que ele está envolto em um contexto que sofre com as determinações externas, pressões e solicitações de todo o tipo, advertindo que, muitas vezes, a decisão política vinha de fatores que sequer eram políticos. Dessa forma, René Rémond ressalta que a política não segue um desenvolvimento linear, sendo feita de rupturas e, nesse caso, o acontecimento muitas vezes acaba irrompendo o inesperado nesse meio.<sup>21</sup>

#### IV.

Tendo em vista que “um documento não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão”<sup>22</sup>, para realizar este trabalho, utilizamos livros de memórias, anais de congressos, processos, telegramas e cartas de arquivos privados e jornais. Contudo, as duas últimas fontes foram as mais utilizadas nesta pesquisa. Para isso, utilizamos a metodologia da Análise de Conteúdo de Lawrence Bardin.<sup>23</sup>

Para ela, a análise documental é uma operação ou um conjunto, visando a representar o conteúdo de um documento sob uma forma distinta da original, a fim de facilitar sua consulta e referência, sendo uma fase preliminar para a constituição de um serviço de documentação ou banco de dados, que transforma documentos “brutos” em secundários, ou seja, sintetiza seu conteúdo, classificando-os por assuntos. Portanto, buscamos selecionar o material em três polos: na pré-análise, na exploração do material, e no tratamento e

<sup>20</sup> BOURDIEU, op. cit., 2001, p. 175. A grafia deriva do fato de a edição consultada ser de Portugal.

<sup>21</sup> RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a.

<sup>22</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 24.

<sup>23</sup> BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

interpretação dos resultados. Esse processo triplo consistiu em, primeiro, escolher e selecionar as fontes, fazendo uma análise rápida (*leitura flutuante*) de seu conteúdo, constituindo o *corpus* documental, que foi submetido aos procedimentos analíticos, através da amostra que o material apresentou. Posteriormente, seguindo ainda as premissas de Bardin, organizamos o material em categorias para a análise de conteúdo, antes do processo de escrita deste trabalho, visando a facilitar a interpretação das fontes primárias selecionadas. Tudo isso catalogado através do computador, com pastas e subpastas, facilitando o acesso ao conteúdo.

Consultamos oito arquivos privados: do CPDOC, examinamos os fundos de Lindolfo Collor, Antunes Maciel Júnior e Getúlio Vargas. O Arquivo Getúlio Vargas, catalogado e dividido *online* pelo próprio CPDOC por assuntos e dossiês, nos forneceu 1.084 arquivos. Isto é, ora um arquivo consistia em um ou dois telegramas, o que era mais frequente, ou às vezes eram dossiês temáticos com dezenas ou centenas de missivas organizados por recortes temporais. Já o de Lindolfo Collor, embora pouco utilizado, teve 664 telegramas consultados, e o de Antunes Maciel Júnior não sabemos quantificar, mas foi pouco utilizado, pois, estando ausente o guia virtual dos telegramas no *site* do CPDOC, acabamos consultando só alguns materiais já citados por outros autores que despertaram a curiosidade de se chegar aos originais.

Já no NUPERGS, em visita *in locu*, examinamos os arquivos pessoais de Raul Pilla e Flores da Cunha. Não temos uma contagem exata de quantos documentos consultamos, mas catalogamos 614 fotografias dos telegramas e das cartas do Arquivo Raul Pilla, e 775 imagens do acervo Flores da Cunha. Deve-se levar em conta que um telegrama necessita do número de fotos idêntico ao número de folhas. Ou seja, o número de imagens não significa serem 614 telegramas, mas sim de páginas, embora o material consultado seja maior do que isso.

Outros arquivos que forneceram um material menor foram o de Moysés Vellinho, no DELFOS, com 16 fotografias coletadas e catalogadas. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, o acervo de Borges de Medeiros e de Sinval Saldanha rendeu 262 fotografias, e na documentação de Regina Portella Schneider, autora da primeira biografia de Flores da Cunha, retiramos 114 registros fotográficos. Este material, no entanto, foi achado “ocasionalmente”, pois não sabíamos de sua existência, e estava fora dos catálogos. Tentamos analisar também os discursos parlamentares na Câmara dos Deputados, entretanto, o Solar dos Câmara possui os anais completos de quase todas as décadas, *exceto* os anos 1930, com um único volume do início de 1935. No total, os materiais de NUPERGS, DELFOS, Solar dos Câmara e AHRGS somaram 2.245 arquivos fotográficos coletados para a análise na pesquisa, contando, neste caso, com outros pequenos fundos que não foram úteis, todos divididos por ano da fonte e

subdivididos conforme seu conteúdo. Esse material, majoritariamente epistolar, nos proporcionou conhecer as redes de sociabilidades<sup>24</sup> estabelecidas dentro da política gaúcha.

Além dos arquivos pessoais, utilizamos a imprensa como uma importante fonte de pesquisa. Optamos por uma variedade de jornais, pois, conforme Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, a utilização de periódicos com distintas posições políticas possibilita ao historiador perceber as diferenças na cobertura de um determinado evento.<sup>25</sup> Portanto, consultamos os seguintes jornais: *O Estado do Rio Grande*, ligado ao Partido Libertador, *Diário de Notícias*, de Assis Chateaubriand, *Correio do Povo*, da família Caldas Junior, e *A Federação*, até 1932 pertencentes ao PRR e, depois disso, passando a ser órgão oficial do PRL. À exceção do último, os demais jornais estão disponíveis só no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. As péssimas condições do acervo do MUSECOM foram um obstáculo, pois, além do material deteriorado pela consulta manual, também foi consumido por umidade, chuvas e infiltrações<sup>26</sup>, somadas à falta de pessoal para o atendimento ao público, e a redução, durante a pesquisa, do horário de funcionamento em mais de 50% do tempo de quando esta pesquisa iniciou. No entanto, conseguimos coletar 6.091 fotografias do material dos três jornais mencionados, para o período 1930-1937.

Todavia, muitas vezes a publicação de um determinado jornal está desgastada ou, por ter a letra muito pequena e ocupar boa parte do espaço do jornal, são necessárias diversas fotos para que ela fique legível quando fosse lido no computador.

A maioria desse material engloba outubro de 1934 até novembro de 1937, em relação ao qual decidimos fazer uma extensa e trabalhosa consulta *day-by-day* nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, pois, no recorte cronológico 1930-1934, apenas consultas pontuais foram realizadas. Tanto que, de 1934-1937, 5.695 fotografias foram feitas desse período, representando 94% do material coletado na imprensa para a pesquisa. Para facilitar o manuseio desse acervo, dividimos por ano, subdividimos por mês e, por último, catalogamos por assunto. Já no jornal *A Federação*, por estar *online* na Biblioteca Nacional, não fizemos uma catalogação nem uma quantificação do que foi consultado, pois o fizemos pontualmente, quando queríamos conhecer o posicionamento, especialmente do PRL, através do sistema de busca virtual, que facilita este tipo de procura. Ao total, nosso acervo com as fotografias da

---

<sup>24</sup> *Redes de sociabilidades* são entendidas como uma rede organizacional mais ou menos formal ou institucional e como um *microcosmo* de relações afetivas de aproximação ou rejeição, conforme GOMES, Ângela de Castro. Em família: correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escritas de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

<sup>25</sup> GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>26</sup> Ver anexo I.A e I.B.

documentação atingiu 8.433 arquivos em formato JPEG, ocupando um espaço virtual de 26,2 Giga Bytes. Contudo, a maior parte desse material, na etapa de escrita do trabalho, ficou de fora, incluindo correspondências cifradas, em que não foi possível desvendar os códigos.

## V.

Tendo em vista que nenhum documento é inocente, e que toda fonte deve ser analisada criticamente, desestruturando-a e desmontando-a<sup>27</sup> para não se deixar levar pelo “discurso da fonte”, esse material teve cuidadosa atenção à luz das reflexões da historiografia acerca tanto do documento pessoal quanto da imprensa, até porque, inegavelmente, ambas são distintas, sendo ora incongruentes, ora complementares. Os arquivos pessoais, segundo Ângela de Castro Gomes, são fontes recentes para a historiografia, datando de 1970 seu uso em pesquisas no meio acadêmico, tanto no Brasil quanto na Europa. Entretanto, ela ressalta o perigo dos *feitiços* que esse tipo de material pode refletir na pesquisa histórica, seduzindo e induzindo os historiadores, pois, por se tratar de documentação pessoal, tende a vender a “ilusão da verdade”, pela intimidade e pessoalidade que a fonte possui, pois não é destinada ao espaço público. Essa, para a autora, é a principal armadilha na pesquisa em arquivos pessoais. Por isso, ressalta que a documentação particular não pode ser desconsiderada, mas ser submetida a uma reflexão, e problematizada, associada com outros tipos de documentação, e passando pelo crivo de um rigoroso tratamento teórico-metodológico, assim como qualquer fonte histórica.<sup>28</sup>

Ela ressalta, em sua experiência de pesquisa em arquivos privados, que as trocas epistolares tendem a revelar certa descontinuidade e fragmentação, explicável, em parte, porque a comunicação escrita é dispensável quando os correspondentes podem entender-se verbalmente. Para Ângela de Castro Gomes, outro fator importante na análise é conhecer o tipo de documentação presente, ou seja, se o papel é formal, denotando a ocupação de cargos institucionais ou funções, ou informal, evidenciando uma rede de relações políticas. Além disso, ela destaca que os fundos privados, diferente dos jornais, denotam algum conhecimento prévio ao destinatário da missiva, tornando o discurso difícil para o pesquisador.<sup>29</sup> Pode-se concluir, portanto, que muitas vezes o historiador que lida com esse tipo de material deve trabalhar como se estivesse montando um “quebra-cabeça”, encaixando peças e encontrando

<sup>27</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

<sup>28</sup> GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2008.

<sup>29</sup> GOMES, Ângela de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, n° 2, set. 1981.

indícios na construção da pesquisa histórica. Além do mais, podemos afirmar que muito daquilo que é dito no material de arquivo são assuntos de bastidores, que não estão presentes nas coberturas dos jornais, ou seja, acaba sendo uma “complementação” desta fonte de pesquisa.

Christophe Prochasson trouxe algumas contribuições para entender o arquivo privado como fonte para a historiografia. Mesmo que reconheça a tendência ao intimismo, pela ausência, por vezes, de formalidade, ele destaca que os arquivos privados privilegiam as fontes qualitativas, desnudando os bastidores da vida cultural e política. Pois, ressalta Prochasson, é nesses arquivos que se busca o segredo oculto nas manifestações públicas, encontrando por vezes as contradições, ou as “caídas de máscaras”, nas palavras do próprio autor. Entretanto, alerta para as armadilhas que se põem para o historiador, como a impressão de pegar um autor desprevenido, de violar sua intimidade e de obter a garantia da autenticidade. Até porque, em muitos casos, mesmo que a troca epistolar seja privada, alguns dos autores têm o desejo de torná-la pública. Por isso, deve-se atentar para os anseios de “verdade” e de “intimidade” que o documento, muitas vezes falsamente, traz.<sup>30</sup>

Por fim, Rebecca Gontijo, refletindo acerca das fontes epistolares, ressalta que esse material privilegia a individualidade do missivista, e destaca a necessidade de se desconfiar daquilo que parece espontâneo, autêntico e verdadeiro, não para descartar, mas problematizar. Isso porque a correspondência, como um ato individual e prática social, também está sujeita a regras e códigos que necessitam ser considerados, como um espaço privilegiado para a observação da relação do indivíduo consigo e com os outros, fato que não impede que sofra censuras e modificações pelo próprio remetente. Isto é, ela é um lugar de subjetividade e sociabilidade, permitindo a construção e transmissão de um “clima emocional” que possibilita a aproximação e o distanciamento entre os missivistas. Nisso, acaba sendo oposto às fontes públicas, como jornais e revistas, manifestos ou colóquios, construindo uma sociabilidade privada.<sup>31</sup>

Naquilo que tange à imprensa, Francisco das Neves Alves ressalta que os periódicos impressos são fonte valiosa para a reconstituição das lutas políticas, pois nos periódicos esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o jornalismo a servir como um elo ou agente de combate entre as distintas correntes políticas. Já Maria Helena Capelato destaca que o jornal sempre se impôs como uma força política e, por isso, governos e “*poderosos*” a

<sup>30</sup> PROCHASSON, Christophe. “Atenção: verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2008.

<sup>31</sup> GONTIJO, Rebeca. Entre quatre yeux: a correspondência de Capistrano de Abreu. *Escritos II*. Rio de Janeiro, v. 2, 2008.

adulam, vigiam, controlam e punem. Por outro lado, segundo a historiadora, deve-se ter em mente que a finalidade do jornal é a busca de um público específico, e que essa relação é parte importante para a compreensão daquilo que é o periódico, sendo, também, uma mercadoria, geralmente ligada ao setor privado, atuando na lógica do lucro. Por isso, ela afirma que o jornal nem é um repositório da verdade, tampouco deve ser desprezado pela subjetividade presente que, ao bem da verdade, toda fonte histórica possui.<sup>32</sup>

Outra autora que destaca a proximidade da história política com a imprensa é Tânia Regina de Luca, ressaltando que os periódicos impressos não ficaram de fora do movimento de renovação dessa abordagem historiográfica. Além disso, afirma que, para a análise dessa fonte, não menos importante é considerar aspectos como aparência física, estrutura e divisão do conteúdo, as relações que o periódico manteve com o mercado, a publicidade e o público a que se visa atingir, o que permite *historicizar* a fonte, pois a imprensa seleciona, estrutura, ordena e narra da forma que elegeu ser relevante para chegar até o seu público.<sup>33</sup>

Cláudio Pereira Elmir afirma que o jornal não pode ser visto como um dado, do qual abstraímos os elementos de uma “suposta” realidade, ou seja, deve ser feita uma leitura meticulosa, demorada e exaustiva, distinta daquela que fazemos fora da pesquisa, considerando a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação a nossa experiência de leitura. No entanto, para Ângela de Castro Gomes, a grande diferença de um jornal para um documento privado é que, sendo o periódico público, ele procura analisar os acontecimentos para o seu leitor, dando o maior número de informações possíveis, e, por sua natureza cronológica e informativa, é uma fonte auxiliar na contextualização da pesquisa. Para analisar as notícias jornalísticas, Ângela de Castro Gomes levanta alguns elementos, como os limites concretos para a informação por meio da censura, como é o caso do nosso trabalho, e as possíveis *artimanhas* dos jornalistas para denunciar ou burlá-la, além de ser importante conhecer a posição política do jornal, para o exercício da crítica à fonte.<sup>34</sup>

Acreditamos que a análise a partir de um jornal por meio da história política deve estar atenta às questões externas, como sua relação com o governo e a instauração de medidas coercitivas à livre manifestação. Se todo o jornal tem seu próprio filtro interno, no período em

---

<sup>32</sup> CAPELATO, op. cit; ALVES, Francisco das Neves. O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

<sup>33</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

<sup>34</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, 1995; GOMES, op. cit., 1981.

que pesquisamos estamos cientes de que a imprensa passou por controle externo de órgãos governamentais, que decidiram que seria publicado na maior parte do período estudado. Apesar disso, o jornal não deixou de ser uma importante fonte de consulta, pois possuía uma margem de publicações de discursos políticos, coberturas e publicações acerca do cenário político nacional e regional, através da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa estadual e de entrevistas. Até porque, segundo Tânia Regina de Luca, em regimes de exceção ou autoritários, a imprensa atua politicamente, seja endossando o discurso oficial ou contestando-o.<sup>35</sup> Um fator importante em nossa pesquisa foi saber das divergências entre o governo Flores da Cunha e o jornal *Correio do Povo*, a ponto daquele proibir as vendas deste na Viação Férrea, por duas oportunidades, e fazer campanhas de boicote através d'A *Federação*, fato que, certamente, influenciou a produção daquele diário.

Infelizmente, tivemos dificuldades de delinear mais detalhadamente o perfil dos jornais pesquisados, pela ausência dessas informações nos periódicos dos anos 1930. No entanto, segundo Francisco Rüdiger, esse período é marcado pelo declínio dos jornais político-partidários, como *A Federação* e *O Estado do Rio Grande*, tanto em qualidade quanto em tiragens, dando lugar para a imprensa *informativa-moderna*, que tinha como principais folhas o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, que deram um perfil empresarial aos jornais impressos, consolidando uma superação que já era notória desde os anos 1910, e teve seu triunfo perante o tradicional jornalismo partidário depois do golpe do Estado Novo.<sup>36</sup>

## VI.

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.<sup>37</sup> Essa frase, dita por Marc Bloch, em seu *Apologie pour L'Histoire ou Métier D'Historien*, nos parece digna de trazer à tona quando uma crise econômica e política é acompanhada de muita incerteza e histeria, atualmente, tanto na esfera federal quanto regional. Comunismo, *impeachment*, golpe de Estado, negociatas, disputas pelo poder, tentativas de acordos entre correntes e figuras políticas, cisões, avanço do conservadorismo no terreno político e social, tensões entre o Rio Grande do Sul e o governo federal, e *quedas de braço* entre distintos poderes, palavras que frequentemente estão nos noticiários atualmente, não são novidades na história política da república brasileira, e estarão presentes em nosso trabalho, no entanto, em um contexto histórico bastante distinto do atual.

---

<sup>35</sup> LUCA, op. cit.

<sup>36</sup> RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre. Editora da Universidade, 1993.

<sup>37</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 65.

Deste modo, nosso trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, “A política gaúcha na interventoria Flores da Cunha: delineando o contexto”, nos detivemos a examinar, panoramicamente, a interventoria de José Antônio Flores da Cunha, até as eleições de 1934, subdividido em uma breve análise acerca da política gaúcha dos anos 1920, da organização *pós-1930* até a guerra civil de 1932, e das mudanças na estrutura partidária gaúcha ocorrida depois da “Revolução Constitucionalista”. No segundo capítulo, intitulado “A política rio-grandense entre fórmulas e dissidências”, analisamos o processo de aproximação entre as correntes políticas do Rio Grande do Sul e o distanciamento entre o governador Flores da Cunha e Getúlio Vargas, abordando a assinatura do pacto entre FUG e PRL, denominado de *modus vivendi*, até a chamada *crise de maio*, e o início das mobilizações militares *floristas*. Finalizando, o último capítulo, “Do declínio a queda do *florismo*”, aborda os últimos meses do *modus vivendi*, procurando compreender o processo de erosão da base política de Flores da Cunha e a atuação de Getúlio Vargas e aliados para isolar o governador do estado, tanto política quanto militarmente. Além do processo de erosão do acordo, analisamos as dissidências políticas ocorridas *pós-pacto* e o *jogo de gato e rato* entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, que prossegue até mesmo durante a campanha presidencial de 1937, até a “renúncia-deposição” do governador no final deste ano.

Desta forma, demonstraremos as relações entre a política regional dentro do cenário político nacional e interno, procurando analisar a atuação das correntes políticas gaúchas no período de 1934 até 1937, através do eixo da pacificação política que originou o *modus vivendi* e do isolamento *pós-pacto* vivido pelo governador estadual.

## 2. A POLÍTICA GAÚCHA NA INTERVENTORIA FLORES DA CUNHA: DELINEANDO O CONTEXTO

Procuraremos, neste capítulo, contextualizar a política regional desde a Revolução de 1930 até fins de 1934. Desta forma, analisaremos, brevemente, o surgimento da Aliança Libertadora, em 1924, a eleição de Getúlio Vargas para presidente do estado, em 1927, e a formação do Partido Libertador no ano seguinte, evidenciando as novas articulações que estavam ocorrendo no seio da política partidária do Rio Grande do Sul. Em um segundo momento, estudaremos as consequências diretas e indiretas da “Revolução” de 1930 no contexto político regional, bem como as crises entre os partidos<sup>38</sup> do Rio Grande do Sul com Getúlio Vargas até a eclosão da “Revolução” de 1932. No terceiro e último subcapítulo, problematizaremos os impactos que a cisão da guerra civil de 1932 trouxe para a política gaúcha, bem como analisaremos as formas através das quais as correntes políticas atuaram nos prélios eleitorais de 1933 e 1934.

Acreditamos que, a partir deste capítulo, será mais fácil poder compreender melhor as marchas e contramarchas que estiveram inseridas dentro do contexto político regional e nacional a partir de 1934, fornecendo, portanto, o *pano de fundo* para nossa problemática de pesquisa.

### 2.1 POLÍTICA REGIONAL NA DÉCADA DE 1920: BREVES APONTAMENTOS

A política do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, se caracterizou pelo recurso ao uso da força e da violência, por certa bipolarização política e por ser comandada de forma centralizada pelo Partido Republicano Rio-grandense. Com a queda do regime

---

<sup>38</sup> Neste trabalho, “partido” será entendido como agrupamentos de pessoas que visam a “conquistar e preservar o poder”, conforme Motta. Além dele, para não considerar de forma tão simples aquilo que é extremamente complexo, levamos em consideração a assertiva de Serge Berstein. Para este autor, um partido é o lugar em que ocorre a mediação política e, “entre o programa político e as circunstâncias que o originam, há uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política e esta é obra das forças políticas, que tem como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exhibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir”. Para ele, um partido também pode ser definido como “uma reunião de homens em torno de um objetivo comum”, composto por gerações distintas. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Minas Gerais: UFMG, 1999, p. 11; e BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 61.

monárquico, o PRR ganhou, gradualmente, espaço, construindo sua supremacia no controle estadual, com a vitória *republicana-castilhist* na Guerra Civil de 1893. Já os *gasparistas*, arregimentados no Partido Federalista, com a mudança de regime, passaram a ser uma oposição bastante forte, mas deparando-se com uma tomada de poder por parte dos republicanos que durará por quase quatro décadas. Assim, o Rio Grande do Sul passou por toda a Primeira República com o embate entre estas correntes partidárias, circunstância que lhe enfraquecia no cenário político nacional.<sup>39</sup>

As disputas políticas violentas entre estas duas correntes ficam evidentes, por exemplo, na passagem de um pequeno livro escrito em 1936, onde o autor proclamava que "no Rio Grande do Sul, onde de longa data os partidos tradicionais se digladiam com uma impetuosa sanguinária – ter um partido, não indica apenas possuir adversários políticos, mas sim, frequentemente, inimigos de morte".<sup>40</sup> Apesar de afastada das instâncias de poder e barrada pela máquina burocrática do PRR, o trabalho *Qual é o Jogo?*, do historiador Marco Antônio Medeiros da Silva, destaca a força da oposição federalista, capaz de arregimentar duas revoluções em momentos de crise, reforçando a polarização e a radicalização política no estado.<sup>41</sup>

Nos principais momentos de mobilização, como as revoluções e as eleições de 1907 e 1922, os parlamentaristas contaram com a aliança de republicanos dissidentes, que, de modo geral, nunca aceitaram a carta de 1891, a qual, permitindo um centralismo exacerbado, possibilitava a reeleição ilimitada ao presidente do estado, com  $\frac{3}{4}$  do eleitorado, possibilitando a Borges de Medeiros ter sido o presidente de estado que mais tempo governou, em toda a Primeira República.<sup>42</sup> A formação desses dois blocos políticos fortes e coesos, na visão de Maria Campello de Souza, seria decisiva para enfraquecer o Rio Grande do Sul perante Minas Gerais e São Paulo, durante as decisões presidenciais na Primeira República.<sup>43</sup>

Procurando fortalecer a união entre *federalistas e republicanos dissidentes*, no ano de 1924 ocorrerá a fundação da Aliança Libertadora, que consolidava a unidade entre as oposições em combate ao *borgismo*. A Aliança Libertadora teve duração efêmera, até a

---

<sup>39</sup> LEVINE, Robert. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1975.

<sup>40</sup> RIBEIRO, K. P. *Porque morreu Waldemar Ripoll*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho Editor, 1936, p. 29.

<sup>41</sup> SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *Qual é o jogo?* Um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha rio-grandense. Porto Alegre: FCM, 2014.

<sup>42</sup> LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

<sup>43</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: DIAS, Manuel Nunes et al. (orgs.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1968.

fundação do Partido Libertador, em 1928, mas sua pequena duração já foi capaz de delinear nova postura de uma oposição que, até então, vivia no ostracismo político. Em 1927, liderada por Assis Brasil, a Aliança Libertadora funda um bloco de oposição nacional, o Partido Democrático Nacional, em conjunto com o Partido Democrático Paulista, mas que acabaria não tendo maior projeção nacional, como se esperava. Ainda assim, consolidou uma aproximação bastante consistente entre as oposições regionais dos dois estados, durante alguns anos.<sup>44</sup>

Mesmo que, em março de 1928, a Aliança Libertadora desse lugar a uma agremiação partidária, a aproximação com os paulistas não deixaria de existir. A fundação do Partido Libertador ocorreu, apesar das dificuldades na formação de um programa uníssono entre *republicanos dissidentes* e *federalistas* em nível regional, com as “divergências irreduzíveis da doutrina [que] eclodiram com a velha pujança de quase 40 anos de antagonismo”, mantendo, ainda, o apoio ao presidente estadual, Getúlio Vargas, do PRR.<sup>45</sup>

Pelo lado republicano, a *Guerra Civil de 1923* simbolizou a ascensão de novas figuras no PRR. Em contrapartida, muitos dos republicanos históricos já tinham idade avançada, e a própria composição do partido era formada por jovens republicanos. Essa geração é a que galga grandes postos na política nacional: quatro se tornariam ministros, um interventor e governador, e Vargas foi alternadamente presidente estadual, da república e ditador, estes dois últimos, por 19 anos somados. Exceto Lindolfo Collor, todos eram advogados, e quatro haviam sido diplomados na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Apesar da juventude, não eram inexperientes, pois cinco haviam sido intendentess de seus municípios de origem, e todos haviam integrado a Assembleia Estadual. Quatro estiveram na *Guerra Civil de 1923*, e três defenderam o governo *borgista* na convenção do PRR. Seis deles foram, em 1928, deputados federais, e no mesmo ano ocuparam cargos no executivo, atingindo, conforme Joseph Love, uma promoção bastante rápida em postos de responsabilidade cada vez maiores.<sup>46</sup>

Após Borges de Medeiros transigir, a escolha recaiu em Getúlio Vargas, para sucedê-lo.<sup>47</sup> Sua escolha, por outro lado, contou com a adesão da oposição, que utilizava a retórica de que a Aliança Libertadora contestava o *continuismo*, mas não *nomes*. Já Getúlio, sabedor que uma aproximação mais radical com a oposição poderia naufragar sua candidatura, se manteve em uma postura conciliatória, buscando cooptar a política gaúcha em seu favor. Foram, então,

---

<sup>44</sup> CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o último caudilho* – Entre Vargas e Perón. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

<sup>45</sup> SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973, p. 67.

<sup>46</sup> LOVE, op. cit., 1975, p. 234.

<sup>47</sup> CARNEIRO, op. cit., v. II.

eleitos como candidaturas únicas, em novembro de 1927, Getúlio Vargas, como presidente estadual, e João Neves da Fontoura sendo seu vice. Os libertadores mantiveram sua postura amistosa com Vargas, afinal os novos tratamentos recebidos deram-lhes maior raio de ação, vencendo eleições municipais em 1928, com a intervenção pessoal de Getúlio contra resistências locais para transferir o cargo a membros do PL. Além disso, convidou os libertadores a visitar o Palácio do Governo, e lhes garantiu uma sétima cadeira na Assembleia dos Representantes, quando, até então, possuíam direito a seis assentos. Ou, nas palavras de Mem de Sá, “Getúlio começou a passar mel nos beijos ressequidos da velha *maragatada* e dos novos libertadores”.<sup>48</sup>

## 2.2 DERRUBAR O PAULISTA, E DEPOIS O GAÚCHO: AS CAMPANHAS ARMADAS E A POLÍTICA GAÚCHA (1930-1932)

O processo revolucionário de 1930 e a campanha da Aliança Liberal foram exaustivamente analisados pela historiografia brasileira. Por isso, alertamos que não pretendemos apresentar o movimento em si, sua representação e importância nos campos sociais e econômicos ou quaisquer outros desdobramentos *pós-1930*. Buscaremos levantar alguns aspectos necessários para compreender o processo de transição na política regional, e seus impactos no cenário nacional. Isto é, aqueles que consideramos importantes para conhecer os desdobramentos na política partidária da década de 1930 no Rio Grande do Sul.

O nome de Getúlio Vargas ganha força para concorrer ao Palácio do Catete após Washington Luiz insistir no nome do paulista Júlio Prestes para a Presidência da República. Apesar de Washington Luiz também pensar em lançar o nome de Vargas, em um primeiro momento, insistiria no líder de seu estado, mesmo com Minas Gerais em desacordo. Borges de Medeiros fora cogitado pelos mineiros, mas conhecendo a rejeição de seu nome dentro do Partido Libertador, optou por Getúlio Vargas, garantindo a união das duas tendências -, a libertadora e a republicana -, ao mesmo candidato presidencial. Isso significou que, após iniciar a década em conflito armado, as correntes políticas concretizaram uma união bastante surpreendente. Uma anedota da época chamou a unificação de “*o milagre do Rio Grande do*

---

<sup>48</sup> LOVE, Joseph. A Revolução de 30 e o Regionalismo Gaúcho. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983; CARNEIRO, op. cit; SÁ, op. cit., p. 74. Grifo nosso.

*Sul*”<sup>49</sup>: pela primeira vez os partidos do estado teriam um candidato único à Presidência da República. Estaria formada a Frente Única Gaúcha.<sup>50</sup>

O pleito acabou dando vitória a Júlio Prestes, com o reconhecimento da eleição por Borges de Medeiros. Após a morte de João Pessoa, as conspirações ganharam novo fôlego. Góes Monteiro assumiu efetivamente a organização dos preparativos para a revolução, articulando o início da insurreição em vários estados. Entretanto, com um Getúlio Vargas relativamente vacilante até os momentos finais<sup>51</sup>, estourou o movimento em 3 de outubro de 1930. Em novembro, uma junta militar assumiria o governo, até Getúlio Vargas ser empossado. Com sua ascensão ao poder em novembro, iniciava a *Era Vargas*, inserindo o Brasil em um contexto de derrubadas de regimes na América Latina, que já atingira ou atingiria Argentina (1930), Bolívia (1930), Chile (1931), Paraguai (1936), Equador (1931), Venezuela (1931), El Salvador (1931), Panamá (1931), Peru (1930), Cuba (1933) e México (1934).<sup>52</sup>

Todavia, como a chamada “*Revolução*” de 1930 influenciou na política gaúcha? Como os tradicionais PRR e PL atuaram, bem como foi sua postura após o movimento revolucionário? Que significou a *Revolução de 1930* para o cenário político estadual? Procuraremos situar o comportamento da política gaúcha até 1932 e suas relações com a política nacional, bem como as alterações por que o estado passou a partir deste período, já que ele é prioridade nesta contextualização, ampliando o *pano de fundo* do nosso objeto de pesquisa.

No Rio Grande do Sul, com a ascensão de seu presidente ao cargo máximo da república, a interventoria estadual passou para José Antônio Flores da Cunha, anteriormente intendente de Uruguaiana, recém-eleito senador, e pertencente à nova geração de dirigentes republicanos no PRR. Começou sua carreira política marcada pela proximidade com o senador Pinheiro Machado, na década de 1910, e ganhou maior espaço nas fileiras do PRR por ter combatido os movimentos rebeldes dos anos 1920 (inclusive perdendo um irmão em combate), assumindo o posto em detrimento de João Neves da Fontoura, vice-presidente do estado, na gestão de Vargas. Esta escolha estaria vinculada com o suposto desejo de João

---

<sup>49</sup> Essa anedota é apresentada por CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. Uma entrevista que realizamos com este autor pode ser vista em anexo VI.

<sup>50</sup> DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antônio Chimango no limiar da velhice: Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, 2001.

<sup>51</sup> MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, [s. d.]; *Entrevista de Flores da Cunha para Nilo Ruschel. Maio de 1959*. ARD/UFRGS; FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio século de combate* [Entrevista a Aspásia Camargo e Walder de Góes]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

<sup>52</sup> RANGEL, Carlos Roberto da Costa. *Crime e Castigo: Conflitos Políticos no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

Neves da Fontoura de se retirar da vida política, desde o início da campanha da Aliança Liberal. Claro que outras questões, que não foram apontadas por João Neves, certamente motivaram essa decisão, como o desgaste de suas relações pessoais com Getúlio Vargas, que teriam surgido durante a campanha presidencial. Outra nuance que provavelmente influenciou era a conhecida situação financeira do estado, em condição delicada, por emissões de bônus para o movimento armado de 1930, e agravado com a falência de dois bancos. Afirmaria João Neves que seu desejo de se afastar da vida política seria o motivo principal para assumir o cargo de Consultor Jurídico do Banco do Brasil, que julgava não ser de grande teor político.<sup>53</sup> Mas, como veremos, João Neves da Fontoura esteve profundamente envolvido com as questões políticas posteriores a 1930, e, durante todos os anos 1930-1937, seria uma das principais lideranças da Frente Única Gaúcha. Seu “desejo”, portanto, não se firmou na prática.

### 2.2.1 O Rio Grande do Sul sob o comando de Flores da Cunha e o Brasil pós “Revolução” de 1930

A nomeação de Flores da Cunha, apesar de não abalar a unificação da política rio-grandense, não foi consensual por parte dos libertadores. Recorrendo aos relatos de Mem de Sá, percebemos certa frieza do correligionário libertador em relação ao nome do então interventor. Essa rejeição também se explica pelo alijamento das instâncias de poder que o PL sofreu, já que, como partícipes do movimento revolucionário, esperavam receber alguma parcela de poder. Nos dizeres de Mem de Sá, os libertadores deveriam ocupar de uma a duas pastas no secretariado. Entretanto, Flores da Cunha nomeou um libertador que “não contava com a simpatia dos correligionários, não obstante a tradição maragata de sua família. E, sem rebuliços, dizia aos íntimos e conhecidos: antes que ‘eles’ me indiquem um ‘venta-rasgada’, escolho eu um homem de minha feição”<sup>54</sup>, segundo as memórias deste libertador.

Quase imediatamente, diversas insatisfações surgiram por parte da FUG, muito ligadas ao processo de crescente centralização política e administrativa. Isso se explica, se levarmos em conta que a estrutura da Primeira República foi marcada pela descentralização política e administrativa perante a União, com acentuada autonomia regional acoplada ao

<sup>53</sup> FONTOURA, João Neves da. *Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1963, p. 469-477. Afirmações semelhantes sobre a ocupação de cargo no governo e seu rompimento com Vargas se encontram em um livro mais antigo de João Neves, *Accuso!* Rio de Janeiro: [s. n.], 1933, p. 8 e p. 14.

<sup>54</sup> SÁ, Mem de. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

fortalecimento do poder oligárquico dos estados. Conforme Ruben Oliven, a partir de 1930 se acentua uma crescente centralização, em diversos níveis, que era gestada já nas primeiras décadas do século. Mas, a partir da “Revolução”, passou a ter uma dimensão mais ampla. Nesse período, Oliven identifica que “um aparelho de Estado mais centralizado é criado e que o poder se desloca crescentemente do âmbito regional para o nacional”. Segundo o autor, pelo viés econômico, o Estado abole impostos interestaduais e passa a intervir mais na economia, fazendo com que parte do excedente criado pelas oligarquias agrárias fosse usada para políticas de industrialização; no plano social, ocorre o surgimento do Ministério do Trabalho e de uma legislação social, além da criação do Ministério da Educação, com o papel de influir na formação da nacionalidade.<sup>55</sup>

Do ponto de vista político, podemos afirmar que a partir de 1930 ocorreu o vagaroso deslocamento de poder de uma antiga classe para novos segmentos emergentes. De acordo com Aspásia Camargo, houve uma renovação da elite partidária<sup>56</sup>, concatenada em três eixos: 1. Brusco ou gradual alijamento dos processos oligárquicos característicos da Primeira República. 2. Deslocamento, do segundo para o primeiro plano, das gerações políticas mais novas, até então bloqueadas pelas tradicionais lideranças regionais. 3. Incorporação da jovem oficialidade *tenentista* nos quadros de direção política, dando origem a uma nova classe política. Essa insatisfação no período 1930-1937 fez parte de um processo mais amplo, pois, ainda segundo Camargo, essa fase pode ser chamada como de *confronto*, marcado por alianças e conflitos entre os segmentos que tomam o poder.<sup>57</sup>

Já a politóloga Maria Campelo de Souza menciona que a ordem centralizadora “ocorreu de maneira gradual mediante a montagem de mecanismos jurídico-institucionais e políticos destinados a viabilizar o controle do poder central sobre as esferas da economia”. Esses mecanismos, que, segundo ela, já iniciaram na década de 1920, “tomaram forma como uma engrenagem de controle político à distância sobre as estruturas políticas regionais preexistentes, subordinando-as ao mesmo tempo em que as deixavam à solta na esfera do controle social”, sendo esse processo de desmantelamento inserido nos limites de uma

---

<sup>55</sup> OLIVEN, op. cit., p. 39.

<sup>56</sup> “Elite partidária” é definida por esse trabalho à semelhança daquilo que Serge Berstein, op. cit., p. 83, definiu acerca de quem detém o poder em um partido político. Pois esse autor explicita que *supostamente* o poder pertence ao conjunto de membros que designam seus chefes. Entretanto, a simples existência de um partido mostra as distorções disso, pois, com sua organização estruturada, secreta uma oligarquia de dirigentes profissionais que se tornam quase inamovíveis, representam o partido aos olhos da opinião pública e parecem dirigir a agremiação sem restrições. O surgimento dessa oligarquia, para Berstein, é inevitável em um partido político.

<sup>57</sup> CAMARGO, Aspásia. A Revolução das elites: clivagens regionais e centralização política. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983.

modernização conservadora, que abarcou, entre outros pontos, o controle técnico-burocrático sobre a economia e o fortalecimento do poder militar central. Para a autora, é na década de 1930 “que as tensões existentes na relação centro/estados vêm à tona com maior violência”.<sup>58</sup> Essa questão centralista *versus* federalista vai estar presente em diferentes vieses e momentos na política nacional e gaúcha, até o golpe de 1937, explicando parte da efervescência política do período.

Nesse sentido, a assertiva de Eliane Colussi é bastante significativa sobre esse processo de transição no Rio Grande do Sul. Ela afirmou que, passada a euforia, no Rio Grande do Sul surgiu um clima de frustração em relação às políticas adotadas pelo governo *getulista*, e que atingiram a frente política gaúcha que sustentava a candidatura Vargas e o movimento revolucionário. Isso reacendeu, “nos primeiros anos pós-1930, as antigas divergências da tradicional bipolarização partidária no estado”.<sup>59</sup>

Efetivamente, já em dezembro de 1930 os libertadores davam sinais de insatisfação, mostrando que a aliança com Vargas seria mais efêmera do que parecia. Em um primeiro momento, já criticaram, publicamente, Aranha e Vargas pela proximidade com os *tenentes* e pela ausência de um posicionamento mais claro sobre a questão da constitucionalização, através do seu jornal *O Estado do Rio Grande*.<sup>60</sup>

Também em articulações particulares isso fica claro. Em missiva enviada a Assis Brasil por Raul Pilla, este alertou aquele sobre o “*militarismo fascista*” que estaria tomando o governo federal. Acusou o assentimento de Oswaldo Aranha, que, junto com Juarez Távora e João Alberto, estaria formando um “fascismo brasileiro, em que o grande presidente Getúlio iria representar o ridículo papel de Victório Manuel III”<sup>61</sup>, em alusão às legiões revolucionárias<sup>62</sup> que começaram a surgir em novembro de 1930. Após receber de Borges de

<sup>58</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 16, junho 2006, p. 9 et seq.

<sup>59</sup> COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996, p. 55.

<sup>60</sup> *O Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, MCSHJC, 26.11.1930.

<sup>61</sup> AAB, 03.12.1930. In: TRINDADE, Héliogio. (org.). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM Editora, 1980.

<sup>62</sup> As legiões revolucionárias surgidas no país seriam uma expressão do movimento *tenentista* da década de 1920. O grupo não era homogêneo, havendo divergências em relação à política econômica, constitucionalização, nacionalismo e fortalecimento do governo central. Havia dois perfis nesse período: os *tenentes* políticos, mais identificados com o perfil descrito acima, e os *tenentes* profissionais, que advogavam o afastamento da classe na política. A divergência entre ambos chegou ao auge quando as promoções favoreciam o primeiro grupo (picolés, *formados muito rápidos e se mostrado frios com a adesão dos tenentes profissionais ao governo provisório*) em detrimento do segundo (rabanetes, *revolucionários por fora, mas brancos por dentro*), que redundou na demissão do ministro da guerra e na punição aos *rabanetes*, pelos protestos em função do preterimento nas promoções. Cf. VIVIANI, Fabrícia Carla. Anos 30: Mesmo momento, diferentes projetos. Um projeto da *direita tenentista* para o Brasil. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O Historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/ Assis, 24 a 28 de julho de 2006. CD-ROM; PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime.

Medeiros uma proposta de continuidade da FUG, Pilla poria em dúvida essa hipótese, usando como justificativa o argumento de que as forças civis estavam fragilizadas naquele momento. Essa visão é um contraponto àquilo que defendia Oswaldo Aranha. Este ressaltava o papel das *legiões* para preservar o caráter civil, tendo em vista que ele era um dos seus ideólogos, ainda durante a fase conspiratória contra Washington Luiz.<sup>63</sup>

As resistências da FUG contra as organizações *tenentistas* malogram sua criação no Rio Grande do Sul, assim como em São Paulo, onde são mais nítidas as divergências entre os grupos políticos civis e os *tenentes*.<sup>64</sup>

O que mais levantava a repulsa de Raul Pilla era que, em sua visão, a nação estava se militarizando, por isso se opunha às *legiões*, e defendia a constitucionalização imediata. Pilla já vinha defendendo antes da derrubada de Washington Luiz um governo transitório comandado por uma Junta Militar, que convocasse eleições em quatro meses, ou que Getúlio governasse com o compromisso de convocar a constituinte em seis meses.<sup>65</sup> A concepção das *legiões* era diferente em Aranha, que as via com simpatia, e de Flores da Cunha, que tinha uma atitude neutra em relação às mesmas.

## 2.2.2 O acirramento das divergências com o governo provisório

Não obstante, o fato destas divergências e contradições aflorarem nos primeiros meses de governo provisório está concatenado com o próprio perfil dos revolucionários, que foi

---

In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Um estudo mais detalhado sobre o *tenentismo* na década de 1930 é o de PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: Continuidade ou ruptura?* Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2014.

<sup>63</sup> TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, v. II. Oswaldo Aranha a Borges de Medeiros. 03.1931. In: SILVA, Hélio *apud* NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

<sup>64</sup> Para Góes Monteiro, o fracasso das organizações *tenentistas* ocorreu devido à resistência da FUG, do Partido Democrático de São Paulo, do PRM e de outras organizações revolucionárias, além da própria resistência por parte de outras agremiações políticas derrubadas em 1930, e a incompreensão de elementos revolucionários e extremistas, sobretudo no Rio, e dos “exageros” e das “demagogias” que desmoralizaram sua ação, ao querer intervir no Exército. Cf. MONTEIRO, op. cit., p. 198-200.

<sup>65</sup> *Entrevista de Mem de Sá a Hélgio Trindade. Fita cassete (Transcrição)*. Porto Alegre, 1977. Arquivo NUPERGS. Porto Alegre. NUPERGS. Mem de Sá ainda afirma que a opção de Pilla por uma Junta Militar derivaria do fato de não confiar em Getúlio, por ser um *borgista* que participou da Comissão acusada de fraude em 1923. Afirmações semelhantes se encontram também nas *memórias* de João Neves da Fontoura, quando declara que Pilla discordava do movimento revolucionário em impor o nome de Getúlio Vargas, mesmo que concordasse serem as eleições viciadas pela fraude. Por isso, defendia uma Junta que preparasse eleições honestas, com garantia de voto secreto e da formação uma Assembleia Constituinte. Cf. FONTOURA, op. cit., 1963, p. 440.

marcado por sua heterogeneidade. Pois, de acordo com Thomas Skidmore, podemos dividir os membros da “Revolução” de 1930 em três grupos: revolucionários, não revolucionários e partidários, sendo o primeiro nosso objeto de explanação, em função da crise no seio político regional, que o conflito entre estes ocasionará. Eles estarão subdivididos em duas coalisões: os *constitucionalistas*, defensores de eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis, e pelos *nacionalistas semi-autoritários*, cujas preocupações eram aquilo que chamavam de “regeneração nacional” e modernização, buscando através de políticas não democráticas modificações sociais e econômicas, sendo representado, sobretudo, pelos *tenentes*.<sup>66</sup> O receio de eleições cedo demais era por acreditar que as máquinas políticas estaduais manipulariam os pleitos em benefício próprio.

Porém, uma série de insatisfações da política gaúcha até 1932, como a contrariedade às *legiões*, a defesa da escolha de um interventor civil e paulista para São Paulo, a repulsa ao ataque sofrido pelo *Diário Carioca*, sem punição enérgica, até o rompimento e a adesão ao movimento armado estarão concatenadas com o desejo de constitucionalizar o país. Isso porque todas estas dificuldades eram vistas como consequência do regime provisório. A afirmativa de Raul Pilla é bastante ilustrativa nessa questão, dizendo que a constitucionalização é um “remédio de urgência, por ser o único capaz de deter a fermentação que se nota em certos meios. Quanto mais ela demorar, maiores se tornarão as possibilidades de um golpe de força e mais se irão robustecendo os elementos reacionários, que a revolução depôs”.<sup>67</sup>

No entanto, o posicionamento favorável em avançar em direção à constituinte não foi menor no Partido Republicano Riograndense. Nesse sentido, Lindolfo Collor alertava João Neves da Fontoura da necessidade de congregar todos os elementos políticos com a mesma identidade acerca do assunto, visando à fundação de uma grande corporação de forças estaduais, onde deveria nascer a “Aliança Constitucional do Brasil”, uma agremiação de âmbito nacional que defendesse a transição para o regime constitucional.<sup>68</sup>

A pressão da Frente Única Gaúcha em relação ao tema atingiu também o interventor, que, ao se dirigir a Oswaldo Aranha, relatou a intransigência de Borges de Medeiros, que negava qualquer prorrogação do período discricionário. Já o próprio Flores da Cunha

---

<sup>66</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976. Todavia, essa divisão deve ser vista com cautela ao ser levada em conta para o movimento armado de 1932, já que nem todos os constitucionalistas aderiram à revolução. Alguns, como Flores da Cunha, ficaram ao lado do governo provisório, assim como Assis Brasil que adotou uma postura conciliatória, sendo contrário a qualquer solução armada.

<sup>67</sup> AGV, 17.01.1931, CPDOC, GV c 1931.07.17.

<sup>68</sup> AFC, 07.05.1932, NUPERGS, doc. s/n.

defendia, publicamente, duração máxima de um ano e meio do regime provisório.<sup>69</sup> Sem dúvida, o fato de Borges de Medeiros se posicionar contrariamente à prorrogação do governo provisório era motivo de alento para Vargas. Mesmo não sendo mais governador do estado, com 70 anos e fora da política institucional, o posicionamento de Borges de Medeiros possuía grande influência nas fileiras da FUG.<sup>70</sup> Já Getúlio Vargas mantinha o alinhamento com os *tenentes* de procrastinar ao máximo a constitucionalização do país.

Após as tensões entre o governo provisório e a política regional, Getúlio Vargas publicou o Código Eleitoral, em 11 de setembro de 1931. Mas São Paulo ainda estava sendo governado por João Alberto, um interventor que não era civil nem paulista. O Partido Democrático Paulista conseguiu sua substituição por Laudo Camargo, que atendia a essa reivindicação do partido, mas que acabaria sendo expulso pelos *tenentes*, reacendendo os ânimos constitucionalistas, e rompendo a efêmera trégua que o Código Eleitoral estabeleceu. A Frente Única Gaúcha reagiu a esta atitude, reunida em Cachoeira do Sul, e ratificou o apoio dos gaúchos a Vargas, mas exigindo o alistamento eleitoral e um novo interventor civil para São Paulo. A partir dessa situação, Flores da Cunha *teria supostamente* mobilizado dois corpos provisórios, com mil homens cada, em alguns municípios, com aproximadamente três mil armas para marchar contra o governo federal.<sup>71</sup>

As lideranças estaduais destacaram, para atingir seu objetivo, o papel que tiveram na *Revolução de 1930*. Foram frequentes as missivas trocadas entre a elite partidária regional e Vargas defendendo o papel que o Rio Grande do Sul teve no movimento armado, reivindicando o direito dos partidos gaúchos de intervir nas decisões tomadas pelo governo central, e de ponderar nas deliberações sobre o governo provisório. Por outro lado, esta pressão tinha como consequência a frequente esquiva de Vargas.

Em carta a Borges de Medeiros, Raul Pilla declarou que ninguém poderia ignorar o papel do Rio Grande do Sul na campanha liberal e no movimento revolucionário, cabendo, por isso, ao estado a responsabilidade máxima na formação do governo provisório. Em missiva de Antunes Maciel Jr., este alegou que “o Rio Grande fez a Revolução e ainda sangra, porque a fez. O Rio Grande é o fiador da vitória”. Já Vargas desviava, exclamando que, caso

---

<sup>69</sup> VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, vol. I; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 06.03.1931.

<sup>70</sup> João Neves da Fontoura, ao explicar o título do primeiro volume de suas memórias, ressalta a “incontestável influência que S. Excia exerceu mesmo quando se achava distante do poder e até no ostracismo ou no exílio”. FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1958.

<sup>71</sup> CORTÉS, op. cit.; FONTOURA, João Neves da. *Accuso!* Rio de Janeiro: [s. n.], 1933. Segundo João Neves da Fontoura, os municípios eram Santa Maria, Livramento, Vacaria e arredores.

cedesse às coações vindas do Rio Grande do Sul, abriria um mal precedente. Isso fez Pilla acreditar que o governo provisório não pensava em convocar uma Assembleia Constituinte. Esta procrastinação, para Raul Pilla, era interpretada como uma atitude que levaria o país a “*catástrofe*”.<sup>72</sup>

Vargas nomeou Maurício Cardoso para Ministro da Justiça, que acelerou os trabalhos, entregando a lei eleitoral em 26 de janeiro de 1932. Isso foi visto com muita euforia pela FUG, que avaliava ter Maurício Cardoso uma “estrada aberta para marchar. Nenhum requisito lhe falta, inclusive a amizade pessoal com os extremistas”.<sup>73</sup> Mas a imaginada trégua por parte da FUG não existiu. O PDP, que se viu alijado do poder em São Paulo, rompeu com Vargas, em 13 de janeiro de 1932, tendo a solidariedade dos velhos aliados libertadores no Rio Grande do Sul, causando o desapontamento do chefe do governo provisório. O PRP e a Liga de Defesa Paulista se uniram aos democráticos paulistas em fevereiro, formando a Frente Única Paulista. Getúlio Vargas, pressionado, promulgou o Código Eleitoral em fevereiro de 1932.<sup>74</sup>

No mesmo mês, um grupo de *tenentes* empastelou o jornal *Diário Carioca*, que apoiou a Aliança Liberal, mas se colocava a favor da constitucionalização do país. Essa conjuntura levou Getúlio Vargas a uma encruzilhada: o ministério da guerra sabia que os oficiais estavam dispostos a atacar outros jornais, enquanto os periódicos de São Paulo, Rio Grande do Sul e outros estados suspenderam as publicações por 24 horas, em protesto. Ainda, ele desabafou: “tenho que me decidir entre as forças militares que apoiam o governo e um jornalismo dissolvente”.<sup>75</sup> A tensão entre a FUG e Getúlio Vargas atingiu o ápice quando o Palácio do Catete não apurou o caso, como os *frenteunistas* desejavam, desconfiando até mesmo da participação de pessoas ligadas ao governo central no atentado. Como forma de pressão, membros gaúchos do governo realizaram o “ato demissionário”, entregando seus cargos de ministros e os demais postos, com apoio imediato de Borges e Pilla.<sup>76</sup>

A FUG mandaria, como forma de pressionar o governo provisório, duas listas de exigências a Vargas. A primeira um *heptálogo*, e a segunda um *decálogo*, onde se exigia

---

<sup>72</sup> AFC, 06.06.1931, NUPERGS, doc. n° 003/382; Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21.01.1932; Maciel a Getúlio Vargas, 09.10.1931 *apud* ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: Governo, História e Política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

<sup>73</sup> ARP, 13.12.1931, NUPERGS, doc. n° 002/202.

<sup>74</sup> CORTÉS, op. cit.; CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976.

<sup>75</sup> VARGAS, Getúlio. *Diário* (1930-1936). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, v. I, p. 92.

<sup>76</sup> Os membros eram Lindolfo Collor, Batista Lusardo, Ariosto Pinto, João Neves da Fontoura, Fernando Nunes, Aníbal Barros Cassal, Maurício Cardoso e Sérgio Ulrich de Oliveira. AGV, s. d. NUPERGS (Cópia – CPDOC).

liberdade de imprensa, inquérito sobre o *Diário Carioca*, a formação de um gabinete de concentração, e eleições para a Assembleia Constituinte, dentre outras pautas.<sup>77</sup> A primeira resultou em algumas ponderações, mas a segunda foi totalmente desconsiderada por Getúlio Vargas, que via a lista como “termos rígidos e intransigentes, quase inamistosos dirigidos ao Chefe da Nação e a um ex-presidente do Rio Grande do Sul. Nos termos em que essas declarações estão feitas não posso tomar conhecimento nem discuti-las”. Getúlio Vargas também questionava o apoio restrito que o *heptálogo* trouxe, “com o fim de cumprir suas ordens”. E, também, ironizava, insinuando que a FUG desejava que o governo provisório se “desmanchasse em zumbarias e agradecimentos, como se tivesse recebido maná caído [*sic*] do céu, quando apenas me ofereciam uma tutela disfarçada com o título de apoio e outorgada justamente por aqueles que somente me hostilizam”.<sup>78</sup>

A resposta ao governo provisório, por outro lado, não foi menos hostil. Mesmo não se negando a cumprir as objeções do *heptálogo*, Raul Pilla e Borges de Medeiros responderam a Vargas, de forma conjunta, que “não nos interessa que o governo cumpra com o Rio Grande ou sem o Rio Grande [os tópicos do *heptálogo*], mas que as cumpra”, e que o apoio à ditadura estaria “irredutivelmente condicionado a aceitação *in-totum* das estipulações constantes do preâmbulo e do *heptálogo* em sua forma definitiva”.<sup>79</sup> Enquanto isso, Getúlio Vargas procurou se armar, com a compra de metralhadoras para o Exército e o envio de tropas federais para São Paulo, delegando ao novo ministro Espírito Santo Cardoso a missão de unificar, disciplinar e armar o Exército.

Todavia, como se posicionou o interventor federal José Antônio Flores da Cunha e qual seu papel nas crises sucessórias do *pós-30*, que culminariam com o movimento armado que eclodiria em 1932? Analisando a troca de telegramas entre as lideranças políticas do período, podemos concluir que Flores da Cunha foi um intermediador entre FUG e governo provisório, mantendo intenso contato com Oswaldo Aranha, que atuava como porta-voz de Getúlio Vargas.

Apesar de Flores da Cunha ser o interventor do estado, as questões políticas fugiam ao seu controle. Definitivamente, os primeiros anos de interventoria no Rio Grande do Sul não significaram controlar o PRR e a política regional. Por isso, o PL de Pilla e o PRR de Borges se mantiveram, de um modo geral, independentes de Flores da Cunha. Quando o contexto político esteve mais acalorado, e as rivalidades com o governo provisório tomaram níveis

<sup>77</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

<sup>78</sup> AGV, 06.06.1932, CPDOC, GV c 32.06.06/1; AGV, 19.03.1932, CPDOC, GV c 32.03.19/1.

<sup>79</sup> AGV, s.d., CPDOC, GV c 1932.00.00.

mais fortes, Flores da Cunha oscilou: o interventor alertava que não romperia com Getúlio Vargas, permanecendo no comando do estado e mantendo a ordem. No entanto, afirmava que renunciaria depois ao cargo, e se somaria ao PRR como correligionário comum. Enquanto isso, Oswaldo Aranha procuraria manter Flores da Cunha fiel ao governo provisório. Em suma, Flores da Cunha não possuía controle nas decisões das organizações político partidárias, mas após o início da revolta, em julho de 1932, passaria a ter um papel decisivo para os dois lados em conflito.

Obviamente, também seria temeridade afirmar que o interventor estivesse alheio e à revelia ou indiferente às ações que tomavam as lideranças políticas dos partidos estaduais. Em telegrama a Oswaldo Aranha, Flores da Cunha alertou sobre o receio de um rompimento dos libertadores com o governo provisório, em que a situação ganharia “tons de gravidade indissimulável”. Ainda por cima, alertava que “a nomeação de um novo interventor militar seja para o estado que for desencadeará a tempestade – Libertadores e republicanos não tolerarão que isso se faça [...] diga tudo isso a ele [Getúlio] – aqui a coisa vai ficando preta – Lembrem-se desta terra e desta gente!”.<sup>80</sup> A partir deste telegrama, podemos perceber que Flores da Cunha mantinha Oswaldo Aranha alerta sobre os acontecimentos políticos, atuando como informante das contendas regionais.

A posição dúbia de Flores da Cunha fica evidente em telegrama enviado a Borges de Medeiros. Ele afirmava que, quando as divergências com o governo provisório tornarem sua situação insustentável à frente da interventoria estadual, iria “depor nas mãos dos meus amigos no Rio o posto que ora ocupo para depois reingressar, como simples soldado, nas fileiras do meu partido, sob as ordens de V. Ex.”.<sup>81</sup>

Outro processo envolvendo Flores da Cunha se deu através da tentativa de nomeá-lo ministro da justiça, antes de estourar o movimento armado, e posterior à ação demissionária coletiva dos ministros gaúchos. A nomeação de Flores da Cunha como ministro simbolizaria o início do reatamento entre os *frenteunistas* com o governo de Vargas. Neste sentido, também as questões políticas deveriam ficar na alçada do ministro, que organizaria um ministério de concentração política, enquanto a FUG exigia que seu substituto fosse da concórdia das chefias do PL e PRR, que organizaria o novo governo, “em plena concordância com as chefias dos dois partidos”, defendendo para isso a escolha de Maurício Cardoso. Já

---

<sup>80</sup> AFC, s. d. NUPERGS, doc. nº 003/1038.

<sup>81</sup> AFC, 19.01.1932, NUPERGS, doc. nº 465.

Vargas, Flores e Oswaldo Aranha postulavam o nome de Chico Flores, irmão do então interventor, após Aranha ser descartado para o cargo.<sup>82</sup>

Todavia, a nomeação de Maurício Cardoso para interventor, com o apoio de Vargas, e com um acordo prévio da elevação de Flores da Cunha ao Ministério da Justiça só poderia ser feita se fosse atendida uma série de exigências feitas por ele. Dentre elas a explícita reivindicação pela autonomia dos estados perante o governo central, sua nomeação com a anuência da FUG e de Flores da Cunha, e a defesa da ideia de reconstitucionalizar imediatamente primeiro o Rio Grande do Sul, revogando a constituição de 14 de Julho, e os demais estados, começando o processo por etapas. Só depois disso se começaria o processo em nível federal.<sup>83</sup> Com um tom bastante impositivo, somado o antecedente de ter sido um ministro demissionário no caso do *Diário Carioca*, a hipótese de Maurício Cardoso suceder Flores da Cunha foi descartada por Vargas.

Mas, por outro lado, certamente Flores da Cunha, ao propor o nome de seu irmão para a interventoria, procuraria não perder o controle da máquina estadual, enquanto assumiria o ministério de maior relevância política naquele momento. A fórmula de pacificação com Flores da Cunha compondo o ministério chegou a ser dada como certa por João Neves da Fontoura, recuando posteriormente com Pilla, Sinval Saldanha, Maurício Cardoso e Borges de Medeiros.

Eles apelaram para Flores da Cunha não aceitar o ministério<sup>84</sup>, apesar de que, antes mesmo dessa desistência, o próprio interventor já teria passado a desconfiar das ações da FUG, desabafando a Oswaldo Aranha: “[Raul Pilla] começa [a] esboçar desejos de que eu aceite [a] pasta [da] justiça constando também Collor e Lusardo, [que] já agora inclinam para essa solução. Isso quer dizer que me querem ver pelas costas! Será para manobrar a vontade? *Chi ló Sá!*”.<sup>85</sup>

Em contrapartida, a atitude dos líderes políticos regionais leva Oswaldo Aranha a lamentar o ocorrido: “não somos os culpados pela não realização do acordo, como és testemunha. Tudo falhou por questiúnculas de homens e nomes e não por orientação”. Em

---

<sup>82</sup> ARP, 22.06.1932, NUPERGS, doc. n° 002/218.

<sup>83</sup> AGV, 16.06.1932, CPDOC, GV c 1932.06.16.

<sup>84</sup> Nesse sentido, um telegrama enviado por Antunes Maciel a Vargas, em março de 1932, apelou para a nomeação de Flores da Cunha, pedindo para que Vargas “prestige o seu governo com essa individualidade laureada e idolatrada, no Rio Grande, e terá dado um tiro no ouvido dos ultramontanos”. Ainda alega que, caso Flores estivesse nas negociações, “estaria tudo arrumado, a esta hora”. Exaltando o interventor, disse Antunes Maciel que “Flores tem sido um autêntico herói nestes dias de confabulações atribuladas, entre intrigas e despeitos. Se a conciliação for realizada, seu prestígio se enfeitará de mais uma radiante láurea”. AGV, 09.03.1932, CPDOC, GV c 32.03.09/3.

<sup>85</sup> AGV, 07.07.32, CPDOC, GV c 32.07.07/1, grifo meu.

contrapeso, no seio da crise, Flores da Cunha dá primeiramente a palavra a Oswaldo Aranha, quando afirma que manterá a ordem, “custe o que custar”.<sup>86</sup> No mesmo dia, em outra missiva, manteve a oscilação entre FUG e Vargas, afirmando que, caso faltasse o apoio dos partidos rio-grandenses, deixaria o cargo, mas pleitearia a harmonização entre as correntes em dissídio, e manteria a ordem dentro do estado.<sup>87</sup> Ou seja, não permitiria a eclosão de nenhum movimento armado.

Além de dar sinais de independência em seu posicionamento, ressaltou o desejo de se encontrar com Borges de Medeiros, e aconselhou Vargas a fazer o mesmo:

Não me deixarei arrastar se não para onde eu quiser que é o bem. Sei [que o] Dr. Borges [está] animado [com as] melhores intenções em relação [ao] Getúlio ao qual deseja dar leal apoio. Talvez fosse conveniente sumamente conveniente que Getúlio hoje mesmo mandasse qualquer palavra ao Dr. Borges esclarecendo sobre assuntos em tela.<sup>88</sup>

Flores da Cunha procurou pressionar Oswaldo Aranha novamente, visando a favorecer o irmão, para que fosse nomeado, agora, ao cargo de ministro da guerra. Assim, Flores da Cunha afirmava que estaria “ganha à partida e vitorioso o nosso Getúlio”. Ainda afiançava que estavam “todos solidários contra a mazorca”, e, em tom eufórico, exclamava: “o nosso Getúlio deve estar contentíssimo comigo, porque, afinal, ainda uma vez não deixei que o esmagassem, como seria o desejo de muitos. [...] Em mim se pode confiar!”.<sup>89</sup>

Flores da Cunha havia, supostamente, definido um *casus belli* para participar do movimento armado ao lado dos paulistas, prometendo tomar lado a favor da sublevação se ocorresse qualquer uma das três hipóteses: caso Andrade Neves fosse afastado do comando da 3ª Região Militar; se o general Klinger fosse afastado, ou caso o secretariado paulista fosse modificado. Qualquer uma dessas medidas levaria Flores da Cunha a marchar contra Getúlio. Apesar de os três *casus belli* que João Neves acusou no exílio terem efetivamente ocorrido, Flores da Cunha não apoiou o movimento, e, efetivamente, a documentação demonstra repúdio do interventor apenas ao afastamento de Andrade Neves, alegando que a “ordem pública será alterada. Não está mais em mim evitar a catástrofe! Não mais intervirei. O incêndio é daí ateado. A resposta do Getúlio foi infeliz e humilhante. Nunca vi tanta

<sup>86</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 97-110; AGV, 28.06.1932, CPDOC, GV c 1932.06.28/3; AGV, 29.06.1932, CPDOC, GV c 1932.06.29.

<sup>87</sup> “Se me vierem a faltar o apoio e a solidariedade dos partidos rio grandenses deixarei o cargo para ficar de bem com as minhas afeições e sobretudo com a própria consciência. Tratarei em primeiro lugar de manter a ordem dentro do Estado e se ainda for possível de harmonizar as correntes em dissídio”. AGV, 29.06.1932, CPDOC, GV c 1932.06.29.

<sup>88</sup> Ibidem.

<sup>89</sup> AFC, [s.d.], NUPERGS, doc. nº 003/1093.

inabilidade!”. Flores da Cunha, ainda, permaneceria a todo o momento no Rio Grande do Sul, evitando ausentar-se para comandar a ação militar no Rio Grande do Sul. Por parte dos mineiros, Olegário Maciel tentou reconciliar, procurando Raul Pilla, para convencê-lo a retornar as negociações com Vargas. Acabou não tendo sucesso.<sup>90</sup>

É difícil fazer uma afirmação segura sobre o que levou Flores da Cunha a ter uma atitude tão vacilante com a FUG e o governo provisório, apenas pendendo para o segundo poucos dias antes do início da guerra civil.<sup>91</sup> Algumas hipóteses podem ser levantadas: conseguir maior poder de barganha com o governo central, aumentar seu próprio poder político, bastante limitado em certo ponto como um interventor demissível sem comando político-partidário e/ou conseguir auxílio econômico para o estado, que passava por uma séria crise financeira. São apenas hipóteses, mas que poderiam ter sido levadas em consideração por Flores da Cunha ao manter essa postura hesitante.

Segundo Carlos Roberto Rangel, Flores da Cunha inicia seus preparativos para manter a ordem no estado quando, em 1º de julho, convocou todos os prefeitos para uma reunião em Porto Alegre, e conseguindo deles o apoio político. Antes disso, Flores da Cunha teria tomado providências militares, ao criar as guardas municipais para o policiamento ostensivo, e

---

<sup>90</sup> AGV, 30.05.1932, CPDOC, GV c 32.05.30/3; *O Estado do Rio Grande*. Porto Alegre, MCSHJC, 01.07.1932; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 11.07.1958; FONTOURA, op. cit., 1933.

<sup>91</sup> Neste ponto, gostaríamos de fazer algumas ponderações ao trabalho de Rejane Caravantes, única pesquisa de “fôlego” que se dedicou a estudar a “Revolução” de 1932 no Rio Grande do Sul, e exaustivamente citada por trabalhos que abordem a guerra civil no Rio Grande do Sul. Caravantes afirma, em sua dissertação, que Flores da Cunha “foi sempre coerente nas suas atitudes. Sistemáticamente, manteve um posicionamento igual pela legalidade, pela ordem. A ambição e o poder adquirem uma prioridade de nível inferior. Não se deixava arrastar pela simples aventura ou amor ao poder pelo poder”. Não concordamos com essa afirmação, já que há muitos indícios de que Flores da Cunha cogitou em participar do movimento de 1932, sobretudo nas primeiras articulações. De todo modo, sua postura vacilante para os dois lados em dissídio, por si só, já é uma ação bastante questionável de sua “coerência”, fato que seria diferente se tivesse tomado lado desde o início e manifestasse abertamente sua posição, e com ela se mantendo no momento do dissídio, o que efetivamente não ocorreu. Se as fontes aqui não estiverem nos induzindo ao erro (da documentação analisada, encontramos apenas acusações advindas de membros da FUG, pós e durante o movimento armado, ainda que mantivessem essa versão durante anos), Flores chegou a articular grupos armados para marchar contra Getúlio, em momentos diferentes das tramas com os paulistas, fato que também fragiliza o argumento de que sempre esteve pela ordem. A autora também afirma que Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas procuraram ter o apoio de Flores da Cunha, por este ser o líder da campanha pela reconstitucionalização do país. Em nossa análise, o posicionamento de Flores da Cunha era inegavelmente muito importante pela força militar, por controlar a máquina administrativa do estado e por ser a base política do chefe do governo provisório. Porém, acreditamos que classificar Flores da Cunha como líder da campanha pela reconstitucionalização do país é uma afirmação muito exagerada. Afinal, assistimos a um movimento em São Paulo muito mais maduro que no Rio Grande do Sul, e, mesmo no estado sulino, as lideranças partidárias agiam de maneira mais intensa do que o interventor nesta campanha, estando Flores da Cunha algumas vezes alijado das articulações políticas a respeito do tema, como já referimos. Não obstante, classificar Flores da Cunha como um “*tenente*” ou defensor do prolongamento do regime discricionário também seria outro erro, afinal, sempre se colocou pelo fim do regime ditatorial, mas não compactuou do método que FUG-FUP tomaram para tentar levar o país ao regime constitucional novamente. Por fim, afirmar que a conquista e manutenção do poder é algo secundário para um político é, sem dúvidas, sempre algo temerário. CARAVANTES, Rejane Marli Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: O papel de Flores da Cunha*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1988, p. 168 e 249.

liberando a Brigada Militar para uma mobilização em larga escala. Com a intransigência da FUG, rompida desde 29 de março, e malogrados os entendimentos posteriores, a Frente Única, em 29 de junho encerra qualquer outra negociação com o governo provisório. Já os preparativos da FUP não cessavam em São Paulo, que imaginava contar com o situacionismo gaúcho e mineiro, no momento da eclosão do movimento armado. Em Minas Gerais, a FUP possuía o apoio de Arthur Bernardes, e via o presidente do estado, Olegário Maciel, vacilante, de certa forma não muito diferente do Rio Grande do Sul. Parecia que Vargas tinha desencadeado a oposição dos três estados mais poderosos contra si.<sup>92</sup>

Apesar de no mês de março o governo federal decretar a data para as eleições da Assembleia Constituinte e nomear Pedro de Toledo, atendendo ao desejo de um interventor *civil e paulista*, as oposições não acreditavam na sinceridade de Vargas em realizar o pleito em 3 de maio, e contavam com o apoio do novo interventor para o movimento armado. Em junho, as duas frentes únicas (FUG e FUP) e um grupo encabeçado por Arthur Bernardes em Minas realizaram um *Entendimento Preliminar*, em que manteriam uma aliança, até a implantação de um governo constitucional.<sup>93</sup>

Já os conspiradores paulistas mantiveram contatos secretos em Minas e no Rio Grande do Sul. Além disso, a conspiração paulista possuía o apoio do Comandante Militar de Mato Grosso, Bertoldo Klinger, com 5.000 homens. Esses contatos eram fundamentais para São Paulo, não apenas pelo número militar e pelo apoio das forças políticas, mas também pela localização geográfica do estado, vulnerável a ataques fronteiriços. Assim, Klinger enviou carta ao novo ministro da Guerra, Espírito Santo Cardoso, negando-lhe obediência, sendo a mensagem interceptada por Pantaleão Pessoa<sup>94</sup>, facilitando para as forças legalistas se prepararem com antecedência. Em função disso, o movimento militar em São Paulo foi antecipado para 9 de julho. Iniciava a “Revolução” Constitucionalista em São Paulo.

A antecipação em São Paulo impôs dificuldades à guerra civil, já que a FUG acreditava contar com Flores da Cunha. Mas uma semana antes do acordado, enquanto jantavam Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves e Batista Lusardo, um telefonema da filha do segundo alertava o pai de que a guerra civil estalaria na madrugada seguinte. Após inúmeras tentativas, não encontraram Flores da Cunha, que, segundo Lusardo, se esquivava de um encontro. Borges de Medeiros, procurando evocar sua influência sobre Flores da Cunha, tentou dar a cartada final. Não estando em Porto Alegre, tenta persuadir o interventor

---

<sup>92</sup> RANGEL, op. cit., 2001, p. 89; PESAVENTO, op. cit.; SKIDMORE, op. cit.

<sup>93</sup> AFC, s. d., NUPERGS, [s. n.].

<sup>94</sup> CARONE, op. cit., p. 311-312; AFC, 06/1932, NUPERGS, doc. nº 003/614.

a seguir a orientação do Partido Republicano, e apoiar os paulistas. Requeria que Flores da Cunha ponderasse, pois alegava que não era lícito hesitar entre a ditadura e a sorte da República e do Rio Grande do Sul, optando pelo Rio Grande, contra o governo provisório, e sendo “o seu galhardo condutor na nova cruzada redentora”.<sup>95</sup>

No mesmo dia, Vargas se dirigiu a Flores da Cunha, noticiando o movimento rebelde, informando providências tomadas e contando com “[a] atitude digna [e] leal, corajosa [do] meu nobre amigo, à frente [do] Rio Grande”.<sup>96</sup> Flores da Cunha, em resposta, renunciou à interventoria, noticiou sua decisão a Vargas e Borges, afirmando a ambos que ficaria no comando até a chegada de seu substituto, e manteria a ordem no estado até que isso ocorresse. Mas, logo em seguida, alegando que não sabia do rompimento do movimento armado, voltou atrás, declarando ter descoberto a “miserável traição [de que] fui vítima. Estou forte e mantereí a ordem. Reagiremos!”.<sup>97</sup> Se sabia ou não das articulações revolucionárias, fato é que acabou mudando seu posicionamento demissionário, ficando ao lado de Getúlio Vargas.

Podemos concluir, a partir dessas atitudes, que o posicionamento de Flores da Cunha era tido como decisivo tanto para o lado *legalista* quanto para o *rebelde*. Se Flores da Cunha supostamente fugia de um encontro com a Frente Única, como alegou Lusardo em suas *memórias*, já no início do movimento armado respondia a Oswaldo Aranha, relatando a lealdade de toda a guarnição federal e do comandante da Brigada Militar, e prometia para o próximo dia o início das mobilizações dos corpos provisórios.

De qualquer forma, não demorou para tornar pública sua adesão pela ordem: em 11 de julho, *A Federação* noticiava sua posição de se conservar “fiel aos deveres de delegado do Governo Provisório”, tornando explícita sua posição antes mesmo da FUG, que faria apenas no dia 13 sua nota pela “causa paulista”. Procurando distanciar Borges de Medeiros das tramas revolucionárias no Rio Grande do Sul, também teria enviado Chico Flores e Sinval Saldanha para dialogar com o chefe do PRR, propondo transportá-lo a Santos, para participar, em São Paulo, da guerra civil<sup>98</sup>, procurando distanciar o chefe do PRR do Rio Grande do Sul,

<sup>95</sup> CARNEIRO, op. cit.; *O Estado do Rio Grande*, Porto Alegre, MCSHJC, 05.07.1932; AFC, 9.07.1932, NUPERGS, doc. n° 003/641.

<sup>96</sup> AGV, 09.07.1932, CPDOC, GV c 1932.07.09/3.

<sup>97</sup> AGV, 09.07.1932, CPDOC, GV c 1932.07.09; AGV, 09.07.1932, CPDOC, GV c 32.07.09/7.

<sup>98</sup> AGV, 09.07.1932, CPDOC, GV c 1932.07.09/4; *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 11.07.1932; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 24.04.1934. Afirmamos que a declaração foi imediata, a partir da seguinte constatação: quando *A Federação* do dia 9 de julho foi publicada, o ainda fraco levante paulista não tinha ocorrido. No dia seguinte, um domingo, o periódico não circulava. Desta forma, o manifesto *pela ordem* de Flores da Cunha só poderia ter sido publicado pelo jornal governista no dia 11. Na edição do dia 13, houve a convocação de Pilla e Borges para aderir ao movimento paulista, e, desde então, passa a ser totalmente controlado pelo interventor, através de seu diretor, João Carlos Machado, que também não adere ao levante

o que, na prática, redundaria na anulação de sua influência de mobilização, e até mesmo de ação, mas acaba não obtendo sucesso.

Pelo lado da FUG, o apoio com que contavam do interventor vai ser lembrado. Nesta missiva, João Neves até mesmo relatava entendimentos que tivera com Flores da Cunha nas mobilizações militares, que não se confirmaram na prática, e lamentou as mobilizações da Brigada Militar em favor do governo provisório, atacando a mobilização paulista. Apesar de extensa, a citação vale a reprodução integral:

Quem resistiria ao Rio Grande e São Paulo em armas? O interventor aí, quando de sua última viagem a esta capital, dera-me numa palestra no Hotel Riachuelo, notícia da mobilização já feita. Tinha um regimento em Marcelino Ramos pronto [para] embarcar. Distribuía armas pelo interior, inclusive ao Dr. Glycério Alves e Cel. Octacílio Fernandes, para com forças improvisadas ataquem respectivamente as guarnições [*sic*] de Cachoeira e Caxias, ambas *suspeitas*. Ele, interventor, dispunha de um avião no qual partiria para Santa Maria, ao primeiro grito, ali assumindo o comando das tropas. Nunca ouvi do interventor, no tocante a um movimento de forças contra a ditadura, senão uma reserva – abandonaria o cargo a tempo de não passar por traidor ao homem de quem recebera a investidura de governo. Justo era assim que eu tivesse o movimento como fulminante. De resto, o interventor em discurso público proferido em Porto Alegre, nos últimos dias de maio dissera que iria com o Rio Grande para o *despinhadeiro* [*sic*], apesar de ser o homem da paz e da ordem ainda quando o Rio Grande fosse para o *despinhadeiro* [*sic*] *erradamente*. [...]. Pela voz de seu governante, [o Rio Grande] joga-se o lado da ditadura para atacar São Paulo. [...]. Soldados do Rio Grande [...] apunhalando São Paulo pelas costas é mais do que ignomia [*sic*]. É uma estupidez, e a de acompanhar por um século a nossa indignidade.<sup>99</sup>

E, realmente, em reunião de 29 de março, em Cachoeira, quando a FUG rompeu com Vargas, Flores da Cunha assinou, juntamente com líderes da FUG, um telegrama a Vargas, com diversos pontos, dentre eles, o de que “examinada a situação da interventoria do estado, em vista da declaração de Flores da Cunha de não se manter nela na hipótese de não vir a concordar o Governo Provisório com os pontos de vista do Rio Grande”, resolviam os líderes da FUG “reafirmar sua integral solidariedade política e inabalável confiança pessoal [com] aquele ilustre rio-grandense”<sup>100</sup>, fato que demonstra que Flores da Cunha efetivamente cedeu sua palavra de que atuaria de acordo com a orientação da FUG, e que, como vimos, acabou não seguindo.

A partir desse momento, os insurretos gaúchos estariam isolados, e São Paulo encontraria uma conjuntura complicada, afinal o situacionismo dos demais estados não apoiou os paulistas, e os amotinados encarariam praticamente sozinhos os confrontos contra as tropas

---

armado. Ou seja, a decisão de manter a ordem no Rio Grande do Sul foi tornada pública por Flores da Cunha mais cedo do que os *frenteunistas* em apoio ao levante paulista.

<sup>99</sup> AGV, 20.07.1932, CPDOC, GV c 32.07.20.

<sup>100</sup> AGV, 29.03.1932, CPDOC, GV c 1932.03.29.

legalistas. A FUG manteve sua solidariedade aos paulistas, e, mesmo sem Flores da Cunha, se lançaram em conflito contra a Brigada Militar. Contudo, o palco de subversões no Rio Grande do Sul não foi tão significativo, mantendo Flores da Cunha a ordem no estado e reprimindo apenas “oito focos de resistência contrários à manutenção do governo federal”<sup>101</sup>, com a Brigada Militar e os corpos provisórios.

Mas no papel o novo governo gaúcho já havia até sido estruturado pelos revolucionários: Borges de Medeiros voltaria a governar o Rio Grande do Sul, e o secretariado seria composto pelos republicanos Lindolfo Collor e Glicério Alves, mais os libertadores Raul Pilla e Batista Lusardo<sup>102</sup>, em uma circunstância que seria completamente inimaginável durante a Primeira República: os libertadores, que lutavam contra aquilo que chamavam de *ditadura* de um quarto de século de Borges de Medeiros, aceitariam compor um governo ao seu lado, contra Flores da Cunha e Getúlio Vargas, no momento *pós-revolucionário*, demonstrando a profunda alteração de postura política e de ortodoxia dos libertadores e republicanos correligionários de Borges de Medeiros, durante os dois anos em que Vargas ocupava o cargo máximo da república. Ou seja, se em um primeiro momento a formação da FUG não representava um entendimento maior com Borges de Medeiros, Vargas, permanecendo indiferente com as ordens que a Frente Única queria impor-lhe, vai influenciar para que PRR-PL e suas lideranças possuam maior entendimento entre si, deixando em segundo plano as contendas entre *federalistas* e *borgistas*.

Em setembro, era possível afirmar que os movimentos *frenteunistas* estavam dominados pelo situacionismo, que também enviou tropas para o norte, contra os paulistas. Borges e Lusardo seriam os últimos focos rebeldes no estado. Em um cerco, em 20 de setembro, Borges de Medeiros era aprisionado pela Brigada Militar<sup>103</sup>, que não se dividiu entre *borgistas* e *floristas*, como ele planejava.

No início do movimento armado, mesmo sem Flores da Cunha, ficou clara a tentativa de João Neves da Fontoura em contar com o apoio do Rio Grande do Sul. Assim, se dirigiu a Borges ressaltando que “se o Rio Grande agisse sem demora, o jogo seria ganho, e bem ganho”.<sup>104</sup> Em artigo aos estudantes gaúchos, Fontoura destacou que o Rio Grande do Sul situacionista colocou-se ao lado “daqueles que tanto humilharam a nossa terra, deslustraram

---

<sup>101</sup> FILATOW, Fabian. *Política e Violência em Soledade – RS (1932-1938)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p. 31.

<sup>102</sup> CARNEIRO, op. cit.

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> João Neves da Fontoura para Borges de Medeiros, 20.07.1932. *Apud* SILVA, SILVA, Hélio. *1932: A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 32.

as nossas tradições degradaram os nossos partidos”, afirmando que havia um “abismo que separa um povo de um governo, pois o Rio Grande resistiu e já nos manda a cada passo a segurança de que está e estará conosco, honrando a solenidade dos seus compromissos, fiel aos penhores da sua lealdade”.<sup>105</sup>

Não apenas João Neves esperava contar com o Rio Grande do Sul. Em bilhete, Waldemar Rippol assegurou o apoio gaúcho, afirmando que o Rio Grande do Sul “dentro de poucos dias estará pronto. Chegará a tempo. Tenho razões para assim pensar”.<sup>106</sup> Contudo, tanta espera e promessa por parte dos políticos gaúchos em dominar a situação no Rio Grande do Sul causou algum desconforto junto aos paulistas, que passaram a cobrar apoio da FUG, contra as tropas federais. Isso aconteceu com Francisco Morato, que indagava a morosidade dos *frenteunistas* gaúchos em controlar o contexto militar no estado, e não enviar tropas para combater as forças *getulistas*.<sup>107</sup>

No entanto, o apoio massificado do Rio Grande do Sul nunca ocorreu. Em outubro, as forças paulistas estavam derrotadas, e o exílio para Portugal, Argentina e Uruguai foi o destino dos partícipes do movimento armado. Todavia, em alguns estados, como o Rio Grande do Sul, os impactos no cenário político regional não foram pequenos, ocasionando uma profunda crise na conjuntura política e partidária.

### 2.3 O PÓS-GUERRA CIVIL: O EXÍLIO, O PRL E AS ELEIÇÕES NO NOVO CONTEXTO

Nesta última parte, procuraremos levantar algumas nuances importantes, que marcaram o cenário político gaúcho após o movimento de 1932, e que influenciaram o contexto político nos últimos anos que antecederam a implantação do Estado Novo. Em relação a este período que abordaremos, elencaremos três tópicos que acreditamos serem bastante relevantes para entender o *pós-1932*, na política estadual: o exílio e a conseqüente conspiração por parte dos exilados, a ida da Frente Única Gaúcha para a oposição, o surgimento do PRL e os pleitos para a escolha de deputados constituintes, federais e estaduais.

A participação gaúcha na guerra civil de 1932 representou a reação fracassada da elite partidária regional contra a postura independente e autonomista de Getúlio Vargas em relação

---

<sup>105</sup> FONTOURA, João Neves da. *Por São Paulo e Pelo Brasil*. São Paulo: [s. n.], 1933, p. 111.

<sup>106</sup> AGV, 20.09.1932, CPDOC, GV c 1932.09.20/1.

<sup>107</sup> ARP, 05.09.1932, NUPERGS, doc. n° 002/228.

aos líderes políticos regionais, a qual negou submeter-se às ordens da FUG. Assim, concordamos com Sandra Pesavento, quando afirma que a adesão *frenteunista* ao movimento armado confirmava a frustração de parte da oligarquia política<sup>108</sup> estadual que visava a substituir a paulista no exercício do executivo central, e, dessa forma, entendia ser mandatária da *revolução de outubro* e de Getúlio Vargas, atitude percebida também pelo próprio presidente.<sup>109</sup>

Oposto daquilo que esperava, a FUG amargaria o exílio e o ostracismo, passada a guerra civil de 1932, procurando articular novas maneiras de atuação política, para combater não apenas Getúlio, mas, neste momento, também Flores da Cunha, visto como traidor, por não ter acompanhado a orientação do PRR. Nesse sentido, a imagem do interventor do Rio Grande do Sul ficou desgastada após a revolução, com as acusações *frenteunistas*. Nos dizeres de René Gertz, sua atitude originou uma grande controvérsia, colocando sob suspeita a honestidade política do interventor, pois teria se comprometido com os insurretos paulistas. Para resolver esse impasse, instaurou um “*Tribunal de Honra*” para avaliar seu comportamento, que o inocentou.<sup>110</sup>

Esse “*Tribunal de Honra*” foi formado, idealizado e composto por membros escolhidos pelo próprio interventor, procurando contra-atacar frente às acusações feitas em relação ao seu posicionamento. Por ser um tribunal organizado pelo situacionismo para legitimar a posição tomada por Flores da Cunha em apoiar Vargas, não teve como fim um julgamento de maiores consequências, alegando que questões de caráter moral não seriam cabíveis de juízos arbitrais.<sup>111</sup> O tribunal seria contestado pelos membros da FUG, que questionavam sua formação à revelia dos exilados.

Por imenso que valha essa autoridade, para nós indiscutível de VV. Exas, semelhante decisão não pode passar em julgado com expressão de verdade histórica, antes de plenamente restabelecidos os direitos e garantias de espírito, para que possamos exhibir perante um tribunal escolhido a aprazimento de ambas as partes o elenco das nossas demonstrações testemunhais e documentais, em ordem a sentar no

---

<sup>108</sup> Entendemos oligarquia política como “uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 2004, p. 396.

<sup>109</sup> PESAVENTO, op. cit., 1980, p. 91. Em um telegrama enviado a Maurício Cardoso, citado por CARAVANTES, op. cit., Vargas afirma lamentar que alguns exigiam que ele fosse um “mero executor das suas ordens, tudo isso à distância, sem conhecimento do ambiente, tentando fazer passar, com aspirações do país, os seus próprios caprichos, exigências e imposições”.

<sup>110</sup> GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005, p. 13.

<sup>111</sup> Cf. a introdução do processo, em: *DECISÃO do Tribunal de Honra*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, [1930].

banco dos réus aquele que, na hora difícil, faltou à palavra do Rio Grande e cobriu de luto a família brasileira.<sup>112</sup>

Além do mais, as acusações ao “*Tribunal*” e a Flores da Cunha foram publicadas no livro *Accuso!*, de João Neves da Fontoura. Nesta obra o autor denunciou o interventor de ter conspirado com a FUG, de ter mobilizado tropas antes da eclosão do movimento armado, e acusando-o de nunca ter cogitado se opor às determinações *frenteunistas*.<sup>113</sup>

No entanto, a maioria dos rebeldes foi exilada. A exceção foi Borges de Medeiros: após muita insistência de Flores da Cunha, conseguiu convencer Vargas a manter o chefe republicano no país. O zelo de Flores da Cunha pelo velho chefe chegaria ao ponto de ter, supostamente, bradado “louvado seja nosso senhor Jesus Cristo” quando soube de sua captura vivo. Assim, Borges de Medeiros acabou passando um “exílio interno” no Recife, onde deveria, ao menos em tese, ficar isolado naquilo que tangia à política, o que efetivamente não ocorreu. Na documentação analisada, existe ampla troca de telegramas entre exilados e políticos que permaneceram no país com o chefe do PRR, durante todo seu internamento em Pernambuco. Essa documentação confirma a vigilância feita de perto por Juracy Magalhães, que mencionou terem ocorrido conspirações com intensidade, e que estava apurando o caso. “Assim é que sei mais que já vieram dois emissários do Sul [...] que aqui estiveram e prosseguiram para Pernambuco, onde se entenderam com Borges de Medeiros [...] tenho metido na conspiração um oficial de polícia que me fornece todas as informações”.<sup>114</sup>

### 2.3.1 A fundação do Partido Republicano Liberal

A Guerra Civil causou dissidências na FUG. Muitos membros do PRR, e também alguns libertadores, discordaram do posicionamento das chefias dos partidos, e se mostraram solidários com o *florismo*<sup>115</sup> e o *varguismo*. Mas Flores da Cunha ainda procurou manter a

---

<sup>112</sup> ELIS JÚNIOR *apud* CARNEIRO, op. cit.

<sup>113</sup> FONTOURA, op. cit., 1933, p. 176. Para conhecer melhor os ataques dos *frenteunistas* ao posicionamento de Flores da Cunha, cf. o livro de FONTOURA, João Neves da. *Accuso!* Rio de Janeiro: [s. n.], 1933, assim como os depoimentos de Glycério Alves em *DECISÃO do Tribunal de Honra*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, [1930], p. 93-106; e *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 11.07.1958, onde 25 anos depois se repetem algumas das acusações feitas em 1932. A defesa de Flores da Cunha no *Tribunal de Honra* demonstra a tentativa de se resguardar dos ataques realizados pelos *frenteunistas*. Já a obra panfletária sobre Flores da Cunha é uma compilação de artigos originalmente publicados em *A Federação*. Cf. *FLORES DA CUNHA na opinião de seus contemporâneos*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

<sup>114</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 03.05.1935; AGV, 20.11.1932, CPDOC, GV c 1932.11.10; AGV, 07.03.1934, CPDOC, GV c 1934.03.07.

<sup>115</sup> *Florismo* é entendido aqui como a junção de apoiadores e aliados de Flores da Cunha. Estes, os *floristas*, formam o *florismo*, que também é entendido por meio da defesa de atos e medidas adotadas pelo interventor e

Frente Única Gaúcha, e não fundar uma nova agremiação. Nesse sentido, João Neves da Fontoura relatou na Câmara Federal um encontro que teve com Maurício Cardoso, em Rivera, seis dias antes da fundação do PRL. Neste encontro, Cardoso, que tinha assumido a direção do PRR, relatou aos exilados que Flores da Cunha teria afirmado que considerava encerrado o incidente militar de 1932, e não desejava dispersar a política regional, sendo contrário à formação de uma nova agremiação, não querendo a quebra de quadros nos tradicionais partidos políticos. Para isso, convidou Maurício Cardoso para assumir a pasta de Secretário do Interior, com plenos poderes para controlar as eleições de 1933. Essa proposta não teria avançado devido ao retorno dele para Porto Alegre, sem procurar Flores da Cunha.<sup>116</sup>

Desta forma, Flores da Cunha se viu obrigado a fundar a nova sigla imediatamente após o fim do movimento armado. Surgia o Partido Republicano Liberal<sup>117</sup>, congregando os situacionistas, e composto majoritariamente por dissidentes do PRR, embora alguns libertadores também compusessem o partido. Seria o PRL a nova base política do quarteto Vargas, Flores, Antunes Maciel e Aranha, ou, como definiu Maria de Magalhães Castro, foi fruto de um trabalho *a oito mãos*. Ainda nesse sentido, segundo Luciano Aronne de Abreu, a criação do PRL trouxe de volta a velha polarização política rio-grandense, agora com um novo viés: a FUG, *antigetulista* e *antiflorista*, e o PRL, *florista* e *varguista*. Para ele, ainda, a criação do PRL visava a reorganizar o sistema político e partidário regional e nacional, objetivando garantir a sustentabilidade dos seus respectivos governos.<sup>118</sup>

---

governador do Rio Grande do Sul entre 1930-1937. Sua antítese será chamada aqui de *antiflorismo*. Ou seja, a união de pessoas que se opunham ao interventor e governador, bem como a seus atos e medidas, são os *antifloristas*. É a partir da congregação destes que se forma o *antiflorismo*.

<sup>116</sup> FONTOURA, João Neves da. *Perfis Parlamentares*. Seleção e introdução de Héliog Trindade. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. (Perfis parlamentares 8).

<sup>117</sup> O surgimento do PRL está concatenado com aquilo que Berstein, op. cit., p. 67-68 definiu acerca do surgimento de novos partidos. Segundo este autor, “para que nasça um novo partido, é necessário além disso que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência de opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo”. Entretanto, vimos que o surgimento do PRL se caracteriza justamente por nascer do seio de uma intensa convulsão política, oriunda de uma guerra civil e da intransigência dos partidos tradicionais em recomporem com o situacionismo estadual. Todavia, contraponto a assertiva de Berstein, o PRL não conseguirá formar uma tradição duradoura. Após seu fechamento pelo Estado Novo, não se arregimentará em uma nova força política, como aconteceria com o Partido Libertador, tendo seus membros ingressado, sobretudo, na UDN e no PSD. Ou seja, se enquadra naquilo que o mesmo autor chamou de “fogo de palha”: não foi capaz de criar uma cultura política transmitida através de gerações. O PRL, assim como a FUG, se enquadram naquilo que esse autor chamou de “partidos de quadros”, ou seja, são agremiações mais fortes por suas personalidades representativas do que pela massa de seus filiados. Entretanto, isso não impossibilita, segundo Berstein, op. cit., p. 65, atrair um eleitorado de massa: “caracterizado por estruturas frouxas que dão aos eleitos uma grande liberdade, indiferente ao número de seus filiados e ao montante das cotizações que possa receber, praticamente desinteressado em recrutar a população fora das eleições”.

<sup>118</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.). *Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30*.

A formação oficial da nova agremiação tem na presidência Oswaldo Aranha, durante a convenção de fundação, em 15 de novembro de 1932, e conta “com a maciça participação dos prefeitos, dos chefes políticos e dos comandantes dos corpos militares do estado”. No discurso de Aranha, ficou clara a ressalva de que a liderança da política regional seria Flores da Cunha. Aranha alertou que servir ao Rio Grande seria auxiliar ao seu interventor, e vice versa. Ou seja, procurando legitimá-lo como líder do novo partido. Outros destaques foram o pronunciamento de Flores da Cunha e o telegrama enviado por Vargas. O primeiro evocou sua fidelidade partidária, desde a revolta de 1923, assim como atacava o posicionamento atual dos libertadores, que chamavam Borges de Medeiros de tirano e saíram em armas para derrubada de seu governo e, agora, estavam ao seu lado contra a interventoria e o governo provisório. Já Vargas enfatizaria que o partido surgiria como fênix das cinzas dos velhos partidos, que, segundo o presidente, estariam perdidos em seus princípios básicos, sendo o Rio Grande do Sul “salvo” por aquilo que chamava de “braço vigoroso” do interventor gaúcho.<sup>119</sup>

Aquilo que podemos concluir analisando os discursos de fundação do PRL é a tentativa de mudança na postura política dentro do cenário regional, abandonando a postura intransigente da FUG, que agora estaria na oposição. Também é a primeira vez desde a ascensão de Julio de Castilhos *pós-guerra federalista* que o PRR seria afastado das instâncias de poder na república. Junto com a queda do PRR do comando do estado, a nova conjuntura também marcou o início do ostracismo político de Borges de Medeiros. É inegável que, alertando para os erros dos partidos tradicionais no estado, o PRL buscava legitimar-se como uma nova força política, que nascia controlando toda a máquina burocrático-administrativa do estado, onde até mesmo o tradicional jornal do PRR, *A Federação*<sup>120</sup>, passaria a ser administrado pelo *florismo*.

A fundação do partido contou com o intenso trabalho de Antunes Maciel e Oswaldo Aranha, que buscaram cooptar apoios no interior do estado para a nova agremiação, antes e

---

Rio de Janeiro: Fronteira, 1980, p. 59; ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 84-85.

<sup>119</sup> CASTRO, op. cit., p. 61; *O PARTIDO Republicano Liberal e seu programa*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933.

<sup>120</sup> Há apenas um trabalho que analisa *A Federação* sob o comando *florista*, o de JUNGSMANN, Cristina. *A ideologia política do Partido Republicano Liberal através de ‘A Federação’ (1932-1937)* Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1985. No entanto, esta dissertação, além de ser antiga, estava inacessível na biblioteca da UFRGS. Isso porque o acervo da universidade sofreu uma inundação e este trabalho foi um dos atingidos. Pesquisamos sobre a autora nas redes sociais, mas não encontramos nenhum dado para fazer com ela um contato. Ela não possui currículo cadastrado no sistema Lattes. Se a cópia existente na UFRGS era a única disponível para acesso, pode-se concluir que este trabalho, infelizmente, se “perdeu”.

depois de sua fundação. O historiador Antônio Elábio Jr., por exemplo, localizou 23 telegramas de Maciel e 13 telegramas de Aranha buscando correligionários para a nova agremiação, tanto na capital quanto interior. Ainda, o PRL contou com o apoio de setores importantes da economia regional: além de apelar para a pacificação do estado visando à realização de obras infraestruturais, como frigoríficos e ferrovias, o partido teve o apoio do setor industrial gaúcho, que, recusando o convite de um ‘Partido Econômico’, optou por aderir à nova agremiação *florista* e *varguista*.<sup>121</sup> Essas adesões seriam importantes, sobretudo porque a partir de 1935 a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul teria vagas para deputados representantes classistas, o mesmo ocorrendo para o nível federal, em 1934.

De acordo com Loiva Otero Félix, o estado *castilhistaborgista* moldou sua estrutura de poder através de duas diretrizes: cooptação e a coerção, sendo a primeira através da integração de coronéis na estrutura partidária municipal, nos postos que implicavam contato/obediência. Na segunda diretriz, o controle se dava através de um bem montado aparato policial repressivo.<sup>122</sup> Nesse sentido, acreditamos que as cisões da guerra civil de 1932 dariam origem, através do PRL, a um modelo de sustentação e legitimação alicerçado também na estrutura de cooptação e coerção contra republicanos e libertadores, apesar de se tratar de outro contexto.

Os primeiros anos *pós-1932* levaram Flores da Cunha a ser o garantidor da ordem e da fidelidade ao governo provisório no Rio Grande do Sul, que, enquanto estivesse sob seu controle, estaria distante de hostilidades ao governo central. Sua fidelidade a Vargas lhe daria projeção política nacional, e, em contrapartida, passaria a ter maior poder de barganha junto ao governo federal. Se Flores da Cunha, de 1930 a 1932, era um interventor que controlava a administração estadual, mas não controlava a política local, a partir desse momento passou a ser a figura principal da política do Rio Grande do Sul, controlando soberanamente o PRL, que passou a ser o partido dominante no estado.

Em nível nacional, o PRL contou com o ex-libertador Antunes Maciel Jr. no Ministério da Justiça, que, segundo Hégio Trindade, seria uma “prova do bom andamento das relações de Vargas com o Rio Grande do Sul”.<sup>123</sup> Essa pasta teria muita relevância política, pois seria através deste ministério que se daria a elaboração legal da regulamentação do Código Eleitoral, assim como do Regimento Interno da Assembleia Constituinte e a cassação dos direitos políticos de sediciosos em 1932. Desta forma, grande parte dos entraves

<sup>121</sup> Idem; PESAVENTO, op. cit.; ELÍBIO JR., op. cit., p. 101.

<sup>122</sup> FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

<sup>123</sup> TRINDADE, op. cit., p. 156.

encontrados por Maciel Jr. na pasta era sempre debatida com o interventor gaúcho, fato que lhe garantia uma nova situação de poder, podendo controlar a formação do novo regime político que adviria no processo de constitucionalização.<sup>124</sup>

Outro exemplo dessa aproximação nos traz Ângela de Castro Gomes. Pesquisando a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, a autora destacou a proximidade de Antunes Maciel e Flores da Cunha, aquele atuando como um informante do interventor. Segundo Ângela de Castro Gomes, de todo material presente no Arquivo Antunes Maciel do CPDOC neste período, 70% dos telegramas e das cartas eram dirigidos a Flores da Cunha. No momento da eleição presidencial, Antunes Maciel chegou a enviar de três a cinco telegramas por dia a Flores da Cunha.<sup>125</sup> Ou seja, ele era uma espécie de *olhos e ouvidos* de Flores da Cunha na capital federal, repassando ao interventor aquilo que acontecia de relevante na política nacional.

### 2.3.2 A FUG no *pós-Guerra Civil*: exílio, conspirações, eleições

A FUG junto com revolucionários de outros estados, se encontrava no exílio, onde discutia sobre a maneira de agir em função do novo momento político. Nesse sentido, entre os exilados ocorreu uma cisão entre aqueles que pretendiam levar adiante a luta iniciada em nove de julho e os que deram o processo como encerrado, aguardando a possibilidade de volta ao regime constitucional, em um prazo não muito longo. O grupo radical se concentrava, sobretudo, no Uruguai e na Argentina, onde programaram para maio de 1933 a eclosão de um novo movimento armado, enquanto buscavam obter recursos para a compra de material bélico. Mês que era simbólico, tendo em vista que nele estava marcado o pleito eleitoral. No entanto, mesmo dentro do grupo “*radical*” existiam desarticulações: Euclides Figueiredo e Basílio Taborda disputavam a liderança militar do novo levante, levantando querelas de suas antigas agremiações (democráticos e perrepistas), fracionando o grupo.

Outros fatores também contaram. As dificuldades financeiras, as desarticulações na ação dos grupos e o distanciamento (Argentina, Uruguai e Portugal), somados com a não adesão de outros ao movimento, como os generais no Brasil que, embora especulados por

---

<sup>124</sup> ELÍBIO JR., op. cit. Em um telegrama de Antunes Maciel para Flores da Cunha, logo após sua posse, pudemos verificar que a afirmação de Elíbio Jr. tem fundamento. Nela, Antunes Maciel desabafa sobre os problemas acumulados na pasta (anteprojeto constitucional, cassação de direitos, regulamentação de jogos), bem como os entraves na comissão dos 31, encarregada de redigir o projeto. Além de tudo, comemora muito que seu próprio nome foi bem visto pelo círculo político. AGV, 20.11.1932, CPDOC, GV c 1932.11.10.

<sup>125</sup> GOMES, A. C., op. cit., 1981.

João Neves, não se concretiza efetivamente. Essas desarticulações, muitas delas evidentes nos telegramas que eram vigiados pelo governo provisório, foram explorados por este. Um exemplo disso foi o fato de o governo provisório ter divulgado na imprensa uma carta de Raul Pilla, em que este fazia críticas ao tenente Gashypo Pereira. Por causa disso, Gashypo alegou que Pilla teria “ofendido sua honra”, e exigiu “uma reparação entre as armas” com o líder do PL. O caso, no entanto, foi resolvido por intermediação.<sup>126</sup> Porém, não há dúvida de que todos esses entraves internos também contribuíram para impedir que os exilados conseguissem, efetivamente, uma articulação coesa e firme para confrontar o governo provisório.

Há, também, outros exemplos da espionagem feita pelo governo provisório. Um informe a Vargas o notificava de que os paulistas presentes na região estavam tomando mais leite de boas vacas do que efetivamente conspirando, devido à descrença do grupo. Neste sentido, o governo uruguaio mantinha vigilância sobre os exilados políticos, em cooperação com o governo Vargas. Em uma carta de Raul Pilla, Fernando Caldas relatou sua frustração pela vigilância e colaboração do presidente Gabriel Terra com Getúlio Vargas, quando o consulado recebia cópia de todas as trocas de telegramas. Na sua visão, estava o governo Terra “completamente entregue” à ditadura brasileira.<sup>127</sup>

Enquanto as oposições se articulavam no exílio, o Rio Grande do Sul se preparava, como o restante do país, para as eleições de maio de 1933. Esse pleito, que formaria a Assembleia Nacional Constituinte, é significativo por retomar as disputas político-partidárias no estado e testar a máquina política do interventor, que, recém-criada, enfrentaria uma oposição pouco coesa e articulada, com suas principais lideranças afastadas do estado. Além disso, os problemas por que passariam os opositores se agravavam, na medida em que os recursos para a própria manutenção no exílio eram escassos, e sua penetração no estado se tornava mais restrita. Isso por causa, também, da interrupção da circulação do jornal libertador *O Estado do Rio Grande*<sup>128</sup>, do fechamento temporário do *Diário de Notícias* e da transferência d’*A Federação*, agora órgão oficial do PRL, conforme já mencionamos anteriormente.

---

<sup>126</sup> NOLL, op. cit.; AFC, 01.01.1933, NUPERGS, doc. nº 003/824; ARP, 08.04.1933, NUPERGS, [s. n./cópia].

<sup>127</sup> RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Participação política nos discursos opositores a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai) - 1930/1942*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

<sup>128</sup> AFC, 02.01.1933, NUPERGS, doc. nº 003/822. Sobre o papel do jornal *O Estado do Rio Grande* no período 1929-1932, ver: FLORES, Ericson. *‘Um posto de combate e uma tribuna de doutrina’: o Partido Libertador e o jornal Estado do Rio Grande (1929-1932)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

Também é verdade que os exilados tinham ciência de que as dificuldades iriam ser enormes nessa eleição. João Neves da Fontoura criticava a cassação de direitos políticos, que, “abrangendo no castigo todas as Frentes Únicas, eliminou praticamente das urnas os dois velhos partidos do Rio Grande do Sul”.<sup>129</sup> Neves comentou as perseguições que os funcionários do interior do estado sofriam caso não aderissem ao PRL, até mesmo com a demissão do cargo.

Com que roupa vocês imaginam uma eleição? Ou Flores estará apenas com essas violências preparando um fundo de quadro para melhor resaltar [*sic*] a vitória da Frente Única? Claro é que 3 de maio ou de outubro – sei lá quando – só votará quem ele deixar. Vocês alistem, organizem e dirigirão um pleito, de resultado previamente conhecido, isto é, são derrotados. Claro é que nem por pensamentos considero esse trabalho perdido. Considero-o até indispensável. Sem ele desapareceria a Frente Única. Mais daí a achar que essa seja a única solução e que com ela nos devemos conformar vai um abismo, que não me animo a transpor.<sup>130</sup>

Neves compunha o núcleo dos partidários do movimento armado, pois, como vimos, não acreditava que as eleições seriam praticadas livremente. Notamos que os defensores da participação da FUG no processo eleitoral arriscavam no voto secreto como fator favorável aos *frenteunistas*. Em resposta à carta acima citada, Fausto declarou que a esperança desse grupo estava no voto secreto, e, caso as pressões *floristas* ocorressem apenas no período da propaganda, ele dava como certa a vitória da FUG.<sup>131</sup>

Raul Pilla, assim como Fausto, também compunha o grupo “pacifista” dos exilados. Em missiva a Mário Amaro, afirmava ver como “um crime pensar em revolução, quando se pode vencer uma eleição e esta pode ter efeitos decisivos sobre a vida do país”, achando ser o melhor, naquele momento, para “o Brasil, e, principalmente, o Rio Grande retomar o seu caminho mediante um simples pleito eleitoral, por um ano que fosse”. Apesar disso, Pilla não era otimista ao enfrentar o situacionismo no estado. Prosseguindo sua missiva, alertava que a FUG iria encarar arrocho policial, compressão do funcionalismo, prisão de correligionários, afastamento compulsório de quem tivesse influência política, censura à imprensa, entre outros, afinal analisava que Flores da Cunha e o PRL “não estavam dispostos a entregar as fichas. [...]. O poder é tudo para eles. É quase a própria vida”.<sup>132</sup> Em contrapartida, a ida da FUG ao pleito de forma unificada reacenderia, na prática, o velho bipartidarismo no estado, que assim se manteria nas eleições de 1933, 1934 e 1935.

<sup>129</sup> FONTOURA, op. cit., 1933, p. 224.

<sup>130</sup> AFC, 25.01.1933, NUPERGS, doc. n° 003/832.

<sup>131</sup> AFC, 07.02.1933, NUPERGS, doc. n° 003/834.

<sup>132</sup> AFC, 07.02.1933, NUPERGS, doc. n° 003/835.

De acordo com Carlos Roberto Rangel, como forma de articulação para o pleito eleitoral de 1933, o Partido Libertador organizou um Congresso em Rivera, em abril, que reuniu os exilados e representantes de cerca de sessenta municípios gaúchos, para discutir a formulação de uma chapa única com o PRR para as eleições de 1933, e debater as propostas para a nova constituição federal. O Congresso teve dez agentes infiltrados, vindos de São Paulo, para identificar lideranças militares exiladas na fronteira brasileira. Flores da Cunha, antecipadamente, já observava as articulações do Congresso. Antes da reunião, o interventor comunicava a Antunes Maciel acerca das pretensões *frenteunistas* de fundar um jornal contra o governo, e rechaçava a pretensão de Maurício Cardoso em retornar à direção d’*A Federação*, ameaçando, inclusive, a usar a violência se fosse necessário.<sup>133</sup>

### 2.3.3 As eleições de 1933 e 1934 no Rio Grande do Sul: repressão, conspiração, consolidação do predomínio *florista* e anistia

A máquina *florista* de fato entrou em ação para garantir a vitória do PRL em 1933: dificultando o cadastramento eleitoral e a campanha da FUG, recusando autorizações de comícios públicos, restringindo e prendendo líderes *frenteunistas*, além de ameaças e violências efetivas, sobretudo no interior do estado, ainda possuía o apoio da Liga Eleitoral Católica, grupo que defendia, entre outras bandeiras, ensino religioso facultativo nas escolas, assistência religiosa às forças armadas e validade civil ao casamento religioso. Sob orientação do arcebispo D. João Becker, a LEC apoiou os *republicanos liberais*, e realizou campanha de boicote aos candidatos da FUG pela *não-adesão* do PL ao programa católico. A posição de D. João Becker originou um grupo “dissidente”, que elegeu Adroaldo Mesquita da Costa pelo

---

<sup>133</sup> ELÍBIO JR., op. cit.; RANGEL, op. cit., 2001. Na verdade, *A Federação* não era um jornal juridicamente vinculado à máquina administrativa estadual. Sua encampação só ocorreu em 1932, devido a uma dívida que o jornal possuía com o governo do estado. De qualquer forma, realmente foi cogitada a reversão da encampação. “Procurei cumprir as determinações do Dr. Medeiros sobre a *A Federação*. A situação jurídica foi estudada pelo dr. Camilo que não achou uma solução para ela, em face dos defeitos existentes nos estatutos da sociedade. Teremos que cogitar uma reunião dos acionistas o que exige um trabalho prévio de sindicância sobre o ponto de vista de cada um para que não degenere em um insucesso. Os nossos adversários se apropriaram da Federação e a converteram em órgão oficial do Estado e do Partido Liberal sob a alegação de que a mesma devia 300 contos ao Estado”. APSS/BM, 01.12.1932, AHRGS, cx. 2, RC/66. Em outro telegrama, anterior ao citado, fica evidente a preferência de Borges em Maurício Cardoso assumir a direção do jornal. Além disso, dá indícios de que a situação financeira do periódico não era tão positiva e, em conformidade com a nova situação criada com o conflito armado, Borges de Medeiros buscava aumentar a penetração do periódico para fortalecer o PRR: “estando acéfala a direção do órgão do Partido Republicano [...] venho comunicar-vos que já tomei a iniciativa de convidar o dr. J. Maurício Cardoso para diretor d’*A Federação*, autorizando-o a imprimir-lhe a orientação que, a seu juízo, parecer a mais conveniente, e também a promover as reformas materiais no sentido de melhorar a situação financeira do jornal, e de alargar a sua circulação”. APSS/BM, 24.10.1932, AHRGS, cx. 1 AP/38.

PRR, que alegava estar a LEC “presa” ao PRL. Como alegou, anos depois, Francisco Carrion, “o arcebispo se vendera a Flores da Cunha. [...]. Para os senhores compreenderem aquela atitude de rebeldia, é que nós moços não admitíamos que uma LEC, criada para defender os princípios da consciência católica, viesse a se atrelar a qualquer partido”. Esse apoio ao PRL ocasionaria a renúncia de três dos cinco membros da Junta Estadual da Liga<sup>134</sup>, mas, apesar da dissidência, a LEC seguiu apoiando o *florismo* contra a Frente Única Gaúcha, alegando que os votos no PRR ajudariam a eleição de políticos que deveriam ser combatidos por não compactuarem com o programa católico.

Flores da Cunha ainda usava de sua influência junto ao ministério da justiça para obter de Antunes Maciel Jr. a impugnação das candidaturas de Alberto Pasqualini, Ariosto Pinto, Nicolau Vergueiro e Arnaldo Faria, com a justificativa de terem participado do movimento de 1932. Em outra missiva, foi pedida com “toda [a] urgência [o] decreto suspendendo direitos políticos”. Em uma manobra calculada entre o interventor e o ministro, Flores e Maciel também aguardaram que a FUG imprimisse e distribuísse suas cédulas antes da impugnação, já que a lei eleitoral estabelecia que o voto para um candidato inelegível anulava todos os nomes na cédula, fato que obrigou os membros da FUG se desdobrarem para imprimir e distribuir novas cédulas.<sup>135</sup>

A interventoria, por outro lado, também reprimiu as manifestações da oposição pela imprensa. O *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* foram fortemente pressionados, com o primeiro tendo um diretor e um redator-chefe presos. Já o segundo acabou mudando de orientação política, em razão de um contrato negociado entre Assis Chateaubriand e Oswaldo Aranha. Este pacto firmado entre eles passou o controle editorial da folha para o governo provisório, em março de 1933. Além disso, o *Jornal da Manhã* e *A Federação*, folhas *floristas*, eram usadas para contra-atacar críticas e denúncias da imprensa *frenteunista*, que sofreu com a apreensão de edições e o empastelamento de seus jornais de menor expressão.<sup>136</sup>

Essas eleições também ficaram marcadas pelo “episódio da cartolina”. A Frente Única imprimiu suas cédulas em papel comum, enquanto o PRL utilizou papel cartolina. Alegando violação do voto secreto, já que o voto era sigiloso, mas a urna permanecia em público, a

<sup>134</sup> CORTÉS, op. cit.; CARRION, Francisco Machado; COSTA, Adroaldo Mesquita da; ROCHA, Eloy José da. Depoimentos – A Liga Eleitoral Católica. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983.

<sup>135</sup> CORTÉS, op. cit.; NOLL, op. cit.; AGV, 23.04.1933, CPDOC, GV c 33.04.23/3. O programa dos libertadores para essa eleição, que defendia pontos como alistamento automático aos 21 anos, proibição de militares não reformados de votar, supressão do senado, proibição da reeleição, entre outros pontos, foi transcrito por NOLL, op. cit., 1980, p. 123-124. Encontramos a atuação de Alberto Pasqualini neste período muito brevemente relatada apenas por um único trabalho, o de SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: Trajetória Política e pensamento trabalhista*. Tese (Doutorado em História) – UFF, 2012, p. 11-60.

<sup>136</sup> CASTRO, op. cit., p. 71.

FUG tentou a impugnação dos votos liberais, alegando transgressão do segredo do sufrágio. Assim, a Frente Única se apoiava no artigo 97 n° 6 da Lei Eleitoral, que previa anulação dos votos. O libertador Bruno de Mendonça Lima, anos depois, admitiu que os recursos da oposição foram indeferidos devido à atitude da FUG que, segundo ele, descobriu e “também distribuiu votos de cartolina. Então o Tribunal Eleitoral não anulou a eleição, porque apareciam os votos para um partido e para o outro”. Dando o voto da cartolina para os funcionários públicos, malfadou o pedido de impugnação de urnas, pois “os dois partidos usavam”.<sup>137</sup>

Nesse sentido, como afirma Jairo Nicolau, o sigilo do voto era garantido pela nova constituição, através de duas medidas: o uso da sobrecarta oficial, na qual os eleitores deveriam inserir a cédula eleitoral, inibindo a prática de uso de envelopes de cores e formatos distintos para controlar o voto, e a outra por meio do voto fechado em um lugar indevassável, onde o eleitor colocaria a cédula. Ou seja, ambas foram violadas no momento do sufrágio. Outra acusação feita pelos *frenteunistas* era de que os candidatos do PRL foram inscritos no dia 28 de abril, após as 18 horas. De acordo com a FUG, isso anulava as candidaturas do partido, já que o Código Eleitoral exigia as inscrições até cinco dias antes da eleição, que ocorreu em 3 de maio.<sup>138</sup>

Além de tudo isso, mais um acontecimento, este levantado pela imprensa carioca, gerou desconfiças sobre a idoneidade da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul. Assim, o jornal *Correio do Povo* veiculou a notícia de que o *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, indagava acerca de um telegrama em que João Carlos Machado e Heitor Azevedo “comunicam ao sr. Antunes Maciel, a vitória do Partido Liberal”, questionando: “como podem saber disso esses secretários do sr. Flores da Cunha, se o voto foi secreto, as eleições livres e as urnas permaneceram, por assim dizer, fechadas?”<sup>139</sup>

Entretanto, no final da apuração do pleito, o PRL venceu por 132.056 votos contra 37.400 da Frente Única Gaúcha. Desta forma, elegeu 13 dos 16 deputados para a Assembleia Constituinte, 81% das cadeiras. A esmagadora vitória dos *republicanos liberais* contra os tradicionais PRR e PL, apesar de todos os reveses que os *frenteunistas* tiveram, não deixam de demonstrar que o primeiro teste pelo qual Flores da Cunha passou foi bastante vitorioso.

---

<sup>137</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 05.05.1933; *Entrevista de Bruno de Mendonça Lima para Hélgio Trindade. Fita cassete (Transcrição)*, Pelotas, 1979. Arquivo NUPERGS. Flores da Cunha ganharia, no exílio, o apelido de “cartolina”, conforme demonstrou ELÍBIO JR., op. cit., p. 116.

<sup>138</sup> Nicolau *apud* GUERREIRO, Caroline Webber. *Vulcão da Serra: Violência política em Soledade (RS)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 05.05.1933.

<sup>139</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 07.05.1933.

Tendo em vista que em praticamente todos os estados houve incidentes, pelo menos entre as grandes máquinas políticas (São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais), o segundo e o terceiro registraram a vitória do grupo político que apoiou Vargas, e de forma bastante maciça. Em Minas, venceu o PP, aliado de Vargas, que colocou 30 dos 36 deputados federais, ou seja, 83,3% das cadeiras. No entanto, em São Paulo, a vitória eleitoral dos derrotados pelas armas em 1932 foi esmagadora: a chapa *Por São Paulo Unido*, que englobava o PDP e o PRP, venceu por larga vantagem, conquistando 17 das 22 cadeiras, uma vitória da oposição que chegou, em porcentagem, a 77,2%.<sup>140</sup>

Com a vitória da oposição em São Paulo, crescia ainda mais em relevância e importância a projeção política de Flores da Cunha, em nível nacional, ao rearticular a política regional do PRL com eficiência, não deixando margens para o crescimento da FUG. Caso contrário, poderia redundar na perda de dois dos três mais importantes estados da federação, naquilo que tange à política. Sua força política, por um lado, garantia a fidelidade do estado em um momento delicado para o governo provisório. Isso pode explicar, em parte, o fato de a interventoria gaúcha não ter participado dos rodízios que, conforme Maria Campelo de Souza, ocorreram em outros estados. A diminuição gradual da representação rio-grandense no governo central, apesar da vitória significativa no pleito, está concatenada com a constatação da mesma autora, que afirma ter Getúlio Vargas tomado sempre medidas para “dificultar o encastelamento político dos interventores”.<sup>141</sup>

Pois, nesse sentido, a representação rio-grandense sofreu grande revés no executivo federal: antes de 1932, o Rio Grande do Sul chegou a ter os ministérios da Justiça, da Agricultura e do Trabalho, três interventorias, a chefia de polícia do Distrito Federal e a presidência da Imprensa Nacional. Após a guerra civil, sua representação caiu significativamente. Na Assembleia Nacional Constituinte, o papel de figuras políticas pouco conhecidas fez com que a atuação republicana liberal fosse discreta, com pouco uso da tribuna. A atuação coletiva e individual geralmente se deu de acordo com as orientações de Simões Lopes, líder da bancada do PRL, que atuou articulando os posicionamentos da maioria na constituinte, sendo o elo do governo provisório com a Assembleia. Já a FUG, com três deputados, pouco conseguiu atuar na constituinte, embora o deputado libertador Minuano de Moura tivesse uma atuação destacada como oposição agressiva ao *florismo* e a Getúlio Vargas. Contudo, Flores da Cunha conseguiu a eleição de Antônio Carlos para presidente da

---

<sup>140</sup> SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e política*. Paraná, v. 23, n. 56, dez. 2015.

<sup>141</sup> SOUZA, op. cit., 2006, p. 18.

constituente, e, em conjunto com Lima Cavalcanti, Juracy Magalhães e, posteriormente, Benedito Valadares, formou o “Bloco dos Interventores”. Atuando conjuntamente, eles poderiam conduzir os trabalhos da casa. Contudo, a partir de 1934, ocorreu um recuo de sua influência.<sup>142</sup>

Uma das consequências de uma derrota tão marcante da FUG seria o impulso para movimentos conspiratórios contra Getúlio Vargas e Flores da Cunha, já que o pleito eleitoral e a máquina *florista* terminaram com as esperanças de setores exilados que imaginavam poder retornar pela via legal. Assim, por exemplo, a missiva de Raul Pilla a Batista Lusardo informou ao segundo que, derrotados pela via eleitoral, “muitos companheiros que desejam uma solução pelas armas, só pensam num levante militar, com a sua consequência lógica, a ditadura da espada”. Pilla afirmou, então, que articulações militares levariam a um endurecimento da “ditadura” Vargas, em seu entendimento. Por outro lado, como implicação das conspirações, mesmo com toda a vigilância que o governo brasileiro mantinha, Getúlio Vargas alertou Flores da Cunha em ficar atento com sua segurança particular, tendo cautela para evitar atentados contra sua própria vida e na escolha de sua guarda pessoal. E o aviso não era infundado, já que realmente havia uma conspiração contra a vida de Flores da Cunha. Um telegrama enviado ao interventor por Oswaldo Aranha alertava que o movimento conspiratório tinha intenção de evitar a reunião da constituinte, convocando o país para novas eleições. Ainda avisava Flores da Cunha que se planejava enviar para Porto Alegre cinco homens, “sob direção de um ex-capitão da Brigada que acompanhou Borges a fim [de] tentarem contra [a] tua vida sendo este atentado [o] início [do] movimento”. A partir desse *signal*, o “primeiro ponto [a] ser ocupado será Livramento. Ripol [*sic*] esteve e ainda está em Uruguaiana [em] ligações [com os] militares feita especialmente com subalternos em todo [o] país.<sup>143</sup>

Como ampliação das tramas revolucionárias, ocorreu a fundação do *Comitê de Rivera*, que visava a dar mais responsabilidade às deliberações do exílio, e responder à impotência política que os *frenteunistas* sofriam, mas que acabou não evoluindo, em função das divergências internas. Esse comitê seria composto por Paim Filho, Rippoll, Marcial Terra e Raul Pilla, com o acréscimo de João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e Batista Lusardo. Haveria a formação de outro comitê, em Buenos Aires, sendo que o de Rivera dizia respeito às articulações no Rio Grande do Sul. Também foram inventadas maneiras de arrecadar

---

<sup>142</sup> CASTRO, op. cit.

<sup>143</sup> ARP, 21.06.1932. NUPERGS, [s. n./cópia]; AFC, 1933, NUPERGS, doc. nº 003/1128; AFC, 11.07.1933, NUPERGS, doc. nº 003/853.

fundos financeiros nos municípios do estado, que deveria ser entregue ao *Comitê de Rivera*. No entanto, as tramas dos exilados também se estenderam aos comunistas. Nesse sentido, a cooperação com o governo argentino ocorria para evitar que os exilados tivessem entendimentos políticos com Luís Carlos Prestes. É significativo o telegrama enviado pelo consulado brasileiro em Buenos Aires para Flores da Cunha, informado que Prestes estava em Passo de Los Libres, hospedado no Hotel Central, com nome falso, acompanhado de um “homem rústico, brasileiro, vestido a gaúcha, que não me foi possível identificar”.<sup>144</sup>

Em missiva enviada a Lusardo e a João Neves, Raul Pilla demonstrou certa discórdia das atitudes de Waldemar Rippol. Além de descontente com o correligionário, que teria dado quantias de dinheiro para membros do PRP, também descreve as tratativas com um comunista argentino, que teria oferecido 30.000 contos, em troca da garantia, por parte dos exilados brasileiros, de que, após a derrubada de Vargas, permitiriam plena liberdade de propaganda comunista e organização partidária, além de manter relações comerciais com a União Soviética. Pilla concordou com a primeira exigência, mas se mostrou contrário às relações comerciais com os soviéticos. Além disso, era relutante em conceber a ideia de ficar dependente de dinheiro vindo do comunismo, já que, invariavelmente, o movimento ficaria identificado com essa ligação.<sup>145</sup> Não temos nenhuma informação de quem seriam esses comunistas no Uruguai, mas o fato do Bureau da III Internacional na América Latina localizar-se naquele país levanta a hipótese desses contatos terem alguma relação com esse comitê, vinculado à União Soviética e ao movimento comunista internacional.

Já Waldemar Rippol foi um libertador que, em 1934, seria assassinato com requintes de crueldade. Sua morte a machadadas, *supostamente* a mando de Camilo Alves, funcionário de Chico Flores, levantaram desconfianças acerca da participação da família Flores da Cunha no ocorrido, pois Rippol era um dos membros mais exaltados do grupo exilado, e cogitava publicar denúncias sobre contrabando envolvendo o irmão do interventor. Sua morte ganhou grande repercussão, tendo ocorrido bastante próxima do retorno dos exilados ao país, após a anistia. Nesse caso, nenhum dos Flores da Cunha foi condenado, nem mesmo após o Estado Novo, quando o processo foi reaberto. Esse crime faria com que os exilados retornassem com maior força e mobilização para afrontar o PRL.<sup>146</sup>

---

<sup>144</sup> ARP, 07.1933, NUPERGS [s. n./cópia]; AFC, 13.07.1933, NUPERGS. doc. n° 003/844.

<sup>145</sup> ARP, 17.05.1933, NUPERGS, [s. n./cópia]. A aproximação de Rippol com Prestes é relatada por um companheiro seu no exílio. Cf. RIBEIRO, op. cit.

<sup>146</sup> Existe apenas um estudo sobre o caso, já citado nesse trabalho, de RANGEL, op. cit., 2001. Outros relatos contemporâneos ao assassinato ajudam a compreender o caso, como o de RIBEIRO, op. cit.; e a investigação de AMORÓS, Antônio Hijo. *Caudillismo salvaje*. Rivera: Vanguardia, 1991.

O retorno do exílio ocorrerá próximo das eleições que definiriam a bancada de deputados federais e constituintes estaduais, ainda sob forte repercussão do “caso Rippol”. Alguns esperavam por retornar logo, como Raul Pilla, que declarava ser sua única preocupação voltar ao território nacional, já que a lei da anistia recém havia sido publicada. Até mesmo Flores da Cunha era favorável a essa lei, já que fez alguns apelos a Vargas para que fosse encaminhada a anistia, como remédio para cessar com as sedições e os amotinamentos. Ela, no entanto, só ocorreria em maio de 1934, e, a partir desse decreto, os exilados poderiam retornar ao país e reorganizar as agremiações partidárias livremente. Ou, nas palavras de João Neves, poderiam fundar agora uma “nova Aliança Liberal” contra Getúlio Vargas.<sup>147</sup>

Em 17 de julho de 1934, ocorreria a eleição indireta de Vargas para presidente constitucional, eleito um dia depois de votada a constituição de 1934, considerada por ele como “mais um entrave do que uma fórmula de ação”. Sua eleição foi vencida contra diversos candidatos, destacando-se Borges de Medeiros, que, apesar de mais votado dentre todos os demais candidatos (59 votos), esteve distante de ameaçar a vitória de Vargas (175 votos). Outra contenda digna de nota foram as ameaças de golpe do Clube 3 de Outubro, apoiando Góis Monteiro para a Presidência da República. É com essas conspirações que iniciariam os dissídios entre Flores da Cunha e Góis Monteiro, já que Flores teria revidado às ameaças *tenentistas* com declarações públicas e particulares com alto tom de ameaça, como: “levantarei 22 mil homens contra qualquer esbulho” ou “o Exército não tem melhor amigo do que eu. Estou aparelhado, é certo, para manter a ordem dentro do meu Estado e, mesmo, fora de suas fronteiras. [...]. A ordem será mantida custe o que custar”, fato que teria provocado a ira do general do Exército, que considerava as atitudes do interventor ofensivas e provocadoras, em missiva a Getúlio.<sup>148</sup>

A constituição do novo ministério contaria com apenas um gaúcho, Arthur de Souza Costa, para a Fazenda, atendendo aos desejos de Flores da Cunha e Oswaldo Aranha. Antunes Maciel, intimamente ligado com Flores da Cunha, na pasta da Justiça, cederia lugar a Vicente Rao no cargo.<sup>149</sup> Nesse momento, é notório que a formação ministerial teria sua composição bastante modificada, enfraquecendo novamente a influência da política gaúcha em geral, e do *florismo* em particular.

---

<sup>147</sup> ARP, 25.05.1934, NUPERGS, doc. nº 002/1092; AGV, 12.04.1933, CPDOC, GV c 1933.04.12/2; ALC, 07.06.1934, CPDOC, LC c 1934.06.07/4.

<sup>148</sup> VARGAS, op. cit., v. I; AGV, 18.03.1934, CPDOC, GV c 1934.03.18; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 26.04.1934.

<sup>149</sup> VARGAS, op. cit., v. I.

Pouco antes das eleições estaduais, em 7 de setembro de 1934, ocorreria o Congresso do Partido Republicano Liberal. Nele, o PRL, além de comemorar aquilo que, de acordo com João Carlos Machado, foi o atingimento de “85% dos postulados liberais [que] ficaram vitoriosos no nosso estatuto constitucional”, também atacou a formação da FUG, cujos integrantes, segundo Machado, mal saberiam “até para que regime de governo se inclinam, sem saberem se a cédula que vão depor nas urnas eleitorais fará um deputado que no congresso se bata pelo regime presidencial ou se um deputado cuja bandeira ostente o emblema e legendas do parlamentarismo!”. Ataca, até mesmo, as adesões de cunho parlamentarista de Borges de Medeiros, fato que o impediria “de pronunciar o nome de Julio de Castilhos”. Além de realizarem um balanço da atuação *republicana liberal* na constituinte e reafirmar, sob palavra de Augusto Simões Lopes, a defesa da autonomia dos estados, ainda o Congresso “resolve, indica e proclama candidato a governador do Rio Grande do Sul, para o primeiro período constitucional, o sr. General Flores da Cunha”, e escolhe a chapa de candidatos a deputados federal e estadual.<sup>150</sup>

As eleições no Rio Grande do Sul, em 1934, foram marcadas por dificuldades pela FUG e pelo PRL. De um lado, por intensa censura, com perseguições e incêndio ao jornal pelotense *O Libertador*, por causa de uma caricatura publicada no periódico, e com uma campanha de boicote ao *Correio do Povo* e ao jornalista Alexandre Alcaraz, promovida pela *A Federação*.<sup>151</sup> A prática da violência acabou sendo um método usado pelos dois lados. No lado do PRL, até mesmo uma milícia interna foi fundada para as eleições, denominada *Ação de Resistência Nacional*, da qual “o General Flores da Cunha foi aclamado sob vivas e grandes salva de palmas dos presentes, chefe supremo” possuindo, “mais de 200 assinaturas em mãos da Comissão Central”<sup>152</sup>, já no primeiro dia, *segundo o jornal do PRL* – deve-se atentar para a crítica da fonte, que poderia querer inflacionar o número perante a realidade para intimidar a FUG com o seu “*poderio*” paramilitar.

A ARN se proclamava uma entidade civil-militar sob rígida disciplina e respeito à hierarquia, em defesa do programa do PRL, e se colocando à disposição “permanentemente, do comando em chefe, para os prélios pacíficos das urnas ou para as justas no campo da honra, não poupando sacrifícios nem mesmo da vida”. Tinha como lema “quem não é por nós,

---

<sup>150</sup> *O PARTIDO Republicano Liberal* – 1º Congresso Bi-enal. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934, p. 49; 50; 68; 140. Sobre a adesão de Borges de Medeiros ao parlamentarismo, cf. MEDEIROS, Borges de. *O poder moderador na república presidencial*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

<sup>151</sup> ARP, 16.11.1934, NUPERGS, doc. nº 002/1113; ARP, 20.06.1934, NUPERGS, doc. nº 002/1099; *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 10.1934.

<sup>152</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 06.06.1934.

é contra nós”. A ARN alertava que, dentro do PRL, o grupo miliciano seria sempre um elemento de concórdia e confraternização, atuando para fazer desaparecer os dissídios e as desinteligências, e, caso contrário, quem descumprisse essas premissas poderia ser punido com a expulsão.<sup>153</sup>

O surgimento desse grupo próximo do período eleitoral, a regular veiculação na imprensa oficial, a divulgação aberta de seu caráter militar e o crescimento das adesões à milícia são indicativos de que seu aparecimento ocorreu com o objetivo de amedrontar a FUG e as demais oposições no Rio Grande do Sul, afinal a ARN praticamente esvanece depois das eleições de outubro, embora seu “desaparecimento” não tenha significado o abrandamento do poder militar do PRL e o fim de práticas violentas em eleições no Rio Grande do Sul. Além da ARN, algumas regiões tiveram a presença de outras organizações paramilitares, como os *bombachudos*, grupo armado que atuava em Soledade e região, sendo ligado a Victor Dumoncel Filho.<sup>154</sup>

Contra o PRR, a campanha ficou marcada por ataques bastante violentos e pessoais pelos *republicanos liberais* a Borges de Medeiros. A *Federação* realizou verdadeiras frentes de ataque ao chefe do Partido Republicano, procurando desconstruir sua imagem, pois, nas eleições de 1934, seria a primeira campanha eleitoral de que participaria efetivamente, desde a Aliança Liberal, em 1929-1930. Por isso, não se pode descartar que esses ataques partissem de um receio do PRL pelo impacto que a presença de Borges de Medeiros poderia causar no pleito em prol da FUG. Nos dias que antecederam as eleições de 3 de outubro, acusações de que Borges possuía “*egoísmo mórbido*”, “*vaidade ridícula*”, “*miserável contribuição*”, de que era “*el supremo*” eram praticamente diárias no periódico, que ainda dizia ser Borges de Medeiros possuidor de uma “*pobreza mental*”, tendo duvidosa “*capacidade intelectual*”, e, até mesmo, de “*boca torta*”, devido ao uso de charutos.<sup>155</sup>

Contudo, a FUG também foi acusada de utilizar a fraude e a violência, na campanha eleitoral. Os *republicanos liberais* a acusavam de participar de assassinatos de correligionários do PRL, apelando para providências junto ao Ministro da Justiça, Vicente Rao. Outra acusação foi de a FUG ter falsificado telegramas de representantes da LEC, que apoiava novamente o PRL, e distribuído panfletos convocando votos no PL-PRR. Claro que

---

<sup>153</sup> *Diário Liberal*, 31.07.1934. In: TRINDADE, op. cit., 1980; *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 22.06.1934; *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 05.10.1934.

<sup>154</sup> FÉLIX, op. cit., 1996; FILATOW, op. cit. Ver, também, CRACCO, Rubia Mara. *O Mandonismo local e os bombachudos de Soledade*. Monografia de Pós Graduação (Especialização em História do Brasil) – Universidade de Passo Fundo, 1994.

<sup>155</sup> *A Federação*. Porto Alegre, HDBN, 02 e 05.10.1934.

as acusações, de todas as partes, devem ser vistas com ceticismo quanto a sua real procedência, sobretudo quando são veiculadas fortemente na imprensa da época, podendo ter muito mais o objetivo de difamar do que de realizar uma denúncia *strictu sensu*. Entretanto, essas hostilidades demonstram os conflitos existentes entre as correntes políticas do Rio Grande do Sul no período pré e pós-eleitoral.

Nesse contexto, o PRL estagnou sua votação, enquanto a FUG cresceu expressivamente em relação a 1933, ainda que não alcançasse a vitória em um cenário plural. Além destes dois grupos, participaram do pleito a Ação Integralista Brasileira, a Liga Eleitoral Proletária, a chapa Trabalhador, Ocupa o Teu Posto e candidaturas avulsas, sem legenda. Cenário diferente de 1933, quando FUG, PRL e Legião Pró-Estado Leigo disputaram as eleições, com a participação indireta da LEC. Além do mais, fazendo um esforço comparativo, as eleições de 1933 contaram com 231.194 eleitores, contra 327.264 de 1934, tendo como votantes 220.243 eleitores, contra 194.388 do ano anterior. Estes dados indicam ter havido um esforço de alistamento muito grande por parte das correntes políticas, que conseguiram habilitar mais de 96 mil novos eleitores, mas que não teve o mesmo reflexo no número de sufragistas.<sup>156</sup>

No entanto, apesar de o bipartidarismo, em uma análise apurada, parecer dar lugar a alguma pluralidade, o resultado *prático* do pleito demonstrou o contrário: FUG e PRL juntos elegeram todas as cadeiras. Na Assembleia Estadual, o PRL ficou com 65,63% das cadeiras (21) e a FUG com 34,37% (11). Na Câmara Federal, as porcentagens se mantiveram praticamente idênticas: PRL com 65% (13) e FUG com 35% (7), além de sete deputados classistas, que comporiam a Assembleia através de delegados indicados pelos sindicatos que compunham um Colégio Eleitoral. Segundo afirmou Carlos Santos, que seria um dos deputados classistas, “ele [Flores da Cunha] passou a considerar a bancada classista como

---

<sup>156</sup> Alertamos que os dados citados são oficiais, embasados nas informações do IBGE, que não disponibilizou maiores detalhes sobre como ocorreu o censo. Deve-se ter bastante cautela ao analisar esses números. Por exemplo, nos dois censos aqui pesquisados, a população brasileira em 1933 era de 41.447.824, e, no ano seguinte, 39.939.154, ou seja, uma diminuição da população brasileira em mais de um milhão e meio, de um ano para o outro, que nos parece um número bastante exagerado. Mesmo que os números sobre os eleitores não sejam exatos, acreditamos que há, sim, um aumento, sobretudo pela presença dos então exilados de 1932, que puderam atuar para arregimentar eleitores, o que não puderam fazer em 1933. Estes exilados, ainda por cima, eram as figuras de maior prestígio, tanto do PRR como do Partido Libertador. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil* (Representação Política). 1933. Disponível em: <[http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/representacao\\_politica/1936/rep\\_polit\\_1936m\\_c\\_aeb\\_002.pdf](http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/representacao_politica/1936/rep_polit_1936m_c_aeb_002.pdf)>, acesso em 11.06.2015. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil* (Representação Política). 1934. Disponível em: <[http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/representacao\\_politica/1937/rep\\_polit1937aeb\\_01.pdf](http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/representacao_politica/1937/rep_polit1937aeb_01.pdf)>. Acesso em 11.06.2015. Sobre o integralismo no Rio Grande do Sul, indicamos ao leitor os trabalhos de GERTZ, René Ernaini. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987 e IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Perigo verde: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

adendo da bancada do Partido Republicano Liberal”<sup>157</sup>, chegando até mesmo a participar de reuniões do PRL.

Mesmo não vencendo a eleição, a FUG veria com bons olhos a votação que fez. Pilla ressaltou a estagnação do PRL, e a ascensão da FUG, comemorando uma votação quase dobrada, se comparada com 1933, e denunciando as arbitrariedades do pleito anterior, como perseguições a prefeitos e funcionários públicos. Atribuiu a votação mais expressiva pela maior liberdade de propaganda e atuação, além de atribuir ao voto secreto um importante papel, lembrando a “burla” das cartolinas. Já o PRL teria suas expectativas eleitorais bastante frustradas. Isso porque João Carlos Machado imaginava conquistar 4/5 dos votos. Mais próximo chegou a perspectiva da FUG, pois tanto Lindolfo Collor quanto Raul Pilla visavam a chegar a 40% do eleitorado em declarações prévias ao pleito.<sup>158</sup> Apesar de algumas ressalvas, os líderes do PRR e do PL reconheceriam a legitimidade<sup>159</sup> da eleição, diferente do ano anterior.

A análise local de Raul Pilla já era prevista por Getúlio Vargas em plano nacional. Sem conhecer as apurações das eleições, Vargas imaginava o crescimento dos grupos oposicionistas em todo o país: “prevejo, porém, e oxalá me engane, que a oposição terá maior número que nas primeiras eleições”. Em seu *Diário*, lamentaria que “os primeiros resultados aqui e em Minas são favoráveis à oposição. Em São Paulo, as primeiras apurações já são favoráveis ao Partido Constitucionalista”. Outros, como Juarez Távora, após o crescimento da oposição, procuram rearticular o situacionismo para garantir solidificar a base *getulista*, quando afirmou que “os reacionários progrediram eleitoralmente, de modo sensível, na maioria dos estados, em relação às anteriores eleições, para a constituinte federal, tendo mesmo conseguido vencer os partidos revolucionários em 3 ou 4 estados”, cogitando a formação de um Partido Nacional Revolucionário, junto com os interventores do norte, que seria aliado do governo Vargas.<sup>160</sup>

---

<sup>157</sup> *Entrevista de Carlos Santos para Hélgio Trindade. Fita cassete (Transcrição). 1979. Arquivo NUPERGS; TRINDADE, Hélgio; NOLL, Maria Izabel. O Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991. Entre os eleitos, não estavam João Neves da Fontoura e Lindolfo Collor, diferente daquilo que Derocina Campos Sosa afirmou, mencionando terem sido os dois eleitos como deputados estaduais pelo fato de Flores da Cunha ter “permitido”, por esperar “contar com alguma lealdade de seus dois antigos companheiros de partido”, e não “acirrar mais as hostilidades com os frentunistas”. Collor sequer foi eleito, e João Neves da Fontoura ocupou o cargo de deputado federal como suplente, na vaga de Walter Jobim. Cf. SOSA, Derocina Alves Campos. *Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001, p. 50.*

<sup>158</sup> ARP, NUPERGS, doc. nº 002/1122; ALC, CPDOC, 07.12.1934, LC c 1934.12.07; *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 05.10.1934; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 19.10.1934.

<sup>159</sup> O conceito de legitimidade/legitimar é entendido neste trabalho como a presença de um grau de consenso, de maneira a reconhecê-lo legítimo, transformando a obediência em adesão. BOBBIO, op. cit., p. 675.

<sup>160</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 333-334; AGV, CPDOC, 30.11.1934, GV c 1934.11.30/2.

O governo federal venceu em 16 dos 22 estados, enquanto a oposição ficou com os outros seis (RJ, CE, SC, MA, MT e AC). Mesmo que, na eleição anterior, o governo federal tenha perdido em cinco estados, dessa vez, São Paulo não estava na lista daqueles em que o situacionismo foi derrotado, como em 1933. Além disso, onde o governo federal foi derrotado, ele fez 40% dos votos em dois estados (RJ e MT), excetuando o Acre, politicamente fraco, em que a oposição fez todos os eleitos. Nos outros três estados em que perdeu, o governo federal fez 45% dos votos.<sup>161</sup> Ou seja, não foram derrotas tão expressivas para Getúlio Vargas, que seguiu governando com maioria no plano nacional.

De qualquer forma, o crescimento da FUG não permite maior raio de ação. Com o domínio político no estado, o PRL poderia, ao menos em um primeiro momento, aprovar sem maiores problemas a constituição que o partido entendesse ser a mais adequada para o Rio Grande do Sul. Os sete deputados federais da FUG, por outro lado, lhe dariam maior peso dentro do seio das oposições em nível federal. Mas ainda nessa conjuntura local, Flores da Cunha poderia desfrutar de uma bancada de 13 deputados na Câmara Federal, controlando soberanamente a política regional nos dois parlamentos, mas lidando com uma oposição da Frente Única distante de ser considerada insignificante.

Desta maneira, passando a sofrer intensa perseguição e censura no Rio Grande do Sul e sem perspectivas de ascender ao governo estadual, a FUG, que perderia sua força política por se opor às postergações de Vargas em constitucionalizar o país, reuniria uma série de motivos para também se opor ao interventor Flores da Cunha. Dentre estas, destacamos as práticas fraudulentas que tinham o objetivo de manter o *florismo* no poder, iniciada já com o ressentimento pelo fato de ele não ter se aliado aos rebeldes paulistas. Junto a isso, também as ações militares repressivas do interventor. Assim, a conjuntura propiciada pelas ações do *florismo* também terá como consequência uma postura menos rígida de hostilidades a Vargas, e mais direcionada ao governo estadual. As oposições, com suas lideranças retornando do exílio, fortalecidas com seu próprio crescimento e ressentidas pelas fraudes e perseguições eleitorais, buscarão novas maneiras de crescer sua representação e seu peso político.

É a partir dessa nova postura que as relações com Flores da Cunha e Getúlio Vargas passaram a ser relevantes para a atuação política institucionalizada da Frente Única Gaúcha, procurando fortalecer sua atuação, que, isolada, não teria como agir contra o situacionismo federal e estadual. Será a partir disso que entendemos ter a FUG, gradualmente, um peso cada vez mais decisivo na balança da política regional. Esse peso cresce à medida que as relações

---

<sup>161</sup> SILVA, T.; SILVA, E., op. cit.

entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha começaram a se desgastar, embora a FUG procurasse articular-se bem antes desses desentendimentos. É a partir desse momento que procuraremos melhor elucidar sua atuação. O próximo capítulo iniciará abordando as conversas em torno da pacificação política em meio às referidas eleições de 1934.

### 3. A POLÍTICA RIO-GRANDENSE ENTRE FÓRMULAS E DISSIDÊNCIAS

A conjuntura política regional e nacional passaria por mudanças importantes entre 1934 e 1935, e a atuação tanto da Frente Única Gaúcha quanto do *florismo* seriam parte desse processo. Dentre estas transformações, ressaltamos, em especial, o processo de constitucionalização do país (1934) e do Rio Grande do Sul (1935). Em função disso, a FUG, por um lado, teria maior autonomia para agir como oposição regional a Flores da Cunha e nacional a Vargas, com o fim do caráter discricionário de ambos os governos, que teriam, neste momento, poderes partilhados com o Legislativo. Além disso, os *frenteunistas* possuíam a garantia constitucional para atuar como integrantes do bloco político de oposição em nível federal. Oposição “*nacional*” que, mesmo não sendo majoritária, tinha conquistado representação federal em 21 dos 22 estados da federação.

Já Flores da Cunha, a partir de sua eleição indireta em 15 de abril de 1935, deixaria de ser *dependente* de Vargas: era até então um interventor demissível, motivo pelo qual tinha seu cargo condicionado à lealdade ao governo central. Claro que, se a partir de agora ele não podia mais ser demitido, também já não teria a mesma influência dentro do governo central, como a própria composição ministerial havia indicado, relegando a participação gaúcha a um segundo plano. A tudo isso se somou uma imagem desgastada pela atuação “*nos bastidores*” dentro da Assembleia Nacional Constituinte, como vimos no capítulo anterior, além de desentendimentos com Getúlio Vargas devido às suas intromissões em assuntos do Exército, da política federal, e interna de outros estados, motivo pelo qual ele “fechou a porta” para Flores da Cunha nesse quesito.

Deve ser destacado também o fato dele não ser mais *indispensável* para o governo central, como tinha sido nos momentos posteriores à adesão da FUG à guerra civil de 1932, fato que também influiu na queda de seu prestígio e influência. A constitucionalização, e o relativo domínio da atuação da oposição, que agia agora em regime legal e abandonou as conspirações tanto no Uruguai e na Argentina quanto dentro do território brasileiro, fizeram com que a importância do governador do Rio Grande do Sul como *garantia da ordem* diminuísse. A força de Flores da Cunha como aliado de Vargas seria, neste momento, muito mais política, e menos militar, aos olhos do Catete.

Por outro lado, a FUG, com sua representação mais significativa nesse momento do que nas eleições de 1933 para a constituinte federal, seria um grupo bastante prestigiado entre as oposições em nível nacional. A partir de 1935, como veremos mais detalhadamente,

ocuparia a prestigiada posição de liderança da *minoría parlamentar*, grupo que coligava na Câmara Federal as oposições estaduais contra o governo Vargas. Mas, apesar disso, a Frente Única Gaúcha negociaria tanto com o situacionismo nacional, quanto com o regional, mesmo que estivesse, contraditoriamente, ocupando o posto de liderança na oposição aos dois – no Rio Grande do Sul, na condição de “monopólio”. Nesse sentido, as atuações do Partido Libertador e do Partido Republicano Rio-Grandense visariam ao engrandecimento do seu poder nas duas esferas, mirando o comando de secretarias e ministérios dos executivos estadual e federal. Em síntese, teria uma atuação fisiológica perante estes governos.

Por outro lado, também Flores da Cunha perseguia o objetivo de se fortalecer, buscando unificar novamente a política regional, e aumentar a expressão política rio-grandense, que traria como consequência maior prestígio para si, como líder político de um estado unificado. Caso atingisse essa meta, o Rio Grande do Sul seria o único da federação nessa condição. É devido a esta conjuntura que podemos apontar o ano de 1935 como o ano das tratativas pela pacificação. Tanto a FUG quanto Flores da Cunha passariam este ano buscando uma fórmula para conciliar a política regional, esbarrando em impasses e divergências nas fórmulas propostas.

Desta forma, procuraremos, nesse capítulo, demonstrar como FUG, PRL, Flores da Cunha e Getúlio Vargas atuaram e se posicionaram diante do processo de “pacificação” da política regional, e buscaram, com isso, ou se projetar ou impedir o fortalecimento político de um possível adversário. Mostraremos também a complexa conjuntura política desenhada nesse ano com a Lei de Segurança Nacional, o *putsch da ANL*, a decretação do Estado de Sítio e de guerra, que influenciaram diretamente as conversações, até a assinatura formal do acordo, em janeiro de 1936. Finalizando o capítulo, nosso objetivo vai ser demonstrar como o acordo, denominado *modus vivendi*, funcionou na prática, até sua primeira crise, em maio de 1936, buscando elucidar os debates, as disputas e as alterações que a fórmula “pacificatória” acabou provocando.

### 3.1 A “PACIFICAÇÃO”, EM MEIO A ROMPIMENTOS: DAS ORIGENS AO PACTO

Apesar de ter sido em 1935 que o processo de pacificação ganhou impulso, as tratativas de unificação não começaram neste ano. Podemos dizer que o situacionismo estadual buscou, em diferentes momentos *pós-guerra civil*, acordos com oposição, sempre sem sucesso. É importante ressaltar que, caso ocorresse à unificação entre a FUG e o PRL, o

papel de Flores da Cunha não seria mais o de um mero administrador, com poucos poderes de decisão nos assuntos político-partidários, como havia sido nos primeiros anos de interventoria. A situação *pós-1932* alterou completamente essa conjuntura, e Flores da Cunha era o chefe do principal partido político naquele momento, como as eleições de 1933, 1934, e também a de 1935, mostraram.

Desta forma, Flores da Cunha, além de buscar apaziguar os ânimos, já no fim da guerra civil, com Maurício Cardoso, como vimos no capítulo anterior, manteria conversas com a oposição em outros momentos, inclusive quando a FUG estava no exílio, no auge das conspirações armadas contra seu governo, e até mesmo contra sua vida, ainda que sabendo de tudo isso.

Nesse sentido, destacamos um trecho d'*A Federação*, após as eleições de maio de 1933, afirmando que Flores da Cunha prosseguia no “generoso propósito” de “levar a bom termo e o mais depressa possível a pacificação dos espíritos do Rio Grande do Sul”, fato que não ocorria devido à oposição partida dos “beneficiários da munificência”, apelando para que houvesse “um movimento simultâneo e de boa vontade. É preciso que aqueles que devem receber venham ao encontro de quem quer dar”. Ressalvando o lado superlativo nesse trecho, a alegação do jornal é um exemplo das tentativas de aproximação que partiam do governador nesse período, assim como no ano seguinte, onde, em um discurso quando visitou o município de Uruguaiana, fez alusão à pacificação da política regional, mas em um tom pouco distinto, mais hostil do que aquele pronunciado em 1933. Falando a respeito do tema, afirmou não ser ele empecilho “a qualquer movimento pacificador, e que, para tanto, se submeteria mesmo a todos os sacrifícios. ‘Mas não confundam – acrescentou – confraternização com cambalchos políticos ou troca e partilha de posições’”.<sup>162</sup>

Nesse sentido, vemos que é Flores da Cunha quem procura a Frente Única Gaúcha, e aborda o tema da pacificação regional, fato que se contrapõe à afirmação de Héglio Trindade. Este autor diz ser Flores da Cunha quem “aceita barganhar com a FUG”, por sentir na política anti-extremista de Vargas uma ameaça “centralista e autoritária”, e que é da FUG que parte “a tentativa de reaproximação [...] com o governo Flores da Cunha”.<sup>163</sup> No primeiro caso, é uma “*meia verdade*”, pois antes do rompimento com o Catete, Flores da Cunha procurou a oposição regional, tendo o apoio de Getúlio Vargas, e recebendo quase sempre a negativa dos *frenteunistas*. Já a segunda afirmação é, absolutamente, inconsistente. Isso fica demonstrado

---

<sup>162</sup> *A Federação*. Porto Alegre, HDBN, 25.05.1933 e 30.04.1934.

<sup>163</sup> TRINDADE, op. cit., p. 251-252.

pelo fato de que o único movimento de um libertador, nesse sentido, foi em março de 1935, mas tratou-se de uma atitude particular e independente, e não da direção da FUG.

### 3.1.1 A “pacificação” regional: o *Discurso do Teatro Coliseu* e o desgaste na relação entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas

A ideia de “pacificação” começou a ganhar força durante a campanha eleitoral de 1934, em que, como vimos, ataques, acusações, assassinatos e fraudes estiveram muito presentes. Apesar dessas procuras formais anteriores, o ressurgimento do tema ocorreu de maneira informal, ou seja, sem um encontro para debater, *frente a frente*, pontos de vista que levassem FUG-PRL a firmar um pacto de apaziguamento. O princípio das negociações, em setembro de 1934, será chamado neste trabalho de *etapa de uso eleitoral*, em função de não haver um debate sério e interessado onde se quisesse, realmente, assinar um acordo formal. Mesmo que o tema da pacificação tenha sido abordado com objetivos eleitorais, ainda assim não deixou de ser relevante, pois propiciou conversas mais sérias sobre o tema no futuro, criando uma conjuntura favorável para uma discussão.

O início disso se deu em uma viagem de Flores da Cunha a Santa Maria, onde, em propaganda eleitoral, declarou ser favorável à reconciliação da família gaúcha, mas alegava que tal medida seria impossível em função das negativas partidas da FUG.<sup>164</sup> Esse apelo de Flores da Cunha, que novamente culpava a Frente Única Gaúcha, e a responsabilizava por não perseguir o mesmo objetivo, teria resposta imediata de Raul Pilla. Falando para a “*Mocidade Frenteunista*”, a militância jovem da FUG, Pilla faria aquilo que seria conhecido como o *Discurso do Teatro Coliseu*, famoso por ser o primeiro pronunciamento em público de um *frenteunista* sobre essa questão. Nele, o chefe do PL questionou:

Tem-se falado, fala-se continuamente na pacificação do Rio Grande. Que espírito bem formado não a desejará? Mas, senhores, concedido que pudesse haver paz sem liberdade, paz sem garantias concedidas indistintamente a todos os cidadãos, paz sem a proscricção da violência e de distinções odiosas, seria esta pacificação digna do centenário farroupilha, que se pretende comemorar no ano próximo? Iriamos fazer a paz da submissão, a paz da subserviência para comemorar os grandiosos feitos daqueles heróis da liberdade?<sup>165</sup>

---

<sup>164</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 01.09.1934.

<sup>165</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 20.09.1934.

Raul Pilla também buscou amarrar o pronunciamento do interventor, utilizando suas declarações. Nesse sentido, lembrava que Flores da Cunha afirmou publicamente não ser um obstáculo ao “congraçamento da família rio-grandense e até se daria em holocausto a semelhante inspiração”. Pilla prosseguiu, afirmando que “os homens da Frente Única também não serão obstáculo, porque não pleiteiam cargos, não desejam posições e aspiram apenas a que o Rio Grande possa ainda vir a dar ao país um exemplo de verdadeira democracia”. Negando “capitulação” ao situacionismo, assegurava que os *frenteunistas* “não poderão concorrer para a debilitação da vida partidária rio-grandense, porque os partidos são necessários ao funcionamento normal da democracia”. Desta forma, Pilla proporia a substituição da candidatura de Flores da Cunha por “um homem que se tenha mantido estranho às últimas contendidas”, que “seja no governo não o chefe de um partido, mas o magistrado de um povo inteiro”<sup>166</sup>, sustentando a ideia de uma candidatura *neutra* como condição para a pacificação por toda a elite partidária da FUG.

Rebatendo a assertiva de Pilla, Flores da Cunha se contradiria. Isso porque agora rechaçava a ideia de renunciar, alegando que essa exigência, partindo da FUG, não passava de uma tentativa de escapar da provável derrota eleitoral, afirmando que “a renúncia que ela exige de mim é unicamente esta: que eu lhe dê uma saída para salvar-se”. Também se defendeu das acusações de que seria “insincero quando afirmo que para bem da minha terra, para bem do Rio Grande, não hesitarei em me oferecer mesmo em holocausto”. No meio dos debates, Pilla, no dia seguinte, rebateu, declarando que se o interventor estivesse disposto a “pacificar” o Rio Grande do Sul, renunciaria, e que a FUG não mudaria sua exigência. Internamente, a João Neves da Fontoura, ele dissera que a expectativa de permanência de Flores da Cunha por mais quatro anos era “simplesmente aterradora”, e que só se pronunciava acerca da “pacificação” nos termos do *Discurso do Teatro Coliseu*. Finalizou mencionando que, com a continuidade do *florismo*, analisava ser impossível participar do pleito municipal de 1935, sendo “materialmente impossível fazê-lo”.<sup>167</sup>

Nessa narrativa inicial, podemos perceber que o assunto só era debatido através de discursos e declarações na imprensa regional, e de outras localidades do país, utilizada exclusivamente como um argumento de combate e desqualificação do adversário, não sendo encarada como uma ideia efetiva. Nenhum dos dois grupos, em pleno período eleitoral, tinha interesses em uma aliança conciliatória, apesar das declarações públicas preconizarem o

---

<sup>166</sup> Idem; ibidem.

<sup>167</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 25.09.1934; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 26.09.1934; ARP, s. d., NUPERGS, doc. nº 002/1279.

contrário. Também seria completamente ambíguo falar em pacificação, enquanto havia uma campanha marcada por virulentos ataques e acusações, que não propiciavam uma conjuntura favorável para entendimentos. De 1932 até aqui, é bem verdade que Flores da Cunha procurou diversas vezes a Frente Única Gaúcha para “pacificar” a política regional. Isto é, buscando uma aliança política. Mas, contraditoriamente, o PRL não abriu mão de jogar, nesse intervalo, o peso do seu aparato coercitivo contra a FUG, procurando a manutenção do *florismo* no poder, e influenciando na inviabilidade da propalada “aproximação”.

Nesse sentido, não podemos deixar de levar em conta que a desqualificação eleitoral é uma das principais estratégias na comunicação eleitoral. Por isso, atentemos aos dizeres de da cientista da comunicação Luciana Panke. Para a autora, desacreditar o adversário é um artifício utilizado quando ele é uma ameaça, sendo esta postura constituída desde o ataque direto até formas dissimuladas, como questionando lisura, competência e demais atributos das candidaturas oponentes, indo até mesmo para a tentativa de esvaziamento do discurso do outro.<sup>168</sup> Nesse sentido, acreditamos que a pacificação estava enublada por essa situação, pois a FUG colocava em *xequê* a sinceridade do governador, quando levantou a possibilidade de renunciar, enquanto Flores da Cunha procurava destacar a intransigência *frenteunista* para realizar um acordo conciliatório.

Além disso, era evidente que, enquanto o *florismo* buscava passar a imagem de pacifista, a FUG não tinha outra intenção a não ser enfraquecer o PRL na eleição, e, principalmente, impedir o continuísmo de Flores da Cunha à frente do governo estadual. No entanto, mesmo passando o pleito de outubro, a FUG não deixaria de lado a tentativa de retirar a candidatura de Flores da Cunha. Já ele próprio, agora acuado com o argumento da renúncia, buscava afastar a ideia de remoção da sua candidatura. Isto é, não concorrer a governador estava fora de cogitação.

A bem da verdade, encontramos uma única conversa *frente à frente* entre FUG-PRL em 1934, mas que deu ênfase especial à diminuição dos ataques na campanha eleitoral “sem as grosserias que continuam”, realizadas por João Carlos Machado, do PRL, e Firmino Paim Filho, do PRR. Num telegrama, Machado afirmava que Paim levou, em reunião da FUG, a pauta da pacificação gaúcha para o próximo ano, tendo o apoio de Maurício Cardoso, Martins Costa e do Arcebispo.<sup>169</sup> Mas, sendo o telegrama datado de agosto de 1934, aquilo que

---

<sup>168</sup> PANKE, Luciana. Categorias de desqualificação na propaganda eleitoral. *Em debate*. Belo Horizonte, v. 4, nº 6, set. 2012.

<sup>169</sup> AFC, 08.08.1934, NUPERGS, doc. nº 003/875. Não há informações maiores, mas é *provável* que o arcebispo seja Dom João Becker, que chegou a fazer declarações em público, defendendo a pacificação política.

percebemos posteriormente foi justamente o contrário daquilo que havia sido proposto: não houve avanços, até então, na pacificação, e nem abrandamento na campanha eleitoral.

Todavia, especulações acerca da pacificação regional cresceram em novembro. Isso porque, neste mês, Getúlio Vargas visitou o Rio Grande do Sul, e imediatamente o jornal *O Globo* levantava a hipótese da visita do presidente estar vinculada ao interesse de Getúlio Vargas na “pacificação da família rio-grandense”, no caso, não mirando especificamente uma fusão, mas, sim, buscando elevar o tom do jocoso debate político. Ainda assim, é pouco provável que essa versão seja realmente consistente. Ao menos, os telegramas trocados no período existentes no Arquivo Getúlio Vargas, do CPDOC, bem como seu *Diário* não mencionam esse tipo de tratativa em sua visita, que também não se reflete em avanços, apesar de, perguntado a respeito, respondeu: “é bem verdade que para mim não poderia deixar de ser muito agradável a pacificação do Rio Grande e de todos os rio-grandenses”.<sup>170</sup>

Em contrapartida, é citada uma procura realizada por um intermediário de Raul Pilla, em que este dizia que o líder do PL havia mudado de opinião a respeito de Getúlio Vargas, e “compreendia que não fizera um juízo exato da situação, estava disposto a uma aproximação com o governo federal, e que isto seria fácil, bastaria substituir a candidatura do Flores à presidência do estado”.<sup>171</sup> O quase “*pedido de desculpas*” realizado por Pilla, visando a ter como *moeda de troca* a retirada do nome de Flores da Cunha, mostra o início do jogo duplo realizado pela FUG. Enquanto a aliança *frenteunista* obtinha a liderança na oposição ao governo federal, não deixava, ao mesmo tempo, de buscar entendimentos com Vargas para resolver suas divergências em âmbito estadual. A conversa feita por um terceiro, por sua vez, também não pode ser descartada do objetivo de despistar a ampla cobertura jornalística que a estada do presidente teve pelos periódicos do estado.<sup>172</sup>

Já o presidente analisava com cautela o cenário regional, afirmando que essa medida não era fácil, “primeiro, porque o Flores havia aceito sua candidatura, já apresentada pelo partido, e não iria recuar; segundo, porque ele organizara uma agremiação partidária de que era chefe, e este não se conformaria com a modificação de compromissos recíprocos já assumidos”. Analisando a medida, Getúlio Vargas afirma que isso seria “agradar a uns para

---

<sup>170</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 08 e 24.11.1934.

<sup>171</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 344-345.

<sup>172</sup> Qualquer movimento ou deslocamento era associado a tratativas de pacificação pela imprensa regional. Nesse sentido, é exemplar a cobertura dada à viagem de Flores da Cunha para São Borja, onde estava Vargas com a família, tendo as matérias na imprensa associado o deslocamento de Flores com as tratativas de pacificação da política regional. Ao menos o *Diário* de Vargas, no mesmo período, não menciona esse assunto como conversa, nem mesmo seus telegramas. Cf. VARGAS, op. cit., v. I, p. 344-345; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 18.12.1934.

desagradar a outros”, não tendo “motivos contra o Flores, que era para mim uma garantia de ordem no Rio Grande do Sul. [...]. Atendi a várias visitas individuais e de comissões, bem como o diretório da Frente Única, que me trouxe uma representação contra o interventor”.<sup>173</sup>

Mesmo que Vargas não fechasse as portas para a oposição sul rio-grandense, nessa passagem notamos o prestígio e a confiança que ainda possuía Flores da Cunha com Getúlio Vargas.<sup>174</sup> Consideração que não deixa de surpreender, por mais que as divergências entre ambos se agudizassem, somente, no ano seguinte. Pois, fazendo uma breve contagem no *Diário* de Getúlio, conseguimos contabilizar nada menos que sete ameaças de demissão da interventoria partidas de Flores da Cunha, desde o período de outubro de 1932, *pós guerra civil*, até 15 de abril de 1935, quando da sua eleição para governador constitucional. Destas ameaças, cinco condicionavam sua permanência com o atendimento de uma exigência sua<sup>175</sup>, usando de sua influência, e se aproveitando do contexto hostil sustentado pela oposição contra o governo federal, para ver seus desejos atendidos.

Já a representação contra Flores da Cunha, que Vargas mencionou no trecho acima, acabou tendo ampla divulgação pela imprensa. Era uma nota denunciando a *truculência oficial*, assinada por Raul Pilla e Borges de Medeiros, delatando os ataques partidos do PRL, relatando assassinatos e atentados contra correligionários da FUG no interior do estado, e denunciava o incêndio d’*O Libertador*, o boicote oficial ao *Correio do Povo*, a substituição de prefeitos, e transferências, demissões e aposentadorias compulsórias realizadas por membros ligados ao partido governista, com funcionários públicos que apoiavam a campanha *frenteunista*.<sup>176</sup>

Por outro lado, questionamos: como poderia a FUG, após toda a postura oposicionista que teve contra Vargas, e sofrendo através dele ostracismo, exílio, perseguição, participando durante esses dois anos de conspirações para sua derrubada, e tendo, por meio do Catete,

---

<sup>173</sup> Idem; *ibidem*.

<sup>174</sup> Essa confiança foi expressa, por exemplo, com um telegrama de Protásio Vargas, de maio de 1934, onde afirma que, “segundo consta, o Flores não quer se candidatar a presidência neste estado, aparentemente teria dito isso mesmo e mais, que preferiria a deputação ou até mesmo um ministério. Acho que, sob o ponto de vista político, é de todo conveniente sua continuação, como também me parece que recusas [ilegível]. [...]. Seu afastamento será a desorganização do PRL, exatamente na ocasião em que os exilados começarão seu trabalho”. AGV, 25.05.1934, CPDOC, c 1934.05.25/1. Não queremos afirmar que sua vontade em não concorrer era sincera, no entanto, outras manifestações semelhantes à relatada por Protásio, foram expressas por Flores da Cunha nos grandes jornais (*A Federação*, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*) e no II Congresso Bienal do PRL, este arrolado na bibliografia deste trabalho.

<sup>175</sup> Nesse sentido, Flores se colocava contra a nomeação de Zubarán para interventor em Santa Catarina, em março de 1933; contra a nomeação de Capanema para interventor de Minas Gerais, em outubro de 1933; contra o afastamento do General Franco Ferreira da III Região Militar, em maio de 1934; exigia punições mais enérgicas com as perturbações militares, em março de 1935, e, nas vésperas do pleito indireto, exigiu punições ao general Guedes da Fontoura, por declarações aos jornais. Cf. VARGAS, op. cit., v. I, p. 197; 243; 294; 367 e 378.

<sup>176</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 20.12.1934.

todas as suas ações vigiadas e boicotadas, buscar aproximar-se de forma tão visível para enfrentar o *florismo* no Rio Grande do Sul? Como o contexto de disputas políticas dentro do Rio Grande do Sul fez Getúlio Vargas passar, para a FUG, de “*inimigo número 1*”, do “*ditador de 1932*”, para um potencial aliado para combater (ou inibir) o interventor? Afinal, “*valia tudo*” para os *frenteunistas* derrubarem Flores da Cunha? E a relação com as oposições em nível nacional, como ficaria com essa aproximação?

Dentro desse panorama, seria muito improvável que a busca por uma aliança com Vargas passasse ilesa de contestações nas fileiras da Frente Única. Em dezembro de 1934, João Neves da Fontoura telegrafou para Batista Lusardo, alegando que a representação feita a Getúlio “surpreendeu-me e desgostou-me”. Assim, João Neves considerava “um erro de consequências graves”, que caiu “como uma bomba no seio dos últimos crentes”. Questionando a representação contra as arbitrariedades do governo *florista*<sup>177</sup>, comparou a situação do Rio Grande do Sul com a de outros estados, afirmando que “os baianos apanham na rua e não vão ao Catete; idem os norte-rio-grandenses, os paranaenses etc.”, alegando que “a palavra de ordem era ignorar o Getúlio. Afinal, com quem rompemos em 32? Com Flores ou com Getúlio? Por que combatemos inicialmente o Flores senão porque ficou com Getúlio?”, e que essa atitude havia retirado “a pedra fundamental na oposição parlamentar. E que vantagens tiramos? Nenhuma, nenhumíssima”.<sup>178</sup>

Como vimos, houve desconforto na aproximação da FUG com Vargas, e, por aquilo que se pode decifrar do telegrama, é possível dizer que havia um acordo no seio *frenteunista* de ignorar a visita do presidente ao Rio Grande do Sul, que foi rompido por essa representação. O descontentamento também ocorria devido à possível perda do prestígio da FUG, entre oposições em nível federal. Essa adesão, malvista pelas demais oposições, poderia colocar em *xequê* a preponderância que a FUG vinha exercendo como contraponto ao governo Vargas no cenário nacional, o que efetivamente ocorre. Continuando, João Neves relatava:

Agora, o reflexo da representação. Foi o pior possível. Konder e José Augusto apareceram-me como feras. Tive que amansá-los e a que custo? Fui visitar o Bernardes ontem. Encontrei-o diferente. Falei-lhe em tratar já da instalação de um comitê das oposições. Recalcitou. Acha melhor lá para maio, etc. Entrementes, um

---

<sup>177</sup> Diante do sentimento de revolta contra a posição do interventor em 1932, agudizado com o ocorrido nos períodos eleitorais, parecia que o rompimento não tinha volta. Por isso, Viriato Vargas aconselhava Getúlio a afastar Flores da Cunha da interventoria, e substituí-lo por Oswaldo Aranha: “Acho porém que o Oswaldo na interventoria, ainda prestaria melhores serviços do que aí no ministério. O Flores foi o que lutou, foi o que venceu, foi o que feriu e contra o qual há portanto resabios [*sic*] e amarguras da luta. Já o Oswaldo está noutra caso. Estava longe, não atuou aqui durante a luta e, com sua conhecida habilidade e simpatia, é capaz de trazer para o PRL os restos do PRR”. AGV, 09.01.1934, CPDOC, GV c 1934.01.09/1.

<sup>178</sup> ARP, 31.12.1934, NUPERGS, doc. n° 002/1121.

dos jornais de Minas, orientado pelo PRM, começa a pregar em Minas um governo de concentração, sem o Benedito, para aumentar o prestígio mineiro etc. Significativo. Os paulistas fecharam-se e estão tratando de eleger o Macedo Soares pelo PRP, auxiliado por alguns peceitas. Como vês, o nosso exemplo frutificou. A tua entrevista foi tida como despistação. Ninguém ligou a ela e era natural. *Seu* Luzardo, gaúcho está muito desacreditado. Tínhamos juntado uns cacos de louça. Tornamos a parti-los, e de que modo? Com o Getúlio? Aí tens a minha impressão sincera. Lamento dá-la. Preferia calá-la, se tu não me obrigasse a isso.<sup>179</sup>

Era compreensível a indignação em nível federal, sobretudo, porque as oposições de outros estados vinham denunciando os interventores, e apontando Vargas como responsável pelos problemas ocorridos nos estados por meio do parlamento.<sup>180</sup> Por isso, acreditamos que essa conjuntura no Legislativo bem explica por que a repercussão das conversas entre FUG e Vargas não tenha sido tão positiva no interior do bloco oposicionista federal. Mas ainda assim, a preponderância da FUG continuou. E as conversas para a pacificação regional, levadas a efeito logo após o pleito de 1934, gradativamente teriam tons menos hostis, visando a levar FUG e PRL a uma aliança conciliatória.

Nesse sentido, é saindo do contexto eleitoral, diminuindo a tensão e as rivalidades entre FUG e PRL, que se passaria a ter melhores condições para conversar no Rio Grande do Sul e no cenário nacional, com a definição dos deputados federais em substituição aos constituintes, o mesmo acontecendo com os constituintes estaduais (que seriam, nesse caso, os deputados estaduais, depois de promulgada a nova carta). Ainda deve ser ressaltado que, no primeiro semestre de 1935, dois importantes acontecimentos rondarão a política nacional: um deles é a formação das *Oposições Coligadas*, reunindo as oposições estaduais em um bloco coeso. O outro é a criação da Lei de Segurança Nacional, que, iniciando seus debates em janeiro, seria promulgada em abril do mesmo ano. E, nos dois momentos, a FUG esteve diretamente envolvida.

No primeiro caso, uma das propostas de atuação do bloco consistia em avançar de uma simples aliança para a formação do Partido Nacional, após serem “eleitos todos os governadores estaduais”.<sup>181</sup> Já a Lei de Segurança Nacional seria impetuosamente combatida pelas oposições, desde janeiro. Se conspirações de esquerda, em princípio, não justificavam a LSN, da mesma forma que em novembro, havia nos primeiros meses do ano efervescências no meio militar para a derrubada do governo Vargas, visando a implantar uma ditadura no

---

<sup>179</sup> Idem; ibidem.

<sup>180</sup> MOURELLE, Thiago Cavaliere. Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 73-76.

<sup>181</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 19.01.1935/27.02.1935.

país, inseridas em uma conjuntura que chegava à marca de 50 manifestações de protesto no período 1930-1934, como mostrou José Murilo de Carvalho.<sup>182</sup>

Algumas delas foram denunciadas por Flores a Vargas, a exemplo daquela que incluía o envolvimento de militares de prestígio, como os generais João Guedes da Fontoura, comandante da Vila Militar do Rio de Janeiro, e Emílio Lúcio Esteves, naquele momento presidente do Clube Militar. Este clube que, demonstrando seu desagrado com o governo federal, o acusava de querer atingir a Marinha e o Exército com a aprovação da LSN<sup>183</sup>, mostrando que as forças armadas não eram favoráveis a essa lei, sobretudo porque abria brechas para o executivo punir militares.

Contudo, essa conspiração teve participação e apoio de alguns membros da FUG, como Batista Lusardo. Uma carta de João Neves para Raul Pilla comentava sobre a impossibilidade das oposições chegarem ao poder pelas urnas, sendo possível, apenas, com uma aliança com militares sediciosos. Mas João Neves acreditava que esse “*matrimônio*” só daria ao país uma nova ditadura, com que não concordava. Também desaprovava esses conluíus, alegando que “não há conspirações capazes de vencer. O Exército está profundamente dividido e contentar-se-á no momento com o aumento dos vencimentos”. Acreditava que alianças estaduais não eram possíveis, por estarem cindidas tanto em Minas, quanto em São Paulo. Criticando Lusardo, João Neves ironizava o libertador: “a carta do Luzardo é datada do Mundo da Lua. Vocês estão esperando Don Sebastião no aeroporto da Condor... Por isso, por absoluta divergência de orientação, não contem comigo na Câmara. Não aceitarei a renúncia do Jobim. Melhor dito, à dele seguir-se-á a minha”.

Além disso, afirmou que

Maurício [Cardoso] costuma dizer que não pratica atos inúteis. Estou com ele: não praticarei uma oposição inútil e até nociva ao Rio Grande e ao país. Afasto-me. Destruir o Getúlio pela simples vingança não é programa em 1935. Isso era bom para os que combatiam Bernardes em 1924. O país avançou muito, a crise é avassaladora, novas correntes se formaram, o mundo fez giros sobre giros. Lamartine passou da moda. Lutas de pessoas não encontram ecos na opinião. Os políticos, como tais, estão super-desmoralizados. Não há memória de escanhalamento [*sic*] igual e, com os processos preconizados daí, apenas recairemos no mesmo erro. O dilema é – aderir ou avançar. Não há meio termo. Estamos quase sós no terreno, como já lhes mostrei com as crises do PRP e do PRM. Além disso, imaginem o que não faria o Getúlio para subornar deputados da oposição, se estas se articulassem na Câmara. A princípio deveriam ser 100 deputados. Nesta altura, se forem 35, o sucesso será imenso.<sup>184</sup>

<sup>182</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. São Paulo: Zahar, 2005.

<sup>183</sup> CAMARGO, Aspásia et al. *O Golpe Silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

<sup>184</sup> ARP, 14.02.1935, NUPERGS, doc. nº 002/1133. Devido a um acordo entre PRR e PL, deveria ter metade dos parlamentares para cada partido. Como o PL elegeram um deputado a mais, Walter Jobim, segundo o previsto, deveria dar lugar para um republicano, no caso, João Neves da Fontoura.

A missiva de João Neves mostra que, ao iniciar 1935, a FUG não tinha uma articulação coesa. Pelo contrário. Os *frenteunistas* possuíam amplas divergências nas esferas regional e nacional, fato que prejudicava a atuação do grupo. Além disso, a pouca confiança nos aliados de outros estados estava presente nos relatos de João Neves, que, também, não acreditava que as oposições nacionais teriam tanta representatividade quanto era a expectativa inicial. Ele pregava cautela na postura da FUG, não se deixando levar em qualquer *cruzada* contra Vargas. Afirmando isso, demonstrava conhecer o momento político e as conspirações militares, com as quais não concordava.

As articulações no meio militar e político, por outro lado, eram conhecidas por Vargas, que acompanhava de perto os entendimentos entre os envolvidos, entre eles, a FUG. Exemplo disso são as informações que Flores da Cunha enviava a Getúlio Vargas por intermédio de Pantaleão Pessoa. Em um desses informes, notificava o presidente de que a ala libertadora estava dominada pela ideia de revolução, mas que, do PRR, Borges de Medeiros era contrário, pois achava que a votação da FUG foi bastante expressiva. Por isso, defendeu que se visasse a um trabalho intenso nas eleições municipais. Ainda assim, a notificação alertava que os libertadores agiriam à sua revelia. Essa questão, segundo a missiva, estaria gerando um mal-estar entre PRR-PL.<sup>185</sup>

Já pelo lado do próprio Flores da Cunha, sua postura *intrometida* em assuntos que diziam respeito à política federal, interna de outros estados e em questões relacionadas ao Exército, o desgastariam gradualmente. Atuou assim na constituinte federal, como vimos, e também na *questão mineira*, em que Góis Monteiro foi um dos intermediadores. Aliás, a rivalidade entre Góis e Flores já tinha antecedentes, e seria cada vez mais aguda, já que os dois eram “líderes de filosofias incompatíveis”, como bem definiu o *brasilianista* Carlos Cortés. Além de se intrometer nos assuntos do Exército, Góis Monteiro não concordava com a manutenção dos corpos provisórios por Flores da Cunha, grupos armados que possuía no Rio Grande do Sul. Estes eram tachados por Góis Monteiro de “reserva militar irregular a serviço de caprichos caudilhescos”, enquanto o líder político rio-grandense retribuía as acusações, intitulado-o de “bonapartista”<sup>186</sup>, fato de exemplifica essa rivalidade entre os dois.

<sup>185</sup> AGV, 11.11.1934, CPDOC, GV c 1934.11.11.

<sup>186</sup> CORTÉS, op. cit., p. 109; COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe...* Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956, p. 254; 258. A *questão mineira* refere-se à conturbada sucessão *pós-morte* de Olegário Maciel, que dividiu Flores da Cunha e Oswaldo Aranha, em 1933, já que o primeiro defendia a nomeação de Gustavo Capanema e o segundo postulava a escolha de Virgílio de Melo Franco para a interventoria mineira. A saída encontrada por Vargas foi a escolha do ainda inexpressivo Benedito Valadares, neutralizando ambos e, também, o político mineiro Antônio Carlos de Andrada.

Foi justamente no contexto de dissídio entre eles que Góis Monteiro intermediou o encontro de Getúlio Vargas com Lindolfo Collor. Sua atitude, naquele momento, pode ser vista como uma maneira de buscar fortalecer a oposição interna ao governo de Flores, visando a enfraquecer a soberania política do PRL no estado, e aproximando a FUG de Vargas. Collor dissera a Getúlio Vargas que as conversas havidas para a pacificação se deram por insistência e iniciativa de Flores da Cunha, mas que esbarravam na recusa dos *frenteunistas* em aceitar sua candidatura a governador do estado, fato que desembocaria em uma “simples adesão”. Vargas, no entanto, respondeu que “as aspirações ideológicas da Frente Única que já não estavam realizadas estavam em vias de realização. Nessas condições, fazer questão do nome do Flores seria conduzir um assunto que poderia trazer tantos benefícios ao país a uma questão pessoal”.<sup>187</sup>

Ao mesmo tempo em que Vargas se *esquivava* com a conversa de Collor, também não deixou de ouvir o membro do PRR. Lindolfo Collor propunha a Vargas uma aproximação com o seu governo, tendo, ao menos verbalmente, a anuência do presidente. A hipótese de uma “pacificação nacional” em torno do governo Vargas englobaria uma reorganização ministerial, da qual a oposição faria parte. “Respondi-lhe que aceitava a discussão da tese e sugeria mais a hipótese de formação de um grande partido nacional, para o qual eles entrariam, e que traçaria um programa político e administrativo que seria rigorosamente executado”. Lindolfo Collor, deste modo, aceitou, inicialmente, a ideia, ficando “de ouvir seus companheiros e, até mesmo, se fosse necessário, ir ao Rio Grande e depois responder-me”.<sup>188</sup>

Mesmo que essa conversa, neste momento, não fosse levada adiante, ficou nítida a postura de Getúlio Vargas: mesmo tendo Flores como um importante aliado, ele não fechou a porta para negociar com a oposição ao seu governo. Vargas até mesmo propôs formar um partido de abrangência nacional, uma ideia que nos anos 1930 esteve sempre presente, e isso ao lado da Frente Única Gaúcha. Junto com ela, seria recomposto o ministério do governo provisório. Por outro lado, não se pode descartar que, apesar de Vargas confiar em Flores da Cunha, as frequentes instabilidades em suas ações deixavam o governo em uma situação ambígua, afinal, se ele pressionava pelo atendimento de suas exigências, com a ameaça de demissão, e hostilizava o ministro da guerra, também um afastamento completo de Vargas da FUG, segunda força política do estado, poderia causar problemas para o presidente, com as

---

<sup>187</sup> VARGAS, op. cit., p. 378.

<sup>188</sup> Idem; ibidem.

duas forças políticas do estado hostilizando o governo central, caso as querelas de Flores da Cunha se transformassem em uma cisão política definitiva.

A procura de Lindolfo Collor a Vargas, ocorrida em 9 de abril, foi justamente no momento em que FUG e PRL negociavam a pacificação, dessa vez, formalmente. A postura ambígua foi corroborada pelo caráter “secreto” do encontro, já que apenas no mês seguinte a imprensa saberia dele. Na cobertura jornalística, acabou se acentuando seu caráter sigiloso, e alegando que a reunião entre os dois teria como pauta a pacificação do Rio Grande do Sul, sendo realizada por intermédio de Vargas e, assim sendo, enfraquecendo Flores da Cunha.<sup>189</sup> Essa afirmação do *Diário Carioca* foi contradita pela entrevista de Collor, que, além de negar o caráter *secreto*, afirmou:

Só indiretamente se tratou, nesse encontro, da política do Grande do Sul [*sic*], isso mesmo sem preocupação de ser a favor ou contra quem quer que seja. [...]. O meu ponto de vista a respeito da pacificação do Rio Grande, que eu considero patriótico e justo não sofreu nenhuma modificação depois de minha entrevista com o Presidente da República. O que eu sustento e volto a dizer, é que sou contrário a acordos regionais, mesmo a qualquer entendimento federal, salvo para a hipótese de se operar entre o governo da república e a oposição um verdadeiro ‘*sursum corda*’ nacional, de forma que aqueles que se afastaram da situação para melhor servir o país e aos quais se juntaram a outras formas da opinião.<sup>190</sup>

Na entrevista de Lindolfo Collor, fica evidente o contraste entre aquilo que foi conversado com Vargas e o que foi alegado pelo ex-ministro do trabalho. Nesse sentido, mesmo que em prejuízo de nossa narrativa, gostaríamos de fazer uma breve reflexão sobre o artifício retórico utilizado por Collor. Sua ação de despiste se enquadra naquilo que Patrick Charaudeau chama de *máscaras no ato de comunicação*. Ou seja, ele utilizou, na frase, a imagem que achou mais conveniente para persuadir, no caso, o interrogador e o público do periódico, ou, caso o encontro com Vargas pudesse trazer algum mal-estar entre as oposições, convencer seus aliados políticos de que não teve como assunto nada vinculado a política. Assim, se deve ter em vista que Lindolfo Collor, e todos os demais políticos aqui estudados, tiveram no uso das palavras sua principal forma de ação, pois dentro do universo do político, são elas que garantem o espaço de discussão, ação e persuasão, que asseguram aos atos políticos debates, trocas de opiniões e busca pelo convencimento.<sup>191</sup>

Buscando persuadir que sua reunião com Getúlio Vargas não teve caráter político, mesmo que, efetivamente, a tivesse, Collor buscava *desviar* os boatos que eram confirmados

<sup>189</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 14.05.1935.

<sup>190</sup> *Idem*; *ibidem*.

<sup>191</sup> CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2004.

pela imprensa, e que, na verdade, apenas chancelavam aquilo que Vargas relatou em seu *Diário*.

Essa estratégia pode estar atrelada às negociações que envolviam a composição política rio-grandense, para não atrapalhar as conversas entre FUG e PRL. Cronologicamente, se faz necessário recuar alguns meses, para compreender o reinício das conversas em torno do pacto rio-grandense.

### 3.1.2 O retorno dos debates pela pacificação: a iniciativa dos irmãos Moacyr e os *Onze Pontos da FUG*

Aparentemente, os diálogos iniciaram através de uma reconciliação pessoal entre Flores da Cunha com Sinval Saldanha, ex-secretário seu e de Borges de Medeiros, de quem também era genro. O encontro foi questionado pela imprensa. Respondendo aos *Diários Associados*, Flores da Cunha afirmou que realmente se encontrou com Sinval Saldanha, na residência de seu filho, Luiz Flores da Cunha, mas que “esse encontro, todo de caráter pessoal, não teve outra inspiração ou finalidade além do reatamento de antigas e boas relações de amizade. A esse fato se limita o que de positivo ocorreu”. Prosseguindo, afirmou que “serão sempre nobres e salutares todas as ações visando ou promovendo a reconciliação do povo rio-grandense fora de conchavos ou preocupações subalternas”.<sup>192</sup>

Também, em telegrama particular para Getúlio Vargas, fazia uma afirmação semelhante. Segundo Flores, a reunião entre ambos, na casa de seu filho, ocorreu no sentido de “congraçamento [da] nossa gente”, mas sendo essa “simples reconciliação pessoal”. Afirmava o interventor estar informado que “Pilla, Neves, Color [*sic*], Assis, Bruno Lima, Torely, Lucídio Ramos, Gonçalves Viana e outros libertadores desejam pacificação”. Prosseguindo, destacava a “oposição por parte de Borges, Maurício, Luzardo, e de poucos mais, partidários da ação violenta”, além disso, atacava Borges de Medeiros: “parece que solitário do Irapuá está delirante de despeito e ódio. Exige que eu retire minha candidatura e abandone a Interventoria”.<sup>193</sup>

Quatro dias depois, Getúlio Vargas respondeu à comunicação de Flores da Cunha. Nela, além de demonstrar simpatia pelo andamento das conversações, deu conselhos de como o interventor deveria agir para avançar nas negociações, buscando romper os entraves que se

<sup>192</sup> APSS/BM, 22.03.1935, AHRGS, cx. 60, maço 97.

<sup>193</sup> AGV, 23.03.1935, CPDOC, GV c 1935.03.23.

levantavam contra as negociações. “Se conseguires fragmentar [o] bloco oposicionista, obtendo apoio [do] elemento mais ativo e inteligente terás obtido notável êxito”.<sup>194</sup>

O interventor, em meio à proximidade da instalação da constituinte, encararia o obstáculo de desarticular Borges de Medeiros, que parecia ser o empecilho mais difícil. Em telegrama para a redação do jornal *A Noite*, por exemplo, o chefe do PRR era seco e direto ao responder sobre o assunto: “considero inaceitável a fórmula proposta pelo interventor”<sup>195</sup>, deixando pairar a dúvida sobre se havia, de fato, alguma “fórmula” discutida, fato que acreditamos ser improvável, afinal, como disse o senador do PRL Simões Lopes, “nenhuma fórmula foi apresentada quer de um lado, quer do outro. O que tem havido foram apenas *démarches*, mas todas elas de caráter particular, como já por várias vezes se tem divulgado”.<sup>196</sup>

Tudo indica que a primeira reunião com representantes da FUG-PRL ocorreu em 29 de março, reunindo Oswaldo Vergara, pelo PRR, Raul Pilla, pelo PL, e Flores da Cunha, pelo PRL, intermediado por Francisco Barata e Gabriel Pedro Moacyr – este tomara a iniciativa da pacificação política junto com o irmão, Caio Pedro Moacyr, e pertencente ao Partido Libertador, apostando que, “depois de reatadas as relações pessoais, a pacificação do Rio Grande será uma consequência lógica e fatal”.<sup>197</sup> Nessa reunião, que, na verdade, ocorreu como consequência do reatamento pessoal de Flores da Cunha com Saldanha, ficou deliberado que os dois partidos oposicionistas consultariam os seus diretórios e, posteriormente, procurariam o interventor, com base naquilo que foi assentado em suas reuniões internas. No dia seguinte, a direção do PRL e PL se reuniram internamente para debater os rumos da pacificação política do estado, que enfrentava a contrariedade de Lusardo, pelo Partido Libertador, e de Borges de Medeiros, “mordido pela vespa do despeito”<sup>198</sup>, como afirmou Flores da Cunha.

Também é verdade que o contexto envolvendo a *questão militar* era algo que motivava as negociações, pois o Exército, fracionado, tinha generais que conspiravam contra a ordem vigente, contrários ao liberalismo da nova constituição e às insubordinações dos

---

<sup>194</sup> AGV, 27.03.1935, CPDOC, GV c 1935.03.27/1.

<sup>195</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 26.03.1935.

<sup>196</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 28.03.1935.

<sup>197</sup> *Apud* ELÍBIO JR., op. cit., p. 141.

<sup>198</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 30 e 31.03.1935; 27.07.1935; AAM, 03.04.1935, CPDOC, c AM c 35.04.03/2. Aqui, uma ressalva a Carlos Rangel é necessária. Este autor afirma que as negociações entre a FUG e Flores da Cunha ocorriam desde o exílio dos primeiros, usando como base essa reunião, dizendo ter ocorrido em 29 de março de 1934, e não em 29 de março de 1935, data certa do encontro. Claro que esse pequeno equívoco não invalida seu excelente estudo sobre a política rio-grandense nos anos 1930, em nossa opinião, uma das melhores bibliografias, mas a alteração do ano muda toda a conjuntura, fato que acabou interferindo na análise realizada por este pesquisador. Cf. RANGEL, op. cit., 2001, p. 182.

demais oficiais. O enfraquecimento do poder civil, algo que levantava a repulsa de Pilla desde os primeiros momentos *pós revolução de 1930*, era um ponto positivo para os “*golpistas*”.

Por outro lado, um Rio Grande do Sul politicamente coeso era visto como uma forte base de resistência *civil* a esses setores. Afora o fato de que, se o Rio Grande do Sul unificado era mais influente no contexto político do que dividido em facções, isso também fortaleceria, *por tabela*, não apenas Flores da Cunha, mas a própria FUG. Nesse sentido, as declarações de Raul Pilla corroboram essa assertiva. O chefe libertador declarou que preferia, naquela conjuntura, manter a situação política da maneira como estava, mesmo que não fosse a ideal, do que o estabelecimento de uma ditadura militar. Seu receio se dava por causa de um núcleo de conspiradores que queriam a derrubada do regime vigente.<sup>199</sup>

Todavia, as reuniões internas entre PRL e PL levaram à deliberação pelo seguinte: o primeiro, em nota oficial, declarava que a Comissão Diretora “faz ciente aos seus correligionários que, coerente com a resolução tomada no último Congresso do Partido, mantém, como deliberação definitiva, a candidatura do general Flores da Cunha para primeiro governador constitucional do Rio Grande do Sul”. Prosseguindo, declarava ver com satisfação “a possibilidade de apaziguamento e concórdia na vida política do Rio Grande do Sul, decorrente das ‘*démarches*’ que nesse sentido estão sendo realizadas”.<sup>200</sup>

A declaração oficial do PRL, ao mesmo tempo em que fechava as portas para a principal reivindicação da FUG desde *O Discurso no Teatro Coliseu*, mostrava o interesse que os governistas possuíam em continuar com as tratativas para um acordo. Por outro lado, para que uma proposta fosse analisada, a manutenção da candidatura de Flores da Cunha era uma exigência irremovível do PRL, destacando a possibilidade de se realizar um acordo que fosse por outros meios.

Nestes termos, o Partido Libertador, após reunião, desapontar-se-ia com a deliberação do PRL. Ainda assim, comprometeu-se a enviar uma carta com sugestões para a “*pacificação*”, após manter entendimentos com o Partido Republicano Rio-Grandense, de forma que não significasse um acordo entre as correntes. Antes de enviar a Flores, daria ciência para Assis Brasil daquilo que fora acordado nos últimos dias.

O presidente honorário do PL respondeu a Raul Pilla, elogiando a minuta, mas afirmando que “a solução radical indicada é o interventor declinar em pessoa insuspeita a candidatura a governador – justifica-se pelas suas próprias nobres declarações. A materialização d’esse honroso pensamento seria o mais pronto meio de apaziguamento dos

<sup>199</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 31.03.1935.

<sup>200</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 02.04.1935.

rio-grandenses”, superlativando que a medida seria “a imortalidade garantida para o seu executor. Que melhor prêmio pode oferecer-lhe a uma alma grande?”. Ou seja, Assis Brasil insistiu na ideia inicial, destacando o caráter de *distinção* que o gesto, partido de Flores da Cunha, teria. Mas, dando-se por vencido, seguiria afirmando que “a linha reta raramente é, em política, o caminho mais curto entre dois pontos”. Para ele, “ainda que se reconheçam as mais altas qualidades de cavalheirismo pessoal e ardor cívico no interventor, não é de esperar que ele obtenha para a sua própria espontânea promessa de se dar em holocausto a conciliação de seu povo”. Mesmo admitindo que a minuta entregue ao interventor não era a melhor medida, pois a escolha de um *tertius* constituiria na “única solução imediatamente eficaz”, Assis Brasil elogiava a proposta de acordo, “sugerindo ao interventor – futuro governador – a melhor política no sentido de lograr o gradual apaziguamento do Rio Grande. Os conselhos oferecidos já são em si um princípio de colaboração cordial”.<sup>201</sup>

A minuta referida consistia em onze exigências. Os *Onze pontos da FUG* foram enviados ao interventor na véspera da instalação da constituinte estadual, que se reuniria em 12 de abril, e era assinado por Raul Pilla e Oswaldo Vergara, representando, cada um, os seus partidos, como já acontecera na reunião de 29 de março.

Lamentando a impossibilidade de um candidato de conciliação, que seria “a verdadeira solução”, e afirmando que “o pensamento dos nossos partidos estava cristalizado no discurso por um de nós pronunciado a 20 de setembro do ano passado, no Teatro Coliseu”, afirmava que, “fora da fórmula sugerida, não há, infelizmente, possibilidade de qualquer acordo, compromisso ou combinação política”. Mas, ainda que a FUG considerasse impossível qualquer atendimento com a candidatura Flores da Cunha a governador, ela fazia sugestões para sua gestão, dizendo que objetivava “assegurar todas as garantias de ordem e de liberdade, no desempenho do mandato que lhe vai ser outorgado”.<sup>202</sup> Os pontos propostos, de qualquer modo, constituíam uma clara tentativa de limitar o uso da máquina estatal para fins políticos, visando, dessa forma, a *amarrar* seu uso pelo *florismo*, buscando limitar o poder do executivo estadual.

Nos pontos da ata de sugestões a Flores da Cunha, se nota que elas tinham como finalidade dar maior *raio de ação* para os *frenteunistas* nas próximas eleições contra o PRL, retirando o uso da coerção em favor do partido governista. Nesse sentido, como a violência esteve bastante presente nos dois pleitos, os primeiros itens propunham uma imediata reforma na polícia, com notória tentativa de retirar dela a influência partidária nos prélios eleitorais.

<sup>201</sup> ARP, 03.04.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1136.

<sup>202</sup> APRPS/FC, 11.04.1935, AHRGS [caixa sem catálogo].

Prova disso é que, dos onze pontos, os cinco primeiros diziam respeito diretamente à necessidade de uma extensa modificação na estrutura policial, ou seja, quase metade da proposta versava sobre esse assunto, prevendo que a polícia perdesse o caráter partidário, instituindo um plano de carreira; que sua chefia fosse exercida por uma pessoa que possuísse atribuições pessoais, e que assegurassem isenção e imparcialidade no exercício da função; que fossem suprimidas as sub-chefaturas de polícia; prevendo a revisão nos quadros da polícia estadual e municipal, visando a destituir os funcionários denunciados ou pronunciados pela justiça, ou que fossem, por qualquer outra maneira, considerados inidôneos; e que fossem instaurados inquéritos para a repressão criminal de todos os responsáveis pelos atentados que a FUG alegava ter sofrido.<sup>203</sup>

Essas reformas, caso fossem postas em prática, seriam um duro golpe no *florismo*. Flores da Cunha não poderia mais nomear policiais aliados ao PRL, deixando a polícia como órgão “neutro”. Das propostas, a exclusão das sub-chefaturas de polícia, instaladas no interior do estado, representariam uma perda importante do controle “coronelístico”<sup>204</sup> do interventor, sobretudo se for levado em conta que, no final de 1935, ocorreriam as eleições para prefeituras municipais. Perder o aparato repressivo poderia refletir-se num crescimento ainda mais representativo da FUG, que já vinha em ascendente.

Já os tópicos seguintes propunham reformas na máquina administrativa do estado. Também teriam um viés político, embora não abordassem a questão policial. No sexto ponto, previa-se a redução da despesa pública com a supressão de gastos considerados desnecessários, além de prever a extinção de alguns privilégios fiscais; no sétimo, pautou-se por medidas para garantir o livre exercício das atividades eleitoras, e substituir autoridades que, direta ou indiretamente, tivessem sido responsáveis por crimes ou violências. Previa também a admissibilidade de funcionários públicos e promoções por meio de concurso e

---

<sup>203</sup> Idem. Na íntegra, os cinco primeiros tópicos do documento dizem: “1°. Sofrerá a polícia uma reforma radical, de modo que perca o caráter político-partidário, e se torne a garantia efetiva dos direitos individuais, para o que se instituirá a polícia de carreira; 2°. A chefia de polícia deverá ser exercida por quem possua atribuições pessoais e antecedentes que assegurem isenção, serenidade e imparcialidade no desempenho das respectivas funções; 3°. Serão suprimidas as sub chefaturas de polícia; 4°. Proceder-se-á, de imediato, a severa revisão nos quadros de pessoal de polícia, quer estadual, quer municipal, a fim de serem destituídos os funcionários denunciados ou pronunciados pela justiça, ou por qualquer outra forma considerados inidôneos; 5°. Uma vez efetuada a reforma policial, promover-se-ão os necessários inquéritos para a repressão criminal de todos os responsáveis pelos atentados que tem sido cometidos contra membros da Frente Única”.

<sup>204</sup> Coronelismo aqui é entendido como um conjunto de ações políticas realizados por um coronel que, devido ao seu poderio econômico, intelectual ou social, pelo uso da força, prestígio familiar, popularidade e/ou habilidade política, eram investidos do poder de controle nas localidades em que exerciam suas atividades. Influenciavam diretamente na atuação dos poderes públicos instituídos, já que tinham o domínio econômico e social de suas regiões, a fim de possibilitar a manipulação eleitoral em causa própria ou de uma oligarquia a que faziam parte. LUZ, Alex Faverezani; SANTIN, Janaina Rigo. As disputas pelo poder local no Brasil durante o regime coronelista e a reorganização do Estado. *Jurisvox*. Patos de Minas, v. 1, nº 11, nov. 2010, p. 8.

títulos, e não pelo critério partidário, além de readmitir os funcionários afastados por motivos políticos aos mesmos cargos anteriormente ocupado ou equivalente, somando na antiguidade o tempo em que ficaram afastados, tanto civis como militares. Nos últimos dois tópicos, a FUG defendia a proibição de quem exercia função pública em intervir no pleito eleitoral e na propaganda política, impondo suspensão administrativa e responsabilidade criminal para àquele que usasse do cargo para suggestionar, corromper, intimidar ou violentar qualquer eleitor, devendo ser destituído da função caso fosse demissível; e reivindicava que lhe fosse assegurada plena liberdade de imprensa, tribuna e reunião.<sup>205</sup>

Muitas dessas sugestões tinham indiscutível vínculo com as ocorrências desde 1932, como a readmissão de funcionários, ou a ampla liberdade de imprensa, tendo em vista a campanha de hostilidade contra o *Correio do Povo* pela *A Federação*, a proibição de suas vendas pelo diretor da Viação Férrea e o incêndio no jornal *O Libertador*, todos no pleito eleitoral de 1934. Também outros tópicos, como o sétimo, buscavam assegurar punição e investigação a crimes e perseguições anteriores ao pacto. O oitavo ponto procurava a inibição de uma atitude bastante comum, a da nomeação de partidários da facção política situacionista no estado. Afinal, essa prática atrelava o corpo de funcionários do estado a acompanhar o situacionismo, tornando-se seu aliado, e até mesmo servindo de informante. Isso ocorria especialmente quando determinados funcionários não fossem apoiadores do PRL, o que

---

<sup>205</sup> Idem. Do sexto ao décimo primeiro item, o documento dizia na íntegra: “6°. Visando os interesses gerais do Rio Grande, reduzir-se-á, ao mínimo, a despesa pública, com a supressão dos gastos desnecessários ou improdutos; libertar-se-á a produção e a circulação de todos os entraves que as perturbam, extinguindo-se os privilégios fiscais, criados com as chamadas taxas bromatológicas, hidrográficas e outras análogas; 7°. Adotar medidas assecuratórias do livre exercício das atividades eleitorais e substituir, nos municípios onde se tenham registrado violências ou crimes, as autoridades direta ou indiretamente responsáveis; 8°. No provimento dos cargos públicos a que antecederá concurso de prova ou de títulos, e na promoção dos serventuários, excluir o critério partidário; 9°. Readmitir aos lugares que ocupavam ou provê-los em outros equivalentes, contando-se-lhes, para os efeitos da antiguidade, o tempo em que tenham estado afastados das respectivas funções – os empregados públicos, civis e militares, demitidos, reformados, aposentados ou transferidos por motivos políticos. Não demitir, aposentar, reformar ou transferir funcionários públicos, por motivos de ordem partidária; 10°. Proibir a quem quer que exerça função pública ou alguma parcela de autoridade, a intervenção direta ou indireta, nos pleitos eleitorais e na propaganda política; impor a pena de suspensão administrativa, além da responsabilidade criminal em que incorrer, aquele que se prevalecer do cargo para suggestionar, corromper, intimidar ou violentar qualquer eleitor, devendo estar imediatamente destituído da função, caso seja demissível *ad nutum*; 11°. Assegurar, em toda plenitude, a liberdade de imprensa, de tribuna e de reunião” No entanto, é importante frisar que alguns pontos dessa proposta não eram consensuais nem dentro da FUG. Exemplo disso é Bruno de Mendonça Lima que, telegrafando a Anacleto Firpo, ponderava a cláusula 3ª, defendendo que, ao invés de excluir as subchefias de polícia, devia ser colocado como norma que eles fossem bacharéis em direito, desta forma, estranho às lutas políticas, dificultando a nomeação escolhida entre os chefes políticos locais. Na cláusula 5ª, sugeria a inclusão do assassinato de Waldemar Rippol, cujo mandante, segundo ele, estaria ocupando alto cargo federal. Na cláusula 9ª, sugeria a alteração do texto, alegando que ficaria mais clara se fosse assim redigida: “Os casos duvidosos serão resolvidos por árbitros, que decidirão aplicando os preceitos da Constituição Federal, relativos às garantias dos funcionários públicos e outras disposições aplicáveis”. ARP, 04.04.1935, NUPERGS, doc. nº 002/1137.

resultava em represálias, como demissões e transferências compulsórias. Já a penúltima cláusula anulava qualquer participação do funcionalismo nas questões políticas.

Praticamente, o único envolvimento com política partidária para o qual o funcionalismo teria permissão seria o direito ao voto. Terminaria desta forma o uso desse elemento para arregimentar eleitores, já que até mesmo por medo de demissão ou transferência, o voto e a participação no pleito em prol do partido situacionista era um costume comum. Ou seja, mesmo que a proibição abrangesse FUG e PRL, era este quem teria maior prejuízo, e não aquele. A única pauta que visava a alterações na estrutura governativa sem fins partidários era a sexta. Fato que, por si só, deixava claros os interesses *frenteunistas*, majoritariamente partidários, por trás dessa proposta.

De qualquer forma, a resposta de Flores da Cunha veio no dia seguinte, relativizando o documento entregue pela Frente Única. Sua réplica reenfatizava as propostas, que eram, em sua visão, apropriadas, e já postas em prática, segundo ele, pelo governo estadual. A reforma *radical* da organização policial, segundo Flores da Cunha, já era motivo de preocupação do governo, desde quando Florêncio de Abreu era o chefe de polícia estadual (1930). Desde essa época, alegava desejar implantar a polícia de carreira, não tendo sido realizado devido às dificuldades financeiras por que, ainda segundo Flores, passava o estado, naquele momento. Defendia que o governo estadual já vinha comprimindo despesas, e que as atividades eleitorais, amparadas pela nova legislação dos *velhos vícios*, seriam protegidas por seu governo, assim como a reincorporação dos funcionários exonerados ou transferidos, que já estava prevista na nova carta estadual. Mas, no final, deixava a possibilidade para conversas no futuro, afirmando que os atos passados e os que estavam por vir iriam demonstrar “o quanto desejo contribuir para o desarmamento dos espíritos e para o estabelecimento de um período de paz duradoura, que permita ao povo bravo e generoso do Rio Grande do Sul uma existência tranquila e favorável aos surtos de sua evolução moral e material”.<sup>206</sup>

Como podemos perceber, Flores da Cunha não fechava a porta para a FUG, mas também se esquivava em dar uma resposta concreta e incisiva para atender a suas reivindicações. Por outro lado, a Frente Única não cedia em sua exigência. Foi assim que a

---

<sup>206</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 13.04.1935. Nesse sentido, a partir do momento em que Flores da Cunha foi eleito governador, naturalmente, a pauta de retirar sua candidatura era um desejo impossível. Apesar de ser uma obviedade, alertamos, pois Antônio Elíbio Jr. trouxe, em sua tese, debates que visavam à “pacificação” regional com base no afastamento da candidatura Flores da Cunha, mas que seriam de julho de 1935, período em que ele já era governador do estado. Acreditamos que o autor tenha se equivocado com a data certa das cartas, que ele menciona por três vezes. Como o autor não diz, em seu trabalho, de onde retirou essa fonte, somente menciona: “*Carta de Florêncio Machado a Flores da Cunha, 29.07.1935*”, em nota de rodapé, não podemos nem ir atrás para checar suas citações com os originais. Cf. ELÍBIO JR., op. cit., p. 144-145.

questão da pacificação ficou *morna*, durante alguns meses. Mesmo que João Neves declarasse ao *Diário de Notícias* que “o acordo no Rio Grande do Sul [...] está sepultado, e bem fundo!”<sup>207</sup>, ele, na verdade, logo retornaria *bem vivo* na pauta dos partidos rio-grandenses.

De toda forma, no dia 15, o interventor foi eleito governador constitucional do Rio Grande do Sul, tendo de cumprir o seu mandato de acordo com aquilo que dizia a nova carta federal e regional, esta, em elaboração pela constituinte estadual. O desacordo, porém, frustrou parte da FUG, e setores que se colocavam contrários ao estabelecimento de uma ditadura militar, ameaça refletida em amotinamentos militares, em nível nacional.

Nesse sentido, uma missiva de Tancredo Neves, do Rio de Janeiro, para Raul Pilla lamentava o fim das negociações. Analisava ele ser o acordo o único obstáculo que se poderia opor aos males que ameaçavam o Brasil em geral, e o Rio Grande do Sul em especial, enfatizando que a união dos rio-grandenses formaria um entrave para qualquer perturbação da ordem no estado, e que a pacificação política regional já causara pânico entre aqueles que pretendiam aproveitar-se da confusão. Prosseguindo, Tancredo afirmava que o país estava há vários dias sob uma ditadura militar “*mascarada*”, que seria implantada “*com todo o cortejo*”, caso o aumento dos vencimentos aos militares não fosse concedido, pois alegava que isso sobrecarregaria o orçamento, e a única maneira de Getúlio ter condições de vetá-lo sem alteração da ordem política seria com um Rio Grande do Sul unido. Como não seria possível, sugeria que Góis Monteiro substituísse Getúlio, “para que aguente ele com a irresponsabilidade de tal loucura!”<sup>208</sup>

Nesse sentido, também as classes econômicas tomaram parte no processo de negociações. Em 2 de abril, entidades de classe da economia rio-grandense enviavam um documento aos chefes partidários do Rio Grande do Sul, parabenizando o “gesto nobre que tiveram, aproximando-se no sentido de conciliar a família rio-grandense. [...]. Eis porque fazemos ardentes votos para que, desaparecendo dissídios e ressentimentos [*sic*], todos coloquem os altos interesses do Brasil acima dos interesses pessoais”. Pedia que fossem deixadas de lado “as prevenções pessoais, desprezem-se as intrigas e, pela grandeza do Brasil, marchem todos, lado a lado, unidos no grande ideal”.<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 11.04.1935.

<sup>208</sup> ARP, 16.04.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1138. O reajustamento dos militares seria parte de uma política de valorização do Exército, que ocorreu no governo Vargas. Mesmo com todos os debates e as divergências vindos de dentro do Exército caso o reajustamento não fosse concedido, e mesmo o presidente aprovando contrariado, o governo Vargas aumentaria, de 1930 a 1937, os gastos com o orçamento da união no setor de 12,5% para 19,9%, e registraria, de 1930 a 1936, um aumento de efetivo, de 47.997 para 80.869. CAMPOS *apud* RANGEL, op. cit., 2001, p. 196.

<sup>209</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 04.04.1935.

Essa nota, publicada na imprensa estadual, era assinada por diversas federações e associações industriais e rurais. De todo modo, aquilo que está claro para nós é que o tema ganhava grande amplitude, e teria implicações no contexto nacional. Naquilo que concerne ao âmbito regional, interessava à sociedade civil de forma ampla.

### 3.1.3 Conspirações militares, exoneração de Góis Monteiro e a eleição para governador de Santa Catarina

Enquanto as discussões se sucediam naquilo que tange aos *republicanos liberais* e à FUG, a relação entre Flores e Vargas se desgastava. Nesse sentido, ao contrário daquilo que parte da historiografia conclui, não acreditamos que o rompimento entre os dois possa ser entendido exclusivamente pelo *suposto* convite que teria sido feito a Flores da Cunha em apoiar um golpe de Estado ou por sua intromissão na sucessão fluminense. Vemos essa relação como um processo gradual, de desgaste pessoal e político entre os dois, pelo fato de que, depois de eleito governador, Flores da Cunha hostilizou Vargas, contrapondo-o em diversos assuntos relacionados ao executivo federal e de demanda interna de outros estados. Essas ações passaram a aborrecer Vargas, que recebia de Flores da Cunha solicitações de pedidos pessoais, como promoções, nomeações e remoções de funcionários, tanto no Rio Grande do Sul quanto em outros estados.<sup>210</sup> Já a FUG, não conseguindo se aproximar de Flores da Cunha, ou pelo menos limitar o poder da máquina *florista* com uma aliança impondo suas deliberações, buscava novamente contatos com o presidente.

Assim, é possível afirmar que o cenário político do tripé Vargas-Flores-FUG se tornou cada vez mais complexo. Portanto, “simplificar” as divergências entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha como uma mera disputa de “federalismo X centralização”, como afirmou Derocina Campos<sup>211</sup>, nos parece insuficiente, tendo em vista que o rompimento entre os dois era cercado de uma complexidade maior do que isso, envolvendo a FUG, as ambições políticas de Flores da Cunha, Getúlio Vargas e os próprios membros da Frente Única e PRL, além do contexto federal, como as relações com o oposicionismo e o situacionismo, em que as correntes do estado possuíam ligações, e que influenciavam os caminhos e as decisões tomados nesse sentido.

---

<sup>210</sup> RANGEL, op. cit., 2001.

<sup>211</sup> SOSA, op. cit., p. 38-45.

O caso dos reajustes foi o primeiro fato mais incisivo da intromissão de Flores da Cunha na política federal, e estava envolto em um contexto de redução de gastos pelo governo federal em várias áreas. Vargas reconhecia que “a questão do aumento dos vencimentos transformou-se em conspiração política. Em torno dela formaram os tradicionais adversários do governo”.<sup>212</sup>

Mesmo que Flores se levantasse contra grupos que conspiravam contra Getúlio Vargas, a forma como o governador do Rio Grande do Sul conduziu a questão irritou o presidente, que era contra o aumento, mas não tinha boa conjuntura para vetá-lo. E um dos rivais de Flores da Cunha dentro do Exército era o general João Guedes, em relação ao qual o interventor até mesmo ameaçou renunciar caso não fosse afastado, e, em tons bastante impositivos, colocava Getúlio *contra a parede*, não só nesse caso, mas também pressionando em questões envolvendo a política interna do Pará e de Santa Catarina.

Li agora declarações feitas [ao] *Correio da Manhã* pelo gal. Guedes da Fontoura. Não posso mais acreditar em que [não?] será ele punido pelas graves ameaças que ousa fazer ao próprio poder Legislativo. Por esse fato e mais pelo esbulho que se está aí preparando contra cel. Aristiliano Ramos eu devia apresentar *incontinenti* meu pedido de demissão. Não o faço porque não quero que suponhas que te abandono justamente no momento que vai defrontar [com] a maior de quantas crises tiveste depois que exerces a suprema magistratura nacional. Não tenho dúvida em afirmar que, a menos que se trate de uma farça [*sic*], [a] atitude [dos] militares exigindo aumento [dos] vencimentos implica [a] morte do poder civil e máximo desprestígio para [o] governo que não soube contê-los nem puni-los deixando que conduzissem [a] questão até [o] ponto em que chegou. Quero ainda dizer-te que manifestei minha integral simpatia ao interventor Barata revoltado ante miserável traição de que foi vítima por parte de chantagistas da estirpe de Abel Chermont.<sup>213</sup>

João Guedes não foi afastado de imediato, mas, mesmo demorando, sua exoneração da Vila Militar ocorreu. Flores da Cunha, sabedor de sua saída, teria causado um mal-estar com o general, como relatou Vargas, afirmando que “a atitude dos oficiais de Cachoeira, apoiados pelo Flores, surgia como outro fator de perturbação quando o general, informado de sua exoneração, preparava-se para resistir”. Contra isso, Getúlio Vargas interveio “junto ao Flores

<sup>212</sup> AGV, 10.05.1935, CPDOC, GV c 1935.05.10/1. Em 1934 o governo federal, trabalhando com déficit orçamentário, cortou gastos no ministério da Justiça, Relações Exteriores, Educação, Agricultura, Transporte e Marinha, atingindo o montante de mais de 140 mil contos. Ainda assim, deve-se levar em conta que os militares no período sofreram uma queda de 30 a 40% de seus vencimentos, se comparado a 1929. Sobre isso, cf. McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>213</sup> AGV, 10.05.1935, CPDOC, GV c 1935.04.10. Em relação aos casos de Santa Catarina e Pará, Getúlio Vargas busca despistar Flores da Cunha. Respondendo a este telegrama, afirmava que quem possuía maioria tinha que governar, pois “é governo número, não qualidade”, e cabia ao executivo, apenas, acatar. Em *tréplica*, Flores da Cunha lamentava, procurando também aumentar sua influência sobre Getúlio: “nunca te faltei com meu decidido apoio. Mas vejo com desolação que não sou ouvido e que as melhores advertências tem sido abandonadas. Não fosse assim e, por certo, não se sucederiam com tanta frequência as crises que a todos nos põem em sobressalto”. Menções a essa questão podem ser vistas em VARGAS, op. cit., v. I, p. 378.

com insistentes telegramas para que fizesse calar seus amigos, pois a decisão deveria ser dada por mim, e eu a daria”.<sup>214</sup>

Nesse desentendimento, o papel de Góis Monteiro não pode ser desprezado. No *Diário* de Vargas há algumas menções de conversas do ministro da guerra com o presidente, em que aquele se mostrou queixoso das atitudes de Flores da Cunha. Vargas relata, por exemplo, uma conversa com Góis Monteiro sobre sua exoneração. O ex-ministro da guerra estaria afirmando que sua exoneração foi devido a um “trabalho do Flores contra todos os que supunha pudessem criar obstáculos aos seus propósitos de ser o futuro Presidente da República ou de desempenhar o papel de Pinheiro Machado”.<sup>215</sup>

Em outro trecho, Góis Monteiro disse a Getúlio Vargas ter recebido um telegrama de Flores da Cunha. Nele, Flores da Cunha teria dito que Getúlio Vargas pretendia afastar o chefe do governo gaúcho, recebendo os oposicionistas e o desprestigiando em sua visita ao Rio Grande do Sul, e que ele estava disposto a resistir pelas armas contra isso. Essa passagem deixou Vargas surpreso: “como durante minha visita ao Rio Grande só procurei prestigiar a autoridade do Flores, recusando aceitar promessas de apoio que trouxessem como condição seu afastamento, fiquei muito surpreso com esta informação”.<sup>216</sup> Não estamos afirmando que os relatos de Góis sejam verdadeiros, mas sim que o objetivo do ministro da guerra era indispor o governador com o presidente, enfraquecendo a influência do *florismo*, e retirando o Palácio do Catete de sua órbita de alcance.

A demissão de Góis Monteiro do cargo de ministro da guerra foi atribuída ao apoio que Flores da Cunha deu à insubordinação de militares no município gaúcho de Cachoeira. Este caso foi muito bem explorado por Flores da Cunha. Mesmo que Góis Monteiro fosse favorável ao reajuste dos soldos para o Exército, tentando tramar um malsucedido acordo com os demais generais, para, caso o governo federal não aprovasse o projeto, ele se demitiria, e nenhum oficial assumiria a pasta de Ministro da Guerra, como forma de pressão, e aproveitando-se da boataria que havia acerca de um golpe militar, o governador aproveitou a brecha. Aproveitando a pressão que pairava sobre o ministro, Flores da Cunha apoiou as críticas públicas que os oficiais da guarnição fizeram, atacando, ainda, as punições

---

<sup>214</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 384. João Guedes teria conspirado contra o governo federal, na Vila Militar, junto com Bertoldo Klinger, Euclides Figueiredo, entre outros, conforme AGV, 10.05.1935, CPDOC, GV c 1935.05.10/1.

<sup>215</sup> Idem, p. 385. Flores da Cunha seria, por diversas vezes, comparado a Pinheiro Machado até sua queda no comando do estado, em 1937. Assassinado em 1915, tornou-se o mais influente senador gaúcho durante a Primeira República. Machado se tornou conhecido por interferir em assuntos da política federal e de outros estados. Para conhece-lo melhor, indicamos o capítulo *Pinheiro e seu partido*, do trabalho de LOVE, op. cit., 1975, p. 145-177.

<sup>216</sup> Idem, p. 386.

disciplinares. Góis, mesmo recuando das punições, já estava desmoralizado, demitindo-se em 1º de maio.<sup>217</sup>

Nessa *queda de braço*, Flores tinha uma vitória momentânea com a derrubada de Góis, e aprovação do aumento dos soldos militares, passando por cima de Vargas. Todavia, o PRL não teria a mesma sorte com o projeto de reajuste civil, de autoria de sua bancada, vetado pelo presidente.<sup>218</sup> Mas Flores da Cunha já tinha alcançado seu principal objetivo.

A oposição parlamentar, curiosamente, apoiou o governo federal contra o governador do Rio Grande do Sul no *episódio Góis Monteiro*. Esse ponto poderia demonstrar falta de autoridade do governo federal, pois Flores da Cunha foi visto como o responsável pela exoneração, e é justamente aí que as desavenças ganham tons mais intensos. Por exemplo, a procura de João Alberto, falando dos propósitos da oposição em apoiar Getúlio Vargas contra Flores da Cunha, teve resposta incisiva: “fiz-lhe ver que os motivos da saída do general Góis não poderiam obedecer às imposições do Flores, a que eu não me submeteria”.<sup>219</sup> O substituto de Góis seria João Gomes, com um perfil distinto de seu antecessor. Exploraremos melhor essa distinção no capítulo quatro.

Outra questão polêmica e contemporânea ao caso dos militares foi à intromissão do governador rio-grandense no caso de Santa Catarina, pois Flores da Cunha daria seu apoio a dois de cinco interventores aliados de Vargas que estavam em situação complicada nas eleições estaduais, sendo derrotados pela oposição. Esse caso, como afirma Aspásia Camargo, era muito confuso. Disputavam o governo daquele estado Aristiliano Ramos, interventor, e seu primo, Nereu Ramos. O primeiro possuía o apoio de Flores da Cunha, enquanto o segundo chegou a pegar em armas contra Vargas em 1932, mas, mesmo assim, ambos eram ligados ao Partido Liberal Catarinense, que estava cindido. O PLC possuía a maioria, com 17 de 31 cadeiras no Legislativo; 13 liberais apoiavam Nereu, e, quatro, Aristiliano. O Partido Republicano e o Partido Evolucionista possuíam juntos os 14 votos restantes, que, aparentemente, tenderiam para o candidato apoiado por Flores da Cunha. Sabedor dessa conjuntura, Flores buscou o apoio de Vargas a Aristiliano, mas o presidente sabia que o cenário era mais embaraçado: dos 14 deputados de oposição, três eram adeptos de um terceiro

---

<sup>217</sup> MCCANN, op. cit.

<sup>218</sup> MOURELLE, op. cit., p. 132.

<sup>219</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 388. O fato de Flores da Cunha ter sido reconhecido como responsável pela exoneração de Góis Monteiro foi alvo de muitas polêmicas. Na Câmara Federal, por Góis ter renunciado falando metáforas como “ventos do sul”, “sindicato florido”, em assalto ao poder “em benefício próprio”, citando que o Exército sofreu um rude golpe, “sem coroas de flores”, foi alvo de discussão entre os parlamentares, que buscaram, ou culpar Flores pela renúncia de Góis, ou isentar o interventor gaúcho de qualquer responsabilidade. Cf. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Primeira Legislatura. Primeiro Volume. 28.04.1935 a 10.05.1935, p. 508-512. Acervo Solar dos Câmara.

candidato, Álvaro Catão, que tinha a resistência de três republicanos, que preferiam Nereu Ramos.<sup>220</sup>

Aparentemente, os 14 aceitavam uma composição com Aristiliano Ramos, contanto que este fosse senador, mas ele não aceitava conversar com o bloco oposicionista, sem antes unificar seu partido em torno de sua candidatura, dizendo a Flores da Cunha que a “fórmula apresentada pelos coligados é simplesmente inaceitável. Divergências existentes [no] seio [do] Partido Liberal não autorizam coligados [a] julgarem-se fiel [da] balança”. Prosseguindo, apelava para o apoio de Flores e de Vargas, dizendo ao primeiro “que nossos correligionários deste estado continuam confiantes na sua decisiva interferência para solucionar [a] questão política catarinense dentro da fórmula revolucionária de solidariedade irrestrita com o governo da nação e com meu prezado amigo”.<sup>221</sup>

Mas, sendo Aristiliano interventor, sua fraqueza impressionava aos mais próximos. Em relação a esse aspecto, destacamos o telegrama que Antunes Maciel enviou a Getúlio Vargas, demonstrando sua surpresa com a situação política de Santa Catarina: para ele, parecia mentira que um interventor com plenos poderes viesse a se anular “ao ponto em que Aristiliano se encontra, com 5 deputados, em um total de 31! Nereu tirou-lhe tudo, até o presidente do Tribunal Eleitoral, de modo que nem sequer se poderia tentar o adiamento da convocação da Assembleia Constituinte, para conversar melhor”.<sup>222</sup>

Vargas se manteve formalmente distante nessa disputa, mas esteve próximo de Joaquim Ramos, irmão de Nereu, por saber que a situação era muito nebulosa, e deixou o contexto desenrolar para se posicionar de forma que favorecesse o governo federal naquele estado. Em 1º de maio, refugiados no quartel da guarnição federal em Florianópolis, e alegando perigo de vida, 13 deputados liberais e cinco da oposição elegeram Nereu Ramos, retirando de Flores da Cunha um potencial aliado, num estado limítrofe. Vargas, por outro lado, acabou costurando uma parceria com um antigo rival. Posterior à eleição, o PRL declarou publicamente apoio às *Oposições Coligadas* de Santa Catarina, chefiadas por Aristiliano Ramos, Adolfo Konder, este ligado a uma família tradicional na política *barriga-verde*, e Henrique Rupp Júnior<sup>223</sup>, demonstrando que Flores da Cunha manteria a hostilidade a Nereu Ramos.

---

<sup>220</sup> CAMARGO et al., op. cit.

<sup>221</sup> AGV, 10.04.1935, CPDOC, GV c 1935.04.09/2.

<sup>222</sup> AGV, 23.04.1935, CPDOC, GV c 1935.04.09/2.

<sup>223</sup> CAMARGO et al., op. cit.; *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 01.05.1935 e 02.06.1935; AGV, 09.04.1935, CPDOC, GV c 1935.04.09/2.

Por sinal, mesmo que Nereu Ramos tivesse pegado em armas contra Getúlio Vargas em 1932, se aproximava gradativamente do governo federal. Já no caso do Pará, citado anteriormente, ocorreram apenas esparsas manifestações telegráficas de Flores da Cunha ao presidente.<sup>224</sup>

Enquanto a relação entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha foi se desgastando, o papel da FUG cresceria em meio a esse dissídio, sendo que o fato de ela ter estado distante dessas rixas ter sido algo que contribuiu para isso. Sua projeção ocorre, paralelamente, no parlamento, ocupando o importante cargo de líder das oposições ao governo federal, com João Neves da Fontoura. Seu papel de liderança deu novo peso à função, apagada com a atuação de Sampaio Correia (PED-DF), e procuraria, agora, apresentar a oposição como defensora da democracia, e apontar Getúlio Vargas como um ditador em potencial. João Neves acabou moldando a *minoría parlamentar* com “mais poder de ação e mais contundência nas críticas ao governo”. Em seu discurso de posse, destacava ser contrário à Lei de Segurança Nacional, apontando ser uma nova estratégia de fortalecer o poder executivo, e defendendo um poder Legislativo forte, fiscalizador e atuante.<sup>225</sup>

Essa oposição à Lei de Segurança Nacional *não era* uma semelhança comungada entre a FUG e Flores da Cunha. Dele, diretamente, não encontramos citações a favor ou contra, mas a LSN era defendida pelos jornais *A Federação* e *Diário Liberal*, que a protegiam de ataques partidos da oposição do Rio Grande do Sul e de outros estados.<sup>226</sup> Assim, o fato de os jornais ligados ao *florismo* darem ferrenho apoio constitui indício de que o governador tinha o mesmo pensamento, diferente daquilo que afirmou Derocina Campos.<sup>227</sup> Nesse sentido,

---

<sup>224</sup> Segundo LEVINE, Robert. *O Regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, o caso do Pará não era menos complexo que o de Santa Catarina. O grupo político do interventor Mário Barata cercou com tropas o edifício da Assembleia, barrando a entrada dos deputados ligados ao seu adversário, Abel Chermont, que possuía 16 dos 30 deputados a seu favor, indicando que seria eleito governador constitucional. Mas, com irônicos “14 votos a zero”, Barata telegrafa a Vargas dizendo ter sido escolhido com unanimidade entre os presentes. Todavia, o grupo de Chermont, com *habeas corpus*, se dirige da guarnição federal, onde estavam refugiados, para a Assembleia, deixando três deputados feridos pelos disparos partidos da polícia local, ligada ao atual interventor. Nessa conjuntura, Vargas substitui Barata, escolhendo outro interventor para supervisionar a eleição de um *tertius*. Já Abel Chermont é “recompensando” com uma senatoria.

<sup>225</sup> Os debates sobre a Lei de Segurança Nacional podem ser vistos em MOURELLE, op. cit., p. 92-107; e BALZ, Christiano Celmer. *O Tribunal de Segurança Nacional: aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 38-81. O discurso de posse como líder da maioria, por João Neves da Fontoura, pode ser lido em FONTOURA, op. cit., 1978, p. 409-418.

<sup>226</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 05 e 25.04.1935 e 03.06.1935. Corroborando o posicionamento do PRL, o *Diário Liberal*, vinculado ao PRL de Pelotas, questionava se os propósitos da FUG eram “os mais louváveis”, com a oposição mantida ao projeto de Lei de Segurança Nacional. Alegava que a LSN só poderia fazer medo àqueles que pretendem usar o excesso de liberdade para a prática da desordem e das ideias subversivas. *Diário Liberal*, 29.01.1935. In: TRINDADE, op. cit., 1980, p. 237.

<sup>227</sup> Posteriormente, Flores da Cunha faria ressalvas em sua aplicação, a partir de novembro, sendo contra a extensão do Estado de Sítio em todo o país, mas nem por isso se posicionou contra a lei de forma geral. Aquilo

mesmo que em prejuízo de nossa narrativa, paremos para uma reflexão, com Carlo Ginzburg. Este autor ressalta que, utilizando o “*paradigma indiciário*”, podemos nos amparar em pequenos sinais, vestígios e indícios que possibilitem extrair dados que aparentam ser negligenciáveis à primeira vista, e imperceptíveis para a maioria. Alguns indícios mínimos presentes nas fontes podem ser reveladores de elementos mais gerais<sup>228</sup>, fato que acreditamos ser, no caso dos jornais, um “*rastro*” do apoio do *florismo* ao projeto de lei. Já a Frente Única Gaúcha se levantava em verdadeira *cruzada* contra a aprovação da Lei de Segurança Nacional, em função de sua escalada centralizadora.

### 3.1.4 Sutis aproximações, negociatas e articulações: a busca por maior espaço político da FUG e o uso de secretarias como moeda de troca do PRL

Dado esse breve contexto no cenário político nacional, e como ele afetou a política sulina, voltemos para compreender as *marchas e contramarchas* da pacificação política e das divergências entre as elites políticas do estado. Se a unificação política do Rio Grande do Sul teve, momentaneamente, *letra morta* após a recusa ao acordo proposto pelos *frenteunistas*, Flores da Cunha buscou uma reaproximação menos formal, no momento em que o governo do estado criava novas secretarias, a da Saúde e Educação Pública, e a de Obras Públicas. Concatenado com uma série de reformas que seu governo iniciou na educação estadual, Flores da Cunha convidava Raul Pilla, que era médico e professor, para assumir a pasta da Saúde e Educação Pública. Essa justificativa da administração *florista* estava intimamente ligada com o contexto dos anos 1930, quando, segundo Ângela de Castro Gomes, havia a positivação da figura do técnico, imaginando-se que, com sua formação específica, de alto

---

que Derocina Campos faz é aplicar declarações de Flores da Cunha e aliados (como de Quim César, realizada em outubro de 1936), inseridos em um contexto distinto, para justificar que Flores foi ‘sempre contra’, o que não é verdadeiro. Como ela não cita declarações de Flores da Cunha sobre a lei, acreditamos que ela, assim como nós, também não encontrou falas e telegramas partidos do interventor contemporâneos ao projeto de lei. Também vacila em alguns anacronismos, quando afirma que Flores da Cunha não se intimidou com a lei (que foi *proposta* em janeiro de 1935, mas *aprovada* em 4 de abril, apesar da autora *afirmar que a lei foi aprovada em janeiro*) realizando, segundo ela, práticas ilegais, como o desmembramento de Passo Fundo, que na verdade ocorreu em 18 de dezembro de 1934, antes da validade da lei, e precisou da decretação do governo federal, além de mencionar fraudes eleitorais em outubro de 1934, como se estas pudessem ser enquadradas na lei de forma retroativa, tendo em vista que esta legislação nem existia no momento em que ocorreu esses casos. Suas afirmações podem ser vistas em SOSA, op. cit., 2001, p. 43-55. Afirmações semelhantes, que isolaram o oposicionismo de Flores da Cunha à LSN de novembro em diante, e, desta forma, não perceberam a mudança de posicionamento dele em relação a esta lei, nem que sua contrariedade visava à aplicação no Rio Grande do Sul, mas reconhecia a necessidade dela ser praticada em demais estados, podem ser vistas em BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 42-51.

<sup>228</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

nível, ele poderia resolver problemas socioeconômicos através de um saber especializado, escolhido através de critérios ditos “impessoais”.<sup>229</sup>

O teor do convite deixava claro que “não é feito ao político, e sim ao professor emérito, ao cidadão ilustre e digno, a cuja capacidade e virtudes eu desejaria confiar a tarefa de reorganizar e desenvolver os serviços de educação e saúde pública do Rio Grande do Sul”. Alegava, no final, que não possuía o desejo de contar com o apoio do PL, nem exigiria mudança de orientação política de sua parte. Mas Pilla negaria o convite. Alegando que, mesmo não condizendo com nenhum compromisso político, era, para ele, impossível dissociar o médico e professor do político militante, questão que se agravava por ser presidente do Diretório Central do PL. Acrescentava que sua recusa se dava, também, por ter defendido na Assembleia Constituinte “o princípio da responsabilidade dos secretários de estado como essencial ao bom funcionamento do regime democrático representativo”, não se sentindo “agora à vontade, se aceitasse o cargo com diferente caráter do que por mim mesmo preconizado”.<sup>230</sup>

Esta ideia, defendida por Pilla, seria uma forma de ajustar aquilo que ele considerava uma falha no regime federal, não corrigida pela constituição de 1934: a *não responsabilidade* política dos ministros perante o parlamento, ao invés de se limitar somente ao comparecimento para dar “explicações”. Já que foi impossível em nível federal, ele tinha proposto o estabelecimento da responsabilidade dos secretários de Estado perante a Assembleia Legislativa, uma medida tendente ao parlamentarismo, alegando que isso traria mais harmonia entre os poderes. A ideia era retirar dos secretários (ou dos ministros) a chancela de “auxiliares” do governador, responsabilizando-os, já que Pilla julgava estar todo o encargo concentrado no chefe do executivo, como se este fosse “onipresente”.<sup>231</sup>

Importante ressaltar que esse projeto não era novo, pois já havia sido proposto durante a campanha da Aliança Liberal em 1930 pelo jornal *O Estado do Rio Grande*, em editorial. Claro que não podemos afirmar que foi Pilla quem escreveu este editorial, mas há indicativos,

---

<sup>229</sup> GOMES *apud* ELÍBIO JR., op. cit. A importância do tecnicismo, nesse período, é comungado também por Pedro Dutra Fonseca. Este autor destaca o número de órgãos e conselhos técnicos criados pelo governo federal com este caráter, sobretudo voltados para a indústria, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Departamento Nacional do Trabalho, Conselho Federal do Comércio Exterior, Conselho Técnico de Economia e Finanças, entre outros. Cf. FONSECA, Pedro César Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: FONSECA, Pedro César Dutra; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (org.). *A Era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

<sup>230</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 14.06.1935.

<sup>231</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 25.05.1935. A proposta na Assembleia Estadual Constituinte, por Raul Pilla, foi transcrita por TRINDADE, Hélgio. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980, p. 326-329.

considerando que ele era um dos quatro editorialistas.<sup>232</sup> Ainda assim, a proposta foi rejeitada pela Assembleia Constituinte estadual, mas permaneceria presente no seio da FUG.

A recusa ao convite para assumir o cargo foi elogiada pelos libertadores, demonstrando que esse tipo de proposta, dirigida a Raul Pilla, era descartada no PL. Ou seja, a ideia de convidar *o professor* e não *o político militante*, por parte de Flores da Cunha, não convenceu ninguém. Um telegrama recebido pelo líder do PL dizia compreender bem “o que significava o gesto do Flores”, apreciando “grandemente tua resposta. Como acreditamos que nenhum libertador, numa tal emergência, pudesse aceitar para fazer parte do secretariado do Flores”.<sup>233</sup> Era lógico que Flores da Cunha, apesar de justificar sua proposta como não sendo de caráter político, buscava com ela uma aproximação com os *frenteunistas*, ainda que não fosse com um acordo *formal*, como a tentativa em fins de março havia sido. Mas, caso Pilla aceitasse, uma nova circunstância para as conversas em prol da pacificação política se abriria, como acabou ocorrendo, pois, apesar da recusa, haveria outras conversas entre FUG-PRL.

No final de junho, dois encontros importantes ocorrem: o primeiro entre Paim e Pilla, aquele representando Borges de Medeiros, e o segundo entre Flores da Cunha e o líder do PL, este como emissário da FUG. Poucas fontes encontramos acerca do primeiro encontro, que, ao que tudo indica, serviu de base para republicanos e libertadores definirem a estratégia de acordo para a pacificação, mirando o segundo encontro com o governador. Na reunião com Flores da Cunha, este propôs, como obséquio, duas novas secretarias para a FUG, sendo novamente a pasta da Educação e Saúde Pública, e a da Agricultura, Indústria e Comércio. Contudo, não havia a exigência de um acordo partidário, mas apenas uma colaboração com o governo. Raul Pilla transmitiu a Borges de Medeiros os resultados da reunião, antes dele viajar ao Rio de Janeiro, deixando Firmino Paim como responsável por parte da situação.<sup>234</sup>

Todavia, antes de embarcar, em discurso de despedida, Borges de Medeiros frustraria as negociações, fazendo o PRL voltar atrás. Nesta fala, o chefe do PRL declarou: “posso afirmar que nada sei a esse respeito [de um acordo com o PRL], a não ser conversações sem cunho oficial, que somente serviram para acentuar a profunda divergência existente entre o situacionismo e a FUG”. Depois dessas declarações, Flores da Cunha se desapontaria, preenchendo as novas secretarias à revelia da FUG.<sup>235</sup> A partir disso, o PRL desferiria ataques

---

<sup>232</sup> FLORES, Ericson. ‘*Um posto de combate e uma tribuna de doutrina*’: o Partido Libertador e o jornal Estado do Rio Grande (1929-1932). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009, p. 66.

<sup>233</sup> ARP, 28.06.1935, NUPERGS, doc. nº 002/1144.

<sup>234</sup> ARP, s. d., NUPERGS, doc. nº 002/1199.

<sup>235</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 02.07.1935; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 03.07.1935.

a Batista Lusardo, João Neves e Borges de Medeiros, que se opuseram aos acordos, mas também reconheceria os esforços de Raul Pilla para uma aproximação da FUG com os *republicanos liberais*.

Na Câmara Federal, João Carlos Machado e Batista Lusardo discutiriam o tema. Confrontando versões, o segundo dizia que a FUG não deveria aceitar uma pacificação, pois a ideia teria partido de Flores da Cunha e Getúlio Vargas, para cooptar a FUG das oposições. A afirmação de Lusardo pareceu visar mais a um ataque político do que ser uma constatação fundamentada por parte deste libertador. Já João Carlos Machado mencionou que a ideia partiu de Caio Pedro Moacyr.<sup>236</sup> Apesar dos debates, de qualquer forma, já é possível notar que havia um contexto mais propício para entendimentos entre as correntes políticas, que já abriam mão do uso do tema para uma desqualificação eleitoral, como em outubro de 1934, e não faziam uma exigência tão alta, como a troca de comando do estado.

#### 3.1.4.1 Entre o regional e o nacional: a proposta de fusão de PRR e PL e articulações por uma agremiação de oposição com alcance nacional

Enquanto isso, a FUG abriria duas frentes de ação: uma delas, que não era consensual nas fileiras *frenteunistas*, buscava unificar o PRR-PL em um partido único, uma ideia presente desde abril, que “ganhou corpo” em junho. A outra, em nível federal, era avançar as conversas para a criação do Partido Nacional das Oposições. Isso tudo demonstrava que a FUG vinha crescendo como grupo de oposição, e se articulava para ter um papel cada vez mais influente na política regional e nacional. Já a unificação em um partido único, de parte do PL, tinha alguns adeptos influentes na agremiação. Dentre eles, Assis Brasil. Mas, se o presidente de honra do Partido Libertador era simpático à ideia, quem colocou “a mão na massa” foi Bruno de Mendonça Lima. Este, um advogado, era chefe do Diretório Libertador em Pelotas, e buscava com esse “novo partido” imprimir ideias socialistas no programa, priorizando a questão social.

Seria possível imaginar Borges de Medeiros, Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Batista Lusardo e até mesmo Assis Brasil, entre outros políticos, oriundos ou somente ligados à elite econômica rural e urbana do Rio Grande do Sul, com a formação ancorada nos tradicionais processos que envolveram a Primeira República, aderindo a um programa

---

<sup>236</sup> A *Federação*, Porto Alegre, MCSHJC, 05.08.1935; TRINDADE, op. cit., 1980a, p.339-344. A última referência é um discurso de Simões Lopes Filho no parlamento estadual, aonde a mesma polêmica foi discutida.

socialista? Apesar de pouco provável, o líder do PL pelotense seguiu no seu esforço de tentar unificar ambos os partidos em um só.

Indagado pelo repórter do *Diário de Notícias* acerca do tema, Bruno de Mendonça respondeu: “é certo que o meu anteprojeto terá caráter acentuadamente socialista. Um partido que procure estar na altura das necessidades sociais dos tempos modernos, não pode por de lado a questão social”, afirmando que a questão foi “sempre ignorada pela corrente capitalista; ou, então, as soluções propostas tem se limitado a paliativos ou meras concessões, feitas ao proletariado, sob a pressão das agitações operárias, ou, como engodo para arranjar eleitores”.<sup>237</sup>

É claro que não podemos nos restringir a um olhar apressado sobre essa questão, confundindo o *socialismo* preconizado por Bruno de Mendonça com o comunismo, muito combatido nesse período. Para mantermos uma análise crítica coerente e distante do anacronismo, é necessário conhecer melhor aquilo que Mendonça entendia por *socialismo*, em seu programa, bem como a diferenciação que ele fazia em relação ao *comunismo*. Para ele, “as soluções socialistas constituem o único remédio preventivo eficaz contra o comunismo, isto é, quanto à forma russa do socialismo, o soviétismo”. Ele afirmava que as principais diferenças entre o socialismo e o comunismo eram: “1) em vez de ditadura do proletariado, a democracia racionalizada, com todas as garantias individuais; 2) em vez do materialismo histórico, a moral cristã como expressão mais elevada da solidariedade humana e da fraternidade”. No entanto, mesmo que negasse, seu projeto era bastante “*radical*”.<sup>238</sup>

Por outro lado, é muito compreensível sua recusa à alcunha de “comunista”, afinal, temos de levar em consideração o estigma que havia no termo *comunista*. Mesmo que, comumente, se destaque o anticomunismo posterior ao levante de novembro de 1935, ele era uma construção que vinha desde antes, “através de discursos, ou seja, de posições políticas defendidas em jornais, livros e folhetos”.<sup>239</sup> De modo geral, normalmente utilizado para contrapor aquilo que era contrário à ordem estabelecida, mesmo que esta não fosse *comunista*.

---

<sup>237</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 26.06.1935.

<sup>238</sup> Idem; *Ibidem*. O seu projeto previa a criação de um Conselho Superior de Economia Nacional, para planificar o capital do país; socialização dos meios de produção e de transporte; combate ao imperialismo; limitação de herança, socializando o valor que passar o teto; direitos hereditários somente aos ascendentes, descendentes e cônjuges, e, na ausência destes, divisão da herança com o Estado; assistência social aos trabalhadores; exploração da riqueza natural do país, afastando a influência estrangeira e promovendo a indústria pesada, e a formação de uma Federação Latino-Americana de combate ao imperialismo.

<sup>239</sup> SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: Imaginários anticomunistas brasileiros. (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. Anticomunismo é aqui entendido como “oposição à ideologia e aos objetivos comunistas”. BONET *apud* SILVA, C. L., *op. cit.*

A acusação de *comunista* era uma forma de desqualificar um adversário, e esse rótulo ao seu programa, caso ingressasse nas fileiras do PL ou da FUG, ou, até mesmo, se fosse usado como argumento pelos *republicanos liberais*, enfraqueceria o projeto defendido por Bruno de Mendonça. Por isso, é bastante compreensível a preocupação com esta alcunha. Ainda assim, a ideia de programa de Bruno Mendonça não era única para uma fusão, como demonstra a missiva do libertador Fernando Caldas a Raul Pilla.

Nossos companheiros – Lusardo, Cassal e Oscar – estão de acordo quanto à necessidade da convocação do nosso Congresso Partidário. Entretanto mereceu aprovação geral a seguinte proposta do [João] Neves: convocação simultânea do Congresso dos dois partidos, tendo em vista uma fusão espetacular em seção plena e conjunta de todos os delegados. Para esse fim – e este é o ponto mais importante – desde já se celebraria no Rio uma conferência dos próceres. A sugestão é altamente razoável. Ali, estarão essa semana todos os próceres, a exceção de v. À primeira vista, parecerá que a v. se impõe o sacrifício de locomover-se. Não há tal, entretanto. Qualquer que seja a deliberação que v. adote, com relação aos assuntos pendentes, sua presença no Rio, o mais breve possível, é coisa absolutamente indispensável e imprescindível, sob pena de não haver mais possibilidade de estabelecer uma impressão comum entre os companheiros de Paelgre [*sic*] e do Rio. Além disso, torna-se impossível compreender a situação nacional fora do Rio.<sup>240</sup>

Por outro lado, mesmo que os partidos já estivessem unidos em uma aliança, havia o receio de que se fracionassem com dissidências, ocasionando êxodo de lideranças locais. Se olharmos para a Primeira República, a unificação partidária, em si, já era bastante surpreendente. Sua durabilidade também chama a atenção: até aqui, desde a eleição de Vargas para presidente estadual, a união já possuía sete anos, ou seja, não era esta uma aliança efêmera e desorganizada que visava somente a obter vantagens eleitorais ou apenas derrubar/sustentar um governo, mas já era provida de sólido arcabouço, assemelhando-se ao tipo de coligação que Maurice Duverger chamou de “superpartido”.<sup>241</sup> Mas, apesar disso, a cartada de unificar ou não os partidos em um só seguia sendo uma linha tênue, que merecia muita cautela, antes de ser transposta.

Nesse sentido, a unificação tinha de ser bem estudada pelos líderes da Frente Única. Se os partidos unificados poderiam, na concepção dos adeptos da fusão, vislumbrar maior influência no cenário nacional e regional, havia o entendimento de se adotar certa prudência, para que não tivesse o efeito oposto que o projetado por eles. Por isso, é recomendado a Raul Pilla, por Oscar Fontoura, que o Congresso do Partido Libertador fosse realizado depois das

<sup>240</sup> ARP, 30.06.1935, NUPERGS, doc. nº 002/1145.

<sup>241</sup> DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970. Este autor chama a atenção para alianças que, tão coesas em sua atuação, se assemelhavam a um partido único. Claro que, dentro da FUG, havia divergências, fato que é natural, mas, até este momento, a FUG era uma aliança capaz de resolver as discordâncias internamente.

eleições municipais. Havia o medo de que essa unificação enfraquecesse o bloco no pleito, pois acreditava que a fusão traria “maior relevância para o futuro”, mas achava arriscado que, caso não houvesse consenso, o novo partido se fracionasse antes da eleição, o que facilitaria a vitória do *florismo*.

Se houvesse, nesse particular, completa harmonia de vista entre os congressistas, o perigo seria nulo. E se não houver? E se surgirem dissidências? E, se apesar de haver unanimidade entre os libertadores no sentido da fusão, surgirem discrepâncias ou intransigências doutrinárias por parte dos republicanos? Não me parece que o discurso do general Paim na assembleia exprima o sentir da maioria do seu partido. Não obstante, ele é um índice de que a fusão não é tão fácil. [...]. Nosso telegrama ao Bruno despertou aí certo alarme: entretanto, o seu espírito era apenas o de levar ao companheiro eminente e culto a nossa solidariedade à ideia de união definitiva do partido e às linhas mestras do seu programa publicado pela imprensa; não ia ao ponto, pelo menos quanto a mim, de jurar adesão pura e simples ao salto que o Bruno quer dar. Trata-se de um anteprojeto, cujos pontos avançados em demasia, deviam naturalmente ajustadas ao pensamento, quando discutidas em Congresso.<sup>242</sup>

Notamos nessa missiva que Oscar Fontoura era favorável à unificação, mas não neste momento. Isso pode estar ligado ao fato de que, depois dessa eleição, o próximo pleito só seria em 1938, que daria um intervalo extenso para o novo partido se rearticular, caso essa fusão trouxesse cizânias. Além de quê, seu adiamento protegia a FUG de brechas para ataques partidos do *florismo*. Também se nota que o programa de Bruno Lima não conquistou a simpatia dos membros da FUG, afinal Oscar Fontoura chegou a ter de se justificar para Raul Pilla de que não estava aderindo à proposta do libertador pelotense, tendo que afirmar para o líder do PL que não achava este programa a melhor saída para a unificação sem dissidências.

Por outro lado, seu destaque ao discurso de Firmino Paim Filho merece uma explicação mais detalhada: Paim se proclamava contrário à fusão, sendo partidário da ideia de que os partidos se aproximassem mais, mas mantendo-se independentes. Dessa aproximação, para Paim, deveria nascer uma coligação com nova denominação, a *União Republicana Libertadora*, proposta que nunca sairia do papel. A oposição a uma união também partia de Raul Pilla: mesmo que tenha designado cinco libertadores para, junto com cinco republicanos, formarem uma comissão para moldar as bases do novo partido, alegava ser contra a unificação partidária. Segundo Pilla “não vejo como se possa chegar a formular um verdadeiro programa para o novo partido, dadas as divergências doutrinárias dos que o

---

<sup>242</sup> ARP, 07.08.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1147. O próprio Assis Brasil também ponderava o programa de Bruno Lima. Concordava com a prioridade na questão social, mas criticava a abolição da propriedade: “creio que meu prezado amigo atirou a barra longe demais”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 09. 07.1935.

deverão integrar”, além de alegar ter divergências com Bruno de Mendonça Lima nesse quesito.<sup>243</sup>

Concomitante a isso, a FUG tomou parte no processo de fundação de um partido de oposição nacional. O projeto, articulado por Borges de Medeiros e Arthur Bernardes desde 1934, com a fundação do *Partido Nacional Revisionista* (que, na prática, não passou de um manifesto), ganhou mais fôlego em junho, sob a mesma liderança. Mesmo que fossem deputados, eles pouco ocuparam a tribuna. Nesse sentido, para o historiador Thiago Mourelle, “a atuação deles foi muito mais intensa nos bastidores e nas entrevistas concedidas à imprensa, não menos importantes do que a atividade no plenário”. O objetivo de fundar o partido em nível nacional era, segundo Bernardes, o de aumentar o número de opositores a Vargas, já que cerca de 60 deputados compunham a *minoría parlamentar*.<sup>244</sup> Portanto, estava vinculado com aquilo que defendia Pilla, em dezembro de 1934, alegando que a gestação do Partido Nacional só poderia ser *intra-parlamentar*.<sup>245</sup>

A tentativa de formar esse novo partido foi marcada por *marchas e contramarchas*, com reuniões entre os líderes estaduais de oposição para definir sua formação e um programa mínimo. A comissão de fundação era predominantemente *frenteunista*, pois tinha Borges, Lusardo, João Neves, e, com um papel não menos importante, Lindolfo Collor, atuando como o *quinto elemento*, já que seria o responsável por redigir o manifesto das *Oposições Coligadas*.<sup>246</sup>

Ou seja, quatro dos cinco principais elementos de articulação eram *frenteunistas*, tendo em conta a presença do deputado Arthur Bernardes nesse núcleo. A repercussão que essa ideia ganhava, por outro lado, era normal, quando se falava de *Partido Nacional*, independente de qual fosse. Este já era um projeto costumeiramente levantado, mas não consolidado no país.

Por outro lado, Getúlio Vargas, atento, observaria com cautela as tratativas. E procuraria desestabilizar, *em uma tacada só*, o Partido das Oposições e Flores da Cunha, a partir do momento em que ambos já estivessem em rompimento declarado.

### 3.1.5 Getúlio Vargas e Flores da Cunha: o rompimento e a FUG como fiel da balança

<sup>243</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 12.07.1935; ARP, 10.09.1935, NUPERGS, doc. nº 002/1159.

<sup>244</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 27.06.1935.

<sup>245</sup> NOLL, op. cit.

<sup>246</sup> *Diário de Notícias*. Porto Alegre, MCSHJC, 20.08.1835.

Na medida em que Getúlio Vargas e Flores da Cunha se distanciavam, a FUG passou a ser o *fiel da balança*, constituindo um “trunfo” importante para o desequilíbrio em favor de um dos lados em dissídio. Indo mais além, não é exagero afirmar que a FUG passou a ser disputada pelo *florismo* e pelo *varguismo*. E vai ser a partir disso que a postura *frenteunista* seria cada vez mais dúbia, pois se aproximaria tanto de Getúlio Vargas quanto de Flores da Cunha, quase simultaneamente. Já o distanciamento entre os dois, gradual, passou a ser definitivo entre agosto e setembro, provocado por novas atitudes de Flores da Cunha, e se agudizando nos meses seguintes, pelo fato de o governador não aceitar debater uma conciliação.

Aquilo que vai acontecer é o *estopim* de um distanciamento que já podia ser notado, e a certeza, por parte de Vargas, de que não poderia mais contar com Flores da Cunha. E é nessa conjuntura que a FUG, a “*terceira peça do jogo*”, passou a ser decisiva: para Flores da Cunha, unificaria a política regional, e faria uma importante frente de resistência ao governo central. Para Vargas, era a oportunidade de fracionar a estabilidade política do governador, mantendo-a como bloco de oposição no estado, e, gradualmente, cooptando-a para o governo federal. Isso desembocaria num isolamento da FUG com o governador, mas também das *Oposições Coligadas*, que perderiam o grupo político que a liderava contra o governo federal. Concomitante a essa conjuntura, o Rio de Janeiro passava por uma conturbada eleição para governador constitucional que, antes de prosseguirmos na relação entre Flores da Cunha, Getúlio Vargas e FUG, merece ser mais bem detalhada.

Este estado tinha sido marcado por grande instabilidade: apenas no primeiro ano, cinco interventores haviam comandado o governo fluminense, até atingir alguma estabilidade com Ari Parreiras, que, cansado dos ataques da oposição, não quis concorrer nem tomar parte no pleito, dividindo os grupos *pró-Vargas*, e passando o controle da Assembleia Estadual para a oposição, por dois votos. A eleição era disputada pelas duas principais facções políticas, naquele momento: a União Progressista Fluminense e o Partido Popular Radical, que, para a eleição, fizera uma aliança denominada *Coligação Radical Socialista*. Essa disputa seria marcada por muita tensão, afinal, os dois candidatos, Cristóvão Barcelos, pela UPF, e o Almirante Protógenes Guimarães, pela CRS, possuíam chances de vitória, ainda que com pequena margem.<sup>247</sup>

---

<sup>247</sup> OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara de. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêdho Fiúza (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012; LEVINE, op. cit., 1980.

Esses candidatos, contudo, cindiriam Flores da Cunha e Getúlio Vargas: enquanto aquele apoiava Cristóvão Barcelos, Getúlio Vargas e Vicente Rao trabalhavam em favor do Almirante Protógenes. Os dois cuidariam com antecedência dessa questão. Desde janeiro, vários possíveis candidatos surgiram e, como Ari Parreira se absteve, a eleição era uma incógnita. Flores chegou a trocar missivas, em julho, com o deputado federal fluminense Marcos Bittencourt.<sup>248</sup> Ou seja, era um pleito observado atentamente pelos dois, antes mesmo da situação se agravar, e eles buscariam interferir na escolha com candidatos distintos, em uma conjuntura bastante estreita. Trocando em miúdos, significava que o *florismo* tinha reais condições de vencer Getúlio Vargas.

Vargas, em meio a esse contexto, teria feito um convite para Flores da Cunha participar de um novo golpe de Estado. Na verdade, sobre isso encontramos apenas alguns relatos pessoais. Deles, destacamos três: as *memórias* de Daniel Krieger, do Marechal Eurico Gaspar Dutra<sup>249</sup>, e o relato do próprio Flores da Cunha, na Câmara dos Deputados. Este, em testemunho de 1953, diria algo bastante semelhante do relato dito por Krieger e Eurico Dutra:

O sr. Presidente, com quem na intimidade nos tuteamos, disse-me: ‘Flores, com esta constituição de 34 e com este congresso eu não poderei continuar governando’. Em outubro haverá nova eleição, você terá uma grande maioria e poderá governar francamente, amparado no Legislativo, respondi-lhe. Ele mostrou-se cético e retrucou que não era possível. Levantei-me e disse-lhe, e nisso um traço da minha imbecilidade, que só poderia contar comigo se houvesse uma nova revolução. [...]. Desde então fiquei, pela resistência, marcado na paleta, como se diz no Rio Grande do Sul.<sup>250</sup>

Na sequência de seu discurso, Flores revelou que esse episódio teria ocorrido em agosto, em visita de Vargas aos seus pais, antes de sua segunda visita, que ocorreria em 20 de setembro, para os festejos do *Centenário Farroupilha*. No entanto, não temos conhecimento de nenhuma visita de Vargas ao Rio Grande do Sul em 1935, a não ser a de setembro, nem na

<sup>248</sup> ELÍBIO JR., op. cit.

<sup>249</sup> Daniel Krieger relata o que Flores da Cunha teria lhe dito: “[Vargas] alegando não ser possível governar com o Congresso, propôs-me a dissolução e a instituição de um governo forte. Disse-lhe que não contasse com minha colaboração para realizar esse objetivo, mas, sim, com a minha decidida oposição. Ficou irritado. Procurem não me deixar sozinho com ele, pois preciso de testigos”. Já Dutra, um *varguista*, dissera: “Entrou Getúlio em seus aposentos particulares e procurou convencê-lo da necessidade em que estava o país de uma mudança de regime político, com a dissolução do Parlamento, ao que ele, Flores, se opôs tenazmente. Daí por diante, ainda diz Flores, as relações entre ambos deixaram praticamente de existir”. KRIEGER, Daniel. *Desde as missões: saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p. 57. Krieger manteria essa versão em um livro posterior, de 1982, chamado *Um liberal na república*, memórias guiada por Francisco Viana. A passagem de Dutra está em LEITE, Mauro Renault; NOVELLI JR. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 84.

<sup>250</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Ano VIII, nº 69, 11.04.1953, p. 2642. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1953.pdf#page=>>>, acesso em 25.07.2015. Discurso do deputado federal Flores da Cunha.

imprensa, em seu *Diário*, ou em arquivos particulares. Levantamos aqui a hipótese de Flores da Cunha ter se equivocado no mês quando deu seu testemunho, em 1953, quase 20 anos depois do ocorrido.

Claro que, evitando cair em um *maniqueísmo*, é importante analisar aquilo que Vargas anotou em seu *Diário* nesse mês. Nele, Vargas relata ter conversado com Flores, no dia 5, sobre a situação política, embora não dê maiores detalhes sobre aquilo que foi dito, deixando uma incógnita em aberto. No dia 9, assinalou que Flores da Cunha demonstrava aborrecimentos, afirmando não ver seus pedidos serem atendidos. Porém, o mais interessante seria uma passagem do dia 21, em que contrapunha um discurso de Borges de Medeiros na Câmara dos Deputados, no qual criticava os gastos do governo federal. Getúlio Vargas defendia que, para verdadeira economia, o país não deveria ter feito à constitucionalização. Culpou a FUG pelo retorno ao regime constitucional, chamando Borges e Pilla de “dois lunáticos e despeitados que sabotaram a obra da ditadura e açularam a revolução de São Paulo. O apresamento da volta precipitada do país ao regime constitucional foi obra da Frente Única do Rio Grande do Sul, com o apoio de Flores da Cunha e de Oswaldo Aranha”.<sup>251</sup>

Desta forma, vemos que as afirmações de Flores da Cunha, Daniel Krieger e Eurico Dutra possuem algum fundamento. Além da exatidão dos três relatos, os indícios deixados por Vargas em seu *Diário* demonstram conversas dele com o governador, e uma defesa bem incisiva do regime ditatorial, contrapondo com críticas ao sistema político constitucional brasileiro baseado na “democracia liberal” em que vivia o país. Mas também parece que esse convite não provocou o rompimento imediato de Vargas e Flores da Cunha, e sim o caso do Rio de Janeiro.

Nesse episódio, quando Vargas esteve na festa do *Centenário Farroupilha*, manteve correspondências telegráficas com Vicente Rao acerca do andamento da eleição do Rio de Janeiro. Por obséquio, exatamente neste período, teve a vitória do Almirante Protógenes Guimarães, por um voto. Mas, entre os deputados, a votação foi marcada por tiroteio, alvejando um deputado da chapa *barcelista*, e o próprio Cristóvão Barcelos, que impetrou dois recursos: um deles conseguiu nova eleição junto à Justiça Eleitoral, ressaltando que as condições de segurança eram precárias. O outro, acusando Vargas de pressionar os constituintes fluminenses a votar em Protógenes, por meio do Ministro da Justiça.<sup>252</sup>

Flores teria interceptado um telegrama entre os dois, que comprovaria a intromissão de Vargas na política do estado fluminense, e divulgado na imprensa, causando grande

---

<sup>251</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 410-419.

<sup>252</sup> OLIVEIRA, op. cit.; MOURELLE, op. cit.

repercussão. Vargas fez alguns relatos em seu *Diário* a esse respeito. Alegou que “durante o tempo dessa visita, instalado no palácio como hóspede oficial do governo do estado, ocorreu o caso do Estado do Rio, a escolha do almirante Protógenes, as violências contra a Assembleia, a eleição e o intempestivo telegrama do Flores”. Posteriormente, demonstraria seu desagrado com a repercussão deste telegrama, dizendo que os governadores da Bahia e de Minas o teriam procurado, afirmando estar em desacordo com a atitude de Flores. Outrossim, também relatou que a atitude do governador gerou uma crise na liderança da maioria na Câmara Federal: Raul Fernandes, líder, não aceitou permanecer no posto em função da intromissão *florista* na política de seu estado, enquanto o preferido de Vargas, João Carlos Machado, do PRL, foi impedido, por Flores da Cunha, de assumir.<sup>253</sup>

Neste momento, o governo federal passava por um delicado contexto, pois perdia gradualmente o apoio do Rio Grande do Sul, e enfrentava a insatisfação de parlamentares do Rio de Janeiro, sendo forte a possibilidade de ter minoria dentro do Legislativo.<sup>254</sup> Isto é, estava ficando evidente a instabilidade do governo federal naquela casa, ao menos, naquele momento. Mas essa conjuntura adversa duraria pouco tempo.

A intromissão no caso do Rio de Janeiro também mostrou que Flores da Cunha perdera aquela que foi a sua segunda *queda de braço* naquilo que tange às tentativas de derrubar ministros. Afinal, sua tentativa de provocar o afastamento de Vicente Rao, assim como fez com Góis Monteiro, não deu certo. Apesar da grande repercussão, “denunciar a manobra do Ministro da Justiça” e “exigir sua demissão” não surtiram efeito. Nesse sentido, nos parece correta a assertiva de Maria Izabel Noll, ao afirmar que “seus protestos não encontram eco e servem apenas para desgastar mais sua imagem”.<sup>255</sup>

Todavia, a “*mania*” de se intrometer na política de outros estados não teria mais a mesma intensidade, simbolizando a perda de prestígio e influência do governador do estado, decorrente de não ser mais um aliado do presidente. É nesse sentido que Vargas pontuou, em 6 de outubro, suas irritações com Flores da Cunha. Entre suas acusações, disse que Flores da Cunha fizera um trabalho oficial no estado culpando o governo federal de não ajudar o Rio Grande do Sul. Que também pretendeu dirigir a política federal de Porto Alegre, antecipando o debate sucessório e intervindo na política de outros estados. A mais forte delas seria a de Flores da Cunha controlar sua correspondência telegráfica que vinha do Rio de Janeiro, se

---

<sup>253</sup> VARGAS, op. cit., v. I

<sup>254</sup> MOURELLE, op. cit.

<sup>255</sup> NOLL, op. cit., p. 182.

apoderar do telegrama do ministro da justiça e publicá-lo. Por fim, afirmou que Flores da Cunha o acusou de querer abrir dissídio na política federal.<sup>256</sup>

Por outro lado, enfatizamos que *este é o momento* de ruptura. Destacamos novamente isso, pois Robert Levine deu a entender que Flores da Cunha e Getúlio Vargas já estavam rompidos antes. Inclusive, dizendo que o primeiro, ao saber da eleição do segundo em 1934, teria dito que o Brasil tinha ganhado o seu “terceiro imperador” [*sic*]. Além disso, afirmou que Flores da Cunha retirou o apoio do Rio Grande do Sul já na constituinte de 1933<sup>257</sup>, mas isso não é verdade. Infelizmente, Robert Levine não disse de onde retirou essas informações, para podermos checar os originais. Diante do andamento de nossa pesquisa, nos parece que, para dizer o mínimo, errou a data da fonte. Porque, para 1934, essas afirmações não parecem consistentes, e o autor acaba passando a imagem de que ambos eram “velhos inimigos”, o que é falso. Como já afirmamos, o rompimento gradual ocorre quando Flores da Cunha passa a ser governador constitucional, e o momento definitivo ocorre no *caso fluminense* e o suposto convite para o golpe.

### 3.1.6 A *Fórmula Pilla*: o parlamentarismo à brasileira?

Será justamente nesse intervalo, envolvendo toda a *questão fluminense*, com a relação entre Vargas e Flores atingindo o ápice do descontentamento, que Raul Pilla irá procurar aquele para um entendimento. Ele, neste momento, mudou sua estratégia, percebendo as dificuldades que se impunham para um acordo em nível regional, e procurou Vargas no momento mais propício para afrontar o *florismo*. Getúlio Vargas que, se desde 1934 recebia a oposição, seria ainda mais simpático com o líder libertador, por motivos óbvios, pois deixar o Rio Grande do Sul unido contra o governo federal não era salutar para a estabilidade política da Presidência da República.

Essa mudança de “tática” teve a ver com as aproximações de Pilla com um jornalista carioca. Desde fins de agosto, Raul Pilla vinha trocando missivas com José Maria dos Santos, adepto do parlamentarismo, que havia feito uma proposta de alteração do regime político, com um artigo chamado “*Transformação dentro da ordem*”. Essa “transformação” previa a criação de um Conselho de Ministros, e o jornalista já havia apresentado a ideia a um deputado, José Augusto, obtendo receptividade, na Câmara, de Arthur Bernardes. Este

---

<sup>256</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 426.

<sup>257</sup> LEVINE, Robert. *Pai dos pobres?* O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

manifestou publicamente seu apoio, em entrevista ao *Correio do Povo*. Afirmando-se presidencialista, dizia acreditar que “o estabelecimento de um governo de gabinete, nos dias atuais, pode ser uma solução aconselhável para sairmos do impasse em que nos achamos. Regime em que os homens públicos se sucedem no poder por uma rotação mais convencível”, defendendo a viabilidade de “aceitar qualquer reforma que venha impedir revoluções e abrir válvulas ao escapamento das paixões e ao mesmo tempo aumentar em extensão e profundidade os meios de defesa da opinião”.<sup>258</sup>

Tendo o apoio de importantes lideranças políticas, e sendo bastante semelhante com aquilo que Pilla defendia, o líder do PL não perdeu tempo em apoiar a proposta de José Maria dos Santos. Lendo o artigo, telegrafou ao jornalista, dando sugestões e mantendo intenso contato telegráfico, procurando viabilizar, dentro da FUG, a adoção deste projeto. O planejamento inicial de José Maria dos Santos era levar essa ideia para a Câmara dos Deputados, que contava, segundo ele, com importantes apoios. Convidava, ainda, Raul Pilla a ir para a capital junto com Flores da Cunha, para unificar os debates em um só lugar.<sup>259</sup>

É importante destacar que ela não gozava de unanimidade dentro da FUG. João Neves da Fontoura, ocupado com o Partido Nacional das Oposições, declarou que, caso a “maioria propuser a lei que você deseja e ele preconiza, não nos deveremos opor à mesma, fazendo cada um as reservas doutrinárias que tiver”, mas desacreditava que seria um remédio, e se colocava contrário a um ministério de concentração: “fui o iniciador da ideia e sei que hoje é ela mais impraticável ainda do que em 32”, fazendo referência ao momento em que propôs essa medida para pacificar a política nacional antes da Guerra Civil. Finalizava comemorando o crescimento das oposições na Câmara, com a adesão de mais dois deputados, assegurando que a oposição dominaria a casa, afirmando que havia começado com “31 e já somos 70. [...] Nesse andar o Getúlio não leva os três anos”.<sup>260</sup>

Assim, parece que parte da FUG via com bons olhos projetar o bloco político por meio do partido nacional, um segundo grupo em prol de um acordo parlamentarista e uma terceira via defendia a unificação dos partidos rio-grandenses como caminho. Alguns defendiam apenas um caminho, enquanto outros eram partidários de mais de uma ideia, demonstrando a pluralidade de posições dentro da FUG. Nesse momento, João Neves estaria mais voltado ao

---

<sup>258</sup> ARP, 30.08.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1153. Esta fórmula contava com o apoio de outros políticos no cenário nacional, como Borges de Medeiros, Afrânio de Melo Franco, Armando Fay de Azevedo, Armando Salles de Oliveira, entre outros. *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 13, 17, 20 e 24.10.1935.

<sup>259</sup> ARP, 02.09.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1154.

<sup>260</sup> ARP, 04.09.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1155.

primeiro caso. Pilla, no segundo, que manteria essa tentativa em nível nacional, dialogando com vários setores políticos, tanto da oposição quanto ligados a Getúlio Vargas.

José Maria dos Santos, em setembro, enviava para Pilla o texto da fórmula de conciliação, onde se nota uma mudança na estratégia dos articulistas, pois agora era transmitida “a iniciativa da criação da presidência do conselho para o governo”, ou seja, através de Vargas, e não mais por meio de uma iniciativa parlamentar, como estavam preconizando até então. Também dizia ao libertador que já poderia “contar com a aprovação de todos os chefes da *minoría parlamentar*, aqui”. Noticiava entendimentos com Armando Salles de Oliveira, buscando convencer o governador paulista a falar com Vargas a respeito da fórmula, que já tinha, segundo Santos, a opinião geral “francamente contaminada”. Salles, contudo, recusaria a iniciativa, dizendo não ter coragem para falar a respeito com o presidente. Desta forma, José Maria dos Santos continuava a procurar alguém que, “com a necessária autoridade moral, tome a iniciativa, pouco importando que isso se faça do lado do governo ou da oposição. Do lado do governo será mais calmo e correntio; do lado da oposição, um pouco mais agitado e certamente muito mais brilhante”.<sup>261</sup>

Já que Armando Salles não pôde ser esse nome de peso, o mediador da proposta acabou sendo o próprio Raul Pilla, aproveitando a presença de Vargas no Rio Grande do Sul. Essa conversa teria ocorrido em 26 de setembro, bem no meio da crise fluminense, propondo a Vargas um acordo de “conciliação”, que englobaria não apenas a FUG, mas todas as oposições. Esta, que seria conhecida como *Fórmula Pilla*, ou *Fórmula Santos-Pilla*, um extenso documento, que previa, dentre outras questões contidas nas cinco cláusulas, a criação da presidência do Conselho de Ministros. Como contrapartida, as oposições considerariam o Presidente da República acima das discussões políticas e parlamentares, evitariam criticar atos políticos, governamentais e administrativos posteriores a 1930, e repudiariam perturbações da ordem material, estendendo esses pontos também aos veículos de imprensa em que a oposição tivesse influência/controla, além de prometer acelerar o projeto da criação da presidência do Conselho de Ministros. Já em relação à *maioría parlamentar*, previa que ela abandonasse “toda controvérsia de pura oposição sobre os governos anteriores a 1930”, e o faria, também, com os veículos de imprensa com quem tivessem ligações. Ainda preconizava, como execução imediata, a revogação da Lei de Imprensa e da LSN, além de desmobilizar e extinguir todas as milícias ordinárias criadas depois de 1930, e reduzir os efetivos que tivessem sido aumentados depois daquele ano. Por fim, o acordo previa a demissão de todos

---

<sup>261</sup> ARP, 09.09.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1158; ARP, 23.09.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1160.

os ministros, sendo substituídos pelos escolhidos pelo presidente do Conselho de Ministros, e que a aceitação e a permanência dos ministros ficariam condicionadas à maioria dos votos da Câmara dos Deputados.<sup>262</sup>

Ou seja, o acordo proposto por Pilla, de cunho nitidamente parlamentarista, e que lembrava muitos pontos de seu projeto derrotado na Assembleia Legislativa estadual, imporia limites na concentração de poderes que o governo central tinha, submetendo o executivo ao parlamento. O presidente, que ficaria “acima” das “questões políticas”, perderia o poder de nomear seus ministros, e partilharia seu poder com uma espécie de *premiê*, tipificado na presidência do Conselho de Ministros. Junto com a revogação da Lei de Imprensa e da LSN, o acordo deixava claro seu objetivo, que era amarrar a autonomia do poder executivo federal, descentralizando suas resoluções. Nesse sentido, o pacto agora proposto a Vargas era bem mais severo do que os *onze pontos da FUG* propostos a Flores da Cunha, que pareciam mais limitar a máquina *florista* em períodos eleitorais do que “engessar” o poder do executivo, como a *Fórmula Santos-Pilla* propunha.

Por outro lado, é curiosa a postura de Flores da Cunha nesse processo: ele serviu como mediador de Pilla e Vargas. Chama também a atenção porque, se de um lado enfraquecia o poder do executivo federal, esta fórmula poderia fortalecer, politicamente, Getúlio Vargas, se saindo como o *promotor* da pacificação política nacional, e isolar Flores da Cunha, embora diminuísse os poderes do executivo federal. Ainda assim, seguindo no campo das *hipóteses*, o governador poderia estar jogando um contra o outro, deixando a FUG sem saída, com a única possibilidade de acordo (e de fisgar alguma parcela de poder) através do Rio Grande do Sul.

Entretanto, a mediação do governador não era bem-vista por Raul Pilla, que conhecia as desavenças com o presidente, ainda que elas fossem relativamente reservadas. Para José Maria dos Santos, o líder do PL mencionava que “o governador do Rio Grande excusou-se de fazer uma pressão mais forte. Compreensível é a razão da excusa, para quem conhece a verdadeira situação. Demais, como bom estrategista, quer guardar a retirada”, afirmando que, “se para a realização do plano necessitamos, antes de tudo, da boa-vontade do presidente, a intercessão do governador não é das mais aptas a propiciá-la no momento presente”. Mas, de qualquer forma, Flores da Cunha seguiu mediando, e telegrafou a Vargas, afirmando que Raul Pilla “deseja ir [a] essa capital [com o] fim [de] entender-se [com] líderes políticos sobre sua fórmula”, e questionava se Vargas estava disposto a examinar sua viabilidade.<sup>263</sup>

---

<sup>262</sup> AGV 26.09.1935, CPDOC, GV c 1935.09.26/1. Ver, na íntegra, o documento transcrito no anexo V.

<sup>263</sup> ARP, 25.10.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1168; AGV, 11.10.1935, CPDOC, GV c 1935.09.26/1.

Referindo-se a este telegrama em seu *Diário*, Vargas contou não ter tempo de examinar a proposta, e que nem as oposições eram favoráveis a *Fórmula Pilla*, pois mesmo políticos defensores do governo de concentração não a apoiavam. Finalizou falando do momento político, pois teria ficado sabendo que, caso Vargas rompesse com Flores da Cunha, João Neves da Fontoura ficaria ao seu lado, contra o governador.<sup>264</sup> Ou seja, vemos Vargas analisando a receptividade da *Fórmula Pilla*, sua baixa adesão entre a própria oposição, e não descartando uma aproximação com João Neves, contra Flores da Cunha, se o dissídio entre os dois fosse definitivo. Um ponto interessante a notar é que a oposição, em geral, e a gaúcha, em particular, cogitava ficar com Vargas, contra Flores, o que já tinha feito no *caso Góis Monteiro*, mostrando o desgaste de Flores da Cunha no cenário político nacional.

Já Vargas, eximindo-se de responsabilidades, criou uma junta composta de 26 pessoas para analisar o projeto de José Maria dos Santos e Raul Pilla. Pouco tempo depois, a mesma decidiu por sua reprovação, declarando não ser a Presidência do Conselho de Ministros e a reorganização do Ministério uma proposta legal, pois nos termos da constituição o poder executivo é “exercido pelo Presidente da República e passaria a ser exercido [sic] pelo presidente do Conselho de Ministros, a quem caberia a formação do novo ministério”, nos termos da fórmula. Ainda destacava que a Constituição Federal considerava todos os ministros auxiliares do Presidente da República, e que constituiria sua competência particular “nomear e demitir os ministros de Estado; a responsabilidade dos ministros, pelos atos que subscreverem ou praticarem, pode ser conjunta com a do Presidente da República, mas independe da ação de qualquer outro membro do ministério”. A única viabilidade, finalizava, era se ocorresse uma revisão constitucional, já que a carta de 1934 repelia o parlamentarismo preconizado nesta fórmula. Baseado nesses dados trazidos pela Junta, Getúlio Vargas respondeu a Raul Pilla, afirmando ser impossível “prosseguir no exame da fórmula proposta”.<sup>265</sup> O interessante a se notar é que, através desse “grupo de estudos”, Vargas conseguiu “terceirizar” a responsabilidade pela negativa ao acordo, eximindo-se desse encargo. Ou seja, a fórmula foi reprovada conforme desejava Vargas, mas aos olhos da FUG a recusa partia da junta, e não do presidente.

E essa atitude deu resultado, pois os *frenteunistas* seguiriam procurando Vargas. Por exemplo, mesmo que Pilla lamentasse que “o rígido e estreito critério adotado pela maioria haja tornado difícil, senão impossível, a única solução, a meu ver, capaz de debelar a grave crise política e social em que se debate o país”, ele manteria a porta aberta, afirmando ao

---

<sup>264</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 428.

<sup>265</sup> AGV, 29.10.1935, CPDOC, GV c 1935.09.26/1; AGV, 31.10.1935, CPDOC, GV c 1935.09.26/1.

presidente estar pronto a “considerar qualquer outra fórmula tendente ao mesmo efeito”. A FUG, por meio de Batista Lusardo e Lindolfo Collor, também pressionaria Antônio Carlos, presidente da junta que recusou o acordo. Declaravam ao político mineiro que a FUG e Flores da Cunha estavam inteiramente de acordo com a *Fórmula Pilla*, que não mandariam uma nova proposta, mas que estavam dispostos a ouvir sugestões partidas de Vargas, que deveriam ser transmitidas a João Neves da Fontoura. Negavam uma participação em uma “concentração ministerial”, e admitiam examinar “a defesa do Estado dentro da *Fórmula Pilla* ou de uma variante que lhe pula [*sic*] os contornos constitucionais”, de forma “que a iniciativa há tempos tomada pelo Dr. Raul Pilla em concordância com o General Flores da Cunha possa produzir os seus necessários resultados de pacificação dos espíritos”.<sup>266</sup>

### 3.1.7 O agravamento da relação hostil entre os governos federal e estadual, o papel da FUG e a influência da escala repressiva *pós-intentona comunista*

Enquanto os debates por um acordo entre FUG e Getúlio Vargas em nível nacional iam fracassando, a relação só piorava entre este e Flores da Cunha. Para Protásio Vargas, Getúlio desabafava, alegando que Flores da Cunha havia lhe dado diversos aborrecimentos, suportados pela “velha amizade” de ambos e pelos “seus grandes serviços”. Afirmou ele que o Rio Grande do Sul foi o estado mais favorecido entre todos da federação, e, mesmo assim, Flores da Cunha fazia “um trabalho tenaz de negativismo”. Vargas afirmou que o estado gaúcho chegava a ser devedor do governo federal tamanhos os benefícios concedidos, e não o contrário, isso sem contar os “atos de natureza pessoal – nomeações, promoções, remoções de funcionários federais, setor onde ninguém pediu mais, nem foi mais atendido do que o Flores: ele pede não só para o Rio Grande do Sul, como para o resto do país, desde Santa Catarina até o Acre”. Além disso, Vargas se indignava com a intromissão na política dos outros estados, como no Rio Grande do Norte, onde Flores da Cunha teria influenciado na Justiça Eleitoral para eleger um candidato de oposição direta e pessoal ao governo federal. No final, esbravejava: “estou chegando aos limites da paciência, e, a continuarem as coisas nesta marcha, não sei onde irão parar”.<sup>267</sup>

Essa animosidade trazia preocupações a figuras próximas a ambos, como Antunes Maciel, que procuraria maneiras de reconciliação, e João Carlos Machado. Até mesmo

<sup>266</sup> ARP, 17.11.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1176; ARP, 19.11.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1177.

<sup>267</sup> AGV, 08.10.1935, CPDOC, GV c 1935.10.08/2.

Oswaldo Aranha, da embaixada dos Estados Unidos, tentaria acalmar Vargas, afirmando que ele precisava do Rio Grande, e o estado indo contra seu governo significaria um “suicídio político”. Por isso, achava possível a reconciliação, sem atingir a autoridade do presidente. Se Vargas não estivesse disposto a fazer isso, Aranha se dispunha a agir como intermediador.<sup>268</sup>

No entanto, nesse período, pelo menos até o levante comunista, Vargas relatou uma série de insatisfações com Flores da Cunha, queixando-se de suas obstruções, como proibir João Carlos Machado de assumir a liderança da *maioria parlamentar*. Outro caso se deu através da intromissão de Flores da Cunha na nomeação do ministro do Tribunal de Contas, “tomando parte em assuntos para os quais não foi chamado”, segundo Vargas, que, ainda, teria mandado um telegrama ao governador gaúcho buscando uma conciliação para o caso fluminense. Em resposta, havia a negativa em fazê-lo<sup>269</sup>, com Flores da Cunha retirando o *apoio incondicional* da bancada liberal na Câmara, ausentando o partido do plenário e votando contra projetos do governo, sendo o mais comentado aquele que dizia respeito ao Estado de Sítio.

Vargas, mesmo que referisse não ser contra um apaziguamento, anotava que Flores se mantinha “irascível, e não posso ceder às suas imposições e exigências, pois o que ele pretende é tornar-me simples executor de sua vontade caprichosa e arrogante”. No meio disso, ele afirmava ver a oposição gaúcha mais propensa a apoiá-lo contra Flores da Cunha do que o contrário, enquanto no país os oposicionistas propendiam a se aliar com o *florismo*, contra o governo federal. No final de seu relato, dava sinais de seus planos futuros com a FUG, alegando que, “se pudesse separar a oposição gaúcha da dos outros estados, isso me facilitaria muito, mas é difícil”.<sup>270</sup>

Destas divergências elencadas, podemos deduzir de forma segura que o caso da nomeação de João Carlos Machado como líder do governo seria a mais expressiva delas. Vargas fazia muita questão de sua nomeação, enquanto Flores, sabedor disso, proibia o deputado de assumir a função, retaliando o presidente. Isso levou a algum mal-estar, não só com Vargas, mas também entre Machado e Flores. Flores da Cunha o teria alertado de que, distanciado do governo estadual, “não poderá [o] nosso partido concordar com que aceites liderança [da] maioria [na] Câmara na qual virtualmente já não se acha integrado”. Getúlio

---

<sup>268</sup> AGV, 11.12.1935, CPDOC, GV c 1935.12.11/2.

<sup>269</sup> Sobre o Rio de Janeiro, Vargas e Flores manteriam, de setembro até dezembro de 1935, intenso contato, segundo Elíbio Jr., op. cit., p. 146. O autor contabilizou 85 cartas e telegramas desse período tratando da questão fluminense.

<sup>270</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 424; 434; 441; 445; 446.

Vargas chegaria a telegrafar para Flores, pedindo permissão para a nomeação de João Carlos Machado, alegando que, assim, “ficaria o Rio Grande numa situação de maior relevo”.<sup>271</sup>

Com mais uma negativa do governador, lamentou, dizendo que não foi bem compreendido em seus propósitos, que eram, segundo ele, manter a harmonia para a sucessão presidencial, e ter na liderança da Câmara um nome da política rio-grandense que possuísse simpatia dos demais colegas da casa. Por fim, ainda esbravejava, afirmando que causara espanto ver “o partido dominante no estado a que pertence o Presidente da República afastar-se deste numa situação de constrangimento provocada pelo seu governador por causa da política de outro estado”, criticando a criação de um ambiente hostil, que Flores da Cunha poderia ter evitado. Também afirma que ele teria magoado “profundamente o João Carlos”, que ameaçou renunciar ao mandato, alegando que, não acompanhando Flores da Cunha “não acompanhará qualquer outro”.<sup>272</sup>

É bem notório, nesse caso, que Vargas repelia a intromissão partida de Flores da Cunha, enquanto o governador se negava a ter entendimentos conciliatórios. Por sua vez, estando ele ao lado da FUG no caso da *Fórmula Pilla*, começou a realizar uma aproximação mais consistente, tanto neste pacto quanto nas hostilidades ao governo central. As retaliações a Getúlio Vargas, por sinal, não ficaram concentradas apenas em diálogos particulares, tendo havido também ataques e insinuações públicas contra o governo federal.

Assim, já levantando o debate em torno da sucessão presidencial, Flores da Cunha alegou que não seria candidato, mas exigiu que o Rio Grande do Sul fosse ouvido para a sucessão de Vargas. No *Correio do Povo*, ameaçou:

Mantendo-se fiel ao princípio de que não deverá procurar o sucessor do presidente Getúlio Vargas no setor rio-grandense, o Rio Grande tudo fará para normalização da vida política do país e para afastar de certas cabeças o pensamento de se implantar outra ditadura, qualquer que seja sua coloração. Se tal ocorresse, acredito que o Rio Grande se ergueria como um só homem para protestar, de armas na mão, contra a terrível aventura. Eu, saiba-o a nação, lutaria até a última gota de sangue.<sup>273</sup>

<sup>271</sup> AGV, 18.11.1935, CPDOC, GV c 1935.11.13; AGV, 15.11.1935, CPDOC, GV c 1935.11.04.

<sup>272</sup> AGV, 19.11.1935, CPDOC, GV c 1935.11.13. Neste mesmo telegrama, Vargas lamentou diante de Flores da Cunha suas atitudes hostis, afirmando que o Rio Grande do Sul confiou ao governador a defesa de seus interesses, e não para servir de instrumento de intromissões perturbadoras na política interna e doméstica dos demais estados. “Já não tenho mais o direito de invocar junto a ti velhos sentimentos de amizade, porque verifico entristecido que para correspondê-los julgas mal empregadas as amarguras porventura sofridas e mesmo porque não desejo que continues a carregar o peso das minhas culpas”, finalizava, em claro tom de amargura com o antigo companheiro de PRR. Já Protásio Vargas, que, digno de ressaltar, era membro do PRL, assim como seu irmão, Benjamin, pediram a Flores da Cunha para que se adotasse a *Fórmula Castilhistas* no parlamento, de não dar apoio incondicional, mas também não estabelecer uma oposição sistemática ao governo federal, aconselhando o governador a não dar instruções à bancada do PRL. AGV, 29.11.1935, CPDOC, GV c 1935.11.13.

<sup>273</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MSCHJC, 10.10.1935.

É bem provável que esta ameaça estivesse concatenada com a *proposta de golpe*, ocorrida em agosto. Não dizendo abertamente que se direcionava a esse fim, deve-se levar em conta as implicações que uma denúncia pública daquela proporção teria no cenário político. Nesse sentido, conforme afirmou Michel Foucault, em *A ordem do discurso*, é sabido “que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, de qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Assim, aceitando que a produção do discurso é controlada, selecionada e organizada, tendo por premissa conjurar seus poderes e perigos, e sendo constituído de um episódio pelo qual são travadas disputas rondadas por manipulação, confisco e controle<sup>274</sup>, é possível explicar por que Flores da Cunha se esquivou ao realizar uma denúncia ainda mais incisiva, ficando na *insinuação*.

Mas, nesse sentido, o contexto político se agravaria em novembro de 1935, quando a *intentona comunista* irrompeu em Recife, Natal, Maranhão e Rio de Janeiro, desencadeada pela ANL de Luís Carlos Prestes. Se o levante comunista não conseguiu chegar nem perto de derrubar Vargas, como se propunha, ele serviu para alterar a ordem política brasileira. Dentro dessa mudança, ressaltamos a conjuntura no parlamento, em particular, e as relações entre a base governista e as oposições em nível nacional, que, alarmadas com o comunismo, enfrentariam um contexto difícil, onde a vida política brasileira registraria repressão, perda de garantias constitucionais, prisões e julgamentos sumários, centralização no poder executivo, censura na imprensa, entre outras medidas que enfraqueceriam a oposição ao *varguismo*, tanto de comunistas quanto também de políticos liberais, com apoio civil e militar.

Em síntese: o “*todo o poder para a ANL*”, proclamado por Luís Carlos Prestes e pelo Partido Comunista, se converteria, ironicamente, em “*todo o poder para o executivo federal*”. Segundo Aspásia Camargo, o país viveria deste momento em diante praticamente apenas sob estado de exceção, até o golpe de novembro de 1937, excetuando o breve período, entre julho e setembro de 1937.<sup>275</sup>

A ação armada da ANL fez com que a escalada acontecesse na contramão dos objetivos de FUG e PRL: o parlamento, que seria fortalecido na *Fórmula Pilla*, passou a ser submisso às vontades do executivo. Vicente Rao, a nova *cabeça premiada* almejada por Flores da Cunha, ganhou mais prestígio com os processos envolvendo a repressão ao comunismo. A *Fórmula Pilla*, em nível nacional, se enfraqueceu enquanto proposta de *transformação dentro da ordem*. Mas Flores da Cunha seguiu em oposição a Vargas, e

---

<sup>274</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 8-9.

<sup>275</sup> CAMARGO et al., op. cit., p. 58.

resistiria às intromissões partidas do governo central ao Rio Grande do Sul, assim como nem a FUG desistiu da proposta de composição ministerial. Todavia, se a conjuntura dificultou a proposta nacionalmente, ela facilitaria entendimentos em nível regional.

Quando Vargas pediu a execução do Estado de Sítio em todo o país, foi *neste momento* que Flores se opôs à sua aplicabilidade em todo o território nacional, mas não a sua execução, posicionamento idêntico ao da FUG e das *Oposições Coligadas*.<sup>276</sup> Concomitantemente, Flores da Cunha deu ordens a Antunes Maciel, dizendo que “não concorda [com o] sítio para aqui [Rio Grande do Sul], onde mantereí a ordem sem sítio. Se a representação votar estará divorciada da minha orientação”, ainda que dois deputados do PRL votassem a favor do projeto, Adalberto Corrêa e Renato Barbosa.<sup>277</sup>

Vale destacar que o *republicano liberal* Adalberto Corrêa seria um forte aliado de Vargas, defendendo sempre as orientações do governo federal naquilo que tange ao *combate ao extremismo*, como presidente da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, implantada em janeiro de 1936. Seu desempenho no parlamento, além de atuante, ficou marcado pela combatividade contra a oposição, beirando, em alguns momentos, a falta de decoro.<sup>278</sup> Seriam ele e João Carlos Machado os principais aliados de Vargas dentro da bancada gaúcha, embora notemos que o segundo era mais subordinado às ordens do governador, diferente do primeiro, que, em diversos momentos, divergiria das ordens de Flores da Cunha, para acompanhar as resoluções de Getúlio Vargas.

De qualquer forma, a oposição do governador gaúcho ao Estado de Sítio em todo o país se dava por não aceitar a intromissão militar de Vargas no Rio Grande do Sul, sendo esta a primeira resistência contra o centralismo do Governo Federal. Foi pensando nisso que Flores propagou, de forma pública e particular, que, no momento do levante comunista, chegou “a ter reunidos no estado para mais de 20.000 homens” para combater o comunismo no estado, afirmando que, “se alguém levantar a cabeça contra as instituições, estamos aparelhados para uma repressão tão violenta quanto a brutalidade dos métodos de agressão comunista”. Além disso, disse que seria “o primeiro a dar o exemplo de semelhante energia,

---

<sup>276</sup> BALZ, Christiano Celmer. *O Tribunal de Segurança Nacional: aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

<sup>277</sup> AGV, s.d., CPDOC, GV c 1935.11.13. Adalberto Corrêa, divergindo da orientação partidária, quase renuncia a seu mandato. Isso acaba sendo contornado por Flores, que avisa ao parlamentar não existir no partido o lema “crê ou morre”.

<sup>278</sup> MOURELLE, op. cit., p. 39; 125; 186.

se o extremismo se lembrar de armar os seus golpes contra o Rio Grande”.<sup>279</sup> Ou seja, Flores da Cunha agia para demonstrar ao governo federal, bem como aos círculos políticos e públicos, de que o Rio Grande do Sul estava seguro do dito *extremismo vermelho*.

Mas, mesmo que negasse a penetração do comunismo no estado, a ANL gaúcha, sob comando de Dyonélio Machado, observava a situação política regional, as negociações para o pacto regional e a relação do governador com a Brigada Militar. Os telegramas trazidos por Hégio Trindade mostram que a ANL, mesmo fechada, procurava desencadear uma revolta armada no Rio Grande do Sul, por meio dos militares, setor em que teria, segundo os próprios *aliancistas*, mais força de mobilização. Até a possibilidade de ingresso de dissidentes da FUG para a ANL, que surgiriam como consequência das tratativas de acordo regional, foi cogitada.<sup>280</sup> No entanto, os informes de Veloso e Dyonélio Machado parecem analisar a conjuntura gaúcha com muito mais otimismo do que efetivamente era sua força política e militar. Tanto que não ocorreram registros de grandes articulações no estado *pós-intentona*, ou seja, o *florismo* conseguiu manter o controle, não tendo o domínio do estado ameaçado.

No mesmo mês da intentona, em novembro, revelam-se dois posicionamentos entre os *frenteunistas*: enquanto alguns telegramas dão conta de que uma aproximação com o governo estadual era uma ideia descartada, mas indicando, até mesmo, um alinhamento com o Catete, caso o governador irrompesse contra Vargas, outros informes sinalizaram com simpatia a aplicação da *Fórmula Pilla*, no executivo estadual. Mas, de qualquer forma, Vargas acompanhava o desenrolar das tratativas iniciais, já que seria neste mês que as conversas sobre um acordo regional retornariam. Este reinício, certamente, estaria ligado com a recusa de Getúlio Vargas em levar adiante as propostas iniciais da FUG, e por não demonstrar interesse em realizar alguma espécie de *contraproposta* para as oposições.

### 3.1.8 O acordo regional encaminhado: sob os olhos do Palácio do Catete

Nesse sentido, é interessante destacar uma missiva que parte de Protásio Vargas, pertencente ao *quarteto informante* de Getúlio no Rio Grande do Sul – junto com Benjamin,

---

<sup>279</sup> AGV, s. d., CPDOC, GV c 1935.11.13; Jornal *A Noite apud* ELÍBIO JR., p. 148. Declarações no parlamento sobre o poderio militar disponibilizado por Flores da Cunha foram ditas por Alberto de Britto. Ver: TRINDADE, op. cit., 1980a, p. 346. Pronunciamentos em periódicos sobre o contingente militar gaúcho foram feitas pelo senador Simões Lopes. Ver: *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 06.12.1935.

<sup>280</sup> TRINDADE, op. cit., 1980, p. 238-247. Sobre a ANL no Rio Grande do Sul, cf.: KONRAD, Diorge Alcenio. 1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

Serafim e Viriato Vargas –, em que fazia alusões a um posicionamento simpático ao presidente partido de Raul Pilla, Firmino Paim e Maurício Cardoso, que desejavam, segundo ele, o fortalecimento do governo central. Noticiava ao presidente que Paim lembraria a *Fórmula Pilla*, ou outra que facilitasse a colaboração da oposição nos “destinos nacionais”, além de pleitear uma reforma ministerial. Desta forma, avaliava Protásio que “a oposição *frentista* ficaria com franquias capazes de te dar apoio, em qualquer emergência”.<sup>281</sup> É difícil avaliar até que ponto *ser favorável* a um acordo com Vargas implicava em *ser contrário* a entendimentos com Flores da Cunha. Isso porque, dos três, ao menos os dois primeiros (Pilla e Paim) estariam envolvidos nas conversas para um acordo regional, visando a englobar a política federal. Nesse ponto, portanto, que o telegrama de Protásio merece ser ressaltado.

Outro informe, partido de Benjamin Vargas (Bejo), também relatava ao presidente que havia no Rio Grande do Sul um movimento a seu favor, e previa uma data para o desmoronamento *florista*: 17 de novembro, dia das eleições municipais, pois acreditava que a oposição tomaria conta de 20 municípios. Por fim, se queixava a Vargas de que “as sanções aplicadas sobre as pessoas ligadas a nós, que de início se faziam subterraneamente, hoje já se faz a luz do sol”<sup>282</sup>, afirmando existirem perseguições aos aliados do governo federal. Também demonstrou torcer pelo crescimento da oposição no Rio Grande do Sul, para enfraquecer Flores da Cunha. Esta era uma postura perfeitamente compreensível, já que naquele momento a FUG estava muito mais disposta a um diálogo do que o governador do estado. E os Vargas, que estavam enfileirados no PRL, quando informavam acerca do crescimento da FUG, não o faziam lamentando. Pelo contrário, pareciam dar uma notícia positiva para Getúlio Vargas.

Não obstante, Getúlio era informado, novamente por Bejo, de que, caso ocorresse uma crise entre os governos estadual e federal, a oposição regional não acompanharia o primeiro, ficando ao lado do segundo. Isso conforme declaração de Maurício Cardoso e corroborado por Raul Pilla. O libertador teria dito que somente visitava o executivo estadual com o objetivo de reclamar “com um feixe de telegramas na mão. Se não praticasse essa política de paz, como um *modus vivendi* aconselhável no momento, a oposição não respiraria no estado”. Além disso, era notificado sobre planos para rompimento dentro do PRL, caso a cizânia com Flores fosse confirmada. Isso era articulado com Paim Filho, da oposição, que convocaria Protásio Vargas, deputado do PRL, com o objetivo de dividir o bloco parlamentar. Contudo, acabou falhando devido à renúncia deste da deputação. Finalizava afirmando que havia

---

<sup>281</sup> AGV, 29.11.1935, CPDOC, GV c 1935.11.13.

<sup>282</sup> AGV, 13.11.1935 [data provável], CPDOC, GV c 1935.11.13.

resistência na FUG somente na ala da bancada federal, que não era adepta de colaborações com Vargas.<sup>283</sup>

Pelo lado do PRL, é importante ressaltar que esse tipo de cisão estaria na gênese de sua fundação. Vale lembrar que esta agremiação partidária, quando formada em 1932, foi constituída para legitimar o *florismo* e o *varguismo* no estado. Mesmo que Flores da Cunha fosse o presidente do partido, o afastamento entre os dois poderia cindir o PRL entre aqueles que defendiam o apoio a Vargas, e os que estavam solidários ao governador. Por outro lado, esses avisos, ainda que carecessem de precisão, mostrariam que, enquanto a rivalidade entre Vargas e Flores se tornava irreversível, a estratégia do primeiro seria buscar aproximar-se com a oposição estadual, que, se não colocava muitos obstáculos, também não negava um acordo com o governo estadual. As correspondências a Vargas, nesse sentido, não alertavam o presidente dessa duplicidade realizada pelos *frenteunistas*. A FUG iniciaria, junto com o *florismo*, um novo processo de reaproximação regional, tendo como base, agora, a *Fórmula Pilla*.

Flores da Cunha, como intermediador da *Fórmula* em nível federal, nunca esteve distante das negociações, observando os encaminhamentos durante todo o processo. Mesmo que o desejo fosse, na verdade, realizar a *pacificação nacional*, alguns elementos ligados a FUG, como o próprio Pilla e José Maria dos Santos, já admitiam que um acordo realizado no Rio Grande do Sul poderia viabilizar entendimentos com essa finalidade no futuro. Desde setembro, ou seja, de forma paralela à primeira proposta ao governo central, o PRL já estudava adotar a *Fórmula Pilla* no estado. Em outubro, “a Comissão Central do PRL avaliou a proposta da FUG quanto à condução de uma reorganização da administração estadual”, delegando plenos poderes para o presidente do partido, Flores da Cunha, aceitar a realização da fórmula. Mas destacava o documento que a criação de um cargo que fiscalizasse as ações do governo era inconstitucional. Propunha como alternativa que, dentre os secretários de estado, um fosse designado para presidir as reuniões dos secretários, afastando a ideia de um governo de base parlamentar.<sup>284</sup>

De qualquer forma, parece que somente nos últimos meses do ano o assunto vai ter os seus pontos de inflexão na política regional. Em dezembro, a Frente Única Gaúcha, por intermédio de Raul Pilla, comunicou a Vargas o início dos entendimentos com o governador. Além de mencionar que as tratativas haviam sido reiniciadas em nível federal “quando, há poucos dias, esteve na capital da República o sr. Maurício Cardoso”, dizia que estavam

---

<sup>283</sup> AGV. 12.1935, CPDOC, GV c 1935.11.13.

<sup>284</sup> ELÍBIO JR., p. 156-157.

estudando um acordo em nível regional por meio da *Fórmula Pilla*. Dizia também que, “se a proposta do Governador do Estado vier a ser aceita pela oposição rio-grandense na próxima reunião de seu órgão diretor, mais do que tudo terá influído nesse ato o pensamento de abrir fácil caminho à adoção da fórmula José Maria dos Santos na esfera nacional”, o que acreditavam ser algo “de grande alcance na hora sombria que estamos atravessando”.<sup>285</sup>

Portanto, parece que, além de alguma conversa ter sido retomada através de Maurício Cardoso, sobre a qual não encontramos maiores detalhes, a Frente Única indicava para Vargas que acordos em nível regional não deveriam ter alcance *estritamente* local, visando à pacificação dos dissídios políticos em nível federal. É possível que essa “missão” de Maurício Cardoso envolvesse a tentativa de uma pacificação simultânea, no Rio Grande do Sul e no governo federal, mas, “a adoção de fórmula aqui [nacionalmente] afigura-se-nos vantajosa ao ulterior desenvolvimento da ação política no Estado”, ou seja, Walder Sarmanho, falando pelo governo federal, desejava aguardar como seria o *teste* no Rio Grande do Sul, para depois ver a viabilidade para o plano federal, o que, na prática, nunca ocorreu. Outro que “blindava” Getúlio Vargas era Bejo, dizendo que o assunto na esfera federal “é mais complexo e não depende apenas [da] vontade [do] Chefe”.<sup>286</sup> Desta forma, o presidente ia se protegendo e esquivando de todas as iniciativas que visavam a englobar seu governo nesse acordo.

O presidente certamente não ficara surpreso com a notícia de apaziguamento em nível regional. Afinal, em 11 de dezembro, Benjamin lhe avisou que Lindolfo Collor estava trabalhando para ser adotada a fórmula no estado. Na medida em que avançavam as conversas para um acordo, ele já sabia que esse não seria consensual, tendo ciência de que parte da FUG era a favor, mas outros insistiam na renúncia de Flores da Cunha, como base para avançar. Também dentro do PRL, seis deputados se opuseram à aliança, chegando, segundo Benjamin, a fazer Flores da Cunha consultar o coronel Argemiro Dornelles sobre a possibilidade de implantar uma ditadura militar sob chefia de Pantaleão Pessoa.<sup>287</sup> É difícil dizer se essa informação sobre uma conspiração militar seja verídica. Mas aquilo que queremos mostrar é

---

<sup>285</sup> AGV, 16.12.1935, CPDOC, GV c 1935.12.15. Na íntegra, o documento diz: “o estudo da fórmula do sr. José Maria dos Santos, por um momento abandonado após a manifestação dos líderes da maioria que V. Excia. teve a gentileza de comunicar-me, foi retomado quando, há poucos dias, estive na capital da República o sr. Maurício Cardoso. Cumpre-me agora participar a V. Excia. que o Governador do Rio Grande, general Flores da Cunha, acaba de propor a imediata e integral adoção da fórmula neste Estado e que a direção da Frente-Única animada como se acha dos mais elevados propósitos, está estudando o assunto com o merecido cuidado. Entretanto, posso antecipar a V. Excia. que, se a proposta do Governador do Estado vier a ser aceita pela oposição rio-grandense na próxima reunião de seu órgão diretor, mais do que tudo terá influído nesse ato o pensamento de abrir fácil caminho à adoção da fórmula José Maria dos Santos na esfera nacional, coisa que reputamos de grande alcance na hora sombria que estamos atravessando”.

<sup>286</sup> AGV, 27.12.1935, CPDOC, GV c 1935.12.27; AGV, 21.12.1935, CPDOC, GV c 1935.12.15.

<sup>287</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 453.

que, indiscutivelmente, o pacto estava longe de ser consensual, desde o início, no próprio PRL e na FUG.

Essa divisão *frenteunista*, ao que tudo indica, se baseava em uma frente federal, favorável ao acordo com o governador, pois queria a derrubada de Getúlio “a qualquer custo”, e uma frente regional contrária, devido aos desmandos *floristas*, embora não possa ser vista essa separação de uma forma nem estanque, ou *irremovível*, já que alguns posicionamentos mudaram. Por exemplo, João Neves da Fontoura, que chegou a ameaçar renunciar a seu mandato de deputado federal caso algum acordo com o governador do estado fosse concretizado, já pregava a necessidade da união dos rio-grandenses, e elogiava a iniciativa de Flores da Cunha. Mas ainda havia o receio por parte de alguns de que Flores “dominando o Brasil, seria mal muito maior que tudo que aí está”. No entanto, a FUG não queria ficar parada, esperando a *procura divina* partida de Vargas, e, para qualquer acordo com Flores, ela queria uma parcela de poder. Alguns *frenteunistas*, como Collor, punham como condição para cooperação o controle de duas secretarias de “importância política”. Para outros, isso mostrava que os *antivarguistas*, para derrubar Getúlio Vargas, iriam “até com o demônio”, segundo um telegrama recebido por Raul Pilla, sendo esse acordo defendido apenas por aqueles que tinham isso como meta<sup>288</sup>, o que não nos parece verdade. Afinal, está claro que esse pacto visava a viabilizar um acordo com Vargas, e não derruba-lo.

Por fim, Vargas recebeu a notificação *oficial* da Comissão Central do PRL sobre os entendimentos, que estavam muito próximos, e que a comissão do partido comunicava não ser contra ninguém, buscando prestigiar o governo do estado e da União. Vargas, logo em seguida, responderia que era simpático às tratativas.<sup>289</sup>

Mantinhavam-se formais, receptivos e resguardados nas comunicações. Ainda assim, Vargas não acreditava na *sinceridade* de PRL e FUG, e conservava sua troca de telegramas com os *informantes*: Benjamin o avisou de que procurou cumprir à risca as instruções passadas por ele, ainda que não fornecesse mais detalhes sobre essas “instruções”, possivelmente tratando de algum boicote ao acordo dentro do PRL. Avisava que estes acordos visavam, somente, a hostilizar o governo federal, e citava ser vigiado por investigadores ligados a Flores da Cunha. No final do ano, avisava a Vargas que os acordos estavam fracassando, por uma emenda aprovada na Assembleia que delegava ao governador a nomeação de chefes, subchefes e delegados de polícia, e que, como já vimos, era uma exigência da FUG em conversações anteriores, que voltaria à pauta *frenteunista*, novamente.

---

<sup>288</sup> ARP, 30.11.1935, NUPERGS, doc. n° 002/1181.

<sup>289</sup> AGV, 22.12.1935, CPDOC, GV c 1935.12.15; AGV, 23.12.1935, CPDOC, GV c 1935.12.15.

Flores, segundo Benjamin, andava espalhando que a “*oposição quer tudo*”, e, por isso, estava recuando, além de perseguir os deputados liberais que eram contrários ao acordo, com ameaças de expulsão do partido. No final, relatava que Flores da Cunha era contra a implantação de uma lei para o governo de gabinete, querendo seu estabelecimento por meio de um acordo verbal, isto é, de modo *informal*, o que não era aceitável pela FUG, por esta não confiar nele.<sup>290</sup>

Ou seja, tanto Vargas quanto Flores estavam atentos, e manobrando, na medida em que todas essas divergências estavam sendo *costuradas* pela FUG e pelo PRL, a primeira sob coordenação de Raul Pilla, que buscava convencer seus aliados a aderir ao projeto de unificação, e o segundo sob Flores da Cunha, que estava tentando ser contemporizados diante das divergências presentes em seu partido, especialmente aqueles que não viam com bons olhos possíveis acordos que pudessem hostilizar o governo federal. É desta forma que termina o *longo ano de 1935* na política regional e nacional. E inicia 1936, com a concretização do *modus vivendi*, que seria mais breve do que o tempo levado até chegar a um entendimento que desembocou em sua assinatura.

### 3.2 O ACORDO DE 17 DE JANEIRO: A NOVA PEÇA NO JOGO

Em 17 de janeiro de 1936, com uma repercussão nacional, os líderes de PRR, PL e PRL finalmente costuraram as últimas divergências, e assinaram o pacto denominado de *modus vivendi*. Mas consideramos importante destacar algumas questões, antes de analisar o acordo. Uma delas é que nas eleições municipais ocorridas em 17 de novembro de 1935 o PRL elegeu 60 prefeitos, e a FUG 20, destes, a maioria do PL, mantendo a média de 25% do eleitorado a seu favor, o que representou uma estagnação das duas agremiações, se comparado com o pleito anterior. Essa eleição também foi marcada por violência e fraudes, sobretudo nos locais em que a FUG tinha chances de vitória, e onde se formou o *Partido Popular*, frentes próprias compostas por dissidências locais. A alegação de “fraude”, em alguns locais, se deu, na maior parte das vezes, pelo fato de os prefeitos não se terem desincompatibilizado dentro do prazo previsto.<sup>291</sup>

---

<sup>290</sup> AGV, 22.12.1935, CPDOC, GV c 35.12.22; AGV, 27.12.1935, CPDOC, GV c 1935.12.27.

<sup>291</sup> CORTÉS, op. cit., p. 115; TRINDADE; NOLL, op. cit., 1991.

Esse pleito significou a superação daquilo que Benjamin Vargas imaginava necessário para o *florismo* desmoronar. Mas com a vitória assegurada em 60 municípios só mostrou que sua análise estava bastante equivocada. Contudo, fazendo outra leitura desses dados, podemos afirmar que o crescimento da FUG, ocorrido em 1934, é ratificado em 1935. Essas eleições foram mais pacíficas que as demais, ocorrendo problemas em poucos municípios, mas que influenciariam diretamente a relação entre a FUG com o PRL.

Na medida em que o acordo rio-grandense ganhou fôlego, os *frenteunistas* deixavam os outros projetos de lado, como o partido único e a composição de uma agremiação nacional das oposições, para compor com o *florismo*. Depois da assinatura do *modus vivendi*, voltariam a reacender essas pautas, ainda que não com a mesma força, assim como manteriam diálogos com Vargas, o qual procuraria não deixar o Rio Grande do Sul politicamente coeso contra o governo federal. Já Flores da Cunha buscava, gradualmente, manifestar sua oposição ao *varguismo*, tanto por meio da política quanto do seu aparato militar. Contudo, antes da assinatura do acordo, dois pontos estavam em pauta: qual fórmula adotar, e a constitucionalidade de um projeto de gabinete.

Apesar da *Fórmula Pilla*, desde dezembro Firmino Paim Filho tinha levantado uma proposta alternativa, que seria estudada com mais cuidado em janeiro. A *Fórmula Paim* consistia em um modelo inspirado no regime político uruguaio de “*lemas*”, que seriam partidos nacionais, e “*sublemas*”, subordinados aos partidos e representantes dos interesses regionais. Era inspirado no instituído por Battle y Ordoñez, que realizou naquele país essa reorganização constitucional, formando o sistema de colegiado de governo. Por sua vez, o modelo uruguaio possuía influência no sistema político suíço, estabelecendo o Conselho Administrativo para as pastas “burocráticas”, e deixando o presidente com os ministérios de segurança nacional<sup>292</sup>. Ou seja, não significava a perda de poder por parte do executivo, mas sim a retirada do controle pelo presidente.

Como a *Fórmula Pilla*, a *Fórmula Paim* era um projeto mirando a pacificação política nacional, propondo, prioritariamente, uma reforma no sistema político brasileiro, e retirando poderes do Presidente da República. Oriunda do PRR, um partido presidencialista, não possuía o caráter parlamentarista preconizado por Pilla. No entanto, dava mais distanciamento

---

<sup>292</sup> Paim Filho deu um exemplo que ilustra bem aquilo que seriam “*lemas*” e “*sublemas*”. Segundo ele, “*lemas*” seriam como o Partido Liberal e o Partido Conservador da monarquia, assim como o bipartidarismo do Uruguai. Dentro desses “*lemas*”, estariam os “*sublemas*”, que seriam a FUG e o PRL, o primeiro dentro do “*lema*” Partido Conservador, e o segundo dentro do “*lema*” Partido Liberal. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 29.12.1935. Sobre o *batllismo* no Uruguai, ver: SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do ‘batllismo’ no Uruguai (1903-1958)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

e autonomia a determinados ministérios, diminuindo, neles, a ingerência do Presidente da República. Além disso, propunha uma reorganização partidária no sistema político, mantendo as correntes regionais, mas subordinando-as a uma organização maior, de abrangência nacional. Outra semelhança é que esta fórmula, mesmo visando à sua aplicabilidade em nível federal, seria adaptada para ser implantada no Rio Grande do Sul pelos republicanos, ainda que tivesse menos repercussão do que a de Pilla.

Ambas tinham inspirações em outros países. A *Fórmula Pilla* buscava um sistema misto, entre o presidencialismo norte-americano e o parlamentarismo inglês, com inspiração, também, nos regimes políticos de Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Índia, por serem sistemas parlamentares ajustados à república federativa.<sup>293</sup> Já a *Fórmula Paim* era inspirada na política uruguaia, que, por sua vez, estava influenciada pelo sistema suíço, mostrando nas duas fórmulas a influência de uma rede transnacional nas tratativas.

A ida de Paim para o exílio, após 1932, a conhecida influência uruguaia na política rio-grandense e a defesa do parlamentarismo e do presidencialismo misto no PL, desde sua fundação, em 1928, foram fundamentais para a formação desses projetos de caráter transnacional, definido este conceito, aqui, como um tipo de relação que envolve interações e trocas que cruzam fronteiras, incluindo práticas econômicas, culturais e políticas<sup>294</sup>, para aplicar no sistema político brasileiro, e, especificamente, do Rio Grande do Sul.

Paim elaborou seu projeto de lei em 12 artigos. Dentre eles, previa a criação do Conselho de Secretários de Estado, que se reuniria uma ou mais vezes por semana, sob a presidência do governador. Esse conselho teria um presidente próprio, escolhido pelo governador, entre os secretários. O executivo estadual guardaria, pelo menos, duas vagas para o partido ou a coligação que sucedesse numericamente a maioria na Assembleia Legislativa. Esses secretários ocupantes de seu posto se manteriam enquanto houvesse o apoio dos seus respectivos partidos ao pacto. Mas, caso o partido não quisesse manter o acordo, o governador poderia preencher livremente as cadeiras vacantes. Quando reunidos, os secretários deveriam elaborar um programa de administração a ser lido perante a Assembleia Legislativa. Se imputaria aos secretários a responsabilidade pessoal pelos atos que subscrevessem, mesmo que em conjunto com o governador, e das decisões tomadas em conselho, exceto quando

---

<sup>293</sup> Essa justificativa é usada por José Maria dos Santos, em telegrama a Collor, citando esses países como um exemplo para a adoção da fórmula parlamentarista. Essa missiva trazia sugestões a Lindolfo Collor para aplicação do pacto no Rio Grande do Sul. ARP, 02.01.1936, NUPERGS, doc. n° 002/ 1200.

<sup>294</sup> De acordo com Angela Martínez, “transnationalism is usually defined as a new type of social relation that involves dual interactions and exchanges that cross borders, and in these broad terms, it includes many different economic, political, and social practices”. MARTÍNEZ, Angélica Duran. Crossing borders: political transnationalism among Dominican new yorker. *Ciencia política*. Bogotá [Colômbia], v. 1, n° 9, jan-jun/2010.

votassem contra. Ao governador, nas reuniões, seria dado o direito de voto, com a observância de ser o desempatador de impasses. Se ele entrasse em divergências com um secretário, e não tivesse solução através do Conselho de Secretários, o discordante deveria renunciar, preservando o artigo que trata da proporcionalidade do conselho. Por fim, destacava que a reunião dos secretários deveria ter a convocação de todos, não sendo a presença obrigatória, mediante justificativa.<sup>295</sup>

Paim não era contrário à *Fórmula Pilla*. Mas quando se levantou a possibilidade de inconstitucionalidade dessa fórmula, sua ideia surgiu como *plano B*, tendo o apoio inicial de Collor, Lusardo, João Neves e Borges de Medeiros.<sup>296</sup> A hipótese da inconstitucionalidade foi levantada por Flores da Cunha, como podemos perceber em missiva enviada por Pilla ao governador do estado, comentando a aprovação de uma lei que instituíria o governo de gabinete e a elaboração de um programa administrativo que fosse

solidariamente responsável perante o poder Legislativo. Com efeito, entende V. Excia. que seria inconstitucional, em face do estatuto federal, a lei que estabelece entre nós um tal governo e que igualmente inconstitucional seria análogo dispositivo que, mediante emenda, se inserisse no estatuto estadual. A Frente Única não compartilha semelhante opinião. Para ela é fora de toda dúvida que a inovação proposta não iria ferir, sequer levemente, nenhum dos princípios enumerados no artigo 7º da constituição federal, que os estados são obrigados a respeitar, ao decretarem a constituição e as leis por que se devem reger. Seja, porém, como for, tenhamos razão nós, ou tenha razão V. Excia, certo é que arguida inconstitucionalidade impossibilitaria a tradução legal da fórmula e outra coisa não nos restaria, em semelhante conjuntura, senão lamentar que, chegados a este ponto, as negociações para a pacificação política do Rio Grande tenham encontrado dificuldade de tal monta.<sup>297</sup>

A preocupação sobre a constitucionalidade do projeto era real dentro do PRL. Acerca disso, é ilustrativa, também, a procura de João Carlos Machado a Raul Bittencourt, deputado federal e advogado, questionando sobre a legalidade da *Fórmula Pilla*. A resposta, contemporizando os ânimos dos partidários do acordo, dizia que não havia incompatibilidades com as cartas estadual e federal, sendo viável, desse ponto de vista, a aplicação da lei do secretariado. Contudo, esse assunto não esteve somente debatido nos círculos políticos, sendo algo que levantou discussões em círculos mais amplos. A possível “inconstitucionalidade” foi debatida pelo *Correio do Povo* e por jornais do Rio de Janeiro, levantando-se a ideia de reformar a constituição estadual, já que a *Fórmula Pilla* “feriria” o regime presidencialista,

<sup>295</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 14.01.1936.

<sup>296</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 09, 11 e 12.01.1936.

<sup>297</sup> ARP, 04.01.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1202.

com a instituição de um Primeiro-Ministro, concebido no presidente do secretariado.<sup>298</sup> No entanto, Luciano Aronne de Abreu diz não conhecer “nenhuma contestação judicial aos termos da pacificação do Rio Grande”.<sup>299</sup>

Excetuando esses casos, caracterizados por debates e consultas “informais”, também não encontramos objeções jurídicas, fato que nos surpreende, pois, como vimos, a primeira tentativa de pacificação em nível federal esbarrou justamente nessa alegação. Por fim, podemos aferir que a pauta gerou um vasto debate na sociedade civil, e trouxe preocupações para a classe política que buscava viabilizar a fórmula. Todavia, a intransigência libertadora por sua substituição fez com que a ideia de Paim fosse preterida, e a pauta da inconstitucionalidade deixada de lado. Importante destacar que, no debate sobre qual fórmula a adotar, o PRL só colocou alguma objeção à lei do secretariado na *Fórmula Pilla*, afirmando estar em desacordo com a constituição, mas não chegou a participar dos debates da *Fórmula Paim*, que se restringiu a conversas internas entre os *frenteunistas*, não sendo constituída uma proposta aos *republicanos liberais*.

### 3.2.1 O *modus vivendi*: uma análise sobre a assinatura do pacto, o funcionamento durante os primeiros meses entre as correntes políticas do Rio Grande do Sul e o impacto no cenário nacional

Quando o acordo foi assinado, “durante a emocionante cerimônia pública no Legislativo rio-grandense, Flores e Borges, depois de um período de mais de três anos de relações pessoais rompidas, abraçaram-se em prantos”.<sup>300</sup> FUG e PRL, na solenidade ocorrida na Assembleia Legislativa, assinam um pacto denominado de *modus vivendi*, em 17 de janeiro. O acordo previa, em primeiro tópico, que os partidos teriam “completa autonomia e liberdade de ação política em tudo que não contrarie o disposto” no documento. Inicialmente, a deliberação já indicava que não havia acordos de ordem política, mantendo tanto FUG quanto PRL sua independência. O segundo tópico tratava de um projeto de lei que seria enviado para a Assembleia Legislativa. Este, com oito artigos, que preconizavam, dentre outras assertivas, que os secretários ocupariam a posição de auxiliares diretos do governador, se reuniriam uma vez ou mais por semana, e lavrariam uma ata das reuniões. Assentava, no

<sup>298</sup> ABREU, L. A., op. cit.; ELÍBIO JR., op. cit.

<sup>299</sup> ABREU, L. A., op. cit., p. 118-119.

<sup>300</sup> CORTÉS, op. cit., p. 116-117.

secretariado, a implantação de um presidente, que auxiliaria Flores da Cunha na sua organização, e coordenaria a atividade administrativa das secretarias, fiscalizando a execução do orçamento. Dava ao Legislativo estadual o direito de convocar qualquer secretário para prestar aos deputados informações sobre questões previamente determinadas, sendo a ausência sem justificativa considerada crime de responsabilidade. Por fim, o secretariado, depois de constituído, apresentaria seu programa de governo.<sup>301</sup>

Já os partidos envolvidos concordavam em assinar um acordo com onze cláusulas, que estabelecia a luta em conjunto pela estabilidade das instituições, tendo em vista o levante comunista de novembro, na capital e no norte do país. Assegurava também a readmissão dos funcionários afastados ou transferidos por motivos políticos, contando o tempo de afastamento como antiguidade. Para isso, seria constituída uma comissão, formada por dois representantes *frenteunistas* e dois *republicanos liberais*, sob a presidência de um desempatedor. A polícia seria reformada, criando o policiamento de carreira, com a vedação de critérios partidários para ocupar o cargo. O chefe de polícia seria escolhido entre o governador e o presidente do secretariado.<sup>302</sup>

Já as autoridades policiais nos municípios em que a FUG havia vencido seriam nomeadas pelo prefeito. Na cláusula quarta, havia a previsão de apurar responsabilidades de funcionários que exercessem pressões partidárias sobre quaisquer cidadãos, por uma junta composta por membros da FUG e do PRL. Além disso, se efetuaria, com policiais considerados isentos, inquéritos com referência a fatos criminosos de natureza política cometidos no último pleito municipal; seriam criados concursos para promoção e admissão de funcionários, e haveria a garantia de direitos de imprensa, reunião, associação e propaganda. Destacando-se aqui que as únicas propostas sem caráter partidário previam suprimir os entraves fiscais que impedissem a circulação de riquezas, e privilégios à livre concorrência, a desenvolver as vias de comunicação, e a preservar o equilíbrio orçamentário. Por fim, o acordo finalizava condicionando o presidente do secretariado a contatar a FUG para designar o nome de seus representantes para fazer parte do governo, sendo estes mantidos apenas enquanto os partidos os confiassem nos cargos.<sup>303</sup>

---

<sup>301</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 18.01.1936.

<sup>302</sup> Idem. O documento, na íntegra, pode ser visto no anexo IV.

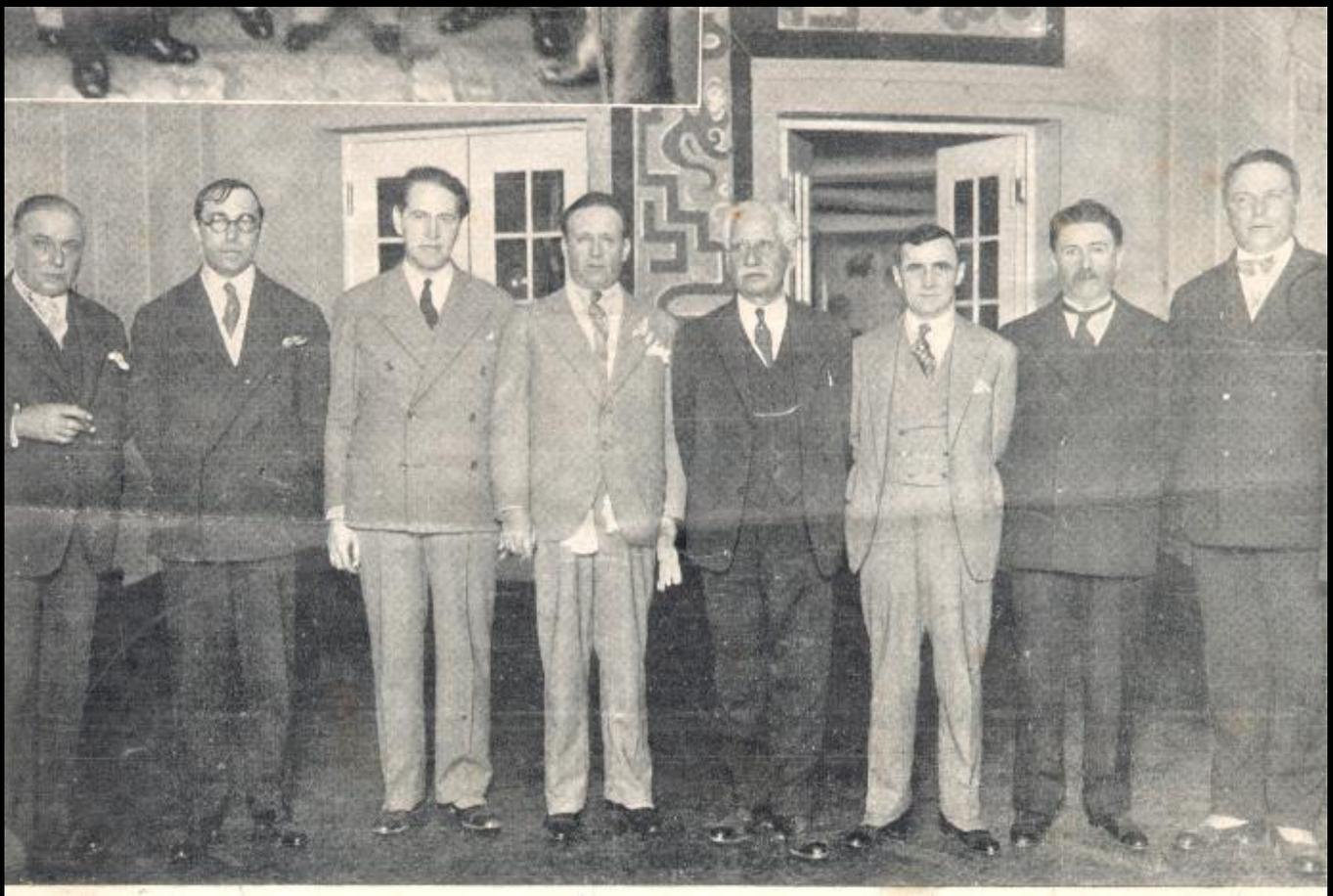
<sup>303</sup> Idem. A Lei do Secretariado, nº 566, seria promulgada em 1º de fevereiro de 1936. O presidente do secretariado, que, conforme o artigo 3º, seria nomeado pelo governador, recaiu em Darcy Azambuja, que acumularia essa função junto à de Secretário do Interior. Sua escolha foi promulgada com a lei nº 6159, da mesma data que a lei anterior. *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 02.02.1936.



Clima amistoso entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas. 1934. NUPERGS



Raul Pilla, votando nas eleições de 1935. NUPERGS



Líderes revolucionários de 1930. Oswaldo Aranha (3º), Flores da Cunha (4º), Assis Brasil (5º), João Neves da Fontoura (6º). 1930. NUPERGS



Lindolfo Collor na fundação do Partido Republicano Castilista. 1937. NUPERGS



Montagem fotográfica. João Neves da Fontoura (1º), Oswaldo Aranha (2º) e Getúlio Vargas (3º).1930 (data provável). CPDOC



Cartão com os principais nomes da Revolução de 1930. Sem data. CPDOC



Campanha da FUG em 1934. E/D, entre os presentes, Barros Cassal, (2º sentado), João Neves da Fontoura (3º sentado), Armando Fay de Azevedo (2º em pé) e Alberto Pasqualini (3º em pé). CPDOC



João Carlos Machado. Primeiro Congresso do PRL. 1932. NUPERGS



Maurício Cardoso. Sem data. NUPERGS



Flores da Cunha. 1935. NUPERGS



Flores da Cunha. Charge. 1932. NUPERGS



Darcy Azambuja. Sem data. NUPERGS



Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul. 1934. NUPERGS



Parro  
vido  
Bras  
sr. A  
ra e  
comi  
En  
ciai  
em f  
do a  
tafe  
les  
srs.  
Cal  
Cam  
nior  
riqu  
ça.  
roç  
les  
dro  
tos.  
te.  
lor.  
C  
till  
çõe  
pa  
Na  
de  
Cl  
E  
d  
tr  
e  
r

Armando Salles de Oliveira em Porto Alegre, representando a UDB. 1937. Correio do Povo/MCSHJC



Cordeiro de Farias, Getúlio Vargas e Loureiro da Silva, já no Estado Novo. Sem data. CPDOC



Darcy Azambuja (1º), Lindolfo Collor (2º), Borges de Medeiros, (3º) e Flores da Cunha (4º), no momento da assinatura do *modus vivendi*. 1936.  
Correio do Povo/MCSHJC



Posse de Flores da Cunha como governador constitucional do Rio Grande do Sul. Ao fundo, João Carlos Machado. 1935. CPDOC



Antunes Maciel Júnior, votando. 1933. CPDOC

# CORREIO DO POVO

FUNDADO EM 1890 - CALHADA FUNILHAR  
PORTO ALEGRE, TERRA DE FORTISSIMO DE 1937

## Os dramaticos acontecimentos que se desenvolveram no Estado tiveram o seu desfecho com a renuncia do governador

O SR. FLORES DA CUNHA LANÇA UM MANIFESTO EXPONDO AS RAZOES DO SEU ACTO - A INTERVENÇÃO DO ARCEBISPO D. JOAO BECKER - SOLICITA O DEMISSÃO VARIOS DOS AUXILIARES DO GOVERNO - O EX-GOVERNADOR DEIXOU O ESTADO RUMO A MONTEVIDEO - AS DEMARCHEs EM TORNO DE UMA CANDIDATURA DE CONCILIAÇÃO AO GOVERNO DO ESTADO

**Refiriu-se para o Uruguay o sr. Flores da Cunha**

Logo após deixar a avião no qual viajara ao Uruguai, o ex-governador do Estado atravessou a fronteira, dirigindo-se a Rivera, onde se manteve inactivo - A partida para Montevideo

**A escolha do sucessor do sr. Flores da Cunha**

Realizaram-se, hontem, as "demarchas" para a escolha do candidato do Partido Liberal e das opposições católicas - Uma reunião em palácio - Os nomes propostos - Processos em andamento

EM VIA DE SEU FORNECEDOR

### QUEROZENE IPIRANGA

CENTRALIZADO E SEM FUMACA

E O MELHOR E É FABRICADO NO RIO GRANDE DO SUL

**O manifesto do sr. Flores da Cunha**

O ex-governador do Estado expõe os motivos que o levaram a renunciar

**CONVITE**

Rev. AMÉRICO V. CARVAL

A renúncia de Flores da Cunha: Correio do Povo. 1937. MCSHJC

# A FEDERAÇÃO

ORGAO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERAL  
IMPRESSO NAS OFFICINAS DA IMPRENSA OFFICIAL

Porto Alegre, segunda-feira, 18 de Outubro de 1937

ANO LIV

## AO RIO GRANDE DO SUL

**O combate ao comunismo**

**As deliberações tomadas pela Comissão Executiva a 10 de Outubro de 1937**

Em sessão realizada no dia 10 de Outubro, a Comissão Executiva do Partido Republicano Liberal, reunida no Palácio do Governo, deliberou sobre o combate ao comunismo no Rio Grande do Sul. Foi decidido que se proceda a uma campanha de esclarecimento da população, através de reuniões públicas e distribuição de folhetos. Também se decidiu a criação de uma comissão de estudos para analisar a situação e propor medidas eficazes.

**Minas ao tado da U. D. B.**

**NOVAS E IMPORTANTES ADIÇÕES A CANDIDATURA NACIONAL**

Os nomes de vários candidatos foram adicionados à lista para as eleições nacionais em Minas Gerais. Entre eles estão nomes de destaque na vida política do Estado, o que demonstra o apoio popular ao Partido Republicano Liberal.



**O momento politico no Estado**

As discussões no Parlamento continuam a ser acaloradas, com os deputados debatendo a situação política do país e as medidas necessárias para garantir a estabilidade e o desenvolvimento nacional.

A renúncia de Flores da Cunha: A Federação. 1937. HDBN



Firmino Paim Filho. Sem data. Site Raul Moreau



Posse de Góis Monteiro no ministério da guerra. Na sua direita, Antunes Maciel Júnior. 1934. CPDOC



Da esquerda para a direita, Flores da Cunha, ao fundo, Cordeiro de Farias e, de farda branca, Daltro Filho, uma semana antes de o primeiro renunciar e ser substituído pelo terceiro. 1937. CPDOC



Retorno dos políticos gaúchos do exílio. E/D, na frente, João Neves (2º) e Lusardo (3º), CPDOC



E/D, Benjamin Vargas (1º) Getúlio Vargas (3º), Viriato Vargas (4º), Protásio Vargas (5). Entre 1930 e 1932. CPDOC



Reunião da FUG. E/D, Lindolfo Collor (7º), João Neves (9º) e Batista Lusardo (10º). Sentados, Borges de Medeiros (3º), Raul Pilla (4º) e Maurício Cardoso (5º). Sem data. CPDOC



Reunião do Partido Libertador. E/D, entre os sentados, Lusardo (2º), Pilla (3º) e Assis Brasil (4º). Sem data. NUPERGS



Posse de Flores da Cunha. 1935. Memorial da ALERGS



Palácio do governo estadual na década de 1930. ClicRBS



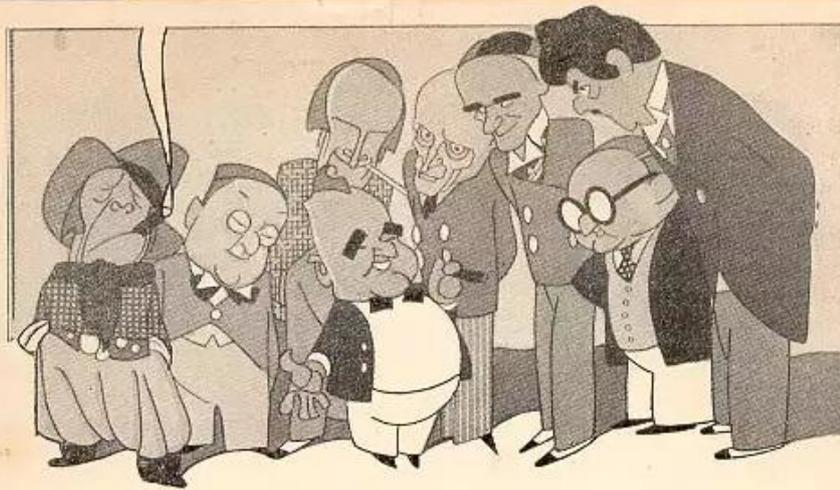
Reunião do PRL. 1937. CPDOC



Flores da Cunha, ao centro, em Montevidéu, no exílio. 1937. NUPERGS



Benjamin Vargas (2º) e Flores da Cunha (3º). 1934. CPDOC



**JURACY M A GALHAES  
M A C E D O SOARES  
A N T O N I O C A R L O S  
F L O R E S D A C U N H A  
A R M A N D O S A L L E S  
B E N E D I C T O V A L L A D A R E S  
O S W A L D O A R A N H A**

A campanha sucessória de 1937. Charge de J. Carlos. 1937. CPDOC



Assinatura do *Modus Vivendi*: Flores da Cunha e Borges de Medeiros se abraçam. 1936. Correio do Povo/MCSHJC



Victor Dumoncel Filho, comandante de provisórios *floristas*. 1925. NUPERGS



Getúlio Vargas anuncia o Estado Novo. Entre os presentes, Eurico Dutra, Salgado Filho e Sousa Costa. 1937. CPDOC



Esq./dir.: Góes Monteiro, Sousa Costa, Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Aristides Guilhem e Marques dos Reis. Entre 1934 e 1937. CPDOC



Alberto Pasqualini. Sem data. NUPERGS



Batista Lusardo, Partido Libertador. Sem data. NUPERGS



Edgar Luiz Schneider, Partido Libertador. Sem data. NUPERGS

Vemos, nas disposições do *modus vivendi*, semelhanças com as ideias de Paim, naquilo que tange ao conselho de secretário de estado e em sua reunião semanal; na garantia de duas pastas para a oposição; na elaboração de um programa a ser apresentado na Assembleia Legislativa; na responsabilidade dos secretários; na manutenção do direito de voto do governador e na demissão do secretário que discordasse do chefe do executivo estadual. Não queremos dizer que as ideias de Paim foram pioneiras, afinal, algumas dessas propostas já estavam presentes nas primeiras propostas da FUG, não sendo originárias do político do PRR. Queremos salientar que houve permanência e adaptação de determinadas pautas entre as duas fórmulas debatidas até o pacto definitivo.

Aprovado como projeto de lei simples, a implantação da chefia do secretariado não implicou em uma reforma constitucional. As duas vagas que a oposição ocuparia no executivo seriam as secretarias da fazenda e da agricultura, que possuíam bastante relevância na administração estadual. Dentro da lógica de composição da FUG, cada pasta iria ser controlada por um dos dois partidos. Pelo PL, a indicação inicial foi para Walter Jobim assumir a secretaria da agricultura, mas Flores da Cunha apelaria para Raul Pilla tomar parte nesta pasta, fazendo com que seu pedido de meses atrás agora fosse concretizado. Mas, para isso, Pilla exigiu que Lindolfo Collor assumisse a vaga republicana, que, por sinal, já havia sido convidado por Flores da Cunha. Dependendo da aprovação do PRR, e recusando inicialmente o convite, o ex-ministro do trabalho voltou atrás, e aceitou a incumbência de ser o secretário da fazenda.<sup>304</sup> Tomariam posse, junto com os outros novos secretários, em 3 de fevereiro. O presidente do secretariado, conforme previsto pelo acordo, seria Darcy Azambuja, secretário do interior. Outrossim, desde a primeira reunião, pelo menos três eixos do pacto norteariam a preocupação do secretariado: a execução do orçamento, a criação da polícia de carreira e a readmissão dos funcionários, estas duas últimas tinham sido uma preocupação constante.

Já vimos como o acordo foi elaborado no *papel* – mas como funcionou na *prática*? Na verdade, ao menos de janeiro até maio, podemos dizer que funcionou sem maiores problemas. Contudo, deve ficar claro ao leitor que seu funcionamento sem cisões foi brevíssimo, de apenas cinco meses!

---

<sup>304</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 15.01.1936; ALC, 17.01.1936, CPDOC, LC c 1936.01.17/1. Antônio Avelange Padilha Bueno ressaltou que Raul Pilla era de origem urbana, o que seria, para o autor, uma contradição do líder do PL, justificável pela força da base política dos libertadores entre os proprietários de terras. Cf. BUENO, Antônio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 121.

No entanto, apesar do caráter “parlamentarista”, o poder do executivo, centrado em Flores da Cunha, não sofreu muitos abalos com a fórmula pacificadora. Elíbio Júnior, nesse sentido, defende que o equilíbrio entre forças era mais aparente do que efetivo, já que, para ele, os dispositivos do programa tornaram o executivo estadual ainda mais centralizador. Carlos Rangel avalia que Flores da Cunha era individualista e autoritário, “por isso dificilmente se ajustaria a um regime de governo que valorizava o parlamento às custas da subordinação do executivo”, afirmando que “a adesão das lideranças da FUG não era total, pois João Neves, Baptista [*sic*] Lusardo e Maurício Cardoso deixavam-se envolver pelo assédio governista federal, sem esquecer que ainda permaneciam abertas as feridas da *ignóbil traição* de 1932”. Na contramão dessas assertivas, Hélió Trindade e Maria Izabel Noll ressaltam o papel do Legislativo que, para ambos, passou a ser mais valorizado, condicionando os secretários de estado à aprovação dos próprios partidos, e dando o poder de convocar os secretários para prestar contas.<sup>305</sup> Esta visão, contudo, nos parece valorizar mais o pacto formal do que analisar como foi o funcionamento do *modus vivendi* na prática.

É interessante destacar a posição destes três trabalhos. No entanto, dentro do panorama político, seria o *modus vivendi* uma forma de cooptar a FUG para o lado *florista*, ou de “puxar” o *florismo* para as *Oposições Coligadas*? Quando foi firmado, havia incertezas sobre sua consequência no contexto político e seus “objetivos”, por todas as partes, mesmo que o *modus vivendi* não acarretasse, *teoricamente*, em compromissos políticos. Afinal, ele se estruturava em uma conjuntura atípica: o PRL era composto por *getulistas* e *floristas*, em tese, apoiadores do governo central. Flores da Cunha, por mais que estivesse rompido com Vargas, também não era um aliado das *Oposições Coligadas*.

Ainda assim, sua aproximação com a FUG poderia soar, para os *getulistas* do PRL, como uma aliança com a Frente Única, fato que insatisfaria quem estivesse ao lado do governo federal. Já para a FUG, aproximar-se do PRL poderia parecer como uma aproximação com Vargas, dentro das oposições em nível nacional, acarretando em divergências e desconfianças no bloco de oposição ao governo federal. Se na FUG, como vimos, havia um temor de distensões formando um partido único entre ela mesma, pode-se ter uma ideia daquilo que seria “aliar-se” com Flores da Cunha, pois, se os *frenteunistas* eram oposição a Vargas, havia entre alguns, como já frisamos, o pensamento de que o contexto político seria muito pior com o governador do Rio Grande do Sul fortalecido.

---

<sup>305</sup> ELÍBIO JR, op. cit.; RANGEL, op. cit., 2001, p. 192; TRINDADE, Hélió; NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do parlamento gaúcho* (1890-1937). Porto Alegre: CORAG, 2005.

Esta fragilidade no interior dos partidos era sabida pelos mais próximos. Pois, se o acordo foi muito celebrado pela imprensa de vários locais do país, os políticos do estado que apoiavam a pacificação adotavam certa cautela, enquanto os discordantes não perdiam tempo em articular o desmonte do *modus vivendi*. Por isso, a definição de Luciano Aronne de Abreu nos parece muito pertinente. Para ele, “pode-se dizer que o principal ganho dos partidos gaúchos com este acordo foi o aumento de poder obtido por cada um deles. Porém, ao contrário do que pretendiam seus signatários, esta união partidária não significou exatamente a pacificação do estado”.<sup>306</sup>

Se alguns líderes da oposição, como Arthur Bernardes, imediatamente destacaram que o pacto no Rio Grande do Sul em nada afetava o posicionamento da FUG de oposição ao governo federal<sup>307</sup>, outras figuras expressivas ficariam ressabiadas. João Neves da Fontoura, em uma linguagem formal, possivelmente procurando distanciar-se da condição de membro da FUG, mas falando como líder da *minoría parlamentar*, enviou um questionário ao Diretório Central do PL e à Comissão Central do PRR, indagando se a FUG continuaria integrada na *minoría parlamentar*, se aceitaria alguma composição político-administrativa ou outro tipo de pacto isolado com Vargas, passando para a *maioría parlamentar*. Também indagava se propendia a apoiar alguma candidatura lançada pelo Catete.<sup>308</sup>

Da mesma forma que este questionamento demonstra o ceticismo com o *modus vivendi* regional dentro das oposições nacionais, o paulista Júlio de Mesquita também pediu esclarecimentos para Raul Pilla. Este precisou justificar-se, alegando que o tratado não tinha finalidades fora do estado, e que, segundo Pilla,

o que influiu exclusivamente [*sic*] em nosso espírito, ao aceitarmos finalmente as reiteradas ofertas de paz e colaboração, foi assegurar ao nosso estado um período de relativa tranquilidade e boa ordem. [...]. Mas não menos verdadeiro é que nós não o assinamos com outra intenção, muito embora admita que poderão utilizá-lo como instrumento nas atuais combinações da política nacional. [...]. A mesma errônea e viciosa interpretação sofreu uma tentativa anterior [...], à fórmula José Maria dos Santos aplicada ao governo federal. [...]. Fracassou [...] porque ninguém se podia convencer de que a iniciativa não visasse moveis imediatos e concretos, como a anulação política do presidente Getúlio Vargas, o combate a política paulista, etc. Entretanto, nada mais claro era do que o pensamento inspirador da fórmula: fazer uma tentativa para melhorar o nosso viciado regime democrático.<sup>309</sup>

<sup>306</sup> ABREU, L. A., op. cit., p. 112.

<sup>307</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 23.01.1936. Outro mineiro que elogiaria o pacto seria Virgílio de Melo Franco: “congratulo-me ainda uma vez com V.Excia. e com os demais chefes rio-grandenses, fazendo votos para que o salutar exemplo da terra de Castilhos e de Silveira Martins, frutifique para a tranquilidade e o bem do Brasil”, afirmou para Raul Pilla. ARP, 29.01.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1209.

<sup>308</sup> ARP, 27.01.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1207.

<sup>309</sup> ARP, 26.01.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1206.

Mesmo que não admitisse para Mesquita, Pilla queria, com o acordo regional, um pacto em nível nacional. Isso fica evidente quando notamos que os entendimentos no Rio Grande do Sul só saíram do papel quando a *Fórmula Pilla* foi proposta ao governo federal. Além disso, também porque a FUG tentaria levar o modelo implantado no Rio Grande do Sul para o plano nacional outras vezes. Ou seja, usava o estado como um “*test drive*”, como se diz popularmente, para viabilizar um pacto nacional.

Aliás, aquilo que confirma essa assertiva é a própria carta enviada por Pilla a Getúlio Vargas, no dia do acordo, alegando que, na prática, estava o governo estadual responsável perante a Assembleia Legislativa, com o intuito de aperfeiçoar o regime democrático do país, e que este exemplo iria facilitar a ação já tentada na esfera federal. Por outro lado, isso era visto com ceticismo por alguns políticos situacionistas, como o governador baiano Juracy Magalhães, que acreditava ter o *modus vivendi* gaúcho a finalidade de controlar a sucessão presidencial. E não era uma hipótese que não era “absurda”. Afinal, Flores da Cunha, especialmente depois do acordo, passou a levantar a discussão sucessória, mostrando simpatia por Antônio Carlos, naquele momento. Aliás, isso irritou Vargas, profundamente: “nenhum dos governadores ou dos políticos que me apoiavam se havia ocupado disso e já o Flores andava um verdadeiro fuxico de comadre mexeriqueira”.<sup>310</sup>

### 3.2.2 A fragilidade do *modus vivendi*: A sucessão presidencial, o boicote de Getúlio Vargas e a *crise de maio* como fatores de instabilidade nos primeiros meses do acordo

A fragilidade do pacto, somado com os debates da sucessão presidencial, geraram algum mal-estar, poucas semanas depois da assinatura do *modus vivendi*. No *Correio do Povo*, Maurício Cardoso respondeu a uma entrevista de Flores da Cunha, em que o governador dizia que o Rio Grande do Sul não deveria indicar o sucessor de Vargas, “mas fazia questão de ser ouvido à hora oportuna”. Cardoso disse que ignorava essa declaração, e que Flores não falava em nome da FUG, além de entender ser um erro, naquele momento, abordar a sucessão presidencial. Imediatamente, as palavras dele seriam exploradas por jornais cariocas, fazendo Antunes Maciel ficar pessimista em relação ao pacto. Em telegrama a Chico Flores, já palpitava: “se dessa forma continuarem os da F. U., o ‘casamento’ não demorará a desfazer-se”. Além disso, Lindolfo Collor dissera a Lusardo que as declarações

---

<sup>310</sup> AGV, 18.01.1936, CPDOC, GV c 1936.01.18/2; AGV, 08.02.1936, CPDOC, GV c 1936.02.08; AGV, 29.04.1936, CPDOC, GV c 1936.04.29/2.

de Maurício Cardoso deixaram Flores da Cunha “furioso”.<sup>311</sup> De toda forma, por mais coerente que fosse o pronunciamento de Maurício Cardoso com aquilo que regia o acordo de 17 de janeiro, o alvoroço que se produziu indicava, além da delicadeza em que consistia o *modus vivendi*, também o alinhamento do político republicano com aquilo que defendia Getúlio Vargas.

Já os discordantes do pacto não fariam, inicialmente, grandes alardes. Além dos Vargas, membros do PRL, mas agindo conforme as orientações do irmão, havia a aproximação de Alberto Pasqualini, do PL e vereador de Porto Alegre, com Getúlio Vargas, mostrando ter mudado seu posicionamento face ao Presidente da República, pois, até então, fazia críticas públicas a ele e à “*República Nova*”. Importante destacar que, nesse momento, Pasqualini também ganhou projeção dentro do PL, ocupando o prestigiado cargo de secretário-geral do partido, ao lado de Pilla e de Lusardo, este como 1º vice-presidente.<sup>312</sup>

Essas aproximações e “sondagens” com os descontentes faziam parte de sua intromissão na política regional, mais intensa desde o acordo de 17 de janeiro, buscando cooptar tanto *republicanos liberais* quanto *frenteunistas* a romper o *modus vivendi*. Desta forma, os contatos ocorriam de forma *terceirizada*, por meio de políticos *republicanos liberais* e *frenteunistas*, que, ao lado de Vargas, relatavam a ele o resultado das conversas. Por exemplo, Pasqualini relatou que Maurício Cardoso, o maior opositor dentro da FUG ao *modus vivendi*, estava propendendo a apoiar o governo federal, e, informando ter mostrado um “*plano de ação*” ao correligionário republicano, este teria aderido, excetuando um trecho em que era prevista a dissociação da FUG, “por entender que, no momento oportuno, ela estará integralmente ao seu lado”. O vereador do PL já se aproximara do presidente, pelo menos desde janeiro, e estava incumbido de realizar esse “levantamento”: “não me apresentei aos dois chefes *frentistas* [Pilla e Cardoso] como um agente do governo federal”. Posteriormente, relatou uma conversa com Loureiro da Silva, deputado estadual do PRL, que concordou “em gênero, número e caso com o esquema”, que era igual ao apresentado a Cardoso, e afirmou:

A dissidência liberal existe, e, o que é mais grave, será obrigada a definir-se por ocasião da reabertura dos trabalhos na Assembleia. Falta, entretanto, organizá-la e nucleá-la, afim de poder, eventualmente, articular-se com a F.U. É evidente que os dissidentes liberais só poderão agir *apoiados*, isto é, de conformidade com o pensamento de V.Excia, ou, pelo menos, não contra ele. Julgo que seria de grande

<sup>311</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 19 e 23.02.1935; AAM, 27.02.1936, CPDOC, AM c 36.02.27/1; ARP, 29.02.1936, NUPERGS, doc. nº 002/1214.

<sup>312</sup> SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 22.

interesse a ida de Loureiro da Silva ao Rio. Ele poderia esclarecer a posição exata dos elementos do PRL.<sup>313</sup>

O telegrama não mencionava detalhes desse “*plano de ação*”, mas casualmente encontramos um documento, que não leva assinaturas, todo estruturado para uma ação contra o governador, que menciona justamente a dissociação da FUG, e sua aproximação com a *Dissidência*. Era um plano muito extenso, e estava dividido em três fases, com tópicos abordando os objetivos da FUG, da Dissidência Liberal e do Governo Central, prevendo ações com as três correntes para isolar o *florismo*, e acompanhar Vargas.

Nele, a FUG deveria combater o acordo estadual, mostrando as incoerências e divergências doutrinárias, a imoralidade, a heterogeneidade e sua inexequibilidade em alguns casos, até provocar sua dissolução interna. A *Dissidência* deveria fazer restrições ao pacto, mas aceitá-lo, enquanto não implicasse em hostilidade ao Governo Central. Por sua vez, o governo federal deveria manter-se vigilante, tomar medidas discretas de caráter militar, e fortalecer seu prestígio dentro do estado; posteriormente, deveria ser intensificado o fim da FUG, promover a aliança com o governo central e se unir com a *Dissidência*, que iria atacar o *florismo*. Depois disso, iria apoiar, de forma irrestrita, o governo central, que se fortaleceria em todos os estados, e isolaria possíveis ligações dos elementos *de esquerda* com os *floristas*. No Rio Grande do Sul, as três correntes terminariam por organizar um programa comum.<sup>314</sup>

O próximo passo seria desarticular o pacto regional, com manifestações de descontentamento e de apoio ao chefe do país, em um momento propício, denunciando na imprensa que se visava a agitar a sucessão presidencial, e não a tranquilidade na política regional; associar a *minoría parlamentar* à ANL, às conspirações comunistas e aos depostos de 1930; acusar os defensores do *modus vivendi* de querer indispor Vargas com Flores, defendendo o presidente; combater o parlamentarismo e qualquer sistema que enfraquecesse “as autoridades supremas”; provocar manifestações de apoio ao governo federal, iniciando uma campanha em defesa do adiamento da questão sucessória e dos debates políticos.<sup>315</sup>

Aquilo que chama atenção é, além do detalhamento do projeto, o fato de que políticos importantes no Rio Grande do Sul já tinham conhecimento dele pouco tempo depois da entrada em vigor do *modus vivendi*. Mesmo que não estivesse exteriorizado no projeto, o

---

<sup>313</sup> AGV, 12.03.1936, CPDOC, GV c 1936.03.12. Alguns dos descontentamentos não eram segredo dentro do PRL. Nesse sentido, Adalberto Corrêa, deputado federal, se colocava publicamente contra o acordo, por este ser apoiado pela *minoría parlamentar*. *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 14.01.1936.

<sup>314</sup> AGV, 04.1936, CPDOC, GV c 1936.04.08/1. Ver o plano de ação, na íntegra, no anexo II, que dará ao leitor melhor noção da dimensão, das minúcias e do detalhamento dele.

<sup>315</sup> Idem.

*plano de ação*, se executado, implicaria no esfacelamento partidário no estado, com a divisão e o fracionamento de todas as correntes políticas. Sem coesão, significaria o enfraquecimento da política regional.

Sabendo da fragilidade do pacto, Vargas mantinha contato contínuo com Renato Barbosa, deputado federal do PRL. O parlamentar dizia ser o *modus vivendi* uma armadilha em que Flores seria vítima. Para Barbosa, o governador era disputado entre uma ala da FUG, propendendo a um alinhamento com Vargas, e outra procurando arrastar o chefe do executivo estadual para a oposição. Caso ocorresse a preponderância dessa ala, para ele, o Rio Grande do Sul cairia no isolamento. Também não poupou críticas ao *modus vivendi*, chamando o acordo de *mediocre*. Getúlio Vargas também já conhecia a insatisfação de Loureiro da Silva, que, em telegrama ao presidente, alegava frieza e ironia, dentro do PRL, com o acordo. Em função disso, Loureiro da Silva dizia que não se confiava mais no Flores da Cunha, que não estaria, segundo ele, à altura de dirigir o partido. Analisava que “das mortes e composturas aos abraços públicos mediu pouco tempo”, o que “só podia trazer, como trouxe, uma profunda desilusão e descrédito”. Expunha que estavam contra esse pacto, além dele próprio, Alberto Pasqualini (PL), Glicério Alves (PL), Martins Costa (PL), Maurício Cardoso (PRR) e João Neves da Fontoura (PRR). Loureiro ainda afirmava desejar que Flores da Cunha não se jogasse em oposição a Vargas.<sup>316</sup>

Por outro lado, o presidente também buscava conter os mais próximos. Nesse sentido, Benjamin e Protásio Vargas em muito pouco participariam dessas articulações, afinal, qualquer movimento *suspeito* deles teria uma lógica ligação com as orientações do governo federal. Por isso, dizia a Protásio: “deves manter uma conduta de expectativa [*sic*] discreta, sem hostilizar a ninguém, e o mesmo recomendo a Bejo, quanto a sua atuação na Assembleia. Nada de precipitações. Evitar também conciliábulos e entendimentos secretos, que no fim são do conhecimento de todo o mundo”.<sup>317</sup> E, efetivamente, mantiveram essa postura *neutra*, limitando-se a serem informantes de Vargas, e cumprindo ordens quando este solicitava, sempre de forma secreta, ao menos, até outubro.

Mesmo que, em alguns momentos, Vargas mostrasse relação cordial com o governador do Rio Grande do Sul, logo se queixava de ataques que a imprensa *florista* lhe fazia, das novas tentativas de derrubar Vicente Rao, e de seus pedidos particulares, que englobavam desde questões pessoais até a política de outros estados. “Nenhum desses assuntos coincidia com os interesses do Rio Grande, que estavam a cargo dele,

<sup>316</sup> AGV, 04 e 12.02.1936, CPDOC, GV c 1936.02.02; AGV, 24.01.1936, CPDOC, GV c 1936.01.28/2.

<sup>317</sup> AGV, 29.04.1936, CPDOC, GV c 1936.04.29/2.

governador”<sup>318</sup>, respondeu Getúlio Vargas. Sua resposta mostrou que essa ingerência “*pinheiro-machadista*” de Flores da Cunha em assuntos alheios ao Rio Grande do Sul não iam ter mais nenhum eco junto ao Presidente da República.

Já o governador iniciou sua resistência. Atacou, poucos meses após o pacto, o presidente pela imprensa, tentando denunciar as ambições de Vargas em continuar no poder, mas a censura impediu a reprodução desta nota, que “*revelava*” a ameaça de um perigo contra as instituições, e a necessidade de reforçar o poder civil, afirmando que “infelizmente verificace [*sic*] que supremo poder civil república inseguro ou fraco inclinace [*sic*] ceder a imposições ou provoca mesmo intervenções indecisas no alto governo nação na esperança de custa renúncias que fiam traições [para] nele manterce [*sic*] indefinidamente”. A nota atacou, também, Góis Monteiro e o estado de guerra, este, que enfraquecia o poder civil, o judiciário e o Legislativo: “não só comunismo ameaça [a] existência [do] regime. [...]. Periga constituição, periga democracia, periga nossa existência de povo livre [...]. Rio Grande reclamando encarecendo fortalecimento poder civil tinha e tem sua rasao [*sic*] de ser”. Esta crítica ocorre logo após Flores da Cunha voltar, inesperadamente, do Rio de Janeiro a Porto Alegre, alegando que tinha sido ameaçado de prisão. Não conhecemos nenhum plano concreto para prendê-lo, e Vargas até ironizou o ocorrido: “causa graça lembrar esse incidente. Não havia ordem alguma de prisão contra ele, nem ameaças de qualquer espécie e eu nem permitiria semelhantes absurdos”.<sup>319</sup> Mas, como essa situação foi contemporânea à prisão de Pedro Ernesto, prefeito do Rio de Janeiro, talvez seu receio tenha conexão com isso, já que Flores da Cunha o prestigiou em uma solenidade, momentos antes da prisão.

Ainda assim, no mesmo dia em que Flores tentou lançar ataques contra o governo federal, Maurício Cardoso e Batista Lusardo procurariam Vargas, por intermédio de Armando de Alencar, desembargador da Corte de Apelação do Rio Grande do Sul, para um acordo baseado na *Fórmula Pilla*. Em troca, propunham a Getúlio o aumento do período presidencial para seis anos, afirmando ter o apoio de todas as correntes políticas, com exceção de Rio Grande do Norte e Bahia. Cardoso e Lusardo, junto com João Neves, pediram pressa para o acordo, por temerem um golpe de Estado partido de militares que conspiravam.<sup>320</sup> Vemos, aqui, que três das principais lideranças da FUG enveredavam para acordos com Vargas,

<sup>318</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 474; 479; 480; 483. As reclamações de Flores da Cunha para Getúlio Vargas eram muito diversificadas. Seus protestos ao presidente iam desde não conseguir uma vaga de médico para um amigo seu, como se queixar de críticas dos perrepistas contra Armando Salles, em São Paulo, ou ir contra a postura de Vicente Rao com a oposição do Maranhão.

<sup>319</sup> AGV, 08.04.1936, CPDOC, GV c 1936.04.08/6; CAMARGO et al, op. cit.; AGV, 29.04. 1936, CPDOC, GV c 1936.04.29/2.

<sup>320</sup> SILVA, Hélio. 1937: todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

falando em nome da oposição nacional. O presidente, por sua vez, não fechou as portas, mas também não levou o assunto adiante.

Por outro lado, Vargas relatou de forma irônica esse momento: “interessante, curioso mesmo, o Flores dizendo que eu pretendo eternizar-me no governo, e os oposicionistas querendo tomar a iniciativa da prorrogação do meu mandato”.<sup>321</sup> De acordo com as *memórias* de Batista Lusardo, Vargas o assediaria a partir de março de 1936. Convidando-o para um churrasco na casa de Armando de Alencar, pessoa bastante envolvida como intermediador da FUG com o presidente, teria dito para o libertador que era a chance de se vingar do governador gaúcho contra os ocorridos de 1932: “eis a sua oportunidade. Foi ele quem lhe fez aquilo tudo, não eu”<sup>322</sup>, buscando aproximar-se de mais um líder da FUG. Importante ressaltar esse contato com a oposição gaúcha, pois, se o presidente se aproximava das oposições, fazia isso com reciprocidade. A “afinidade” chegou ao nível de ser convidado para participar do Congresso do PL, atitude muito dissonante das correntes de outros estados que compunham as *Oposições Coligadas*.

No entanto, além do *modus vivendi*, outra questão unia a FUG e o PRL: a contrariedade aos abusos em nome da repressão ao comunismo, mesmo que concordassem que o extremismo devia ser combatido. Apesar de todos os movimentos de esquerda já estarem desbaratados, o governo federal, aproveitando-se do recesso parlamentar, suspendeu imunidades parlamentares e prendeu, sem licença do Legislativo, alguns deputados e o senador Abel Chermont, pertencentes ao grupo parlamentar Pró Liberdades Populares, “os mais contundentes críticos do governo no Congresso Nacional”, de acordo com Thiago Mourelle, e que combatiam a Lei de Segurança Nacional. Essas prisões ocorreram sob o argumento de que eles tinham ligações com os movimentos subversivos. A *minoria parlamentar* alegou inconstitucionalidade do ato, e debates intensos tomam a Câmara dos Deputados.<sup>323</sup>

Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan definiram isso como um movimento para esfacelar “a pequena e aguerrida oposição no Congresso, sobre cuja cabeça começou a pairar como uma espada de Dâmocles”, pois essa prisão aconteceu dois dias depois da decretação do estado de guerra.<sup>324</sup> Aqui, havia o receio da oposição em perder suas garantias

---

<sup>321</sup> Idem, p. 496.

<sup>322</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 194.

<sup>323</sup> BALZ, op. cit.; MOURELLE, op. cit., p. 187.

<sup>324</sup>; PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*. Paraná, v. 2, nº 9, jul/dez 1997, p. 15.

constitucionais, buscando preservar-se, para não sofrer nenhuma retaliação por fazer oposição ao governo.

Ou seja, vemos que o contexto era de aprofundamento da crise política, no cenário nacional. As oposições, no parlamento, se articulavam para resistir às medidas centralizadoras que partiam do governo central, procurando, com os acordos, impedir isso. As tratativas eram encabeçadas pela FUG, que via com preocupação, da mesma forma que o *florismo*, essa escalada repressiva sobre a bancada oposicionista. Nesse sentido, no dia 5 de abril, a bancada do PRL na Câmara Federal emitiu uma nota concordando com a repressão ao comunismo, mas pregando o fortalecimento do poder civil e defendendo o resguardo das imunidades parlamentares. Na mesma semana, o secretariado estadual e o governador fizeram uma deliberação semelhante, apoiando igualmente o governo federal no combate ao extremismo e na salvaguarda das instituições vigentes. Todavia, exprimia ressalvas a quaisquer medidas que viessem a invalidar ou a cercear imunidades parlamentares e “garantias existenciais do regime republicano”. Também no Legislativo, o deputado Adolfo Peña colocaria em votação uma moção de apoio ao secretariado, ratificando os pontos levantados por este, e ressaltando a observância as leis, sendo ela aprovada pela casa.<sup>325</sup>

Ou seja, havia um claro ponto de contato entre os *frenteunistas* e o *florismo* contra Vargas, nesse quesito, que poderia provocar uma união mais sólida contra as “arbitrariedades” do executivo federal, não fosse à insistência de alguns membros da FUG em buscar a pacificação nacional.

A oposição parlamentar tentaria duas formas de pacificação com Getúlio Vargas: uma no acordo da *Fórmula Pilla*, que citamos há pouco, e outro através de uma trégua parlamentar. A primeira tentativa, elaborada pela FUG, previa, entre outros, a devolução das imunidades, participação das oposições no executivo, e formação de acordos nos outros estados, como ocorreu no Rio Grande do Sul. Em troca, haveria a extinção dos ataques ao governo e o protelamento das discussões sucessórias. Mas este projeto acabou não alcançando apoio suficiente dentro dos blocos situacionista e oposicionista, pois os governadores de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina eram avessos a um *modus vivendi* em seus estados.<sup>326</sup>

Alguns deles, como Juracy Magalhães e Benedito Valadares, eram veementemente contra acordos com as oposições de seus estados. O primeiro julgava ferir a autonomia federativa, não sendo espontâneo, como foi no estado sulino. Já o segundo se negava a mexer

---

<sup>325</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 06 e 07.04.1936; TRINDADE, op. cit., 1980, p. 351-353.

<sup>326</sup> CAMARGO et al., op. cit.

na constituição mineira, e só faria se a oposição aderisse ao programa e aos propósitos políticos do situacionismo<sup>327</sup>, exemplificando a baixa adesão da fórmula entre o governo dos outros estados.

Já a trégua parlamentar diferia, pois abandonava a ideia de participação das oposições no governo e de estabelecimento de acordos nos estados. Se manteve apenas o adiamento do debate sucessório e o restabelecimento das imunidades parlamentares. Previa a formação de uma Comissão Mista para estudar as medidas legislativas de cunho administrativo solicitadas pelo governo, e analisar as reclamações regionais relativas à liberdade de propaganda eleitoral, para assegurar o voto. Além disso, propunha que demissões de civis e militares decorrentes dos acontecimentos de novembro fossem convertidas em suspensões temporárias. Mas, em meio a estas negociações, a Sessão Permanente do Senado Federal concedeu licença para processar os parlamentares presos, e legitimava as prisões já realizadas. Buscaria João Neves, em função desse impasse, um acordo *informal* com o presidente, um caminho mais fácil de abrir se Vargas restabelecesse as imunidades e a soltura dos parlamentares presos. Em troca, a oposição oferecia a cessação dos ataques ao governo e o adiamento do debate sucessório. Nesse sentido, quando foram reabertos os trabalhos legislativos, Vicente Rao leu o decreto presidencial restabelecendo as imunidades parlamentares, excetuando-se os parlamentares já presos<sup>328</sup>, acalmando, naquele momento, as *Oposições Coligadas*, que partiram em uma *cruzada* contra a perda de garantias constitucionais dos parlamentares.

Consequentemente, também acalmou a FUG e o PRL, e evitou maior aproximação entre eles. Vargas tinha receio de que, recusando o tempo todo as propostas *frenteunistas*, gerasse um alinhamento em peso contra seu governo, no Rio Grande do Sul. Quando a comissão composta por Bernardes, Lusardo e Maurício se apresentou a Vargas, e propôs ocupar as pastas da Fazenda, do Trabalho e da Justiça, o presidente negou totalmente, afirmando estar “fora dos moldes das conversações anteriores”. Mas relatou que ficou apreensivo não com o fracasso do acordo, “mas porque isso acarretaria a união das oposições com o Flores. A atitude inconveniente deste, sua falta de lealdade, fazem prever a existência de um plano já concertado, ou muito provável, dele com a oposição”.<sup>329</sup> Até porque esta proposta, apoiada pelo governador, foi elaborada em conjunto com ele, antes de enviar ao

<sup>327</sup> AGV, 27.04.1936, CPDOC, GV c 1936.04.27/1; AGV, 04.1936, CPDOC, GV c 1936.04.00.

<sup>328</sup> CAMARGO et al., op. cit.

<sup>329</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 498-504; João Neves declarou que “a única novidade em torno do assunto consiste na sugestão do sr. Borges de Medeiros, apoiada pela Frente Única e, também, pelo general Flores da Cunha, da votação duma lei semelhante à que vigora no Rio Grande do Sul, atribuindo, por força de suas disposições, a representação no governo federal a todas as correntes representadas na Câmara, na proporção de seu número”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 01.05.1936.

presidente. Por isso, Vargas adotava cautela e procrastinação com acordos, para não perder de vista a FUG para Flores da Cunha.

Já Flores da Cunha ainda mantinha o PRL sob o lema “*nem apoio incondicional, nem oposição sistemática*” a Vargas. Nesse sentido, João Carlos Machado, convidado para participar da reunião da maioria para a escolha do presidente da Câmara, comunicaria ao governador sua participação na reunião e seu apoio a Antônio Carlos, embora alertasse que a eleição de Pedro Aleixo era quase certa, para aquele posto. Em relação a isso, Flores era enfático: concordava com o comparecimento do líder do PRL na Câmara, mas avisava que se “a representação voltar a dar apoio incondicional ao governo, ou eu ou ela estaremos fora do partido”<sup>330</sup>, fazendo com que João Carlos pedisse afastamento da liderança do PRL, situação contornada por Darcy Azambuja.

Enquanto a FUG procurava, como vimos, garantir seu direito de exercer oposição, e, também, abocanhar alguns ministérios, o contexto no Rio Grande do Sul *pós-pacto* funcionava tranquilamente, pelo menos até maio. Com as correntes políticas “coligadas”, não havia troca de acusações em público, pela primeira vez desde 1932. E o pacto funcionava bem em suas cláusulas específicas: os funcionários públicos estavam sendo readmitidos<sup>331</sup>, os partidos mantinham sua autonomia, o secretariado estava em funcionamento, as subchefias de polícia nos municípios em que a Frente Única venceu estavam sendo nomeadas por ela. Os partidos não se fracionaram com correntes dissidentes a suas direções, ocorrendo, apenas, algumas divergências municipais, como em Viamão, Santiago do Boqueirão, Alegrete e Tupanciretã, onde permaneceram as rivalidades entre FUG-PRL.

Em nossa pesquisa em jornal, encontramos diversas acusações nestas localidades municipais. Acreditamos que as frequentes divergências municipalistas, porém, contribuíram para desgastar o acordo rio-grandense, já que os líderes locais se referiam às cláusulas do *modus vivendi*, para denunciar o adversário, e exigir o cumprimento do pacto como solução para as desavenças, e não hesitariam em procurar o secretariado estadual ou as lideranças de suas agremiações.

---

<sup>330</sup> AGV, 05.1936, CPDOC, GV c 1936.05.03.

<sup>331</sup> A readmissão era analisada por uma Comissão Mista, com representantes do PRL e da FUG, com voto de desempate do presidente da OAB-RS, visando a readmitir funcionários afastados por motivos políticos, desde 1932. A comissão iniciou os trabalhos em 13 de março, e reunia-se, inicialmente, toda quinta-feira, para estudar os processos impetrados por reclamantes. Por intermédio da comissão, o governador aprovaria a primeira reintegração em junho. Até mesmo um projeto semelhante seria proposto para o nível nacional pelo deputado federal do PRL Ascânio Tubino. As readmissões seriam analisadas durante 1936 e 1937, mesmo com o rompimento do acordo rio-grandense. Não temos um número exato para afirmar quantos foram readmitidos e/ou tiveram seus processos negados, mas podemos afirmar que a comissão funcionou efetivamente, não sendo um projeto de “fachada”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 15.02.1936; 14.03.1936; 20.05.1936; 04.06.1936.

Em Tupanciretã, a anulação da eleição vencida pelo candidato *frenteunista* faria Marcial Terra, do PRR, buscar providências junto ao secretariado, que proporia um *tertius* para aquele município, e reivindicando punição aos funcionários responsáveis pela fraude em uma das mesas eleitorais, como previa o *modus vivendi*. Já em Alegrete, desavenças do prefeito com o subchefe de polícia fizeram a FUG exigir seu direito de nomear as autoridades municipais, e excluir de seus quadros elementos inidôneos. Em Guaíba, a transferência de uma professora foi vista como retaliação política, sendo logo solucionado com sua reintegração. Santiago do Boqueirão, o mais grave, registrava violências, antes e no dia do pleito, com invasões de grupos armados vinculados ao PRL, fato admitido por membros do partido daquela cidade, e liderados por um uruguaio. Houve óbitos, incluindo o de um delegado e do juiz que presidia o pleito suplementar. Um dos contraventores confessaria sua ligação com o ex-prefeito e seu chefe de polícia para matar o candidato *frenteunista*. Por fim, em Viamão, a FUG denunciaria ao secretariado do governo estadual o acúmulo de três funções por Alcebíades Azeredo dos Santos, do PRL: uma secretaria no município, um cargo no juizado distrital e outro na fiscalização de vendas mercantis do estado.<sup>332</sup>

Essas divergências municipais, que acabaram por ocupar a atenção de boa parte da elite partidária da FUG e do PRL, mostram que as cizânias entre as duas correntes ainda eram muito fortes. O *modus vivendi*, “*stricto sensu*”, foi um acordo de pacificação, que vigorou de forma efetiva apenas na relação com o executivo estadual, mas mantendo disputas e denúncias acirradas em nível local. A vida política municipal efervescente, e, como agravante, buscando-se pelas cláusulas da “pacificação” estadual como saída para desses impasses, contribuiu para gerar um gradual desgaste no pacto estadual. Por outro lado, se levarmos em consideração um telegrama enviado a Vargas, em fevereiro de 1936, avisando ao presidente que em vários municípios não se ouviu “pessoa manifestar-se favorável”, e que prevaleceu “a confusão e decepção de todo mundo com tal acordo”<sup>333</sup>, podemos considerar que as divergências locais, na verdade, também seriam um reflexo da hostilidade em que a ata de 17 janeiro foi recebida no interior do estado.

---

<sup>332</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 06, 07 e 20.03.1936; 12.04.1936; 21.05.1936; ALC, 07.04.1937, CPDOC, LC c 1936.04.07. A historiografia sobre a política local nos anos 1930 é *quase* inexistente, fato que, em certo ponto, nos surpreendeu. Há poucos trabalhos, e acreditamos que esse tema é um campo aberto para novas pesquisas, com exceção, talvez, de Soledade, com os trabalhos de FILATOW, op. cit.; e GUERREIRO, op. cit.; e em Passo Fundo, AGUIRRE, Alexandre. *Flores da Cunha: relação política administrativa com Passo Fundo e região norte do RS*, nas páginas de O Nacional. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012; e FARIAS, Renato. *Flores, Vargas e o PRL: Registros da imprensa passo-fundense*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

<sup>333</sup> AGV, 02.02.1936, CPDOC, GV c 1936.02.02.

Essa corrosão seria inflamada em abril e maio. O governador, sentindo-se ameaçado, começou a organizar corpos militares provisórios em todo o estado. Em função disso, passou a ser observado de forma defensiva pelo governo federal. Nesse sentido, um informante avisava a Getúlio Vargas sobre uma reunião de “caudilhos” *floristas* e a transferência de dinheiro para essas articulações. Ele orientava para que o presidente articulasse apoios militares no estado, enquanto Alberto Pasqualini buscava cooptar aliados ao Catete dentro da Brigada Militar. Outro telegrama, sem assinatura, indicava que, caso Flores da Cunha desencadeasse um movimento armado, as guarnições militares ficariam ao lado do governo federal, em 12 municípios. Entretanto, havia corpos *floristas* na fronteira e em outros municípios, com o pretexto de construir estradas. Revelava também que parte da FUG lançou um manifesto contra o *modus vivendi*, não divulgado pelo *Correio do Povo*, por ter sido impedido por Raul Pilla.<sup>334</sup>

A partir desse momento, até 1937, Vargas teria informantes sobre as articulações militares do governador, observando cautelosamente as manobras no estado, e armando uma contraofensiva a essas milícias, garantindo lealdade ao governo federal dentro do Exército e da Brigada Militar, assegurando o posicionamento deles a seu favor, e evitando a influência *florista* nas guarnições federais.

### 3.2.2.1 Os conflitos internos expostos: a *crise de maio*

Nesse contexto, o *modus vivendi* passou por sua primeira crise. Ela estaria ligada com três acontecimentos: o primeiro, dentro do Legislativo, envolveria o orçamento do município de Lavras, mas, logicamente, estaria vinculado às disputas municipais já mencionadas. Quando ainda podia governar por decretos, o governador retificou parcelas das finanças daquele município. Todavia, o novo prefeito, agora pertencente à FUG, não sabia dessas restrições, que foram legitimadas depois pela Assembleia Legislativa, já que a nova carta de 1935 dava a ela o direito de alterar decisões municipais irregulares. Essas mudanças também tinham a chancela do recém-criado Tribunal de Contas do Estado, mas ainda assim não passariam sem contestações da FUG. Pelo PL, Armando Fay de Azevedo votaria contra essa deliberação, dentro da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa. Além disso, em plenário, Adroaldo Mesquita, do PRR, se revoltaria, por não ter sido publicado nos anais da

---

<sup>334</sup> AGV, 04.1936, CPDOC, GV c 1936.04.08/1; AGV, 20.05.1936, CPDOC, GV c 1936.05.20/2.

casa uma carta do prefeito daquele município endereçada a Armando Fay. Mesmo admitindo as ilegalidades, Adroaldo Mesquita acusaria o TCE de abuso de poder.<sup>335</sup>

Tanto ele quanto Edgar Schneider e Armando Fay de Azevedo seriam aqueles que mais se manifestaram contra a atitude do TCE e do Legislativo. Mesmo que não o dissessem de forma explícita, deixavam entender que a postura do judiciário e do Legislativo com o município *frenteunista* era uma retaliação política.

O segundo caso envolveu o *recém-líder* do PL na Assembleia Legislativa, Edgar Schneider. Flores da Cunha enviou ao Legislativo um projeto de lei que criaria uma unidade especial da Brigada Militar. Ela seria destinada à guarda do porto da cidade. Mas, posteriormente, ficaria deslocada para a construção de uma rodovia ligando Belém Novo ao “Leprosário” de Viamão. O projeto que criaria o *Corpo de Guardas do Porto de Porto Alegre* formaria um batalhão que não seria pequeno: teria um efetivo de 319 homens, sendo 13 oficiais, e era justificado pelo governador por meio do baixo número e da alta demanda que a BM possuía. Sendo aprovado na Comissão de Orçamento da Assembleia, apenas Schneider discordaria daquele projeto, alegando não ver necessidade de sua criação para o cuidado “de apenas uns vinte armazéns”. Também dizia “estranhar [...] que se pretenda criar, ainda, um novo corpo”, afirmando ter o governo estadual aumentado o efetivo, seu oficialato e os gastos com a Brigada em números próximos dos 100%, desde 1930. Ele seria atacado pela bancada do PRL, que o acusaria de ter rompido a harmonia e cooperação das oposições com o governo. Todavia, Edgar Schneider não estaria sozinho nos protestos: ele seria apoiado por Maurício Cardoso, também deputado estadual. Defendendo a autonomia da FUG nas votações, Cardoso dizia que a cooperação “não exige unanimidade de votos”.<sup>336</sup> No entanto, o projeto foi aprovado.

Além da própria autonomia partidária, fato que, naturalmente, seria reivindicado pela FUG, também não se pode ignorar que já se sabia da organização de tropas armadas no estado. Isso igualmente motivou a FUG, através de seu líder, a negar o voto conjunto com o PRL para a formação desse grupo armado, mesmo que, abertamente, se usasse outra justificativa, a da oneração dos gastos públicos pelo governo estadual. Tendo em vista que a Lei de Segurança Nacional justificava prisões e intervenções por parte do governo federal pelo menor motivo, entende-se por que a alegação para o voto contrário fosse um argumento bem menos polêmico, não dando margens para possíveis intromissões no Rio Grande do Sul,

---

<sup>335</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 16.05.1936.

<sup>336</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 09.05.1936.

além de uma inevitável polêmica com repercussões nacionais, que poderia levar ao fim do *modus vivendi*.

Já a postura do PRL, retaliando a FUG pelo voto contra e acusando-a de não cumprir o acordo de cooperação na administração estadual, irritaria os *frenteunistas*. Afinal, a “exigência” do PRL no voto unificado em todos os projetos governistas seria encarada como uma afronta à sua autonomia, pois a colaboração, alegava a FUG, não significava submissão. Os *republicanos liberais*, por sua vez, mostravam não admitir que a FUG votasse contra o governo, depois do pacto, encarando o acordo estadual como um *apoio incondicional* aos projetos elaborados pelo governador.

E a forma hostil com que o PRL encararia a discordância da FUG aumentaria o descontentamento dos *frenteunistas*, já que essa votação ganhava mais um agravante. Quando Flores da Cunha foi visitado, alguns dias depois do debate parlamentar, pelos deputados classistas e do PRL, proferiu um discurso enaltecendo a Assembleia, mas *alfinetou* os últimos episódios. Apesar de longa, a citação do jornal *A Federação* nos parece bastante elucidativa:

Quanto aos trabalhos da própria Assembleia, lamento que, nas últimas sessões, representantes dos partidos adversos, mesmo depois de estabelecido o ‘*modus vivendi*’, que respeitamos, tenham discrepado da atitude anteriormente mantida. Não sei que nefastos prenúncios revelam esse gesto. Mas, nós não carregaremos o peso da responsabilidade de contribuir para a modificação do ambiente em que vivemos. Que pese ela sobre os nossos antigos adversários e atual aliados. De nós não partirá jamais um ato que vise estabelecer a discórdia no seio da família rio-grandense. Não tememos a crítica, quer em relação a atos Legislativos, quer em relação aos administrativos. Fizemos o ‘*modus vivendi*’ de alma aberta nobremente. Tudo temos a dar e nada a receber. Acredito que nem o ilustre e venerado dr. Borges de Medeiros, nem o honrado e digno sr. Raul Pilla, nem o sr. Lindolfo Collor, um brilhante espírito e nobre caráter, tenham sido consultados sobre a atitude tomada pelos representantes da minoria. Conheço bem as fontes onde nasceram as divergências trazidas para o seio da Assembleia e, se preciso for, acharei ocasião de denuncia-las a opinião pública rio-grandense. Aconselho, porém, os meus amigos da Assembleia representantes políticos ou representantes classistas a se manterem dentro da prudência e da ponderação, quando tiverem de revidar os ataques insofridos e injustificáveis de nossos adversários.<sup>337</sup>

Esse pronunciamento, tendo ampla repercussão, mostrou o tom de desconfiança do governador com os deputados da FUG, insinuando que a postura de alguns, ao se oporem a projetos do governo, perseguiram algum objetivo *obsuro*. Essa alusão, na qual Flores ainda dava a entender que conhecia seu real motivo, agravou o descontentamento no seio do acordo regional. Além disso, o próprio tom de enaltecimento ao PRL pela pacificação, sendo

---

<sup>337</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 11.05.1936.

considerado por ele o responsável pelo acordo, e os deputados da FUG vistos como culpados por sua instabilidade, culminariam em uma atitude de repúdio ao PRL, pela Frente Única.

Raul Pilla, por exemplo, foi o primeiro a se rebelar contra as palavras do governador, marcando a *crise de maio*, a primeira tensão no acordo regional. Ele se reuniu, primeiro, com alguns deputados da oposição, e, depois, com o Diretório do Partido Libertador. A partir destas reuniões, Pilla elaborou uma carta, entregue em 13 de maio a Darcy Azambuja, informando sua renúncia ao cargo de Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio. Declarou discordar do pronunciamento do governador, quando ele afirmou que o PRL tinha “tudo a dar e nada a receber”, colocando, em sua visão, a FUG numa posição de “munificência administrativa”, e não de quem exerce “nobremente” a função pública. Abordando a questão do novo Corpo Provisório e toda a discussão no Legislativo, o líder do PL alegava que caberia à Frente Única “sempre o direito de assentir ou dissentir. Não é crível que o acordo houvesse sido feito para instituir a passividade, nem que tal passividade esteja nos moldes do sistema que se está tentando praticar no Rio Grande”.<sup>338</sup> Após essa explanação, renunciava, embora Darcy Azambuja e Flores da Cunha não tivessem aceito o pedido de demissão.

Nessa crise, sua demissão não foi encarada como sendo o fim do *modus vivendi*. Muitas reuniões se sucederam, quase sempre insistindo na substituição de Pilla por outro libertador. Além disso, sua saída e a ruptura não eram uma unanimidade dentro da FUG.

Lusardo, mesmo que estivesse se aproximando do presidente, nesse momento ainda não fazia parte dos partidários do rompimento. Até porque, prejudicaria o processo de “pacificação” que as *Oposições Coligadas* buscavam, encarada por ele como uma maneira muito mais virtuosa do que uma capitulação ao *varguismo*, de forma “pura e simples”. Em telegrama, ele afirmou que a crise gaúcha foi “a mais intempestiva que podia sobrevir nessa hora”. Citando não conhecer bem os motivos que levaram a ela, falaria sobre a repercussão dentro da bancada federal. Para Lusardo, todos achavam que o rompimento seria um desastre, “que poderia sobrevir, não só para o Rio Grande como também para o Brasil. As consequências seriam funestíssimas não só no tocante à vida do nosso Estado, em todos os seus aspectos, como o resto do Brasil não nos perdoaria a levianidade [*sic*] de um gesto menos refletido”. Por isso, pedia a manutenção do pacto, e para se entender “a crítica situação em que se encontra o líder da Frente Única”, João Neves, negociador da pacificação geral. No

---

<sup>338</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 13 e 14.05.1936.

final, aconselhava Pilla a resolver “esses encreados [*sic*] casos municipais”, e que se mantivessem os mesmos secretários do executivo estadual.<sup>339</sup>

Ou seja, notamos uma preocupação muito grande da bancada federal em não afetar seus entendimentos com Vargas, se importando mais com isso do que com o acordo regional *stricto sensu*. E havia sentido nisso. Afinal, como uma fórmula que se propunha pacificadora da política do país, que estaria inspirada no modelo do Rio Grande do Sul, serviria, se acabou não acalmando, sequer, as divergências políticas do estado, quando posta em prática? Por isso, a crise, que ganhou volume com a atitude de Raul Pilla, parecia ter respaldo entre quem estava no Rio Grande do Sul, com o apoio de deputados e líderes municipais. Mas não entre aqueles que representavam a FUG no Distrito Federal. Isso porque poderia implicar no fim dos entendimentos que rondavam, junto com Vargas, uma composição por meio da *Fórmula Pilla*, junto com as demais oposições.

E isso ficou evidente dentro dos debates que foram levantados no centro do país. Nesse sentido, parece muito propício trazer aquilo que disse o jornal *O Estado de São Paulo*: “ficou demonstrado que a fórmula não evita atritos, conflitos ou crises. Não merece, pois, a patente de aparelho de pacificação que para ela pretendiam os seus inventores e advogados. O acordo, é verdade, pode ser remendado ou concertado”. No final, caçoava que seria a crise costurada com uma nova fórmula, dizendo que os gaúchos estavam satisfeitos, “sabe por quê? Porque descobriram mais uma fórmula!”.<sup>340</sup>

Por mais irônicas que fossem as palavras do jornal paulista, também não poderiam ser mais ilustrativas sobre a conjuntura que marcou o cenário político do Rio Grande do Sul nos anos 1930, com a variedade de “*fórmulas*”, “*acordos*” etc. E, novamente para que nenhuma alteração ocorresse na conjuntura regional, seria assinado um pacto suplementar. Esse aditivo ao *modus vivendi* seria composto por cinco cláusulas, que procurariam “amarrar” novos incidentes semelhantes aos que se sucederam na *crise de maio*.

Como as divergências dos Corpos de Brigada foram encarados como uma questão de confiança pelo PRL, a primeira cláusula para a recomposição definia que somente poderia ser assim considerado nas votações legislativas os projetos que fossem unanimidade dentro do secretariado. A cláusula II focava nos problemas municipais, aplicando no primeiro tópico a *ata de acordo* em Alegrete, firmada no Palácio do governo estadual; solução do caso de Tupanciretã conforme sugestões elaboradas pela comissão interpartidária designada para

<sup>339</sup> ARP, 14.05.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1219. Lusardo ainda mandaria outro telegrama para Pilla, em termos semelhantes, condenando o rompimento, e ressaltando as avançadas conversas para a pacificação, barrando na questão dos parlamentares presos. ARP, s. d. NUPERGS, doc. s/n [a lápis, diz: RP76/02].

<sup>340</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 21.05.1936.

resolver os problemas daquele município; nomear um oficial da BM para delegado em Camaquã; estabelecer garantias para as eleições em Santiago do Boqueirão, em conformidade com aquilo que a comissão interpartidária para aquele município deliberasse, e nomear um prefeito sem vínculos partidários para presidir as eleições em Encantado. A cláusula III previa a aceleração da nomeação dos funcionários afastados por motivos políticos, com parecer favorável da comissão de readmissão. Ratificava, também, o bloqueio de concursos em vagas em que houvesse servidores com processos de reingresso em estudo, de acordo com o segundo item da ata do *modus vivendi*, e obrigando os prefeitos a readmitirem empregados, obedecendo às decisões tomadas pela comissão de reingresso. A cláusula IV, a única sem caráter partidário, apenas corroborava a cláusula VIII do pacto de 17 de janeiro, ressaltando que deveria propiciar-se a livre concorrência no estado. Por fim, o aditivo falava em acelerar a composição de uma comissão para elaborar um anteprojeto criando a polícia de carreira.<sup>341</sup>

Com a assinatura deste aditivo, Pilla e Collor seriam mantidos em seus cargos. Mas o *modus vivendi* não sairia tão ileso. Expondo sua fragilidade, essa crise serviria para que os contrários ao pacto seguissem buscando sua desarticulação, dentro de PRL-PL-PRR. Isto é, arregimentando quem era contra o colaboracionismo entre os partidos, e sendo esta instabilidade “interpretada como prova da capacidade disruptiva que o acordo possuía”, conforme mencionou Héglio Trindade.<sup>342</sup>

---

<sup>341</sup> ARP, 18.05.1936, NUPERGS, doc. nº 002/1221. Na íntegra, o documento dizia: “somente as mensagens e proposições do Governador que houverem tido aprovação unânime do Secretariado implicam questão de confiança nas votações da Assembleia Legislativa. II. O Governo dará solução imediata aos casos municipais ainda pendentes dentro dos critérios já assentados. Serão imediatamente efetivadas as seguintes providências: a) aplicação da ata do acordo firmado no Palácio para a solução do caso do Alegrete; b) solução do caso de Tupanciretã, de acordo com as sugestões que houverem de ser formuladas pela Comissão inter-partidária, nomeada nos termos do *modus vivendi*; c) nomeação de um oficial da Brigada Militar para o cargo de delegado de polícia de Camaquã; d) estabelecimento de garantias prontas e efetivas para o pleito suplementar de Santiago de Boqueirão, de acordo com as solicitações da Comissão inter-partidária; e) nomeação de um prefeito para presidir o próximo pleito de Encantado e que seja alheio às competições políticas daquele município. III. Na medida do possível far-se-ão desde já as nomeações dos funcionários cujos direitos houverem sido declarados liquidados pela comissão especial encarregada de rever as causas de demissão, nos termos do item 2º da ata de 17 de janeiro. Fica entendido que o governo não abrirá concursos para provimento de lugares vagos enquanto houver funcionários que estejam em condições de serem aproveitados para os mesmos, ainda nos termos do mesmo item segundo. Fica entendido ainda que a obrigação de readmissão dos funcionários é recíproca na esfera das administrações municipais, devendo os prefeitos da Frente Única readmitir os funcionários demitidos por motivo político de acordo com as decisões da Comissão, excetuando os cargos de confiança na forma da legislação vigente. IV. Dar-se-á imediata execução ao item oitavo (VIII) da convenção constante da ata de 17 de janeiro do corrente ano que dispõe “suprimir todos os entraves fiscais, diretos ou indiretos, à circulação da riqueza e privilégios contrários à livre concorrência, salvo as disposições da legislação federal no referente à organização cooperativista e proteção da saúde pública. V. o governo completará imediatamente a Comissão Especial que deve ser nomeada nos termos do item terceiro da ata do *modus vivendi* para elaborar um anteprojeto criando a polícia de carreira, por forma a que o mesmo possa ser enviado à Assembleia Legislativa logo que esta reiniciar os seus trabalhos na atual sessão”.

<sup>342</sup> TRINDADE, op. cit., p. 254.

O aditivo surgiu como uma trégua, para que se mantivessem os entendimentos em nível nacional. Todavia, essa fórmula passaria a ser considerada “falível”, depois do ato demissionário de Pilla. Mas, na medida em que os desentendimentos em nível nacional foram fracassando, a existência do *modus vivendi* ia perdendo seu sentido para a FUG. Vargas, atentamente, seguiria instruindo e se reunindo com membro da FUG e do PRL, visando a cooptar políticos rio-grandenses contra o *florismo*. Além disso, seguiria trabalhando para desarticular as oposições e seus objetivos de acordo com o governo federal. Veremos no último capítulo deste trabalho essa complexa conjuntura pós-*crise de maio* que se formou no cenário político.

#### 4. DO DECLÍNIO À QUEDA DO *FLORISMO*

A conjuntura *pós-crise* de maio de 1936 é complexa dentro do cenário político nacional e regional. Se o país discutia as medidas de exceção e o combate ao comunismo na imprensa e no parlamento, a partir da metade do ano alguns dirigentes partidários vão articulando nomes e alianças para a sucessão de Vargas. Este, por sua vez, procurava desarticular possíveis candidaturas e inviabilizar o pleito de 1938. E, dentro da política regional, sobretudo a partir de setembro, fica impossível desprezar as articulações militares para compreender o momento político, onde intensifica a *corrida armamentista* entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha.

Do ponto de vista político, há o enredamento da FUG em apoio ao Palácio do Catete, que sofreu dissidências internas em apoio ao governador, além da exposição aberta da Dissidência Liberal. Trocando em miúdos, podemos afirmar que são faces da nova crise política rio-grandense, que se avizinhou no final do ano e se manteve até o golpe do Estado Novo, influenciando, até mesmo, o perfil partidário do *pós-1945*.

O início das cizânias tem, como ponto de inflexão, a união dos deputados dissidentes com os *frenteunistas* na Assembleia Legislativa. A partir desse momento, o governo estadual passou a sofrer a mais forte oposição desde quando Flores da Cunha assumiu o controle da administração estadual. Isso devido a uma série de fatores: perda do controle do próprio partido, dividido literalmente em dois, tendo minoria na Assembleia Legislativa, sofrendo frequentes ataques de parte dos deputados estaduais, sendo acompanhado de um *crash* na política gaúcha de grandes proporções. Além de que, diferente da crise política de 1932, Flores da Cunha não possuía o apoio do governo federal e nem da maioria do situacionismo dos demais estados da federação. Criou-se um contexto muito difícil para Flores da Cunha se manter em “pé de guerra” com Getúlio Vargas.

Tendo em vista essa conturbada conjuntura, vamos abordar neste último capítulo, primeiramente, os últimos meses em que o *modus vivendi* vigorou no Rio Grande do Sul, de maio a outubro de 1936. Procuraremos elucidar como se formou o cenário citado nos dois parágrafos acima. A partir do momento em que o *modus vivendi* foi erodido, vamos estudar o processo de isolamento político do governo estadual em duas fases: a primeira, de consolidação da nova conjuntura, que abarca o final de 1936 e o início de 1937, e a segunda, onde os debates da sucessão presidencial e a intervenção militar no Rio Grande do Sul foram

a tônica do panorama político brasileiro, até a renúncia de Flores da Cunha, em outubro de 1937. Esse fato foi importante para viabilizar os caminhos para o golpe de 10 de novembro.

#### 4.1 AS TURBULÊNCIAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1936: O AUMENTO DO FRACIONAMENTO DA POLÍTICA REGIONAL E O ENVOLVIMENTO MILITAR

Entre maio e outubro de 1936, muitos debates ocorreram na esfera política nacional, quando medidas de exceção justificadas pelo levante *aliancista* afetaram diretamente as *Oposições Coligadas*, que se dividiam entre aqueles que davam por encerrado qualquer entendimento com Getúlio Vargas e aqueles que ainda insistiam em fórmulas e pactos, estes, encabeçados pela FUG. Vargas, por sinal, acelerou sua aproximação com os dissidentes ao acordo no Rio Grande do Sul, e fechou as portas para um pacto federal semelhante ao *modus vivendi*, procurando aproximar-se dos políticos rio-grandenses por outros meios, ligados, agora, à sucessão presidencial, que ganhou fôlego a partir do segundo semestre de 1936. Fazendo isso, Getúlio Vargas terminou com as expectativas da oposição em usar a experiência regional como modelo em nível federal, extinguindo a principal função do *modus vivendi* para boa parte dos *frenteunistas*.

Como vimos, sua manutenção na primeira crise só ocorreu devido ao contexto de negociações que Lusardo e João Neves mantinham em nome da *minoría parlamentar*. No entanto, mesmo que existissem desgastes no *modus vivendi*, ele não era comungado por todas as lideranças da Frente Única, pois parte dela valorizava os resultados do acordo dentro do estado, sem propensões ao governo federal, exceto, em alguns casos, se fosse para resistir aos avanços de Vargas, garantir a sucessão presidencial e impedir uma intervenção federal. Ou seja, para confrontar o executivo federal. Lindolfo Collor era um exemplo deste grupo que se opunha a Getúlio Vargas. Mem de Sá, em suas *memórias*, o considerou como principal responsável pela assinatura do pacto<sup>343</sup>, eximindo Raul Pilla de maiores responsabilidades pelo acordo e, implicitamente, dando a entender que este foi forçado pelas circunstâncias a assiná-lo, o que é falso, pois Pilla despontava como um dos defensores mais entusiastas de sua assinatura.

Nesse sentido, segundo Lílian Maria de Lacerda, é comum que o narrador, em escritas autobiográficas, afaste de seu retrato aquilo que considera indesejável, que venha a trazer traços negativos para sua figura na narrativa, tentando esconder as ambiguidades e

---

<sup>343</sup> SÁ, op. cit., 1981, p. 74-75.

contradições. Ou seja, evitando as interpretações que não focalizem a imagem autobiográfica de forma positiva.<sup>344</sup> Desta forma, mesmo que Mem de Sá não esteja falando de si mesmo, mas de Pilla, ele considerou uma contradição do político libertador assumir uma pasta no governo de Flores da Cunha. Por isso, buscou isentá-lo de qualquer responsabilidade, “terceirizando” a Lindolfo Collor o encargo pela assinatura do pacto – e pela ocupação da pasta pelo chefe libertador.

Ainda assim, mesmo que não possa ser atribuída a ele toda a responsabilidade do acordo, podemos afirmar, seguramente, que, nas crises de maio e outubro, Lindolfo Collor foi o republicano que mais se bateu pela manutenção do pacto regional. Na primeira tensão, ele já esteve em defesa do *modus vivendi*, afirmando que “a crise está encerrada, o ‘*modus vivendi*’ resistiu ao embate, e o acordo rio-grandense saiu, inegavelmente, fortalecido da ameaça que lhe pesou durante alguns dias”.<sup>345</sup> Foi Collor um dos principais mediadores com o Partido Libertador, que se batia, parcialmente, pelo rompimento da ata de 17 de janeiro.

Além dele, aqueles que estavam interessados em aproximar a *minoría parlamentar* de Getúlio Vargas não perderiam tempo em fazer declarações apaziguadoras, como Batista Lusardo. Além do contato telegráfico, ele declarou, publicamente, que o *modus vivendi* seguiria, e, caso Pilla não quisesse manter-se no cargo, Walter Jobim o assumiria. Esse gesto, para Lusardo, mostrava o “desejo de que subsista o acordo que restabeleceu a tranquilidade na família rio-grandense”.<sup>346</sup> Este discurso escondia os reais motivos que levavam ele e a bancada federal da FUG em defender a manutenção da colaboração administrativa.

Contudo, mesmo com esse “apaziguamento” em nível regional, o cenário político nacional continuava turbulento. Três questões norteariam esse período: “o combate ao comunismo, a sucessão presidencial e a desarticulação do governador Flores da Cunha”, ocupando os grandes centros da política: congresso, governos federal e estaduais e o Exército. Enquanto isso, Getúlio Vargas buscava formas de se manter no poder. Se Flores da Cunha recusou apoiar um golpe de Estado em 1935, no ano seguinte a “Missão Agamenon Magalhães” sondou o apoio dos governadores de São Paulo, Bahia e Pernambuco para a prorrogação do mandato de Vargas por uma reforma constitucional, com a negativa unânime

---

<sup>344</sup> LACERDA, Lílian Maria de. Lendo vidas: a memória como escrita autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Maria Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Tereza Santos (orgs.). *Refúgios do Eu*. Florianópolis: Mulheres editora, 2000.

<sup>345</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 20.05.1936.

<sup>346</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 19.05.1936.

destes. Portanto, seria necessário buscar outros meios para a permanência na presidência, que não fosse pela via legal.<sup>347</sup>

A conjuntura nacional, naturalmente, mobilizaria a política gaúcha. Em junho, com a prorrogação do estado de guerra, a FUG sofreu uma derrota no parlamento, já que defendeu o regresso à situação anterior, o estado de sítio. Isso limitava o poder do executivo federal, pois mantinha as garantias individuais e condicionava sua manutenção à aprovação do Legislativo. Com essa medida, parte das *Oposições Coligadas* rompeu a trégua parlamentar, e questionou a prisão dos parlamentares oposicionistas. Houve, também, implicitamente, críticas à FUG, já que um parlamentar da *minoría* disse que a atuação do grupo só almejava “conchavos”. Acabou, portanto, a trégua costurada por João Neves. Por sinal, ele já vinha admitindo que sua manutenção só se dava sob chantagens de rompimento com as *Oposições Coligadas*.<sup>348</sup>

A questão da prisão e do processo a parlamentares trazia dificuldades também para a *maioría parlamentar* em geral, e ao PRL em particular. Flores da Cunha teve de gerenciar sua bancada cindida. A orientação inicial do governador era deixar o voto livre para os parlamentares do PRL. Mas, depois, mudou de posição, orientando que seguisse a emenda de Ascânio Tubino, contra o processo. Flores da Cunha defendeu que fosse concedida licença só em caso de atividade subversiva “incontestável”. A única exceção dada foi a Adalberto Corrêa, o “combatente” do comunismo, que teve caminho livre para votar como entendesse. Flores da Cunha justificava a orientação do PRL em votar com a oposição. Disse o governador que, caso votassem pela cassação, os *republicanos liberais* iriam contribuir “para mais depressa ser fechado o Congresso Nacional e o Brasil entregue a quem sabe lá a espécie de ditadura”.<sup>349</sup>

Ou seja, ele expunha abertamente temer um golpe de Estado que derrubasse a constituição de 1934. Significava, portanto, uma retaliação a Getúlio Vargas, e deixava o governador na obrigatoriedade de temporizar os deputados que pendiam para a orientação *varguista*, e se apegaram ao argumento de a orientação inicial ter sido uma *questão aberta*. Tanto não foi fácil votar o projeto de Ascânio Tubino que cinco parlamentares do PRL seguiram a orientação governista de Pedro Aleixo.

Isso irritou Getúlio Vargas. Ele respondeu a Viriato Vargas que a “defesa dos deputados acusados de comunistas, tem gerado ainda maior confusão sobre o verdadeiro

---

<sup>347</sup> PANDOLFI; GRYSZPAN, op. cit., p. 15.

<sup>348</sup> CAMARGO et al., op. cit.; RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

<sup>349</sup> AGV, 23.06.1936, CPDOC, GV c 1936.06.23; AGV, 23.06.1936, CPDOC, 03.07.1936.

sentido desses gestos desconcertantes e intempestivos”.<sup>350</sup> Insatisfação que não vinha somente de Flores da Cunha. Ele também teve que contemporizar uma FUG furiosa, com João Neves e Maurício Cardoso alegando ter acordado com Pedro Aleixo que dois deputados indiciados não seriam processados, mas que ele teria faltado com sua palavra.<sup>351</sup> O PRL, com algumas exceções, e a FUG, coesa, adotaram o mesmo posicionamento acerca deste tema. Significava, para Vargas, enfrentar maciça hostilidade da bancada gaúcha contra suas medidas e, por tabela, aproximar FUG e Flores da Cunha em torno de uma prerrogativa levantada pela *minoría parlamentar*.

E, tendo o acordo no Rio Grande do Sul entre a FUG e o PRL subsistido em maio, a posição do *florismo* seria vinculada a essa emenda. Ao menos Viriato Vargas, que era o único do *quarteto* que procurava convencer Getúlio Vargas a se aproximar de Flores da Cunha, avisava ao presidente que a Frente Única ia “se apoderando de tudo”, com o objetivo de impedir uma aproximação dos dois. Assim, aconselhou o presidente a tomar a iniciativa de uma reconciliação, advertindo para não confiar na FUG, os culpando pelo afastamento dos dois. Na outra ponta, dentro do PRL havia quem pedisse para Flores da Cunha procurar Getúlio Vargas para uma harmonização, e mudando a orientação da bancada parlamentar.

Destes, o mais expressivo era Antunes Maciel Jr. Ele defendia que Flores da Cunha voltasse a compor com o governo federal e que nada de grave impedia que isso ocorresse. Além do mais, serviria, segundo Maciel, para combater os adversários do governo federal.<sup>352</sup> Esses pedidos por uma aproximação se davam não somente pelo distanciamento entre PRL e governo, mas também pela difícil conjuntura que o Catete enfrentaria para impor suas medidas de exceção, que tinha resistências até entre aliados. Isso em função de que alguns julgavam demasiados os poderes concedidos ao executivo. O apoio do Rio Grande do Sul era importante, pois daria respaldo às medidas de exceção e fortaleceria o governo federal no Legislativo. Mas Flores da Cunha, com objetivos inversos, acabou não cedendo. Ou seja, acabou seguindo distante de Vargas, e mantendo a orientação de não se processar os parlamentares presos.

A partir desse contexto, a bancada oposicionista desferiria ataques ao executivo. Isso porque o governo federal pediu em seguida a instauração de um Tribunal de Segurança Nacional para julgar agilmente os acusados nos períodos em que o estado de guerra estivesse

---

<sup>350</sup> AGV, 02.07.1936, CPDOC, GV c 1936.07.02/1.

<sup>351</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 516.

<sup>352</sup> AGV, 02.07.1936, CPDOC, GV c 1936.07.02/1; AGV, 29.07.1936, CPDOC, GV c 1936.07.29/1.

vigorando. João Neves ataca o projeto, chamando-o de inconstitucional. No entanto, seria aprovado em setembro.<sup>353</sup>

Nota-se, porém, que a oposição ganhou alguma força com a adesão de blocos situacionistas que divergiram do projeto do governo. Mas, mesmo assim, não foi capaz de impedir a criação do Tribunal e do processo aos parlamentares. Vargas, mais uma vez, venceu no Legislativo, mas tinha de desarticular resistências e divergências para dar continuidade à criação de uma série de aparelhos de exceção, dentre elas, as que vinham do Rio Grande do Sul. Simultaneamente, ainda que não gerasse uma “*crise*”, o debate da sucessão presidencial ganhava terreno, com diversas correntes articulando o tema nos bastidores. Flores da Cunha era o primeiro a pautar tanto interna quanto publicamente essa questão. Na medida em que o final do ano se aproximava, as conversas por candidaturas e alianças ocupavam cada vez mais a agenda dos grupos políticos.

#### 4.1.1 O início do aquecimento do debate pela sucessão presidencial no Rio Grande do Sul, as desarticulações de Getúlio Vargas e o Congresso do Partido Libertador

A insatisfação de Getúlio Vargas com o tema da sucessão presidencial chegou a Oswaldo Aranha, embaixador em Washington. Indagado, Vargas esbravejava: só cuidaria de um substituto em janeiro, após a desincompatibilização dos governadores. Dizia ainda que o “gelo” no tema era comungado por todos os estados, exceto no Rio Grande do Sul, onde se queria “precipitar a discussão, abrir demasiado cedo os debates, inquietos como macacos, sentindo cócegas na língua e forcejando para iniciar uma luta que não interessa ao resto do país, nem consulta os próprios interesses do Rio Grande, que deseja paz e ordem para trabalhar”.<sup>354</sup> Além de criticar a política gaúcha, Getúlio Vargas minimiza os debates para a sucessão presidencial, reduzindo, naquele momento, a acordos prévios em poucos estados, como o Rio Grande do Sul e o PRP por Antônio Carlos. Vargas não tomaria, neste momento, medidas para impedir conversas sobre definição de nomes, mas acompanhava o desenrolar dessas articulações, com atenção e inquietude.

---

<sup>353</sup> CARONE, op. cit.; BALZ, op. cit. Os pontos que João Neves e as *Oposições Coligadas* levantavam para alegar isso era o artigo 14 da constituição federal, que previa não haver foro privilegiado nem tribunal de exceção, e feria o princípio de irretroatividade da lei penal, pois se queria punir os réus de novembro com uma lei de dezembro de 1935. Cf. CARONE, op. cit., p. 351. Sobre as medidas de exceção (Lei de Segurança Nacional, Estado de Guerra, Tribunal de Segurança Nacional e Comissão de Repressão ao Comunismo) e suas prerrogativas, ver: RAMOS, op. cit., p. 176-181. Um bom estudo sobre o Tribunal de Segurança Nacional é o de BALZ, op. cit.

<sup>354</sup> AGV, 06.08.1936, CPDOC, GV c 1936.07.29/3.

Do Rio Grande do Sul, partia o alerta de que Flores da Cunha teria entregado “o Rio Grande ao Borges, mediante o apoio deles [Frente Única Gaúcha] na questão presidencial”. Há um claro exagero na missiva, que partia de Viriato ao irmão-presidente, mas também não é falsa a tentativa de aproximação entre FUG e Flores da Cunha, neste assunto. Poucas fontes encontramos a respeito, mas uma troca de missivas entre João Carlos Machado e Flores da Cunha mostra conversas do primeiro com Lusardo e Collor, que teria indicado um nome à sucessão ao PRL. Embora não seja mencionado quem seria, Flores da Cunha era enfático: tinha compromissos com Antônio Carlos e com aliados de São Paulo, não entrando naquilo que definia como uma “canoa furada”. Poucos dias depois, Darcy Azambuja avisaria Flores da Cunha que “Collor informou-me com toda reserva que Lusardo procurara seu apoio do Dr. Borges e outros para candidatura do Pilla a presidência [da] república”<sup>355</sup>, sendo, então, o nome de Raul Pilla o qual, provavelmente, tenha sido levado a Flores da Cunha, e rechaçado em prol de “compromissos” com Antônio Carlos. Afinal, cruzando as informações daquelas conversas com esta, podemos perceber que Batista Lusardo e Lindolfo Collor estavam envolvidos nas duas, e não encontramos registros que atestem estar a FUG trabalhando em outro nome que não o de Raul Pilla, talvez motivada pelo aceno que Vargas deu para uma candidatura rio-grandense, para sucedê-lo.

Portanto, em meados de julho e agosto, Frente Única e Flores da Cunha já possuíam suas inclinações, a primeira por Pilla, o segundo por Antônio Carlos. Nesse sentido, interessante notar as negociações para ter um candidato unificado para o pleito presidencial no estado, assim como em 1930. Mesmo que não tenha avançado, podemos notar que o *modus vivendi* propiciou a formação de uma conjuntura favorável a acordos políticos, neutralizando um dos pontos do pacto que dizia não implicar em compromissos dessa natureza, algo impensável antes de janeiro. Deve ser levado em conta que uma unificação poderia ameaçar uma candidatura *getulista*, e impor um nome que estivesse entre a concórdia dos dois grupos políticos do Rio Grande do Sul. Também por isso Vargas repudiava a antecipação dos debates pelos políticos gaúchos.

É importante destacar que não era somente o Rio Grande do Sul quem articulava candidaturas: Juracy Magalhães trabalhava em prol do senador Medeiros Neto. Já Armando Salles de Oliveira, governador de São Paulo, se preparava para lançar o próprio nome.<sup>356</sup> E Flores da Cunha, talvez procurando afastar Antônio Carlos da órbita de Vargas, teria dito para

---

<sup>355</sup> AGV, 08.07.1936, CPDOC, GV c 1936.07.08/1; AGV, 29.07.1936, CPDOC, GV c 1936.07.29/2; AGV, 18.08.1936, CPDOC, GV c 1936.08.18; ALC, 15.06.1936, CPDOC, LC c 1936.06.15/1.

<sup>356</sup> PANDOLFI; GRZYNSZPAN, op. cit.

a *velha raposa* que o presidente estava “pela garganta” com o político mineiro. Essa atitude foi condenada por Getúlio Vargas: “o que me surpreendeu foi o Flores reduzido ao papel de intrigante. Mentiroso, já o tinha apanhado algumas vezes”<sup>357</sup>, desabafou.

O presidente dialogava sobre a sucessão presidencial com a FUG, mostrando que era uma preocupação sua, se não obter o apoio dos *frenteunistas*, pelo menos afasta-los da órbita de influência *florista*. Em encontro com Pilla e Cardoso, Vargas acordou forçar o problema da sucessão em 1937, facilitando as discussões com a renúncia dos governadores que quisessem concorrer, e que a colaboração das oposições com o governo ainda era possível. Por fim, tinha ratificado o apoio da oposição para si, em caso de rompimento com Flores da Cunha, o qual Vargas já tinha costurado pouco tempo antes. Mas, ainda que fosse um debate interno na FUG, Getúlio Vargas sabia que Collor, Lusardo e Borges de Medeiros trabalhavam pela candidatura de Raul Pilla à Presidência da República.<sup>358</sup> A FUG, deste modo, atuava em duas mãos: ao mesmo tempo em que prometia neutralidade, procurava, nos bastidores, fazer seu candidato, enquanto o presidente mantinha a possibilidade das oposições em cooperarem com o governo federal, principal artifício utilizado por ele para “fisgar” a FUG. Vargas constantemente acenava com essa possibilidade, e depois encontrava uma forma de inviabilizá-la.

Ele, procurando impedir que os grupos políticos do estado ficassem à mercê da cooptação *florista*, agia também em outra frente, buscando aproximar-se ao máximo dos parlamentares do PRL, ou seja, da base política do governador. Sabendo que a perda dos *republicanos liberais* para a *minoría parlamentar* poderia ser um duro golpe ao governo, Getúlio Vargas passou a receber a bancada do partido toda terça-feira no Palácio do Catete. Mesmo que, a partir de setembro, Flores da Cunha proibisse os deputados de realizar essas reuniões, nove deles seguiriam mantendo encontros com o presidente.<sup>359</sup>

Vargas nunca mencionou quais eram, mas seu *Diário* registra os encontros “proibidos” até o final do ano, prosseguindo em 1937. Assim, fortalecia o governo no Legislativo e “amadurecia” os parlamentares que, muito certamente, constituíam a Dissidência Liberal em seu nascedouro. Isso porque, em diversas passagens, Vargas relata ter se queixado aos deputados das atitudes de Flores da Cunha, e do quanto elas teriam prejudicado o governo federal e a tranquilidade política do país. Ou seja, Getúlio Vargas ficava instigando-os contra Flores da Cunha.

---

<sup>357</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 509.

<sup>358</sup> Idem, p. 520; 532; 535.

<sup>359</sup> São diversas as passagens que registram esses encontros. Ver: VARGAS, op. cit., v. I, p. 543; 544; 545; 547; 548; 550; 554; 557; 561; 564 e 571.

Ao mesmo tempo, Vargas tratava de cuidar das articulações militares que seguiam no Rio Grande do Sul. Ele soubera de uma encomenda feita pelo governo estadual a uma empresa bélica tcheca, da preparação da Brigada Militar com metralhadoras e munições compradas de uma empresa local, e de confecções de granadas, sendo boa parte desse equipamento contrabandeado de Santana do Livramento. Também soubera da organização dos corpos provisórios, destacando o Corpo de Guardas do Porto de Porto Alegre, que estava em funcionamento e tinha recebido “9 F. M. [Fuzis Mauser?] e um caminhão com munições”. Além disso, não havia sido aceito o ingresso de nenhum reservista do Exército, mas Vargas tinha infiltrado “lá dentro um elemento de nossa confiança e que nos traz ao par do [sic] que se passa lá dentro”. Infiltração essa que *supostamente* chegaria, em seguida, até na guarda pessoal de Flores da Cunha, segundo um depoimento do então deputado Carlos Santos.<sup>360</sup> Ainda assim, também não deixa de mostrar a extensão do aparato de vigilância e o acompanhamento que Getúlio Vargas fizera no estado por meio de elementos aliados.

De qualquer forma, o governo federal já se prevenia das resistências militares nos estados. Coincidência ou não, é no mesmo dia da assinatura do *modus vivendi* que as polícias estaduais foram convertidas a reservas do Exército. A lei 192/1936 dava, pela primeira vez, competências às polícias militares em âmbito nacional. Ela previa que o objetivo das polícias estaduais era zelar pela ordem e pelas autoridades; atender a convocações do governo federal, em caso de guerra externa ou grave comoção interna; seu efetivo não poderia exceder as unidades do Exército, que poderia, através de um oficial, comandar as forças militares estaduais; não poderiam ser utilizados pelas forças estaduais uniformes de campanha sem o aval do ministério da guerra, e possuir artilharia, aviação ou carro de combate<sup>361</sup>, tendo o claro sentido de subordinar as polícias dos estados ao governo federal.

Não podemos afirmar que essa lei tinha como alvo especial atar as articulações militares de Flores da Cunha. A bem da verdade, não nos parece isso, pois tudo indica que as conspirações do governador iniciaram em abril, embora o bem montado aparelho militar do Rio Grande do Sul fosse conhecido há tempos. Ainda assim, Getúlio Vargas possuía embasamento legal para agir contra a Brigada Militar e as milícias dos demais estados. Mesmo que tivesse esse arcabouço jurídico e conhecesse as manobras militares de Flores da

---

<sup>360</sup> AGV, 09.06.1936., CPDOC, GV c 1936.06.09/1; SANTOS, Carlos. Depoimento – A Frente Única e o PRL. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983. Carlos Santos afirmou isso, também, em: Carlos Santos para Hélgio Trindade. 1979.

<sup>361</sup> SIMÕES, Moacir Almeida. *Brigada Militar: trajetória histórica e evolução na constituição*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014; RANGEL, op. cit., 2007.

Cunha, Getúlio Vargas adotava cautela com os informes que recebia, permanecendo em uma atitude de observância passiva.

#### 4.1.1.1 O Congresso do Partido Libertador

Dentro dessa conjuntura, o Partido Libertador realizou, em julho, seu Congresso estadual, visando à reforma do estatuto partidário. Esse Congresso teria notoriedade nacional por um extenso discurso de Raul Pilla, fazendo uma retrospectiva da atuação libertadora, desde 1930 até aquele momento, e dando ênfase especial na participação do PL no governo estadual. Reconhecia Pilla que “ninguém poderá arrebatá-lo ao sr. Governador do Estado o mérito de haver propunhado [*sic*] a paz. E não menos seguro é, também, que a oposição rio-grandense não ficaria bem resistir aos reiterados apelos, cujo valor só os fatos poderiam demonstrar”, e que, e para ele, caso a FUG seguisse intransigente poderia levar o Rio Grande do Sul a um estado semelhante ao do início da república.<sup>362</sup>

Mas em sua retrospectiva, como Raul Pilla justificaria a diferença entre as exigências da FUG no *Discurso do Teatro Coliseu*, em 1934, para o acordo final, em 1936? Procuraremos esclarecer de que forma o líder do PL explicou a transformação das reivindicações da FUG para compor com o governador. Ele afirmava que, no primeiro momento, se estava diante do interventor e candidato, fato que viabilizava procurar “para o posto supremo da administração rio-grandense, um homem que pudesse ser realmente um magistrado”, e, agora, estavam diante de uma situação legalmente delineada, só possível modificar mediante o recurso “insensato das armas. Pois bem, nessa situação para nós inteiramente fechada, é o próprio beneficiário dela quem se propõe abrir uma ampla clareira”. Segundo Pilla, estava Flores da Cunha querendo “pôr-se acima das lutas e competições do passado, quem aceita e propõe a fórmula capaz de fazer do governador um magistrado”, defendendo que era um absurdo recusar a nova proposta “porque o que pedimos a princípio, em condições muito diversas, era outra coisa? Simplesmente impatriótico e absurdo”.<sup>363</sup>

Destacava Pilla, novamente, que o *modus vivendi* não possuía *intuitos* políticos, mas reconhecia que poderia vir a ter *consequências* políticas. Para ele, antes, se o PRL tomasse determinada posição, a FUG tomava deliberação inversa, e, depois do *modus vivendi*, essa situação se alterou, sendo viável seguir vias idênticas a do partido do governador. Ressaltava

---

<sup>362</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 17.07.1936.

<sup>363</sup> *Idem*; *ibidem*.

também os benefícios do *modus vivendi* em outros setores, como na economia, que passava por um bom momento por causa do acordo, fato que, por si, para ele, já bastava para justificar o pacto. Finalizava comentando a *Fórmula Pilla*, que tinha germinado no Rio Grande do Sul, e era defendida pela tríade Lusardo-Neves-Cardoso, perante o governo federal.<sup>364</sup>

Nesse sentido, concluindo este trecho narrativo, algumas considerações devem ser feitas ao discurso do presidente do Partido Libertador. É claro que, partindo de um congresso partidário, não seria ele inamistoso, arriscando criar uma crise na FUG e no *modus vivendi*. Mas, ainda assim, a visão de Pilla é bastante esclarecedora. Isso quando fala, por exemplo, da diferença entre as conversas de 1934 e as que levaram ao acordo em 1936. Parece verdadeiro que a conjuntura política influenciou para o pacto, mas para além daquilo que Pilla alegava. Afinal, o rompimento do governador com Vargas, o levante de 1935 e as medidas de exceção, o surgimento da *Fórmula Pilla* como um acordo nacional rejeitado sob a alegação de inconstitucionalidade e a oportunidade de testá-lo no Rio Grande do Sul, o reconhecimento de que o pedido para Flores da Cunha se retirar do governo estadual era inviável, e a frequente insistência deste em um pacto. Isso somado ao próprio ostracismo político que os *frenteunistas* sofriam, eram fatores influentes para a exequibilidade do *modus vivendi*, além do maior poder de barganha com o governo federal.

Quando Pilla falou das questões políticas entre os dois partidos, suas conclusões parecem bastante certas. Justamente porque, em alguns momentos, o pacto possibilitou mesmo entendimentos políticos. A repulsa pela prisão arbitrária de parlamentares, por exemplo, mobilizou uma ação conjunta do secretariado do governo estadual. Naquilo que tange aos primeiros debates sobre a sucessão presidencial, FUG e Flores da Cunha conversaram sobre um candidato único no Rio Grande do Sul. Ainda que não fosse político na *teoria*, na *prática* o *modus vivendi* dava sinais nesse sentido.

Assim, é interessante destacar essa mudança de postura não somente na FUG, mas também no PRL, tanto no momento anterior e durante o *modus vivendi*, quanto também posterior. Isto é, a partir do processo que resultou no *modus vivendi*, a relação da FUG com o PRL foi a mais amistosa já registrada desde a eclosão da Guerra Civil de 1932.

O líder libertador concluiu sua fala abordando o desenvolvimento econômico do estado. Este é um dos temas mais delicados de se problematizar, pois não conhecemos estudos que se detiveram na administração Flores da Cunha. Mas os poucos dados que temos indicam para uma corroboração daquilo que Pilla citou. A partir de dados trazidos por Carlos Cortés,

---

<sup>364</sup> Idem; *ibidem*.

em 1936 o Rio Grande do Sul atingiria um crescimento industrial de 20%, enquanto o balanço de importações e exportações quase quadruplicou.<sup>365</sup>

Não foi possível contrapor esses números com outras fontes, que seria bastante importante, já que o autor assinala ter retirado esses dados de um manuscrito, merecendo, portanto, algum cuidado. Mas, mesmo sem números detalhados, é possível afirmar que a economia estadual experimentou um crescimento importante, nesse ano. Lindolfo Collor, em agosto, daria entrevistas destacando a prosperidade econômica estadual, onde as despesas e receitas orçadas para o ano, com previsão de *déficit*, davam o resultado inverso no primeiro semestre: de 10 mil contos negativos projetados, a administração estadual, se repetisse o bom andamento financeiro no segundo semestre, registraria um saldo de 20 mil contos, ou seja, 30 mil a mais do que o previsto. Ele também atribuiu isso ao acordo regional, que teria “influído sobremodo na situação financeira do estado”<sup>366</sup>, da mesma forma que Raul Pilla.

Mas é bem verdade que essa situação não pode ser vista descolada de um contexto maior. São Paulo, por exemplo, apresentava um crescimento econômico igualmente grande: a exportação aumentou, naquele estado, em mais de 800 contos, e com uma diminuição significativa da dependência do café, se comparado com 1931. O número de operários, de 1932 até 1936, tinha aumentado em mais de 70 mil. Ainda, o capital presente mais que dobrou, e surgiram mais de duas mil novas fábricas. Nesse ano, dados da economia brasileira registraram um crescimento de 12%. Este número, bastante expressivo, foi definido pelo economista Marcelo de Paiva Abreu como o “*boom* de 1936”.<sup>367</sup> Se houve crescimento econômico do Rio Grande do Sul, parte pode até ser atribuída ao apaziguamento do cenário político, mas ele não pode ser descolado da conjuntura nacional, que dava sinais de recuperação, não somente no estado sulino, mas no país de modo geral. Isto é, podemos dizer que a economia nacional ia melhorando, independente da questão política, e o Rio Grande do Sul acompanhava esse *boom*.

Dessa forma, também o projeto de união partidária da FUG era abandonado, corroborado pelo fato do PRR não realizar seu congresso simultaneamente. Provavelmente, a última manifestação com esse objetivo tenha sido a do republicano Joaquim Luís Osório, que lamentava a escalada parlamentarista no PL. Além disso, Osório, que era membro da antiga geração de republicanos históricos, criticava o *modus vivendi*, vendo o pacto como um

---

<sup>365</sup> CORTÉS, op. cit., p. 117.

<sup>366</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 23 e 26.08.1936.

<sup>367</sup> RAMOS, op. cit.; ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *Historia do Brasil Nação: 1808-2010*. São Paulo: Objetiva, 2013, v. 4.

“cambalacho”<sup>368</sup>, segundo sua própria assertiva. Significava, portanto, que o principal projeto regional entre a oposição rio-grandense era deixado de lado. Ela abdicava de buscar um fortalecimento interno para jogar ancorada com o contexto regional (Flores da Cunha) ou nacional (Getúlio Vargas) como alternativas de projeção política, na medida em que a Frente Única, simultaneamente, teve desentendimentos com os demais grupos que compunham a *minoría parlamentar* na Câmara dos Deputados.

#### 4.1.1 Viradas no contexto nacional em favor de Getúlio Vargas: a queda de Antônio Carlos e a proposta do *octólogo* pela FUG

A dualidade entre Vargas e Flores foi mais acentuada enquanto o mês de agosto passava e a FUG intensificava os debates pela sucessão presidencial. Mas nos últimos dias desse mês, a conjuntura nacional sofreria uma mudança significativa, e isso a favor do presidente, que não queria saber de nada sobre as eleições de 1938. Resumindo, podemos dizer que entre o final de agosto e início de setembro, Getúlio Vargas, junto com membros da oposição mineira, conseguiu dar um *xeque mate* nas intenções de Flores da Cunha em fazer o novo presidente, esvaziar a força política de seu nome preferido e, por tabela, criar fissuras no *modus vivendi*.

Até porque, as atenções de Vargas estavam voltadas não somente para o Rio Grande do Sul, mas também para outros estados, como Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco, estados politicamente importantes, tendendo a “remover obstáculos, tanto no Exército quanto na política, visando à consolidação de um quadro favorável ao desfecho golpista”. Especial atenção era dada, primeiro, a Minas Gerais e Rio Grande do Sul, já que, além da força política dos dois estados, se poderia “matar vários coelhos de uma só cajadada”, através da derrubada de Antônio Carlos, que era ainda presidente da Câmara dos Deputados e líder da bancada mineira. Vargas, junto com Benedito Valadares, consolidou a aproximação entre situacionistas (PP) e setores da oposição (PRM), trabalhadas desde o início do ano, sem consulta prévia a Antônio Carlos, que, por isso, renunciou à liderança da *maioría* e da bancada de seu partido. Impedido de efetivar a saída da liderança do governo, afastou-se somente da chefia regional, até ser derrotado, no ano seguinte, por Pedro Aleixo. Esse isolamento, nos dizeres de Aspásia Camargo, contou com o apoio da FUG, que procurava

---

<sup>368</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 24.07.1936.

isolar Arthur Bernardes, um obstáculo na tentativa de aproximação com Getúlio Vargas, e enfraquecer o possível candidato *florista*.<sup>369</sup>

Já Flores da Cunha, procurando manter a força de sua – até então – candidatura presidencial, chegou a orientar o PRL a votar de novo em Antônio Carlos para presidir a Câmara, caso ele renunciasse, tentando dar o troco ao governo federal, e reconduzi-lo ao cargo. Enquanto isso, o Legislativo estadual aprovava uma moção de admiração ao “velho Andrada”, onde, por coincidência ou não, nenhum deputado da FUG se fez presente.<sup>370</sup> Se proposital, foi uma cartada inteligente da Frente Única Gaúcha, que conseguiu manter uma atitude neutra, pois não votava contra, e evitava atritos com o PRL, e nem a favor, fugindo de desentendimentos com Getúlio Vargas.

Flores da Cunha, por sinal, mostrava não estar “de bem” com a política mineira, em agosto, já que, por uma questão envolvendo a cassação de diplomas de estudantes paulistas, o governador apelou para o Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, rever a decisão. Mas, aquilo que parecia ser um tema de pouca importância, acabou ganhando conotações maiores. Ele, que havia sido o nome de Flores da Cunha para suceder Olegário Maciel, em 1933, na interventoria mineira, atacou o governador do Rio Grande do Sul, dizendo ser desnecessária sua insistência, e que ele não estava acima da lei. O governador, por seu turno, acusou Capanema de insolvente e autoritário. Vargas, intervindo, defendeu seu ministro, afirmando serem injustos os ataques proferidos, e, segundo o presidente, essa era uma atitude digna de um traidor.<sup>371</sup> Flores da Cunha, em uma nova tentativa de buscar influenciar a política federal, através de questões envolvendo outros estados, mesmo que em menor frequência e com temas menos relevantes como este, não impediu de gerar atritos com o executivo federal.

Já a renúncia de Antônio Carlos ocorreu em 29 de agosto. No dia seguinte em que a *velha raposa* mineira perdeu a base política de seu próprio estado, uma proposta de acordo para a sucessão presidencial foi apresentada pela FUG, e seria uma pedra no meio do caminho *florista*, por representar o afastamento da Frente Única de Flores, e a aproximação com Vargas. A FUG, reunida no Rio de Janeiro, elaborou oito pontos para encaminhar a sucessão presidencial, deixando de lado propostas semelhantes à *Fórmula Pilla*, de caráter parlamentarista e de governos de colaboração. Se, como bem mostrou Carlos Rangel, os *frenteunistas* manobravam no “Legislativo para subordinar o executivo”, pois “acreditavam

<sup>369</sup> CAMARGO et al., op. cit.; PANDOLFI; GRZYNSZPAN, op. cit., p. 18 et seq. Os debates que impediram a renúncia de Antônio Carlos podem ser vistos em SILVA, H., op. cit., p. 244-246.

<sup>370</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 02 e 04.09.1936.

<sup>371</sup> ELÍBIO JR., op. cit.

que o conflito podia ser resolvido com uma reforma ministerial na qual a oposição teria papel preponderante<sup>372</sup>, de agora em diante não seriam mais buscados entendimentos com esse perfil, depois de um ano de tentativas frustradas e proteladas por Getúlio Vargas.

O novo documento da FUG mencionado acima e que dizia respeito à sucessão presidencial ganharia o nome de *octálogo*, e foi encaminhado a Getúlio Vargas, escrito por Maurício Cardoso, e assinado por Borges de Medeiros e Raul Pilla. Pedimos desculpas pela extensão do documento, que torna a leitura maçante. Mas acreditamos ser importante sua reprodução na íntegra.

I – A Frente Única, por intermédio dos drs. Raul Pilla e Maurício Cardoso, dará resposta ao Presidente da República a respeito da sugestão deste no tocante á solução do problema da sucessão presidencial da República.

II – A Frente Única convém em examinar a organização de um programa político, administrativo e de reformas constitucionais, por meio de uma Comissão Mista entre a maioria e a minoria, devendo a comissão reunir-se imediatamente [*sic*].

III – Esse programa será a plataforma em que as forças políticas do país fundarão a escolha de um nome para o próximo quadriênio, a começar em 3 de maio de 1938.

IV – Aprovado o programa pelas duas correntes, será iniciada desde já a sua execução, desde que nisso convenham o Presidente da República, as forças políticas que o apoiam e as *Oposições Coligadas*.

V – A Frente Única está pronta, nos termos das cartas escritas em julho de 1929 pelos Srs. Getúlio Vargas e Borges de Medeiros, a reconhecer ao chefe da nação o direito de coordenar, por intermédio da mesma comissão, a escolha de um nome que reúna as preferências das várias correntes democráticas do país á suprema magistratura da república, entendendo-se a palavra COORDENAR com o sentido que lhe emprestaram os líderes da Aliança Liberal, isto é, unir, desfazer prevenções, encaminhar, em resumo, com o cuidado do *pater familias*, não o de impor um nome ou por ele empregar as forças materiais de que dispõe o primeiro magistrado da nação.

VI – Se essa comissão não conseguir chegar a bom termo nos seus patrióticos esforços, o Presidente da República tomará a posição de magistrado, equidistante entre os partidos e os candidatos, que porventura surgirem, assegurando a ordem pública e as garantias para o pleito.

VII – Quando a data da escolha do candidato ou dos trabalhos para esse fim, a Frente Única não tem razões para fixá-la já, desde que assim convenham todas as forças da maioria, reservando-se, como é natural, o direito de examinar o problema, uma vez posto em ordem do dia por elementos ponderáveis da corrente que apoia a situação federal, mas ainda assim dando disso prévio aviso ao Sr. Presidente da República.

VIII – As presentes conclusões são apenas da Frente Única, que as submeterá oportunamente ao exame das *Oposições Coligadas*, valendo, então, como compromisso a última palavra dos srs. Borges de Medeiros e Raul Pilla.<sup>373</sup>

Este *octálogo* que, como vimos, era uma iniciativa isolada da FUG com o presidente, tentava entrar em entendimentos, primeiro com Getúlio Vargas, para depois levar o assunto adiante. As duas correntes, *oposição* e *maioria*, deveriam formar uma Comissão Mista com Vargas, para elaborar o programa político, e depois escolher o nome para suceder o mandato

<sup>372</sup> RANGEL, op. cit., 2001, p. 194.

<sup>373</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 09.09.1936.

que findava em 1938. Ou seja, consistia na escolha de um candidato *neutro*, que congregasse as duas forças políticas, e evitasse uma disputa presidencial, com a justificativa do grave momento político em que vivia o país. Curioso notar que a FUG indicou no *octálogo* saber que haviam chances dessa tratativa não dar certo, já que no tópico VI apelou a Getúlio Vargas para afiançar a ordem e dar garantias para o prélio eleitoral, caso não conseguissem um entendimento.

Todavia, se a FUG propôs que a Comissão Mista não deveria perder tempo em se reunir para debater o problema sucessório, o penúltimo item deixava uma brecha, ao não limitar prazo para a escolha de um candidato, e deixava em aberto, no último tópico, possíveis mudanças no *octálogo*, após conversar com as *Oposições Coligadas*. Isso, por si só, já é interessante destacar: a FUG fez um acerto antes com Getúlio Vargas, e depois com o grupo político que ela liderava no Legislativo.

Se, como afirmou Luciano Aronne de Abreu, o principal objetivo desta proposta era adiar o debate sucessório, ou, nas palavras irônicas do deputado Otávio Mangabeira, era “um novo método de enchimento de língua”<sup>374</sup>, podemos supor que, por não impor a Getúlio Vargas um prazo para a escolha do nome que executaria um programa que nem existia, somado ao fato de que as correntes políticas ainda seriam consultadas antes do *octálogo* ser posto, integral ou parcialmente em prática, indica a intenção em deixar passar o tempo de incompatibilidade dos governadores e ministros, em janeiro, para depois escolher o candidato *tertius*, eliminando da disputa aqueles que não pedissem o afastamento do cargo, e diminuindo a lista de postulantes para o quadriênio 1938-1942.

Flores da Cunha, provavelmente, percebeu essa intenção. Enviando as ressalvas para Borges de Medeiros, a comissão do PRL passava sua posição “quanto às conclusões da Frente Única, adotadas em sua última reunião, já aprovadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, conforme sua declaração de ontem ao primeiro dos signatários dessa carta”, revelando, portanto, que os *frenteunistas* obtiveram a anuência de Getúlio Vargas para avançar com o *octálogo*. O documento dizia que, “em princípio, [estavam] de acordo com as mesmas conclusões”, estabelecendo duas ressalvas, que, na verdade, eram acréscimos aos pontos que estavam sendo postos em discussão. A primeira estabelecia que a comissão deveria ser feita de forma a garantir livre manifestação, refletindo as aspirações das correntes políticas

---

<sup>374</sup> ABREU, L. A., op. cit.; CAMARGO et al., op. cit., p. 110.

representadas. Já a segunda sugeria que a comissão concluísse os trabalhos antes do encerramento da sessão corrente do poder Legislativo.<sup>375</sup>

Apesar das objeções “simples” ao *octálogo*, exigindo em um primeiro ponto garantias para a livre manifestação, algo muito próximo daquilo que a própria FUG pedia quando se opunha a cassação das imunidades, ao processo aos parlamentares presos e à criação de medidas de exceção em demasia pelo executivo. Apesar deste veto, foi especialmente o segundo ponto ostensivamente renegado pela FUG. E é curioso notar que o pedido por estipular um prazo por parte da comissão do PRL seria uma divergência maior com Getúlio Vargas, e não, em tese, exatamente com a Frente Única, um indicativo de que a recusa em adotar um prazo mostrava que os *frenteunistas* estavam alinhados com o desejo de Vargas em protelar a sucessão.

Não obstante, Flores da Cunha soubera que a “Frente Única não concordará com suas restrições ao *octálogo*, pois [o] intuito [de] Getúlio, [e] Maurício foi exatamente afastar [a] candidatura [dos] governadores. Disse ainda que Frente Única está [de] inteiro acordo com Getúlio na orientação problema sucessão”, aumentando o descontentamento de alguns *republicanos liberais*, como Antunes Maciel Jr., que defendia a definição imediata de um nome a sucessão pelo PRL, pois assim prevenia alguma surpresa insólita com o *octálogo*.<sup>376</sup>

Também poderia a FUG não querer alterar nenhum dos pontos, pois Getúlio Vargas já havia sinalizado positivamente pela primeira vez com aquilo que lhe fora proposto pela oposição. Alterar a fórmula poderia implicar na perda da principal e mais difícil adesão que a FUG tinha conseguido, após um longo período de tratativas frustradas. É verdade também que não era um pacto político “pacificador” como a *Fórmula Pilla*, em setembro de 1935, propunha ser. Da mesma forma que não restringia os poderes do executivo em uma fórmula “parlamentarista”. Contudo, finalmente, aproximava Getúlio Vargas da FUG, e lhe dava, em tese, algum tipo de controle, mesmo que efêmero, na escolha do nome à sucessão e ao programa a ser elaborado. Isso porque as oposições ocupariam duas cadeiras na comissão, e o grupo *pró-Vargas*, contando com o presidente, teria três.

E é nesta via que a maior dificuldade foi imposta pelas *Oposições Coligadas*, que colocava mais objeções ao *octálogo* do que Flores da Cunha. Essa relutância fazia Lindolfo

---

<sup>375</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 09.09.1936. O documento, *ipsis litteris*, dizia: “I - a constituição da comissão deverá ser feita por forma a garantir uma livre manifestação e poder refletir, fielmente, as aspirações das correntes políticas nelas representas; II – o prazo para conclusão dos seus trabalhos deverá anteceder de tempo razoável o encerramento da atual sessão do poder Legislativo”.

<sup>376</sup> AFC, 14.09.1936, NUPERGS, [s. n./cópia]; AAM, 29.10.1936, CPDOC, AM c 36.10.29.

Collor palpitar, certamente, que o afastamento da FUG com as *Oposições Coligadas* seria inevitável, já que ela não aceitava aproximações com o Catete.<sup>377</sup>

As *Oposições Coligadas* enviaram quatro sugestões à Frente Única. Elas previam, entre outros pontos, a formação de duas comissões mistas, uma para elaboração do programa e outra para a escolha do candidato, através de uma convenção que deveria ocorrer com data estabelecida, antes da incompatibilidade dos governadores e ministros e cerca de um mês do fim das sessões legislativas. Finalizava rogando que fosse aceito o acordo político somente em torno do programa e do candidato.<sup>378</sup>

Com isso, João Neves da Fontoura, em desacordo com as mudanças, renunciou à liderança da ala, junto com a FUG, que alegou não ter conseguido a aprovação de sua iniciativa pelas *Oposições Coligadas*, visando a liquidar o problema da sucessão presidencial, e lamentava o ocorrido, pois a fórmula “já merecera o ‘*placet*’ da situação federal”, e que colocava “acima de quaisquer considerações a elaboração de um programa de reforma, subordinada a ela a escolha do candidato, isto é, ideias e não pessoas”.<sup>379</sup> Mas, apesar da renúncia, se manteria dentro do bloco oposicionista.

---

<sup>377</sup> ALC, 09.1936, CPDOC, LC c 1936.09.00/2.

<sup>378</sup> Na íntegra, o documento dizia: “1º - A tese conciliatória, no caso do que se trata, merece aprovação e até aplausos. Porque, embora a luta entre os partidos, no terreno eleitoral, deva ser da própria índole dos regimes democráticos, melhor seria, contudo, nas atuais circunstâncias, que as forças fiéis, no país, às instituições vigentes, se esforçassem no sentido de dar ao dito problema uma solução conciliadora, compatível com os seus deveres e compromissos políticos. Pode-se mesmo ir além: ainda que haja luta, o candidato das Oposições à sucessão presidencial deve ter um programa pacificador, para o fim de, se for vitorioso, realizar um governo de pacificação nacional. 2º - Não havendo, como não há, entre nós – o que é de lamentar – partidos democráticos de organização nacional; e sendo, como é, decisiva nos regimes presidenciais, a ação do Presidente da República, na execução dos programas ou das plataformas de governo, parece mais razoável para os fins que se tem em vista que a Maioria e a Minoria, por intermédio de seus órgãos autorizados, comecem por entender-se – o que não será difícil, se houver, de ambos os lados, boa fé, e elevação de propósitos – sobre a escolha de um candidato digno de receber o beneplácito da opinião do país. Constituir-se-iam, imediatamente em seguida, não uma, senão duas comissões mistas. A primeira se incumbiria de, já com o concurso do candidato escolhido elaborar o programa, ou antes, um projeto de programa. A segundo [*sic*] tomaria por a si o encargo de organizar e convocar a Convenção que, discutindo o votando o [*sic*] programa proclamaria o candidato. 3º – Já tendo em vista a situação dos ministros e governadores de Estados, que todos ficarão incompatíveis a 03 de janeiro próximo, já por motivos outros que são óbvios interessando, aliás, a pacificação que se deseja, conviria marcar, desde logo, a data da convenção precedendo, pelo menos de um mês, a do encerramento das sessões do poder Legislativo. 4º - Só em torno do candidato conciliatório e, por conseguinte, do respectivo programa – um e outro assim fixados – seria compreensível o acordo político. Por outro lado, entretanto, nada impediria que o atual presidente, se estivesse de acordo com o programa, votado pela convenção nacional, iniciasse, ele mesmo, a sua execução, contando é claro como o voto de ambas as correntes quanto às medidas tendentes a execução desse programa”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 12.09.1936.

<sup>379</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 12.09.1936. Simultaneamente, a FUG divulgou outra nota, ratificando a atitude de seus membros. “1) Aprovar irrestritamente o *octálogo* apresentado pelo deputado Maurício Cardoso ao Presidente da República, em nome dos dois partidos em Frente Única; 2) Manifestar o seu completo apoio e integral solidariedade a qualquer atitude que o líder *frenteunista*, deputado João Neves da Fontoura, venha a tomar na defesa do referido documento ou em consequência da aprovação deste; 3) Aplaudir calorosamente a ação do deputado Maurício Cardoso, na capital da república, como alto emissário da Frente Única e como fiel intérprete do ponto de vista desta agremiação partidária no tocante ao atual momento político”.

Nesse sentido, algumas questões devem ser destacadas desta nota. Uma delas é que a maneira como foi posta a saída da FUG indica ser mais uma forma de pressionar a aprovação de sua fórmula pelas *Oposições Coligadas* do que uma cisão *strictu senso*, tendo em vista que esta era parcial, apenas de sua liderança, e de forma pública. A outra eximia a Frente Única Gaúcha de qualquer responsabilidade dentro das oposições, caso o *octálogo* não fosse adiante. Portanto, refletia em responsabilizar aqueles que impediram o prosseguimento dos entendimentos, sendo estes os culpados pelo insucesso do apaziguamento político nacional.

Por último, pelo fato de a nota mencionar que a FUG pleiteava um programa político, administrativo e de reformas constitucionais e que, subordinado a ele, deveria ser escolhido um candidato, mostra que a inversão do processo era aquilo que mais insatisfazia à Frente Única. Pois, dentre os quatro pontos, era o único citado. Ou seja, Flores da Cunha acrescentou o pedido de garantias e prazo estipulado para a escolha do nome, enquanto as *Oposições Coligadas* pleiteavam o inverso. Isto é, a seleção, primeiro, de um nome e depois a elaboração do programa, com um prazo pré-estabelecido. Dessa forma, impedindo a comissão de procrastinar a conclusão do programa até o ano seguinte.

Esse contexto de pressão seria acrescido por Flores da Cunha. Ele teria passado a influenciar as *Oposições Coligadas* a aceitar o *octálogo* na íntegra<sup>380</sup>, temendo a desagregação da FUG, em particular, mas que poderia redundar na fragmentação das oposições como um todo. O governador rio-grandense mudava a sua estratégia. Afinal, se aproximando de 1937, uma oposição fraca não era vantagem. Ou seja, *grosseiramente*, podemos dizer que a mudança de Flores da Cunha consistia em um *recuo estratégico*, comungado pelas *Oposições Coligadas*.

Isso porque, logo após a renúncia, a Comissão Mista voltou atrás, aderindo *in totum* aos pontos do *octálogo*. Além disso, voltaria a ser liderada pela FUG, que afirmava ter “o fim precípuo de reiniciar logo as ‘*démarches*’ que se vinham processando para ser dada execução a solução do problema da sucessão presidencial da república”.<sup>381</sup> Todavia o retorno não seria com João Neves, mas com Batista Lusardo, passando o *bastão* de um republicano a um libertador – após Borges de Medeiros declinar o posto. Possivelmente, Batista Lusardo não fazia ideia de que sua liderança, iniciada em 19 de setembro, seria muito curta.

De todo modo, a Frente Única Gaúcha aparentemente tinha conseguido seu objetivo. *Virando a mesa* a seu favor, *teria pescado* de uma vez só as *oposições*, o governador Flores da Cunha e se mantendo, ainda, no posto de liderança da *minoría parlamentar*.

---

<sup>380</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 542.

<sup>381</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 17.09.1936.

Mas Getúlio Vargas? Como ele via todas essas discussões? O presidente “consentiu” com o pacto e, quando as divergências foram aflorando, manteve-se distante, mas mostra em seu *Diário* que esteve sempre observando o andamento das conferências. Também demonstrou não ter muitas preocupações com as articulações da oposição a seu governo, mas observava, especialmente, a interferência de Flores da Cunha, que manobrava para influenciar os rumos dos debates. A preocupação de Vargas era menos com a oposição *de facto*, e mais com as tratativas e articulações do governador nos bastidores da política nacional.

Vargas ironizava Flores, que teria dito ter atingido seu objetivo de evitar a reeleição de Getúlio Vargas. Em cima disso, ele pontuava que Flores da Cunha quisera ser presidente. Impossibilitado, quis fazer o candidato. Não conseguindo também, contentou-se em evitar sua reeleição, “não podendo ser meu testamenteiro nem meu legatário, contenta-se sabendo que o meu testamento será em prazo certo”.<sup>382</sup> Conversando com João Neves da Fontoura, Vargas relatava ter sido assentada a organização da comissão para dar cumprimento ao *octálogo*, e que o deputado iria consultar as bases situacionistas para a organização e elaboração do programa, e que tratariam de candidaturas só em 1937. Ou seja, Getúlio Vargas conseguia neutralizar as *oposições* e a FUG, “escorando-se” nela, e passando a ter, novamente, um controle razoável nas tratativas pela escolha de um candidato ao Catete.

#### 4.1.2 O definitivo envolvimento militar na crise com o governo federal: o Exército *varguista* e os provisórios *floristas*

Contudo, se do ponto de vista político Flores da Cunha adotou, momentaneamente, cautela, ele passou a intensificar, mais do que em qualquer outro momento, seus preparativos militares no interior e na capital. Esses, ao contrário das preparações de até então, foram de amplo conhecimento, mas Flores da Cunha se blindava na justificativa de que iriam construir estradas de rodagem em diversos pontos do estado, argumento semelhante ao utilizado para criar o Batalhão no Porto de Porto Alegre. Não sabemos se houve algum caso específico que estimulou Flores da Cunha a começar essa mobilização. Mas, tendo retornado do Rio de Janeiro em 18 de setembro, ou seja, em meio à crise das *Oposições Coligadas*, e com o desfecho favorável a Getúlio Vargas e Maurício Cardoso, Flores, perdendo a FUG e sem seu candidato ao Catete, pode ter percebido as manobras vindas do Catete para isolá-lo. Se o cenário político o desfavorecia, procurava organizar um forte aparato militar.

---

<sup>382</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 545-546.

A primeira medida foi tentar denunciar Getúlio Vargas e a ala “golpista” do Exército, na imprensa. Segundo Aspásia Camargo, Flores da Cunha proferiu um violento discurso anti-intervencionista na imprensa, que foi censurado, acusando o Exército de conspirar contra a ordem pública, com a anuência do governo. Ele foi rebatido pelo ministro João Gomes, que afirmou não haver nenhum general envolvido em perturbações da ordem ou visando a implantar uma ditadura militar. “A nota de João Gomes parecia ignorar o rumo real dos acontecimentos, e isto se devia, em boa parte, ao fato de que nem mesmo o ministro da guerra tinha completo conhecimento das articulações em curso”<sup>383</sup>, conclui a historiadora.

Iniciava aquilo que foi definido por Robert Levine como a “maior ofensiva estadual montada contra a hegemonia da União no Brasil Moderno”.<sup>384</sup> E Getúlio Vargas ficou sabendo disso prontamente: “chegou de Porto Alegre o Benjamin, para avisar-me que o Flores está tomando providências de ordem militar como se estivesse em franca mobilização e organizando Corpos Provisórios. Chamei o general Góis para ouvir esse depoimento”.<sup>385</sup> Essa reaproximação com Góis Monteiro seria uma dobradinha que traria problemas a Flores da Cunha. Como afirmou o *brasilianista* Thomas Skidmore, a aliança atendia ao interesse de ambos: “dar ao Exército nacional o monopólio da força militar coincidia com os planos de Vargas de uma ditadura pessoal”.<sup>386</sup> Além disso, as velhas rivalidades entre ele e Flores da Cunha não deixaram de existir. Era um *prato cheio* para Góis Monteiro: fortalecer o Exército, fechar o regime político de 1934 e derrubar quem foi apontado como o culpado por sua demissão em 1935.

Ele, em suas *memórias*, relatou quando foi procurado por Getúlio Vargas. Sobre os corpos provisórios, Góis Monteiro teria dito ao presidente que a manutenção desse grupo militar “era uma anomalia, um absurdo, e que se devia começar a ação por eliminar esse estado de coisas, competindo ao Exército fazê-lo”, assumindo ele a responsabilidade de “levantar o Exército contra uma aberração que não podia coexistir com a permanência das Forças Armadas e as atribuições que a constituição lhe confere”. Ainda em setembro, Góis seria transferido para a 2ª Inspetoria do Exército, que englobava a região sul, com a missão exclusiva de desarticular os corpos armados organizados por Flores da Cunha.<sup>387</sup>

Getúlio Vargas daria poderes irrestritos para Góis Monteiro agir contra o governador gaúcho, tornando-se o militar mais influente no Catete, a ponto de demitir, meses depois, o

---

<sup>383</sup> CAMARGO et al., op. cit., p. 115.

<sup>384</sup> LEVINE, op. cit., 1980, p. 83-84.

<sup>385</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 547.

<sup>386</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 47.

<sup>387</sup> COUTINHO, op. cit., p. 282.

ministro da guerra João Gomes, por este não concordar com a intervenção no Rio Grande do Sul, alegando que Flores só se insurgiria se o governo federal pretendesse intervir no Estado ou se Getúlio Vargas quisesse prorrogar o mandato ou impor o sucessor. João Gomes deixava claro ser contrário ao uso do Exército para qualquer dessas medidas.

Góis Monteiro, no segundo dia no novo posto já dizia ser impossível o plano no Rio Grande do Sul com João Gomes no ministério, isentando-se de responsabilidades e assinalando que o Exército deveria atacar Flores da Cunha, e não esperar que este o fizesse, pois seria entregar 50% das possibilidades de vitória em um confronto, alegava. Na verdade, como afirmou Frank McCann, Gomes e Góis “não se davam bem, para dizer o mínimo”, já havendo precedentes sobre uma emenda na LSN, em que ambos tomaram posições opostas, e pela questão dos soldos, em 1935, que culminou na remoção do primeiro pelo segundo, no comando da Vila Militar.<sup>388</sup> Pressionando Vargas, “lavando as mãos” e usando tons bastante alarmantes, procurava viabilizar seu plano e remover do comando do Exército um adversário antigo, pavimentando um caminho livre para suas ações contra os provisórios.

Ainda segundo suas *memórias*, o próprio Góis teria sido convidado a ocupar o cargo com o afastamento de João Gomes. Mas, querendo agir diretamente contra os provisórios no Rio Grande do Sul, recusou e indicou Eurico Gaspar Dutra para o posto, general que desde 1935 manifestava, ao menos em suas anotações pessoais, discordâncias com as ações de Flores da Cunha. Uma de suas primeiras medidas foi o chamamento dos sete oficiais do Exército que estavam designados em funções não-militares, sendo que três deles estavam a serviço do governo gaúcho. Isto é, foi um “golpe sutil que enfraqueceu Flores”.<sup>389</sup> Concomitante a isso, a III Região Militar passou a ser comandada pelo General Lúcio Esteves.

Ou seja, a chefia militar seria modificada, para combater Flores da Cunha. Era a remoção da linha “*neutralista*” do Exército, que cedia terreno em favor da ala “*intervencionista-controladora*”, que ascendia através da luta contra o comunismo e Flores da Cunha. Góis Monteiro teria plena autonomia para efetuar aquilo que René Gertz chamou de “lances de xadrez”, destituindo, transferindo e eliminando da instituição altas patentes militares que pudessem se opor à investida contra Flores da Cunha, colocando em pontos

---

<sup>388</sup> Idem; *ibidem*; SILVA, H., op. cit., p. 250-252; McCANN, op. cit.

<sup>389</sup> McCANN, op. cit., p. 511; LEITE; NOVELLI JR., op. cit. Em novembro de 1935, por exemplo, Dutra mencionou em suas anotações que boatos sobre a situação político-militar do país, criados pela ambição e intransigência de políticos, sobretudo Flores da Cunha, “vem mantendo uma atitude irritante de querer dirigir todos os negócios do Brasil”. Outro acervo que deve trazer luz a essa questão é o seu no CPDOC, recentemente digitalizado, mas que, por delimitação desta pesquisa, não exploramos.

estratégicos militares comprometidos com o *antiflorismo*.<sup>390</sup> O afastamento de João Gomes seria o primeiro de outros, como será visto no desenrolar deste trabalho.

Góis Monteiro foi peça fundamental no projeto de Getúlio Vargas em desarticular a força militar de Flores da Cunha. Não há dúvidas de que sua influência e força dentro do Catete e do exército ocorreu por ele ser uma peça importante para Vargas em seu projeto de derrubada de Flores da Cunha, por concordar com o fechamento do congresso, com a nulidade da Constituição de 1934 e por ser prestigiado dentro do Exército.

Afinal, Getúlio Vargas não poderia pensar em desarmar provisórios no Rio Grande do Sul, ou anular a campanha eleitoral em 1937, se não contasse com o apoio das Forças Armadas. É especialmente por isso que Getúlio Vargas *deu campo* a Góis Monteiro, e afastou dos principais postos de comando do Exército todos aqueles que poderiam se tornar empecilhos ao seu projeto continuísta.

Não pode ser perdido de vista que, conforme analisou a cientista social Lígia Osório Silva, Góis Monteiro era um homem politicamente ambicioso. Ele já havia sido chamado outras vezes em fases de crises, embora também tivesse chegado a acenar com algumas conspirações. Contudo, desde sua demissão da pasta, podemos perceber que Vargas passou a distanciá-lo do executivo federal. Além de substituí-lo por João Gomes, um perfil distinto do seu, passou por um período de relativo ostracismo na política militar do Catete, voltando à cena com mais força do que nos períodos anteriores, graças à mobilização militar *florista*. E teria *carta branca* para reorganizar as três frentes que considerava necessárias no Exército: material, tropa e chefia.<sup>391</sup>

A filha de Vargas, Alzira, relata a movimentação *florista*, em suas *memórias*. Segundo ela, chegavam ao conhecimento do Catete “notícias perturbadoras. [...]. Algumas milícias estaduais, sobretudo as de S. Paulo e Rio Grande do Sul, estavam adquirindo secretamente apreciável quantidade de material bélico e munição de tipo superior às que o próprio Exército possuía”. Finaliza dizendo que “esse afã belicoso, portanto, só poderia significar uma coisa: outra revolução em preparo”, sendo Flores da Cunha acusado de estar “transformando a

---

<sup>390</sup> GERTZ, op. cit., 2005. Os termos citados são de PANDOLFI; GRYNISPZAN, op. cit., que veem a partir de 1935 o afastamento da ala “*reformista*” no Exército, mais a esquerda, enquanto a linha “*neutralista*”, que defendia o alheamento da política, que também perdia força com a ascensão de uma nova, “*intervencionista-controladora*”, representada por Góis Monteiro, que apontava para uma ordem centralizada, autoritária e sem participação política.

<sup>391</sup> SILVA, Lígia Osório. A “política do Exército” no primeiro governo Vargas: 1930-1945. In: FONSECA, Pedro César Dutra; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (orgs.). *A era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

Brigada Militar em uma força mais potente que o próprio Exército dentro do Rio Grande”.<sup>392</sup> Claro que, se por um lado pode haver um exagero de Alzira Vargas, provavelmente mais por desconhecimento do que por má intenção, também deve ser levado em conta que seu relato traz uma dimensão da tensão que existia naquele momento.

Por outro lado, um estudo contemporâneo a nossa pesquisa, de Moacir Almeida Simões sobre a polícia militar estadual, definiu que, a partir de 1934, a Brigada Militar passaria por um processo de transição, de uma força bélica semelhante à organizada pelo *castilhismo* para o policiamento ostensivo. A partir desta data, para o autor, foi concluído um período que ele denominou de “segundo período bélico”, que abrangeu as guerras civis de 1923 até 1932.<sup>393</sup> Ora, se isso pode ser afirmado na *teoria*, através de um olhar sobre as constituições, fonte de pesquisa utilizada pelo autor em sua análise, do ponto de vista *prático* aquilo que percebemos é que essa assertiva não se sustenta. Englobar 1934 em diante como um processo transitório e ignorar a arregimentação militar *florista*, em nosso entendimento, é uma falha do autor. Ele poderia ter demarcado essa fase a partir do Estado Novo, onde a Brigada Militar perde, de vez, o perfil de “Exército estadual”.

Exposto um pouco do contexto nacional dentro das Forças Armadas e do Ministério da Guerra, indispensáveis para a compreensão da conjuntura que se forma no final de 1936 até o Estado Novo, voltemos para analisar como era vista, dentro do Palácio do Catete e entre a política gaúcha, a mobilização militar que se organizava no Rio Grande do Sul. Mesmo que não fosse noticiada em nenhum jornal, provavelmente pela censura que o estado de guerra impunha, ela era bem conhecida, e chamava a atenção dos mais próximos. Exemplo disso é que, nos últimos dois dias de setembro, encontramos ao menos três relatos telegráficos sobre os preparativos armados no Rio Grande do Sul.

Além do governador catarinense Nereu Ramos, que informou Vargas da organização de grupos armados em municípios limítrofes a Santa Catarina, e seria, até fins de 1937, um “*olheiro do Catete*” sobre o Rio Grande do Sul, a mobilização era notada no noroeste do estado, onde havia um informante chamado Augusto Leivas Otero. Ele delatava as articulações de Victor Dumoncel e outros *floristas*. Também Lindolfo Collor tomou conhecimento desses preparativos. Indagado sobre os preparativos militares em Alegrete, Collor respondeu que eram organizações defensivas de Flores da Cunha contra uma intervenção federal, pois, desde sua estada no Rio de Janeiro, as relações com Getúlio Vargas

---

<sup>392</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1960, p. 261; 262; 279.

<sup>393</sup> SIMÕES, op. cit., p. 173-261.

havam piorado bastante, dizia. Lindolfo Collor também avisava a Batista Lusardo, justificado nos boatos sobre um afastamento de Flores da Cunha do governo, e informando o líder das *Oposições Coligadas* sobre rumores da permanência de Getúlio Vargas.<sup>394</sup>

O presidente foi informado até pelo consulado argentino. O cônsul Umberto Cogliati dirigiu-se a Vargas, dizendo que refugiados argentinos estavam atuando em Porto Alegre. Ele dizia ser parte de uma cooperação mútua entre o governo estadual e alguns rebeldes comunistas argentinos, que visavam a atacar também aquele país. Sobre as organizações em Porto Alegre, dizia que dois deles

poseen una fórmula de su invención para la fabricación de bombas incendiarias de poderoso efecto destructivo, y como son protegidos por funcionarios del Gobierno Estadual, fueron contratados sus servicios al Estado, para fabricar esas bombas; despues de varias negociaciones conseguiron em estos dias del Coronel Flores da Cunha, hermano del gobernador, un contrato sumamente favorable para la fabricacion de estas bombas, las cuales serán fabricadas, en envase, en la fundición Bins, de propiedad del prefecto municipal; y el contenido, en un laboratorio de la casa Mecheletto; existe tambien otra fábrica de esos materiales, demoninada Campana y Hammel, pero esta ultima no goza de la absoluta confianza del Gobierno Local. Esas bombas serian eventualmente utilizadas por aviones para el incendio del cuarteles.<sup>395</sup>

A repercussão das articulações militares no Rio Grande do Sul obrigou *A Federação* a emitir uma nota desmentindo “insistentes boatos sobre possível perturbação da ordem em nosso estado”. A publicação assegurava que a ordem “será mantida pelas autoridades, existindo, para esse objetivo, perfeito entendimento entre o governo do estado e o comando da Região”.<sup>396</sup> Falando nas entrelinhas, o jornal não dizia os motivos da tal apreensão. Mas, por ser contemporâneo às mobilizações militares, é fácil associar o motivo desses “boatos” que o periódico do PRL mencionava.

Desta forma, também é possível que começassem a se tornar conhecidos os motivos das organizações belicosas de Flores da Cunha, que afirmava estar disposto a resistir ao prolongamento do mandato de Getúlio Vargas no poder, da mesma maneira em que os rumores sobre a permanência do presidente para além do tempo previsto ganhavam mais força nos círculos políticos.

---

<sup>394</sup> AGV, 29.09.1936, CPDOC, GV c 1936.09.29/1; FÉLIX, op. cit., 1996; AGV, 01.10.19, CPDOC, GV c 1936.10.01; ALC, 29.09.1936, CPDOC, LC c 1936.09.29/3; ALC, 29.09.1936, CPDOC, LC c 1936.09.29/1. Os municípios sobre os quais Augusto Otero avisava Vargas eram Passo Fundo, São Leopoldo, Tupanciretã, Marcelino Ramos, Boa Vista de Erechim e Cruz Alta, e falava do envio de um emissário a mando do governador para o Paraná. No Arquivo Getúlio Vargas, notamos que ele mantinha intensa correspondência com o presidente.

<sup>395</sup> AGV, 27.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.27/2.

<sup>396</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 08.10.1936.

#### 4.1.3 A crise final do *modus vivendi* e a ruptura com Flores da Cunha: afastamento com o situacionismo estadual e o início do isolamento político do governador

É com essa conjuntura, de confronto aberto entre Getúlio Vargas e José Antônio Flores da Cunha, que surgiu a segunda crise do *modus vivendi*, que, para facilitar o entendimento, subdividimos em duas fases: a primeira, relacionada a divergências internas na Assembleia Legislativa, e a segunda por um aditivo proposto ao pacto de 17 de janeiro. Essa crise foi, indiscutivelmente, muito importante para o sucesso da estratégia *varguista*, que empregou “duas táticas na tentativa de minar o poder do governador sul rio-grandense”, uma militar e a outra política, “para erodir as bases de sua sustentação partidária na Assembleia Legislativa”.<sup>397</sup>

O início da erosão do acordo pode ser notado em uma série de missivas que Getúlio Vargas recebe de informantes do Rio Grande do Sul, que noticiavam os entendimentos políticos entre a Dissidência Liberal e a FUG, e as mobilizações de corpos provisórios do governador e das forças federais, sendo essas cartas, em sua maioria, enviadas pelo *quarteto informante* da família Vargas, pelo general Lúcio Esteves e por Augusto Leivas Otero. Para dar ao leitor uma dimensão daquilo que estamos falando, somente no Arquivo Getúlio Vargas há um fundo com 77 telegramas e cartas que foram recebidas e enviadas pelo presidente (132 folhas), entre as datas de 1º e 31 de outubro de 1936, acerca do desenrolar político e militar no Rio Grande do Sul, o que indica uma variação entre dois a três telegramas trocados por dia, durante todo o mês. Em outubro, mais do que em qualquer outro mês, Vargas concentraria suas atenções no Rio Grande do Sul. Corroborando nossa assertiva, o historiador Antônio Elíbio Júnior cita ser ali o momento em que “o diálogo entre Flores e o governo federal tornava-se tenso e insustentável”.<sup>398</sup>

Desde o início de outubro, FUG e Dissidência Liberal começavam a planejar uma aproximação, segundo dois membros da *família Vargas*, Serafim e Benjamin. O primeiro informava sobre as reuniões de PRR e PL, onde, dizia Serafim, havia uma conjuntura propícia para romper o *modus vivendi*, mas os libertadores queriam garantias de que, se fosse necessário proteção das coerções *floristas*, as autoridades federais cederiam asilo, em especial no interior do estado. Dizia que “Pasqualini, conforme já lhe havia dito o dr. Pilla continua firme [no] propósito de não voltar de forma alguma e fez mesmo na reunião uma exposição algo violenta [*sic*]. O espírito que domina nos libertadores é romper o ‘*modus vivendi*’”. Já o

<sup>397</sup> GERTZ, op. cit., 2005, p. 14.

<sup>398</sup> ELÍBIO JR., op. cit., p.184.

PRR ainda não havia deliberado pelo tema, mas, acreditava Serafim, iria pender para a decisão que tomasse o PL: “com o espírito que estão animados os libertadores, a atitude de segui-los os republicanos e as informações do gal. [Lúcio Esteves], se dará o rompimento, salvo instruções contrárias daí ou acontecimentos que sobrevenham no dia de amanhã”.<sup>399</sup>

Já Benjamin noticiava seus trabalhos de aliciamento e organização dos deputados do PRL. Dizia: “quanto aos deputados liberais, fazendo um cálculo pessimista, o Flores ficará com seis no máximo, e nós com 21 incluindo os classistas!”. Além dessa perspectiva em isolar o governador, avisava que, dentro do PRL, “predomina o ponto de vista da substituição do Flores por um liberal. Como sabe, o sentimento de partidatismo entre os gaúchos é sempre arraigado”. Ou seja, deixava subentendido que não seria aceito no PRL a intervenção federal com a escolha de algum nome que não fosse do partido. Mas, muito provavelmente, eram adeptos do trâmite de eleição indireta pelo parlamento, como previa a constituição estadual. Mais além, dizia que dentro do grupo “estão todos de acordo de se fazer uma aproximação com a Frente Única, a fim de se levar adiante o objetivo principal, isto é, pôr o homem na rua”. Relatando insatisfações do “clã Dutra”, queria um encontro de Valzumiro com Góis Monteiro. O primeiro, insatisfeito com Flores da Cunha, estaria “disposto a tudo, inclusive provocar a intervenção federal, da forma que julgares mais conveniente”. Mas o governador sabia das indisposições dele consigo. Flores da Cunha, inclusive, acabou permitindo a seu rival, Victor Dumoncel, invadir com “turmas de trabalhadores” o município de Palmeira.<sup>400</sup>

Nesse contexto, a ação prática veio cerca de duas semanas depois. E novamente envolvendo a Assembleia Legislativa. Antenor Amorim, 2º vice presidente da casa faleceu, e o Legislativo iria escolher seu substituto na Mesa Diretiva. Flores da Cunha fechou voto a favor do deputado classista A. J. Renner, alegando que era este nome que *frenteunistas* e *republicanos liberais* deveriam sufragar. O governador dissera considerar um ato de hostilidade se alguém não o fizesse, ou seja, pressionando os blocos no Legislativo e tentando impor a eleição de seu candidato para o PRL e FUG. Mas oito deputados do PRL, somados com toda a bancada da FUG, elegeram Alexandre Rosa, também classista, para assumir o posto, deixando pela primeira vez o governo estadual em minoria no Legislativo.

<sup>399</sup> AGV, 02.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01.

<sup>400</sup> AGV, 02.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01; KRIEGER, op. cit. Quando dizemos “clã Dutra”, nos referimos a Viriato, deputado estadual, e a Valzumiro, seu irmão, que tinham seu reduto político em Palmeira das Missões. Ambos eram membros do PRL, mas Valzumiro Dutra inquietou-se com a mobilização de 600 homens por Victor Dumoncel, da vizinha Santa Bárbara que, apesar de serem colegas de partido, mantinham rivalidades, inclusive com *supostas* ameaças de morte em outros anos. As divergências entre eles foram estudadas por FÉLIX, op. cit., 1996, que teve acesso à documentação inédita cedida por suas famílias. Os bastidores sobre a investida de Dumoncel ordenada por Flores da Cunha podem ser vistas no relato pessoal de KRIEGER, op. cit., p. 57.

A Dissidência Liberal, que, até então, tinha pouca organização, era nula em ação e permanecia, como se diz no popular, *muda como um poste*, se manifestava contra o governador Flores da Cunha e seu autoritarismo<sup>401</sup> dentro do Partido Republicano Liberal. Também denunciava a *corrida armamentista* que ele estava montando contra o governo federal. Essa atitude deixou claro para Flores da Cunha que, além da FUG não ser uma aliada para “todas as horas”, agora, diferente de quando era interventor em um regime discricionário, ele poderia ter contra si a Assembleia Legislativa. Tendo em vista aqui que, na primeira demonstração, a oposição, turbinada com os dissidentes, teve força para controlar a casa, e derrubar as pautas do governo.

Depois da eleição, o caso ganhou forte repercussão na imprensa. A maioria dos deputados dissidentes manteve uma postura apaziguadora, visando a secundarizar o fato. Entrevistas de Moysés Vellinho, Paulinho Fontoura, Coelho de Souza, Julio Diogo e Xavier da Rocha procuravam mostrar que a atitude partira de um posicionamento interno do Legislativo, e alguns até diziam, dissimuladamente, não entender a surpresa. Mas essa iniciativa de colocar *panos quentes* não era comungada por dois deputados: Loureiro da Silva e Benjamin Vargas. Este disse ao *Diário de Notícias*:

Votei contra o candidato oficial porque não podíamos aceitar uma imposição. Isso foi um estado de coisas que vinha há muito calando no ânimo da bancada e agora explodiu. De há muito que não se consultava a bancada para coisa alguma. As decisões vinham da chefia já resolvidas e nós só tínhamos que dizer ‘amén’! [*sic*]. Agora, porém, os deputados resolveram se insurgir contra semelhante estado de coisas. Os outros colegas propuseram ao chefe do partido que a questão ficasse aberta. O chefe, no entanto, declarou que iria com o sr. A.J. Rener [*sic*] mesmo para a derrota. Mas, o meu caso é especial. Eu não aceito mais a chefia do general Flores da Cunha. Se quiser pode até registrar isto: o general Flores da Cunha está incurso na Lei de Segurança Nacional, porque reúne corpos provisórios sem permissão do governo federal. [...]. Com que finalidade o governo do Estado reunia e continua reunindo gente? Para construir estradas? Mas isso é uma forma muito infantil de mascarar situações iniludíveis. [...]. Nós continuamos dentro do Partido Republicano Liberal, embora não aceitemos a orientação de sua chefia.<sup>402</sup>

---

<sup>401</sup> Autoritarismo, neste caso, estaria ligado àquilo que Stoppino chamou de “disposições psicológicas a respeito do poder”. Para ele, “em sentido psicológico, fala-se em personalidade autoritária quando se quer denotar um tipo de personalidade formada por diversos traços característicos centrados no acoplamento de duas atitudes estreitamente ligadas entre si: de uma parte, a disposição à obediência preocupada com os superiores, incluindo por vezes o obséquio e a adulação para com todos aqueles que detêm a força e o poder; de outra parte, a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e em geral todos aqueles que não tem poder ou autoridade”. Nesse sentido, o questionamento dos dissidentes liberais estaria vinculado à repulsa com que Flores da Cunha os tratava, aproximando a postura do governador, portanto, com o segundo ponto explanado pelo autor. BOBBIO, op. cit., p. 94-104.

<sup>402</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 17.10.1936.

Esse discurso repercutiu nacionalmente. Não só por revelar o descontentamento de parte do PRL, como por desafiar a liderança de Flores da Cunha no partido, recusando reconhecer sua chefia, denunciar, pela primeira vez em público, a organização armada do governo estadual, e questionando a justificativa de que visava a “abrir estradas”, afirmando estar ele infringindo a Lei de Segurança Nacional, fato que abria um precedente juridicamente legal para uma intervenção federal. Por ironia, a mobilização militar que visava a evitar a intromissão de Vargas dava, do ponto de vista jurídico, respaldo legal para que ele pudesse fazer isso.

Embora um pouco menos incisivo que Benjamin, Loureiro da Silva, que se notabilizaria por ser, ao menos externamente, o líder da Dissidência, também disparou:

Sou senhor da minha vontade não tenho que dar satisfações a ninguém. [...]. Politicamente me sinto cada vez mais integrado no espírito do meu partido, que contribuí para formar, na medida das minhas forças e possibilidades. Aliás, os partidos políticos não são de propriedade deste ou daquele. [...]. Veja-se, agora, a inconsistência das razões disciplinares que se quer invocar para deslustrar o nosso ponto de vista: no acordo político processado em janeiro, o Partido não foi ouvido, nem cheirado, efetivando-se as combinações e o jogo de interesse à revelia de todas as comissões municipais que nunca foram consultadas. E quando a bancada liberal foi apenas avisada dessa resolução do chefe, alguns deputados manifestaram-se contra as ‘*démarches*’ encaminhadas advertindo o perigo que daí poderia decorrer para a vida do Partido, desde uma vez que este ainda não possuía razões de tradição. Foi quando bastou para que o chefe ameaçasse os referidos parlamentares de expulsá-los, discricionariamente, da agremiação partidária liberal. [...]. Praticamente, desde então me considerei desligado da chefia política do sr. General Flores da Cunha. [...]. Como vê, a votação de anteontem não é nada mais, nada menos, do que a expressão de protesto contra os métodos abusivos da chefia partidária.<sup>403</sup>

Assim, podemos perceber que os ataques visavam a questionar o autoritarismo de Flores da Cunha dentro do PRL – ao menos, essa era a alegação, tanto de Benjamin Vargas, como de Loureiro da Silva. Mas já havia toda uma articulação inicial encabeçada por Getúlio Vargas, com o objetivo de erodir a base política do governador junto com os deputados da Frente Única Gaúcha, que, caso não tivessem acompanhado os deputados da Dissidência Liberal, não seria possível alcançar votos suficientes para provocar essa crise política. Por isso, era fundamental que houvesse essa dobradinha.

É válido notar que, com a mudança da conjuntura, os dissidentes que, antes, refutavam a aproximação com a FUG por esta pertencer à *minoría parlamentar, antigetulista*, agora viam nela uma importante aliada contra o governador, até porque se pode dizer que Flores da Cunha era muito mais *antigetulista*, neste momento, que os próprios *frenteunistas*. O plano de aproximar Frente Única Gaúcha e dissidente liberais, arquitetado em abril, se tornou viável

---

<sup>403</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 18.10.1936.

entre outubro e novembro. Os dissidentes, liderados por Benjamin Vargas e Loureiro da Silva, atuariam de forma organizada e combativa a partir do episódio da eleição de Alexandre Rosa.

Por outro lado, deve-se levar em conta que essa crise estava na gênese de fundação do PRL: se lembrarmos que, em 1932, quando o partido foi criado “às pressas”, para preencher o vazio de poder formado com a adesão da FUG à “*revolução*” de 1932, e legitimar o posicionamento daqueles que dissentiram das direções partidárias, apenas um item em comum unia os membros da nova agremiação: a identificação com interventoria e governo provisório, representados, respectivamente, por Flores da Cunha e Getúlio Vargas, além de Oswaldo Aranha, que, como embaixador, perdeu seu raio de influência política no PRL, do qual era o presidente de honra. Na medida em que Vargas e Flores passavam de aliados a adversários políticos, era “natural” que o Partido Republicano Liberal sofresse esse fracionamento em duas frentes, uma *florista*, e outra *varguista*.

As críticas também foram dirigidas à Comissão Central do PRL, estendendo-se a um conflito interno no partido. Os dissidentes repudiavam no órgão dirigente “o espetacular movimento de hostilidade contra a atitude que assumimos na Assembleia Legislativa”, movida pelo pedido da Comissão Central aos chefes políticos do interior para se solidarizar com Flores da Cunha, que foram publicados em “certos órgãos da imprensa local”, com “caracteres de escândalo, os protestos encomendados” que, alegavam, deveria ficar internamente ao Legislativo e não caracterizava indisciplina partidária. Contra isso, alegavam que “foi-nos sonogada até mesmo a oportunidade de opinar e, com inteiro descaso pelos compromissos já por nós assumidos, surpreendeu-nos a imposição de outra candidatura. [...]. Já era tarde. A questão já estava fechada. Expressamente proibido discuti-la!”. Com essas alegações, repudiavam “com veemência contra o ambiente sensacionalista e tendencioso que se pretende formar em torno de uma atitude que só pode merecer o aplauso dos homens de boa fé do Rio Grande do Sul”.<sup>404</sup>

Mesmo com essa divergência, o PRL, poucos dias depois do ocorrido, passaria por um “apaziguamento” entre os dissidentes e os *floristas*. A *Federação* publicou uma nota da Comissão Central considerando finalizado o incidente, e que, “ponderando as razões expostas e contribuindo para o completo apaziguamento da nossa situação partidária”, continuava vendo neles “os mesmos e autorizados representantes do Partido Republicano Liberal”, sendo essa decisão consentida pelos dissidentes. Mas o periódico da mesma edição não perderia a chance de atribuir condecorações ao governador: “através dessa manifestação impressionante,

---

<sup>404</sup> AMV, 19.10.1936, DELFOS/PUCRS, Mov. Cor. nº 0118.

creceu ainda a autoridade moral do grande Chefe, o eminente General Flores da Cunha”.<sup>405</sup> Apesar da tentativa do jornal em atribuir a “reconciliação” a Flores da Cunha, que, na verdade, soava mais como uma trégua do que uma reunificação partidária, nos parece adequado quando Carlos Cortés afirma que “Flores teria que se humilhar, aceitando publicamente a liberdade de ação *de facto* dos dissidentes na Assembleia”<sup>406</sup>, o que, por um lado, é verdadeiro, pois Flores da Cunha era soberano nas decisões do PRL, e a Comissão Central inviabilizou a proposta de exclusão dos deputados dissidentes.

Além disso, a ala *varguista* comemorava internamente a “vitória [que] excedeu qualquer expectativa obrigando [a] Comissão Central [a] reconhecer [a] legitimidade [de] sua atitude e proclamar continuar sendo representantes autorizados [do] partido”.<sup>407</sup> Já existe aqui uma diferença colossal entre o presidente do partido, de janeiro, que tinha força para ameaçar os discordantes de expulsão, e o mesmo em outubro, que, isolado, tinha de aceitar publicamente acusações de que estava incurso na LSN e que não tinha sua chefia reconhecida. Uma amostra significativa do enfraquecimento de Flores da Cunha dentro do PRL com a eclosão da Dissidência Liberal em aliança com a Frente Única Gaúcha.

Nesse sentido, sendo Flores da Cunha um homem político, os ataques e as acusações em público partidas de Benjamin Vargas e Loureiro da Silva impunham uma derrota moral e expunham o enfraquecimento da força política de Flores da Cunha. Sobretudo, a partir do momento em que ele reconheceu a legitimidade dos dissidentes liberais, ratificou este fato e fortalecendo a existência da ala *antiflorista* do PRL.

Mas uma análise rápida sobre essa conjuntura pode esconder o fato da Dissidência Liberal ainda não estar em condições de romper em definitivo com o governador, seja por ainda não possuir forças dentro do próprio PRL, ou pela incógnita que era a definição da FUG, que deveria acompanhar os dissidentes, pois era essencial para não ficarem no isolamento. Afinal, se é bem verdade que a estrutura coerciva do *florismo* não era jogada contra a FUG desde janeiro, era desconhecida a reação de Flores da Cunha com os grupos que rompessem com ele, um receio vivo entre os grupos que almejavam confrontá-lo.

Não obstante, no momento da votação, se cogitou até mesmo da renúncia por parte dos deputados dissidentes, com a incisiva oposição de Getúlio Vargas. Este disse ser um “absurdo pensar pois não se trata [de] divergência [de] programa e sim [de] atos e atitudes injustificáveis [do] governador que não podem arrastar [a] responsabilidade do partido”, além

---

<sup>405</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 21.10.1936.

<sup>406</sup> CORTÉS, op. cit., p. 121, grifo do autor.

<sup>407</sup> AGV, 23.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01.

de dizer que Flores da Cunha tinha de sentir “o golpe dentro do seu próprio partido. Não pode exigir disciplina quem não a possui na sua conduta e na orientação que deve seguir”. Dizia que “se alguém deve renunciar é o governador que já não conta [com a] maioria [da] opinião [do Rio Grande do Sul]”<sup>408</sup>, procurando dissociar as hostilidades do governador daquilo que seria o posicionamento do PRL, particularmente de seus deputados. Afinal, essas renúncias seriam um duro golpe em Vargas. O presidente, também, buscava o apoio da FUG, através de Batista Lusardo. O presidente teria dito a ele: “Lusardo, o Flores é irretroatável. Vamos superar isso? Afinal, *foram vocês que me botaram aqui!*”<sup>409</sup>

Já Flores da Cunha cogitou mudar o rumo de sua estratégia, afastando Darcy Azambuja da Secretaria do Interior, e o substituindo por Pantaleão Pessoa, general do Exército e homem de confiança do governador nas fileiras das forças armadas. Essa substituição era planejada, pois seria acompanhada do afastamento de Flores da Cunha do governo estadual, tornando Pantaleão Pessoa governador interino. Embora esse plano não tenha saído do papel, Getúlio Vargas avisou que Pantaleão Pessoa só poderia ocupar o cargo com a permissão do ministro da guerra, “e esta será negada”, pois achava que esse ato só mostrava que Flores da Cunha queria manter o dissídio com o governo federal. Lucio Esteves dizia, por sua vez, que Flores da Cunha estava “procurando envolver [o] Exército [em suas] maquinações”<sup>410</sup>, com essa atitude.

A tática de Flores da Cunha, certamente, visava obter o apoio de parte do Exército, dividindo-o, e tendo a ajuda e coordenação de Pantaleão Pessoa na organização dos corpos provisórios, já que ele era um general importante, sendo articulador político como chefe da Casa Militar e ex-comandante do Estado Maior do Exército. Ou seja, acabava representando expressiva facção do Exército.<sup>411</sup> Um Exército fracionado enfraquecia as articulações da dupla Vargas-Góis.

Apesar disso, era verdade que Loureiro da Silva e Alberto Pasqualini já conversavam no sentido de a Dissidência Liberal e a ala *antiflorista* da FUG fundarem um partido para congregar as duas correntes, caso não conseguissem ser maioria dentro de suas agremiações. Por isso, cogitavam um encontro com Getúlio Vargas, no Distrito Federal, para estabelecer as linhas gerais da campanha política em que Loureiro da Silva lideraria junto com Pasqualini. Benjamin e Protásio viam essa ideia com otimismo, pois acreditavam que, junto com

<sup>408</sup> AGV, 17.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01; AGV, 18.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01; AGV, 16.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01.

<sup>409</sup> CARNEIRO, op. cit., p. 204, grifo do autor.

<sup>410</sup> AGV, 19.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01; AGV, 22.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01.

<sup>411</sup> GOMES, A.C., op. cit., 1981; MCCANN, op. cit.

Maurício Cardoso, os dissidentes “só marcharão até o fim da atual campanha”.<sup>412</sup> Ou seja, iriam até a derrubada do governador, o que tornava o rompimento definitivo e assegurado, algo que a ala *varguista* ainda não havia conseguido. A ideia de um partido *antiflorista* não era infundada para Getúlio Vargas, pois ele mesmo apoiaria algo semelhante, pouco tempo depois.

Todavia, é interessante notar como os demais líderes da FUG estavam vendo esse contexto. Além disso, vale questionar como a colaboração dos parlamentares influenciou entre os *frenteunistas*, e, principalmente, como o *modus vivendi*, a participação no secretariado estadual e o contexto do *octálogo* influenciaram nesse processo de dissensões. Incluindo, também, a necessidade de entender como a organização de corpos provisórios impactava nessa conjuntura para a FUG. Tentaremos esclarecer essas questões nos parágrafos seguintes.

Se Lindolfo Collor, como vimos, era condescendente com a organização armada *florista*, Raul Pilla tinha uma posição distinta. Pouco antes da morte de Antenor Amorim, ele dizia estar disposto a se demitir do cargo, e, poucos dias antes da votação, Vargas era avisado que “Maurício informa [que] Pilla sente-se mal [na] secretaria [sic] e seu maior esforço tem sido contê-lo. Neves muito bem. Collor abatido”. Enquanto Maurício Cardoso, supostamente, procura manter o *modus vivendi*, diferente de antes, João Neves da Fontoura demonstrava estar “surpreendido [com a] notícia [da] eleição [na] assembleia”, mas que deveriam “fazer gesto [de] renúncia e aguardar [o] desenrolar [dos] acontecimentos”. Essa era uma deliberação conjunta com Batista Lusardo e Borges de Medeiros<sup>413</sup>, mas não instruíam nada sobre rompimentos, esperando para tomar uma decisão definitiva.

É possível afirmar que a postura de Maurício Cardoso e João Neves da Fontoura estaria ligada ao processo de encaminhamento do *octálogo* e da Comissão Mista, momento em que não seria propício o rompimento do *modus vivendi*. Se parecia aos *frenteunistas*, naquela conjuntura, que havia uma *virada de mesa* em seu favor, uma crise como a que se desenhava no Rio Grande do Sul era uma séria ameaça para as articulações no cenário político nacional. Uma via distinta era a de Raul Pilla, pois, como secretário do governo estadual, acabava se sentindo como parte responsável pelos atos partidos do governador. Permanecendo

---

<sup>412</sup> AGV, 21.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01. Protásio Vargas manteve com Getúlio Vargas uma intensa troca de telegramas no mês de outubro. Ao analisar as correspondências de Getúlio, Antônio Elíbio Jr., em todas as missivas de autoria de Protásio Vargas, disse serem estas de Protásio Alves, provavelmente “chutando” o sobrenome por ser homônimo, já que o seu segundo nome não aparecia na assinatura das cartas. Protásio Alves, por sinal, já tinha falecido em 1933 (as cartas e telegramas que Elíbio Jr. cita dele são de 1934 até 1937). Essa confusão nos sobrenomes não é irrelevante, já que Protásio Alves foi uma figura forte dentro do PRR na Primeira República, e pode induzir o leitor ao erro. Ver isso em: ELÍBIO JR., op. cit., p. 134; 137; 138; 186; 187; 188; 189.

<sup>413</sup> AGV, 05.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01; AGV, s.d., CPDOC, GV c 1936.10.01.

no posto, acabava dando o “respaldo” da ala libertadora às medidas militares que Flores da Cunha tomava. Pilla dizia que havia muitos meses o governo estadual se preparava para a luta armada, com ligações dentro e fora do estado, por meio de elementos suspeitos de extremismo. Como exemplo, mencionava que 18 novos corpos provisórios haviam sido criados no Rio Grande do Sul. Pilla ainda relatava estar sendo procurado por membros do PL no interior, que eram abordados por *floristas*, que invocavam “a minha colaboração e solidariedade com o governo”, nesse aliciamento. No final, dizia que ocorreram dois fatos que “pareciam destinados a provocar a minha demissão do governo”.<sup>414</sup> O líder do PL, contudo, acaba não mencionando mais detalhes sobre que chamava de “incidentes administrativos”.

De qualquer forma, pouco tempo depois sua demissão se efetivaria, demonstrando o mal estar que a organização de provisórios gerou dentro da FUG, de um modo geral. Mas, especialmente, a ligada com a política regional. Isso porque, se Raul Pilla tinha sido o principal articulador da aproximação da FUG com o Catete, desde que assumiu a pasta da agricultura não ocupou mais essa função. *Grosso modo*, ela ficou com Lusardo, Cardoso e João Neves.

A renúncia dele e de Lindolfo Collor do secretariado ocorreu em 16 de setembro, mesmo que, em um primeiro momento, recusada pelo governo estadual. Nesse sentido, deveriam, segundo o pacto de 17 de janeiro, serem submetidos novos nomes do PRR e do PL para assumirem as pastas. Isso porque a demissão de Collor e Pilla não significava o rompimento do *modus vivendi*. Aliás, essa primeira etapa da crise faria com que a FUG ficasse muito dividida entre àqueles que apoiavam a manutenção do acordo e os que defendiam o rompimento definitivo com Flores da Cunha. Entre estes, algumas figuras que já trabalhavam com este objetivo, como Alberto Pasqualini, e outros que defendiam a manutenção devido ao contexto do *octálogo*, como Maurício Cardoso, Batista Lusardo, Borges de Medeiros e João Neves. Doravante, vale lembrar que esse cenário se constituiu na primeira etapa da crise, onde houve uma divisão muito aguda na FUG, diferente da segunda etapa, quando houve mudanças de posicionamento entre alguns *frenteunistas*.

Nesse sentido, podemos perceber as diversas *idas e vindas* de alguns políticos da FUG em relação à colaboração com o governo Flores da Cunha. Essas mudanças, quase sempre concatenadas com o cenário político federal, devem ser levadas em conta, pois fazia com que diversos *frenteunistas* analisassem a conjuntura política, e, ora apoiavam a aproximação com o governo estadual, ora atuavam em contrariedade a essa orientação. Afinal, até mesmo

---

<sup>414</sup> ARP, 10.10.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1237.

Maurício Cardoso, dos três o que ostensivamente se opunha ao *modus vivendi*, no momento em que era debatido o *octálogo*, se posicionava pela manutenção do acordo regional. Lusardo, como vimos no capítulo anterior, *idem*. Já João Neves da Fontoura, pouco antes da crise de outubro, comunicava a Cardoso e Pilla sua opinião sobre a importância da manutenção do *modus vivendi*, como forma de evitar perturbações políticas.<sup>415</sup> Desde 1934 até o final de 1936, raros eram os *frenteunistas* que defenderam ou se opuseram ao pacto de 17 de janeiro, em todos os momentos, fato que ilustra bem a assertiva de Héglio Trindade, que afirmou não existir uma “real articulação dos partidos com a finalidade de executar mudanças políticas efetivas”.<sup>416</sup> Na política regional, nos parece certa a definição deste autor.

Logo após a crise, uma série de telegramas do interior do estado foi enviada à FUG, apelando para que se mantivesse o *modus vivendi*, e que fosse resolvida a crise sem *quebra de louças*. Além também de pronunciamentos públicos, como Walter Jobim (PL) e Nicolau Vergueiro (PRR), telegráficos, como de Bruno de Mendonça Lima (PL), e de outros órgãos, como a FORGS, que apelava para Pilla, Collor e Flores manterem a “tranquilização [*sic*] da família gaúcha”. Mas, se essa pressão podia representar, por um lado, o prestígio que o *modus vivendi* ia conquistando no interior do estado, ela também era vista com desconfiança, tamanha a enxurrada de telegramas e de apelos em defesa do pacto. João Neves dizia a Raul Pilla que a votação do Legislativo estadual repercutiu no Distrito Federal “como uma bomba”, e, mostrando seu ceticismo, afirmava: “certos telegramas de prefeitos e diretórios do interior dão a impressão de um apego ao *modus vivendi* algo suspeito. Não haverá dedo de gigante [Flores da Cunha], como diria Góis Monteiro?”.<sup>417</sup>

Voltando à crise no secretariado rio-grandense, é facilmente constatável que as posturas de Pilla e Collor diante da demissão seriam distintas. Aquele justificaria sua atitude em função da eleição de Alexandre Rosa para presidente, e, tendo “sido antecipadamente notificado de que tal gesto seria considerado como de hostilidade ao Exmo. Sr. Governador”, definia-se por sua remoção da pasta de secretário da agricultura, aglutinando uma série de

<sup>415</sup> ALC, 17.09.1936, CPDOC, LC c 1936.09.17/2.

<sup>416</sup> TRINDADE, *op. cit.*, p. 255.

<sup>417</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 21, 24 e 28.10.1936; ARP, 19.10.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1239; ARP, 22.10.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1242. O telegrama da FORGS original para Raul Pilla pode ser visto em: ARP, 20.10.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1241. Conseguimos o registro de telegramas partidos dos seguintes municípios: Camaquã, São Sepé, Santiago do Boqueirão, Rosário, São Gabriel, São Vicente, Encantado, Montenegro, Novo Hamburgo, Guaporé, Bom Jesus, Pinheiro Machado, São Sebastião do Caí, Pelotas, Alegrete, São Leopoldo e Taquara, entre os dias 20 e 22 de outubro, publicados em *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 20 a 22.10.1936, tanto de *frenteunistas* quanto de *republicanos liberais*. A *Federação* dos dias 19, 20, 22 e 23 de outubro estamparia diversos telegramas sob o título “telegramas em solidariedade ao Gal. Flores da Cunha”, na capa do jornal, buscando demonstrar que o governador mantinha seu prestígio, apesar da crise política.

insatisfações que acumulou nos últimos dias. Já Lindolfo Collor, mesmo pedindo demissão, trabalhou para que as demissões não significassem o rompimento do acordo, enviando apelos para membros da FUG em Porto Alegre e no interior<sup>418</sup>, pedindo o comparecimento na reunião que deliberaria os rumos da Frente Única.

Diante dessa conjuntura, parecia simples a manutenção do *modus vivendi*, com o PRL “pacificado” e com a FUG dividida, mas com uma aparente maioria em favor de que não se agitasse o contexto político no estado. Entretanto, se, na *crise de maio*, a Frente Única exigiu um aditivo ao *modus vivendi*, dessa vez seria Flores da Cunha quem faria aquilo que foi considerado pelos *frenteunistas* como um agravante ao episódio da eleição de Alexandre Rosa e ao ato demissionário dos secretários da FUG. O novo aditivo previa a obrigatoriedade dos partidos em comunicar previamente as resoluções políticas adotadas entre as demais agremiações do *modus vivendi*.<sup>419</sup> Essa exigência tinha argumento semelhante ao dito na cláusula que contornou a *crise de maio*: o de evitar novos *crashes*.

Mas, se havia muitas resistências na FUG em romper o pacto rio-grandense, o aditivo faria com que muitos mudassem de ideia, pois feria a “cláusula-pétrea” dos quase nove meses do pacto: o fato de ele não implicar em um acordo político, mas sim em uma colaboração administrativa. Em função disso, não demorou para o rompimento ser definitivo. Demonstrando conhecer a fragilidade de Flores da Cunha, Getúlio Vargas era, naquele contexto, direto e seco: “sobre [as] exigências novas [do] governador para manter [o] acordo, parece [que] ele não está em termos de impor condições mas de recebê-las”.<sup>420</sup>

E a FUG permaneceu intransigente. Borges, Lusardo, João Neves, Barros Cassal e Camilo Texeira Mércio comunicavam a Maurício Cardoso: “consideramos inaceitável [a] proposta [de] modificação [da] ata [de] 17 de janeiro. Dentro [do] seu texto concordamos [com a] continuação [do] *modus vivendi*”<sup>421</sup>, ou seja, pressionava para que as cláusulas do pacto se mantivessem intactas, condição irrevogável para sua manutenção e indicação de novos nomes para ocupar o secretariado.

---

<sup>418</sup> ARP, 16.10.1936, NUPERGS, doc. s/n; ALC, 23.10.1936, CPDOC, LC c 1936.10.23/3. Encontramos apelos para Batista Lusardo, que era deputado federal, e Nicolau Vergueiro, que tinha seu reduto político em Passo Fundo. A relação de Flores da Cunha com este político republicano foi analisada por AGUIRRE, Alexandre. *Flores da Cunha: relação política administrativa com Passo Fundo e região norte do RS*, nas páginas de O Nacional. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012; e FARIAS, Renato. *Flores, Vargas e o PRL: Registros da imprensa passo-fundense*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

<sup>419</sup> ARP, s.d., NUPERGS, doc. n° 002/1275.

<sup>420</sup> AGV, 21.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01.

<sup>421</sup> AGV, 27.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01.

A Comissão Central do PRL também não cedeu, e, em 31 de outubro, a Frente Única Gaúcha anunciava o rompimento do *modus vivendi*. Em nota pública, alegando ter defendido sua manutenção, a FUG justificava a inviabilidade da nova cláusula, alegando que “não poderia comprar [o *modus vivendi*] por tal preço”, além de afirmar não ser o rompimento um entrave para o desenvolvimento econômico do estado, mas sim os “preparativos militares que se vinham realizando à revelia da Frente Única”, e apelando para que o governo estadual realizasse os *onze pontos* de 1935, mencionados no segundo capítulo, como condições para manter a harmonia<sup>422</sup>, independentemente de acordos e negociações.

O PRL também partiu para o ataque, dizendo haver intenções mal veladas por trás dessa atitude. Como prova, dizia, em nota, ter a FUG entregue primeiro para a imprensa o comunicado do rompimento, e depois ao governo. Em tons insinuantes, dizia que “atrás, porém, da atitude só agora manifestada pela Frente Única não é difícil vislumbrar as forças ocultas com que ela pensa jogar para pôr em *xequê* o prestígio e a eficiência da nossa agremiação partidária”.<sup>423</sup>

Fazer uma ligação com Getúlio Vargas fica mais fácil se olharmos para *A Federação* de 21 de outubro, que, em meio às conversas de reunificação, noticiava que a viagem de João Neves da Fontoura ao Rio Grande do Sul era em defesa de interesses políticos não conhecidos do governo federal no estado, como as passagens pagas pelo Palácio do Catete “atestavam”.<sup>424</sup> *A Federação* se dedicaria a atacar, por alguns meses, a atitude da FUG, poupando Getúlio Vargas, possivelmente acreditando na possibilidade de reintegrar os dissidentes ao comando *florista*. Isto é, escusava-se de agravar a crise. É uma hipótese que, devido à conjuntura política, não é inconcebível.

Finalizado o *modus vivendi*, pode-se dizer que ele abriu acesso às benesses governistas para a FUG, aumentando sua influência no cenário nacional, que explorava o conflito *Getúlio x Flores*, e nunca ocultou seu desejo de aproximação com o governo federal, enquanto, por outro lado, ele representou não “apenas a ruptura de uma aliança partidária, mas a completa fragmentação política do Rio Grande do Sul e o acirramento de antigas disputas pelo poder entre suas lideranças”.<sup>425</sup>

---

<sup>422</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 01.11.1936.

<sup>423</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 31.10.1936.

<sup>424</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 21.10.1936. João Neves, em reunião para debater a crise política, se disse desgostoso com a atitude de *A Federação* em estampar a notícia na capa do jornal, alegando não ser verdadeiro. Ver: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 25.10.1936.

<sup>425</sup> RANGEL, op. cit. 2001; ABREU, L. A., op. cit., p. 129.

Já Flores da Cunha tinha uma situação diferente quando finalizado o pacto: além de perder a colaboração da FUG, não tinha seu partido coeso. Em nível nacional, não possuía a mesma influência de anos anteriores. Um dos primeiros a agitar a sucessão presidencial e definir-se em favor de um candidato, ele não possuía, em novembro, sequer o nome escolhido para o pleito, tendo de trabalhar por um “plano B”, em função da erosão política que Antônio Carlos sofrera. No Exército, seu adversário, Góis Monteiro, voltava à cena, agora como o militar mais influente dentro do Catete, enquanto fracassava sua tentativa de dividir as forças federais, que propendiam a favor de Getúlio Vargas, na medida em que organizava seus corpos provisórios, mobilização que acabou se revelando um desastre, naquilo que tange ao ponto de vista político.

O *modus vivendi*, mesmo que tenha existido sempre sob uma linha tênue, contribuiu, senão para um total apaziguamento, ao menos para a diminuição dos virulentos ataques, repressões e conspirações do *pós 1932* que marcaram o cenário regional, tanto verbal quanto fisicamente, no efêmero período em que vigorou. Mesmo que sempre fosse destacado o fato de não implicar em compromissos políticos, ficou claro que as questões dessa ordem influenciaram o tempo todo, tanto no momento de sua assinatura, sob o contexto de um acordo da FUG com Vargas, como quando esteve em vigência. Não obstante, em alguns momentos ele soou como uma aproximação política efetiva da FUG com Flores da Cunha, como a oposição à LSN e o minguado trabalho pela candidatura Raul Pilla à presidência mostraram. Por outro lado, do ponto de vista da colaboração administrativa, tudo indica que os pontos acertados entre os partidos do estado funcionaram com algum sucesso, mesmo que a FUG alegasse que não, quando emitiu a nota justificando o rompimento do acordo.

O declínio do pacto de 17 de janeiro, que sofreu uma clara inflexão com a mobilização militar no estado, serviu também de combustível para fortalecer a Dissidência Liberal e o bloco *antiflorista* que existia na FUG, revelando-se uma vitória para Getúlio Vargas, que vinha estimulando, pacientemente, essas minorias no interior dos dois grupos políticos, esperando o momento certo para implodir a base do governador do estado. Vargas vinha, desde agosto, removendo todos os obstáculos possíveis que pairavam em seu projeto continuísta.

Apesar da erosão do *modus vivendi* representar um grande passo, e Góis Monteiro trabalhar para manter a fidelidade do Exército, o governador gaúcho não cairia tão facilmente, e resistiria durante um ano às articulações daqueles que se alinhavam a Getúlio Vargas, contra seu governo. Ainda assim, a tentativa de Flores da Cunha em estabelecer uma espécie de “nova Revolução de 30”, tendo os provisórios, as alianças com outros estados e trazendo ao

Rio Grande do Sul uma “pseudo-unificação” política se mostrou um fracasso, em uma conjuntura muito distinta daquela apresentada em 1930.

A FUG, que em outubro era intransigente com as *Oposições Coligadas* pelo *octálogo* e com Flores da Cunha e seu aditivo, também sofreria significativas defecções, pois tanto parcela de republicanos quanto de libertadores não concordou com o rompimento. A partir desse momento, a mudança de perfil da política rio-grandense pode ser simplificada da seguinte forma: se *pós 1932*, havia no Rio Grande do Sul uma ala *anti-Vargas* e *anti-Flores*, representados na FUG, e uma vertente *florista* e *varguista*, que estavam incorporados no PRL, depois dos acontecimentos de outubro uma nova espécie de divisão política se formaria, em uma fileira *florista* e *antivarguista*, englobando diversos pequenos partidos oriundos da FUG e o setor que permaneceu aliado a Flores da Cunha no PRL, e outra *varguista* e *antiflorista*, encabeçada por boa parte da Frente Única Gaúcha e toda a Dissidência Liberal. Junto com a formação dessa conjuntura, o ano foi chegando ao fim, e o cenário da campanha presidencial desanuviando. No Rio Grande do Sul, os meses de novembro a janeiro de 1937 seriam decisivos para a formação do novo contexto político.

#### 4.2 TEMPOS DE INCERTEZAS: DELINEANDO A CONJUNTURA

Podemos afirmar que as mudanças na política regional *pós modus vivendi* passam por um período de consolidação, que definiria, em grande parte, a estrutura do cenário político estadual até o Estado Novo. Mesmo que não possa ser visto de forma estanque, arriscaremos um recorte temporal que definiu a formação desse novo contexto: entre novembro de 1936, quando do rompimento do *modus vivendi* e da FUG com as *Oposições Coligadas*, a janeiro de 1937, quando ocorreram a vinda de Oswaldo Aranha ao Rio Grande do Sul, os ataques de Pasqualini a Flores da Cunha, e a questão dos provisórios. Esta teve como marco a inspeção militar realizada por Góis Monteiro no estado, ocorrida em fevereiro.

Assim, a partir do rompimento do *modus vivendi*, os rumos da política regional ainda eram desconhecidos. Não se sabia se a FUG apoiaria Vargas, mesmo sendo a hipótese mais provável por seus dirigentes, ficaria neutra, possibilidade a ser considerada pela ausência de consenso que a primeira proposição tinha, ou, mesmo que improvável, voltaria atrás ao rompimento, ideia acenada com a dissidência de Collor (PRR) e Bruno de Mendonça Lima (PL). O posicionamento da FUG definiria, também, como a Dissidência Liberal ia atuar, pois sem os *frenteunistas* não teria força para confrontar o governador, uma questão pétreia para a consolidação do grupo.

Pelo lado de Flores da Cunha, sua reação também era uma incógnita: levantaria o velho aparato repressivo contra os dissidentes e *frenteunistas*? Buscaria cooptar membros para sua base aliada? Avançaria ou recuaria na sua mobilização militar? Como contraporaria os ataques dos dissidentes e *frenteunistas*? Esse cenário, recheado de incertezas, começou a ganhar contornos gradualmente. E, metaforicamente, nesse “jogo de xadrez” que se tornou a política gaúcha, todos passaram a mover suas peças no tabuleiro.

#### 4.2.1 A crise na FUG: o embrião do PRC e da UDN

A FUG não foi consensual no rompimento do *modus vivendi*. Desta forma, PRR e PL tiveram defecções em protesto aos rumos que a direção *frenteunista* estava dando ao grupo. A mais expressiva foi dentro do PRR, por meio de Lindolfo Collor. Logo após a confirmação do fim do acordo, ele trabalhou para que essa decisão fosse revogada, mas não teve sucesso. Poucas semanas depois, ele lançou um *manifesto* expondo suas divergências com a Comissão Central do PRR, criticando a Frente Única Gaúcha, o rompimento do pacto administrativo, e narrou sua participação nas negociações de pacificação nacional e regional. Collor trouxe vários detalhes, nesse documento, do qual destacaremos alguns pontos que acreditamos serem importantes para nossa análise.

No *manifesto*, ele aproveitou para desferir ataques à postura de alguns líderes da FUG, nas conversas pela “pacificação”. Especialmente, contra Maurício Cardoso e Borges de Medeiros. Revelou a exigência que o *velho Borges* fez nos entendimentos iniciais para o *modus vivendi*, condicionando qualquer acordo à ida de Flores da Cunha para a oposição ao governo federal. No entanto, simultânea e contraditoriamente, Maurício Cardoso buscava o apoio de Vargas, contra o governador, “hipótese corrente entre os seus líderes, e de que não se fazia, aliás, nenhuma reserva”, e à qual Collor se dizia ser contra. Além disso, revelou que o receio dos *frenteunistas* era que, com o estado “unificado”, Flores da Cunha se lançasse à Presidência da República. Atacou o argumento de que o *modus vivendi* não tinha funcionado em sua plenitude, para ele, uma inverdade, exceto na implantação da polícia de carreira, que não ocorreu devido à inércia da comissão designada. Também questionou a atitude dos parlamentares em votar em um candidato para hostilizar Flores da Cunha, cujo objetivo era criar uma crise política usando como mola propulsora o pacto “administrativo”. Mas, apesar das críticas, e da contrariedade que tinha em relação aos rumos que foram tomados, afirmou

que permaneceria no PRR. Collor apelou para Borges de Medeiros convocar um congresso partidário, definir os novos nomes da Comissão Central do partido, e voltar a comandar o Partido Republicano Rio-grandense.<sup>426</sup>

Aquilo que Lindolfo Collor buscou, além de expor a Frente Única e criticar os rumos que sua direção estava tomando, foi defender sua posição de propositor da manutenção do *modus vivendi* e abrir uma dissidência *florista* na FUG. Pois, além da defesa do pacto, havia o amparo velado a Flores da Cunha no documento, já que não houve nenhum ataque ou responsabilidade atribuída ao governador do estado. Em sua ruptura, até mesmo quando falou da polícia de carreira, a única ressalva que fez, Collor atribuiu à procrastinação da comissão escolhida e dos membros *frenteunistas* que a compuseram, isentando o governo do estado de qualquer culpa. Deixava claro que iria manter seu apoio ao governador do estado, no momento em que a FUG se lançava na oposição a ele, além de desmoralizar publicamente os líderes da aliança partidária pela repercussão nacional que o documento teve.

Seu *manifesto* foi imediatamente combatido por duas notas de grupos *frenteunistas* publicadas no *Correio do Povo*, e comentado individualmente por Alberto Pasqualini e Loureiro da Silva. Dos dois manifestos da FUG, o primeiro rebatia ponto por ponto aquilo que foi dito por Collor, enquanto o segundo narrava a “versão *frenteunista*” do processo de aproximação, desde 1932, além de recitar um trecho de um discurso seu proferido em Novo Hamburgo, onde falava de disciplina partidária, o que, de maneira implícita, era um ataque a seu posicionamento, insinuando que ele havia quebrado a hierarquia no PRR. Pasqualini acusou que “o plano, maduramente estudado, que visava provocar a desagregação em certos setores da Frente Única está integralmente fracassado, mau grado a inteligência de seus organizadores”. Loureiro da Silva seguiu caminho parecido, dizendo que o *manifesto* teve poucas horas de repercussão no Rio de Janeiro, e que “tornou-se, assim, um documento inócuo”<sup>427</sup>, em seu ponto de vista, dizer que deve ser compreendido mais como uma forma de desqualificação do que uma constatação sincera, por parte do líder da Dissidência Liberal.

Mas não parece infundada a ideia de que o objetivo do *manifesto* fosse agravar a divisão na Frente Única Gaúcha. E é possível dizer que Collor, parcialmente, conseguiu atingir esse fim, pois, se de um lado sua dissidência conseguiu cooptar correligionários e até parlamentares estaduais, por outro ficaria longe de arrastar o partido em peso para contestar os rumos *frenteunistas*, não havendo outra opção a não ser articular uma nova agremiação

<sup>426</sup> COLLOR, Lindolfo. *Discursos e manifestos* (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

<sup>427</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 19, 22, 24 e 29.11.1936. O discurso de Collor sobre o *castilhismo*, em Novo Hamburgo, pode ser visto em COLLOR, op. cit., p. 8-21.

política, meses depois. Doravante, mesmo que o *manifesto* citasse só questões de âmbito regional, exceto as tentativas de acordo com Vargas, não pode ser secundada alguma insatisfação pelos rumos que a FUG estava tomando em direção ao Palácio do Catete, pois Collor já vinha expondo sua contrariedade a entendimentos com Getúlio Vargas.

E o presidente sabia disso. Em janeiro, ele dizia que Collor, a quem chamava de “rancoroso inimigo”, trabalhava contra o Catete, na conciliação da FUG com Flores da Cunha. E dizia: “não o tenho, porém, como inimigo. Seu assanhamento contra mim é a pouca possibilidade de pescar uma pasta de ministro”.<sup>428</sup> Nos debates para a pacificação nacional, Lindolfo Collor avisava Batista Lusardo que não concordaria com qualquer das três hipóteses: adesão política a Getúlio Vargas; realização de uma “paz em separado”, ou seja, a FUG entrar em acordo com o presidente, sem o acompanhamento das *Oposições Coligadas*; ou com qualquer reforma constitucional que prolongasse o mandato ou viabilizasse sua reeleição.<sup>429</sup>

Na medida em que o contexto ia avançando, e a FUG se distanciava das *Oposições Coligadas*, para compor uma “paz em separado” com Vargas, ele acabou se mostrando, em certa medida, coerente com aquilo que preconizava em momentos anteriores. Isso apesar de ele omitir no *manifesto*, conforme apontamos no segundo capítulo, que, em 1935, Góis Monteiro intermediou uma conversa sua com Vargas. Nesse encontro foi debatida a viabilidade de um pacto para afastar a candidatura de Flores da Cunha a governador, e buscar um ministério de concentração, além de ter aceitado verbalmente fundar com o presidente um partido nacional. Isto é, na contramão daquilo que defendia agora.

De todo modo, foquemos no impacto do *manifesto* na política regional. Se, quando o *modus vivendi* foi erodido, João Neves da Fontoura comemorou que a ruptura do acordo tinha causado, inicialmente, boas impressões no cenário político nacional e entre os políticos locais, havendo somente alguns boatos dando conta de “que Flores forcejará por reter o Collor no governo”, poucos dias depois ele mostrou uma postura diferente, expondo certa preocupação e alento com sua repercussão, assinalando que foi precipitada a comemoração de uma “vitória certa”, sem aguardar seus desdobramentos. Para ele, “o *manifesto* do Collor é o mais triste documento destes últimos tempos. [...]. Repugnou-me a íntegra”, alegando que deveriam “ter logo contra-atacado” e “devia ser instantânea a repulsa”. Sobre o contexto político, ele revelou ter conversado com Vargas, que teria declarado estarem os *frenteunistas* “frouxos. Isso mesmo lhe escreveu o Beijo. Se vocês deixarem campo ao Flores ele cobra ânimo. É amiudar o pau. O reflexo dessas coisas aqui é imenso”, acreditando que deveria se radicalizar

<sup>428</sup> VARGAS, op. cit., v. I, p. 466.

<sup>429</sup> ALC, 19.06.1936, CPDOC, LC c 1936.06.19/2.

nos ataques: “entendo que vocês devem ouvir o Loureiro [da Silva] e dar o combate decisivo. A hora soou. Já agora não poderemos retroceder. Ou vencemos ou vamos pra Rivera”.<sup>430</sup>

Ou seja, havia o receio das consequências que o documento poderia trazer, agravado pela inércia dos *frenteunistas* em mandar uma resposta em réplica às acusações de Collor. Tendo em vista que as primeiras declarações contra Collor não foram dos quadros mais expressivos do partido, e que estes vacilavam em mandar uma resposta sem a anuência das comissões centrais, isso acabou preocupando João Neves. Afinal, enquanto eles patinavam, Flores da Cunha e Collor ganhavam terreno. Esse protelamento, a ponto de ter chamado a atenção de Vargas, também mostra que o presidente já estava instruindo diretamente os *frenteunistas* de como agir na política regional, contra o governador. Não obstante, ao mencionar Loureiro da Silva, sinalizava que a aliança entre os dissidentes e *frenteunistas* estava, pelo menos, em vias de consolidação.

Contudo, a resposta de Pilla a João Neves viria alguns dias depois. Nela, Pilla dizia estar de acordo com o seu ponto de vista, considerando “errônea e perigosa a tática adotada pela direção republicana”, afirmando que, graças “à identidade de sentimentos reinante no seio da Frente Única, a publicação do primeiro manifesto em resposta a nota do *Federação* [sic], e algumas entrevistas dadas por mim e pelo Paim, e estas horas o Collor estaria inteiramente vitorioso no seu intento diabólico”.<sup>431</sup>

Também Pilla se mostrou vigilante com as possíveis cooptações de membros do seu partido nos diretórios municipais.<sup>432</sup> O líder do PL viu-se obrigado a agir para desfazer possíveis defecções em prol de Lindolfo Collor. Ainda assim, de modo geral, se mantiveram coesos com o PL. Por parte do PRR, poucos registros localizamos, mas acreditamos que neste partido a “diáspora” deve ter sido mais forte, afinal, não somente o *manifesto* veio de um membro das suas fileiras, mas também pela feição *castilhista* que tinha, claro, mais eco neste partido do que no PL. Será do PRR, por exemplo, a adesão de um deputado estadual, cargo político de maior expressão que soubemos ter aderido ao programa dissidente, que não

<sup>430</sup> ARP, 11.11.1936, NUPERGS, doc. nº 002/1246; ARP, 19.11.1936, NUPERGS, doc. nº 002/1247. Os boatos sobre a manutenção de Collor se mostraram verdadeiros, pois Flores da Cunha pediu por seu retorno, e Collor declinou, embora se mantivesse politicamente solidário com o governador.

<sup>431</sup> ARP, 27.11.1936, NUPERGS, doc. nº 002/1252.

<sup>432</sup> Em Uruguaiana, houve o receio de que os libertadores daquele município aderissem em massa ao “*collorismo*”, mas que, exceto isso, “o nosso partido está firme. [...] Presumo, à vista da demora, que eles não tenham encontrado eco no partido”, mostrando confiança na manutenção do PL, e indicando que nem mesmo a dissidência em Uruguaiana teria vingado. Em São Gabriel, houve apenas uma defecção sem maiores impactos no diretório municipal. Também há registros em Santiago do Boqueirão, onde um membro, denominado Ernani Frota, estaria trabalhando em prol da dissidência republicana e, segundo Pilla, era “necessário desfazer a arte diabólica do Collor”, delegando a outro membro libertador a incumbência de esclarecer os fatos que estariam fazendo com que ele estivesse acompanhando o dissídio republicano. Ver: ARP, 02.12.1936, NUPERGS, doc. nº 002/1253; ARP, 26.11.1936, NUPERGS, doc. nº 002/1251.

significou menor vigilância dos libertadores, pois viam com cautela a adesão de republicanos. Bem ilustra isso um telegrama recebido por Raul Pilla, que indaga: “veja o caso do Collor. Que pensa ele? Destruir a F. U. a qualquer custo, levar os republicanos ao Flores e atirar os libertadores ao regime da violência”.<sup>433</sup>

Ainda assim, o lado libertador teria a sua própria dissidência. A primeira delas foi de Bruno de Mendonça Lima, líder “da esquerda” do PL. Ele, chefe do partido em Pelotas, renunciou ao diretório e ao mandato de vereador no município. Mendonça Lima chegou a ser convidado para substituir Raul Pilla na secretaria da agricultura, tendo recusado e apoiado publicamente às declarações de Lindolfo Collor, dando vazão a boatos de que os dois fundariam um partido trabalhista.<sup>434</sup> Aliás, interessante notar que ambos os dissidentes foram cogitados para ocupar as pastas vagas por PRR-PL. Mesmo que tivessem recusado, foram “assediados” pelo governador, que dava, em troca de uma aliança, a possibilidade dessas dissensões já nascerem “*governistas*”. Grosso modo, de forma semelhante a que o PRL foi em 1932.

É bem verdade que os libertadores, aparentemente, pouco temeram por repercussões mais amplas na saída de Bruno de Mendonça, talvez pelo perfil “radical” de suas ideias, conforme vimos no capítulo dois. Mas ele não escapou de sofrer críticas públicas de Raul Pilla, que dizia estar surpreso com sua manifestação pró-Collor, pois o socialista teria concordado integralmente com as medidas tomadas pelo diretório, e agora apoiava um documento que contradizia sua posição anterior. Pilla também fazia uma ligação, no mínimo, astuta desse contexto. Isso porque, se olharmos para o manifesto de Collor, podemos dividi-lo em duas partes: a primeira, ligada ao *modus vivendi*, e a segunda voltada ao PRR, pedindo a revisão do seu programa e o retorno de Borges ao comando do partido. Ou seja, algo muito semelhante àquilo que Mendonça Lima pleiteava há muitos anos, e que o PL vinha sempre protelando. Desta vez, com o argumento de que uma comissão havia sido designada no último congresso.

O líder libertador acusaria Collor de ter percebido essa cisão antiga do PL, e jogado essas questões no documento, que nada tinha a ver com o *modus vivendi*. Essa atitude teria o intuito de arrastar essa ala libertadora contra a FUG, o mesmo ocorrendo no PRR, onde também havia uma corrente que pleiteava um congresso partidário, a renovação da Comissão Central e a reforma do programa do partido. Segundo Pilla,

---

<sup>433</sup> ARP, 15.03.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1298.

<sup>434</sup> NOLL, op. cit.; Bruno de Mendonça Lima para Hélió Trindade, 1979.

a causa é outra, a meu ver, e reside na nunca assaz gabada habilidade com que o dr. Lindolfo Collor redigiu o seu manifesto. O de que se tratava era do rompimento do *modus vivendi*, dos seus motivos determinantes, das responsabilidades ligadas a esse ato, etc. Isso é que tem que ser debatido e julgado. Essa é a questão capital, para não dizer única, no momento. Que fez, porém, o consagrado mestre da dialética? Depois de tratar dela como lhe permitiam os seus excepcionais dotes de inteligência, insere-lhe, para estabelecer a confusão [*sic*], outras questões que nada propriamente o caso, mas se prestam admiravelmente a aliciar certos espíritos pouco precavidos.<sup>435</sup>

Mesmo que seja difícil precisar até que ponto as dissidências *collorista* e *libertadora* tenham abalado às estruturas dos dois partidos, é certo que contribuíram para aumentar o cenário de confusão que a política regional estava vivendo, e enfraquecer a estrutura do sistema político rio-grandense. Aliás, quanto mais fragmentado e desarmônico, melhor para Getúlio Vargas, e pior para Flores da Cunha, embora este assistisse com parcimônia ao desenrolar dos debates políticos. Em função de que, quanto mais forte fosse à dissidência *collorista*, melhor para sua base política, neste momento, mais combatida do que a da própria FUG.

De todo modo, ambos fundariam partidos distintos. Se o rompimento de Collor com o PRR não é imediato, o de Mendonça Lima sim, e se concretizou no último dia de 1936. Ele se deu por um extenso documento publicado na imprensa, ratificando tudo aquilo que já vinha defendendo. A novidade foi o anúncio, de antemão, da organização de sua nova agremiação, a União Democrática Nacional<sup>436</sup>, que seria oficializada por convenção, em maio do ano seguinte.

O caso de Lindolfo Collor é um pouco distinto. Em dezembro, ele retornou ao ataque, lançando novo manifesto, agora com um alvo específico: Maurício Cardoso, chefe do PRR. Sabidamente, este foi contrário ao pacto de 17 de janeiro, mas Collor acusava que, quando Flores da Cunha procurou a FUG, em 1932 e 1933, para um acordo, Maurício Cardoso se mostrou favorável a uma aproximação com o então interventor, em um primeiro momento, para assumir a pasta de Secretário do Interior e assegurar garantias eleitorais. Por isso, Collor

<sup>435</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 21.11.1936. Lindolfo Collor, em seu segundo manifesto, respondeu a esse trecho: “depois de referir-se bondosamente a minha ‘nunca assas habilidade política’, pergunta s. excia. qual nexo entre o rompimento do ‘*modus vivendi*’ e a renovação dos nossos programas partidários. [...]. Não sei o que se passa, a esse propósito, no Partido Libertador. Mas posso garantir-lhe que, no Republicano, as falhas de orientação e os exagerados personalismos, verificados durante os meses do ‘*modus vivendi*’, decorreram precisamente, a meu juízo, da ausência de rumos programáticos seguros e intergiversáveis, que se impuseram ao respeito e ao acatamento uniforme da massa partidária. Na ausência de ideias – sabe o sr. Raul Pilla tão bem ou melhor do que eu – os partidos degeneram, por fatalidade, em facções agrupadas em torno de indivíduos. [...]. A questão não se reduz, como lhe parece, a um simples jogo de habilidades políticas de minha parte”. COLLOR, op. cit., p. 61.

<sup>436</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 31.12.1936. Esta UDN não tem relação com a do pós-45. O grupo de Bruno de Mendonça Lima, no pós Estado Novo, fundaria o PSB no Rio Grande do Sul, pelo qual concorreria a senador em 1945 e a governador em 1950, tendo a votação mais baixa entre todos os candidatos nas duas eleições. O programa do partido pode ser visto em: *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 21.01.1937.

questionou sua justificativa: como podia Maurício Cardoso ser contra um acordo na política regional em 1936 sob alegação de que as rivalidades entre FUG e PRL ainda estavam afloradas pela guerra civil de 1932, mas, em momentos próximos do findado conflito, ele se batia em favor de uma aproximação? De todo modo, voltava a atacar o enredamento *frenteunista* ao Palácio do Catete, pedindo novamente um congresso partidário ao PRR.<sup>437</sup>

Para atingir esse fim, utilizou a mesma estratégia de antes: a publicação de um extenso manifesto. Apesar disso, o segundo *manifesto* não teve o mesmo impacto que o primeiro.

Além dos *manifestos*, Collor proclamou por diversos momentos que permanecia no PRR, embora dissidente. Passou a ser tachado até de comunista, pela suposta “aproximação” com Bruno de Mendonça Lima e por ter defendido a criação da UDN, logicamente uma forma de desqualificar seu dissídio no partido. A partir do *manifesto*, pleiteou um congresso partidário e o retorno de Borges de Medeiros à chefia do PRR. Contudo, o *velho Borges* foi contra as duas pautas, fechando as portas para Collor. Mas ele realizaria a convenção, mesmo sem essa aprovação, para reavivar aquilo que chamava de “enorme força moral e o formidável alcance prático do *castilhismo*”, em colaboração com o governo Flores da Cunha.<sup>438</sup>

Como sua tentativa de confrontar Borges de Medeiros e a Comissão Central não teve êxito, fundou, em março de 1937, o Partido Republicano Castilhistas. A agremiação deu guarita aos dissidentes republicanos, ao lado do deputado estadual Adolfo Dupont. O PRC contava, no mês seguinte, com “dezoito diretórios municipais”.<sup>439</sup> Notamos também, a partir daí, que Collor passou a ser figura de estrita confiança de Flores da Cunha nas articulações políticas, tanto regionalmente quanto com outros estados.

Já Bruno de Mendonça Lima não encontraria viabilidade para suas ideias entre os *frenteunistas*, não levando nenhum nome de projeção da FUG para a sua UDN. Por sinal, isso deve ser visto, também, dentro do cenário político regional, pois as agremiações rio-grandenses eram partidos de quadros, enquanto a UDN de Bruno de Mendonça Lima foi uma tentativa de formar um partido de massas<sup>440</sup>, que acabou fracassando também por outros fatores, como o imaginário anticomunista que rondou os anos 1930, as medidas de exceção

---

<sup>437</sup> COLLOR, op. cit.

<sup>438</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 17.12.1936 e 23.01.1937. O programa do PRC e os debates do Congresso partidário foram o tema predominante da edição de *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 05.03.1937.

<sup>439</sup> NOLL, op. cit., p. 203.

<sup>440</sup> Segundo Maurice Duverger, op. cit., p. 98-107, podemos definir partidos de massas como aqueles em que sua estrutura se dá através do recrutamento de adeptos, buscando penetrar na classe operária e, através desta, granjear apoio político e financeiro.

que eram tomadas desde 1935, da pouca representatividade de si mesmo no PL, e da própria “confusão” que se tornou a política regional.

*Grosso modo*, segundo Serge Berstein, o surgimento de um partido geralmente ocorre a partir de uma crise, e que, por isso, deve-se destacar que “um partido não nasce fortuitamente, da decisão de seus criadores”.<sup>441</sup> Por isso, destacamos que essas duas cizânias são reveladoras da crise política regional naquele período, abarcando tanto o situacionismo *florista* quanto a oposição *frenteunista*.

#### 4.2.2 A saída da FUG das *Oposições Coligadas*: o agravamento da crise

Em outubro, a FUG parecia ter “pescado” Flores da Cunha e as *Oposições Coligadas* com o seu *octálogo*. Contudo, com o *modus vivendi* rompido, os seus oito tópicos teriam uma reviravolta, que desembocaria na renúncia não só da liderança, mas também das *Oposições Coligadas* como um todo. Ou seja, enfraquecendo este bloco e Flores da Cunha na mesma tacada, na medida em que aumentou o seu próprio isolamento. Afinal, a FUG não poderia contar com os apoios do governador e da *minoría parlamentar*. Por outro lado, a “paz em separado” que fez a FUG nos ajuda a ser compreendida quando colocamos isso no contexto de rompimento de Collor.

Quando ele abriu dissídio no PRR, pouco antes desta sair das *Oposições Coligadas*, acabou definindo os membros que aceitariam essa aproximação e os que não admitiam isso no partido. Embora, a bem da verdade, deve ser ressaltado que a saída *frenteunista* da *minoría parlamentar* não significou apoio imediato, integral ou declarado da FUG com Vargas. Destarte, nem todos os seus membros haviam concebido essa hipótese ainda. Getúlio Vargas teve de trabalhar cautelosamente para efetivar as cooptações, embora estivesse encaminhada a aliança regional entre os *frenteunistas* e os dissidentes liberais para sua cruzada *antiflorista*. Portanto, na medida em que a aproximação se consolida, outros *crashes* iriam ocorrer em 1937.

Mas vamos explorar o rompimento com as *oposições* e o cenário político nacional. A saída da FUG das *Oposições Coligadas* era arriscada: mesmo que houvesse divergências no bloco com sua liderança, algumas figuras expressivas sabiam que, politicamente, o afastamento era muito prejudicial. Já os dirigentes *frenteunistas* tinham duas razões básicas para se manter nela, como desconfianças com as intenções de Vargas, apesar do *cheiro do*

---

<sup>441</sup> BERSTEIN, op. cit., p. 67-68.

*Catete* seduzir alguns, e que, permanecendo nas *Oposições Coligadas*, garantia a presença na Comissão Mista do *octálogo*, podendo barganhar com a *maioria* e a *minoría*. Mas o rompimento do *modus vivendi* influi nesse contexto, ainda marcado pela primeira crise das *Oposições Coligadas* que fora “costurada” por Lindolfo Collor, que agora não estava mais integrado na FUG. Com isso, uma reunião das *Oposições Coligadas*, em formato de plenária, rejeitou o *octálogo* por 36 votos a 23. O principal argumento era que a Comissão Mista estava em desfavor da *minoría*, com dois votos, e a *maioria*, acrescida de Vargas, teria três.<sup>442</sup>

Pouco antes do rompimento, um telegrama de João Carlos Machado a Flores da Cunha esclareceu, parcialmente, *em que pé estavam* às articulações políticas que envolviam a *minoría*, Vargas, *octálogo* e o “PRL florista”. Machado dizia que Getúlio Vargas havia pedido dois nomes para a Comissão Mista, e que a *minoría* se reuniria para decidir se indicava ou não. Relatando um encontro com Lusardo, este teria dito que Getúlio Vargas afastou qualquer possibilidade de prorrogação de seu mandato, e que iria propor as seguintes restrições para a comissão: 1. unanimidade na escolha do candidato entre os membros; 2. nenhum dos membros poderia assumir compromissos sem consulta a seus grupos políticos, e; 3. caso não houvesse concórdia, Vargas se afastaria para presidir o pleito como magistrado. Antônio Carlos teria aconselhado infiltrar um membro da *minoría* ligado a Flores da Cunha, para assegurar a impugnação de algum candidato indesejado, aproveitando-se da obrigatoriedade do consenso para a escolha do nome. Por fim, João Carlos Machado tentou convencer Flores da Cunha de que esta era a melhor saída, pois Armando Salles era uma incerteza ainda e, caso falhasse a comissão, teria, em tese, o “alheamento” de Vargas no tema.<sup>443</sup>

Ou seja, podemos perceber que Getúlio Vargas dava à FUG tudo aquilo que ela queria ouvir: não prorrogaria seu mandato, equipararia o poder de voto da *minoría* com a *maioria* na Comissão Mista, adiantaria os trabalhos para a escolha do candidato único, e não atrapalharia a campanha eleitoral, caso o processo naufragasse, jogando toda a responsabilidade para a *minoría*, se o acordo não fosse adiante. Isto é, estando Vargas isento, aos olhos da FUG.

Por outro lado, há um “PRL florista” atento às articulações da *minoría*. Mas, como relatou Machado, as *oposições* ainda iriam deliberar se aceitavam ou não e, como destacamos, a reunião não foi favorável à resolução *frenteunista*. Flores da Cunha percebeu o jogo da FUG e, conhecendo o contexto político no Rio Grande do Sul com as crises e defecções, deliberou que se mantivesse o PRL neutro. Afinal, corria o risco de que a Frente Única se fortalecesse,

<sup>442</sup> CAMARGO et al., op. cit.

<sup>443</sup> AFC, 20.11.1936, NUPERGS, doc. n° 003/922.

algo indesejável para um governo em situação política delicada, e que, em determinado ponto, disputava com ela, ponto a ponto, a supremacia política no estado, procurando estimular uma “versão *frenteunista*” da Dissidência Liberal. Segundo Flores da Cunha,

não devemos fazer o jogo do Neves, Lusardo e dos demais frenteunistas [*sic*]. Deixemos que as *Oposições Coligadas* liquidem *octólogo* como entenderem. Não serei eu que irei agora fazer pressão sobre elas para que deliberem em concordância com o que tanto desejam Getúlio, Neves e Maurício. Além da flagrante inabilidade de nossa parte, de que eles aliás se aproveitariam para a manobra que exatamente contra nós estão executando, iríamos concorrer com balão [de] oxigênio para frente única daqui, no instante mesmo em que se debate nas vascas da mais grave crise que já enfrentou.<sup>444</sup>

Em dezembro, as *Oposições Coligadas* romperam com o *octólogo*, devido ao fim do *modus vivendi*.<sup>445</sup> É muito provável que ali estivesse o dedo de Flores da Cunha, pois ele orientou, dias antes, Otávio Mangabeira a responder imediatamente ao manifesto de rompimento da Frente Única, aconselhando a acusar os *frenteunistas* de estarem fazendo o jogo do Catete. Dizia que a manifestação nesse teor era necessária para “obrigar numerosos elementos *frenteunistas* [do] nosso estado [a] tomarem atitude desligando-se ostensivamente dos diretórios centrais”.<sup>446</sup> Mesmo que a resposta não tenha sido exatamente igual a que Flores da Cunha sugeriu, vimos que acabou, assim como ele indicou, envolvendo os ocorridos na política do Rio Grande do Sul, e as declarações em contraponto a Frente Única foram publicados no dia seguinte, também coincidindo com sua orientação. Possivelmente, para estimular o agravamento da sangria iniciada por Collor e Bruno de Mendonça.

Analisando as consequências da atitude da FUG, podemos afirmar que seu afastamento representou não somente a morte do *octólogo*, assim como este nada mais era do que uma alternativa encontrada pela inviabilidade da *Fórmula Pilla*. O fim do *octólogo* representou, igualmente, o encerramento de entendimentos conciliatórios, sugerindo a veracidade daquilo que alguns periódicos indicavam há algum tempo: a existência de um distanciamento entre as pautas da FUG com a dos demais grupos das *Oposições Coligadas*, que não faziam questão de se aproximar com Getúlio Vargas.

Desta forma, se encaminha a aliança explícita com este, uma atitude muito compreensível, se olharmos para a conjuntura em que a FUG se encontrava: isolada no Rio Grande do Sul, à mercê dos provisórios, e dependente da aliança com os dissidentes para

<sup>444</sup> AFC, 21.11.1936, NUPERGS, doc. n° 003/923.

<sup>445</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 01.12.1936. O manifesto da FUG pode ser visto em *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 27.11.1936.

<sup>446</sup> AGV, 23.11.1936, CPDOC, GV c 1936.11.02.

contrapor-se à força política do “PRL *florista*”, ainda assistia à evasão de parte de seus quadros para o lado do governador, representando uma sangria que era, de certo modo, com uma dimensão imprevisível naquele instante. Em nível nacional, era derrotada por 61% dos votantes, após a própria comissão ter voltado atrás de suas restrições ao *octálogo*. Não compunha a *maioria*, mas agora também não formava com o grupo de oposição mais forte no parlamento.

A FUG ainda pôde argumentar que o culpado pelo *octálogo* ter sido erodido não foi Vargas, mas que a recusa partiu da oposição. Ou a FUG concordava com a aproximação a Getúlio Vargas e Dissidência Liberal, mesmo que fizesse de forma gradual, ou ficaria ilhada no novo contexto que se criou e que os próprios *frenteunistas* ajudaram a provocar, depois de um ano de tentativas conciliatórias com o Catete. Era isso ou passar pelo maior isolamento desde a Guerra Civil de 1932. Já para Getúlio Vargas, era uma vitória política significativa, especialmente pelo enfraquecimento da oposição nacional, tanto naquilo que tange à sucessão presidencial, que se aproximava, quanto no próprio parlamento. Acabava também a *meteórica* liderança de Batista Lusardo. Além disso, outro tema que estava praticamente definido no cenário político era que haveria, em tese, disputa presidencial. Estava descartado o propalado *tertius*, embora outras propostas com esse cunho surgiram depois, mas sem a mesma força.

#### 4.2.3 Os corpos provisórios: uma ameaça militar

A ameaça dos corpos provisórios era o tema que mais incomodava o chefe do Catete. Isso em função de ter sido o Rio Grande do Sul “um obstáculo importante ao plano de Vargas para desarmar a oposição, porque Flores da Cunha tinha a maior milícia estadual do Brasil sob seu comando”<sup>447</sup>, disse Skidmore. Era necessário para Vargas precaver-se dessa ameaça, evitando que progredisse para um impedimento efetivo ao continuísmo. Para isso, não abriu mão de seguir monitorando as articulações militares de Flores da Cunha, e em investir altas cifras para o fortalecimento militar na região sul. Muitos telegramas deram conta de novos armamentos, e solicitações, por Lucio Esteves. Neles, havia o objetivo de reforçar as forças federais, e afastar possíveis elementos ligados ao governador.

Era sabido por Lucio Esteves que o cenário político influenciaria a questão militar. Ele acreditava ter a desunião política no estado inviabilizado a resistência armada de Flores da Cunha, mas, em função das agitações na Assembleia Legislativa, recomendava que se

---

<sup>447</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 46.

mantivessem em alerta. É bem verdade que, no período de novembro a janeiro, a documentação indica ter-se acalmado a conjuntura militar, que estava recheada de alarmismos, incluindo exageros. Antes das mobilizações ostensivas dos provisórios, Protásio Vargas dizia a Getúlio que era fácil para Flores da Cunha organizar uma força relativa, em poucos dias, tendo ligações com Santa Catarina, Paraná e São Paulo, aconselhando o presidente a reunir as forças federais em pontos diversos do estado. Ainda nesse sentido, em dezembro, o Catete era informado de que um militar do Exército, presente no Rio Grande do Sul, teria declarado que Getúlio “não continuará no governo, e que ele mesmo iria até o seu assassinato se for preciso”.<sup>448</sup>

Outro aviso de Viriato Vargas, recheado de dramaticidade, falava sobre o armamento dos provisórios. O telegrama menciona que, em Porto Alegre, teria cerca de cinco mil pessoas. Segundo Viriato, tamanha era sua superioridade que, caso Flores da Cunha resolvesse “dar um golpe, o fará em pleno dia quando estiverem todos no Quartel General da região e será como em 30, ou pior, porque ele tem mais gente e está mais preparado. Imagina ter toda essa brilhante oficialidade morta pelos provisórios, estupidamente!”.<sup>449</sup> Essa assertiva mostra também a mudança de Viriato Vargas, que, do último a defender a aproximação com Flores da Cunha, agora cooperava para insuflar o presidente contra o governador.

Mas o relato que mais chama atenção é o trazido por José Murilo de Carvalho. Segundo ele, uma fonte avaliava que Flores da Cunha tinha 6.000 soldados da Brigada Militar e 300 mil provisórios contra 20.000 soldados federais<sup>450</sup>, ou seja, as forças do Exército seriam somente cerca de 6,5% do poderio bélico do governador. Este é um número inimaginável para se supor verdadeiro. Para dar ao leitor uma noção melhor, traremos alguns dados comparativos. Se colocarmos, lado a lado, esse contingente com os levantamentos do IBGE para o ano de 1936, a milícia *florista* equivaleria ao número de moradores de Porto Alegre (321 mil), e seria cerca de 10% da população total do Rio Grande do Sul, estimada em pouco mais de três milhões de pessoas na época<sup>451</sup>, ou seja, em média um em cada 10 residentes no

---

<sup>448</sup> AGV, 20.05.1936, CPDOC, GV c 1936.05.20/2; AGV, 02.11.1936, CPDOC, GV c 1936.11.02; AGV, 19.12.1936, CPDOC, GV c 1936.12.01.

<sup>449</sup> AGV, 22.12.1936, CPDOC, GV c 1936.12.02.

<sup>450</sup> CARVALHO, op. cit.

<sup>451</sup> IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. (Estado da população – População absoluta e relativa das Unidades Federadas, por zonas fisiológicas, calculada para 31 de dezembro de 1936). 1936. Disponível em: ([http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1937/populacao1937aeb\\_12\\_a\\_13.pdf](http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1937/populacao1937aeb_12_a_13.pdf)) Acesso em 31.10.2015; IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (Estado da população – população das capitais da União e das suas unidades políticas calculadas anualmente para 31 de dezembro, a partir do último recenseamento). 1934. Disponível em: ([http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1936/populacao1936aeb\\_24.pdf](http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1936/populacao1936aeb_24.pdf)). Acesso em 31.10.2015.

estado “era membro” da milícia *florista*. Isso sem contar os militares da Brigada Militar e do Exército residentes no Rio Grande do Sul. Desta forma, podemos ter uma dimensão de até que ponto chegava o alarmismo levado aos ouvidos do Catete.

Ainda assim, além da autorização para compra de armamentos e melhoria das condições logísticas do Exército, eram observados os possíveis aliados de Flores da Cunha no Exército, que, imediatamente, eram exonerados do cargo. Isso foi feito especialmente no final do ano, usando a justificativa da troca de ministro da guerra. As mudanças englobaram todos os oficiais do Exército que serviam na Brigada Militar, até que esta “volte para as finalidades a que se destina”, segundo Esteves, que advertia não ser inquietante caso o “governador esperneie”. Evitando cair em maniqueísmos, Flores da Cunha fez a mesma manobra, substituindo os oficiais que não tinham sua confiança, dentro da Brigada Militar.<sup>452</sup>

Flores da Cunha também articulava as questões estratégicas para um confronto. Ele teria, segundo vários informes, mandado imprimir bônus de guerra e apólices, pela prefeitura da capital. Além disso, teria dado altas quantias em dinheiro a chefes militares municipais, pejorativamente chamados pelos *getulistas* de *caudilhetes*, e feito reforços com armamento polonês e tcheco contrabandeado. Também enviou Darcy Azambuja para uma “missão diplomática” ao Uruguai para garantir a neutralidade daquele país em caso de guerra civil. O reforço da Brigada Militar também veio através da reforma de um caudilho, João Francisco Pereira de Souza, antigo rival da família Flores da Cunha em Santana do Livramento e veterano de 1893. Além de tudo isso, Porto Alegre sofria, no final do ano, com as consequências de uma enchente. A prefeitura, administrada por Alberto Bins, estaria aproveitando a situação, e desviando recursos recebidos pelo governo federal para o pagamento de provisórios. Outra acusação, embora a documentação analisada não a mencione, vem das *memórias* de Alzira Vargas. Segundo ela, Flores da Cunha teria empregado, a partir de 1936, o dinheiro arrecadado com jogos, que até então era usado em questões administrativas, para seus preparativos armados.<sup>453</sup>

Ou seja, mesmo que os teores dos informes dessem conta de uma relativa tranquilidade, não se pode perder de vista que Flores da Cunha não parou de conspirar e arregimentar sua força militar, além de cuidar de outros temas importantes, como diplomacia e emissão de dinheiro, em caso de eclosão do conflito. Por todos esses pontos, é difícil assinalar se houve ou não equiparação entre as forças do governador e do presidente. Mas não

---

<sup>452</sup> AGV, 05 e 22.12.1936, CPDOC, GV c 1936.12.01.

<sup>453</sup> AGV, 17, 19 e 22.12.1936, CPDOC, GV c 1936.12.01; AGV, 08 e 14.01.1937, CPDOC, GV c 1937.01.04/1; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 10.12.1936; PEIXOTO, op. cit.

há dúvidas de que, no início do ano, até os preparativos de outubro, houve bastante confusão e temor por parte do governo federal. Essa questão acabou sugerindo, se não uma superioridade, ao menos uma equiparação entre as forças estaduais e federais. Foi a partir de outubro de 1936 que, aparentemente, as segundas passaram a controlar as primeiras.

No entanto, se não temos dados em relação ao investimento com os provisórios, o mesmo não pode ser dito em relação ao Exército, pois houve um crescimento nos valores gastos com as forças armadas nos primeiros anos do governo Vargas, em relação aos anos 1910-1930. Nesse período, em média, 12,2% do orçamento nacional eram destinados ao Exército, enquanto em 1937 o valor tinha atingido o pico de 20,5%. No mesmo ano, o efetivo ativo de todas as polícias estaduais era de aproximadamente 35 mil homens, enquanto o Exército chegou à marca de 80 mil. Ou seja, mais que o dobro da polícia de todos os estados juntos, embora nesses cálculos não estejam somados os provisórios, por serem uma força irregular. Além disso, contemporânea a essas mobilizações militares, houve a autorização de crédito para a compra de armamentos de artilharia, o início de um processo de modernização da esquadra da marinha, arrendamento de *destroyers* americanos e a encomenda de três submarinos italianos. Essas aquisições olharam também para a conjuntura internacional de conflitos na Europa e na América Latina. Por fim, deve-se atentar que, no período 1934-1936, havia 116 unidades do Exército, e, só no Rio Grande do Sul, havia 36.<sup>454</sup> Ou seja, quase um terço das unidades federais estava no estado gaúcho, mostrando que o Exército não era uma força pequena no Rio Grande do Sul.

Mas os gastos militares do estado gaúcho, certamente, não foram pequenos, a partir de 1936. Tanto que essa foi uma das brechas utilizadas pela FUG para combater Flores da Cunha no parlamento. Benjamin Vargas informou o Catete de que Edgar Schneider, o mesmo que criticou os gastos com a Brigada Militar e a criação do Corpo de Guardas em maio, questionava agora a organização de provisórios. Seu partido, o PL, em via semelhante, questionou os altos vencimentos que João Francisco Pereira de Souza receberia em seu retorno, 26 anos depois de afastado da Brigada Militar.<sup>455</sup> Essa indagação também veio pela tribuna da Assembleia Legislativa, que já assumira o perfil de combate ao governador. Afinal, nos dois casos as acusações propendiam a desmoralizar o governo estadual pelos valores gastos naquela operação, disfarçadas de turmas rodoviárias.

Entre toda essa nebulosidade, havia aqueles que pressionavam Vargas e Lucio Esteves por uma intervenção federal imediata no Rio Grande do Sul, causando divergências de

---

<sup>454</sup> Os números são de LOVE, op. cit., 1975; RANGEL, op. cit., 2001; MCCANN, op. cit.

<sup>455</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 10.12.1936; AGV, 26.11.1936, CPDOC, GV c 1936.11.02.

orientação, pois o setor militar federal não concordava em iniciar um conflito. Segundo Serafim Vargas, “o governador ‘*troveja*’ e os chefes ‘*tiemblan*’; os nossos amigos civis querem que a região provoque. Ora, isso não fica bem, mesmo porque a tropa não aceitaria de bom grado ser empregada como provocadora”, alegando que “os elementos da F. U. e mesmo alguns dissidentes querem que a região ataque o governador, pois eles têm medo de iniciarem. Ora, para bater palmas não é preciso ninguém”.<sup>456</sup>

Mas precisamos olhar com algum cuidado essa generalização realizada pelo sobrinho de Getúlio Vargas. Ao menos nesse instante, alguns eram favoráveis a provocar uma intervenção federal imediata, como Loureiro da Silva, que dizia estar “disposto a tudo”. Assim como ele, Edgar Schneider via a medida com simpatia. Tanto que os dois chegaram a elaborar um plano para pedir, através da Assembleia Legislativa, providências para a região militar, com base na justificativa dos provisórios, que seria enviado a Lucio Esteves, e dele para Vargas. No entanto, Firmino Paim Filho foi contra, fato que levou Loureiro ao desânimo. O membro da Dissidência Liberal acreditava que isso daria o fundamento de que foi Flores da Cunha quem provocou. “Ou o homem ia para a revolução, ou aguentava quieto e caía de maduro. Entretanto, tudo preparado, o golpe falhou em face das restrições do Paim, que encontraram eco na F. U.”, dizia Loureiro.<sup>457</sup>

Outro que se mostrava cético era João Neves da Fontoura. Para ele, não deveria a Frente Única Gaúcha “cobrir uma intervenção no sentido estrito. Pôr o governador dentro da lei, sim, mas aceitar o presidente fora da lei, não. Até porque iríamos para o barro”. Além disso, sua descrença também era fruto de uma leitura do momento político no estado. João Neves não vislumbrava a abertura de boas oportunidades para a FUG, caso Flores da Cunha caísse de qualquer maneira. Segundo ele, decidir quem substituiria Flores da Cunha era “ponto capital. Um homem do P. Liberal? Não nos deve servir de nenhum modo. Vou até um apolítico, que faça um governo de concentração. Nada mais, mesmo porque tal transigência não nos daria nada e nos custaria à existência da F. U. mais adiante”.<sup>458</sup>

Desta forma, podemos perceber a pressão pelo uso político de uma intervenção militar, travadas pelas divergências surgidas sobre a questão, já que nem todos viam na substituição “a qualquer custo” de Flores da Cunha alguma vantagem política. Além disso, não podemos descartar que essa atitude abriria um precedente perigoso em um momento em que nem todos estavam ao lado de Getúlio Vargas, e em uma conjuntura marcada por medidas que não

---

<sup>456</sup> AGV, 25.11.1936, CPDOC, GV c 1936.11.02.

<sup>457</sup> AGV, 23.11.1936, CPDOC, GV c 1936.11.02; AGV, 01.12.1936, CPDOC, GV c 1936.12.01.

<sup>458</sup> ARP, 23.12.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1257.

garantiam a viabilidade de grande raio de ação para resistir, como a LSN e outras que a acompanharam durante 1936.

Também podemos perceber que o grupo contrário à intervenção pouco contato tinha com a III Região Militar, e seus pontos de vista eram conhecidos mais dentro dos meios políticos do que das forças armadas, ou seja, não pressionavam tanto o Catete pela “não intervenção” como faziam aqueles que a defendiam. De qualquer forma, a diferença militar entre o *florismo* e o *varguismo* seguiria a mesma lógica, acentuando a supremacia em favor do segundo, expondo a fragilidade do primeiro e, tendo como símbolo maior, a inspeção que Góis Monteiro realizou no Rio Grande do Sul, em fevereiro.

Essa missão foi planejada, nos bastidores, com alguns meses de antecedência, e tinha o objetivo de conhecer o poderio militar do Exército, embora diversos boatos surgissem, como ficou assentado por Getúlio Vargas, que dizia ir Góis Monteiro “inspecionar suas regiões até o Rio Grande do Sul. Não vai atacar o Flores como geralmente se explora. Vai inspecionar para informar o governo, a fim de que este possa tomar providências”.<sup>459</sup> Essa vistoria, que ocorreu primeiro em São Paulo e depois no Rio Grande do Sul, nos leva a crer que tinha objetivos não somente defensivos, pelos problemas que poderiam ocorrer com o reinício das atividades parlamentares em 1937 e o domínio da Assembleia Legislativa pelas oposições, mas também ofensivos, como poucos meses depois ficou exemplificado na *Operação de Maio*. Além disso, segundo Eurico Dutra, uma medida militar no Rio Grande do Sul em janeiro era a ideia inicial de Vargas, sustada pelo ministro, que queria primeiro conhecer a região. Neste mês, o novo ministro iniciou um minucioso levantamento da localização, do contingente e do armamento dos provisórios espalhados no Rio Grande do Sul. Este trabalho não cessaria até a queda de Flores da Cunha.<sup>460</sup>

#### 4.2.4 Entre Legislativo, Trégua Aranha, repressão e Alberto Pasqualini: a ação parlamentar e política do *antiflorismo* e a resistência do governador

Não há dúvidas de que a Assembleia Legislativa constituiu uma dor de cabeça constante para Flores da Cunha, que, até 1935, administrou o estado com poderes

---

<sup>459</sup> *Diário* (1937-1942). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, v. II, p. 13. Aqui, uma pequena correção factual a Thomas Skidmore, op. cit., p. 48 é necessária, pois ele afirmou que a inspeção ocorreu em janeiro no Rio Grande do Sul, mas não é verdade.

<sup>460</sup> Cf. LEITE; NOVELLI JR., op. cit., p. 137-140, onde há telegramas transcritos detalhando essa “espionagem”.

discricionários. O Legislativo estadual se tornou um problema não somente porque as duas primeiras crises do *modus vivendi* partiram de lá e algumas das acusações contra o governador foram de deputados estaduais da Dissidência Liberal, mas, também, porque, através dele, Dissidência e FUG, em conluio com Getúlio Vargas, fizeram um “cordão” contra Flores da Cunha. O chefe do executivo gaúcho encararia uma situação inédita na história do Rio Grande do Sul republicano: ser o primeiro governante a ter minoria no parlamento estadual. A situação dele era, deste modo, mais delicada em função das deliberações dos deputados estaduais, com maior poder e autonomia do que na Primeira República. Naquele período, mesmo com alguns poucos debates políticos, eles se pautavam, essencialmente, por questões orçamentárias.<sup>461</sup>

Mas a carta de 1935 rompeu a singularidade histórica da constituição *castilhist*a, adquirindo a forma de um regime liberal-democrático. O órgão Legislativo assumiu suas funções constitucionais, e teve maior autonomia e mais atribuições perante o Executivo que antes. Além disso, as sessões legislativas anuais duravam quatro meses, e não mais dois. Também possuía, a exemplo da Câmara dos Deputados, uma parcela de cadeiras destinada à bancada classista. Em síntese, pode-se dizer que o parlamento estadual “estabeleceu um novo padrão Legislativo regional”.<sup>462</sup>

E será nessa Assembleia que iria começar uma luta desenfreada contra Flores da Cunha. Essa situação não mudaria até sua renúncia, representando ponto chave para desmoranar sua legitimidade na administração estadual. Nesse quesito, outro ponto que chama atenção é que, mesmo com nomes de peso na Assembleia Legislativa, como Raul Pilla, Firmino Paim Filho e Maurício Cardoso, a liderança da oposição partiria, sobretudo, de dois jovens deputados membros da Dissidência Liberal: José Loureiro da Silva e Benjamin

---

<sup>461</sup> ROUSTON JÚNIOR, Eduardo. *O Rio Grande do Sul republicano sob a ótica parlamentar da oposição federalista* (1913-1924). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

<sup>462</sup> TRINDADE; NOLL, op. cit., 2005, p. 111. Há poucos estudos sobre o parlamento gaúcho ainda e, *grosso modo*, as pesquisas existentes são aquelas patrocinadas pela própria Assembleia Legislativa, na maioria das vezes análises generalizantes, abarcando um recorte cronológico muito amplo, exceção dada a ROUSTON JR., op. cit., mas que a analisa sob a ótica da Primeira República. Outros trabalhos, abordando especificamente o período 1935-1937, ainda são inexistentes, ou seja, há uma lacuna a ser preenchida pela historiografia. Até porque, alguns dos poucos trabalhos, como KONRAD, Diorge Alceno. Política e poder legislativo no Rio Grande do Sul Republicano (1935-1937). In: SOARES, Débora Dornsbach; ERPEN, Juliana. (orgs.). *O parlamento gaúcho: da província de São Pedro ao século XXI*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013, acabou dando ênfase quase exclusiva ao contexto político nacional e regional, problematizando muito pouco o parlamento gaúcho *stricto sensu*, como, em tese, se propôs. Além disso, outras análises, como NOLL; TRINDADE, op. cit., 2003, p. 80-118, que estudou o período 1934-1937 no Legislativo regional dedicou poucas páginas para se considerar um estudo “conclusivo”, da mesma forma que PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992, p. 59-68; e TRINDADE, op. cit., 1980a, p. 299-371, mas que, das páginas 311 a 371, são transcrições integrais de discursos dos deputados estaduais, sem analisá-los.

Vargas, que teriam *ligação direta* não somente com o Palácio do Catete, mas também com a III Região Militar.

A atitude hostil do Legislativo traria uma postura agressiva de Flores da Cunha. Ele passaria a patrocinar “*capangas*” armados para rondar a parte interna e externa da Assembleia Legislativa e, através destes, lançar intimidações aos parlamentares, indo até mesmo à ameaça de morte. Se, a bem verdade, são relatos partidos da oposição, pois não encontramos em nossa pesquisa alguma documentação que confirmasse instruções ou articulações dessas ameaças por algum membro do “PRL *florista*”, por outro lado, os relatos foram frequentes, e se tornaram mais intensos. Se considerarmos que a estruturação do *florismo* utilizou-se amplamente da coerção quando este era interventor, não surpreenderia se usasse um recurso semelhante em uma conjuntura que lhe era, agora, muito mais complicada.

Findado o *modus vivendi*, ocorreu a reorganização pelo *florismo* na tradicional cooptação e coerção, inspirado nos moldes do *pós 1932*. Ainda que valha sublinhar o fato de a nova conjuntura em nada favorecesse esse tipo de ação, à semelhança do regime discricionário. Portanto, com poucas garantias, à época, aos grupos políticos de oposição. Além disso, se Vargas fechava os olhos para as denúncias naquele período, agora tinha motivos de sobra para ficar atento e vigilante. Assim, visava tanto para amparar seus novos aliados no estado, quanto enquadrar o governador na nova legislação vigente, indo de uma ação simples até o extremo. Pois, para Getúlio Vargas e as oposições ao *florismo*, essas ações serviam de brecha para uma intervenção federal.

Logo quando rompeu o *modus vivendi*, alguns informes davam conta dessa situação. Protásio e Benjamin, informando que FUG e Dissidência estavam “bloqueando o homem”, comunicavam que havia pouca segurança no Legislativo para amparar ataques mais ostensivos ao governador. Naquele momento, pediam reforço militar, ao menos, na capital, já que boatos davam conta de que o Legislativo seria tomado por pessoas que realizariam atitudes “desassombradas”. Afirmavam ali que já havia ameaças de morte, iniciando algumas conversações para retirar do governador a execução do estado de guerra, sob a alegação de que a aplicação da lei era competência do presidente, já que havia ameaças às garantias federais. Ainda definiam Flores da Cunha como “um louco inteligente dispondo de força, portanto um homem perigoso à tranquilidade nacional”. Outra medida cogitada, visando a proteger e encorajar os parlamentares “acuados” foi transferir o comando da III Região Militar para o município de Santa Maria. Logo depois, fazia a Assembleia Legislativa um movimento no mesmo sentido, em sessão secreta. Esse plano levava em conta que, caso Porto Alegre fosse “inundada” de forças federais, seria tomado como um ato provocativo,

desencadeando o movimento das forças *floristas*.<sup>463</sup> No entanto, esta estratégia acabou ficando no terreno das ideias.

A situação de ameaça também foi denunciada no plenário. Loureiro da Silva delatou os rumores de que haveria um massacre no recinto, e, com o tom de ironia que marcou sua atuação como deputado, dizia: “infiro que o governo do estado ainda não cogitou nossa morte. [...]. Não acredito naqueles que dizem que dentro dessa Assembleia se fará uma noite de São Bartolomeu, porque todos sabem que as sessões desta casa se realizam de dia”.<sup>464</sup>

Até a passagem para o estado de guerra era um passo delicado para Getúlio Vargas. Isso porque ele queria retirar sua execução de Flores da Cunha, mas como ainda não havia assegurado, em outubro, garantias para que ela fosse efetuada sem riscos aos deputados estaduais *antifloristas*, se mostrava reticente. Isso em função de o parlamento ter de requerer a transferência para não soar como uma intervenção federal. Por isso, dizia Vargas não querer “arriscá-los a um perigo certo, sem a certeza que poderei garanti-los. Por isso encareço necessidade completo entendimento com comandante [da] região”.<sup>465</sup> De todo modo, essa questão também mostra que não só os deputados de oposição tinham medo daquilo que lhes poderia acontecer. Por isso, novamente foi Benjamin quem pediu a Getúlio Vargas que acelerasse a vinda de Góis Monteiro, pois “a situação não pode ser melhor para desferir golpes no banha”, e sua vinda daria mais coragem aos parlamentares.<sup>466</sup>

Enquanto desferiam ataques que iam desde os provisórios até as finanças estaduais, usando, também, o artifício de interpelar o Executivo sobre determinadas pautas, boa parte da atuação dos dissidentes e *frenteunistas* se dava de acordo com as instruções de Getúlio Vargas. Isso ficou muito claro quando o presidente aconselhou, por mais de uma vez, e dias depois de pedir cautela por falta de segurança, que os deputados estaduais poderiam “ir começando escaramuças”, advertindo apenas que Bejo não participasse, para evitar a associação dos ataques às instruções do presidente<sup>467</sup>, que iniciaram simultaneamente ao período de votação do orçamento, visto como *ideal* para atacar o governo estadual.

Getúlio também aconselhou os deputados que lhe eram aliados a pedir a convocação extraordinária da Assembleia Legislativa por duas vezes. Na primeira até dezembro e a

<sup>463</sup> AGV, 21.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01; AGV, 22.12.1936, CPDOC, GV c 1936.12.01.

<sup>464</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 23.12.1936.

<sup>465</sup> AGV 23.10.1936, CPDOC, GV c 1936.10.01.

<sup>466</sup> AGV, 18.11.1936, CPDOC, GV c 1936.11.02. De acordo com Carlos E. Cortés, um escândalo de corrupção envolvendo o governo estadual e o Sindicato da Banha em 1934 foi motivo para que um novo apelido fosse dado ao então interventor: *Flores da Banha*. E, aparentemente, esse apelido “pegou”, já que Bejo, anos depois, voltou a se referir a Flores da Cunha com o termo pejorativo. Ver: CORTÉS, op. cit., p. 104.

<sup>467</sup> AGV, 26.11.1936, CPDOC, GV c 1936.11.02. Vargas reiteraria seu pedido quatro dias depois: “necessário iniciar campanha Assembleia ação progressiva”. Cf. SILVA, H., op. cit., p. 269.

segunda adentrando janeiro de 1937. A segunda prorrogação acabou não sendo aprovada pelos deputados *antifloristas*. Afinal, os resultados para enfraquecer Flores da Cunha foram melhores ali do que nas outras instâncias, não tendo o governador muitas formas de resistir. Uma das manobras de Flores da Cunha, usadas já em dezembro, foi à retirada da bancada situacionista. Ele contava com o fato de que nem todos os parlamentares de oposição se faziam presentes, e conseguia, por vezes, retirar o quórum de votação. Essa estratégia foi utilizada desde o momento em que Cylon Rosa renunciou à liderança do PRL na casa, e somou as fileiras da frente *antiflorista*.<sup>468</sup>

A questão chegou ao ponto de, nos últimos dias de plenário extraordinário, o quórum para funcionamento da Assembleia Legislativa ser alvo de debates. A bancada *florista* interpelou que, para a maioria dos casos em votação, regia a constituição a obrigatoriedade da presença da maioria absoluta. Ela consistia em 50% dos deputados mais um voto. Como o parlamento era composto por 39 deputados, alegavam os *floristas* que a maioria seria a metade mais um, ou seja, “20 e meio”. Como era impossível ter “meio”, o número de presentes tinha que ser de 21 deputados, fato que emperrava as atividades da oposição. Isso porque a FUG e os dissidentes somavam 20 parlamentares, e estavam colocando votações em pauta com um número que era, segundo os *floristas*, inconstitucional<sup>469</sup>, pois boa parte da bancada classista acompanhou Flores da Cunha na estratégia de retirar-se. Aliás, mesmo sem essa exigência já se admitia a dificuldade no quórum, “instalou-se hoje a segunda sessão extraordinária da Assembleia. A capangada compareceu ostensivamente. Será somente para amedrontar? Continuamos em dificuldade para obter número para as votações”<sup>470</sup>, disse João Neves da Fontoura.

Além disso, como forma de delatar a truculência que se prenunciava nos primeiros dias de 1937, a bancada oposicionista denunciou publicamente a presença de grupos armados no Legislativo e arredores, exigindo garantias ao governo estadual para que esta pudesse funcionar. Uma matéria veiculada no *Correio do Povo* que ilustra bem essa questão.

Desde que a bancada do Partido Republicano Liberal deixou de tomar parte ativa nos trabalhos parlamentares, por determinações superiores, observa-se um ambiente indissimulado de nervosismo na Assembleia Legislativa do Estado. Já por diversas vezes, alguns deputados notaram a presença de elementos policiais, em regular quantidade, quer nas galerias daquela Casa, como nas imediações do edifício, em atitude suspeita, assim como verificaram que diversos indivíduos de maus precedentes, se dirigem quase que diariamente para o local, assistindo as sessões. Agora, contudo, essas demonstrações policiais, na Assembleia, e nas imediações do

<sup>468</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 19.12.1936.

<sup>469</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 03.01.1937.

<sup>470</sup> ARP, 02.01.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1281.

edifício em que a mesma funciona, principalmente durante o dia de ontem, fizeram com que vários deputados solicitassem a mesa enérgicas providências no sentido de serem asseguradas plenas garantias ao Legislativo, salvaguardando-se a dignidade de suas funções.<sup>471</sup>

Mesmo assim, Loureiro da Silva via de forma muito positiva a atuação da bancada dissidente em sua *cruzada* contra Flores da Cunha. No fechamento do ano Legislativo, ele pontuava os “feitos” da bancada *antiflorista*, mostrando como a atuação dos parlamentares interferiu para enfraquecer a influência de Flores da Cunha no cenário regional e nacional. Para ele, estava se encaminhando, desta forma, o objetivo final, que era a queda do governador.

O homem não aguentará o choque. Em 4 meses de nossa atuação, temos um saldo enorme: rompemos o ‘*modus vivendi*’, mostrando aos olhos da nação que ele não tinha unidade de forças políticas. Com a dissidência mostramos que o seu partido estava rachado ao meio, não pesando portanto a sua palavra nos destinos políticos da nação. Abalamos largamente a opinião públicae, [*sic*] caçando-lhe [*sic*] decretos por inconstitucionais, fizemos sentir que a força estava conosco. Desmascaramo-lo em questões vitais para ele, como a do [sindicato do] álcool e a [do sindicato] da erva mate. Através [de] entrevistas e discursos, demos a conhecer todo o seu sujo jogo político e administrativo. Temos ligações e forças políticas ponderáveis em todo o estado. Se não chegamos ao fim [derrubada do governador], não foi culpa nossa.<sup>472</sup>

Contemporâneo ao final dos trabalhos parlamentares no Rio Grande do Sul ocorreu a volta de Oswaldo Aranha para o Brasil. O embaixador permaneceria alguns meses em solo brasileiro, interferindo diretamente na política do Rio Grande do Sul. Seu trabalho foi voltado para que a crise política por que passava o estado fosse atenuada. Aranha veio para Porto Alegre e “convenceu os dissidentes liberais a aceitar uma trégua, até abril de 1937, argumentando que sua campanha contra Flores acabaria num suicídio político para o Rio Grande do Sul”. Mas, quando “Aranha chegou ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1937, para continuar suas tratativas de paz com os gaúchos estabelecidos na capital carioca, Pasqualini iniciou seu ataque com uma série de cáusticas entrevistas contra Flores, para aumentar a crise gaúcha”<sup>473</sup>, de acordo com o *brasilianista* Carlos Cortés.

Podemos afirmar com segurança que essa trégua efetivamente ocorreu, mas não é por menos que a data escolhida para o fim de sua duração foi abril de 1937: era nesse mês que acabaria o recesso parlamentar na Assembleia Legislativa estadual, e, até no *Correio do Povo* desse período, não encontramos grandes ataques ao governador através de declarações e

<sup>471</sup> Idem.

<sup>472</sup> AGV, 17.01.1937, CPDOC, GV c 1937.01.04/1.

<sup>473</sup> CORTÉS, op. cit., p. 124-125.

entrevistas, fato que confirma ter sido cumprido o acordo que Oswaldo Aranha acertou com os dissidentes. Mas antes de prosseguir, achamos importante analisar os debates em torno da trégua, o papel do embaixador na política regional e os termos da entrevista de Alberto Pasqualini.

Desde a sua vinda, Getúlio Vargas relata em seu *Diário* que suas conversas com Oswaldo Aranha abordaram a pacificação do Rio Grande do Sul. Para dar uma noção ao leitor, das nove conversas que Getúlio Vargas relata ter havido com Oswaldo Aranha em janeiro, oito se concentraram na política gaúcha<sup>474</sup>, seja tratando da pacificação com os dissidentes, ou buscando uma conciliação com Flores da Cunha. Era esse, senão o principal objetivo de seu retorno, ao menos, uma de suas grandes prioridades, já que havia desconfianças bem fundadas do objetivo pessoal de Aranha ser candidato ao Catete, como veremos no tópico 4.3. Já a entrevista de Pasqualini ao *O Globo* causou grande repercussão, definido por João Neves como “uma bomba no pessoal *florista*”.<sup>475</sup>

Entre outros pontos, ele disse que era uma questão de consciência a renúncia de Flores da Cunha. Pasqualini também dissera que ele conspirava contra o governo federal por Getúlio Vargas não ter permitido que ele “incarnasse [*sic*] a figura de Pinheiro Machado”. Por isso, “organizou bandos armados”, e usava a Viação Férrea para transporte de tropas e material bélico. Preparou-se até um falhado ataque contra o Catete, mas, disse Pasqualini, que isso não foi capaz de acalmar “essas fúrias napoleônicas dissolvendo e desarmando os provisórios”. Sobre os boatos de que Aranha estava tentando reunir FUG e Flores da Cunha novamente, ele descartou essa possibilidade. Em declaração posterior, comentando a própria entrevista, disse que o Rio Grande do Sul tem tudo, menos um governador, e que a economia do estado ia bem não *por causa* do governo, mas *apesar* dele. Desafiando Flores da Cunha, Pasqualini provocou: se ele comprovasse com fotografias que havia grupos armados no estado, Flores da Cunha renunciaria. Caso a palavra do governador, que negava a presença desses grupos, não fosse desmentida, ele se mantinha no posto. Obviamente, não era seu objetivo forçar a renúncia de Flores da Cunha com esse “desafio”, mas sim desmoralizá-lo, e agudizar as rivalidades entre *floristas* e *varguistas*, inviabilizando a *Trégua Aranha*. A resposta *florista* veio n’*A Federação*, com ataques pelo editorial. Em um deles, o jornal chamou as acusações de “invenções ridículas”, visando a “uma adesão pura e simples ao governo federal”. Finalizava afirmando que a oposição sulina era guiada por “aventureiros sem inteligência”, e

---

<sup>474</sup> Cf.: VARGAS, op. cit., v. II, p. 9-17.

<sup>475</sup> ARP, 12.01.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1285.

serem as declarações de Pasqualini “deslavadas mentiras” “irrisórias”<sup>476</sup>, omitindo ataques a Getúlio Vargas.

Já a repercussão das declarações de Pasqualini se explica por poucas matérias com esse teor circularem na imprensa devido à censura. Até a permissão para que a entrevista fosse publicada foi alvo de debates, pois declarações menos polêmicas eram vedadas pelos censores, tanto que se comentava que a editoria de *O Globo* dava como certa a proibição. Um dos que não entenderam a publicação foi Adalberto Correa, que criticou a atitude do ministro da justiça, no momento em que Oswaldo Aranha buscava uma conciliação entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, enquanto Raul Pilla fez coro, definindo-a como inoportuna.<sup>477</sup>

Não é difícil perceber a jogada realizada por Getúlio Vargas: permitindo as declarações de um dos mais ferozes opositores a Flores da Cunha, agudizava a crise política gaúcha, no momento em que se tentava novamente um movimento pacificador, com o embaixador Oswaldo Aranha. Afinal, não se sabia se a *Trégua Aranha* poderia dar certo, nem qual era o grau de influência que Oswaldo Aranha teria para, se não angariar toda a Dissidência e FUG, ao menos parte dela, já que era uma peça que se somava a Lindolfo Collor no sentido de fortalecer o governador, e, por tabela, enfraquecer as oposições ao *florismo*. Abater as chances de essa *Trégua* ter sucesso foi à cartada lançada por Vargas, que usou até mesmo dos censores.

Por isso, não pode ser descartada a possibilidade de a atitude de Pasqualini ter sido calculada. Pois, caso ele tivesse feito as declarações para a imprensa do Rio Grande do Sul, seria o governo estadual quem teria o poder de permitir ou vetar, já que a execução do estado de guerra, nesse momento, era delegada a Flores da Cunha. Fazendo na capital federal, fugiu do controle *florista*.

Mas, se FUG e Dissidência aceitavam a trégua proposta por Oswaldo Aranha, desde o início a frente *antiflorista* tinha bem claro que não passava de um recuo temporário, voltando ao ataque assim que estourasse o prazo. Sobre isso, Loureiro da Silva se expressava nos seguintes termos não havia, segundo ele, nenhum compromisso com Aranha, exceto a trégua, e que “com ele ou sem ele, prosseguiremos na luta. É matéria assentada. [...]. Em hipótese alguma [...] faremos as pazes com o Flores”.<sup>478</sup> Exemplo disso é que, no último dia de sessão

---

<sup>476</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 13 e 17.01.1937; *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 12.01.1937.

<sup>477</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 13.01.1937.; ARP, 16.01.1937, NUPERGS, doc. nº 002/1288.

<sup>478</sup> AGV, 17.01.1937, CPDOC, GV c 1937.01.04/1.

legislativa, ele não deixou de desferir acusações e defender a posição dissidente em plenário, além de destacar o apoio a Getúlio Vargas.<sup>479</sup>

Nesse sentido, estava demarcada a continuação da *trincheira* de combate contra Flores da Cunha, em 1937. Essa conjuntura regional, marcada por *crashes* na política sulina, pela *corrida armamentista* levantada por Flores da Cunha e Getúlio Vargas, pelo isolamento da FUG e aproximação desta com o Catete, somada pela perda do controle do Legislativo pelo governo estadual, delineados no final de 1936, será a estrutura básica da política regional de 1937. Será a base dos embates que sucederão a política rio-grandense junto com a definição de como seria a sucessão presidencial. Bastava a Getúlio Vargas firmar a frente civil e militar contra Flores da Cunha, e solapar a força de seu aparato bélico.

#### 4.3 1937: A SUCESSÃO E A ALIANÇA CIVIL-MILITAR CONTRA FLORES DA CUNHA

Iniciamos, agora, a última parte desse trabalho, que abrangerá 1937, até a renúncia de Flores da Cunha. O início do ano foi cercado por muitas indefinições, e possíveis candidaturas envoltas pela “névoa” representada pelo estado de guerra. No Rio Grande do Sul, o situacionismo trabalhou por uma aliança com os paulistas, mas a vinda de Oswaldo Aranha deixou mais confusões no ar. Já Getúlio Vargas, observando a movimentação São Paulo-Rio Grande, visou a solapar essa aproximação.

Afinal, com a garantia de que Valadares lhe permaneceria fiel, restava bloquear os outros dois estados politicamente mais influentes da federação. Ainda que, contar com o apoio de Flores da Cunha significava ter a adesão de um governador relativamente frágil, naquele momento. De qualquer forma, o início do ano dava a entender, equivocadamente, que dois candidatos estavam praticamente definidos, já que acabara malfadando a nova tentativa de candidato único, no início do ano. Salles estava candidato, e Oswaldo Aranha procurava formar o bloco dos *Big Five*, uma aliança do PRP com o Rio Grande do Sul reunificado, acrescido de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco em torno de seu próprio nome<sup>480</sup>, que acabou não sendo bem sucedida.

---

<sup>479</sup> Cf. TRINDADE, op. cit., 1980a, p. 355-358, onde o autor transcreveu, na íntegra, o último discurso de Loureiro da Silva, em plenário, antes do recesso parlamentar.

<sup>480</sup> CAMARGO et al., op. cit.

A candidatura Armando Salles foi trabalhada pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, desde a segunda metade de 1936. Com uma ascensão política graças a Getúlio Vargas, que o nomeou interventor de São Paulo em 1933, ele acabou fundando, em 1934, o Partido Constitucionalista, com relação próxima ao Catete, ocupando ministérios e outros cargos da administração federal. Toda essa influência relatada pelo cientista político Eduardo Gomes corrobora a assertiva de Joseph Love, que o considerou o mais poderoso personagem na política paulista dos anos 1930.<sup>481</sup> Essa relação amistosa e de colaboração com o governo federal deixaria de existir, na medida em que Salles acenou que seria candidato, com ou sem o apoio de Getúlio Vargas.

Sua renúncia, antes de ficar inelegível, serviu como “pólvora” para turbinar as articulações por candidaturas, fato que descontentou e, até, surpreendeu Vargas. Alguns meses antes, ele dizia não acreditar na candidatura *armandista*, vendo em Armando Salles um “homem de bom senso evidente e grande equilíbrio”, e, por isso, não acreditava que ele seria candidato. Getúlio Vargas, agora, tentou convencê-lo para “que pensasse melhor, falasse novamente aos amigos, correligionários”. Quando percebeu a irreversibilidade de sua decisão, decidiu que iria “primeiro resolver o [caso] do Rio Grande do Sul e evitar que [Flores e Salles] se unam”.<sup>482</sup>

Mesmo que Salles não demonstrasse, naquele momento, ser um candidato de oposição, só o fato de ele pretender participar do pleito presidencial foi visto como uma afronta. Estavam implicitamente rompidos, até o afastamento dos *peceitas*<sup>483</sup> do governo em janeiro, tornando o dissídio aberto, embora a saída de Macedo Soares do ministério das Relações Exteriores tenha sido um plano *varguista* de dividir o eleitorado paulista na sucessão presidencial, parecendo ter, também, o objetivo de concorrer ao pleito de 1938, o que teve pouco êxito.<sup>484</sup>

Era algo não muito distinto daquilo que Vargas vinha fazendo com sucesso no Rio Grande do Sul: estimular divisões políticas internas, e, assim, enfraquecer adversários políticos. Já Oswaldo Aranha pretendia ser *herdeiro* de Vargas, aproveitando que Flores da Cunha não estava totalmente fechado com Salles. Ele ainda tentava unir PC e PRP, em torno deste nome. A estratégia de Aranha era reunificar a política regional, processo iniciado com o

---

<sup>481</sup> GOMES, Eduardo Rodrigues. A campanha presidencial de Armando de Salles e o golpe de 37 no Brasil – um caso de transição para o autoritarismo. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 2, nº 11, jul/dez 1985; LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

<sup>482</sup> AGV, 06.08.1936, CPDOC, GV c 1936.07.29/3; VARGAS, op. cit., p. 571-573.

<sup>483</sup> Termo que será utilizado para nos referirmos aos membros do Partido Constitucionalista de São Paulo.

<sup>484</sup> LOVE, op. cit., 1992.

estabelecimento da *Trégua*, reatar Vargas e Flores, e distanciar este de Salles. Lançar qualquer candidatura dependia, para ele, da construção de uma base política forte para poder concorrer ao pleito. Pouco contato manteve com Minas Gerais, e sabia que São Paulo não lhe daria apoio. Restava a Aranha apenas o Rio Grande do Sul e sua fidelidade a Getúlio Vargas como barganha, e passaria trabalhando nisso até retornar a Washington.

Procuremos, agora, analisar a receptividade dessas candidaturas na política regional. Era notório que alguns *republicanos liberais* viam com simpatia, se nem tanto a candidatura, ao menos a aproximação com Vargas. Para Antunes Maciel, havia uma “ansiedade legítima, em torno da política do nosso estado e dos teus entendimentos com Osvaldo, acentuando-se a esperança que daí brote um reajustamento com o governo federal e, conseqüentemente, o encaminhamento mais seguro do caso da sucessão [*sic*]”, definindo-a como “um sucesso de tal esperança se cristalizasse em fato consumado, cujos efeitos, para o Rio Grande e para o Brasil, se fariam sentir, desde logo”. Além disso, ele parecia contrário à candidatura *armandista*, pois recomendara a Flores da Cunha que se recompusesse com Getúlio, em volta de um nome equivalente ao de Salles. Se isso ocorresse, para ele, seria “seguro que a vitória viria, sem dúvida nenhuma”. Isso porque Antunes Maciel acreditava que, perdendo São Paulo, Vargas não tinha escolha: ou iria ao encontro de Flores da Cunha ou ampararia o *armandismo*. Deste modo, Maciel propôs a Flores da Cunha que elaborasse uma lista de nomes, e, através de Osvaldo Aranha, a enviasse para Vargas. Assim, buscariam encontrar uma saída em comum<sup>485</sup>, em uma de suas novas tentativas de recompô-los, pouco antes de se desligar do governo federal, em solidariedade e apoio ao *florismo*.

Já a FUG estava em uma situação curiosa: ao mesmo tempo em que rejeitava qualquer aproximação com Osvaldo Aranha e tinha simpatias com Armando Salles, considerado um *herdeiro de 1932*, tinha receio de acompanhá-lo. Eram duas as razões para isso: consideravam seu nome “fraco”, e, depois, por estar ligado a Flores da Cunha. Como João Neves da Fontoura afirmou,

o Armando está candidato. [...]. Com elegância, Armando não quis tratar com Collor, Mangabeira, et caverna. Disse mal deles. Arrasou o Flores, acha que é preciso extinguir o caudilho, a nenhum preço irá com ele etc. Acredito que fala sinceramente, mas, sem o Getúlio e os governadores e sem o Flores e farandia [*sic*], com que roupa vai disputar a eleição? Melhor eseria [*sic*] a vaga na Academia de Letras... Certo é que estará com todos que ora rejeita. [...]. Agora, nós. Inicialmente, não temos o menor compromisso com quem quer que seja. Somos livres em adotar

---

<sup>485</sup> AFC, 07.01.1937, NUPERGS, doc. n° 003/931; AFC, 30.12.1936, NUPERGS, doc. n° 003/927.

este ou aquele nome. [...]. Deixemos bem acentuado que nada nos impede de examinar o caso com o Armando, pelo menos até esse minuto.<sup>486</sup>

Ilustrando os receios da FUG, em outro telegrama, João Neves proclamou que “tomar resoluções definitivas é inútil e perigoso. Melhor é irmos seguindo a rota dos acontecimentos, com a bússola na mão”, por achar que havia muitas incógnitas a serem resolvidas, e que “a candidatura Salles está no vácuo. Nem mesmo arrastou uma ala do PRP. [...]. Os fatos têm arrastado contra a hipótese Armando. Era fatal”. Não podemos pormenorizar nessa questão a discordância de Getúlio Vargas ao *armandismo*, pois, se a FUG rompeu com as *Oposições Coligadas* por suas objeções depois do “aceite” do Catete ao *octálogo* e sua fórmula para a escolha de um nome em comum, era inteligível a espera pela definição do cenário político.

Mas é verdade que Raul Pilla foi, inicialmente, simpático a Armando Salles, e teria, até, se reunido com ele. Ele afirmava que seu nome não deveria ser afastado *in totum*, mas fazia uma objeção: “o maior defeito, para mim, da candidatura Armando Salles, é estar patrocinada pelo Flores. É necessário muito cuidado no conduzir essa questão”. Abertamente, alguns libertadores já tendiam a dar seu apoio a ele. Destacamos dois: Edgar Schneider, que dizia ao *Correio do Povo* ser Salles “bem quisto em todo o Rio Grande e a sua obra administrativa no governo de São Paulo admirada por todos os rio-grandenses. [...]. Julgo o jovem estadista um dos homens melhores talhados para ocupar o alto cargo de Presidente da República”, e Anacleto Firpo, que declarou ser Salles o seu nome preferido.<sup>487</sup>

Por outro lado, dentro da FUG houve rejeição imediata a Oswaldo Aranha, mencionado nas trocas epistolares como “*o bacharel*”. Raul Pilla achava equivocada a escolha de um nome rio-grandense como critério, e indagava: “imagine em que situação ficaremos, se surgir realmente *o bacharel*, como eu temo”, assim como afirmou a Lusardo, dizendo que estava “preocupado com a perspectiva do *bacharel*. Seria uma calamidade. Este, pelo menos, deve ser o sentimento do nosso partido. Julgo que, em tal hipótese, teríamos que voltar a nosso antigo isolamento”.<sup>488</sup> Ou seja, vemos que na FUG havia algumas rejeições às duas candidaturas em pauta, mas um número de adeptos considerável a Armando Salles, diferente de Aranha, possivelmente influenciado pela tentativa de reunificação do PRL, que isolaria novamente os *frenteunistas*, e fortaleceria o *florismo*.

<sup>486</sup> ARP, 23.12.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1257.

<sup>487</sup> ARP, 30.12.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1260; ARP, 02.12.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1253; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 09.02.1937 e 12.03.1937. A reunião com Salles está nas memórias de Mem de Sá, ex-chefe de gabinete de Pilla. SÁ, op. cit., p. 77.

<sup>488</sup> ARP, 27.11.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1252; ARP, 02.12.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1253, grifos nossos.

Nessa conjuntura, Vargas não dava pistas sobre quem ele iria apoiar, um ponto chave para FUG e Dissidência Liberal. Se os *frenteunistas* mantinham ainda alguma equidistância do Catete, esperando que o cenário político desanuviasse na política nacional e regional. Já os dissidentes liberais, abertamente *getulistas*, acompanhariam o “candidato oficial”, da mesma forma que as dissidências *frenteunistas* esperavam por Flores da Cunha.

Armando Salles envolveu menos a política regional que Oswaldo Aranha. Seu intento em aproximar Flores da Cunha e Getúlio Vargas, e afastar os dissídios da política regional eram vistas com receio por este. Quando Aranha chegou a Porto Alegre, Getúlio Vargas o aconselhou a ignorar “o que pretende ou deseja o governador. Não penso fazer-lhe qualquer proposta além do que conversamos aqui, pois, não confio nele e tive que, para defender-me dele, estabelecer ligações que não posso abandonar”. Desta forma, justificava sua aliança com elementos da FUG, dizendo que sempre se recusou a “entendimentos com adversários enquanto tive apoio dele, mas tive que recebê-los depois que ele pretendeu fazê-los seus instrumentos para atacar-me”. Vargas dizia não ser possível abandonar os *frenteunistas* nem “esse guapo grupo de rapazes do partido liberal que constituem o melhor de sua organização”.<sup>489</sup> Afinal, Vargas não só sabia das intenções de Oswaldo Aranha como, também, que Flores da Cunha poderia tentar cooptá-lo como elemento de oposição ao governo federal. Assim, procurava distanciá-los.

As intenções de Aranha foram percebidas por Getúlio Vargas. Em diversas passagens de seu *Diário*, notamos que o presidente via o embaixador como um aliado de Flores da Cunha. Em janeiro, dizia que Oswaldo Aranha estava com “conversas moles” sobre o Rio Grande do Sul, “sonha, talvez, com a possibilidade de ser candidato”, enquanto parte da FUG deduzia que Aranha estava acordado com Flores da Cunha, mas tinha a esperança de ser o *homem* com o apoio do Catete.<sup>490</sup> Aliás, quando Aranha começou a pressionar Vargas para lhe dar apoio, este começou a apelar para ele voltar aos Estados Unidos. No seu *Diário*, Vargas disse desconfiar que Aranha estivesse a serviço de Flores da Cunha, visando a ser candidato à presidência:

1º) procura ocultar-me, disfarçar, negar ou justificar tudo o que sabe do Flores contra mim; 2º) os termos dos telegramas cifrados que trocam e dos quais tenho conhecimento são muito diferentes do que me informa; 3º) seguiu, junto com João Carlos Machado e com passagem paga pelo governo do Rio Grande.<sup>491</sup>

<sup>489</sup> AGV, 04.07.1937, CPDOC, GV c 1937.01.04/2.

<sup>490</sup> VARGAS, op. cit., v. II, p. 11, 20; ARP, 12.01.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1285.

<sup>491</sup> VARGAS, op. cit., v. II, p. 30.

Esse posicionamento mostra o ápice de sua desconfiança com Oswaldo Aranha. Isso ocorreu no final de março, quando o cenário político nacional começou a se agravar. Entre este mês e abril houve intervenções federais no Distrito Federal e em Mato Grosso, e vazou em público um pacto assinado por Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo. Além disso, ocorreu a derrota de Antônio Carlos para a presidência da Câmara, a transferência do estado de guerra no Rio Grande do Sul, findava a *trégua* na política gaúcha e retomavam os trabalhos no Legislativo estadual. Esses dois últimos pontos eram, para Flores da Cunha, os mais preocupantes, pois os dissidentes, que estavam cumprindo o acordo com Aranha, organizavam no interior do estado o combate contra o executivo estadual, formando Grêmios “Getúlio Vargas”, durante a trégua. Para eles, não havia mais espaço para ceder qualquer brecha que objetivasse uma conciliação com Flores da Cunha.

Loureiro afirmou que chegara o momento em que teria liberdade para agir. Segundo ele, caso Getúlio Vargas não pudesse permanecer à frente do Catete, apoiariam Oswaldo Aranha, uma visão totalmente oposta da preconizada pela Frente Única Gaúcha neste tema. Isso porque os dissidentes entendiam, ao contrário da FUG, que a presidência devia permanecer com o Rio Grande do Sul. Ele se mostrava solidário com a atitude de Aranha em unir o estado, desde que fosse conforme à orientação de Getúlio Vargas, e com a condição de que Flores da Cunha fosse afastado deste entendimento conciliatório regional, pois achava que “vai dar mixórdia grossa e não conseguirá nada”. Nos combates contra o governo estadual, apelava para uma medida mais ostensiva. Loureiro não achava possível “combater o velho leão, que é o Flores, com discursos, entrevistas e arreglinhos políticos”. Por outro lado, as manobras de Getúlio Vargas para segurar as rédeas da política regional fazem mais sentido, pois, se os dissidentes viam Aranha como um bom candidato, Flores da Cunha já havia declarado publicamente que tinha simpatias pelo embaixador como o sucessor ao Catete. Sinal disso é que Miguel Tostes, uma espécie de interlocutor com a política gaúcha, dizia a Loureiro da Silva que Aranha agia por conta própria, e que o bloco *antiflorista* não deveria assumir compromissos sem instruções partidas da capital federal.<sup>492</sup> Essa medida buscou tirar os dissidentes da rota de influência do embaixador.

Em meio a isso, Aranha conseguiu colocar *frente a frente* Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Foi “o último encontro com o presidente no Palácio do Catete”. Mas, mesmo que tivesse sido cordial, e fosse debatida só a sucessão presidencial, ele tinha um interesse por trás. Com o reinício dos trabalhos no Legislativo, seria uma derrota significativa para Flores

---

<sup>492</sup> ALC, 04.03.1937, CPDOC, LC c 1937.03.04/2; AGV, 03.02.1937, CPDOC, GV c 1937.02.01/1; AGV, 04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.00/2.

da Cunha perder a Mesa Diretora da Casa. Assim, Oswaldo Aranha passou a fazer, diversas vezes, apelos para que Getúlio Vargas interviesse com os dissidentes liberais e evitasse que o *antiflorismo* comandasse a Assembleia Legislativa, mas ele se recusou a fazê-lo. Isso mostra, também, que Flores da Cunha estava acusando o golpe sentido no final de 1936. Por isso, usava Aranha como intermediador para amortizar as derrotas sofridas naquela casa. Mas, em 13 de abril, a Mesa Diretora, composta maciçamente por *antifloristas*, foi eleita. Vargas definiu isso como “o comentário político do dia, o acontecimento de sensação”.<sup>493</sup> Foi a prova definitiva de que o Legislativo gaúcho estava não somente alinhado a Vargas, mas independente e distante do raio de ação de Flores da Cunha, que não conseguiu reverter esta situação.

Inclusive, dias antes desse encontro, Flores da Cunha dissera a João Carlos Machado que as alusões de Getúlio Vargas aos provisórios e aos ataques dos jornais *floristas* eram “pura escapatória”. Mas, desde o momento em que Aranha iniciou a aproximação, o governador falou que fez “dissolver algumas turmas [de] trabalhadores [leia-se: corpos provisórios] e cessar nossa imprensa referência ataques pessoais ou políticos ao presidente Getúlio”, prometendo não agredir as “fracas forças de que ainda dispõe aqui e no resto do país [o] presidente Getúlio. Defemder-me-ei [*sic*] apenas como um leão. Seja o que deus quiser. [...] Ele que dê o sinal e que assuma a responsabilidade do ataque”.<sup>494</sup>

Ou seja, o recuo feito por Flores da Cunha para garantir, com o apoio de Vargas, o controle do Legislativo estadual não foi apenas por meio de uma aproximação pessoal, mas diminuindo a mobilização militar e os ataques na imprensa. Vale destacar aqui que essa promessa foi temporária, pois logo que se concretizou a vitória da frente *antiflorista* na Assembleia Legislativa, retomou seus ataques públicos e as mobilizações militares. Por outro lado, também ficou exposta sua premissa de não atacar o governo federal, embora a referência dele ao aparato militar da união pareça muito mais retórica que uma constatação efetiva. Usando uma figura de linguagem, aquilo que Flores da Cunha propôs foi não dar o “primeiro tiro”, mas ressaltava estar disposto e preparado para ordenar o “segundo disparo”.

No mesmo dia em que a oposição abocanhou a Mesa Diretora, Aranha enviou um comunicado aberto aos dissidentes, dizendo ser uma “decepção a intransigência de v. v. no caso da mesa da Assembleia”, por não ter escolhido um presidente da casa “alheio” às

---

<sup>493</sup> KRIEGER, op. cit., p. 59; VARGAS, op. cit., v. II, p. 34.

<sup>494</sup> AGV, 25.03.1937, CPDOC, GV c 1937.03.25.

disputas políticas, como pediu Flores da Cunha. Em função disso, acabou lamentando que seu esforço fosse “em vão”.<sup>495</sup>

Estava enterrada a tentativa de Oswaldo Aranha em reunificar o PRL, após quase três meses de trabalhos. Sem contar com o Rio Grande do Sul unido, acabava a possibilidade de ele concorrer ao pleito, voltando, em seguida, para Washington. Esse fato não deixou de ser outra vitória para Vargas, que pôde preocupar-se mais com as questões militares no estado gaúcho do que com as negociações políticas. Até porque o apoio de Flores da Cunha inviabilizava ao Catete escolher Aranha: com essa adesão, além da rejeição da ala “*intervencionista-controladora*” do Exército, que implicaria no afastamento de Vargas desse bloco, tinha a recusa dos dissidentes com o apoio *florista* e da FUG de qualquer forma. Em Minas Gerais, Valadares já declarara nem cogitar esse apoio, e São Paulo iria com o *armandismo*.

A atitude dos deputados dissidentes provocou uma onda de ataques d’A *Federação*, jornal que respeitou a *Trégua*, e posteriormente da Comissão Central, majoritariamente *florista*, que se reuniu com a ala *antiflorista*, e deliberou que obedecessem às determinações da direção do PRL e aceitassem os vetos de Flores da Cunha no Legislativo. Se não conseguiu na negociação, Flores da Cunha tentava obter o voto *na marra*. Mas, em resposta, os dissidentes se empenharam para que a Comissão Central não tomasse partido em nenhum ato de hostilidade ao governo federal, e não fossem delegados a nenhum membro do PRL poderes e atribuições deliberativas isoladas, fato que seria alegado posteriormente pelo deputado Moysés Vellinho como uma medida irregular. Além disso, defendiam que as questões legislativas não deveriam ser de alçada partidária, declarando que rejeitariam os vetos. A tréplica da Comissão Central foi mais radical: alegava que os dissidentes não representavam mais o partido, uma posição oposta à nota de outubro de 1936, e dava plenos poderes para Flores da Cunha definir o nome do PRL à sucessão presidencial, em uma reunião que não teve a presença dos membros da Comissão Central ligados à Dissidência Liberal.<sup>496</sup> Passou-se, portanto, para um confronto aberto entre os *varguistas* e *antivarguistas* no PRL.

Como contraponto, Flores da Cunha conseguiu, no Legislativo, o apoio formal de alguns deputados classistas, e ameaçou, com João Carlos Machado, recorrer a um plebiscito, caso os vetos fosse rejeitados, alegando haver o aval da constituição para isso. Enquanto ele procurava equilibrar-se frente à oposição no Legislativo, os dissidentes lançaram um

---

<sup>495</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 13.04.1937.

<sup>496</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 16.04.1937; TRINDADE, op. cit., 1980a. Os dissidentes da Comissão Central eram Frederico Dahne, Augusto Simões Lopes, Valumiro Dutra e Protásio Vargas.

manifesto, percebendo, possivelmente, algum fortalecimento *florista*. Isso porque, além daquilo que foi explanado, nesse período ocorreu o surgimento do PRC, com trocas de novos textos entre esse partido e o PRR, além de nova dissidência no PL, como veremos adiante. O *manifesto dissidente* fez duras críticas a Flores da Cunha e seu governo, acusando-o de estabelecer uma “guerra de morte” contra Vargas e de hostilizá-lo. Destacava uma série de pontos, entre eles, o de ceder empregos a membros do PRC, de atentar contra a autonomia da Assembleia Legislativa, de realizar obras sem concorrência e de alto custo, de descaso com o setor rodoviário, ferroviário e fluvial, e com o erário público, e de transformar Porto Alegre em “um campo de concentração de capangas e facínoras”, com detentos que estariam atuando na capital, com o “perdão clandestino” do governador. Foi o reinício da radicalização parlamentar, que se tornaria cada vez mais uma “verdadeira praça de guerra por ocasião de cada discussão ou votação de questões importantes”.<sup>497</sup>

Concomitante a isso, o executivo federal começou a dar passos mais largos em direção à centralização política. As intervenções federais em dois estados, somando-se à ocorrida no Maranhão, no ano anterior, foram alentos para Flores da Cunha e para aqueles que começaram a pensar em dar suporte a uma candidatura de oposição a Vargas. Flores da Cunha era taxativo ao orientar sua bancada no Legislativo federal: “sou contra qualquer restrição [da] autonomia [das] unidades federadas”.<sup>498</sup>

Mas ele não delimitou sua ação a, apenas, instruir seus deputados. Desde fevereiro, ou seja, antes dessas duas intervenções, Flores da Cunha articulou a formação de um “cordão de ferro” para defender a autonomia política gaúcha e dos demais estados, dando origem a um *pacto de não-intervenção* assinado pelos governadores de São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, prevendo liberdade aos estados signatários para direcionarem livremente as conversas acerca da sucessão presidencial. Flores da Cunha o sintetizou, declarando que “qualquer agressão ou ameaça à autonomia de um dos nossos estados, venham elas de onde vierem, serão consideradas pelo outro como uma agressão ou ameaça à sua própria autonomia”.<sup>499</sup> Não conseguimos dados contemporâneos ao acordo sobre as polícias militares estaduais nesse período, mas números de 1928 colocavam São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia como as quatro milícias com o maior efetivo do Brasil.<sup>500</sup>

---

<sup>497</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 22, 23 e 25.04.1937; NOLL, op. cit., p. 203. O manifesto foi transcrito por TRINDADE, 1980, p. 270-277. O manifesto republicano pode ser visto em APSS/BM, AHRGS, cx. 11 e 13. O outro manifesto de Collor, o quarto, intitulado *Ao definitivo julgamento do público* foi publicado em COLLOR, op. cit., p. 106-135.

<sup>498</sup> AGV, 05.03.1937, CPDOC, GV c 1937.03.05/1.

<sup>499</sup> *Apud* ABREU, L. A., op. cit., p. 132.

<sup>500</sup> LOVE, op. cit., 1975.

Ou seja, exceto o segundo estado, todos os demais firmaram essa aliança que, do ponto de vista bélico, era, aparentemente, pouco desprezível. Até mesmo a forma com que foi assinado, com publicidade na imprensa, mostrava que era uma ameaça ao governo federal em caso de intervenção. Mas apesar de todo o *barulho* feito, Luciano Aronne de Abreu ressaltou que ele foi inócuo em barrar o autoritarismo e o centralismo do governo federal. Até porque o próprio Juracy Magalhães dissera a Flores da Cunha que, em defesa da autonomia regional, só não encararia a luta armada<sup>501</sup>, mas, meses depois, ele disponibilizaria ao governador rio-grandense “imediate solidariedade moral e material”, em caso de confronto militar.<sup>502</sup> Podemos depreender que parecia uma aliança armada, mas era, na prática, um acordo político como forma de ameaça.

A resposta de Vargas veio no terreno militar. Ele começou a articular, com Lucio Esteves e com a frente *antiflorista*, a maneira adequada para justificar o pedido da transferência da execução do estado de guerra para o comandante da III Região Militar, um desejo antigo que agora parecia mais viável, sem temer uma derrota militar ou retaliações aos aliados de Vargas no estado. É interessante notar que a medida foi tomada com extrema cautela, procurando evitar não somente uma reação de Flores da Cunha, mas também que tivesse um bom embasamento, evitando a dispersão dos apoiadores do governo federal.

Vargas dirigiu-se a Lucio Esteves pedindo um relatório sobre a situação do estado, contendo os ataques que sofria na imprensa oficial, nos preparativos bélicos e na proteção de comunistas, “a fim [de] termos base [de] passar-lhe [a] execução [do] Estado [de] Guerra, tirando [do] governador [a] ação facciosa [que] está exercendo [na] opinião [do] estado deturpando fatos e evitando esclarecimento outros [em] prejuízo [da] ação [do] Governo Federal”, sendo debatido se a medida seria ou não acompanhada do confisco de armamentos da Brigada Militar, o que foi apoiado pelo *antiflorismo*: “recentes notícias da requisição [sic] do armamento da Brigada e da concentração da guarnição federal, em Alegrete e Portão, encheu de esperanças a nossa gente, isto é, o Rio Grande”<sup>503</sup>, conforme o deputado dissidente Coelho de Souza. Contudo, a ideia não foi levada adiante.

Essa medida, no final de abril, foi o início de uma ação militar concreta contra o governador, que teve ponto de partida com a inspeção de Góis Monteiro no Rio Grande do Sul, em fevereiro. Afinal, o isolamento político de Flores da Cunha era um fato consumado, embora tênue, ao menos, no Legislativo. A Vargas restava utilizar e conservar a aliança

---

<sup>501</sup> ABREU, L. A., op. cit.

<sup>502</sup> AFC, 15.05.1937, NUPERGS, doc. n° 003/937.

<sup>503</sup> AGV, 18.03.1937, CPDOC, GV c 1937.03.13/1; AGV, 20.03.1937, CPDOC, GV c 1937.03.20/1.

política como uma base de apoio para as articulações militares, seja como espiã ou como proponente das medidas, pois é notório que o Catete nunca tomou a iniciativa direta das ações contra o governador. Quase sempre o executivo federal agia atendendo a uma solicitação da frente *antiflorista*, ou a um pedido vindo da III Região Militar, mesmo que, na maioria das vezes, as ações já haviam sido acordadas nos bastidores com o executivo federal. Em síntese, este procurava preservar-se, “terceirizando” a responsabilidade, e evitando divergências tanto na base política quanto entre a oficialidade do Exército.

Pasqualini, que definia Flores da Cunha como um “subproduto da espécie humana” era um daqueles que acreditava na saída militar como mais adequada para derrubá-lo, entre três caminhos: a via parlamentar, a eleitoral e a “solução heroica”. A primeira, com a conservação da maioria no Legislativo, mas que poderia ter inconvenientes, como a mudança de alguns na “hora H” e o prévio conhecimento por Flores da Cunha. O segundo caminho, por meio da eleição do sucessor de Vargas, mas, dizia ele que uma proximidade do governador com o novo presidente eleito viabilizaria ao *florismo* “‘estraçalhar’ a dissidência, ‘limpar o Rio Grande dos *getulistas*’, investir energicamente contra a F. U. e, consolidando definitivamente o PRL, garantirá vitória nas competições eleitorais no estado”, sendo um plano frágil. Já a “solução heroica” consistia em quatro pontos: passagem da execução do estado de guerra para a III Região Militar; convocação da Brigada Militar pelo Exército; divulgação dos motivos que levaram a essa medida na imprensa; e apoio público dos *antifloristas*. Segundo ele, essa ação sincronizada impediria o governador de agir, e imobilizaria seus aliados em outros estados, uma menção possivelmente alusiva ao *pacto de não-intervenção*. Ele que, em determinado momento, acreditava que a FUG apoiaria Armando Salles, e tentava protelar a decisão oficial para agosto, agora relatava que o PL enveredava para o Catete, com o aumento de “*cristãos novos*”. Afirmava isso mencionando que o Diretório Central do partido havia praticamente despachado o *armandismo*, e cogitava pleitear a pasta da Justiça, ressaltando a adesão de Batista Lusardo a essa ideia, uma hipótese que pipocava na FUG, com apoios e divergências, desde a saída de Vicente Rao.<sup>504</sup>

A adesão explícita de Lusardo já era notada pelo PL e pelos *varguistas*. Ele, poucos meses antes, havia sido convidado para compor a Câmara de Reajustamento pelo Catete, e “insistiu muitíssimo. Ele, porém, não aceitou”. Podemos afirmar, desta forma, que, em 1937, a postura de Lusardo, que outrora recusara o *modus vivendi*, por desconfiar ser uma armadilha de Getúlio Vargas, era, neste momento, de franca colaboração com o governo central,

---

<sup>504</sup> AGV, 04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.00/1; ARP, 07.01.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1283; AGV, 04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.00/2.

buscando atrair a FUG com cargos federais e apoio explícito ao *varguismo*. Mas o mesmo documento mostra discordâncias no PL, como a de Walter Jobim. Ele desconfiava de Lusardo querer abrir precedentes com a Câmara de Reajustamento para assumir a pasta da Justiça. Até porque o trabalho de Lusardo como aliado de Vargas seria valorizado logo depois: o presidente seria notificado que sua ação contra Flores da Cunha foi decisiva e sem defecções entre os libertadores. Além disso, o libertador estaria disposto a ir “até onde for necessário”, não havendo substituto a sua altura no PL caso ele retornasse ao Rio de Janeiro.<sup>505</sup> Podemos perceber, nas assertivas acima, o prestígio e a adesão franca ao situacionismo federal de Lusardo, cerca de quase seis meses após liderar as *Oposições Coligadas*.

Enquanto Lusardo e Pasqualini estavam ao lado de Vargas, Pilla achava que o combate ao *florismo* deveria se dar pela Assembleia Legislativa. Se houvesse uma intervenção, vista em alguns momentos por ele como uma “necessidade”, ela deveria “ter fundamentos legais, não tanto por nós, como principalmente pelo governo federal, cuja estabilidade poderia comprometer-se”, afirmando rezear “não tanto o que passou, como o que há de vir. A não ser que se pretenda dar um golpe de estado no país, coisa com a qual eu nunca concordaria, não sei como se há de levar o caso, a não ser constitucionalmente”<sup>506</sup>, mostrando um certo distanciamento de Vargas, postura que manteria até o Estado Novo – e depois dele.

Em 25 de abril, no mesmo dia em que os dissidentes lançaram seu manifesto contra Flores da Cunha, o “*ataque duplo*” contou com o pedido de transferência do estado de guerra para uma pessoa alheia à política regional e de confiança do Catete pela Assembleia Legislativa. O pedido se deu sob alegação de insegurança por mobilizações clandestinas com objetivos desconhecidos ao redor da Casa, impedimento dos trabalhos da imprensa, preparativos bélicos organizados pelo executivo estadual e infestação de “criminosos ilegalmente libertados”, ressaltando ser necessário para manter o equilíbrio entre o executivo e o Legislativo.<sup>507</sup> Certamente, a sincronia entre o manifesto e a requisição foi resultado de

---

<sup>505</sup> ARP, 19.02.1937, NUPERGS, doc. nº 002/1246; AGV, 14.04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.14.

<sup>506</sup> ARP, 11.07.1937, NUPERGS, doc. nº 002/1318.

<sup>507</sup> “Tendo o governador do estado ficado em minoria na Assembleia Legislativa, acentuou-se, desde a instalação dos trabalhos parlamentares, a situação de insegurança e ameaça criada pela mobilização clandestina de forças estaduais, cujos objetivos são desconhecidos. No dia em que se devia eleger a mesa, foi postada, ao lado do palácio do governo, junto ao edifício da Assembleia, um destacamento de cavalaria de armas embaladas. Apesar das medidas tomadas pela mesa, tem sido impossível evitar a entrada de desordeiros, quase todos agentes secretos da polícia, que insistem em perturbar os debates apartando os oradores. Praticamente, acha-se o presidente sem forças para manter a ordem. Tal é a situação da Assembleia nos primórdios dos seus trabalhos, antes que tenha começado a sua mais importante e espinhosa tarefa no momento, que é a tomada de contas do governador. Além disso, continuam os preparativos bélicos, por parte do governador estadual; perduram medidas restritivas da circulação da imprensa independente, como a proibição da venda do ‘Correio do Povo’ e da ‘Folha

uma articulação conjunta entre os dissidentes liberais, o executivo federal e o Exército, atacando o *florismo* politicamente através da imprensa e ameaçando sua base militar.

Nesse sentido, alguns pontos devem ser elucidados. Um deles é que esse documento requerendo a execução do estado de guerra foi tramado nos bastidores entre dissidentes e Getúlio Vargas. Este, que em primeiro momento referiu aos *antifloristas* ser “necessário conduzir acontecimentos de modo a provocar desmandos [do] governador por atos ou através [de] sua imprensa, e justificar assim [a] retirada [da] execução do estado de guerra”<sup>508</sup>, opinou também sobre a forma em que a requisição deveria ser feita. Ele recomendou que o documento fosse cercado de publicidade e com as assinaturas dos deputados requerentes, além de dizer que deveria ser acentuado que a execução do estado de guerra nas mãos de Flores da Cunha estava sendo usada com finalidade facciosa e pessoal, protegendo até comunistas, “se essa última parte puder ser comprovada”.<sup>509</sup> Essa última parte, provavelmente, porque Trifino Correia, da ANL e condenado pelo levante de 1935, estava no estado coordenando corpos provisórios.<sup>510</sup>

Essa aproximação com Trifino Correia seria depois conhecida e explorada pela oposição ao governo estadual. Mas, de qualquer forma, podemos perceber que o motivo que justificaria a transferência era o menos importante, desde que fosse convincente e acabasse não soando como uma “provocação” do governo federal, com a interferência direta de Getúlio Vargas, seguindo a lógica de agir nos *bastidores*. É importante confirmar essa questão dentro do contexto político do período. Afinal, Getúlio Vargas utilizou-se da medida de exceção que, em tese, visava ao combate ao comunismo, para repreender um adversário político “liberal”, mesmo que indiretamente. Foi por isso, também, que o Catete buscava provar uma ligação do *florismo* com o comunismo para legitimar ainda mais o ato.

---

da Tarde’, nos trens e nas estações da Viação Férrea, não tendo sido respondido, até hoje, o pedido de informações, a respeito, enviado ao governo; criminosos ilegalmente libertados, infestam a capital e o interior. Esta delicada situação criada pelo aberto dissídio existente entre a Assembleia Legislativa e o governador, ainda mais grave se torna, por estar este investido de poderes excepcionais que lhe confere a execução do Estado de Guerra. Em tais condições, desejando e devendo o poder Legislativo cumprir integralmente a sua missão constitucional, mas achando-se sob coação material, como comprovam numerosos e veementes indícios, pedem os signatários da Assembleia Legislativa, a transferência da execução do Estado de Guerra no Rio Grande do Sul a uma pessoa alheia a presente contenda política e da imediata e direta confiança de v. excia. Somente com essa providência poderá evitar-se que uma medida de tal importância, como o Estado de Guerra, poderá atender-se o grave desequilíbrio existente entre os dois órgãos do estado, em detrimento da Assembleia Legislativa”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 29.04.1937.

<sup>508</sup> AGV, 11.04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.11.

<sup>509</sup> AGV, 04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.17/2; AGV, 21.04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.21/2.

<sup>510</sup> CORREIA, Trifino (verbeta). In: COUTINHO, Amélia. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (online). Rio de Janeiro: FGV, 2000. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Trifino.pdf>>, acesso em <01.12.2015>

Um dos motivos que comprova ser o motivo secundário, desde que atendesse às premissas que destacamos acima, foi a tentativa de justificar a transferência do estado de guerra por uma suposta ameaça de prisão de ferroviários, por terem se congratulado com os deputados eleitos à Mesa Diretora. Sabendo da “possibilidade” de prisão, os ferroviários procuraram Lucio Esteves e se abrigaram no comando da região. Mas, depois de ouvir o chefe de polícia e este dizer que nada existia contra eles, Esteves os mandou embora.<sup>511</sup> Enquanto para Protásio Vargas isso foi desanimador para o grupo *antiflorista*, Serafim, mais ponderado, disse que sobre os ferroviários só havia boatos, e foi taxativo sobre Benjamin:

O pessoal dissidente, inclusive o Beijo, não ficou satisfeito com a atuação do gal. pois achavam que o gal. deveria deixa-los no Q.G. porque com isto eles pediriam para retirar do governador a execução do Estado de Guerra. Parece-me que seria um motivo muito fraco para tal e mesmo impossível de ser levado a efeito, pois ninguém sofreu violências ou foi preso e apenas por ouvir dizer que iriam ser. Há outros motivos ponderáveis como os provisórios, o tal pacto dos três estados, enfim coisas sérias e documentadas. Além disso tudo tem que ser feito com habilidade por causa da tropa. O gal. está com ela na mão, mas no momento em que possa parecer à esta que está servindo de joguete político o sr. não contará mais com o seu apoio integral.<sup>512</sup>

Efetivamente, assinado o decreto, pouco poderia fazer Flores da Cunha, a não ser buscar a neutralidade de Lucio Esteves, e esperar. Ao menos, em carta aberta ao ministro da justiça Agamenon Magalhães, foi taxativo: “protesto energicamente contra esse ato do governo federal, que nada justifica e que outra coisa não é senão um ultraje feito à dignidade do governo e aos brios do povo rio-grandense”, dizendo trabalhar para impedir consequências maiores frente a essa medida. Acusou ainda Getúlio Vargas de ter colocado o Rio Grande do Sul em posição “contraproducente e vexatória”, sendo atingido “na sua altivez e no seu civismo”. Em termos um pouco distintos, se dirigiu a Esteves afirmando manter-se “dentro da constituição e das leis e tudo farei para assegurar a autonomia do Rio Grande do Sul”. Já João Carlos Machado usou a tribuna da Câmara para atacar os deputados e o próprio Vargas, que teria imposto forte censura na imprensa, proibindo qualquer crítica ao Catete. Mas o resultado, inicialmente, agradou à oposição *antiflorista*. Lusardo, que apareceu como um dos articuladores políticos mais ativos no processo de transferência do estado de guerra, teria dito que as medidas tomadas “foram como pauladas [no] alto da cabeça: tontearam o homem”. Benjamin não foi menos pejorativo, afirmando que “o bicho roncou grosso, mas recolheu as

---

<sup>511</sup> AGV, 19.04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.18.

<sup>512</sup> AGV, 20.04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.18.

unhas”. Ambos pressionavam para que se requisitasse a Brigada Militar imediatamente.<sup>513</sup> Vargas e Esteves se mantiveram cautelosos, optando por não tomar essa atitude ainda.

Tanto a ação de Vargas quanto de Flores da Cunha referente à censura se enquadram numa observação de Ângela de Castro Gomes. Para ela, a limitação legal à divulgação de informações é, antes de tudo, um recurso de poder que faz parte do aparelho político-repressivo dos regimes de exceção, por isso “deve ser pensada sempre como uma questão política central, tanto para os que desejam o continuísmo da situação de exceção, quanto para aqueles que o combatem, sejam quais forem os seus pontos de vista”.<sup>514</sup>

E, curiosamente, as edições de *A Federação* a partir desse dia vieram com páginas em que só havia o título das matérias, sem seu conteúdo. Foi a forma encontrada pelo periódico de denunciar a ação dos censores. Flores da Cunha, que naquele momento travava outra *cruzada* contra o *Correio do Povo*, procuraria atacar o governo federal através de seus jornais. Getúlio Vargas, percebendo essa manobra, “puxou-lhe o tapete” através do ministro da justiça, solapando a publicação de críticas ao Catete e de referências elogiosas ao governo estadual, embora algum tempo depois tenha sido possível encontrar críticas diretas a Vargas, mesmo que pouco numerosas.

Deste modo, é importante destacar que o periódico não atacava, até então, explicitamente o governo federal, focando as críticas diretas nos adversários da política regional. Depois da transferência do estado de guerra, os ataques a Vargas vieram com a transcrição de acusações no parlamento, de passagens de outros periódicos do país e com os editoriais do jornal. *A Federação* procurou demonstrar que a medida era uma humilhação que Getúlio Vargas impusera ao Rio Grande do Sul e um atentado à autonomia estadual, algo já bastante presente no telegrama público de Flores da Cunha ao ministro da justiça.

Desta forma, nos parece que, ao explanar abertamente as divergências com o governo federal e ressaltar que o Rio Grande do Sul havia sido “humilhado em seu brio e autonomia”, Flores da Cunha explorou o regionalismo no estado, para defender-se do avanço *varguista*, havendo o precedente das insinuações da intromissão da política federal no rompimento do *modus vivendi* e no momento da assinatura do *pacto de não-intervenção*.

Vale, entretanto, destacar algumas reflexões a respeito. Segundo Ruben Oliven, no Rio Grande do Sul, “o regionalismo é constantemente evocado, atualizado e repostado em situações históricas, econômicas e políticas novas”, pois, por mais que as conjunturas se modifiquem e

---

<sup>513</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 27 e 29.04.1937; CARNEIRO, op. cit., p. 198; AGV, 04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.00/5.

<sup>514</sup> GOMES, A. C., op. cit., 1981, p. 280.

a roupagem dos discursos se atualize, “o substrato básico sobre o qual eles repousam é surpreendentemente semelhante”. Em um momento de claro centralismo político e restrição da autonomia das unidades federadas, a *crise florista* se insere naquilo que Oliven identificou como “a tensão entre autonomia e integração”, algo que fora “um tema recorrente na relação do Rio Grande do Sul com o Brasil”.<sup>515</sup> No caso *florista*, sua intenção foi se apegar na questão regional, buscando mobilizar o estado contra as medidas centralistas de Getúlio Vargas e defendidas por seus aliados no Rio Grande do Sul.

De qualquer forma, a transferência do estado de guerra, que foi vista com muita euforia pela frente *antiflorista*, teve suas primeiras divergências imediatamente. No *Diário* de Getúlio Vargas, menos de uma semana depois do ato, ele registrou os primeiros desacordos entre Lucio Esteves e o bloco *antiflorista*, em que estes acusavam aquele de “condescendência demasiada e falta de ação. O general alegava que os políticos estavam querendo comprometê-lo e a força federal em manobras políticas”. Para Vargas, parecia “que o general tem maior soma de razão, e que outros estavam tanto nervosos e apressados”. Todavia, se Getúlio Vargas viu com cautela a apreensão de seus aliados em um primeiro momento, logo mudou de posição, quando Batista Lusardo lhe disse que Esteves fez uma trégua com Flores da Cunha, que aproveitava e aumentava seu armamento. Além de que, os deputados *frenteunistas* e dissidentes reclamavam ter poucas garantias, e acusavam o comandante de nada fazer para aumentar a segurança na casa.<sup>516</sup> Contudo, Lucio Esteves permaneceria comandando a III Região Militar, embora começasse a dar sinais de que não concordaria *in totum* com todas as ordens que lhe fossem dadas, e passou a ser “metralhado” pelos aliados de Getúlio Vargas, pelo telégrafo. Mas, antes de abordar essa questão, é importante analisar o contexto político e militar naquele momento.

Desde o início do ano, Vargas tinha conseguido importantes vitórias: manutenção da política regional fracionada, fidelização de *frenteunistas* e dissidentes no combate a Flores da Cunha, derrocada dos objetivos *aranhistas*, sustentação do controle no Legislativo estadual, indefinição sobre a sucessão presidencial em todos os meios, em parte surpreendente pelo apressamento no ano anterior, e dominava militarmente o governador, tanto através da observância de suas articulações quanto arregimentando armamentos. Isso tudo foi agravado com o *nó* que foi dado com a transferência do estado de guerra e o controle sobre a censura na imprensa. É diante dessa conjuntura, à primeira vista totalmente favorável a Getúlio, que ele decide avançar, e efetivar uma intervenção militar federal sob o comando de Góis Monteiro.

---

<sup>515</sup> OLIVEN, op. cit., p. 9; 11; 47; 65.

<sup>516</sup> VARGAS, op. cit., v. II, p. 39-50.

O ex-ministro da guerra, por sinal, recém havia concluído vitorias pessoais no Rio Grande do Sul. Iniciava “uma verdadeira operação de guerra contra Flores da Cunha”.<sup>517</sup> A essa medida, denominaremos de *Operação de Maio*.

#### 4.3.1 A primeira investida militar do Catete: a *Operação de Maio*

Góis Monteiro, em suas *memórias*, mencionou essa *operação*. Disse que já havia mobilização de tropas federais em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e também por via marítima e férrea em direção ao norte do Rio Grande do Sul. Além disso, contara com o apoio da Polícia Militar mineira, cedida, inicialmente, por Valadares para a invasão, que devia convergir sobre a capital e outros pontos estratégicos do estado.<sup>518</sup>

Mas, se Flores da Cunha pouco podia fazer para impedir essa *operação*, embora os paulistas o tivessem questionado se estava “forte para caso reação e que auxílio precisarias”<sup>519</sup>, se prontificando a auxiliá-lo se ele decidisse desencadear um conflito, sua tática foi outra: através da Câmara dos Deputados, denunciou a mobilização militar dirigida ao Rio Grande do Sul, sobretudo porque havia sido arquitetada sob muito sigilo.

Em determinado ponto, se Vargas, certamente, dera seu aval para a medida, tudo indica que não tomou parte em sua elaboração e execução, pois, tanto em seu arquivo quanto em seu *Diário*, poucas menções existem sobre isso. Uma hipótese possível é a de que ele não teve vínculos *formais* com a medida, evitando a associação da ação militar como uma medida política, algo que teria a repulsa do Exército. Além disso, como ficou provado depois, vazaram telegramas da *operação*, que caíram nas mãos da *minoría parlamentar* e de deputados *floristas*. E Vargas sabia que Flores da Cunha provavelmente o denunciaria, se tivesse provas de sua interferência nessa missão.

Um dos que o interpelaram no parlamento foi Otávio Mangabeira. Questionava ele: “mobilizaram-se, notoriamente, forças de terra e mar. Esvaziou-se a Vila Militar. Correm os trens para o sul, conduzindo tropas. Que há, sr. presidente? Que sabe, a respeito, a Câmara? Que surpresas, srs. deputados, que dolorosas surpresas, se estão reservando ao país?”. Ainda relembra do pedido de demissão do ex-ministro da guerra, que mencionou uma *luta* para manter o Exército fora da política, e criticava o uso do estado de guerra, que era para combater o comunismo, e estava sendo usado para avançar contra Flores da Cunha. Por isso,

<sup>517</sup> CAMARGO et al., op. cit., p. 140.

<sup>518</sup> COUTINHO, op. cit.

<sup>519</sup> AFC, 15.05.1937, NUPERGS, doc. n° 003/936.

fez novas indagações: “mas, então, será legal, ou direi, será honesto que dele se possa usar para outro fim, ou a qualquer outro pretexto? Haverá, entretanto, mesmo um louco, que atribua, por ventura, a pecha de comunista à situação dominante no Rio Grande do Sul?”. Mangabeira, por fim, solicitou a presença do ministro da justiça para dar explicações.<sup>520</sup>

Já pelo lado do “PRL *florista*”, Ascânio Tubino acusou Getúlio Vargas de humilhar o Rio Grande do Sul “com uma intervenção branca, iníqua, inigualável”, alegando serem mentirosas as afirmações de que não havia garantias na Assembleia Legislativa. E, em tom de dramaticidade, dizia que se preparava “luto, sangue, destruição, calamidade! O Rio Grande envolto em chamas! Nada comove a esfinge de pedra!”, divulgando um comunicado secreto de Góis Monteiro a Lucio Esteves dando ordens de como agir. Junto com ele, o deputado Carlos Luz expôs o telegrama-circular de Eurico Dutra ao Exército, em que o ministro da guerra justificava a intervenção militar no Rio Grande do Sul, atacando Flores da Cunha por sua mobilização armada, por explorar o “*espírito regionalista*” do gaúcho, e que o governador dizia que o executivo federal pretendia “humilhar o povo rio-grandense”. No entanto, as ordens do Exército eram “abafar ao nascer qualquer atitude de rebelião ou agressão que se venha manifestar naquele estado”. Eurico Dutra o acusava, também, de aliciar militares, ter aliados comunistas, levantar grupos armados nas estradas e preparar contingentes militares no momento da transferência do estado de guerra<sup>521</sup>, visando a garantir a fidelidade do Exército na *operação*. Esses pronunciamentos contribuíram para forçar o ministro da guerra a justificar aquelas medidas na imprensa, e abortar a missão militar. Na Câmara, foi aberta uma Comissão Parlamentar para investigar o caso. Fracassara a *Operação de Maio*.

Os contínuos comunicados lidos na Câmara Federal preocuparam Getúlio Vargas. Prova disso é que ele instruíra Benjamin Vargas a forçar membros municipais a enviar telegramas ao ministro da justiça informando sobre violências, desordens e repressões vindas do governo estadual, bem como mencionar ataques sofridos pelas tropas de Lucio Esteves para que fosse lido na Câmara. Dessa forma, contraporía os ataques que o governo federal sofria. Aquilo que Getúlio Vargas denominou de “ofensiva telegráfica” tinha uma restrição: só não poderia vir de pessoas que tivessem parentesco com ele.<sup>522</sup>

Além das denúncias, outros pontos foram relevantes para que a *Operação de Maio* não desse certo. Pontuaremos alguns. Dentre eles, a passagem da Polícia mineira para Lucio Esteves, pois Benedito Valadares recuou em sua promessa inicial. Sem esse apoio, a

<sup>520</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 12.05.1937.

<sup>521</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 14, 18 e 20.05.1937. A circular foi transcrita no anexo III.

<sup>522</sup> AGV, 11.05.1937, CPDOC, GV c 1937.05.01.

intervenção se tornava uma cartada arriscada, somadas pela reticência de Lucio Esteves e João Guedes da Fontoura quanto à medida. Além deles, houve um dissídio aberto entre os generais Valdomiro Lima e Góis Monteiro, este acusando o primeiro de comunicar-se em segredo com Flores da Cunha, e fracionando o corpo militar, motivando a emissão de um manifesto assinado por vários oficiais contra o uso das forças armadas no estado gaúcho. Essa contenda acabou na prisão de dois generais que se opuseram à medida, que fez Vargas esbravejar contra os opositores da intervenção militar no Rio Grande do Sul: “pobre gente! Parece mesmo que o Flores é mais general do que eles. Seria preferível que, em vez de espada, lhe dessem uma almofada para bordar”.<sup>523</sup> Dutra e Góis procurariam, desde então, neutralizar os oficiais opositoristas. Tanto que, depois disso, além de um breve recuo nas articulações para intervir no Rio Grande do Sul, não houve registros de resistências incisivas a esse projeto pelo Exército.

Essa tétrade – ataques na Câmara dos Deputados, ceticismo de Esteves, discordância entre parte do alto oficialato e recuo de Valadares, foram basilares para que Góis Monteiro recuasse a contragosto. Também se percebe como era tênue a linha em que Vargas transitava. Não eram apenas os provisórios e Flores da Cunha os problemas que poderiam advir de uma intervenção militar no Rio Grande do Sul. Mesmo *dominando* o governador, Getúlio Vargas corria o risco de sofrer uma erosão em sua base política e militar. Flores da Cunha, ao contrário daquilo que a ala *antiflorista* esperava, utilizou de outros meios, e não de uma resistência militar, para barrar o ataque das forças federais.

A situação de dificuldades é relatada por Góis Monteiro, com mais agravantes. Segundo ele, logo em seguida Dutra ameaçou se demitir, pela repercussão negativa do ato nas forças armadas, pelos ataques no Congresso e pela proximidade entre alguns generais e políticos que se opunham à medida, avaliando que isso, somado à indisposição de Valadares, mostrava a fraqueza do governo. Góis Monteiro, segundo o próprio, reverteu à decisão de Dutra, e foi promovido a chefe do Estado Maior do Exército, fato que provocou a remoção de Valdomiro Lima.<sup>524</sup> De todo modo, Góis Monteiro conseguiu evitar que a crise do governo se tornasse mais aguda, e reduziu à influência de Valdomiro Lima e demais membros da linha *neutralista*, obstáculos aos planos militares no sul.

Mas, qual o papel da frente *antiflorista* nesse processo? Poucas fontes mostram uma participação efetiva, fato que indica que a execução da *operação* ficou restrita ao meio militar, mas é certo que houve desconfortos. Raul Pilla protestara contra a viagem feita por

---

<sup>523</sup> MCCANN, op. cit.; CORTÉS, op. cit.; VARGAS, op. cit., v. II, p. 50.

<sup>524</sup> COUTINHO, op. cit.; VARGAS, op. cit., v. II.

Pasqualini, Paim e Benjamin para avistarem-se com Góis Monteiro, sem ter sido informado, e ameaçou voltar a ter “plena liberdade de ação”, ou seja, sair do bloco de oposição no estado. Além disso, relatou que, desde o policiamento na Assembleia Legislativa e desta viagem, alguns deputados não frequentaram mais a casa, pois “imaginaram as coisas pretas e puseram-se ao fresco”, dizia, não havendo quórum para derrubar os vetos do governo estadual. Também indicava desconfianças com a ideia de derrubar Flores “a qualquer custo”, afirmando temer “muito que a solução do caso do Rio Grande não seja um fim, mas um meio”<sup>525</sup>, insinuando ligações com a manutenção de Getúlio Vargas no governo.

Ele, em especial, foi aquele que mais demonstrou receios com as implicações *macro* da queda do *florismo*, assim como João Neves – apesar de este mudar de posicionamento no *pós-golpe*. Outros, como os “*cristãos novos*”, os dissidentes liberais e boa parte da ala republicana despreocupavam-se com os reflexos possíveis na conjuntura política nacional, desde que se derrubasse Flores da Cunha.

#### 4.3.2 A Ação Libertadora: cisão no Partido Libertador inserida no contexto *armandista*

Enquanto a *Operação de Maio* estava em seus desdobramentos, o final do primeiro semestre de 1937 teve desfechos importantes no cenário regional e nacional. Pouco antes da definição *oficial* das candidaturas à Presidência da República, alguns boatos veiculados n’A *Federação* davam conta de que uma nova cisão seria aberta no PL, em apoio a Armando Salles.<sup>526</sup> Diferente de Bruno de Mendonça e sua *nanica* UDN, essa ruptura tinha alguma força política. Ela possuía a adesão de dois deputados, um federal, Barros Cassal, e outro estadual, Armando Fay de Azevedo. Além deles, seu líder formal, Felipe Portinho, era um veterano de 1893, 1923 e 1930. O bloco ainda tinha apoio de Cândido Carneiro Júnior, chefe libertador em Soledade, mais Gabriel Pedro Moacyr e Francisco Simões. Essa adesão ao *armandismo* entrelaçou-se sob três vieses. Um deles pela proximidade do então PDP com os libertadores, ambos, à época, membros do Partido Democrático Nacional, pela aliança na guerra civil de 1932, que foi reivindicado como base para esse apoio, e pela rejeição a um nome *varguista*.

O crescimento daquilo que Pasqualini chamou de “*cristãos novos*” levou o PL a se dividir em dois grupos: aqueles que adotavam a ideia de uma aproximação explícita com o

<sup>525</sup> ARP, 16.05.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1305.

<sup>526</sup> A *Federação*, Porto Alegre, HDBN, 30.04.1937.

Catete, e os que viam com simpatia a possibilidade de se aproximar com Flores da Cunha, contra Getúlio Vargas. O PL estava dividido em *dois fogos*, na medida em que teria de definir-se por um dos lados, um mais ligado às disputas políticas internas, que caminharia com Vargas, e outra vinculada ao cenário nacional, que não admitia uma aproximação com o executivo federal. Até porque, a fórmula defendida por Francisco Simões, de deixar a sucessão em aberto para os libertadores<sup>527</sup>, não foi adotada.

É importante analisar o *manifesto* do grupo publicado na imprensa. Nele, afirmavam ser impossível uma candidatura única, tendo o PL que se definir entre Salles e o nome que ainda seria escolhido pelo Catete. Por isso, dividiram em três razões o apoio ao *armandismo*: 1º) é um partido opositorista, por isso não devia “provar uma candidatura bafejada pelas boas graças do oficialismo da república”; 2º) deveria o PL ao menos examinar a candidatura de Armando Salles de Oliveira pelas antigas proximidades que tinham, e que o nome oficial teria “feitio marcadamente reacionário”; 3º) era, segundo esse grupo libertador, rejeitável o argumento de que o *armandismo* tinha o apoio do governo estadual como forma de recusa. De acordo com o *manifesto*, agir assim constituiria em “cegueira facciosa, odiosidade vesga, estultice política”. Afirmavam isso sob a alegação de que, se essa candidatura “nos fizer jus a apoio, que importa que a prestigiem, também, nossos adversários no âmbito estadual? Antes, isso nos deve regozijar, pois lhe aumentará as probabilidades de vitória”.<sup>528</sup>

O *manifesto*, logo em seguida, trazia a assinatura de 18 membros de Porto Alegre, 17 de Passo Fundo e 67 de Uruguaiana. No segundo município, havia um aviso que falava em mais de duzentas assinaturas. No final, comunicou-se que havia listas de assinaturas ainda em elaboração. É claro que especialmente esses avisos devem ser vistos com ceticismo, pois podiam estar ali para demonstrar uma suposta *adesão em massa* ao *armandismo*, que, talvez, não fosse tão real quanto queria parecer. Mas a adesão nominal, no *manifesto* de lançamento, de mais de uma centena de libertadores mostra que não era pequena a rejeição a uma candidatura do Catete no PL.

Por outro lado, isso não deve ter surpreendido a FUG. Não apenas pela sabida receptividade de Armando Salles, mas também por haver desconfianças com a atitude de alguns membros. Francisco Simões, em abril, fizera duras críticas a Raul Pilla sobre a postura dos deputados estaduais contra o governo *florista*, definindo-a como uma “perigosa aventura”, que levaria “ao esfacelamento do nosso partido”. Ainda atrelava ao caminho que estava sendo

---

<sup>527</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 05.06.1937.

<sup>528</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 16.05.1937.

dado pelo Diretório Central que, “entorpecidos pelos cantos de artilosa sedução, vão dando braço forte à política trafega do Catete, fértil em felonias e raposismos”<sup>529</sup>, dizia.

Apesar das críticas de Simões não aludirem à candidatura Salles, a resposta de Raul Pilla foi definidora sobre a ciência dessa divisão. Dizia que isso não estava na missiva, mas era seu “pano de fundo”. Segundo ele, Salles era um reacionário e um “ultra presidencialista”, que se colocou contra a *Fórmula Santos-Pilla*. O líder do PL tachava-o de traidor, por ter abandonado o PL em 1933, quando recompôs com Getúlio Vargas, “sem sequer nos dar aviso”, e foi contra o estabelecimento de um *tertius*, em 1937. Elencando esses motivos, Pilla já preanunciava que Salles não seria o candidato libertador: dizia que não havia motivos para preferir esse nome, mas tinha para se opor: “é o apoio que lhe dá o governador do estado. A sua vitória seria a consolidação desse caudilhismo imoral e criminoso. Só a mais rematada ingenuidade poderia imaginar que o nosso apoio atual poderia melhorar a nossa triste sorte”, afirmando que, assim como em 1933 os *peceitas* abandonaram o PL por Vargas, fariam novamente pelo *florismo*. Apesar de levantar vários pontos, está claro que o mais rejeitável para Pilla era o apoio de Flores da Cunha ao *armandismo*. Como ele mesmo afirmou em outro telegrama, a candidatura paulista havia sido descartada “depois de cimentado o acordo com o caudilho”.<sup>530</sup> Sem a aliança Flores-Salles, era provável a adoção deste nome pelo PL, ou, ao menos, ele seria analisado mais minuciosamente.

Além de Francisco Simões, a postura de Armando Fay de Azevedo foi a que mais chamou a atenção. Ele tomou uma atitude discordante do Diretório Libertador, desde que o *modus vivendi* foi rompido. Em dezembro, João Neves se referia a uma conversa que teve com ele achando-o “mais do que suspeito. É um caso declarado. [...]. Quer saber quem é o candidato, não topa candidato do Catete etc. Registre-se o óbito”. Quando foi requerida a transferência do estado de guerra, dos parlamentares *frenteunistas* que assinaram o requerimento, Armando Fay de Azevedo não estava entre os nomes, onde se suspeitou ter sido subornado por Flores da Cunha. Posteriormente, Fay se recusou a solicitar policiamento federal na Assembleia Legislativa, e passou a não comparecer em votações que necessitavam de quórum para a derrubada de vetos do governador.<sup>531</sup>

Em posição totalmente divergente da dos demais libertadores, declarou ao *Diário de Notícias* estar surpreso com a transferência do estado de guerra, pois alegava não haver motivos para essa medida, afirmando que votou pela eleição da chapa oposicionista para a

<sup>529</sup> ARP, 29.04.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1302.

<sup>530</sup> ARP, 09.05.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1304; ARP, 11.07.1937, NUPERGS, doc. n° 003/1348.

<sup>531</sup> ARP, 23.12.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1257; AGV, 25.04.1937, CPDOC, GV c 1937.04.17/2; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 03.06.1937.

Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, “e que tenho votado contra a orientação governamental em vários assuntos, não assinei o pedido endereçado ao Presidente da República pela Dissidência Liberal, e secundado pela Frente Única”. Segundo Fay, optou por não fazer “para agir de acordo com a minha consciência [*sic*], em homenagem à verdade, e tendo em vista [*sic*], também, a paz do Rio Grande”.<sup>532</sup>

#### 4.3.3 A política regional e a relação com as candidaturas à sucessão presidencial: aproximações, apoios, dissidências e divergências

O situacionismo federal, em convenção, lançou a candidatura de José Américo de Almeida, representante do norte do país, veterano da Aliança Liberal, e uma escolha que, segundo o historiador *brasilianista* Robert Levine, foi feita por Getúlio Vargas considerá-la fraca e capaz de provocar divisões. Essa candidatura, posteriormente, seria tachada de populista, radical e descontrolada. Para Dulce Pandolfi e Mário Grynszpan, essa escolha ocorreu para Vargas poder explorar os laços de dependência do norte com o governo federal, aguçar as rivalidades “*norte x sul*”, naquela região, e breçar apoios ao *armandismo*, além de neutralizar Juracy Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, governadores nortistas que defendiam um nome de consenso entre as correntes políticas do país. Estes dois, a exemplo de Flores da Cunha, seriam alvos de trabalhos para desarticular suas bases políticas, o primeiro por meio de boatos sobre uma intervenção federal e o segundo por ser acusado de comunista, surgindo uma dissidência liderada pelo ministro Agamenon Magalhães, em seu partido. A candidatura José Américo, contudo, teve o apoio do situacionismo de todos os estados, exceto São Paulo e Rio Grande do Sul.<sup>533</sup>

Voltemos, agora, a focar o impacto dessas candidaturas no cenário político gaúcho. O PL, mesmo com a existência de uma forte pressão para enveredar ao *armandismo*, apoiou José Américo de Almeida, e presidiu com Batista Lusardo o comitê de organização da campanha eleitoral. O PRR seguiu a mesma orientação, enquanto a adesão da Dissidência Liberal ao nome indicado pelo Catete, em fins de maio, foi praticamente imediata, dividindo-se a frente *antiflorista* “para as duas questões que consideravam capitais: a campanha presidencial e a deposição de Flores”<sup>534</sup>, podendo-se concluir que pesou, acima dos

<sup>532</sup> *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 14.05.1937.

<sup>533</sup> LEVINE, op. cit., 2001; PANDOLFI; GRYSZPAN, op. cit.

<sup>534</sup> LUSARDO, João Batista (verbete). In: LEMOS, Renata. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (online). Rio de Janeiro: FGV, 2000. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LUZARDO,%20Batista.pdf>>, acesso em: 22.12.2015; NOLL, op. cit., p. 208.

tradicionais laços da Guerra Civil de 1932, a conjuntura política interna sulina e o apoio ao governo federal para a “solução final do *florismo*”.

Prova disso foi o trabalho interno realizado por Batista Lusardo e João Neves da Fontoura para a eleição de Pedro Aleixo contra Antônio Carlos<sup>535</sup>, este que, caso eleito – sua derrota foi por pequena diferença –, constituiria uma importante sustentação ao *armandismo*, sem secundar suas ligações com Flores da Cunha, como já analisamos.

Logo após o PL se definir pelo candidato oficial, o grupo *armandista* do partido fundou a Ação Libertadora, para apoiar o nome paulista. Em *manifesto* público, reafirmaram que o PL só tinha o objetivo de derrubar Flores da Cunha, declarando publicamente que o partido participou até de uma “trama preparatória de uma intervenção armada”. Finalizavam ressaltando que discordavam da aproximação com o Catete e sua “política reacionária, antidemocrática, anti-federalista e dissolvente”, e repudiavam o apoio a uma candidatura “nascida sob o signo das leis de exceção e do Estado de Guerra”.<sup>536</sup>

De todo modo, apesar da duração efêmera, a Ação Libertadora foi a mais sensível cisão dentro da FUG, entre 1935-1937. Foi ela a última dissidência que acentuou a transformação de um sistema político “*bipartidário*” para um “*pluralismo moderado*”<sup>537</sup>, no Rio Grande do Sul. Mas qual a ligação entre a Ação Libertadora e Flores da Cunha? São poucos os registros que encontramos sobre seu funcionamento, embora haja indícios de que

---

<sup>535</sup> GOMES, E. R., op. cit.

<sup>536</sup> “Mas não pode ser sufragada [a candidatura Armando Salles] por este, porque, para a visão desses políticos, o Partido Libertador só tem um destino – derrubar o sr. Flores da Cunha. Ainda que seja participando de uma sinistra trama preparatória de uma intervenção armada. [...] Vamos divergir do poder dirigente do Partido Libertador. Eis as razões fundamentais de nossa divergência. Não concordamos com a marcha acelerada de nossos dirigentes partidários no rumo do Catete, a qual, desde o mal sucedido *octólogo*, ostensiva e indisfarçavelmente se vai operando o que importa sem dúvida, em apoiar uma política reacionária, antidemocrática, anti-federalista e dissolvente. Não concordamos, finalmente, com a solidariedade, hipotecada antes do pronunciamento oficial do partido e agora referendada, a candidatura do sr. José Américo de Almeida, nascida sob o signo das leis de exceção e do Estado de Guerra”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 08.06.1937.

<sup>537</sup> Estes conceitos são de Giovanni Sartori. Para o autor, um sistema *bipartidário* é quando a existência de terceiros partidos não impeça a supremacia dos dois maiores – ou seja, deve ser visto conforme o número de cadeiras que ocupam. Já o *pluralismo limitado* seria o sistema político composto por, no mínimo, três partidos relevantes, tendo como principal traço o “governo de coalizão”. Em caso de um partido governar sozinho, acaba sendo um “governo fraco”, minoritário. Ainda que tenha mais correntes partidárias influentes do que o sistema *bipartidário*, o *pluralismo limitado* continua sendo *bipolar*: ao invés de dois partidos, há o alinhamento de coalisões alternativas, não havendo oposição bilateral – ou seja, há apenas um bloco oposicionista –, e não tendo grande distanciamento ideológico entre os blocos. Portanto, vemos aqui duas coalizões, *antiflorista* – FUG + Dissidência Liberal; e *florista* – PRL, Ação Libertadora, PRC, a maioria dos deputados classistas e, sem nenhum representante nos parlamentos, também a UDN. A aproximação com essas correntes pequenas foi fundamental para o *florismo*, embora não deixasse o governo com maioria no parlamento, representando aquilo que Sartori destacou como um “governo fraco”, mesmo que em bloco. Tornou-se um sistema *bipolar*, com uma oposição unilateral (FUG e Dissidência) e, do ponto de vista ideológico, é possível dizer que havia pouco distanciamento, pois o objetivo dos dois blocos era, efetivamente, ou sustentar o governo estadual, ou derrubá-lo. SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

esse dissídio tenha ligações com o *florismo*, pois alguns de seus membros adotaram uma postura dissonante do Diretório Central, desde o fim do *modus vivendi*. Além disso, A *Federação* foi o primeiro veículo a noticiar a existência desse movimento dissidente.

Não obstante, os únicos dois documentos do Diretório da Ação Libertadora que encontramos mostram a proximidade que ela passou a ter com o governo estadual. Ao menos em um deles, Felipe Portinho pedia emprego a um membro da Ação Libertadora e verbas para uma passagem de aviação ao Rio de Janeiro para a campanha eleitoral, pedido atendido, segundo as anotações a próprio punho com a assinatura de Flores da Cunha. Além disso, chamou a atenção de Raul Pilla o aporte financeiro do grupo, afirmando que “por toda a parte escritórios [*sic*] eleitorais luxuosamente instalados, com funcionários pagos à razão de seiscentos a oitocentos mil reis mensais”,<sup>538</sup>, mesmo que ele costumeiramente tachasse o grupo de Portinho como pequeno e irrelevante, o que não nos parece totalmente verdadeiro, pois a mínima cizânia poderia colocar a FUG em situação de desvantagem na Assembleia Legislativa, principal trincheira de combate para os *antifloristas*.

Por outro lado, analisando essa dissidência do PL, podemos supor que, sob o argumento de que apoiaria Armando Salles “independente” ao governo estadual, a Ação Libertadora foi, na verdade, uma aliada de Flores da Cunha, talvez desde antes de seu surgimento oficial, unindo-se em combate ao Catete.

A partir do estabelecimento da Ação Libertadora, uma série de *supostos* telegramas do interior do estado foi veiculada no *Correio do Povo*, pedindo a expulsão de Barros Cassal e Armando Fay de Azevedo. Este, por sinal, foi afastado do PL, na reunião que definiu a candidatura José Américo pelo partido. De forma semelhante, o Congresso do PRL desligou os dissidentes liberais da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa e o senador Augusto Simões Lopes, este que seria eleito presidente da Dissidência Liberal na convenção que o grupo faria em julho, que teve como alvo principal criticar a administração *florista*, reafirmar apoio a Getúlio e aprovar um programa partidário autônomo.<sup>539</sup>

De todo modo, isso sinalizava a radicalização dos dissídios internos nos partidos estaduais, que toleravam parcialmente, até então, movimentos dissidentes. Agora, isso

---

<sup>538</sup> APSS/BM, 09.10.1937, AHRGS, cx. 49, maço 73/73A; ARP, 25.07.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1323. O outro telegrama, de Gabriel Pedro Moacyr, é menos claro. O autor diz somente apresentar um “companheiro da UDB”, e Flores da Cunha respondeu a mão: “dizer o que pretende”, o que não deixa de sinalizar essa proximidade. Cf. APSS/BM, 09.10.1937, AHRGS, cx. 49, maço 73/73A.

<sup>539</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 11 e 20.06.1937; *Diário de Notícias*, Porto Alegre, MCSHJC, 25.05.1937. A cobertura do Congresso da Dissidência Liberal pode ser visto em *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 23 a 27.07.1937. Apesar da Dissidência Liberal se desligar do PRL, para evitar confusões, continuaremos chamando pelo mesmo termo.

resultava em expulsão e afastamento. Também não podemos pormenorizar que essa radicalização, junto com o surgimento da Ação Libertadora, Dissidência Liberal, UDN e PRC em pouco mais de seis meses expressavam uma crise partidária regional, e era uma consequência, também, dos trabalhos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha, pois os dois estimulavam o nascimento dessas divergências, na busca por consolidar os seus predomínios políticos e de seus aliados no estado.

Notamos que as articulações vindas do Catete e das forças armadas para a derrubada de Flores da Cunha sofreram um curto esfriamento, após o fracasso da *Operação de Maio*, voltando-se a política regional para a campanha presidencial. Vargas recuou em sua ofensiva, junto com a *macedada*, ato jurídico que libertou presos políticos e suspendeu o estado de guerra. Enquanto ocorria a reorganização política civil, Flores da Cunha ganhava tempo e novos aliados, com o *armandismo*, em nível nacional. Depois do *pacto de não-intervenção*, ele fundou a União Democrática Brasileira, uma agremiação com pretensão de partido nacional, englobando os apoiadores de Armando Salles. Somado com o recuo temporário da ofensiva militar e da suspensão do estado de guerra, foi um respiro liberal no cenário brasileiro como um todo, em meio a sucessivas prorrogações aos estados de exceção.

A UDB – nos diz Eduardo Gomes – foi parte importante para o suporte e a nacionalização da campanha *armandista*, que teve apoio parlamentar da oposição de Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e outros estados menores, além de Rio Grande do Sul e São Paulo situacionista, e cizânias oriundas da FUG e de uma ala dissidente do PRP, provocada por Flores da Cunha. Com discurso regionalista e federalista, foi liderada na Câmara por João Carlos Machado (PRL), e no senado por Paulo de Moraes Barros (PC), com *status* de partido nacional.<sup>540</sup> Provavelmente, a última organização que tentara esse alcance antes do Estado Novo. Mas, assim como as demais, acabaria não obtendo sucesso como força contraposta à centralização política. Enquanto Flores da Cunha articulava essa agremiação em nível nacional, e parecia ganhar uma *sobrevida*, o bloco *antiflorista* também se organizava para as eleições presidenciais.

E, nesse sentido, surgiram divergências entre os *frenteunistas* sobre uma possível Chapa Única com a Dissidência Liberal para a eleição de José Américo e de deputados federais. Houve um intenso diálogo entre libertadores e republicanos, alguns achando inapropriado, por falta de confiança nos dissidentes liberais, e outros defendendo uma unidade

---

<sup>540</sup> GOMES, E. R., op. cit. Sobre o programa e composição da UDB, cf. RAMOS, op. cit., p. 185-210. Seu programa, na íntegra, também pode ser visto em ALC, 07.1937, CPDOC, LC c 1937.07.00. Críticas à adesão do *florismo* ao *armandismo*, feitas por Moyses Vellinho e Benjamin Vargas, na Assembleia Legislativa, estão transcritas em TRINDADE, op. cit., 1980a, p. 359-361.

na votação, semelhante a 1934, quando PL e PRR entraram em acordo para ter um número igual de cadeiras na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa. Naquela ocasião, alguns libertadores renunciaram a seus mandatos para que as cadeiras fossem ocupadas por republicanos.

Enquanto João Neves era um daqueles que defendiam a Chapa Única, dizendo que “a dispersão de votos seria um mal. Não sei se erro, mas sinto que essa é a solução, naturalmente com a nossa legenda e a nossa maioria”, a maior parte dos telegramas presentes no ARP/NUPERGS mostra rejeição à ideia, como ficou exposto pelas afirmações de Fernando Caldas, Raul Pilla e Lucídio Ramos, todos do PL. O primeiro, por achar constrangedora a situação. O segundo, por não confiar nos dissidentes, pelos atritos ainda existentes em alguns municípios e por crer que quem está no centro do país perde de vista o cenário regional, indicando que o bloco favorável era o dos *frenteunistas* no Rio de Janeiro. E Lucídio Ramos acreditava que os dissidentes eram ambiciosos e politicamente pequenos, além de também alegar que, em alguns municípios, as rivalidades entre os dois grupos seguiam fortes.<sup>541</sup>

Somado a essa instabilidade, em agosto, a Assembleia Legislativa passou a debater um projeto para reconstituir o Instituto da Banha e, em reuniões do bloco *antiflorista*, divergências deram lugar a boatos de rompimento entre as duas correntes, fazendo com que os dissidentes cedessem às exigências *frenteunistas*. Loureiro da Silva desmentiu a hipótese de cizânia, embora admitisse as divergências, afirmando que elas “não afetaram as relações amistosas das duas correntes políticas”, e que não houve “nenhum estremecimento, nenhuma cisão, nenhum mal entendido nessas bancadas”.<sup>542</sup>

A atitude apaziguadora dos blocos é compreensível, pois, se ocorresse a cizânia, Flores da Cunha passaria a ter maioria na Casa. Não obstante, a “costura” feita pela

---

<sup>541</sup> Fernando Caldas afirmou que, “nas eleições para deputados, vote cada partido nos seus candidatos próprios, deixando que o voto das concentrações só se manifeste no pleito propriamente presidencial”, pois para ele seriam inviáveis renúncias como em 1934, sendo “muito pior será ainda descer à distribuição tri-partita [de cadeiras] para contemplar os dissidentes liberais” e achava constrangedor misturar os nomes na mesma cédula. Pilla também era contra essa medida, pois afirmava que “não há mutia [*sic*] confiança nos dissidentes e teme-se que eles trabalhem exclusivamente *pro domo sua*”, afirmando que “perde facilmente de vista as realidades regionais, com as quais é sempre necessário contar ao pôr em equação aos problemas nacionais”, estando o Diretório do PL unânime em não incluir os dissidentes. Alegava também que seguia viva a rivalidade entre FUG e dissidentes em alguns municípios, com resistências em sustentar, até, o mesmo nome ao Catete. Lucídio Ramos era enfático quanto a essa questão, ao relatar o tema no município de Cruz Alta. Ele dizia que não havia “qualquer parcela de lealdade de nossos ‘ilustres’ aliados, que são poucos numericamente, pouquíssimos mesmo, mas, em ambição e vaidade, são incomensuráveis (os chefes)” e mencionava que “os chefes Dissidente Liberal e Republicano [de Cruz Alta] estão em franca hostilidade; dão a impressão de que ambos estão vendo qualquer coisa na treva; é obseção [*sic*] de cada um o poder público municipal” ARP, 01.07.1937, NUPERGS doc. n° 002/1312; ARP, 06.07.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1314; ARP, 12.07.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1317; ARP, 11.07.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1318.

<sup>542</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 14 e 15.08.1937.

Dissidência Liberal evitou a perda do principal controle que a oposição tinha, fato que não escondia o desgaste nas relações entre o *antiflorismo* dentro da Assembleia Legislativa. Ainda assim, a aliança contra o *florismo* resistiu. É notório que a aliança *frenteunista* com os dissidentes seguia uma linha tênue, sendo dentro da política regional mais voltada à derrubada de Flores da Cunha e, em segundo plano, na manutenção da candidatura de José Américo.

Por outro lado, essa fragilidade pode ter sido vista por Vargas. Afinal, João Neves, defensor da Chapa Única, era um dos *frenteunistas* mais próximos do Catete, e, frequentemente, levava mensagens e deliberações de Getúlio Vargas ao chefe do PL. Além disso, Getúlio Vargas havia proposto, no final de 1936, uma unificação entre as oposições *antifloristas*, defendendo a reconstituição da política regional em um único partido.<sup>543</sup>

Esse passo facilitaria os planos de Getúlio Vargas, diminuindo o número de lideranças partidárias, facilitando a articulação com o Catete e a coesão do bloco contra o governo estadual. Mas os ressentimentos ainda eram *heranças* do *pós 1932*, e da mudança repentina dos dissidentes liberais, que, em pouco tempo, passaram de aliados e cúmplices do autoritarismo *florista* a adversários implacáveis do governador. Raul Pilla, que havia sido contrário até a fusão de PL e PRR em 1935 e 1936, era claro: “há quem preconize até a formação de um partido único [com os dissidentes], coisa a que eu sou absolutamente contrário”.<sup>544</sup> Não era fácil, para Vargas, garantir o total domínio da ala *antiflorista*, especialmente da FUG. Fato que mostra, por outro lado, que a aliança com os dissidentes liberais estaria concatenada com aquilo que Duverger chamou de “simples coligações provisórias, para se beneficiarem de vantagens eleitorais, para derrubarem um governo ou, ocasionalmente, sustenta-lo”.<sup>545</sup>

Contudo, passado o fracasso da *Operação de Maio*, e da euforia que provocou a breve abertura política com a consolidação das candidaturas e suspensão do estado de guerra, Getúlio Vargas, Eurico Dutra e Góis Monteiro fariam os últimos reajustes no Exército para garantir a coesão, até então incerta, no processo que poderia levar a uma intervenção militar no Rio Grande do Sul. Além disso, Getúlio Vargas traçou ações em paralelo no campo civil para erodir ainda mais a base política de Flores da Cunha, que procurou resistir a essas investidas. A partir de agosto, seria delineada a *cartada final* para a queda do governador.

---

<sup>543</sup> ARP, 23.12.1936, NUPERGS, doc. n° 002/1257.

<sup>544</sup> ARP, 25.07.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1323.

<sup>545</sup> DUVERGER, op. cit., p. 358.

#### 4.3.4 A cartada final: o estabelecimento antecipado do Estado Novo no Rio Grande do Sul

Se, a partir de agosto, se iniciou uma nova ofensiva contra Flores da Cunha nas áreas política e militar, ao menos nesta as movimentações de Vargas foram imediatas ao *pós-Operação de Maio*, com remoções de generais contrários à medida. Junto a isso, entre julho e agosto, também houve a transferência de Lucio Esteves. Ele, além de acumular as acusações dos *antifloristas*, fazia declarações contrárias à orientação do bloco, como alegar que “o Rio Grande do Sul está em completa calma. Muito trabalho e bastante ordem”, e assegurar que “não há mais provisórios no sul”, uma informação inverídica e alarmante aos olhos do *antiflorismo*. Sua linha “*neutralista*” ficou evidente no pronunciamento de despedida da III Região Militar, quando reafirmou o desmanche dos provisórios, e que apreendeu metade dos armamentos espalhados no interior do estado quando era executor do estado de guerra, uma situação mais tranquila que em outubro de 1936, segundo ele.<sup>546</sup>

É bem verdade que houve uma diminuição significativa de informes a Getúlio Vargas sobre a organização militar *florista*. Isso indica a amenização da situação militar no estado, também pode ter sido um indício de que a desmobilização dos provisórios e da Brigada Militar tenha ficado sob responsabilidade das forças armadas federais, sobretudo pelo remanejamento dos oficiais contrários à *solução rio-grandense*, pelo Exército. Mas, não menos simbólica foi à *Operação de Maio*, pois o preparo para invadir o Rio Grande do Sul sinalizava que o governo federal estava seguro do controle militar frente às forças estaduais. Tanto que o aborto da missão não se deu por receio de uma derrota militar para as forças *floristas*, mas por ter se levantado um bloco de resistência entre parte do generalato e na Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, a defesa, por Lucio Esteves, de que a situação no Rio Grande do Sul já era calma alentava Vargas de que ele seria um entrave, pois havia um conflito de objetivos: para Lucio Esteves, a “conciliação” era suficiente para a conservação do *status quo* no estado. Mas para o Catete o objetivo já era menos militar e mais político, ou seja, a derrubada de Flores da Cunha, independente de provisórios, de apaziguamentos ou da supremacia militar federal.

Procurando certificar-se dessa superioridade, o ministro Eurico Dutra visitou *in locu*, pela primeira vez, as guarnições do Exército nos estados do sul, instruindo as tropas caso fosse necessária a mobilização militar. Ele negou, na ocasião, que tivesse o objetivo de cercar

---

<sup>546</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 28.07.1937 e 05.08.1937.

o estado gaúcho.<sup>547</sup> Era uma declaração estratégica, pois a finalidade da viagem era conhecer pessoalmente a situação da força federal, para uma segunda investida. Nesse sentido, logo em seguida, o comando da III Região Militar passou a Daltro Filho, homem da confiança de Góis Monteiro e alinhado com a ideia de uma intervenção militar. Essa troca, imediatamente, deu lugar à *polêmica dos armamentos* entre Flores da Cunha e Eurico Dutra, com este alegando que o governo estadual possuía equipamentos do Exército cedidos em momentos de insurreições armadas. E, agora, Dutra exigia a devolução, enquanto Flores da Cunha alegava sua inexistência, sugerindo a criação de um tribunal de arbitramento.

A questão deu lugar a uma polêmica pública e a acusações de Flores da Cunha contra o governo federal, já que era uma lista de armamentos avaliada em uma elevada quantia em dinheiro. A resposta de Flores da Cunha evidenciava o tom de discórdia, e jogava para o governo federal a responsabilidade do pedido, pois, formalmente, era uma requisição do Exército. Flores dizia lamentar que o caso soasse como uma rixa entre o Exército e seu governo, tachando isso como “um pretexto do governo federal para perturbar a opinião pública e ameaçar a autonomia do estado”, e que a tese de que as forças armadas reivindicavam era, segundo ele, “malévola”, atribuindo a requisição ao Catete, e apelando para a resolução do imbróglio, pois queria afastar “todos os pretextos invocados para agredir o meu estado, ocupando o seu porto de mar com navios de guerra e cercando as suas fronteiras com fortes contingentes de tropa, como se se [*sic*] tratasse de país estrangeiro e inimigo”<sup>548</sup>,

---

<sup>547</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 10.07.1937; LEITE; NOVELLI JR., op. cit. Detalhes dessa visita podem ser vistos em LEITE; NOVELLI JR., op. cit., p. 199-205.

<sup>548</sup> Segundo Flores da Cunha, “lamento que não tenha v. ex. aceito o meu alvitre de submeter o caso dos armamentos a um tribunal composto de altos magistrados civis ou militares e não somente civis como consta do seu telegrama. Lamento também que pretenda v. ex. dar ao caso o aspecto de uma contenda entre o Exército e o governo deste estado. Nunca houve e nunca poderia haver dissídio entre o glorioso Exército nacional e o Rio Grande do Sul. Na verdade, trata-se apenas de um pretexto do governo federal para perturbar a opinião pública e ameaçar a autonomia do estado. Permita v. ex. que eu pondere ser constitucionalmente indefensável a tese malévola de que foi o Exército que cedeu o armamento ao Estado e é o Exército que agora o reclama. Longe disso, quem cedeu e reclama o armamento, de acordo com os interesses políticos do momento, foi e é o governo federal e não o Exército, cujos brios não estão e nem poderiam estar em jogo nessa questão que v. ex. arbitrou em... 6.445:672\$880. [...]. Tenho nisso ainda maior interesse do que v. ex., pois desejo ver afastados todos os pretextos invocados para agredir o meu Estado, ocupando o seu porto de mar com navios de guerra e cercando as suas fronteiras com fortes contingentes de tropa, como se se [*sic*] tratasse de país estrangeiro e inimigo”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 12.08.1937. Esta citação foi uma resposta ao telegrama de Eurico Dutra, que alegou: “empenhado em responder com a mais absoluta segurança ao telegrama que vossência me enviou a cinco do corrente, procurei colher novos elementos com relação ao material bélico pertencente ao Exército. Preliminarmente cumpre-me declarar que não posso aceitar a delegação de um tribunal civil de arbitramento que vossência sugere, porque o assunto interessa diretamente ao Exército e só a este e ao governo cabe resolvê-lo. Entretanto, ponho a disposição de qualquer representante que vossência queira designar a documentação existente a respeito nesse gabinete e na diretoria do material bélico. Esta diretoria, interessada em esclarecer o assunto em seus mínimos detalhes, fará ainda todos esforços no sentido de verificar qualquer outra entrega eventual, que por ventura haja sido feita e não conste da documentação existente. Devo, ainda, esclarecer que no armamento ultimamente entregue pelo estado do Rio Grande do Sul está incluído algum não regulamentar do Exército, como 1.116 fuzis Oviedo, provavelmente proveniente da força pública do Estado de São Paulo. Quanto

situação remanescente do deslocamento de tropas na *Operação de Maio*. A solução encontrada, recusada a proposta de um tribunal arbitral, foi a nomeação de dois generais indicados por Flores da Cunha para analisar a documentação presente na Diretoria de Material Bélico. Ao mesmo tempo, o governador declarava a *O Globo* que o material já tinha sido devolvido.

De qualquer forma, o governador “engrossou o tom” contra a medida, assim como Barros Cassal, da Ação Libertadora. Ele, seguindo a lógica de alinhamento com Flores da Cunha desde que declarou apoio a Armando Salles, acusou o ministro da guerra de “ser suspeito nessa questão dos armamentos, porque s. excia. está sendo envolvido numa trama de intrigas contra o Rio Grande do Sul”, no momento em que aquela casa se dividia entre aqueles que denunciavam o objetivo de intervir no Rio Grande do Sul e aqueles que defendiam o governo federal, afirmando que isso não passava de uma invencionice, e acusavam Flores da Cunha de conspirador. Lembrando que já havia o precedente de São Paulo, que teve armamentos estaduais confiscados em junho.<sup>549</sup>

Por isso, não parece verdade que, a partir de agosto, “havia uma espécie de trégua com o Governo do Estado”<sup>550</sup>, como alegou Góis Monteiro, em suas *memórias*. E, enquanto essa polêmica ia se desdobrando em uma disputa de versões, Daltro Filho iniciava a observância dos grupos armados no Rio Grande do Sul. Dizia que, desde sua chegada à III Região Militar, os provisórios de Flores da Cunha estavam estacionados, além de ter uma relação listada e fotografada com 17 turmas de reparação de estradas que eram apontadas como grupos armados disfarçados e custeados pela Brigada Militar.

Segundo ele, Flores da Cunha tinha ligações com São Paulo, para resistir, caso estourasse o conflito, cujo comando seria confiado a Valdomiro Lima, o mesmo que havia rompido com Góis Monteiro. Alertava Daltro que, em sua chegada a Porto Alegre, lhe foi dito por um representante que Flores da Cunha “reagirá contra qualquer atentado [à] autonomia do estado”. Por isso, e pela *polêmica dos armamentos* ter aumentado o clima de desconfianças, Dutra aconselhou Daltro Filho a reforçar as guarnições no estado, sobretudo em Porto Alegre,

---

a importância total a que se monta o material ainda não restituída ao Exército atinge a soma de 6.445:672\$880. Cumpre-me declarar a vossência que o Exército querendo reaver o material que lhe pertence, outrora cedido ao governo desse Estado por imperativo de ordem pública, está fazendo uso de legítimo direito, por isso espera que vossência reconheça a necessidade e o interesse de liquidar uma questão, que se venha prolongando indefinidamente”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 10.08.1937. A lista incluía a devolução de 82 metralhadoras pesadas *Hotchkis*, 21 fuzis-metralhadoras *Hodsem*; 126 fuzis-metralhadoras *Hotchkis*; 11.523 fuzis *Mausser*; 3.004 mosquetões *Mausser*; 13.760 sabres; 2.323 espadas para praças e 519 lanças *Earhardt*. SILVA, H., op. cit., p. 368-369.

<sup>549</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 06 e 10.08.1937; LOVE, op. cit., 1992.

<sup>550</sup> COUTINHO, op. cit., p. 297.

enquanto ele destacaria reforços na fronteira com Santa Catarina, em direção a Torres, devido aos “acontecimentos políticos [que] aí vão se desenrolando”, que poderiam “acarretar a interferência forçada [do] Exército”.<sup>551</sup>

#### 4.3.4.1 Um motivo legal para a intervenção federal: articulações pelo *impeachment* de Flores da Cunha

Não há referência a qual seria o “acontecimento político” mencionado acima, mas é provável que se refira à movimentação de bastidores para um projeto de *impeachment* de Flores da Cunha. Tudo indica que a articulação desse processo começou em agosto, e era fundamental para o bloco *antiflorista* manter a maioria na Assembleia Legislativa. É válido destacar que havia um apelo grande para que a intervenção tivesse amparo constitucional, ao menos entre parte da FUG. Como vimos anteriormente, os dissidentes liberais já não estavam tão apegados a essa questão como aparentavam em outros tempos.

João Neves falava da necessidade de se examinar o “motivo constitucional da intervenção”, a pedido de Getúlio Vargas, ponderando “a possibilidade legal de pedir a maioria da Assembleia a medida, coisa firme e mandem pra cá. Ele examinará o caso e verificará sua exequibilidade para agir na hipótese positiva”.<sup>552</sup> Nesse sentido, podemos notar que a aceitação de Vargas da medida era visando conservar o apoio da FUG. Claro também que, para isso, ocorreram várias conversas, até se definir o caminho a ser adotado, já que a troca epistolar evidenciava incertezas sob qual argumento poderia proceder a esse pedido satisfatoriamente.

Afinal, o próprio João Neves daria a ideia de que a Assembleia pedisse a intervenção, alegando falta de garantias para o funcionamento do Legislativo estadual. Essa questão, para ele, evitava a mediação da Câmara dos Deputados, impedindo “delongas inevitáveis” e “agitações desnecessárias”. Confessava João Neves que era um pedido controvertido e duvidoso, pois a Casa era resguardada pela Brigada Militar. Por isso, se apegava no seguinte argumento: “poderá ela sentir-se garantida pelo simples fato de funcionar guardada por força da B. Militar? Penso que não, dado que esta força está sujeita ao executivo do estado, que é

<sup>551</sup> AGV, 19.08.1937, CPDOC, GV c 1937.08.19; AGV, 28.08.1937, CPDOC, GV c 1937.08.28.

<sup>552</sup> ARP, 17.07.1937, NUPERGS, doc. nº 002/1321. Em outro telegrama, Lusardo era quem ressaltava a necessidade de se estudar uma via constitucional para a intervenção, pois Vargas estava determinado a “dar solução ao caso gaúcho”, e que ele havia enveredado “pela trilha constitucional, isto é, apoiar-se na lei para intervir”. ARP, 20.07.1937, NUPERGS, doc. nº 002/1322.

um dos poderes em litígio”. Nesse sentido, sendo um *impeachment* ou outro argumento que balizasse a intervenção federal, nos parece que era uma questão minoritária. Aquilo que importava para as oposições era se isso dava o aval para justificar a medida dentro da lei, evitando novas dispersões no bloco *antiflorista*. Por isso, a alegação de uma *solução legal* vai estar presente, tendo apoio de Góis Monteiro. Para ele, dentro dos itens constitucionais, “se afasta o fator emocional tão explorado pelo *florismo*”.<sup>553</sup>

Por outro lado, podemos perceber que, desde a retirada do estado de guerra de Flores da Cunha, o *antiflorismo* parece ter-se encorajado em favor da intervenção federal. Se antes havia muitos receios com possíveis retaliações *floristas*, agora notamos que a FUG pareceu entusiasmada, sem temer represálias. Isto é, acreditando ter acuado Flores da Cunha. Dois telegramas indicam isso. Em um deles, era relatado que João Carlos Machado estava “apavorado. Confessou a um íntimo que Flores está perdido. Disse que um levante hoje no Rio Grande o poria em terra”. Em outro, comentava que o líder do PRL na Câmara Federal estava “alarmado” e “dando a sua voz aquela tonalidade chorosa, que lhe é hábito (nas ocasiões solenes)”<sup>554</sup>, sendo outro indício da superioridade *varguista* e do controle do Catete frente às medidas *floristas*, uma conjuntura bem distinta dos últimos meses de 1936 e início de 1937, quando pairavam dúvidas e receios entre *frenteunistas* e dissidentes liberais. Além disso, deve-se levar em conta que, apesar dos receios, sobretudo no final de 1936, é verdade que passara praticamente um ano, e não houve registros de que o aparato militar *florista* tenha atacado algum deputado ou membro opositorista – ficando no campo da ameaça, do boato e do medo.

É nessa conjuntura que vai surgir à ideia do *impeachment*. Dissidentes e *frenteunistas*, inicialmente, formaram grupos para analisar as contas do governo Flores da Cunha, para iniciar ataques à administração, e, segundo Maurício Cardoso, responsabilizar o governador e seu secretariado. Mesmo que Cardoso reconhecesse a dificuldade de se efetuar o *impeachment*, acreditava que o processo deixaria “a opinião pública [...] plenamente orientada”, advindo “incontestáveis vantagens no terreno eleitoral para a próxima campanha”. Ele entendia que “o *impeachment* será o primeiro passo para o problema da intervenção, que, então, poderá ser posto e resolvido no campo estritamente constitucional”, contando com o apoio de Daltro Filho como um elemento decisivo. Isso porque Cardoso acusava Lucio Esteves de ser condescendente com Flores da Cunha e sabotar a frente *antiflorista*,

---

<sup>553</sup> ARP, 01.08.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1328; ARP, 04.08.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1330.

<sup>554</sup> ARP, 04.08.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1330; ARP, 07.1937, NUPERGS, doc. n° 002/1326.

enfraquecendo a ação política da maioria legislativa, e “negar a existência, no Rio Grande, de provisórios!”<sup>555</sup>, dizia.

Contudo, esse plano “vazou” para a imprensa. O *Correio do Povo* noticiou ter descoberto uma denúncia de Maurício Cardoso contra Flores da Cunha, com 152 itens. Entre outros pontos, constava a acusação de que o governador atentou contra a constituição e as leis; contra o livre exercício dos direitos políticos; cometeu improbidade administrativa; atentou contra a guarda e o emprego de dinheiro público; violou as leis orçamentárias, e não cumpriu determinações judiciais, tendo que se afastar para apresentar sua defesa. Essa acusação se estenderia ao seu secretariado, por não comparecer ao Legislativo e não dar justificativas, como previa a constituição, e por crime de responsabilidade, fato que impediria o Secretário do Interior a assumir interinamente, levando o presidente da Assembleia Legislativa a ocupar o executivo estadual. Segundo o jornal, ele pediria a intervenção federal imediata, alegando acefalia governamental<sup>556</sup>, enquanto se iniciou um debate para esclarecer a legalidade do ato. Isso já que não havia, na Constituição Estadual, a regulamentação de um *impeachment*, processo que seria inédito na história do Rio Grande do Sul republicano.

Flores da Cunha agiu. Antes de um processo desse teor circular na Assembleia Legislativa, o deputado classista Alexandre Rosa renunciou ao cargo. Ele, que estava com o bloco *antiflorista* na casa, cedeu lugar a um suplente ligado ao *florismo*, Moacyr Godói Ilha. Isso, temporariamente, deixou oposição e governo em situação equivalente, pois o novo parlamentar não assumiu logo por estar enfermo.<sup>557</sup> Todavia, logo devolveria a maioria numérica ao governo estadual, inviabilizando a aprovação de projetos hostis ao governo, como um *impeachment*, e de rejeitar os vetos do executivo estadual. Esse fato foi encarado pela ala *antiflorista* como fruto de um suborno de Flores da Cunha ao deputado renunciante.

E as preocupações chegaram a Getúlio Vargas. Em seu *Diário*, ele anotou: “isso acarretaria profunda modificação política, pois o Flores voltaria a ter maioria na referida Assembleia. Providenciei para que seguisse para lá, de avião, no próximo domingo, seu amigo dr. Miguel [Tostes], a ver se o demove dessa atitude”, afirmando que “há suspeitas de um caso de suborno”. Além dele, o *Correio do Povo* flagrou membros da oposição tentando convencer Rosa a rever sua decisão, sem sucesso. Logo em seguida, deputados opositores renunciaram a seus cargos na Mesa Diretora da casa.<sup>558</sup>

<sup>555</sup> AGV, 08.1937, CPDOC, GV c 1937.08.00.

<sup>556</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 24 e 27.08.1937.

<sup>557</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 05.09.1937.

<sup>558</sup> VARGAS, op. cit., v. II, p. 67; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 02 e 10.09.1937.

Efetivamente, não é infundada a hipótese de suborno. Além de Benjamin Vargas achar difícil reconquistar a maioria na Assembleia Legislativa por Flores da Cunha estar “distribuindo dinheiro a rodo e cuidando [de] seus deputados”, deve-se levar em conta que o governador sabia dos planos para colocar um *impeachment* em votação. Isso ficou explícito na edição de 3 de setembro de *A Federação*, que comentava sobre a recuperação da maioria no Legislativo pelo governo e a inviabilidade desse projeto ser apresentado. Já o então deputado classista Carlos Santos admitiu, anos depois, que “foi tremenda a caça a este último voto que faltava, meus amigos e irmãos!”. Como ficou ao lado de Flores da Cunha, Carlos Santos disse que sofreu intimidações e tentativas de suborno vindas do bloco *pró-Vargas*. Havendo ameaças de, até, sequestro e assassinato, caso não mudasse de posicionamento, ganhando segurança particular designado por Flores da Cunha.<sup>559</sup>

Realmente, o fato de Flores da Cunha reverter a situação na Assembleia Legislativa foi um “puxão de tapete” em Getúlio Vargas e aliados, naquilo que tange às articulações políticas. Tanto que o projeto nunca foi apresentado no parlamento estadual. O que, por consequência, nunca foi votado, morrendo nos bastidores. Destacamos isso, mesmo que em prejuízo de nossa narrativa, pois a historiografia, de modo geral, ou deu esse processo como ocorrido, ou deu a entender que ele ocorreu. Alguns trabalhos, como o de Derocina Sosa, afirmaram que Flores da Cunha coagiu Alexandre Rosa, “e o deputado oposicionista votou contra o *impeachment*”, que é falso, pois não pode ter votado em um projeto que não existiu e não foi levado à votação. Esse trecho acabou sendo citado por outros trabalhos, como de Adriana Bellintani. Algo semelhante aconteceu com Joseph Love, que afirmou ter “uma moção *apresentada* no Legislativo Estadual, de impugnação contra Flores, fracassou por somente um voto de diferença”, e com Robert Levine, “a Frente Unida [*sic*] Gaúcha, grupo oposicionista do Estado, por pouco não conseguiu aprovar o *impeachment* do governador: perdeu por um voto”.<sup>560</sup> Nem Sosa, nem Love disseram de onde retiraram a fonte para essa afirmação.

---

<sup>559</sup> AGV, 03.09.1937, CPDOC, GV c 1937.09.01; *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 03.09. 1937; SANTOS, op. cit., p. 653; e Carlos Santos para Hélió Trindade, 1979. Não deve ser diminuída a importância de Carlos Santos no apoio ao *florismo*. Tanto que Coelho de Souza, em telegrama a Loureiro da Silva, mostrava preocupações com a atuação do deputado e sua influência nos meios proletários, dizendo que ele atuava para colocar a classe contra os *antifloristas*, avaliando que esse caso era “muito sério para nós”. Cf. AGV, 13.09.1937, CPDOC, GV c 1937.09.01.

<sup>560</sup> Ver as passagens referidas em: SOSA, op. cit., p. 96-97; BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002, p. 59; LOVE, op. cit., 1975, p. 272, grifo nosso; LEVINE, op. cit., 1980, p. 225. Este diz ter-se baseado no livro *Vargas of Brazil*, de John Dulles, ao qual não conseguimos consultar.

Até na internet vemos que continua sendo reproduzida essa versão. O *blog* de Gunter Axt menciona, em duas postagens, que Flores da Cunha sofreu o primeiro processo de *impeachment* da história do Rio Grande do Sul, reafirmando o mesmo em entrevista.<sup>561</sup> Baseado na informação fornecida pela historiografia, e certos de que houve um processo de impedimento contra o governador, dedicamos alguns dias procurando evidências desse projeto no parlamento. Isso até perceber que, na verdade, ele nunca existiu, pelo silêncio da imprensa, pela ausência de menções nos arquivos privados, exceto a articulação de bastidores em torno dele, e consultando *in locu* os anais da Assembleia Legislativa, entre agosto e setembro. Mas foi, e segue sendo reproduzido pela historiografia e pela bibliografia pertinente a existência do processo que nunca existiu.

4.3.4.2 O *florismo* agoniza: perda do controle no legislativo pelo *antiflorismo*, organizações políticas e militares dentro e fora do Rio Grande do Sul e a busca por uma rearticulação entre Flores da Cunha e oposição

De todo modo, além de inviabilizar o *impeachment*, a reconquista do Legislativo pelo governo estadual criou uma situação não menos curiosa. Isso porque, se a bancada situacionista se aproveitava da leve vantagem que o bloco oposicionista tinha, e obstruía o quórum, agora seria a vez de a bancada *florista* protestar contra os deputados da oposição, que usariam da mesma estratégia para obstruir as votações do executivo estadual, abandonando o recinto, no momento das votações.

Mas a bancada *antiflorista* procurou recuperar o controle do Legislativo, e, possivelmente ligado à desesperança em conquistar um deputado *florista*, foi pedida a cassação, no TRE, pelos dissidentes Cylon Rosa e Coelho de Souza, do deputado classista José Bertaso. Ela foi feita sob alegação que ele não era brasileiro, não podendo ocupar o posto.<sup>562</sup>

---

<sup>561</sup> AXT, Gunter. *O primeiro processo de impeachment no RS*. Porto Alegre, 28 out. 2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/pedepagina/2009/10/28/o-primeiro-processo-de-impeachment-no-rs/?topo=13,1,1,,13>>, acesso em: 23 dez. 2015; AXT, Gunter. *Busto de Flores da Cunha no Piratini*. Porto Alegre, 30 nov. 2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/pedepagina/2009/11/30/busto-de-flores-da-cunha-no-piratini/?topo=13,1,1,,13>>, acesso em: 23 dez. 2015; WOLFART, Graziela. *Flores da Cunha: um compromisso com a democracia liberal*. Porto Alegre, 10 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2724&secao=303](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2724&secao=303)>, acesso em: 23 dez. 2015. A bem da verdade, os trabalhos que encontramos que não afirmam que o processo foi adiante (embora também não digam que *não foi*) são os de GERTZ, op. cit., 2005, p. 17; e CORTÉS, op. cit., p. 140.

<sup>562</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 10.09.1937.

Na verdade, nós não procuramos detalhes sobre a atuação desse parlamentar, para saber se ele era um classista *pró-Flores da Cunha*, como a maioria desses representantes eram. Mas pelo fato de o bloco *antiflorista* pedir sua cassação, não apenas indica que Bertaso era “*florista*”, ou, na pior das hipóteses, um deputado “independente”, mas que seu suplente, que não conseguimos identificar, tinha, possivelmente, ligações com a FUG e a Dissidência Liberal. Convertendo essa vaga para um deputado alinhado ao *antiflorismo*, redundaria para a oposição controlar a Assembleia Legislativa por um voto, novamente.

A perda dessa maioria inquietou, também, Raul Pilla. Mas, sobretudo, pela atuação da bancada dissidente. Para João Neves e Batista Lusardo, líderes *frenteunistas* no Rio de Janeiro, Pilla reafirmava que, no caso rio-grandense, ele trabalharia para impedir qualquer medida fora do terreno constitucional. Mostrando sua insatisfação com o rumo político que estava sendo tomado desde a perda da maioria na Assembleia Legislativa, e concatenando com a conjuntura política nacional, alegava que uma medida constitucional ainda era possível, “se a oposição tivesse firmeza e capacidade. É o que está faltando à Dissidência, que só crê e só espera na intervenção do Getúlio”, afirmando que ainda poderia “obrigar o Flores à retirada, se tivéssemos eficiência. Mas estamos hipnotizados pela intervenção. Sou, pois, absolutamente contrário à intervenção, tal como se pretende fazer”, e que essa medida seria “o caminho aberto ao golpe de estado no Brasil. Creio que os sinais já são suficientemente inquietantes, para que eu deva dar-me ao trabalho de demonstrar essa tese”.<sup>563</sup>

Além de atacar os dissidentes, Pilla disparou contra os *frenteunistas*. Relatando uma reunião que teve com Loureiro da Silva, Firmino Paim Filho e Maurício Cardoso, disse, com surpresa, que o segundo era favorável à reeleição de Getúlio Vargas. Já ao terceiro, referiu-se textualmente: “Maurício, que é o cidadão mais desconcertante que conheço, declarou que, a troco da saída do Flores, concordaria até com que Getúlio fosse imperador e o Beijo seu sucessor. Dos quatro, o único que protestou contra a hipótese, fui eu”, ressaltando: “vossês [*sic*] me conhecem suficientemente, para saber que eu não concordaria com a barbaridade que se projeta”.<sup>564</sup> Ou seja, na medida em que a intervenção passou a ganhar mais fôlego, Raul Pilla, que era deputado estadual, passou a criticar a medida, embora sua posição não resultasse em apoiar Flores da Cunha, e se lançar contra a FUG. Por outro lado, podemos depreender pela fala de Pilla que a intervenção federal passou a ter mais força depois que uma solução constitucional pela via legislativa se tornou inviável, pela renúncia de Rosa.

---

<sup>563</sup> ARP, 26.09.1937, NUPERGS, doc. nº 002/1339.

<sup>564</sup> Idem.

Por todas essas dificuldades envolvendo o Legislativo estadual, discordamos de Maria Izabel Noll, quando ela afirma que “a própria oposição, maioria dentro da Assembleia Legislativa, parece desacreditar na sua potencialidade como poder constitucionalmente instituído, apelando para a solução exógena – a intervenção federal”.<sup>565</sup> O fato da oposição *supostamente* não acreditar em sua força política deve ser balanceada com a complexidade do caso. Além de a frente *antiflorista* atuar de acordo com as instruções de Getúlio Vargas no combate ao governador, a maioria obtida pelo bloco foi uma linha tênue, como a renúncia de Alexandre Rosa mostrou, justamente no momento em que se planejava um *impeachment* pela via “endógena”. Além disso, considerando o forte aparato militar *florista*, usado fartamente contra a oposição em 1932-1935 e aperfeiçoado desde outubro de 1936, mesmo sem registros de retaliações armadas contra dissidentes e *frenteunistas* nesse último período, era natural o receio com possíveis revides. Esse medo era comungado, em determinados momentos, pelo próprio Getúlio Vargas e o comando da III Região Militar.

Apesar de assegurar essa leve vantagem, Flores da Cunha não teria parado de manter articulações. É isso que se pode depreender de um telegrama de João Neves, em que dizia ter conseguido cópias de comunicações de rádio de Flores e Lindolfo Collor com Júlio de Mesquita e Euclides Figueiredo. Segundo Neves, eles conspiravam, e mantinham ligações com integralistas. O deputado republicano dizia ter conseguido as ondas das estações de rádio “para continuar a escuta”, e dado cópias a Getúlio Vargas. Procuramos esse material e encontramos anotações a lápis que coincidem com aquilo que disse João Neves. Elas mencionam que o general [Flores da Cunha?] afirmara que Rio Grande do Sul e São Paulo estavam unidos, e pedira a ida ao sul de Figueiredo em uma comitiva para “não causar motivos exploração”, ou outra pessoa para “resolver sobre assunto de sua alçada”. Além disso, pedia ajuda financeira para “o *castilhistas* [Lindolfo Collor?] [...] esses amigos que tudo merecem não só pela força que representam como pela dedicação”. Ao que parece ser uma resposta, era confirmada a ajuda financeira aos *castilhistas*, e que Figueiredo não estava em São Paulo. Em outra página, intitulada “Conferência entre Porto Alegre e S. Paulo”, uma mensagem, que parece ser de Flores da Cunha – pelo termo “*oxalá*”, corrente em suas cartas, e por demonstrar preocupações com o Legislativo estadual –, dizia: “solidariedade Plínio [Salgado?], Gustavo [Barroso?], Madeira [de Freitas?] não devem a meu ver ser dada

---

<sup>565</sup> NOLL, op. cit., p. 209.

publicidade para evitar ação compensativa nossos adversários que certamente não contam com esse valioso coeficiente ao nosso lado”.<sup>566</sup>

Nesse sentido, podemos depreender que Flores da Cunha mantinha ligações com São Paulo, tinha em Lindolfo Collor seu homem de confiança, e cultivou contatos com o integralismo. Apesar de poucas fontes para esse último, além de Neves atestar isso, notamos que, apesar de mencionar só o primeiro nome, eles fecham exatamente com algumas das principais figuras da AIB. Isto é, Plínio *Salgado*, Gustavo *Barroso* e Madeira *de Freitas*, um indício significativo que corrobora a assertiva de João Neves.

Entretanto, é importante destacar que uma análise a partir da documentação integralista – que, pelos limites deste trabalho, não foi possível aqui –, poderá explicitar essa relação dos *udebistas* com os membros da AIB, pelas poucas fontes que encontramos a respeito. Até mesmo, para conhecer quais eram os objetivos dessa aproximação, uma questão que ficou sem resposta em nossa pesquisa. Seria para uma conspiração armada? Seria para apoiar a candidatura *armandista*? Todavia, deve-se ressaltar que essas articulações, mesmo secretas, eram vigiadas, e de pronto conhecimento do Catete.

Enquanto Flores expandia contatos desse tipo, ele teria buscado um novo acordo com a Dissidência Liberal. Argemiro Dornelles, *florista*, iniciou entendimentos, e até se reuniu com Getúlio Vargas. Poucas fontes temos a respeito, e, infelizmente, os dados que coletamos foram, em sua maioria, extraídos do *Correio do Povo*.

Este jornal, sobre isso, publicou especulações e boatos, impossibilitando afirmações mais conclusivas sobre como sucederam essas conversas. Mas, segundo este periódico, Darcy Azambuja iniciou tratativas com os dissidentes, reunindo-se com Loureiro da Silva, e oferecendo ao grupo entre uma e duas secretarias, em troca de apoio, à semelhança do *modus vivendi*. Ainda, Dornelles teria proposto a Benjamin Vargas, segundo entrevista deste, o apoio de Flores da Cunha a Getúlio Vargas para sucedê-lo no comando do governo do estado do Rio Grande do Sul, quando aquele deixasse o posto. Contudo, a contrapartida exigida pelos dissidentes era a renúncia de Flores da Cunha, e sua substituição por um nome de consenso com a FUG. Em nível federal, Dornelles declarou ter proposto o apoio do bloco *udebista* ao governo federal, nas medidas administrativas e políticas para a defesa do regime, além de acordar uma moderação nos ataques da campanha presidencial. Em troca, o governo federal desfaria o cerco militar estabelecido nas fronteiras do Rio Grande do Sul com o resto do país. Dornelles, por outro lado, alegou que tomou essa atitude por conta própria, e que não

---

<sup>566</sup> ARP, s. d., NUPERGS, [s. n./cópia]; AGV, 21.09.1937, CPDOC, GV c 1937.09.01.

oferecera o apoio de Flores da Cunha para Getúlio Vargas sucedê-lo no governo do estado.<sup>567</sup> Acabou havendo, assim, um “conflito de versões”.

A respeito dos encontros de Argemiro Dornelles com Getúlio Vargas, no seu *Diário* há somente uma breve passagem, dizendo ter contado sobre a proposta a alguns governadores, e que havia declinado. Não deu detalhes a respeito, indicando ter dado pouca importância para a ideia. Ainda assim, confirma que a proposta de pacificação não se resumiu a boatos e inverdades de jornais, como afirmou um editorial de *A Federação*, que atacava as publicações jornalísticas que atribuíam a Flores da Cunha uma iniciativa de entendimento. No entanto, esse jornal nunca rechaçou a hipótese, nessa e nas edições seguintes, de esse acordo ser levado adiante. A proposta efetivamente existiu, e chegou até o Catete, embora não possamos colher detalhes sobre aquilo que, efetivamente, chegou à mesa de Getúlio Vargas. Contudo, outra pista, vinda do *Diário* de Eurico Dutra, faz referência a uma conversa que teve com Dornelles. Nele, é mencionado que Argemiro Dornelles proporia a Getúlio Vargas a senatoria pelo Rio Grande do Sul e a chefia do PRL, pela retirada das forças militares federais que cercavam o estado, e garantir que as eleições de 1938 ocorreriam. Segundo Dutra, Vargas dera pouca importância<sup>568</sup>, que nos parece verdadeiro.

De todo modo, ainda que Dornelles alegasse em entrevistas que sua atitude conciliatória não tinha o dedo de Flores da Cunha, parece que essa afirmativa era um despiste. Ou, se não havia, ao menos os periódicos indicam pronta aceitação para negociar por parte dos *floristas*, não apenas por Dornelles ser um, mas também por Darcy Azambuja participar de reuniões com a Dissidência Liberal. Até porque, era ele homem de confiança de Flores da Cunha, pois foi o chefe do secretariado no *modus vivendi*, e ocupava a pasta do interior. Naquela época, uma espécie de vice-governador, pois comandava o estado na ausência do titular. Acreditamos que as conversações procuravam aproveitar o momento em que Flores da Cunha recuperava o Legislativo, ou seja, em que a oposição tinha perdido o controle de sua principal via de combate para iniciar um cessar-fogo com o Catete e aliados.

Até porque, Flores da Cunha seguia com o norte gaúcho entrincheirado por forças federais, e nenhum apoio situacionista dos outros estados, exceto São Paulo, mas que o novo governador já começava a se reaproximar de Vargas. Além disso, as rearticulações no comando militar estavam praticamente consolidadas no alinhamento com as instruções para convergir sobre o Rio Grande do Sul, se fosse necessário. Nesse sentido, estava montado já o

---

<sup>567</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 21, 22, 24 e 29.09.1937.

<sup>568</sup> VARGAS, op. cit., v. II, p. 70; *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 24.09.1937; LEITE; NOVELLI JR., op. cit., p. 228.

quebra-cabeça que formaria a transição daquilo que José Murilo de Carvalho chamou de *fase de namoro* para *fase de lua de mel*, entre Vargas e as forças armadas<sup>569</sup>, garantindo sua lealdade ao governo federal, agora, de modo quase irrestrito, ao menos no alto comando.

Por outro lado, Getúlio Vargas, além de se apoiar na FUG e na Dissidência Liberal, tentou a saída de Flores da Cunha por outros dois meios: incentivando José Américo de Almeida a convencer o governador gaúcho a renunciar ao cargo; e armar grupos civis que apoiavam o governo federal, para iniciar um conflito e obter um motivo constitucional para a intervenção. É bem verdade que Getúlio Vargas parecia não acreditar no sucesso dos trabalhos de José Américo. Em duas passagens de seu *Diário*, Vargas alude a isso. Entre 4 e 5 de agosto, antes de surgir a proposta de Argemiro Dornelles, Vargas mencionou um encontro com José Américo. Nele, ambos debateram a hipótese de se tentar a renúncia de Flores da Cunha de forma negociada, por iniciativa do presidenciável. Getúlio Vargas concordou, contando que seu nome não aparecesse nesse assunto. Também na passagem do dia 19, mencionou que José Américo se mostrou novamente interessado no tema.<sup>570</sup>

Todavia, são essas as únicas passagens a respeito dessa missão, não havendo menções nos demais arquivos e na imprensa, fato que indica não ter sido uma proposta forte. Até porque Getúlio Vargas não veria com bons olhos uma renúncia de Flores da Cunha negociada por José Américo, após dois anos de desentendimentos com o governador do Rio Grande do Sul. Ainda mais justamente no momento em que procurava derrubar a campanha presidencial.

O outro plano parecia ter maior adesão de Vargas. Consistia no seguinte: Valzumiro Dutra levantaria uma rebelião armada, Flores da Cunha reagiria, o parlamento estadual pediria intervenção, e o executivo federal concederia. Vargas imaginava ter o apoio do governador *barriga-verde* Nereu Ramos, que receberia armamentos do Exército, e o repassaria a Valzumiro Dutra e a Paim Filho. Apesar do entusiasmo de Getúlio Vargas, Eurico Dutra, em suas anotações pessoais, disse: “não sou partidário de uma intervenção no sul, presentemente. Não encontro motivo que a justifique”. Depois, Eurico Dutra teria sido procurado por Nereu Ramos, que disse a ele não desejar receber o armamento que Vargas queria lhe enviar. Além dele, Góis Monteiro teria sido contrário ao plano, que envolvia ainda a organização de provisórios *antifloristas* em Santa Catarina, e por Benjamin Vargas, em São Borja. Ele também teria recusado um plano de Maurício Cardoso, baseado em refugiar os deputados

---

<sup>569</sup> CARVALHO, op. cit.

<sup>570</sup> VARGAS, op. cit., v. II.

estaduais *antifloristas* no QG do Exército. Alegando coação para a atividade parlamentar, pediriam a intervenção federal, também com a anuência de Vargas.<sup>571</sup>

Assim, podemos depreender que a tentativa de provocar uma rebelião armada no Rio Grande do Sul e justificar a intervenção federal tinha o apoio de Getúlio Vargas, mas o projeto tanto vindo de Santa Catarina quanto o de Maurício Cardoso, não foi levado adiante por faltar-lhe apoio entre as principais figuras envolvidas, Eurico Dutra, Góis Monteiro e Nereu Ramos. E, provavelmente em função desse malogro, Getúlio Vargas aconselhou o bloco *antiflorista* a manter-se unido na Assembleia Legislativa, para preparar a intervenção constitucional. “Não fiquem [à] espera [de um] movimento subversivo geral, muito mais difícil”, dizia. “Mesmo subversão local conhecem dificuldades e até agora não vieram respostas satisfatórias”, afirmando ser necessário “agir dentro [da] realidade tangível, não se prendam a fantasias, nem fiquem à espera de milagres. Estado [de] Guerra apenas facilitará [a] execução [das] medidas [que a] Assembleia promover”.<sup>572</sup>

Ao menos, notamos que, desde setembro, o *Correio do Povo* passou a ter diversos “*a pedidos*”, publicados pela Dissidência Liberal, atacando o governador do estado, e, em outubro, os dissidentes passaram a atacar Flores da Cunha, na tribuna do Legislativo, e se retirando no momento das votações do Executivo estadual, deixando-o sem quórum. Como exemplo dessas acusações ao *florismo*, algumas davam conta de agressões a *frenteunistas* e dissidentes, em propaganda eleitoral, com ameaças de morte; de que o governador dava asilo a comunistas; provocava divisão nas forças armadas; financiava grupos irregulares com dinheiro público não declarado; de praticar suborno; de monitorar conversas telefônicas e telegráficas; de cobrar propina em favor do *Jornal da Manhã*, ligado a Flores da Cunha, para uma empresa seguir explorando uma estrada de ferro estadual; e apontando irregularidades nas contas do governo enviadas ao Legislativo, votando pela sua reprovação na comissão de orçamento, apesar de esta dar parecer em favor.<sup>573</sup>

Além dos ataques pela imprensa e pelo Legislativo, o Palácio do Catete desferiu diversos golpes estratégicos no *florismo*, no campo militar. Pois, além de criar dissensões na Brigada Militar, o alto comando do Exército se aproveitou da Semana da Pátria e mobilizou contingentes militares para o Rio Grande do Sul que não retornaram depois das festividades, o

---

<sup>571</sup> LEITE; NOVELLI JR., op. cit., p. 208; 209; 221; COUTINHO, op. cit.

<sup>572</sup> AGV, 01.10.1937, CPDOC, GV c 37.10.01/1.

<sup>573</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 07, 12, 13 e 16.10.1937.

que, para René Gertz, foi um “ato contra o qual Flores pouco podia fazer”<sup>574</sup>, utilizando-se de uma data comemorativa para que não houvesse repercussão sobre a mobilização de tropas.

Além disso, ainda em setembro ocorreram, antecipadamente, homenagens nacionais às vítimas do levante de 1935. Poucos dias depois, veio a público o *Plano Cohen*, que embasou o pedido de um novo estado de guerra, tudo isso no mês em que Armando Salles fazia campanha no Rio Grande do Sul, e José Américo desagradava seus apoiadores por seu radicalismo, dando lugar a boatos de um novo nome, de consenso, em substituição aos dois principais candidatos. “Voltamos à fórmula inicial da FUG – candidatura única”, dizia, na época, João Neves. Nesse ínterim, novos boatos surgiam para a prorrogação, via Legislativo, do mandato de Vargas. Contudo, mesmo que os parlamentares *udebistas* votassem contra a implantação do regime de exceção e bombardeassem o Congresso, indagando a consistência das “atividades subversivas”, o estado de guerra fora aprovado.<sup>575</sup>

Somado a esse bombardeio, para agravar a situação no Rio Grande do Sul, cerca de quatro dias após a divulgação do *Plano Cohen* e três dias da aprovação do estado de guerra, foi realizada uma emboscada, pelo comando da III Região Militar, para prender André Trifino Correia, em Porto Alegre. Ele era um fugitivo que havia sido condenado a três anos de prisão pelo levante de 1935. Ainda por cima, teriam sido encontradas com ele cópias de um diálogo entre Cordeiro de Farias e o comandante do 8º Batalhão de São Leopoldo, o que foi imediatamente ligado, pela oposição, a “interceptação” *florista* nas comunicações telefônicas.<sup>576</sup>

É possível que essa prisão tenha sido esperada para ocorrer em momento propício, ou seja, tão próxima do estado de guerra e do *Plano Cohen* para “alarmar” os meios militares e civis para a “infiltração comunista” no Rio Grande do Sul. Para, assim, associar o governo estadual ao membro da ANL, e deixando a entender que, se Trifino Correia estava no Rio Grande do Sul, outros comunistas também poderiam estar. Até porque, não se pode perder de vista que a presença dele era sabida pela III Região Militar, pelo menos, desde abril de 1937. Benjamin Vargas, por exemplo, em telegrama de maio, citara até as localidades que ele frequentava.<sup>577</sup> Por isso, a hipótese de protelação para um momento considerado “adequado” parece lógica.

---

<sup>574</sup> GERTZ, op. cit., 2005, p. 17.

<sup>575</sup> CAMARGO et al., op. cit., p. 188.

<sup>576</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 05 e 16.10.1937.

<sup>577</sup> AGV, 24.05.1937, CPDOC, GV c 1937.05.01. “Trifino Correia se acha aqui escondido casa major Pacífico de Barros comandante guarda civil, que o conduz todas as noites Palácio Governo a fim se entender Flores”.

Desta forma, desmoralizando o governo estadual com essa prisão, a III Região Militar enfraquecia as críticas ao estado de guerra, presentes no meio político *florista* desde sua decretação. Elas não partiram somente do voto contrário à medida, mas também de publicações no jornal *A Federação*, que acusava o *Plano Cohen* de ser “imaginado pela maquiavélica fertilidade do sr. Getúlio Vargas para novamente conseguir turvar as águas do momento político que estamos atravessando para preparar o golpe final que pretende desferir sobre a democracia brasileira”.<sup>578</sup> Para agravar a derrocada *florista*, Vargas delegou a execução do estado de guerra a todos os governadores, menos no Rio Grande do Sul e em São Paulo, realizados pelos comandantes de suas regiões militares. Este fato enfraquecia também, por tabela, a candidatura de Armando Salles.

Nas instruções de execução do estado de guerra expedidas por Daltro Filho, havia, entre outros pontos, a instauração de forte censura, que abrangia não apenas a imprensa, mas todas as agências telegráficas e radiotransmissoras de qualquer porte, proibindo atacar qualquer autoridade pública, seja em nível municipal, estadual ou federal, além de não ser permitida a publicação de assuntos militares e troca de telegramas cifrados. No Legislativo das três instâncias, era proibida a publicação de discursos sem que a mesa permitisse. Além disso, havia uma brecha com o claro objetivo de desmontar os corpos provisórios no estado, obrigando os comandantes das zonas distribuídas pelo Exército a proibir o porte de armas e de munição de guerra por indivíduos armados ou em grupo; confiscar armamentos clandestinos de armas e munições; e desarticular grupos armados de existência ilegal, fazendo o destaque *explícito* de que trabalhadores de estradas do Rio Grande do Sul, com armamento, seriam enquadrados nessa alínea. Aqueles que fossem enquadrados nesses dispositivos seriam apreendidos. Desta forma, podemos depreender que o endurecimento da transferência do estado de guerra atava as reações do *florismo* e brecava as possibilidades de agir por parte de Flores da Cunha pelas três instâncias que usara até então: pelo parlamento, pelas armas e pela imprensa. Mas desta vez, diferente de abril, Flores da Cunha não proferiu nenhum comunicado de repúdio, capitulando em silêncio. Abriu fogo somente com aquilo que conseguia em seus veículos de imprensa e parlamento, como João Carlos Machado, que atacava as relações que procuravam fazer, associando uma ligação de Flores da Cunha com o comunismo.<sup>579</sup> Isso, contudo, antes de vigorar as instruções de execução do estado de guerra. Em suma, Flores da Cunha não reagiu.

---

<sup>578</sup> *A Federação*, Porto Alegre, HDBN, 01.10.1937.

<sup>579</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 14.10.1937.

Com este cerco militar e civil, Daltro Filho requisitou a Brigada Militar gaúcha para servir ao comando da III Região Militar. Esse (novo) passo em direção ao desarmamento *florista*, somado com o processo de desarticulação de provisórios iniciado já com Lucio Esteves e novamente chancelado no novo estado de guerra, desestabilizaria por completo a base *florista*. Isso era sabido pelo alto comando militar do Exército, que acompanhava com apreensão a reação de Flores da Cunha.

Não se sabia se ele iria atender à requisição ou resistir, tanto que ele pediu um prazo de 24 horas para responder à solicitação, analisando junto com André da Rocha a constitucionalidade daquele decreto. De todo modo, Dom João Becker mediou os contatos entre Flores da Cunha e Daltro Filho, e pediu para o primeiro evitar o choque, cedendo a Brigada Militar – ele concordou, e disse ao arcebispo que renunciaria.<sup>580</sup>

É verdade que uma série de versões sobre o momento em que a Brigada Militar foi requisitada rondaram a memória histórica. O então deputado estadual classista Carlos Santos disse que Flores da Cunha reuniu os parlamentares e realizou um plebiscito, para decidir se resistia ou renunciaria, mas somente um deputado *teria* sido a favor da resistência.<sup>581</sup> Carlos Cortés, baseado em sua pesquisa documental e em entrevistas que realizou com alguns membros ativos desse período, chegou a afirmar que houve uma movimentação semelhante à de 1932: Flores da Cunha mobilizou três pelotões de portuários para sabotar caminhões que transportavam 1.700 homens do Exército de São Leopoldo a Porto Alegre, transferiu unidades provisórias que estavam nos arredores de Porto Alegre para quartéis da Brigada Militar, concentrou forças para um ataque às forças federais próximas do QG do Exército e enviou um chamado para São Paulo resistir, mas foi interceptado pelo governo federal.<sup>582</sup> De fato, Daltro Filho disse a Eurico Dutra que o Palácio do governo estadual se preparava para a defesa,

repleto de civis mal encarados e movimento lhe pareceu de gente que estava se alistando. Operação [de] passagem [da] Brigada foi cercada de grande movimentação palaciana e quartelesca havendo durante quase toda noite trasladações de uns para outros quarteis de um para outros pontos num grande arco cuja concavidade estava envolta para minhas bandas. Mantivemos eu e meu magnífico Estado Maior e meus excelentes corpos a mais feliz prudência [que] durou a noite toda e parece ter desconcertado suas disposições belicosas.<sup>583</sup>

Entretanto, a própria Brigada Militar abandonou o governador. Seu comandante teria se apresentado à III Região Militar, e declarado que obedeceria a Vargas, por Flores estar

---

<sup>580</sup> LEITE; NOVELLI JR., op. cit.

<sup>581</sup> SANTOS, op. cit.

<sup>582</sup> CORTÉS, op. cit.

<sup>583</sup> AGV, 17.10.1937, CPDOC, GV c 1937.10.01/1.

“ostensivamente fora da lei”.<sup>584</sup> Benjamin Vargas também articulou com os grêmios “Getúlio Vargas” a incorporação de voluntários e reservistas ao Exército, preparando-se para o confronto. Entretanto, Flores da Cunha cumpriu com sua promessa, e renunciou ao governo do estado, indo para Santana do Livramento.

Antes de ir a Montevideu, ameaçou, por meio da imprensa: “a tirania não durará no Brasil e, dentro de breves dias, estarei de volta ao Rio Grande para lutar contra ela”.<sup>585</sup> Afinal, Flores da Cunha percebera que um levante armado não passaria de um “novo 1932”, tamanho o isolamento político e militar. Talvez com a diferença de que, em 1937, não contaria sequer com o fator surpresa dos insurretos constitucionistas.

De todo modo, Flores da Cunha lançou sua última cartada. Renunciando, deveria ser eleito um novo governador pela Assembleia Legislativa. Ele teria acordado, antes de sair do governo, para sua bancada eleger Antunes Maciel. Contudo, Benjamin pressionou o irmão-presidente. Afirmando que se tratava de “mais um golpe do Flores”, ele pedia a intervenção federal imediata, para evitar uma disputa eleitoral indireta no parlamento. Algumas articulações iniciaram, sobretudo entre os *frenteunistas*. Primeiramente, para que um candidato fizesse contraponto à candidatura de Antunes Maciel, já que a eleição foi adiada. “Pediam que se fizesse a intervenção imediata. Respondi prometendo”, disse Getúlio<sup>586</sup>, em alusão a um telegrama recebido de Benjamin.

E, para garantir a suada vitória sobre o *florismo*, decretou a intervenção federal. Acabou assumindo como interventor o comandante da III Região Militar, também por conselho de Benjamin, um dia depois da renúncia de Flores da Cunha. Desta forma, iniciou no Rio Grande do Sul aquilo que alguns historiadores, como Eliane Colussi e René Gertz, chamaram de antecipação do Estado Novo em solo gaúcho.<sup>587</sup>

Não há dúvida de que, derrubado Flores da Cunha, estava aberto o caminho para Vargas e alguns setores civis e militares darem o golpe de Estado, semanas depois, sem maiores resistências. Getúlio Vargas, finalmente, dominara o Rio Grande do Sul, após sete anos de marchas e contramarchas. Isto é, tanto naquilo que diz respeito à política quanto no que concerne ao campo militar.

---

<sup>584</sup> PEIXOTO, op. cit., p. 311.

<sup>585</sup> AGV, 17.10.1937, CPDOC, GV c 1937.10.01/1; *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 19.10.1937.

<sup>586</sup> AGV, 18.10.1937, CPDOC, GV c 1937.10.01/1; VARGAS, op. cit., v. II, p. 75.

<sup>587</sup> GERTZ, op. cit., 2005; COLUSSI, op. cit.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Naquilo que apresentamos neste trabalho, acreditamos ter demonstrado a complexidade do cenário político rio-grandense, no período 1930-1937. Especialmente naquilo que tange ao período de 1934 em diante, quando as correntes políticas do estado passaram a tratar sobre um acordo de “pacificação”, por meio da administração Flores da Cunha, e, dentro do quadro nacional, com Getúlio Vargas, através da denominada *Fórmula Pilla*, de cunho parlamentarista.

Dentre as motivações para este trabalho, além de alguma “negligência” por parte da historiografia política sulina acerca do tema, foi também tentar compreender por meio da política gaúcha um período marcado por diversas crises no âmbito político nacional e, também, dentro do Rio Grande do Sul. Para isso, este trabalho procurou estudar a política gaúcha estruturando-se a partir de dois vieses: o processo de pacificação da política rio-grandense entre *floristas* e *frenteunistas*, e o processo de isolamento político de Flores da Cunha, a partir do rompimento do *modus vivendi* e da intensificação das rivalidades entre ele e Getúlio Vargas. Desta forma, procuramos elucidar as relações da política do Rio Grande do Sul com o cenário nacional. Levamos em consideração que, a partir da “*revolução*” de 1930, o estado sulino passou a ter maior protagonismo no cenário político brasileiro, por ter sido líder do movimento de 1930 e a base política do Presidente da República. Ele que, gradualmente, passou a depender menos dessa relação com o regional.

Nesse sentido, acreditamos que fica evidente o fato de a visão *federalismo versus centralização* para o período explica *parte* das tensões políticas do período, mas não por inteiro. Essa dicotomia foi vista como central por ampla parte da bibliografia tradicional, especialmente aquela ligada à Ciência Política e a Historiografia, como Héglio Trindade, Derocina Campos Sosa e Carlos Cortés. Acreditamos que ela acabou não atentando para a complexidade dos conflitos de interesses políticos e de projeções de poder entre *frenteunistas*, dissidentes liberais, *floristas* e *varguistas*, bem como suas articulações dentro dos diversos cenários políticos montados no período 1930-1937.

Flores da Cunha, por exemplo, jamais teve um projeto político-administrativo visando à autonomia do Rio Grande do Sul. Em determinado ponto, se ele se apresentava como um federalista, questão à qual se apegou para projetar, defender e influenciar politicamente o Rio Grande do Sul dentro da federação, essa “premissa” não esteve presente quando Flores da Cunha tentou fazer seus candidatos a governador eleitos em Santa Catarina, Rio de Janeiro,

Rio Grande do Norte e outros estados. O mesmo vale para quando quis nomear amigos e aliados para cargos federais e estaduais para além do Rio Grande do Sul e influir em assuntos internos do Exército.

Por outro lado, naquilo que tange à FUG, alijada das instâncias de poder, podemos afirmar que os *frenteunistas*, de modo geral, embora nem sempre coesos, souberam galgar posições na medida em que a rivalidade entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha se agudizava, deixando para trás, por outro lado, as rivalidades de 1932, que afastaram PRR e PL de ambos. Deste modo, pode-se afirmar que a ida dessas lideranças para o exílio as fez perceber que a ideia de que os *frenteunistas* eram “donos” da “*revolução*” de 1930 era uma visão totalmente equívoca daquele momento político. A consequência disso foi o fato de a FUG começar a jogar com as correntes políticas no cenário nacional e regional, ocupando, também, o posto de liderança das *Oposições Coligadas*. Jogando com os três polos – *Oposições Coligadas*, Getúlio Vargas e Flores da Cunha –, ela soube analisar o contexto político, dialogando com todos os espaços de poder, seja situacionista ou de oposição.

Já Getúlio Vargas, como podemos depreender, manteve-se como aliado e simpático a Flores da Cunha até o momento em que este divulgou um telegrama em que comprometeu o Palácio do Catete com a eleição para governador do estado do Rio de Janeiro. Este foi o ponto de inflexão em um processo de rompimento que, de gradual, passou a ser definitivo. Ele teve como ponte um *provável* convite do presidente para o governador gaúcho acompanhá-lo em um processo de fechamento do regime. Quando ocorreu o rompimento em definitivo, destacou-se a astúcia de Getúlio Vargas. O presidente, pacientemente, cultivou uma cisão no PRL, por meio da discordância da assinatura do *modus vivendi*, entre alguns de seus membros, e aproximou os insatisfeitos da FUG com o núcleo que constituiria a Dissidência Liberal. Mesmo que membros importantes da política regional buscassem a recomposição entre ambos, durante os dois anos em que estiveram rompidos, como Antunes Maciel, João Carlos Machado e Oswaldo Aranha, a rivalidade entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas tendeu a tornar-se cada vez mais tensa.

Já o surgimento da Dissidência Liberal e sua atuação junto com a FUG, união que foi fundamental no encurralamento político de Flores da Cunha, também é importante no conhecimento da elite partidária gaúcha, durante o Estado Novo e depois dele. Isso porque, tanto dissidentes quanto *frenteunistas* seriam “recompensados” por Getúlio Vargas, pelas batalhas travadas com o *florismo*. Eles obteriam a ocupação de cargos importantes dentro da política regional, com o rateio das secretarias, durante o Estado Novo. Conservando-se, inclusive, durante as trocas de interventores, partilhando o comando de prefeituras. Esta, de

modo geral, dividida de forma equânime entre as três correntes: PRL dissidente, PL e PRR. Ou seja, mantidos pelo jogo de Getúlio Vargas em equilibrar as forças políticas no estado. Ainda que o presidente mantivesse a autonomia de escolher o interventor do Rio Grande do Sul, “alheio” às três facções partidárias. No entanto, mesmo que PRL, PRR e PL deixassem de existir formalmente enquanto partidos no período 1937-1945, seguiram como forças políticas importantes, dentro do contexto regional.

Por outro lado, a relação de Flores da Cunha com o Exército não pode ser esquecida nesta conclusão. Parece que ele não sofria a repulsa de todo o Exército, mas, sim, da ala “*intervencionista-controladora*”, cujo expoente maior era Góis Monteiro. Isto é, justamente seu maior adversário dentro das forças armadas. Góis Monteiro havia se afastado do Catete desde que pediu demissão, precisamente, por Flores da Cunha ter provocado sua remoção do ministério da guerra, em 1935, e voltou com plenos poderes para manobrar dentro do Exército, e garantir a fidelidade deste à *cruzada antiflorista*. Para isso, removeu os oficiais contrários ao uso do Exército para isolar Flores da Cunha. Podemos depreender que o governador tinha aliados importantes no seio do Exército. Ao menos, até a segunda metade de 1937, como a *Operação de Maio* indica. Isto é, nem mesmo a mobilização de provisórios foi capaz de unificar o Exército contra o governador *naquele* momento, até Góis Monteiro afastar esses “obstáculos”.

Já Flores da Cunha, a partir de abril de 1936, passou a mobilizar corpos provisórios. No entanto, outubro é o mês em que ele intensificou seus preparativos armados, para defender e/ou atacar o governo federal, pelas armas. Mas, se isso deu ao governador uma *soi-disant* espécie de “garantia” de defesa contra uma intervenção militar, por outro lado, ficou claro que a medida foi um desastre, do ponto de vista político. A mobilização militar se tornou o estopim para o rompimento do *modus vivendi*, junto com o aditivo exigido por Flores da Cunha, e viabilizou a união entre *frenteunistas* e dissidentes liberais contra o governo do estado. Situação esta que se manteve até 1937, e foi importante para o processo de consolidação do bloco *antiflorista* no PRL. Os dissidentes, sozinhos, não conseguiriam se firmar dentro do cenário partidário rio-grandense. Portanto, não é equivocado afirmar que faltou a Flores da Cunha a mesma astúcia política que teve em 1932. Naquele contexto, ao aguardar até o último momento, criou uma conjuntura propícia para tender ou para o lado dos paulistas, representados pela FUG no Rio Grande do Sul, ou ficar junto com a dupla Oswaldo Aranha/Getúlio Vargas, como fez.

É claro que, do ponto de vista militar e político, o flanco de resistência aberto por Flores da Cunha talvez tenha sido a maior de um estado contra o governo federal na história

do Brasil republicano, tornando-se ele o principal entrave para o golpe do Estado Novo. As frentes política e militar seriam cautelosa e estrategicamente desmanteladas por Getúlio Vargas. Pois, vale destacar que o conflito entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha raramente foi direto. Ou seja, sempre foi estratégico. Metaforicamente, podemos compara-lo com um “*jogo de xadrez*”, em que ambos moviam cautelosamente as peças no “*tabuleiro*” e analisavam o adversário. Com isso, visavam anular um ao outro, e erodir a base de suas “*peças*” na disputa.

Isso foi de forma diferente, por exemplo, com Flores da Cunha e Frente Única Gaúcha. Ambos se digladiavam, abertamente, desde 1932, exceção feita ao breve *modus vivendi*, em que houve um abrandamento das rivalidades partidárias no Rio Grande do Sul. Já no ano de 1937, no entanto, o fracionamento político foi prova do enfraquecimento partidário no estado. As diversas correntes políticas, frutos de cisões e dissidências provocadas e estimuladas, em grande parte, por Flores da Cunha e Getúlio Vargas, mostraram o esfacelamento da política sulina, nos últimos momentos que antecederam o Estado Novo. Esse ponto dificultou uma articulação coesa, fato que não deixou de ser uma vitória para aqueles que arquitetavam o golpe de 10 de novembro. Pois, desmantelado o *modus vivendi*, a derrota do *florismo* concentrou seu foco na “*corrida armamentista*”. Politicamente, se trabalhou apenas pela conservação do bloco *antiflorista* e a intensificação de suas ações, sobretudo no parlamento.

Por outro lado, é válido destacar que se *frenteunistas* e dissidentes liberais participaram do rateio do comando político do estado e de municípios, o caminho inverso passou Flores da Cunha: além de desmoralizado pelo regime do Estado Novo, sofrendo acusações que iam desde o desvio de dinheiro, vícios em jogos e atrações compulsivas por mulheres, passando por ataques acerca de sua mobilização militar clandestina, com alta publicidade. Também teve familiares perseguidos. Entre eles, seu irmão, Chico Flores, temporariamente preso sob a alegação de ter envolvimento no assassinato do libertador Waldemar Rippoll, em 1934. Flores da Cunha também passou o tempo todo em que esteve em Montevideu conspirando contra Getúlio Vargas. Lá, foi vigiado, de perto, por Batista Lusardo. Este que, por sinal, seria nomeado embaixador brasileiro no Uruguai com a missão de manter os olhos em cima do ex-governador. Lusardo que, em 1923 e 1932, havia sido perseguido por Flores da Cunha, agora virava a mesa em seu favor.

As conspirações *floristas* abarcaram, no entanto, desde políticos liberais, como também integralistas e comunistas. Com os segundos, ajudou a financiar o atentado de 1938.

Quando voltou ao Brasil, em 1942, cumpriu pena da sentença de ter comprado ilegalmente armamentos estrangeiros contrabandeados.

Por fim, gostaríamos de chamar a atenção para a diversidade de lacunas presentes pela historiografia política desse período, e que podem, sem muita dificuldade, dar origem a excelentes dissertações e teses. Por exemplo, são quase inexistentes trabalhos acerca da política no tocante aos municípios. Não há, ainda, um trabalho que analise a atuação de PRL e FUG no parlamento federal – exceto a constituinte, em relação à qual há um artigo, dos anos 1980 –, estadual e câmaras municipais. Além disso, nenhum estudo historiográfico se deteve a analisar a administração de Flores da Cunha, distante das articulações partidárias propriamente ditas.

A ausência de trabalhos abordando esses temas, contudo, *não se explica* pela escassez de fontes. Há uma diversidade de documentos presentes nos arquivos do CPDOC, NUPERGS, Solar dos Câmara, Memorial da Assembleia Legislativa do estado, Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e muitos outros acervos locais, que viabilizariam tais pesquisas. Apesar de os arquivos estaduais públicos passarem por enormes dificuldades, como a deterioração do acervo, falta de investimentos financeiros e ausência de pessoal, questões que dificultam e, por vezes, inviabilizam o atendimento externo por determinados períodos, essa realidade que, se por um lado obstaculiza, não impossibilita de o pesquisador lançar luz, com essa documentação, a novas abordagens e novos problemas.

Por outro lado, se é verdade que ainda há muita coisa a explorar, nos anos 2000 alguns trabalhos “*oxigenaram*”, parcialmente, o tema. Nos referimos aqui a trabalhos de Carlos Rangel, Antônio Elíbio Júnior, Fabian Filatow, Carolina Webber, Alexandre Aguirre, Renato Farias, e até mesmo aqueles que se propuseram a analisar o Estado Novo, como René Gertz, Adriana Bellintani e Luciano de Abreu, trazendo novas luzes e abordagens para o período. Isto é, quebrando, em parte, a hegemonia dos trabalhos de 1980 capitaneados por Héglio Trindade, Maria Izabel Noll, Rejane Caravantes, Aspásia Camargo, Maria Helena de Magalhães Castro e Sandra Pesavento. Estes, durante muito tempo, foram as únicas análises existentes sobre esse período na política do Rio Grande do Sul. Por fim, acreditamos que nosso trabalho tenha, com uma abordagem distinta daqueles que, até então, estudaram o período, ajudado a colocar mais um tijolo na construção desta “*oxigenação*”, desbravando com novas fontes e novos aportes teóricos nossa análise da política regional nos anos 1930.

*Trabalho finalizado às 16h26min de 26 de janeiro de 2016, na sala de computadores do prédio 05 da PUCRS.*

*Correção final do orientador enviada, por e-mail, às 07h26min de 25 de abril de 2016.*

*Este trabalho foi defendido às 14h00 na sala 407.2 do prédio 05 da PUCRS, no dia 27 de julho de 2016.*

*Foi aprovado com louvor. A banca de avaliação foi formada pelos professores doutores René Ernaini Gertz (PUCRS), Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF) e Luís Carlos dos Passos Martins (PUCRS.)*

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Historia do Brasil Nação: 1808-2010*. São Paulo: Objetiva, 2013, v. 4.
- ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.
- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. (dir.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- AXT, Gunter. *O primeiro processo de impeachment no RS*. Porto Alegre, 28 out. 2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/pedepagina/2009/10/28/o-primeiro-processo-de-impeachment-no-rs/?topo=13,1,1,,13>>, acesso em: 23 dez. 2015.
- \_\_\_\_\_. *Busto de Flores da Cunha no Piratini*. Porto Alegre, 30 nov. 2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/pedepagina/2009/11/30/busto-de-flores-da-cunha-no-piratini/?topo=13,1,1,,13>>, acesso em: 23 dez. 2015.
- BALZ, Christiano Celmer. *O Tribunal de Segurança Nacional: aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- BANDIERI, Susana. La posibilidad operativa de la construcción Histórica Regional o Cómo Contribuir a una Historia Nacional más Complejizada. In: FERNANDEZ, Sandra; CORTE, Gabriela Dalla (comps.). *Lugares para la historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos* Rosário: UNR Editora, 2005.
- BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. *Revista Escritas*, v. 1, 2008.
- BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BUENO, Antônio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CAMARGO, Aspásia. A Revolução das elites: clivagens regionais e centralização política. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983.
- \_\_\_\_\_; et al. *O Golpe Silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

- CAMPI, Daniel. História Regional ¿ Por Qué? In: FERNANDEZ, Sandra; CORTE, Gabriela Dalla (comps.). *Lugares para la historia: espacio, historia regional e historia local en los estudios contemporáneos*. Rosário: UNR Editora, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CARBONARI, María Rosa. De cómo explicar la región sin perderse en el intento. Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*. São Leopoldo, n. 1, v. 13, 2009.
- CARONE, Edgar. *A República Nova*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.
- CARAVANTES, Rejane Marli Born. *A crise política de 1932 no Rio Grande do Sul: o papel de Flores da Cunha*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.
- CARNEIRO, Glauco. *Lusardo, o último caudilho – Entre Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- CARRION, Francisco Machado; COSTA, Adroaldo Mesquita da; ROCHA, Eloy José da. Depoimentos – A Liga Eleitoral Católica. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. São Paulo: Zahar, 2005.
- CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.). *Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Fronteira, 1980.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2004.
- COLLOR, Lindolfo. *Discursos e manifestos (1936-1937)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *Estado Novo e municipalismo gaúcho*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.
- CORREIA, Trifino (verbetes). In: COUTINHO, Amélia. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (online). Rio de Janeiro: FGV, 2000. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Trifino.pdf>>, acesso em <01.12.2015>.
- CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe...* Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Antônio Chimango no limiar da velhice: apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.
- ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. *A construção da liderança política de Flores da Cunha: Governo, História e Política*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, 1995.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio século de combate* [Entrevista a Aspásia Camargo e Walder de Góes]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2001.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

\_\_\_\_\_. História política renovada. *História Unisinos*, Porto Alegre, número especial, p. 103-116, 2001.

FERNÁNDEZ, Sandra. Introducción. In: FERNÁNDEZ, Sandra (comp.). *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema*. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria ediciones, 2007a.

\_\_\_\_\_. Los estudios de historia regional y local: de la base territorial a la perspectiva teórico-metodológica. In: FERNÁNDEZ, Sandra R. (comp.). *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema*. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2007b.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova 'velha história': o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 10, v. 5, 1992.

FILATOW, Fabian. *Política e Violência em Soledade – RS (1932-1938)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FLORES, Ericson. *'Um posto de combate e uma tribuna de doutrina': o Partido Libertador e o jornal Estado do Rio Grande (1929-1932)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

FONSECA, Pedro César Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: FONSECA, Pedro César Dutra; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (orgs.). *A era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FONTOURA, João Neves da. *Por São Paulo e Pelo Brasil*. São Paulo: [s. n.], 1933.

\_\_\_\_\_. *Accuso!* Rio de Janeiro: [s. n.], 1933.

\_\_\_\_\_. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1958.

\_\_\_\_\_. *Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Editora do Globo, 1963.

\_\_\_\_\_. *Perfis Parlamentares*. Seleção e introdução de Héglio Trindade. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. (Perfis Parlamentares 8).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GERTZ, René Ernaini. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luiz Werneck da. (org.). *Feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: arquivos privados e jornais. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 1, nº 2, set. 1981.

\_\_\_\_\_. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2008.

\_\_\_\_\_.; FERREIRA, Jorge. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. Em família: correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escritas de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Eduardo Rodrigues. A campanha presidencial de Armando de Salles e o golpe de 37 no Brasil – um de caso de transição para o autoritarismo. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. 2, nº 11, jul/dez 1985.

GONTIJO, Rebeca. Entre quatre yeux: a correspondência de Capistrano de Abreu. *Escritos II*. Rio de Janeiro, v. 2, 2008.

GUERREIRO, Caroline Webber. *Vulcão da Serra: violência política em Soledade (RS)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

KRIEGER, Daniel. *Desde as missões: saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LACERDA, Lílian Maria de. Lendo vidas: a memória como escrita autobiográfica. In: MIGNOT, Ana Maria Chrystina Venâncio; BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Tereza Santos (orgs.). *Refúgios do Eu*. Florianópolis: Mulheres editora, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LEITE, Mauro Renault; NOVELLI JÚNIOR. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LEVINE, Robert. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Bóris (org.). *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. *O Regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

\_\_\_\_\_. A Revolução de 30 e o Regionalismo Gaúcho. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983.

\_\_\_\_\_. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSARDO, João Batista (verbete). In: LEMOS, Renata. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (online). Rio de Janeiro: FGV, 2000. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LUZARDO,%20Batista.pdf>>, acesso em: 22.12.2015.

LUZ, Alex Faverzani; SANTIN, Janaina Rigo. As disputas pelo poder local no Brasil durante o regime coronelista e a reorganização do Estado. *Jurisvox*. Patos de Minas, v. 1, nº 11, nov. 2010.

MARTÍNEZ, Angélica Duran. Crossing borders: political transnationalism among Dominican new yorker. *Ciencia política*. Bogotá [Colômbia], v. 1, nº 9, jan-jun/2010.

- McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, [s. d.].
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Minas Gerais: UFMG, 1999.
- MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- NOLL, Maria Izabel. *Partidos e política no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil Nação*. Petrópolis: Vozes Editora, 1992.
- OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara de. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_; GRYNSZPAN, Mario. Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*. Paraná, v. 2, nº 9, jul/dez 1997.
- PANKE, Luciana. Categorias de desqualificação na propaganda eleitoral. *Em debate*. Belo Horizonte, v. 4, nº 6, set. 2012.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1960.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: A economia e o poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PROCHASSON, Christophie. ‘Atenção: verdade!’ Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2008.
- RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- RANGEL, Carlos Roberto da Costa. *Crime e Castigo: Conflitos Políticos no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai) - 1930/1942*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Apresentação. In: BATISTELLA, Alessandro et al (orgs.). *Fazendo História Regional: política e cultura*. Passo Fundo: Méritos, 2010.
- \_\_\_\_\_. História Regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo, n. 1, v. 1, jun/dez-1999.

- \_\_\_\_\_. O historiador e a história regional. In: REICHERT, Emmanuel Henrich; SILVA, Amanda Siqueira da; TEIXEIRA, Anderson Mattos (orgs.). *Desvendando a história regional: novas pesquisas*. Passo Fundo: Editora Méritos, 2013.
- RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a.
- \_\_\_\_\_. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Baurú: Edusc, 1999.
- \_\_\_\_\_. Porque história política? *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 13, v. 7, 1994.
- \_\_\_\_\_. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, K. P. *Porque morreu Waldemar Ripoll*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho Editor, 1936.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- ROUSTON JÚNIOR, Eduardo. *O Rio Grande do Sul Republicano sob a ótica parlamentar da oposição federalista (1913-1924)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- RÜDIGER, Francisco. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre. Editora da Universidade, 1993.
- SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Tempo de lembrar*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SANTOS, Carlos. Depoimento – A Frente Única e o PRL. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. A revolução de 30 e o problema regional. In: *SIMPÓSIO sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: ERUS, 1983.
- SILVA, Hélio. *1932: A Guerra Paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *1937: Todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SILVA, Marco Antônio Medeiros da. *Qual é o jogo? Um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha rio-grandense*. Porto Alegre: FCM, 2014.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: Imaginários anticomunistas brasileiros. (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SILVA, Lígia Osório. A “política do Exército” no Primeiro Governo Vargas: 1930-1945. In: FONSECA, Pedro César Dutra; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (orgs.). *A era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (dir.). *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e política*. Paraná, v. 23, n. 56, dez. 2015.

SIMÕES, Moacir Almeida. *Brigada Militar: trajetória histórica e evolução na constituição*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SOSA, Derocina Alves Campos. *Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: DIAS, Manuel Nunes et al. (orgs.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1968.

\_\_\_\_\_. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 16, junho 2006.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, v. II.

TRINDADE, Héliogio (org.). *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: L&PM editora, 1980.

\_\_\_\_\_; NOLL, Maria Izabel. *O Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.

\_\_\_\_\_; *Subsídios para a história do parlamento gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

\_\_\_\_\_. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980a.

VARGAS, Getúlio. *Diário (1930-1936)*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, v. I.

\_\_\_\_\_. *Diário (1937-1942)*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, v. II.

VIVIANI, Fabrícia Carla. Anos 30: Mesmo momento, diferentes projetos. Um projeto da direita tenentista para o Brasil. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O Historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/ Assis, 24 a 28 de julho de 2006. CD-ROM.

WEINSTEINS, Bárbara. História regional versus história nacional: repensando as categorias de uma perspectiva comparada. *Territórios e fronteiras*. Campo Grande, n. 1, v. 4, jan/jun-2003.

WOLFART, Graziela. *Flores da Cunha: um compromisso com a democracia liberal*. Porto Alegre, 10 ago. 2009. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2724&secao=303](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2724&secao=303)>, acesso em: 23 dez. 2015.

## CONGRESSOS

*O PARTIDO Republicano Liberal e seu programa*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1933.

*O PARTIDO Republicano Liberal – 1º Congresso Bi-enal.* Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

## PROCESSOS

*DECISÃO do Tribunal de Honra.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, [1930].

## CENSOS

*IBGE. Anuário Estatístico do Brasil (Representação Política).* 1933.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Brasil (Representação Política).* 1934.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Brasil.* (Estado da população – População absoluta e relativa das Unidades Federadas, por zonas fisiológicas, calculada para 31 de dezembro de 1936). 1936.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Brasil* (Estado da população – população das capitais da União e das suas unidades políticas calculadas anualmente para 31 de dezembro, a partir do último recenseamento). 1936.

## JORNAIS

*A Federação (HDBN)*

*Correio do Povo (MCSHJC)*

*Diário de Notícias (MCSHJC)*

*O Estado do Rio Grande (MCSHJC)*

## ANAIS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados.* Rio de Janeiro. Ano VIII, nº 69, 11.04.1953, p. 2642. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD11ABR1953.pdf#page=>>>, acesso em 25.07.2015. Discurso do deputado federal Flores da Cunha.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados.* Rio de Janeiro. Primeira Legislatura. Primeiro Volume. 28.04.1935 a 10.05.1935, p. 508-512. Acervo Solar dos Câmara.

## ACERVOS PARTICULARES

*Arquivo Antunes Maciel Jr. (AAM – CPDOC/FGV).*

*Arquivo Flores da Cunha (AFC – NUPERGS).*

*Arquivo Getúlio Vargas (AGV – CPDOC/FGV).*

*Arquivo Lindolfo Collor (ALC – CPDOC/FGV).*

*Arquivo Moysés Vellinho (AMV – DELFOS).*

*Arquivo Particular Sinval Saldanha / Borges de Medeiros. (APSS/BM – AHRGS).*

*Arquivo Particular Regina Portella Schneider (APRPS/FC – AHRGS).*

*Arquivo Raul Pilla (ARP – NUPERGS).*

## ARQUIVOS PESQUISADOS

*Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul:*

*Arquivo Rádio Difusão/UFRGS.*

*Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.*

*DELFO – Espaço de Documentação e Memória/PUCRS*

*Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.*

*Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa / Setor de Imprensa.*

*Núcleo de Documentação da Política Rio Grandense.*

*Solar dos Câmara.*

## **ENTREVISTAS**

*Entrevista de Flores da Cunha para Nilo Ruschel. Maio de 1959. ARD/UFRGS.*

*Entrevista de Mem de Sá para Hélió Trindade. Fita cassete (Transcrição). Porto Alegre, 1977. Arquivo NUPERGS.*

*Entrevista de Bruno de Mendonça Lima para Hélió Trindade. Fita cassete (Transcrição), Pelotas, 1979. Arquivo NUPERGS.*

*Entrevista de Carlos Santos para Hélió Trindade. Fita cassete (Transcrição). Porto Alegre. 1979. Arquivo NUPERGS.*

**ANEXOS**

**ANEXO IA – DIFICULDADES PARA PESQUISA NO ACERVO DO MUSEU DE  
COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA**



**FOTO I E II: DETERIORAÇÃO DO ACERVO PELA UMIDADE E MANUSEIO.  
FOTO III E IV: JORNAIS SECANDO POR GOTEIRAS.**

**ANEXO I.B – DIFICULDADES PARA PESQUISA NO ACERVO DO MUSEU DE  
COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA**



**FOTO I:** JORNAIS SECANDO DA GOTEIRA.

**FOTO II:** PAREDES COM INFILTRAÇÃO.

**FOTO III:** JORNAIS RASGADOS PELO MAU MANUSEIO.

**FOTO IV:** JORNAL ZERO HORA, DÉCADA DE 1970, TOMADO PELA UMIDADE.

## ANEXO II – PLANO DE DERRUBADA DO ACORDO RIO-GRANDENSE.

ABRIL/1936.<sup>1</sup>

### I. FASE PREPARATÓRIA

A D. F.U., a D.L. e o G.C. movimentar-se-ão em linhas convergentes. As ações preparatórias parciais serão coordenadas, mas independentes.

#### A. OBJETIVOS PARCIAIS DA D. F.U.:

- a) Combater o acordo, demonstrando:
  1. As suas incoerências e absurdos doutrinários;
  2. Sua imoralidade intrínseca;
  3. A heterogeneidade dos motivos que o geraram;
  4. Sua inexecução nos casos concretos ocorrentes;
- b) Promover a desintegração da F.U.

#### B. OBJETIVOS PARCIAIS DA D.L.:

- a) Fazer restrições quanto ao aspecto doutrinário do acordo;
- b) Aceita-lo “si et in quantum” (desde que não implique em hostilidade ao G.C.

#### C. OBJETIVOS PARCIAIS DO G.C.:

- a) Manter-se na atitude defensiva vigilante;
- b) Tomar discretamente medidas de ordem militar;
- c) Fortalecer o seu prestígio no Rio Grande;
  1. \_Atendendo às suas necessidades e aos seus reclamos;
  2. Resolvendo os problemas que caibam dentro da esfera da atividade federal;
  3. Desenvolvendo certos serviços de utilidade geral, principalmente os subordinados ao M. da Agricultura;
  4. Estabelecendo o contato direto com as classes produtoras através das suas entidades representativas.

“Tudo em benefício do Rio Grande; o mínimo possível por i[n]termédio do governo do Rio Grande.”

### II. FASE DE ARTICULAÇÃO

#### D.F.U.:

- a) Intesificar o trabalho de dissociação da F.U.;
- b) Promover um ambiente de simpatia em torno do G.C.
- c) Articular-se com a D.L.

#### D.L.:

- a) Apoiará, de modo inequívoco, o G.C.
- b) Iniciará o ataque à política florista;
- c) Articular-se a com a D.F.U

#### G.C.:

- a) Procurará fortalecer a sua situação nos diferentes Estados;
- b) Promoverá a organização de um programa nacional, indicando soluções para os problemas econômicos, sociais e políticos;
- c) Variará os métodos de repressão ao extremismo (obstar a articulação dos elementos de esquerda com os floristas)

---

<sup>1</sup> AGV, CPDOC, GV c 1936.04.08/1. Foi mantido o formato original e os erros de digitação. Procuramos manter a estrutura do texto original. A ortografia da época foi convertida para facilitar a leitura.

**(PÁGINA 2)**

- d) Reconstituirá o ministério, ocupando o M. da Justiça..... ( desmontar o adversário e obrigá-lo a definir o seus propósitos)
- e) Intensificará a vigilância e as providências

**III. FASE DO “DECLINCHEMENT”** ( Termo técnico do estrategista do sul

- a. ARTICULAÇÃO GERAL EM TORNO DO PROGRAMA COMUM;
- b. ....
- c. ....

**(LONGO ESPAÇO)  
(PÁGINA 3)**

## 1ª Fase

1.

Resistência passiva ao acordo dentro do Rio Grande. Manifestações progressivas de descontentamento até a cisão, ou hostilidade. Manifestações de apoio ao Chefe da Nação, em momento oportuno.

2.

Nas relações com os promotores do acordo, que se manterão tais quais existem, alegar que o acordo não corresponde aos sentimentos gerais do estado e nem mesmo ao das correntes políticas artificialmente articuladas.

3.

Pela imprensa ( notícias, comentários, entrevistas, etc): o acordo não visa a paz do Estado, de vez que não foi celebrado por vontade das correntes políticas e sim por deliberação de alguns chefes com a finalidade oculta de agitar prematuramente a sucessão presidencial da república.

4.

Pelos mesmos meios: agitar a co-participação de elementos da minoria na preparação do movimento comunista; b) sua articulação com todos os elementos reacionários depositos em 30. Ao “quem vem lá”? do Lusardo, responda-se:” O Washington Luís !”

5.

Divulgação da campanha parlamentar da minoria em favor da A.N.L.A Cessão dos escritórios da minorias ao diretório desse partido. Divulgação de documentos que comprovam a participação de elementos da minoria na conspiração comunista.

6.

Pelos mesmos meios: os políticos promotores do acordo tem **(PÁGINA 4)** em mira, por uma questão de ambição pessoal, indispor em seu próprio Estado o Chefe da Nação, levantando uma questão regionalista. O Presidente Getúlio Vargas, que jamais esqueceu “sua terra e sua gente”, soube e sabe governar sem espírito regionalista. Justos benefícios que o R.G.S. deve ao Presidente.

7.

os poderes  
Combate ao parlamentarismo e a qualquer regime constitucional híbrido que diminua / ora atribuídos às autoridades supremas – Problema constitucional contemporâneo: - o reforço da autoridade em vista das agitações extremistas.

8.

Campanha intensa de apelo ao patriotismo dos brasileiros em torno desta tese: qualquer agitação política, neste instante, só pode aproveitar aos extremistas.

## 2ª Fase

9.

Declaração, na próxima mensagem presidencial, do programa que o Governo se impôs desde o início e vem executando:

- a) na ordem política interna e externa;
- b) na ordem educacional
- c) na ordem social
- d) na ordem econômica
- e) na ordem financeira

Na parte política interna, colocar o problema da manutenção da ordem em conexão com o da defesa e respeito do regime constitucional vigente, ou seja, dentro do presidencialismo.

10

A mensagem provocará manifestações de apoio ao Governo Federal em vista do programa enunciado, governos e partidos dos Estados se pronunciarão a respeito, por forma a se acentuar ~~XXXXX~~ ~~XXX~~ **(PÁGINA 5)**

a existência de uma coligação de forças, sem se cogitar, por ora, de uma partido nacional.

11

Campanha cívica para que o problema da sucessão seja agitado somente em tempo oportuno, sem preocupações regionalistas e com a finalidade suprema da defesa das instituições.

12.

Desenvolvimento da Liga de Defesa Nacional, no Rio e nos Estados, interessando-se nela os militares. A liga, sem aspecto político-partidário, obstará, através de sua propaganda e de sua ação sobre os espíritos, a discussão prematura da sucessão e incluirá em seu programa a defesa das instituições políticas, dentro do regime constitucional vigente.

13.

Captação de elementos da minoria, por entendimentos nos Estados. Acordos políticos nos Estados, onde convier.

14.

Desenvolvimento do Departamento de Propaganda, junto ao qual se destacará um orientador político. Sua articulação maior com a Imprensa Nacional. Radio. Cinema.

15.

Entrevistas frequentes (imprensa) dos membros da minoria e dos autores e colaboradores do acordo gaúcho.

16.

Aceitação do debate político na Camara só em momento oportuno. A partir desse momento: desenvolvimento progressivo, nas discussões, dos postulados enunciados acima.

17.

.....

18.

.....

**ANEXO III – BOLETIM DE INFORMAÇÕES Nº1 – ATIVIDADES SUBVERSIVAS  
DO GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL – RIO DE JANEIRO – 07 DE MAIO  
DE 1937<sup>1</sup>**

a) *ANTECEDENTES* – Como é de domínio público, há muito que se criou um dissídio de caráter político entre o Governador do RIO GRANDE DO SUL e o Governo Federal. Tal dissídio se avolumou e tomou corpo logo aos primeiros debates em torno da sucessão presidencial, quando, então, o governador do RIO GRANDE DO SUL, pessoalmente e através da palavra dos seus representantes mais autorizados, passou a atacar abertamente os atos políticos e administrativos do Exmo. Sr. Presidente da República

Entrementes, com maldisfarçados objetivos de caráter administrativo, tais como o desenvolvimento e reparação das vias de comunicação estaduais, passou o Governador do Rio Grande do Sul a organizar grande número de unidades de tropa irregular – corpos provisórios -, os quais foram sediados em localidades e pontos importantes, tais como nós de comunicações, com predominância na região serrana e ao longo da via férrea São Paulo-Rio Grande até a fronteira com o Estado de Santa Catarina, inclusive.

A todas as unidades falsamente denominadas de trabalhadores jamais faltou o necessário enquadramento por parte de conhecidos caudilhos e seus satélites, bem como abundante provimento de material bélico. Além disso, como é, de resto, do conhecimento público em todo o Estado, aos chamados trabalhadores foi sempre ministrada instrução de caráter intensivo sobre a técnica e emprego de armas automáticas por oficiais da Brigada Militar do Estado, especialmente destacados para esse mister.

b) *A execução do Estado de Guerra* – Estavam as coisas nesse pé, quando uma dissidência se verificou no seio do Partido que, até então, apoiava, com a maioria das forças políticas, o governador. Esta dissidência provocou uma crise na Assembleia Estadual, da qual resultou ficar o governador com a minoria da representação na referida casa legislativa. E a corrente dissidente do Partido Situacionista Liberal aliada aos demais representantes da Oposição, não tardou em dar o golpe político de eleger uma nova Mesa para a Assembleia.

Na previsão do golpe político que então se esboçava e bem compreendendo a repercussão que semelhante fato iria ter na atuação político-administrativa do governo, não trepidou o governador em oferecer concessões aos novos adversários para que estes retornassem aos seus antigos postos. Mas, ao mesmo tempo, eram intensificados os preparativos para aumentar a eficiência da tropa mobilizada e novos agrupamentos irregulares foram organizados por caudilhos a soldo do Governador.

A efervescência política aumentava, porém, dia a dia, até que a maioria da Assembleia Estadual, sob a alegação da falta de garantias para o exercício do seu mandato, deliberou pedir ao Governo Federal que retirasse das mãos do Governador as prerrogativas de executor do Estado de Guerra. Atendido o apelo dirigido pela referida entidade, foi investido das funções em apreço o General Comandante da 3ª R.M.

É de notar-se o *animu belli* com que recebeu o governador a notícia da nova investidura cometida ao General Comandante da 3ª R.M. Além de pedir o prazo de algumas horas para responder quanto a aceitação ou não da nova situação de fato, expediu, imediatamente, ordem de prontidão a todas as suas forças, regulares e irregulares, e iniciou, desde logo, a concentração de novos elementos na Capital do Estado. A seguir, foi intensificado o aliciamento de novos elementos, em todo o Estado, enquanto vários emissários

---

<sup>1</sup> Extraído de LEITE, Mauro Renault; NOVELLI JÚNIOR. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 165-169. O documento foi transcrito *ipsis litteris*.

de confiança eram despachados para diferentes pontos do País, entre estes S. Paulo, Rio, Bahia e Pernambuco.

Mas a par de semelhantes atividades, nova campanha de crítica deprimente contra os atos e a própria pessoa do Senhor Presidente da República era iniciada pela imprensa, pelo rádio e pela representação governista no Congresso Federal e na Assembleia Estadual.

Os atos de hostilidade política e ameaça de perturbação da ordem, em vez de diminuir, evoluíram, d'ess'arte, num crescente inquietador.

C) *A exploração do regionalismo* – Ninguém desconhece os sentimentos regionalistas do povo rio-grandense e quão sensíveis são os seus melindres, no que diz respeito à autonomia do seu Estado.

O Governador, conhecendo tanto os que melhor o conheçam as características, os preconceitos e os sentimentos do povo do seu Estado, tem procurado fazer constar, por todos os meios ao seu alcance, que se pretende ferir a autonomia estadual e humilhar o povo rio-grandense. Este tem sido o tema predileto de suas bem montadas campanhas jornalística, radiofônica e parlamentar.

Assim, debaixo deste manto protetor, todas as atividades, sejam quais forem os terrenos palmilhados, aparecerão perante o altivo povo dos pampas como verdadeiros e nobres gestos de altivez e desassombro na defesa dos mais nobres e sacrossantos direitos do povo livre.

D) *A infiltração comunista e as tentativas de aliciamento de militares* – Na obtenção do seu desiderato, não tem vacilado o Governador do RIO GRANDE DO SUL em aproveitar-se de elementos de todas as classes e adeptos das mais perigosas ideologias.

É assim que informações fidedignas dão a conhecer a permanência no Rio Grande do Sul e sua constante ligação com o Governador de elementos comunistas, foragidos de diferentes pontos do País. Entre estas figuras o ex-Capitão ANDRÉ TRIFINO CORRÊA, cujas atividades em ligação com o Governador do Rio Grande foram há algum tempo tempo descobertas e denunciadas pelo Gen. Cmte. da 3ª R.M.

Acresce que têm sido evidenciados também os propósitos do Governador nos entendimentos dos seus representantes autorizados junto aos sindicatos operários.

Por outro lado, não menos graves se mostram as atividades do Governador nas diversas tentativas de aliciamento de oficiais do Exército, o que tem motivado medidas extremas deste Ministério.

E) *Conclusão* – Diante dos fatos apontados, parece evidente que o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, apoiado ou não por elementos de outros Estados da Federação, prepara um movimento armado contra o Governo Federal. Semelhante suposição é tanto mais aceitável quanto o demonstram:

a) as atividades político-militares que foram e continuam a ser desenvolvidas pelo Governador

b) a constatação dessas atividades através de informações oficiais, que chegam constantemente às mãos do Governo Federal;

c) as atividades secretas da Brigada Militar e forças irregulares organizadas, evidenciadas em uma intensa e não comum correspondência radiotelegráfica cifrada;

d) uma primeira concentração de tropas na Capital do Estado e ajuntamento de elementos irregulares no momento em que foram cometidas ao Cmte. da Região as prerrogativas de executor do Estado de Guerra;

e) a morosidade protelatória com que vão sendo desfeitas estas medidas, ante as ponderações emanadas do Cmte. da Região;

f) a possível intenção de uma manobra retardadora, visando um movimento agressivo, cuja oportunidade de deflagração poderá ser inopinadamente criada;

g) a campanha de infiltração que se vai realizando no meio militar, sob o disfarce de um falso atentado à autonomia estadual e ofensa aos brios regionais;

h) a intenção, embora velada, de se fazerem entrelaçar e confundir interesses de política interna com ideais atentatórios à nossa organização social.

(a) Gen. EURICO G. DUTRA

Confere com a cópia assinada pelo Ex.mo Sr. Ministro da Guerra

Lélio Rebello Miranda  
Cap. Chefe do Serviço Secreto

**ANEXO IV – ATA DO ACORDO DE 17 DE JANEIRO DE 1936, DENOMINADO  
*MODUS VIVENDI*<sup>1</sup>**

Os partidos rio-grandenses, pelos representantes dos seus órgãos diretores abaixo firmados, com o intuito de promover a pacificação dos espíritos e o bem geral do Estado, ponderando a gravidade dos problemas políticos, econômicos e administrativos da atualidade e entendendo proveitosa a colaboração no governo de todas as correntes ponderáveis de opinião, decidiram, depois de auscultar o pensamento dos seus respectivos correligionários, estabelecer as bases deste *modus vivendi* que regulará, daqui para o futuro, as suas relações recíprocas:

1º) cada um dos partidos guardará completa autonomia e liberdade de ação política em tudo que não contrarie o disposto neste documento;

2º) os mesmos partidos concordam com a aprovação do seguinte projeto de lei:

LEI N°

**DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO.**

Artigo 1º - os Secretários de Estado, nomeados e demitidos pelo Governador, são os seus auxiliares diretos na administração dos negócios públicos.

Parágrafo 1º - As secretarias atualmente existentes continuam com as atribuições que lhes conferem as leis em regulamentos em vigor, salvo as modificações da presente lei

Parágrafo 2º - Só o brasileiro nato, maior de 25 anos, alistado eleitor, poderá ser secretário de estado.

Artigo 2º - Para assegurar a uniformidade e a eficiência da atividade administrativa das Secretarias e combinar medidas para a boa gestão dos negócios públicos, os Secretários de Estado deverão reunir-se em conselho, uma ou mais vezes por semana, lavrando-se uma ata das reuniões.

Artigo 3º - Antes de lavrar as nomeações dos demais Secretários de Estado, escolherá o governador o presidente do secretariado, que auxiliará na organização do mesmo.

Artigo 4º - Ao presidente do secretariado incumbe coordenar a atividade administrativa das diversas secretarias e fiscalizar a execução do orçamento, tomando para isso as medidas convenientes.

Artigo 5º - Os secretários de estado são solidamente responsáveis perante a Assembleia Legislativa, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal prevista na constituição.

Artigo 6º - Além das atribuições que lhes forem conferidas pelas leis e regulamentos, compete aos secretários de estado:

- a) Subscrever os atos do governador;
- b) Expedir instruções para a boa execução das leis e regulamentos;
- c) Apresentar ao governador o relatório dos serviços de sua secretaria, o qual será distribuído aos membros da Assembleia Legislativa, juntamente com a mensagem;
- d) Comparecer à Assembleia Legislativa a seu apazimento e nos casos e para os fins especificados da Constituição;
- e) Preparar as propostas do orçamento das respectivas secretarias;
- f) Tomar parte nas deliberações do secretariado

---

<sup>1</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, MCSHJC, 18.01.1936.

Parágrafo único – ao Secretário da Fazenda compete ainda organizar a proposta de orçamento geral da receita e despesa, com os dados de que dispuser e os fornecidos pelas outras Secretarias, e apresentar anualmente ao governador, para ser enviado à Assembleia, o balanço definitivo da receita e despesa e do patrimônio no último exercício.

Artigo 7º - A Assembleia Legislativa poderá convocar qualquer Secretário de Estado, para prestar, perante ela, informações sobre questões prévia e expressamente determinadas. A falta de comparecimento do Secretário sem justificacão, constituirá crime de responsabilidade.

Parágrafo 1º – Igual facultade e nos mesmos termos cabe às comissões da Assembleia.

Parágrafo 2º – A Assembleia e as comissões designarão dia e hora para ouvir os Secretários de Estado que lhes queiram solicitar providências legislativas ou prestar esclarecimentos.

Parágrafo 3º – A convocação e a solicitaçao de que trata este artigo, quando feitas em relação a qualquer projeto de lei, entender-se-ão validas e efetivas para toda a elaboraçao do mesmo projeto, não ficando, porém, o Secretariado de Estado estiver presente à sessão.

Artigo 8º - Depois de constituído, o secretariado apresentará a Assembleia Legislativa o programa de governo.

CONVÉM E CONSENTEM os mesmos partidos na adoçao das medidas e cláusulas consubstanciadas nos seguintes “itens”:

#### I

Concorrer com os seus esforços para a estabilidade das instituições democráticas, na forma do que foi adotado pela Assembleia Legislativa, em voto expreso por ocasião do surto extremista no norte do país e na Capital da República.

#### II

Readmitir aos lugares que ocupavam ou provê-los em outros equivalentes, contando-se-lhes para efeitos de antiguidade o tempo em que tenham estado afastados das respectivas funções os empregados públicos, civis e políticos, providenciando-se oportunamente para que sejam aos funcionários asseguradas as vantagens correspondentes ao cargo.

Para estes efeitos, remodelar-se-a a comissão instituída de acordo com o artigo 14 da Constituição do Estado, integrando-a de dois representantes do Partido Liberal e dois da Frente Única, sob a presidência de um desempataador escolhido a aprazimento dos membros da referida comissão.

#### III

Nomear uma comissão de três juristas de notória competência para elaborar um anteprojecto criando a polícia de carreira, o qual deverá ser apresentado à deliberação da Assembleia na próxima sessão legislativa. Nesse projeto, se vedará por completo todo critério político partidário no provimento dos cargos.

Para nomeaçao do chefe de polícia, o governador ouvirá sempre o secretariado.

Enquanto isso não acontecer, serão tomadas as seguintes providências:

- a) As autoridades policiais, nos municípios administrados pela Frente Única, serão nomeados por proposta dos prefeitos.
- b) Deverão ser excluídos dos quadros policiais todos os elementos inidôneos.

#### IV

Apurar as responsabilidades dos funcionários que venham a valer-se dos cargos que ocupam para exercer pressão partidária em favor de um partido sobre os seus subordinados ou quaisquer cidadãos.

Em cada caso que ocorrer, deverão instituir-se comissões de inquérito compostas de membros do Partido Liberal e Frente Única, em número igual e sob a presidência de pessoa escolhida a aprazimento dos mesmos, comprometendo-se o governo a agir de conformidade com as conclusões dos inquéritos e tomar as medidas que dele dependerem, inclusive o imediato afastamento dos responsáveis.

#### V

Instaurar ou renovar os inquéritos policiais procedidos com referência a fatos criminosos de natureza política cometidos por ocasião dos últimos pleitos municipais, designando-se para presidi-los autoridades policiais de indiscutível isenção de ânimo.

#### VI

Prover os cargos por concurso, na forma da Constituição, excluído o critério partidário na promoção e acesso dos funcionários, observada a rigorosa ordem de classificação para as respectivas nomeações.

#### VII

Efetivar rigorosamente o exercício dos direitos de imprensa, de reunião, associação e propaganda, de acordo com a lei.

#### VIII

Suprimir todos os entraves fiscais, diretos ou indiretos, à circulação da riqueza e privilégios contrários a livre concorrência, salvo as disposições da legislação federal no referente à organização cooperativista e proteção da saúde pública.

#### IX

Desenvolver as vias de comunicação sobre a base da elaboração de um plano racional de transportes e comunicações

#### X

Perseverar na adoção de medidas conducentes ao equilíbrio orçamentário

#### XI

Condicionar a realização de gastos extraordinários ao seu caráter reprodutivo, e a das operações de crédito e empréstimos a que os serviços de juros e amortizações não venham a determinar desequilíbrio orçamentário.

Fica estabelecido ainda que, aprovada a lei que institui o secretariado, a pessoa que houver sido designada pelo governador para presidi-lo por-se-á em contato com as chefias da Frente Única afim de combinar com elas a escolha dos seus representantes que devam fazer parte do governo.

Convencionou-se outrossim neste compromisso que, independente do que dispõe o projeto da lei que institui o secretariado nos artigos referentes às relações políticas dos secretários com a Assembleia Legislativa, os secretários escolhidos de acordo com a Frente Única só ficarão nos cargos enquanto merecerem a confiança dos respectivos partidos.

O presente documento, lavrado em três vias, é assinado na Assembleia Legislativa, a 17 de janeiro de 1936.

(Assinados)

José Antônio Flores da Cunha  
A.A. Borges de Medeiros  
Raul Pilla

## ANEXO V – PROPOSTA DE PACIFICAÇÃO NACIONAL: A FÓRMULA PILLA (SETEMBRO/1935)<sup>1</sup>

A maioria governamental e as oposições locais representadas no Parlamento Federal, procurando uma base de transformação das condições atuais do país, de modo abrir-lhe uma nova orientação geral, dentro dos princípios democráticos consagrados na Constituição de 16 de julho de 1934, resolvem de comum acordo o seguinte:

### I.

As oposições, pondo de parte o projeto de organização de um partido nacional em que seria necessário ter em vista os seus interesses peculiares atuais, colocam-se ao lado da maioria em torno da ideia da criação da Presidência do Conselho de Ministros, admitida como único objetivo comum de conquista imediata;

### II.

Em consequência desta decisão contida na cláusula I, concebida como ato de puro patriotismo, as oposições se obrigam:

- a) A considerar a pessoa do Presidente da República sempre fora e acima de quaisquer discussões políticas e parlamentares;
- b) A evitar toda crítica a quaisquer atos políticos, governamentais e administrativos posteriores a 1930, a menos que se trate de simples citações cronológicas e estatísticas de pura informação;
- c) Subordinar todas as suas atenções ao estudo e à crítica dos programas e da ação política dos novos governos resultantes da criação da Presidência do Conselho, sempre num sentido de livre e eficaz colaboração parlamentar;
- d) A repudiar toda ação ou tentativa conducente a qualquer forma de perturbação da ordem material;
- e) A empregar todos os meios ao seu alcance para obter dos órgãos de imprensa com os quais mantenham relações, e de todos os seus partidários e amigos em geral, a escrupulosa observância de uma atitude igual a anunciada nas alíneas a), b), c) e d).
- f) A colaborar com toda a boa vontade na conversão em lei, no tempo mínimo dos prazos regulamentares, no projeto de criação da Presidência do Conselho de Ministros que será incontinenti apresentado pela maioria governamental

### III.

A maioria, tendo em vista os mais altos e sagrados interesses da comunhão brasileira, obriga-se por sua vez:

- g) A abandonar toda controvérsia de pura oposição sobre os governos anteriores a 1930;
- h) A observar uma conduta semelhante à indicada para as oposições na alínea e).
- i) A fazer incluir no primeiro programa ministerial que se seguir, como medidas de execução imediata, a revogação da lei de imprensa e da lei de segurança nacional;
- j) A promover imediatamente a desmobilização e a extinção de todas as milícias ordinárias, extraordinárias e especiais, que tenham sido criadas depois de 1930, e a reduzir aos seus efetivos anteriores as já existentes naquele ano, o que porventura houverem sido aumentadas posteriormente.

### IV.

---

AGV 26.09.1935, CPDOC, GV c 1935.09.26/1.

Publicada a lei criando a Presidência do Conselho de Ministros, os atuais ministros irão imediatamente depositar as suas pastas nas mãos do sr. Presidente da República, que lhes aceitará as demissões, para nomear o primeiro presidente do Conselho, a quem caberá a formação do novo Ministério.

**V.**

Fica admitido como indiscutível ponto de honra política, tanto pela maioria governamental como pelas oposições, que a aceitação e a permanência dos ministérios dependerá sempre da maioria dos votos da Câmara dos Deputados.

**ANEXO VI – UMA PESQUISA ‘BRASILIANISTA’ NO RIO GRANDE DO SUL: 50 ANOS DEPOIS - ENTREVISTA COM O HISTORIADOR *BRASILIANISTA* CARLOS E. CORTÉS, AUTOR DE GAUCHO POLITICS IN BRAZIL<sup>1</sup>**

Dr. Carlos E. Cortés é Professor Emérito de História da Universidade da Califórnia, em Riverside. Desde 1990, ele atuou na faculdade de verão do Instituto de Harvard para o Ensino Superior, a partir de 1995, e no corpo docente do Instituto de Verão para a Comunicação Intercultural, e de 1999 em diante foi membro adjunto do corpo docente do Executivo Federal. Seu mais recente livro é sua autobiografia, **Rose Hill: An Intermarriage Before Its Time** (Berkeley/California: Heyday, 2012).

Cortés possui 106 obras publicadas, duas delas premiadas. Entre sua produção, destacamos, aqui, sua tese de doutorado, intitulada **Gaicho Politics in Brazil**, resultado de pesquisa realizada em Porto Alegre em 1966 e 1967, abrangendo o período de 1930 a 1964 na política do Rio Grande do Sul. Nos Estados Unidos, sua tese foi publicada em livro em 1974 e teve sua primeira e única tradução para o português apenas em 2007, apesar de já ser bastante conhecida pela historiografia gaúcha.

Nessa entrevista, procuro conhecer um pouco mais do historiador *brasilianista*, quase 50 anos após concluir sua tese de doutorado, ainda hoje, um clássico sobre a política do Rio Grande do Sul. Ela foi realizada em duas etapas, uma com dez perguntas e a outra com três, por e-mail, nos dias 2 e 8 de abril de 2015. Por opção do entrevistado, as perguntas foram feitas em inglês e traduzidas por mim. Procurei, na transição, manter com o máximo de fidelidade as palavras do autor. O fato de não abordarmos o tema da pesquisa foi a pedido do entrevistado, que não toca no tema há 40 anos.

**Rafael Saraiva Lapuente: O que atraiu você a pesquisar a política gaúcha no Rio Grande do Sul no período de 1930-1964?**

Eu estava na escola de pós-graduação da Universidade do Novo México, de 1962 a 1965. A maioria dos meus amigos eram estudantes de história e literatura latino-americana na pós-graduação, por isso, passamos muito tempo pensando e falando sobre América Latina.

Durante esse período, João Goulart foi presidente do Brasil, até sua derrubada em 1964. Isso levantou uma dúvida: como é que este estado, o Rio Grande do Sul, acabou vindo a ocupar a presidência por tantos anos (Getúlio Vargas, 1930-1945, 1950-1954, e João Goulart, 1960-1964)? Essa pergunta que me levou a concentrar a pesquisa sobre o Rio Grande do Sul.

**RSL: Qual o nível de importância que você avalia ter esta pesquisa fora do seu país de origem na década de 1960 (no Brasil, chamamos de Doutorado Sanduíche), com todas as diferenças culturais que você teve que enfrentar, tanto na sua vida como pesquisador e professor?**

---

Originalmente publicado em LAPUENTE, Rafael Saraiva. Uma pesquisa ‘*brasilianista*’ no Rio Grande do Sul: 50 anos depois. Entrevista com Carlos E. Cortés, autor de *Gaicho Politics in Brazil*. *Aedos*. Porto Alegre, v. 7, n. 17, dez. 2015.

Pura e simplesmente, não há nada comparável com essa experiência fabulosa de viver e fazer pesquisa em outra cultura, particularmente com um idioma diferente. Morar no Brasil me fez uma melhor pessoa, um pensador mais aberto, e um professor mais competente.

**RSL: Compartilhe conosco alguns detalhes de sua mudança para o Rio Grande do Sul na década de 1960, como as impressões que teve do estado, os arquivos e as pessoas que contribuíram para a sua pesquisa. Que impressões, mais de 50 anos depois, você ainda tem do Brasil em geral e do Rio Grande do Sul em particular.**

Tenho lembranças absolutamente maravilhosas do meu tempo no Brasil, incluindo os muitos amigos que eu fiz. Desde que deixei o Brasil em outubro de 1967, eu voltei apenas duas vezes, uma vez para um período de férias no Rio e uma vez para uma turnê de palestras, que me levou para o Rio, São Paulo, Assunção e Montevidéu. No entanto, eu nunca mais visitei o Rio Grande do Sul, desde 1967.

**RSL: Quais foram as fontes que você usou para a sua pesquisa e qual considera que trouxe maior contribuição para este trabalho?**

Talvez o aspecto mais original da minha pesquisa foi “tropeçar” em arquivos pessoais que nunca foram pesquisados por nenhum historiador. Particularmente, uma grande felicidade na pesquisa foi ter descoberto e sido o primeiro pesquisador a usar os arquivos pertencentes a Lindolfo Collor e a Rony Lopes de Almeida.

Devo acrescentar que o último arquivo eu tive grande sorte em encontrar. Visitando uma praia do Rio Grande do Sul, acabei sentando ao lado de um homem que se apresentou como Rony Lopes de Almeida. Quando lhe perguntei se ele era o Rony Lopes de Almeida que se exilou no Uruguai em 1932, ele respondeu que sim. Enquanto conversávamos, ele mencionou que havia entrevistado muitos dos outros exilados, e planejava publicar as entrevistas em um livro, mas nunca o fez. Ainda assim, teve a generosidade de me emprestar aquelas entrevistas para levá-las ao meu apartamento para ler e fazer anotações.

Por outro lado, eu não diria que estes arquivos trouxeram as maiores contribuições para o meu trabalho. No entanto, descobrir e trabalhar com esses arquivos certamente está entre os aspectos mais memoráveis da minha pesquisa quando estive no Brasil.

**RSL: Você cita no livro GAUCHO POLITICS IN BRAZIL (Política Gaúcha) entrevistas com figuras políticas importantes do período, como Raul Pilla, Moysés Velinho, Dario Crespo, Luiz Aranha, Walter Peracchi Barcellos, Leda Collor de Melo e outros, hoje todos falecidos. Essas entrevistas estão com você ou foram doadas para algum arquivo no Brasil ou nos Estados Unidos?**

Para ser honesto, eu não sei. Eu não olho para o material de pesquisa do livro há cerca de quarenta anos, e não devo ter guardado as minhas anotações das entrevistas por tanto tempo. Se elas ainda existem, elas estão, provavelmente, no meu escritório ou no depósito da minha garagem, mas eu não posso afirmar com certeza. Eu não acho que elas seriam muito importantes, pois as entrevistas se constituem são notas bastantes vagas, pois realizei todas elas à mão, e não com um gravador de fita ou computador.

**RSL: Qual foi o personagem da política do estado que mais lhe chamou a atenção e por quê?**

Um dos aspectos mais notáveis do Rio Grande do Sul foi a sua singularidade e sua vontade de levantar-se contra o governo federal durante esse recorte de pesquisa. Por

exemplo: a Revolução de 1930; o embate entre o governador Flores da Cunha e Presidente Getúlio Vargas, e a resistência do Rio Grande contra a tentativa de golpe militar na década de 1960, sob liderança do Governador Leonel Brizola.

**RSL: Sobre a historiografia gaúcha, tem algum trabalho ou algum historiador que tenha como referência e indicaria a leitura, mesmo depois de quase 50 anos de seu trabalho ?**

Eu tentei ler tudo o que podia sobre a história do Rio Grande do Sul. Isto incluiu ficção (como Érico Veríssimo) e pequenos livros sobre indivíduos específicos, muitos dos quais eu encontrei em bibliotecas de Porto Alegre. Eu também passei um tempo considerável me dedicando à leitura de jornais diários, particularmente em Porto Alegre, e lendo correspondências e diários pessoais nos vários arquivos listados no meu livro. Os arquivos foram a parte mais agradável da minha pesquisa, porque essas cartas me ajudaram a ter uma noção do estado de espírito e as perspectivas dos vários atores políticos.

**RSL: Aqui no Brasil, nós chamamos de “*brasilianistas*” os autores estrangeiros que pesquisam a história do Brasil. Há muitos estudos em universidades norte-americanas sobre o Brasil? Você tem/teve algum contato com outros *brasilianistas*, como Joseph Love, Robert Levine e Thomas Skidmore?**

Sim, mas não tive um contato muito regular. Devido às circunstâncias, a minha pesquisa focando o Brasil terminou em 1970 e voltei minha atenção para outros temas.

**RSL: Thomas Skidmore pesquisou a política brasileira de 1930-1964 com Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964) e posteriormente trabalhou o período da ditadura militar em Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Nunca pensou em fazer uma continuação do seu trabalho sobre a política gaúcha, como Skidmore fez?**

O meu trabalho acadêmico sobre o Rio Grande do Sul terminou com dois livros (Política Gaúcha e uma bibliografia de história do Rio Grande do Sul, coeditado com Richard Kornweibel – CORTÉS, Carlos E; KORNWEIBEL, Richard. **Bibliografia da História do Rio Grande do Sul: Período Republicano.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1967) e publiquei vários artigos sobre o tema. Desde então, a maior parte da minha pesquisa tem se preocupado com temas como relações interculturais, etnia nos Estados Unidos e o tratamento da mídia da diversidade

No entanto, eu continuava ensinando História do Brasil na Universidade da Califórnia, Riverside, e em minhas palestras públicas. Eu, às vezes, mencionava minhas experiências no Brasil.

**RSL: Nos últimos anos, poucos estudos sobre a política brasileira foram produzidos nos Estados Unidos, em comparação com as décadas de 1960-1980. Na sua avaliação, o que levou tantos trabalhos serem publicados neste período e o posterior declínio de interesse?**

Ocorreu um grande boom nos Estudos sobre a América Latina na década de 1960. Isto foi causado, em parte, por conta da Guerra Fria com a União Soviética, particularmente após Castro tomar o poder em Cuba, em 1959. O governo dos EUA estabeleceu um programa federal na graduação (e esse programa me auxiliou durante meus três anos de graduação na

Univesidade do Novo México) e a Fundação Ford também tinha um programa de incentivo a pesquisa nesta área (que cobriu minha pesquisa no Brasil).

Meu interesse pessoal na América Latina e minha fascinação com o Brasil ocorreram no período de 1959-1961, tempo em que servi de editor de uma cadeia de jornais em Phoenix, Arizona. Em um de meus artigos, eu entrevistei um senhor chamado William Lytle Schurz, diretor da área de estudos externos do Instituto Americano para o Comércio exterior – um dos pioneiros nos estudos sobre o Brasil nos EUA. Ele se tornou meu mentor informal, e me inspirou a retornar a universidade para me especializar em Brasil

Quanto ao declínio do interesse da academia dos EUA sobre o Brasil desde 1980, eu realmente não sei. Meu foco agora é outro.<sup>1</sup>

**RSL: As obras de *brasilianistas* oscilam muito no que tange em sua tradução para o português. Alguns, como Joseph Love e Thomas Skidmore, logo que foram publicados já tiveram uma edição em português. Outros, alguns até mesmo utilizados em sua tese, como a biografia de Theodore Berson sobre Oswaldo Aranha, Stuart Rothwell pesquisando a zona colonial italiana no Rio Grande do Sul (pouco conhecido no Brasil) ou Joan Bak sobre a economia rio-grandense (1890-1937) nunca ganharam uma edição em português. Até mesmo o seu trabalho, já bastante conhecido e discutido em obras importantes da historiografia regional, levou 40 anos para ganhar uma tradução. Como você vê essa "barreira" que muitas vezes dificulta o acesso ao trabalho de pesquisadores estrangeiros?**

Essa é uma pergunta fascinante, mas eu não teria uma resposta muito precisa. Na verdade, eu não sei exatamente por qual motivo o meu livro foi selecionado para a tradução e publicação no Brasil, enquanto outros livros ainda não. Como dizemos nos Estados Unidos, é "a sorte do sorteio".

Eu imagino que a questão financeira tem relação com as poucas traduções. Mesmo editoras universitárias têm de calcular se vale ou não vale a pena o tempo, esforço e custo para traduzir e publicar um livro. Mas eu estou feliz que o meu foi escolhido e que pessoas como você tenham encontrado meu trabalho.

**RSL: Você pode descrever como ocorreram os contatos para seu livro poder ser traduzido e editado pela EdIPUCRS em 2007?**

Essa decisão foi tomada em Porto Alegre. Em 2001, recebi uma carta de René Gertz (que escreveu a Apresentação, na versão traduzida) sobre a possibilidade de traduzir e de publicar o meu livro, no qual eu alegremente aceitei. No entanto, os detalhes do contrato foram tratados principalmente entre PUCRS e University of New Mexico Press, que publicou o meu livro em inglês. Eu não revi a tradução antes da PUCRS publicá-la.

**RSL: E Carlos E. Cortés hoje, quase 50 anos depois?**

Fico agradecido pela pergunta! Na verdade, eu estou muito bem. Acabei de fazer 81 anos, estou em excelente estado de saúde (ainda consigo competir em corridas de 5 quilômetro), e estou feliz com meu casamento. Temos três filhas e seis netos, dos quais três estão na faculdade. Eu ainda sou muito ativo como escritor, consultor público e conferencista, inclusive em navios de cruzeiro. Em outubro de 2013, um cruzeiro para a Turquia e Grécia,

---

<sup>1</sup> A tradução da resposta de Carlos E. Cortés para o português, nesta pergunta, contou com o auxílio de Waldemar Dalenogare Neto, atualmente doutorando em História do PPGH da PUCRS.

durante o qual eu dei palestras sobre o navio, tinha várias centenas de passageiros brasileiros, que me deu a oportunidade de falar português durante duas semanas.

Minha maior publicação dos últimos anos foram quatro volumes de uma enciclopédia, chamada **Multicultural America: A Enciclopédia Multimídia** (Sage, 2013). No entanto, hoje eu sou certamente mais conhecido por minha atuação como Consultor Criativo/Cultural para três séries infantis da Nickelodeon "Dora the Explorer"; "Go, Diego, Go!" e "Dora and Friends: Into the City".

Tenho também me envolvido em teatro e escrita criativa. Eu escrevi uma peça autobiográfica, "Uma Conversa com Alana: One Boy Multicultural Rite of Passage", que já se apresentou mais de 130 vezes nos Estados Unidos. Eu tenho também que concluir meu primeiro romance e primeiro livro de poesia.

Eu gostei bastante dessa entrevista, pois trouxe de volta lembranças maravilhosas e me deu saudades de ver Porto Alegre novamente, enquanto eu ainda tenho saúde, embora eu não saiba se alguns dos meus velhos amigos ainda estão lá. Talvez você pudesse me ajudar a localizá-los, se eles ainda estão por aí.

Os melhores cumprimentos em seu trabalho e vida.

Carlos E. Cortés.